



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 2

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para "investigar, no prazo de 130 (cento e trinta) dias, com limite de despesas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades."

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli

RELATOR: Senador Marcio Bittar

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Beto Faro, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Augusta Brito, Damares Alves, Paulo Paim, Esperidião Amin, Angelo Coronel e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento.** **Finalidade:** Depoimento de convidados. Oitiva do Edward Mantoanelli Luz, em atendimento ao requerimento 96/2023. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 118 de 2023** que : "Convida a Sra. Ritaumaria Pereira , diretora executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 119 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Batista de Carvalho, informações sobre visitantes estrangeiros em território sob jurisdição da entidade, como terras indígenas, reservas indígena, parques indígenas, colônias agrícolas indígenas e territórios federais indígenas, assim como reservas extrativistas, quando sob jurisdição da Funai" **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 120 de 2023** que : "Convida o Senhor André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 121 de 2023** que : "Convida o Senhor Ruy Carlos Tone, presidente do Conselho da Fundação Almerinda Malaquias, para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 122 de 2023** que : "Convida o Senhor Fabiano Silva, coordenador executivo da Fundação Vitória Amazônica para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 123 de 2023** que : "Convida a Senhora Suzana Machado Pádua, diretora-presidente e co-fundadora do Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPE." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 124 de 2023** que : "Convoca o Senhor Virgílio Maurício Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazônia Sustentável." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Prejudicado em razão da aprovação do Requerimento nº 125/2023 - CPIONGS.. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 125 de 2023** que : "Convida o Senhor Virgílio Maurício Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazônia Sustentável, a comparecer à esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica, bem como a Prestação de Contas de 2017 e 2018." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/29>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem como objetivo principal colher o depoimento, como convidado, do Sr. Edward Mantoanelli Luz, conforme o Requerimento nº 96, aprovado por este Colegiado; e deliberar requerimentos.

Antes de chamar o nosso convidado aqui, saudando o Senador Beto, agradecendo a presença do Senador Beto, nosso companheiro do Pará... Antes de chamar o nosso convidado, eu queria mostrar uns vídeos, falar um pouco, mas o Senador Beto quer se pronunciar antes.

Com a palavra, o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente Plínio, nosso Relator, Marcio, eu vou fazer uma fala aqui, e entendam que eu, inclusive, já fiz vários requerimentos que entraram extrapauta aqui na Comissão; mas tem me preocupado, eu quero externar essa preocupação à Mesa para que a gente vá ajustando aqui o trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos... Geralmente, os requerimentos extrapauta são uma coisa de exceção, porque você trabalha a pauta direito, entrega, tem sido entregue a pauta com os dois dias de antecedência com que o Regimento trabalha. Geralmente, a gente trabalha, então, essa questão de requerimentos extrapauta na exceção.

Nós temos tido aqui uma prática na Comissão de sempre ter os extras. Os extras estão quase como se fosse a normalidade.

Eu estou levantando isso porque tem atuação diferenciada, inclusive, na própria CPI. É notório e sabido que o Presidente e o Relator trabalharam para que essa CPI existisse há um tempo. Estavam trabalhando aqui com muito afinho.

Nós temos, na Casa, uma série de preocupações. Eu faço parte de cinco Comissões como membro titular e quatro como suplente. Então, tem uma série de ações em que você tem que estar. Então, se a gente não tiver tudo claro como é que funciona, acaba que, às vezes, você passa batido. Eu mesmo já passei batido – e reconheço isso – na CPI, porque não achava que ia ter o extrapauta. Daqui a pouco, tem o extrapauta e tu saiu daqui e foi para uma outra agenda. Se você estabelece que o extrapauta é, de fato, a exceção, e não a regra, isso dá uma previsibilidade para quem vai estar aqui, para quem está acompanhando ver os momentos efetivos em que você tem que estar aqui na CPI para dar um acompanhamento melhor.

Na própria viagem agora que tem a São Gabriel, saber efetivamente com quem é que nós iremos lá, quem é que nós ouviremos, onde é que é. Essas questões todas precisam ser repassadas a nós para que a gente possa nos preparar para... vai, não vai, como é que é essa ação.

Então, aqui é uma questão de ordem, mas colocando para você dentro do... Eu já aprovei requerimento aqui do extrapauta; tenho procurado não trabalhar mais essa questão do extrapauta para poder dar essa previsibilidade para todo mundo, não só para mim, mas para todos os membros da CPI; e eu queria, então, levantar isso como uma preocupação, para que a gente tenha o máximo de cuidados, nossos, para que a gente saiba efetivamente a pauta.

Por exemplo, hoje os requerimentos que estão na pauta têm acordo meu, não tem nenhum problema – os que estão na pauta. Eu não sei se tem extra. Se tiver... eu não sei se tem. Com os que estão na pauta, eu estou de acordo.

Então, que a gente possa fazer isso, Sr. Presidente, para evitar questionamento e para evitar qualquer desconforto aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Perfeito.

Você tem razão em tudo que falou, mas a gente tem deixado a liberdade, Beto... Por exemplo, hoje, se você perguntar se tem extrapauta e tiver, eu digo: "Olha, tem". Aí você pede a inversão e a gente vota



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logo no começo enquanto você estiver, porque, realmente, é assim. O Senador vem, mas tem outras Comissões para ir. Então, se você achar que não vai ficar até o final e perguntar se tem extrapauta, a gente vai já te informar isso, tá?

Fique à vontade.

A intenção, Beto, aqui é deixar todos os Senadores no mesmo nível. O fato de estar por trás dessa bancada aqui não altera em nada o nosso relacionamento com os outros Senadores. Então, a gente também não tem nada a esconder. Muito pelo contrário.

Eu queria começar – vou pedir a paciência do nosso convidado –, Beto.

O que eu posso compartilhar com os brasileiros, com as brasileiras, parte do que a gente pode compartilhar... A gente diz alguma coisa, mas não pode estar falando de tudo, mas, para que os senhores sintam um pouco da pressão existente, eu vou mostrar agora... Nós estamos indo a São Gabriel a convite de várias, vários indígenas. Vou até mostrar vídeos aqui de depoimentos que surgiram aqui, muitos de São Gabriel, muitos do ISA de São Gabriel, muitos da Funai de São Gabriel.

Então, a gente vai lá ouvir. Se tiver alguém feliz e disser que está às mil maravilhas, vai sair, vai dar o depoimento. Nós vamos ver aquelas pessoas que estão insatisfeitas.

Olha só aqui esse áudio. Assumi como Coordenadora Regional, recentemente, uma Coordenadora da Funai, conhecida como Dadá Baniwa, e tem um áudio dela, cobrando das pessoas que se posicionem para dar anuência se... Cita até meu nome. No caso, é CPI. Se a CPI pode ir lá ou não, como se fosse isso. Isso não é o procedimento normal. O normal é comunicar à Funai que nós estamos lá. Isso aqui é uma CPI do Senado Federal da República.

Vamos ouvir o áudio dessa senhora aí.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Paralelamente a isso, tem um professor indo nos locais, colhendo a assinatura, quer dizer, não se conformam só em cobrar essa anuência, como colhem assinatura para algum eventual documento, falando da nossa ida, repudiando...

Eu devo lembrar: isso aqui é o Senado Federal, é uma CPI constitucional. Então, não tem por que... Nós devemos satisfações, sim, à Funai. Ela quer vacina disso, daquilo, quer projeção, a gente está fazendo.

Isso aí é só para mostrar a vocês.

Aí, alguns moradores lá de Pari-Cachoeira, que é onde nós vamos, se apressaram em mandar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi ontem e aqui está. É só impresso. É um documento com 94 assinaturas, só de Pari-Cachoeira, nos convidando...

(Intervenção fora do microfone.)

A Foirn é uma federação, é sub, é o boneco do ventríloquo chamado ISA. A Foirn é o boneco do ventríloquo, o ventríloquo é o ISA. Tanto é que a Foirn insiste em falar comigo. Eu não costumo falar com boneco.

Então, por favor, o vídeo 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu mostro isso só porque se vier alguma carta de repúdio, com aquela assinatura que o professor foi buscar, foi colher, vocês já sabem que não é verdade. Mandaram ontem aqui, de Pari-Cachoeira, 92 assinaturas também reiterando o convite.

Posso dizer alguma coisa para vocês? Mesmo que eu não tivesse sido convidado, eu iria. É dever, é nosso dever apurar, é nosso dever socorrer essa gente. Portanto, fica claro aqui que, se algum incidente acontecer por lá, seja o menor que for, eu responsabilizo a Funai, por qualquer problema que haja fora do *script* a Funai está responsabilizada, a mesma Funai que está exigindo de nós plano de trabalho, vacinação de covid, de febre amarela. E foi bom porque lá no final, no documento, eles dizem assim: "Se for estrangeiro: passaporte, visto, plano de ação, vacina; tudo que estão nos pedindo, pedem ao estrangeiro".

Então, quero aproveitar, tem um requerimento aqui, e não sei se está na pauta ou extrapauta, Beto, pedindo que a Funai nos envie os nomes dos estrangeiros que nos últimos anos foram a São Gabriel da Cachoeira e se eles apresentaram visto e se eles apresentaram plano de ação e vacinação. E não adianta dizer que não é verdade. Eu vi esse vídeo 1. A gente pode mostrar esse vídeo 1 aqui. Não adianta a Funai dizer que não é verdade. Vamos cobrar esses aqui que foram lá em São Gabriel, ver se eles fizeram o que nós estamos fazendo, o que os Senadores estão fazendo, comprovando...

Beto, deixa só esse, senão eu perco o fio da meada, tá, irmão? Aí, depois desse vídeo, nós vamos começar. É um vídeo já antigo, mostrando os canadenses entrando em São Gabriel.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – De novo, o cuidado que a Funai está tendo conosco dizemos que é preencher formulários de pesquisador: Senador do país... São aqueles formulários que a Funai... porque, partindo do pressuposto de que isso é exigido



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também dos estrangeiros, a gente está pedindo essa informação. Eu vou dar o braço a torcer se a Funai apresentar um só estrangeiro que entrou no país lá na região Alto Rio Negro com controle.

Eu ouço o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Dois pedidos e um debate aqui sobre o requerimento extrapauta.

Primeiro é se a gente pudesse inverter, porque se aprovariam os requerimentos e depois a gente trabalharia a oitiva. Nos requerimentos que estão na pauta, não tem problema algum, pois nós estaremos votando a favor.

Sobre o extrapauta eu queria dialogar com o Presidente, até porque o requerimento é de autoria dele. Nós dialogamos, um dia desses aqui, para ver se a gente trabalhava a questão dos convites, para depois, em caso de recusa, em caso de uma coisa que não se trabalhasse, aí se convocava. O extra está convocando. Então, eu queria ver se a gente o transformava em convite, está certo? Então, se pudesse, quero informar isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Veja Beto, eu acho que é só... em convocar, sem dúvida alguma.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E o segundo ... Está certo. Eu queria levantar uma questão aqui para a gente ver qual é o entendimento.

Como está pedindo aqui... Acho que esse talvez seja o primeiro que estou vendo nessa modalidade, porque começa aqui a pedir a movimentação financeira, o extrato bancário todo da entidade. Uma coisa é você trazer, fazer o depoimento... Para a gente já partir para essa coisa de quebra de sigilo de uma instituição, aí teria que ter uma coisa bem mais clara na minha avaliação – está certo? –, uma denúncia bem mais correta, para você poder já ir trabalhar essa questão da informação financeira, porque, na verdade, é a quebra de sigilo. Então, estou preocupado com isso aqui – e quero externar isso.

Voto a favor dos requerimentos da pauta. E aqui que a gente pudesse transformar em convite. E se mantida, estou colocando aqui, essa coisa do financeiro... Nem conheço a entidade, não sei qual é a ONG, mas, para a gente já não abrir um precedente – ou a gente depois acerta como é que vai ser essa questão – , eu vou ter que me posicionar contrário a essa questão do financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É que o requerimento que a assessoria fez... Na realidade, Senador Beto, o Superintendente da FAS, que na Amazônia é conhecido como "faz de conta", passou alguns anos no exterior, recebendo R\$100 mil de salário, fora as diárias. E a gente vai poder comprovar essa denúncia com os balanços de 2017 e 2018. Lá vão estar aquelas coisinhas – letra miúda –, numa coisa lá. Eu não tenho como... Convidado, ele, como convidado, não tem problema nenhum. E assim como a gente convida os amigos... "Eu vou dar um jantar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leva lá... Leva uma garrafa de vinho também". O convidado que tem educação, não tem por que se furtar a fazer isso. A gente retira extratos bancários e pede a prestação de contas de 2007 a 2018. Concorde assim? *(Pausa.)*

Bom, então podemos... A anotação, Reinilson.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, a gente retira extratos bancários a seu pedido. O senhor vê que a nossa intenção aqui, realmente, é... *(Pausa.)*

Com a palavra, então, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui mais uma vez.

Beto, Styvenson, para mim, cada vez mais, está absolutamente claro, como água cristalina, que o problema não é deste Governo do Presidente Lula; não é do antecessor, o Bolsonaro; não veio da Dilma. Na verdade, o que está claro é o fato de que há um poder paralelo, Beto, que manda mais do que o Helder Barbalho no Pará, manda mais do que o Gladson Cameli no Acre, manda mais do que todos os Governadores juntos. Isso está claro.

Styvenson, hoje você pode afirmar, afirmar categoricamente, que, do ponto de vista territorial, os Governadores da Amazônia brasileira, do bioma amazônico, comandam menos de 20% do território da Amazônia. E mesmo assim, para fazer política pública nesse pequeno pedaço, que – eu repito –, do ponto de vista administrativo, é isto: não dá 20 % da Amazônia e mesmo assim, as ONGs acabam mandando mais nas políticas públicas, nesse pedaço que sobra, do que mesmo os governos dos estados.

Por isso, Beto, V. Exa., que é do partido do Presidente da República, eu sonho que nós poderemos chegar ao final desta CPI com algumas convergências. Uma delas é de que não há cabimento que uma, duas ou três ONGs – e tem vários exemplos – entrem no Ministério Público Federal e paralise obras. Quer dizer, eles não foram eleitos, eles não têm mandato. Eleitos são os Prefeitos, os Governadores, os Vereadores, os Deputados, o Presidente da República, o Congresso Nacional, que não estão todos juntos, não têm poder de executar política pública na Amazônia. Portanto, eles já nos venceram.

E aí eu vou ler, Presidente, entre aspas, o que eu acho que expressa muito bem o que eu vou dizendo. Eu vou ler a frase primeiro para depois dizer quem é o autor. Abro aspas... E é o que eu penso também sobre o nosso Congresso Nacional, porque é uma realidade – triste, mas é a realidade. Abro aspas: "O Deputado [essa frase é de 1996] vai perdendo seu papel de elo entre as demandas da sociedade e o Estado. Outras instituições, como as ONGs, vão absorvendo este papel, e o próprio Estado, descentralizando as decisões, torna dispensável a figura do despachante com mandato" – fecho aspas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa frase foi do Fernando Henrique Cardoso, proferida em 1996. E, se nós estudarmos a matéria, como estamos fazendo, a gente vai ver que isso já acontece.

Portanto, eu repito que não se trata de esquerda ou direita, trata-se de se o Brasil vai continuar aceitando o que o Senador Plínio chama de novo neocolonialismo, porque essa é a realidade. Por exemplo, você vai ler, vai estudar e verifica que é apenas a nova forma, Styvenson, porque isso é assim no mundo em todos os tempos, mas com a globalização... A Grã-Bretanha, por exemplo, quando ela perde o poder físico de comandar várias colônias, cria uma outra forma; ela cria ONGs; faz a ligação de mais de cem anos com os Estados Unidos, comandam o FMI, comandam o Banco Mundial, comandam a ONU, comandam o BID; começa toda uma política de pressão em cima dos países em desenvolvimento; e criam as ONGs, que é uma forma de continuar comandando as antigas colônias de uma forma mais sutil, bem disfarçada, mais eficiente, sem fiscalização e sem desgaste. Então, isso já acontece no Brasil. Agora, o que o Congresso tem que decidir, junto com o Poder Executivo, é se ele vai aceitar isso.

E aí olhe o exemplo da infiltração. O Chanceler brasileiro está convidado para vir à Comissão e tem que vir mesmo. Não importa se a gente faça uma reunião com ele reservada, mas ele tem que vir, porque não tem cabimento nós estarmos aqui dizendo, mostrando agências de governos, por exemplo, do Canadá, agências de governo financiando movimentação na Amazônia brasileira e o Brasil não tomar conhecimento, permitindo que isso aconteça! Há reuniões na Embaixada do Canadá aqui em Brasília para decidir para quem vai soltar dinheiro, sem nenhum controle nosso. Ele tem que vir. E é também porque, nos pedidos de informação que nós enviamos ao Ministério das Relações Exteriores, eu tenho que concluir que houve sonegação de informação, porque, nos documentos que o Ministério das Relações Exteriores enviou para cá, ele nega a existência de contrato como este aqui. Este contrato aqui mostra, prova... E aí eu vou ler, Presidente: projeto de cooperação técnica. É sempre assim... É muito, como dizia Fernando Henrique Cardoso, já que eu o mencionei, tró-ló-ló: fala, fala, fala e não resolve nada. Este documento é um processo, um convênio feito entre a Funai; a Agência Brasileira de Cooperação, que é o órgão do Ministério das Relações Exteriores; e a Alemanha, através de um banco chamado GIZ. Aqui está o número do processo – e tudo.

Como sempre, a argumentação... E vou repetir: todos os governos civis – todos! – aceitaram isso aqui. Todos eles: Sarney, Collor, Fernando Henrique Cardoso, Presidente Lula... Todos eles, todos aceitaram. Olhe aqui a subjetividade, e é sempre assim. Se você for pegar os projetos do Fundo da Amazônia, é a mesma coisa. Olhem lá! Abro aspas... Para que serve o projeto? É: "Proteção e gestão sustentável" Sempre com frases e palavrinhas sempre bonitinhas, mas que depois que você lê não dá nada, não sobra nada, não tem nada de concreto: "Proteção e gestão sustentável em terras indígenas, em terras indígenas da Amazônia Legal, fortalecimento das instâncias e instrumentos de governança da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas". Bom, aí você vai lá e não tem nada. Os índios – vou repetir a frase que era do meu pai – matando cachorro a grito. E é sempre assim: esse grau de subjetividade. E qual é o valor? O valor quase chega a R\$12 milhões. Agora, os nossos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessores, que eu já mencionei na audiência passada – e a minha gratidão pelo empenho –, funcionários da Casa, funcionários de outros órgãos do Estado brasileiro que estão aqui vão ver o que fizeram com esses R\$12 milhões.

Então isso, Presidente, é uma demonstração inequívoca de que houve, por parte do Ministério das Relações Exteriores, a sonegação de documentos, porque não é... Está aqui. Isso aqui é um convênio feito com a Funai e o Ministério das Relações Exteriores, que participou, e esse documento não havia chegado à nossa CPI.

Portanto, a presença dele como também a da Ministra Marina Silva e como também a do Presidente do BNDES é fundamental.

E está faltando apenas na relação – porque até agora não se sabe ainda quem está com essa função – quem é que está exercendo a função da execução no CAR, porque vários depoimentos, vários documentos dão conta de que, em unidades da Federação, é transferida para ONGs, tudo com financiamento internacional, a elaboração do CAR, como foi a própria ONG da qual faz parte a Ministra Marina Silva.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Informar ao Relator e aos Senadores e Senadoras que o Itamaraty nos comunicou que hoje estará enviando praticamente todos aqueles documentos já traduzidos, o que foi possível, dado o prazo. E vamos esperar pra ver exatamente se está corrigida essa falha.

Chamo então o Sr. Edward Luz...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não, vamos votar antes o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Oi, Beto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Então, vamos à votação dos requerimentos. Passamos agora à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Aquele documento, inclusive, se não chegar a tempo... Aquele que a gente está corrigindo aqui... Aquele que é de autoria... Não sei se tem valor a gente ler dizendo que foi substituído. Não, não é? Só tem valor o novo requerimento? *(Pausa.)*

Dele, não é? Então, você me traz, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Em bloco, Beto, ou de um por um?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso! Aquele a gente lê em separado.

Requerimentos nºs 118, 119, 120, 121, 122 e 123.

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 118/2023

Convida a Sra. Ritaumaria Pereira, diretora executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 119/2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Batista de Carvalho, informações sobre visitantes estrangeiros em território sob jurisdição da entidade, como terras indígenas, reservas indígena, parques indígenas, colônias agrícolas indígenas e territórios federais indígenas, assim como reservas extrativistas, quando sob jurisdição da Funai

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 120/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida o Senhor André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 121/2023

Convida o Senhor Ruy Carlos Tone, presidente do Conselho da Fundação Almerinda Malaquias, para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE

ITEM 5

Requerimento Nº 122/2023

Convida o Senhor Fabiano Silva, coordenador executivo da Fundação Vitória Amazônica para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE

ITEM 6

Requerimento Nº 123/2023

Convida a Senhora Suzana Machado Pádua, diretora-presidente e co-fundadora do Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPE.

Autoria: Senador Plínio Valério Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco dos requerimentos que eu li agora.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação os requerimentos constantes da pauta.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os que foram lidos aqui.

E o requerimento, a sugestão do Senador Beto... Nós vamos trocar os termos... Trocar não, tirar "extratos bancários" e vai ficar só "prestação de contas" dos anos 17 e 18.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – E muda convocatória para convite.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para convite. É aquele convidado que vai trazer uma torta de maçã, uma garrafa de vinho; é aquele convidado que vai para a casa de quem convidou sabendo que tem que levar alguma coisa para o banquete.

Eu chamo, então, enquanto o...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – É porque para o amazônida torta de maçã não é...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu falei maçã, porque a gente está... Bacuri, cupuaçu... (*Risos.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Só mais um esclarecimento, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Deixe-me chamar aqui, enquanto ele se dirige...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, alguma observação antes? Por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Plínio; Relator; Senador Beto.

Eu não peguei o início aqui dos trabalhos, estava no Plenário, reforma tributária, também importante, mas eu peguei só o final do Senador Beto falando e a parte inteira do Relator.

Não é esquerda, nem direita... Até mesmo, Senador Beto, o partido que o senhor defende, e está no seu papel... O próprio Lula já mencionou nas suas viagens que existe, sim, um embargo da Europa em relação aos produtos brasileiros devido à informação de os produtos estarem com esse rótulo de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatamento, de queimada, de tudo isso. Então, isso dificulta até a nossa economia. Então, eu creio que esta CPI não está contaminada com nenhum viés político, não tem essa contaminação, e a gente só busca a verdade. Então, quem sentar nessa cadeira diga a verdade. Convidado ou convocado, fale a verdade. Acho que a gente busca aqui, além do melhor para a Amazônia, um esclarecimento do papel das ONGs no nosso país. Então, para essa dúvida tem que ter uma solução. Esta CPI acho que foi criada para isso.

Era só esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradeço, Senador Styvenson. Perfeito o seu comentário.

Peço que os assessores tragam aqui à mesa o Sr. Edward Montoanelli Luz. Ele é bacharel em Ciência Social pela Universidade de Brasília; mestre em Antropologia Social, Universidade de Brasília; Ciências Sociais, UnB; mestre em Antropologia Social, UnB também; e doutorando em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação para as Américas e Caribe pela mesma instituição. Entre 2003 e 2008, atuou na Funai como coordenador de grupo de trabalho de identificação e delimitação de oito terras indígenas no Alto Solimões (Tonantins e Santo Antônio do Içá) e no Baixo Rio Negro (Barcelos), todas no meu Estado do Amazonas.

A Secretaria o conduziu. Enquanto o Sr. Edward se prepara, eu cedo a palavra ao nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – É só um esclarecimento...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Nós aprovamos, então, o requerimento extrapauta com...?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Sim.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Está bom, então.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É só um esclarecimento ao Senador Beto.

O nosso trabalho, por enquanto, não tem nada – e nem é esse interesse também – de quebrar sigilo bancário e tal. É claro que, se na documentação vierem informações que permitam, que sugiram isso, aí sim, mas o que eu vejo nessa questão toda, Senador Styvenson, não é muito a questão legal, é a questão moral. O país vai aceitar que ele não manda? É isso, porque ele não manda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo também essas declarações... E até comentei com o Líder do Governo, Jaques Wagner, que é um sopro de esperança para mim quando ouço o Presidente da República, em algumas ocasiões, aqui em Brasília, fora de Brasília, falar coisa que soa bem aos meus ouvidos, que vai na direção do que nós estamos estudando aqui, quer dizer, quem é a Europa Ocidental para cobrar do Brasil o que eles nunca fizeram? Então, quando o Presidente questiona de onde vem essa legitimidade, ele está correto. Nós fizemos coisas no Brasil e na Amazônia... Nós estamos anos-luz à frente deles sem receber nada em troca, a não ser esses recursos que entram muito mais para pagar militância para trabalhar contra o processo de desenvolvimento do Brasil e, particularmente, da Amazônia brasileira.

Era esse o esclarecimento. Não tenho nenhum interesse em quebrar sigilo de ninguém, a não ser que isso apareça nos documentos. A questão não é nem legal, é moral.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Passo a palavra, pelo tempo dos nossos convidados, 50 minutos, podendo extrapolar um pouco, ao Sr. Edward, agradecendo já a sua presença e a sua boa vontade, sempre cortês em contato com esta CPI.

Com a palavra.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Olá. Muito bom dia a todos os presentes.

Muito bom dia, Exmo. Senador Plínio Valério, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor, mais do que ninguém, sabe o quanto eu celebrei a criação desta CPI, a instauração desta CPI. Estive com o senhor acho que ainda em setembro de 2019 e falei: esta CPI precisa acontecer. Para quem não entendeu ainda, esta é provavelmente é a CPI mais importante não vou dizer da década, mas, certamente, destes últimos anos; muito mais, mas muito mais importante, muito mais bombástica e reveladora, a meu ver, mais importante do que a CPI que aconteceu, a CPI da Pandemia, apesar, é claro, das perdas, que lamentamos, de vidas com a pandemia. A CPI era muito mais urgente, muito mais necessária.

Senador Marcio Bittar, satisfação também enorme em estar aqui nesta Comissão, podendo trazer a minha colaboração a esta CPI das ONGs.

Eu não poderia chegar em dia melhor, pelo que estou entendendo aqui. O material que eu preparei vai ajudar a CPI a responder a esta questão importantíssima: quebrar ou não o sigilo bancário, investigar ou não a conta das ONGs. Eu tenho a impressão de que trago dados importantíssimos no sentido de colaborar para que os Senadores tomem ou não essa decisão. E eu espero que essa decisão seja tomada com responsabilidade. Eu também trago esses dados com muita responsabilidade.

Para quem não me conhece, eu sou o antropólogo Edward Luz. Sou cidadão brasileiro. Este meu nome "Edward" é tão brasileiro quanto aquele "Washington", "Wellington". Sabem qual é? Dessa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natureza este "Edward" aí. Enfim, não preciso contar a origem do meu nome, mas vem dessa natureza. Sou goiano, nascido em Vianópolis, Goiás. Nascido em Goiás, mas cidadão brasileiro. Com pouco mais de um ano de idade, fui até Santarém, no Pará. Lá, passei minha infância, cidade maravilhosa, de que eu guardo saudades até hoje. Na verdade, visito frequentemente Santarém e fico muito feliz em saber que a CPI também está pensando... Acho que estava combinada uma ida a Santarém e a Altamira – aprovado o requerimento. Eu gostaria muito de estar presente, colaborando também nesse dia, porque fiz de Santarém e Altamira, nos últimos quatro anos, o meu eixo de trabalho, o meu eixo de investigação.

Só uma correção acerca do... Preciso fazer algumas correções e algumas ressalvas. Uma delas é com relação ao "doutorando" pelo Ceppac, que é um órgão da Universidade de Brasília. Eu era doutorando do Ceppac. Estudei, cursei o doutorado do Ceppac, mas não cheguei a finalizar, não cheguei a terminar, justamente por causa das perseguições que me foram feitas durante o período do doutorado.

Infelizmente, tive que abandonar o curso. Pedi alterações, pedi explicações, enviei explicações para o que estava acontecendo... Eu fui o único aluno de doutorado, o único aluno de doutorado da Universidade de Brasília a ter, não só uma, mas duas notas de repúdio durante o doutorado. Eu não conheço outro que tenha tido notas de repúdio por causa do seu posicionamento, de suas denúncias acerca da demarcação de terras indígenas em outro estado. Não tinha nada a ver com...

Eu estava cursando Ciências Sociais em Brasília, mas participei de uma reportagem acerca da demarcação da suposta terra indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, e o meu departamento, o meu professor orientador, assinou a denúncia de que eu estava infringindo direitos de povos.

Eu tinha participado, eu tinha feito um estudo, na contestação da terra indígena Morro dos Cavalos. Nós vamos falar sobre ela aqui.

Enfim, só essa correção, eu sou ex-doutorando da Universidade de Brasília. Considero-me ainda... Tem algo muito mais importante do que ter um título de Doutor no seu currículo, é você saber, é ter o título de perseguido por causa das suas opiniões que falam a verdade, que denunciam a corrupção, que denunciam o erro, onde quer que ele se encontre. É isso que aconteceu comigo. Sou ex-doutorando, mas pretendo um dia terminar e cursar o meu Doutorado em Ciências Sociais, ou continuá-lo.

Não falo em nome da ABA. Sou antropólogo, mas não falo em nome da Associação Brasileira de Antropologia. Não represento os interesses nem a posição política da Associação Brasileira de Antropologia justamente porque tive que deixar essa associação que, por sinal, não é uma ordem dos antropólogos. Não existe, como a OAB, que é a Ordem dos Advogados do Brasil. e por aí vai. Tem o Conselho Regional de Medicina... A ABA não é uma ordem, profissão de antropólogo, a antropologia, a profissão de antropólogo não está regulamentada no Brasil. Portanto, a ABA não tem o direito, como tem a OAB, de desclassificar, de caçar o registro, entende?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pedi pra sair. Eu não fui expulso da ABA. Eu pedi pra sair ao constatar que a ABA estava profundamente comprometida com o projeto geopolítico de expansão do poderio ongueiro no Brasil. Comprometida até o final, até não mais poder. É claro, isso não quer dizer que todos os antropólogos são ongueiros. Não é isso que eu quero dizer.

Eu reconheço a existência de inúmeros, de muitos antropólogos que possuem uma postura ética com a verdade, com a ciência e com o fazer científico, mas conheço também aqueles que eu inclusive batizei de "antropólongos" – são os "antropólongos", não é? – a serviço dos interesses internacionais atuando aqui no Brasil. E são eles que ocupam os principais cargos que dão o rumo da Associação Brasileira de Antropologia, as posturas, as publicações... É absolutamente submetida.

Há 13 anos atrás nós estávamos aqui, neste mesmo Congresso, debatendo uma matéria da revista *Veja* que eu vou citar daqui a pouco, e o Presidente – eu escrevi uma nota acerca da matéria da revista *Veja*, vou citá-la –, e o Presidente do Comitê de Ética da ABA, e depois o próprio Presidente da ABA, na época o Prof. Gustavo Lins, que eu encontrei com aqui numa Comissão, falou: "Olha..." E eu falei: "Eu já vou prestar os...". E ele pediu que eu me posicionasse acerca da carta que eu mesmo escrevi.

A ABA pediu que eu reescrevesse uma outra carta, publicasse num jornal dizendo que todos os antropólogos são sérios, fazem um trabalho sério e profissional. Eu falei: "Olha, professor, eu farei minhas investigações e, assim que eu puder, eu publicarei... Se um dia eu puder publicar isso, publicarei". Até hoje não publiquei essa nota, porque não consigo concordar com ela. E o que eu publiquei pouco tempo depois, na verdade, inclusive para ele, foi mostrando que os antropólogos do Brasil, boa parte deles, não todos, mas boa parte deles está submissa a um compromisso político e ideológico do nosso país.

Eu sei, eu quero adiantar, eu preciso dizer que, infelizmente, esse tema é tão amplo, o que nós estamos estudando é tão amplo que é inevitável que as nossas falas se encontrem e se desencontrem; é inevitável uma certa desconexão. Por quê? Porque cada ONG dessas daria uma tese de doutorado; a ação de cada uma delas daria uma tese de doutorado. Eu vou trazer informações sobre três ou quatro, e elas podem ficar desencontradas, mas eu vou tentar acelerar aqui.

Dois comentários antes de a gente começar.

Primeiro, não poderia ter sido mais fortuita e apropriada a citação de Fernando Henrique Cardoso aqui nesta mesa, porque eu vou falar exatamente dele sobre uma pequena correção, duas, que eu preciso fazer a esta CPI. A primeira delas é a forma como nós chamamos ONG. O nome está errado! Organizações não governamentais. E quem fala isso é Fernando Henrique Cardoso. Nas suas crônicas políticas, ele escreve "não são organizações não governamentais", porque esse nome é mentiroso. Dá a impressão de que eles não querem governar, que eles não exercem essa influência governamental. O



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome certo, diz Fernando Henrique, é "organizações neogovernamentais". É exatamente assim que eles se veem, que eles se apresentam e que eles exercem o poder.

Agora, vejam só: nenhum ongueiro se elegeu a nada, nenhum ongueiro se elegeu a ser e a impor, aqui no Brasil, as políticas públicas estabelecidas lá fora, estabelecidas em Bruxelas, estabelecidas na Europa, mas é exatamente por isso que eles não são eleitos, porque, se fossem, provavelmente não teriam o apoio democrático do que querem. Mas, é claro, eles influenciam. A maior capacidade das ONGs é exercer influência em centros de controle, centros de poder. E esse é o segundo ponto. Então, o nome certo é organizações neogovernamentais.

E o segundo ponto em que a gente precisa focar e que precisa ficar focado aqui também nesta CPI... É claro, acertaram muito bem em chamar de CPI das ONGs, mas, ao escolherem essa célula, ao escolherem o nome ONG, vocês escolheram a medula espinhal, vocês escolheram literalmente a medula por onde passam não só os neurônios que conectam essa rede de poder, dinheiro e verbas que vêm da Europa, dos países do Hemisfério Norte, não só as ordens, mas também os nervos, que movimentam, que fazem acontecer. Então, o que, na verdade vocês estão estudando não teve... O vocês estão estudando? Não estão estudando só as ONGs; vocês estão tocando o aparato neogovernamental inter/nacional. O que está sendo examinado, dissecado aqui é o aparato neogovernamental internacional. Esse é o nome correto do monstro que criaram e que atua aqui no Brasil. ONG é só um apelido, um apelidinho gostosinho – ONG –, que alguns chamam de não governamental, e o nome certo é aparato.

E veja. Vamos só fazer duas reflexões sobre aparato. A palavra *apparatus* é impressionante, porque ela tem dois sentidos no latim. Um é de onde vem a palavra aparência, é de aparência: ela aparenta ser alguma coisa, uma aparência, quando você quer fazer uma... Na época na monarquia, havia a aparência de majestade, tinha os bailes, tinha um aparato, uma opulência de majestade. E o outro vem – o mesmo termo – de aparelho. Aparato também é um conjunto, é um sistema. É por isso que o nome correto é "aparato neogovernamental".

E eu vou contar nos próximos minutos... Pode colocar já a nossa apresentação... Aliás, antes de começar a apresentação, vamos assistir a um vídeo. Convido vocês a assistirem a um vídeo que bem resume essa situação, é um vídeo de apenas 4 minutos e 35 segundos – no máximo 5. O vídeo 1, por favor, que é um excerto do vídeo Cortina de Fumaça, uma produção do grupo Brasil Paralelo. Coloque para a gente assistir, vídeo 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pronto.

Eu escolhi esse vídeo, porque ele...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Eu espero que sim. Na verdade, eu sugiro, Senador, que o senhor... Não só esse trecho, mas pegue todo, o vídeo inteiro, chamado Cortina de Fumaça. O vídeo está disponível na internet, é um documentário de mais de uma hora. Lamentavelmente, esse documentário tinha material para ser mais de três horas de documentário, e, infelizmente, cortaram com uma hora e quarenta minutos, quase duas horas, mas eu sugiro que o vídeo inteiro fique disponível para a CPI.

Pode colocar a apresentação, então, por favor?

Eu escolhi o vídeo não só porque ele resume bem, mas porque eu participo também dessa parte central do tema.

Como eu já falei, o tema é muito amplo e a gente poderia passar dias, meses, estudando isso aqui. Eu preciso falar daquilo que eu entendo bem, com muita clareza e especificidade. Eu gostaria de ser mais preciso e cirúrgico. Eu queria falar das causas e consequências, da fragilidade ou das fragilidades e peculiaridades do sistema de identificação e reconhecimento de grupos étnicos no Brasil e demarcação de territórios étnicos no nosso país e, é claro, por fim, do estabelecimento de marcos regulatórios como única solução, marcos regulatórios para a demarcação de terras indígenas e territórios étnicos no Brasil como única solução.

Se eu só tivesse 30 segundos para passar a mensagem que eu preciso passar aqui agora, a minha mensagem seria: o Brasil precisa rever urgentemente os marcos regulatórios que colocam os critérios, que estabelecem critérios para a identificação de grupos étnicos e a demarcação de territórios étnicos no Brasil.

Vamos avançar.

Pode passar.

Infelizmente, não vai dar para falar muito sobre essa parte, mas, se a gente for estudar a história das ONGs, a gente tem que remontar lá para a década de 70. O Prof. Lorenzo Carrasco fala que foi na década de 70, para ser mais exato, em 1971, quando surge a principal delas, que é o Cimi, todas elas são... O primeiro ambiente de formação das ONGs no Brasil é a esquerda católica. Então, a CNBB, a CPT e o Cimi surgem nesse mesmo contexto, no início ainda da década de 70 – passa um pouquinho –, porque também todos eles são caudatários e também são originais aí da turma da Teologia da Libertação. Esses agentes do indigenismo surgem com a Teologia da Libertação. Não sei se vocês conhecem isso aí. D. Pedro Casaldáliga, Aloísio Lorscheider, Leonardo Boff, D. Balduino, todos eles são... É aí que está a raiz da esquerda indigenista no país e das ONGs que virão. Eles são o primórdio, porque depois – passa para a próxima – acontece um evento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses aí são os primórdios, da época em que não existia internet, e toda a publicação deles era feita em cartilhas, encadernações pequenas. Era o início singelo. E, veja, na década de 70, quem é que não lutava pela defesa dos índios? Quem é que não se sensibilizava com a questão indígena? Eles, então, representavam uma parte importante. E, resguardadas as devidas proporções, era um grupo praticamente brasileiro, os recursos ainda eram próprios e deles.

Agora, um evento histórico – avança – muda todo esse cenário. Para começar, a Constituinte de 1988. A gente sabe, existem documentos históricos que comprovam que o *lobby* indigenista na Constituinte foi o maior *lobby* que já se viu em todas as épocas, porque não só a Fundação Ford, mas as outras organizações, o próprio Cimi financiou a vinda dos indígenas, a participação intensa dos indígenas na elaboração do §231, 232. Isso é uma manipulação exata do maior momento da nossa história, a nossa Constituinte, e a prova disso, que esse momento foi elaborado e que foi elaborado pelas ONGs para atender interesses internacionais, é que amanhã nós ainda estaremos discutindo, aqui, do outro lado da avenida, no STF, um artigo da Constituição, que é o marco temporal, e a gente vai falar sobre isso mais tarde.

Vamos avançar.

Outro fenômeno importante que aconteceu foi a Eco-92, que foi, basicamente, um laboratório da governança global. É a partir de 1992 que as ONGs no Brasil, as organizações não governamentais, lançam raízes, se potencializam e tomam força e substituem a esquerda católica.

Avança.

É exatamente isso. A Rio-92 anuncia uma nova era. Nova era de quê? De governança global. E as ONGs são o último elo, ou um elo importante entre os interesses dessa governança global, da ONU e da OIT, como vocês verão, com os povos indígenas, as minorias étnicas. É nesse momento – pode passar – que se cria uma rede de conexão, uma nova aldeia, uma nova tribo que conecta Raoni ao Presidente da França, aos Presidentes da França. É a partir de 1992 que as coisas avançam.

Daí, a coisa começa a ficar profissional, profissionalizada. A partir de 1992, no final do século XX e início do século XXI, o Brasil começa a aprovar legislação e começa a implementar legislação demarcatória, e é exatamente nesse momento que o Fernando Henrique Cardoso fala acerca das organizações não governamentais.

Eu estou aqui em minhas mãos com um livro chamado *Demarcando Terras Indígenas*. O livro, todo ele, foi financiado pelo pessoal que, à época, chamava-se GTZ, que é a agência de cooperação alemã, hoje chama-se GIZ. E, naquela época, veja Senador, a nossa autoridade, a autoridade brasileira era ainda menor. O cidadão brasileiro que tinha sua propriedade reivindicada por uma terra indígena sequer tinha uma oportunidade de contestar. Então, em 1996, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso estabelece o Decreto 1.775, de 1996, que vai regularizar o processo de demarcação. Antes, você não tinha



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem pra quem recorrer. Se a sua propriedade fosse reivindicada por uma terra indígena, você não tinha a quem recorrer. Foi o Decreto 1.775, de 1996, que regulamentou a aplicação e a demarcação de terras indígenas.

O PPtal é o programa de proteção das terras indígenas da Amazônia Legal, financiado pela GTZ, que financiou essa publicação aqui também. O pessoal simplesmente apavorou-se com o Decreto 1.775. Houve uma movimentação incrível. Olha só, diz o livro: "As dúvidas sobre como melhor agir motivou o movimento indígena, por meio da Coiab, a debater o decreto de forma mais independente de outros atores, mesmo contando com as presenças de aliados". Houve um seminário. No seminário "Decreto 1.775: desafios e perspectivas", eles debatem.

O Ministério Público Federal faz uma publicação dizendo que o decreto é etnocida, que o decreto que estabelece o direito de resposta era etnocida. A reação foi estarrecedora, mas eles concluem esse parágrafo dizendo: "Com o transcorrer dos anos, é possível afirmar que o Decreto 1.775 foi benéfico, foi positivo, pois, no mínimo, serviu para esvaziar o argumento de que as demarcações estavam sendo arbitrárias, porque o Decreto 1.775 permite a aparência [lembra do aparato?] de democracia".

Em dez anos, de 1996 até 2006, de mais de cem reivindicações, de mais de cem contestações, apenas seis foram consideradas válidas, apenas seis. Quem faz o cálculo é o próprio Lorenzo Carrasco e publica-o no livro *Máfia Verde: o Ambientalismo a Serviço do Governo Mundial*.

Pode passar, então.

Ou seja, é uma aparência de situação democrática, é uma aparência de democracia.

Quem são as fundações que financiam o estudo *establishment* "ongueiro" no Brasil? São, pelo menos, essas – tem muitas outras –, mas a Ford Foundation, que é a maior delas; a Gordon and Betty Moore Foundation. Nós vamos ver daqui a pouco que, além das agências de cooperação do Canadá, da Alemanha e tudo mais, tem todas essas: a CAFOD, que é uma organização católica, Catholic Agency for Overseas Development; a Survival International. Essas são fundações. Para quem elas enviam o dinheiro delas?

Próximo quadro.

Na verdade, junto com as fundações, também tem essas grandes – essas são as grandes –, que eles chamam de BINGOs (Big International NGOs), está certo? Esses são os BINGOs: a Rainforest Foundation, Greenpeace. Essa turma, junto com as agências de cooperação, enviam o capital para quem?

Para a próxima foto. Agora, sim.

Para essa turma aqui no Brasil: são as ONGs socioambientais. Antigamente eram chamadas de indigenistas, hoje nem mais dá para chamá-las de indigenistas, porque são socioambientais, indigenistas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilombolistas e tradicionalistas. Hoje nós já temos três ramos, exercendo três ramos da reivindicação territorial no Brasil: terras indígenas, territórios quilombolas e áreas de povos e comunidades tradicionais.

Essas ONGs, então, do começo da... Foi dito várias vezes aqui que a CPI não quer investigar todas as ONGs. Nós sabemos que existem ONGs e ONGs, existem ONGs boas e ONGs que estão fazendo esse processo de ingerência. Essas que fazem a ingerência no Brasil são as que atendem pelo nome socioambiental, ou seja, trabalham com o meio ambiente, dizem defender o meio ambiente, dizem defender os seres humanos que vivem junto ao meio ambiente, índios, quilombolas ou comunidades tradicionais.

Essas são as mais perigosas: Conselho Indigenista Missionário é histórico, tem mais de 50 anos; CTI (Centro de Trabalho Indigenista), nós vamos falar sobre ele daqui a pouco; o Instituto Socioambiental... Eu começo falando sobre o Instituto Socioambiental, mas existe outra dezena delas; não são milhares, mas dá pra dizer que são pelo menos 150 a 200 ONGs socioambientais que inspiram desconfiança.

Próxima.

O problema no Brasil...

Ah, e elas, por sua vez, utilizam a sua influência junto, como o Senador colocou, aos bonecos, aos ventríloquos, ou seja, a Foim, a Coiab, o CIR, que acabam recebendo...

Veja, aqui não é uma fala desrespeitosa; é simples, essa frase já foi falada várias vezes: essas associações indígenas recebem dinheiro das ONGs, que, por sua vez, recebem dinheiro das fundações internacionais, que, por sua vez... Ou fundações ou agências de cooperação. E já foi dito várias vezes aqui na CPI, em várias versões, um grande ditado nordestino: "Quem paga o sanfoneiro escolhe a música". Essa é a fala, muito acertada por sinal. Quem paga o sanfoneiro escolhe a música, e a música que está sendo tocada no Brasil é um grande réquiem da soberania nacional, um réquiem da miscigenação daquilo que nós tínhamos e do que mais nos orgulhava, para dar espaço a uma política pública segregacionista, territorialista, que toma conta do Brasil.

Avança.

Um dos problemas ou talvez outro grande problema que nós temos aqui, e é por isso que eu digo que não são só as ONGs, mas, sim, o aparato "ongueiro". O aparato é muito maior, porque os agentes do indigenismo, os agentes do socioambientalismo já estão infiltrados em todos esses órgãos. Todos esses órgãos aí que foram recém-criados.

Eu coloquei ali uma foto que está em cor de laranja, com a face dos demais indígenas, porque eu não achei ainda a logo do Ministério dos Povos Indígenas. Não existe ainda, procurei, mas não encontrei, mas todas essas logos aqui, todas essas fotos representam órgãos públicos nacionais, órgãos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governamentais infiltrados e tomados por agentes do indigenismo. Basta, o maior exemplo deles, não é preciso, isso é informação pública, é a Sra. Sonia Guajajara, até o ano passado, Presidente da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e financiada, articulação esta, largamente, fartamente financiada por vários órgãos internacionais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – A Ministra Marina Silva continua constando como membro de uma das mais importantes...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Como membro...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – O Capobianco é fundador do ISA.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pronto!

E a gente vai ver agora o que faz o ISA.

Eu preciso aqui chamar a atenção, Sras. e Srs. Senadores, da importância das denúncias, porque as denúncias de desvio são raras. E eu quero chamar a atenção para esta denúncia porque foi a primeira denúncia que eu vi na minha vida, foi a primeira com que eu tomei um choque.

Trata-se do próprio Mércio Pereira. Se você olhar ali em cima naquela linha, é o Blog do Mércio. Aquela foto ali é de um antropólogo chamado Mércio Pereira Gomes. Não é qualquer antropólogo, é ex-Presidente da Funai, Professor da Universidade Federal Fluminense, um homem reconhecido, publicamente reconhecido. O que ele escreve no blogue dele? Numa publicação de julho, se eu não estou enganado, de julho de 2007 ou setembro de 2007, que o ISA recebe US\$2,8 milhões para demarcar terras indígenas no Alto Rio Negro. Se você ler essa página...

Passa para a próxima página, que eu acho que está... Essa! É lá. Aí está a notícia aumentada, a notícia que está colocada ao lado.

A notícia é surpreendente, mas é velha. Desde 2004, o [...] [ISA] recebeu mais de 2.800.000 dólares da Fundação Gordon e Betty Moore [Foundation], dos Estados Unidos, para supostamente aumentar em mais de 1 milhão de hectares as terras indígenas no [baixo] rio Negro.

Como pode isso? [Ele pergunta.] Será que essa Fundação [na verdade, será que essa organização] não sabe que demarcar terras é um ato soberano e público do Estado brasileiro [...]?

Ledo engano, se até... Eu entendo que ele tenha se enganado, porque, se até ele se enganou achando que esse era um ato soberano, imagine o cidadão comum. Nós achávamos que a demarcação era um ato soberano do Estado brasileiro, mas virou um grande comércio multimilionário. "Será que o ISA



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não teve escrúpulos de dizer isso?" A vontade de ganhar dinheiro e prevaricar é tanta assim? Então, vejam lá, no próximo parágrafo:

Eis porque eles me criticaram tanto [quando ele era Presidente da Funai] e tentaram tanto me derrubar da presidência [Presidência da Funai – Senadora Damares, bom dia!]. Agora que o irmão de Márcio Santilli [o Sr. Paulo Santilli] é coordenador de Identificação de Terras Indígenas, eles acham que podem pressionar o antropólogo que está fazendo o levantamento das aldeias indígenas do médio rio Negro para chegar ao tamanho que prometeram ao seu patrocinador.

Eles se enganaram, esse antropólogo era eu. Esse antropólogo aí sou eu, eu estava lá.

Vamos para o próximo eslaide.

Essa é a prestação de contas de 2004. E depois eu vou contar como é que eles tentaram me subornar. Essa daí é a prestação de contas: US\$2,852 milhões para quê? Se você olhar, se você entrar nessa página – eu vou passar essa página para a CPI –, você vê que é para demarcar terras indígenas no médio Rio Negro. Eu fui contratado pela Funai, fui aprovado em concurso público nacional, federal, para identificar, delimitar terras da Terra Indígena Médio Rio Negro II, para o qual o ISA havia recebido quase US\$5 milhões. Não sei quanto está o dólar, está R\$5? À época, não sei quanto daria, mas dá mais de R\$5 milhões à época. Está certo?

Passa a próxima.

Então, é isso aí. Eu vou falar depois do critério das ONGs nacionais, mas eu preciso falar, em algum momento – e agora é uma boa hora só para citar –, da Convenção 169 da OIT, porque ela tem tudo a ver com o que vai acontecer aí.

Eu fui enviado a campo para a região do Médio Rio Negro, na cidade de Barcelos – Senador Plínio, se o senhor quiser conhecer... O senhor conhece Barcelos, evidentemente, mas, se quiser passar por lá, o senhor vai ouvir melhor essa história. Eu cheguei lá, em Barcelos, no dia 24 de janeiro de 2007 – eu me lembro, porque é o dia do meu aniversário – e fui bem recebido pelos índios, fui recebido com um *dabacuri*, eles fizeram uma festa bonita para receber o antropólogo e o GT – afinal de contas, era a chegada do GT da Funai. E aí... A cena é um pouco ridícula, porque fizeram toda aquela recepção... Foi muito bonito, era um domingo, mas foi na segunda-feira que fizeram essa cena.

E aí nós fomos apresentados, eu mostrei a portaria da Funai que criou o GT, que me autorizava, apresentei a minha equipe técnica, a bióloga que estava junto comigo, o pessoal da Funai que estava comigo, e aí – eu acho engraçado mas também ridículo – eu falei: "Gente, vamos começar a trabalhar então? Deixa eu pegar aqui a cartolina para a gente colocar no mapa...", eu já tinha desenhado o que era Barcelos, os rios. "Vamos colocar aqui no mapa as áreas tradicionais." Diz lá a Portaria 14, de 1996, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o antropólogo deve estudar as áreas de ocupação tradicional, as áreas onde são realizadas as atividades tradicionais, os rios... "Onde é que vocês fazem as pescas, onde são feitas as caças? Vamos começar?". O cacique ou líder da associação indígena falou: "Antropólogo, você está um pouco atrasado. Fulana, pega lá em cima do computador aquele mapa. É porque nós temos parceiros que estão nos ajudando há muito tempo, e que já estão aqui... Já pegou o mapa? Pega lá, traz aqui".

Quando ele abriu o mapa, em cima da mesa em que a gente estava, estava lá em cima... Primeiro que o mapa era enorme, um mapa de 2m, mais ou menos 2m². Era literalmente uma foto – essa foto que está aí, essa foto da direita –, uma foto aérea, tá? Com o título: USAID, que é United States Agency for International Development/ Gordon and Betty Moore Foundation, em cima, e embaixo o nome: Instituto Socioambiental. E o mapa era esse, que reivindicava como terra indígena todo o Município de Barcelos, inclusive a sede.

Para quem não sabe o que é Barcelos, Barcelos é o segundo maior município do Brasil, ou era.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Terceiro do mundo. Só perde para Altamira. Esse dado está meio defasado, porque a gente acredita que Altamira é o segundo maior município, que é o maior município do Brasil, não é mais. Faz tempo, faz décadas. Por que não é? Porque mais da metade do Município de Altamira não é Altamira, não é município mais, é área federal, foi tomada por Terra Indígena. Então, se a gente for fazer o cálculo, Altamira não tem nem metade do seu território municipal.

Quando eu vi aquele mapa, eu falei: tem algo aqui, o que é isso que eu estou vivendo aqui? O que eu estou fazendo aqui? Eu percebi que eu era o boneco mamulengo, e que estavam puxando as cordas, e eu nem sabia o que eu estava fazendo lá.

Avança, por favor – na verdade, nós vamos combinar que toda vez que eu fizer assim, se ficar falando, você já passa, tá?

Eu fui enviado para Barcelos para fazer um estudo de identificação. O que eu encontro lá em Barcelos? Eu encontro uma população mestiça, cabocla, ribeirinha, amazônica, que havia passado pelo quê? Por um processo de catequese etnogênica. Por que eu chamo de catequese? Por que eu batizei como... Essa palavra nem existe, ou nem existia, eu tive que encontrar esse termo. Porque eu descobri que, não só em Barcelos, mas em outras, sobretudo em Santarém, em todo o oeste do Pará, em todo o vale do Rio Amazonas, em todo o Norte e Nordeste do país, em áreas do Nordeste do Brasil, passaram por um processo de catequese.

Catequese é um processo de pregação étnica, ou seja, chegava um agente... O que é que estava acontecendo? Chegava um agente de uma ONG, antes de vir o antropólogo, e falava: "Escuta, você não quer ser índio com a gente? Vem ser índio", e chegava com outra pessoa que já tinha alguns benefícios: "Vamos ser índios juntos", "Mas como assim ser índio?", "Não, porque você vai ganhar benefícios, você



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ganhar Bolsa Família, seu filho vai entrar na universidade por meio das cotas indígenas, sua mulher vai se aposentar com 55 anos, você vai se aposentar com 60 – eu acho que é alguma coisa assim –, você vai se aposentar mais cedo, tem saúde especial, educação".

Desse jeito, dessa forma, isso é catequese etnogenica, ou seja, catequese é uma outra palavra para falar: a fraude da manipulação, da indução artificial para que aquele caboclo mestiço – a Helderli falou sobre isso aqui na última semana – passasse a se autodeclarar como indígena.

Eu me lembro como se fosse hoje. Eu cheguei a uma comunidade chamada Boca do Rio Cuiuni, e a Presidente da comunidade chamava-se Jardelina. Falei: "Olha, eu conheço o nome do nordestino, mas Jardelina, parece cearense", "Mas eu sou, eu sou cearense, mas disseram para eu dizer que eu sou índia; disseram para eu dizer que eu sou índia e disseram que não tinha problema falar isso para o senhor". Eu falei: "Não, não avisaram que essa parte não tinha que falar, essa parte que ia ter problema para mim não era para ter falado, era para ter dito só a outra parte".

Ela tinha sido induzida a se dizer indígena e que para o antropólogo da Funai não teria problema, que ele não ia nem perguntar sobre isso, ou seja, eu encontrei uma população – próxima –, mestiça, absolutamente mestiça, que vivia, como todos os demais, casados há décadas. É claro, índio descendente, em algum momento, em alguma história... Todos ali tinham um avô, um bisavô do qual eles descendiam. Mas o número de casamentos, como o da D. Jardelina... Vários outros descendiam dessa miscigenação. Viviam iguais – próxima –, trabalhavam no mesmo sistema agrícola de produção, plantavam mandioca, colhiam – próxima –, trabalhavam na pesca, tudo isso.

E eu falei: "Essa não é uma população indígena, essa é uma população mestiça, eu não posso demarcar uma terra indígena...". Eu achava, pelo menos, que não seria certo, correto, justo, honesto, demarcar uma terra indígena, sobretudo nos moldes pedidos, no tamanho pedido, como essa daí, desse tamanho.

Avance.

E o que eu fiz? Eu denunciei, ainda dentro da Funai, essa campanha de etnização artificial do caboclo mestiço amazônica, no Baixo Rio Negro, para legitimar uma expansão do poderio do ISA no Rio Negro. Eu achei que, com o meu laudo, estaria acabado, eu achei que, com o meu laudo, eu já denunciei aquilo, eu reduzi o número da área. Algumas delas tinham uma população... Porque é uma boa pergunta, uma comunidade mestiça, que tem apenas dois índios... Eles também fizeram isso, eles enviavam... Tinha uma comunidade toda mestiça, aí enviavam dois índios para morar naquela comunidade. Tem cem pessoas e dois índios... Aquela é uma comunidade indígena, com dois índios, uma minoria demográfica absurda? Em várias comunidades, o número de indígenas reais que eu reconhecia como indígenas, pertencente a uma população indígena, era minúsculo, e eu denunciei isso na Funai.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – A gente escuta, parece que não é verdade.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Eu sei. Parece uma teoria da conspiração, não parece ser verdade, não parece ser real, e é por isso que é tão chocante quando eu falo, porque eles estão agindo por trás dos panos, agindo na escuridão da noite.

Vá.

Olhe o que aconteceu.

Volte lá só um pouquinho, antes de chegar a essa cena.

O que vem depois disso daí foi que eu denunciei isso daí na Funai, entreguei o meu laudo, reduzi o número das áreas, tentei encontrar... À época, eu morria de medo de enfrentar o aparato indigenista. Então, eu reduzi, tentei encontrar as mesmas justificativas que são aceitas, que eram aceitas à época. Me arrependo disso, por quê? Porque era como se eu estivesse cedendo o espaço. Apesar de denunciar o processo de uma fragilidade, eu achei que seria o suficiente reduzir as áreas, já que a população se dizia... Porque tinha alguns que se diziam indígenas. Veja, alguns que estavam treinados pelo ISA falavam pra você que eram indígenas, que queriam resgatar a identidade indígena, que queriam reaprender o nheengatu e tudo mais naquela região. E alguns falavam pra mim que... Mas era o rapaz que tinha recebido o curso do ISA. Era o cara. A população inteira não sabia, eu falei: "O senhor tem interesse no nheengatu?". "O que é nheengatu?" Muitos deles simplesmente não queriam esse retorno ao caminho de volta, como é chamado pela antropologia.

O que a Funai fez? O que fez o ISA? Desprezou o meu laudo, contratou outro antropólogo. O outro antropólogo fez um laudo que não serviu. Sabe quem que teve que contratar?

Próximo eslaide.

O ISA teve que colocar Márcio Meira na Presidência da Funai, pra que o próprio Márcio Meira... O ISA, depois de manipular todo o processo, pudesse colocar a mulher dele, Lucia Hussak van Velthem, para que essa fosse a antropóloga responsável pela demarcação. Lembra que o nome da terra indígena chamava-se Médio Rio Negro II? Como, do meio do caminho pra lá, de 2008 – isso era 2007 – em 2009, acaba havendo... Tem um nome correto para a PET 3.388, um nome que quando faz uma juntada, tem um acórdão. O Acórdão da PET 3.388 vai junto à impossibilidade da ampliação de terras indígenas. O que o ISA fez? Mudou o nome, mudou o nome e o local. Mandou a Lucia van Velthem a campo pra demarcar, não mais em Barcelos, mas agora ao lado ali de Santa Isabel do Rio Negro, uma outra terra indígena chamada Jurubaxi-Téa, com mais de 1,2 milhão hectares.

Tarefa, dever cumprido. Dinheiro entrou, dever foi cumprido. Era o Presidente da Funai e a sua mulher... Eles não são casados. Até onde eu sei e investiguei, não são casados oficialmente, mas têm um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filho em conjunto, são parceiros de décadas. É isso, o Presidente da Funai era ex-sócio do ISA, ainda é sócio do ISA, colabora com o ISA.

O ISA recebeu, só nesse caso, R\$2,8 milhões de dinheiro pra demarcar terras indígenas no Brasil. Isso serve ou não serve como fundamento pra quebrar o sigilo bancário do ISA? Eu penso que sim. Eu acho que sim.

Avance, por favor.

Mas não foi só isso. Até 2014, o ISA recebeu mais de US\$20,477 milhões pra quê? Pra proteger terras indígenas na Bacia Amazônica. E todo esse dinheiro também é utilizado para a compra de consciências, para a compra do caboclo ribeirinho amazônida, e por aí vai.

Avance.

Bom, eu vou avançar isso aí. Eu vou deixar pra depois. Eu quero falar de outro caso importante.

Avance também.

Ah, tem esse caso aí. Eu não sei se já foi apresentado esse eslaide aqui. Já foi? Vocês já viram essa...

Uma vantagem nossa é que eles falam tudo que eles vão fazer, ou boa parte deles, e publicaram, em 2010... Esse é um encarte. Essa é a capa de um encarte. *Farms here, forests there*. Qual é o acordo internacional? *Farms here. Here* onde? Nos Estados Unidos. *Here in the United States. Forests there. There* onde? Aqui, no Brasil. Só faltou combinar com a gente. Só faltou combinar. Mas eles... Quer dizer, na verdade, eles combinam, mas é mal pago, porque o dinheiro que eles pagam, como já foi repetido, foi dito pelo ex-Ministro Ricardo Salles, esse dinheiro vai parar nas mãos das ONGs.

Pode avançar.

A gente tem muita coisa para denunciar.

Outra denúncia importantíssima veio em 2010, com a reportagem especial da revista *Veja* nº 2.163, de maio de 2010: "A farra da antropologia oportunista". Se esta Comissão ainda não tem uma cópia dela, é muito importante que tenha.

Avance.

Porque várias denúncias demonstram... A revista demonstrou como inaugurou um novo capítulo na história da formação da opinião pública no país.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Repita só o número da revista. Eu tenho a coleção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Nº 2.163, de 10 de maio de 2010.

Avance.

A reportagem traz uma série de denúncias, e o subtítulo dela é importantíssimo: "A farra da antropologia oportunista". Diz: "Critérios frouxos para a delimitação de reservas indígenas e quilombos ajudam a engordar as contas [...] e diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir". A reportagem é fenomenal, muito bem produzida, muito bem colocada.

Avance.

Mostra mais de dez denúncias em todo o Brasil, e eu vou falar de algumas delas aqui, sobretudo do caso de Santarém. Se bem que de Santarém eu vou deixar pra gente falar quando formos a Santarém, quando a CPI for a Santarém. E também casos em Santa Catarina. Uma das reportagens é feita no Morro dos Cavalos, essa de 2014, de que eu participei.

Avance.

Vamos falar dela agora.

Eu ia citar, vale a pena ler...

Pode passar.

Vale a pena ler a reportagem: "A ganância e a falta de controle propiciaram o surgimento de um estranho conceito pseudocientífico...", que os antropólogos chamam de etnogênese, que eu batizei de... É por isso que existe a catequese etnogênica. "Para justificar a crescente corrida de grupos pelos seus direitos coletivos, antropólogos e indigenistas brasileiros construíram o conceito de 'índios ressurgidos' como estratégia para legitimar as demandas de grupos" que ressurgiram ou que se dizem indígenas depois de séculos de miscigenação e de formação de uma população mestiça".

Avance.

Depois de lerem essa reportagem... Senador, que bom que o senhor tem... Eu sugiro que coloque essa reportagem nos autos da CPI. Mas é importante ler esse trecho, que diz o seguinte:

Os super-poderes da identidade indígena garantidos pelo texto constitucional e por Direitos internacionais como a Convenção 169 da OIT trazem benefícios materiais concretos da declaração identitária o que vem provocando uma crescente e ininterrupta corrida pela auto-identificação indígena, uma vez que o comprometimento histórico e uma atual congruência de interesses entre indígenas, quilombos, [populações étnicas], partidos políticos, ambientalistas e antropólogos gera um [grande] esquema [que se retroalimenta] de retroalimentação mútuo, [que é plenamente] operante e vitorioso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reportagem continua e é importantíssima, vale a pena ser colocada, porque foi ela que trouxe um despertar, foi uma das primeiras reportagens... Não preciso dizer que a revista *Veja* foi processada por essa reportagem, teve que retirar do ar, você quase não a encontra mais disponível na internet.

Próximo.

Uma das terras indígenas que foi denunciada é a Terra Indígena Morro dos Cavalos. Eu coloquei esta frase aí, porque está em vigor no Brasil uma campanha... Está vigorando uma campanha do movimento indigenista dizendo: "Nossa história não começou em 1988". O movimento indigenista coloca fotos e tal: "Nossa história não começou em 1988". É fato. No Brasil inteiro... Como em todo o Brasil, os índios precedem a formação do Estado brasileiro, precedem a colonização, mas e em cada área reivindicada? E aqui em Palhoça? Ali, Palhoça, a história começou em 1988? Não, não começou em 1988, começou em 1994, mais precisamente no dia 5 de janeiro de 1994, quando chega o primeiro assentamento guarani a Santa Catarina. Isso é uma publicação da ABA, com a foto do Presidente da ABA, Sílvio Coelho dos Santos, à época, e da minha Profa. Alcida Rita Ramos, participando, sendo felizes com a chegada do primeiro assentamento.

Tem outra imagem na página seguinte, e vou falar dela, mas, antes de falar da reportagem, eu preciso falar sobre este senhor, sobre este simpático senhor chamado Sílvio Coelho dos Santos. Ele tinha o sonho de construir o Pist (Parque Indígena da Serra do Tabuleiro). Catarinense, um dos fundadores da antropologia catarinense, do Estado de Santa Catarina, ele queria... Ele chegou a escrever uma carta para o então Governador do Estado de Santa Catarina Ivo Silveira dizendo: "Vamos separar, eu tenho certeza de que existem índios no Pist, no parque da Serra do Tabuleiro". Ele passou mais de dez anos procurando esses índios, nunca encontrou; colocou seus alunos pra fazerem essa pesquisa e nunca encontrou esses índios. O fato de não ter encontrado não o sossegou. E o fato de não ter índios ali também não atrapalhou o projeto deles. Uma pessoa apareceu. Quem que apareceu? A família de Milton Moreira.

Passe a próxima imagem.

Passe mais um pouquinho. Depois, a gente volta para esta daí.

É a família de Milton Moreira, que veio depor aqui na CPI das ONGs, que chega lá. O pai dele – olhem só a história – veio migrando pela SC-282 de oeste para leste, veio do Paraguai, vai até o litoral, vendendo artesanatos. Eles batem em Santa Catarina na cidade de Biguaçu e encontram com a BR-101, que estava sendo asfaltada. A BR estava sendo asfaltada, e eles iam vendendo... Tem aquelas máquinas, as máquinas param, eles vendiam produtos e tal. Onde as máquinas terminam seu serviço? Em cima do Morro dos Cavalos. Milton Moreira chega lá, criança ainda, por volta da década de 70. Até... O pai morre, se não me engano, em 1978, 1976 ou 1978. Até 1987, não tinha mais nenhum índio lá morando. Por quê? Todas as filhas casaram-se. Todas as filhas casaram-se com brancos, com outros não indígenas. Ele estava pronto a sair, ele já ia sair e ir embora, aparece uma antropóloga. Qual antropóloga?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desce mais uma.

Passa mais um.

Mais outro.

Mais outro.

Qual antropóloga? Esta daí que está à esquerda: Maria Inês Ladeira. Ela fala para ele: "Milton, você não pode sair daqui, você não pode ir embora, você não pode deixar... Você tem que fazer essa aldeia, esse território tradicional acontecer. A gente tem que montar uma aldeia artificial. Vai para o Paraguai, casa com uma índia, traz essa índia para morar aqui". Ele vai para o Paraguai, pega uma família... Ele é m'bya, ele traz uma índia nhandeva para montar uma aldeia lá, porque não pode perder um território... E, sobretudo, não pode perder a oportunidade de criar o Parque Indígena Serra do Tabuleiro. Ele vai para o Paraguai, volta para o Morro dos Cavalos. Morro dos Cavalos é simplesmente inabitável, porque é um "v". O grau de... É tão íngreme, tão íngreme que se você tropicar lá em cima você cai na rodovia.

A família dele passa menos de um mês ali no Morro dos Cavalos. Não aguenta, sai dali e vai embora pra Tubarão.

Acabaram os índios. Ele avisa para o antropólogo: "Olha, acabaram os índios. A gente tem que chamar outros índios". Não tem problema. E o que ela faz, ou o que é feito? Articulam-se, e os agentes do indigenismo mandam chamar índios.

Eu consegui encontrar e descobrir que os índios – olhe só como é que funcionava –, os índios saíam do Paraguai e iam até General Osório, no Rio Grande do Sul. De lá, pegavam um ônibus, e o Cimi deixava os índios esquentarem – tem que esquentar índio. Como é que esquentava índio? Deixa nascer a criança no Brasil e aprender uma ou duas palavras em português para não ficar parecendo que veio do Paraguai assim tão rápido.

Esquentou o índio ali, de General Osório, mandavam de ônibus, ou na boleia do caminhão, até Morro dos Cavalos. Iam chegando, só que ninguém ia ficando. Até que a coisa foi tão mal colocada, que, finalmente...

Volte lá.

Volte lá na cena.

Volte.

Volte aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, em 5 de janeiro... O pessoal chegava e não ficava lá no Morro dos Cavalos. Até que em 5 de janeiro de 1994, com a ajuda e intervenção do Ministério Público Federal, chegou a primeira família. No dia 5 de janeiro, foram assentadas oito famílias de guarani m'byas em Maciambu, Município de Palhoça, Santa Catarina, área situada no limite, vamos ler, do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, próximo a Florianópolis.

Volte lá, porque essa é a parte importante.

Volte lá, eu vou ler daqui. Eu vou ler daqui porque essa é uma parte importantíssima.

Próximo à Serra do Tabuleiro, próximo à Florianópolis, a partir do Projeto Guarani, coordenado pelo antropólogo Aldo Litaiff, do Museu da Universidade de Santa Catarina, começou a se esboçar a possibilidade de usufruto, de ter, de, então, conhecida e avaliada pelos próprios guaranis, 12 famílias. Esse projeto prevê ainda o assentamento de mais 12 famílias na mesma região.

Além de lideranças indígenas, compareceram a esse evento também Sílvio Coelho dos Santos, Presidente da ABA, Otávio Velho, do Museu Nacional, e Alcida Rita Ramos, da Universidade de Brasília.

E por aí vai, e daí continua.

Gente, o que é isso que a gente está vendo, Senadora Damares? O que é isso, se não é uma transfusão, uma mobilização ilegal e ilegítima de população indígena de uma área para colonizar uma outra? É a recolonização do litoral catarinense por uma população indígena artificialmente colocada. Estavam montando uma aldeia em Morro dos Cavalos.

E não parou por aí.

Por causa de Morro dos Cavalos, todas as obras... Morro dos Cavalos era uma pequena aldeia, grandes negócios. Uma pequena aldeia num local estratégico é fabuloso porque, bem do lado da BR-101, uma série de indenizações foram acontecendo: a duplicação da BR-101, a criação do Gasbol, e por aí vai. Por causa de Morro dos Cavalos, Senador, no mínimo, até onde eu saiba, no mínimo outras nove reivindicações territoriais foram feitas por causa desse primeiro assentamento guarani em Santa Catarina, chegado em 1994.

Era isso que os nossos Parlamentares Constituintes imaginavam quando assinaram a Constituição? Era esse o projeto que eles estavam imaginando? Não era! Não era isso que estava sendo proposto. Era o reconhecimento das terras que tradicionalmente ocupam – o verbo é muito claro, no presente –, e não ocuparam, ou não que venham a ocupar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo desde o começo, Senador Plínio, é que as ONGs se articularam para fazer uma retomada de áreas produtivas, uma retomada do Brasil, uma espécie de vingança indígena contra o capitalismo. São utilizadas, pagas pra fazer uma vingança contra o capitalismo.

Avance.

Contra o capitalismo, contra o Brasil, contra nossa capacidade de desenvolvimento.

O mapa utilizado pela Funai é todo fraudulento.

Vá lá.

O mapa é todo fraudulento, não tem ali a curva de nível. Mostra, do lado esquerdo ali, por exemplo... As áreas sem curva de nível sugerem que seja uma planície; contudo, é uma área absolutamente inagricultável. Seria uma área agricultável, mas é um morro à frente ali. O Morro dos Cavalos fica bem ali, não tem como viver ali, mas o Morro dos Cavalos é utilizado como base importante da expansão do poderio indigenista na região.

Os responsáveis nós já mostramos, porque todos eles... Volta ali um pouquinho... Vai para frente, desculpa. Todos eles assumiram cargos públicos na Funai. A Sra. Maria Inês Ladeira foi a antropóloga responsável pela identificação da Terra Indígena Morro dos Cavalos. A Maria Auxiliadora, do CTI, também é Presidente da ONG, em 2001, depois veio a trabalhar dentro da Funai como chefe da Diretoria de Proteção Territorial, em 2007. O Aluísio Azanha também entrou na Funai, é o filho do casal e está atuando lá dentro. Enfim, o CTI é uma dessas organizações que promove esse tipo de articulação dentro da Funai.

Pode avançar, tem muita...

Olhem, esse é o território guarani – esse é o território guarani! –, enorme, amplo, e é nele que as ONGs querem atuar, pegando todos os estados do Sul do Brasil.

Avança, porque eu quero mostrar...

A nossa história não começou em 1988, como diz o movimento indigenista, não começou mesmo. Em alguns lugares, não começou. Em Guaíra, em Terra Roxa, a história da ocupação indígena começa a partir do século XXI.

Coloque para gente o vídeo 2. Quero mostrar para vocês o vídeo 2, que mostra um avanço territorial – só rapidamente, só para entender aqui – das aldeias recém-montadas, recém-formadas. Coloque lá para gente, por favor.

Está saindo? Vai sair?

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Está lá a invasão. Em 2003, não tinha invasão; não tinha casas, em 2007; em 2003, as casas indígenas... Aí, olhem a linha dos índios que chegaram. Em 2019, montada com índios vindos do Paraguai ou de outros lugares e de Tatuí. Em 2003, não tinha nada. Fiquem vendo o mapa. Em 2004, começa a aparecer a primeira casinha, branquinha, lá em cima. Em 2007, eles vão abrindo, vão aumentando a clareira, aumenta o número de aldeias. Isso é em Guaíra, Município de Guaíra. Em 2019, já chegaram todos eles. Chegando em 2019, reivindicando a demarcação da Tekohá Guasu Guavira. A grande Tekohá, guarani, na região. Em 2007, tinha pouquinhos casas. Em 2003, olhem lá, já se colocaram, já fecharam, cada uma dessas é uma reivindicação, uma habitação deles, já pediram a construção de casas. Às vezes, a Prefeitura constrói casa, constrói escola. A área rural, em 2003, não tinha invasão, não tinha terra indígena. Em 2007, acho que havia uma casa em algum lugar, olhem lá, abrindo a mata, derrubando para abrir. Olhem lá, a invasão guarani na área reivindicada como terra tradicional indígena. É isso que está acontecendo e é por isso que eles querem tanto derrubar o marco temporal. Por quê? Porque a proposta, a ideia deles nunca foi demarcar terras indígenas tradicionalmente ocupadas, mas retomar todas as áreas. Esta é a utopia: retomar todas as áreas que um dia foram, ou um dia foi território tradicional indígena. Este é o pecado original do Brasil: ter sido, todo ele, em algum momento da sua história, demarcado e ocupado por terras indígenas. A história se repete, são várias... Todas elas começam em 2003, quando não tinha nada. Em 2007 – avança –, a história... Olhem lá, em 2007, surge outro aldeamento e por aí vai. Acho que está bom, já ilustrou bastante o que aconteceu em Guaíra, deu para entender.

O que o aparato indigenista socioambiental não conta é que o projeto deles é demarcar – ou não contam, não falam claramente – pelo menos 25% do território nacional como terra indígena, no mínimo, 25%. Essa é a proposta, e isso já foi dito por alguns deles, pelo pessoal do Capobianco. Uma das mulheres da família Capobianco já declarou aqui também, na Câmara Federal, que o Brasil tem um passivo de demarcação de terras indígenas de 60%. O passivo... Tudo que a gente demarcou até agora é 40%. Faça um cálculo: se o Brasil já tem 14% demarcado como terras indígenas, e ainda faltam outros 60%, onde é que vai parar? Quanto eles querem ainda? E, agora, com o Ministério dos Povos Indígenas, isso não vai parar tão cedo.

Vamos avançar, porque eu quero passar direto para a parte... Tem várias outras denúncias. Eu queria só sugerir que esta CPI também se apropriasse dos resultados da CPI da Funai e do Incra, eu não sei se isso já foi feito.

Se foi, eu vou passar então, porque eu também faço uso aqui do material produzido pelo Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, atual Vereador de Passo Fundo, o Vereador Rodinei Candeia, em que ele faz uma série de denúncias sobre Mato Preto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar mais rápido, porque acho que as denúncias, esse material vai ficar com a CPI: Sananduva, Mato Preto, vários outros... As denúncias já foram feitas, e a gente vai poder se apropriar delas em algum momento.

Avança aí, eu quero chegar a uma parte... Vou deixar essa parte, também do Pará, Apyterewa, e as outras demarcações do Estado do Pará, para quando a CPI estiver lá em Santarém e em Altamira, nós falarmos lá.

Pode avançar.

Trincheira Bacajá. Aí o próprio Vereador conversando.

Nessa daí, tem uma aldeia. Se vocês não estão vendo, é porque ela é inexistente. Aí está uma aldeia bem atrás, a aldeia é inexistente, a Aldeia Tauari.

Avança.

Já demarcada e homologada a Terra Indígena Patauí. No Município de Autazes, tem uma Terra Indígena, esse aí é o nome dela, Patauí, que não tem uma aldeia indígena, nunca um indígena habitou, mas já está demarcada e homologada. Teve uma disputa de família, uma disputa entre familiares, e o lado perdedor, de raiva, doou a área para a Funai, mas foi demarcada e homologada – deve ter tido laudo –, como se fosse Terra Indígena. Para quê? Para abrigar os novos indígenas, os indígenas recém-declarados.

Eu estive lá no marco, já está demarcada.

Avança.

Isso é no Município de Autazes, Terra Indígena Murutinga.

Está vendo aquela área hachurada ali com cinza mais escuro, aquilo é Várzea, é Várzea do Rio lá em cima. Índio mora na Várzea? Os índios habitam a Várzea? Nunca habitaram, nem utilizavam. Eles estão aqui atrás, no Rio Autaz. Por que eles querem a Várzea? Justamente – próxima foto, mais uma – para isso, justamente para poder arrendar a terra da Várzea, onde é feita a criação do gado.

Essa população mura da região está se apropriando de uma área que nunca foi habitada por índios, e – é sério – o Município de Autazes consegue ser pródigo em reivindicações territoriais indígenas. São 17 reivindicações territoriais indígenas, 17. O município corre o risco de ficar com uma área menor do que 20%, ou 15%, e uma série de reivindicações como essa.

Avance, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria falar um pouquinho sobre o processo de catequese, e também porque eu chamei, batizei, de catequese etnogênica, por causa desse cidadão à direita, o primeiro com a batina de padre, de frei franciscano à direita.

O nome dele é Frei Florêncio Almeida Vaz. Era um ótimo frei até entrar em contato com a Teologia da Libertação e trocar a batina – passe para a próxima foto – por uma cor, uma coloração de camisa um pouco mais revolucionária, digamos assim. Trocou a batina por uma bandeira mais vermelha. E ele é um dos que faz a catequese do caboclo tapajoara.

Avança.

Ele se utiliza da Convenção 169, da OIT, e ele criou duas ONGs em Santarém, no Pará: o Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns e a GCI. Tá certo? A GCI é o Grupo Consciência Indígena, onde ele sai fazendo esse trabalho.

Vamos avançar então. Eu vou deixar essas denúncias acerca de Santarém – pode indo, pode indo – para Santarém, a questão da demarcação, a queima das balsas, vou falar sobre isso em Santarém depois. Vamos deixar também Mato Grosso do Sul.

Eu quero falar só, rapidamente, em dois minutos, para terminar aqui, das fragilidades, fragilidades do processo demarcatório territorial indígena.

Avança até chegar a essa parte.

Eu poderia falar, os exemplos são inúmeros, são mais de 60. Eu calculo que sejam mais de 60 terras indígenas.... Só essa daqui, só para ter uma ideia.

Em 2014, 2014, vencia o primeiro decênio, o primeiro decênio de operação de atuação, de vigência da Convenção 169, da OIT. Eu escrevi carta para todos os Parlamentares, para que o Brasil, que o Parlamento brasileiro pudesse denunciar a Convenção 169 da OIT. Só um Parlamentar, Paulo Cesar Quartiero, me atendeu. Nós fizemos uma audiência pública aqui e nós conseguimos trazer esse cidadão Van Moreira, que conta, nessa entrevista, como foi que ele se tornou tupinambá. Toda a negociação, todos os benefícios. E tinha prometido... Essa entrevista dele está disponível, consigo-a em formato digital. Ele trouxe o depoimento dele aqui nessa audiência pública.

Avança mais um pouquinho. Avança também sobre a questão da atuação criminosa.

Esse...

Volta só a um detalhe aqui.

Eu sugiro fortemente que esta CPI vá também ao sul da Bahia para conhecer vários cidadãos, inclusive esse, o Edvaldo Joaquim da Silva, que teve o seu filho, teve a infelicidade de ter o seu filho



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reginaldo Marinho da Silva invadindo a sua própria fazenda. O filho se autodeclarou indígena e também se achou no direito de tomar a propriedade do pai, tá? Que depois o denuncia como uma invasão indígena.

A ausência de critérios científicos, a certeza da impunidade dão margem a todo tipo de manipulações identitárias. Todo tipo de manipulações identitárias. São inúmeras, inúmeras, são centenas de casos como esse, milhares, talvez.

Avança, por favor. Avança mais.

Aí uma carta também.

Avança.

Agora, só para mostrar aí para vocês o que é a ABA. Olha aí a Associação Brasileira de Antropologia agindo, não é?, e merecendo o respeito do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Barroso, dizendo que "não, os antropólogos são sérios, são técnicos, imparciais na execução do seu laudo". Olha aí, a página da Associação Brasileira de Antropologia se solidarizando com o protesto dos indígenas, quanto à prisão do Cacique Babau, que tinha sido preso por causa de invasão à mão armada e uma série de coisas, e exige a demarcação imediata das terras indígenas dos tupinambás, está certo?

É a mesma. É a mesma associação que coloca na sua página lá, não é? Essa associação faz militância, proselitismo escancarado, dizendo "somos todos gays, lésbicas, bissexuais, travestis [essa é a página, isso é um *print* da página da ABA], transsexuais e estamos em todos os lugares. Acostumem-se". Essa é a nossa Associação Brasileira de Antropologia, que envia, que tem pactos com o MPF para atuação de seus antropólogos, ao meu ver, muitos deles compromissados política e ideologicamente com a demarcação de territórios étnicos no Brasil.

Mas avance, por favor.

Isso daí é uma página do Avaaz, pedindo, uma petição internacional, em inglês, em alemão, pedindo a demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença aqui em território nacional. Pode isso, Galvão? É assim que funciona? Então, lá fora, pressionando para que seja demarcada uma terra indígena aqui que, como já sabemos, tem todo esse problema sério da autodeclaração étnica.

Tudo isso só acontece...

Avança, por favor.

Tudo isso só acontece... Aí uma outra petição, não somos nós. Eu tenho um material absurdo, material para sobrar.

Avança, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para não dizer... Olha só, a função do antropólogo, eu queria só também ler essa participação do Sílvia Coelho dos Santos. Ele diz aí nessa página qual é a função do antropólogo. Já na apresentação do livro. É um livro, *A Perícia antropológica em processos judiciais*. Na apresentação desse livro, Sílvia Coelho dos Santos aparece e afirma claramente que "os desafios postos aos antropólogos impunha maior compreensão da sistemática processual e da hermenêutica jurídica, pois era necessário produzir laudos que permitissem a tomada da decisão pelo julgador a favor dos indígenas".

Senhores, não existe avaliação técnica, neutra e imparcial de uma reivindicação indígena. Quando o antropólogo vai a campo, ele não vai para estudar e avaliar, ele vai para defender aquela reivindicação, seja ela quão absurda for. Não interessa, ele vai para defender.

Avança, por favor.

Tem várias citações. "Para os antropólogos, o seu compromisso étnico é com os direitos indígenas", diz ele. Está lá colocado.

Penso que, estando em jogo os direitos de sociedades coletivamente ou de pessoas individuais indígenas, o compromisso étnico do antropólogo é com a defesa desses direitos, estudando, pesquisando, identificando e oferecendo razões para que esses direitos prevaleçam.

Qual é a probabilidade de termos um laudo antropológico neutro, técnico e imparcial na identificação e delimitação de uma terra indígena? Nula, praticamente nula.

Avança, por favor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E, se tiver um que faça errado, ele manda corrigir e, pronto, contrata outro.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Manda corrigir e contrata outro, manda para fora da academia ou diz que mandou para fora da academia.

Avança um pouquinho mais, porque não é só ele que está falando isso. Eduardo Viveiros de Castro, o maior antropólogo, o mais conhecido lá fora de todos os tempos, disse claramente: "Há uma profunda contradição entre os compromissos políticos e ideológicos da antropologia brasileira e a necessária imparcialidade [...] [na produção de laudos]". Diz ele, é uma citação do texto dele:

Temos, por conseguinte, uma contradição profunda entre a profissão antropológica, que acontece na convivência e participação, e o distanciamento imposto aos peritos judiciais, que sublinha negativamente o envolvimento entre o antropólogo e as comunidades estudadas.

Caberia perguntar: como indicar especialistas estudiosos para uma comunidade indígena específica se *a priori* os antropólogos são todos suspeitos? São todos suspeitos!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avança.

Ele que está falando, Eduardo Viveiros de Castro. Por que ele está falando? E ele diz em outro texto, em suma, o porquê, porque para o antropólogo o índio é como freguês, sempre tem razão. O índio falou, tem sempre razão, acabou, no fim das contas é isso. Acho que ninguém tem o direito de dizer quem é, quem não é, quem tem que dizer é o índio, se o índio disser, pronto, acabou. Eduardo Viveiros de Castro reconhece a incapacidade do distanciamento técnico necessário para a execução de laudos antropológicos.

Pode avançar aí. Para finalizar.

Eu ia falar sobre o Código de Ética. Só vou lembrar o ponto sete do Código de Ética da ABA: "Os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações [indígenas, étnicas] que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica", ou seja, não há efetivamente um lugar e espaço para o livre pensar, para a manifestação do seu trabalho científico. Por quê? Porque, se for atrapalhar, ele não pode fazer o trabalho dele.

Avança, só para a gente terminar e finalizar. Avança.

A lista de obscuridades e fragilidades do processo demarcatório: primeiro, toda a reivindicação vai direto para a Funai e fica na Funai, a Funai não fala para ninguém. Quantas terras indígenas estão sendo reivindicadas hoje? Ninguém sabe, a não ser os servidores. Quantas terras indígenas reivindicadas? Ninguém sabe, só a Funai sabe. Já existem 616 terras demarcadas. Outras quantas para demarcar? Ninguém sabe. Se cair o marco temporal, se não existir um marco, nem que finjam que era 1988 – como os antropólogos vinham fingindo que era 1988 –, onde vão parar as reivindicações? Haverá reivindicações acontecendo daqui a 20 anos, daqui a 30 anos, ninguém sabe dizer quantas novas reivindicações acontecerão.

Não existe um estudo prévio imparcial, não existe, no atual processo demarcatório, uma avaliação séria, sincera, honesta, da reivindicação. Quando o antropólogo vai a campo ele vai para defender aquela reivindicação, ele vai para criar, para legitimar aquela demarcação. Nenhum antropólogo, servidor público, vai a campo para realizar um estudo. Ele vai a campo para coletar material útil e necessário para referendar e fundamentar aquela reivindicação territorial.

Avança.

Eu listo aí 11 fragilidades – 11 fragilidades – do processo demarcatório. O antropólogo vai sozinho a campo. Tudo que ele grava, tudo que ele filma, tudo que ele registra fica só com ele. Só com ele. Tudo que ele ouviu, só ele tem acesso a isso. Nem a Funai tem acesso a esse material, abrindo, assim, portas para uma manipulação que só ele pode saber. Quantas áreas foram manipuladas? Só ele sabe. Quantas áreas foram objeto de manipulação pelos antropólogos? Só quem fez, só quem participou pode responder



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso daí, ou seja, é um processo obscuro. O RICD (Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação), que é um dos documentos mais importantes da nova República, é feito totalmente na obscuridade. Ninguém sabe o que o antropólogo... Ele coloca no laudo dele o que ele fez, o que ele achar que for necessário. Ele coloca o que ele quiser. Está certo? Enfim, esse laudo é enviado para a Funai. A Funai o avalia. A Funai fortalece esse laudo. A única que julga a contestação feita é a própria Funai. Se for o caso, eles jogam fora aquele laudo. Se não gostarem, jogam fora. E por aí vai. Para terminar, enfim, nós temos um processo obscuro. É assim que são feitas as demarcações de terras indígenas no Brasil.

Existe um ditado alemão que diz: "Linguíças e leis é bom não o saber como são feitas, é melhor não saber como são feitas". Eu diria: "Linguíças, leis e Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação é melhor não saber como são feitos", porque, quando você sabe, quando você descobre a obscuridade desse processo, você se assusta com cada coisa que você vê. Eu poderia passar horas mostrando. São várias, mas eu preciso passar para as sugestões, para a legitimação final.

Vamos avançar. A última página. Mais uma.

Esse é o resultado final de tudo que foi feito. Esse é o resultado final das décadas de atuação das ONGs no Brasil. Mais de 67% do território nacional parado, fechado. E isso daí, tudo que está em vermelho, tudo que vocês estão vendo em vermelho aí...

Passa para o próximo. O próximo mapa é maior.

São as áreas legalmente atribuídas, que são áreas do Estado – unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos quilombolas, áreas militares. Isso é o que já está reivindicado hoje – hoje. Sem contar as que ainda virão. São 1.881 unidades de conservação, 600 terras indígenas, 9.349 assentamentos, 296 territórios quilombolas – 296 não são nem sequer 1% das reivindicações quilombolas. Não são 1%. Hoje, no Brasil, existem, a última vez em que eu vi, 5.560 reivindicações quilombolas. Sessenta e oito áreas militares, ou seja, o Brasil todo está tomado e a nossa soberania está absolutamente fragilizada e relativizada pela operação dessas organizações em território nacional.

Sugiro, portanto, a esta Comissão – próximo quadro, para terminar –, primeiro: o Brasil precisa regulamentar a Convenção 169 da OIT, porque ela é um ataque direto à nossa soberania. É um ataque direto. Apesar dos seus aspectos positivos, e existem alguns, a Convenção 169 da OIT precisa ser aperfeiçoada porque, em seu art. 1º, estabelece a autoidentificação como único critério, que é um critério subjetivo e, portanto, altamente suscetível a manipulações. É o caso da Jaderlina, é o caso de outros que se autodeclararam para conseguir benefícios, manipulações. E a sua imposição é elitista, segregacionista e autoritária.

Ao invés de estabelecer um critério não falseável, constatável e comprovável, portanto, um critério científico, esta Convenção 169 da OIT reifica e oferece uma armadilha política, ideológica e unilateral, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da autoidentificação étnica. É indígena quem se identifica como tal e isso só pode ser validado por outro indígena, que também tem os mesmos interesses que ele. É o que disse Eduardo Viveiros de Castro.

Essa estratégia desvelou, na última década, a sua face autoritária, antidemocrática e condenável, porque ameaça frontalmente direitos fundamentais de outras populações tradicionais, notoriamente as populações mestiças e, notoriamente, também, o direito à propriedade privada, à identidade grupal e à liberdade de expressão. Você não pode sequer perguntar. Corre-se o risco de, ao questionar essa identidade, você sofrer um processo do Ministério Público Federal, entre outros.

A conjunção, pior de tudo, a conjunção do sexto artigo da Convenção 69 da OIT com os direitos originários da Constituição Federal, revela-se uma combinação desonesta e imbatível, imbatível, porque aprisiona e torna refém o Estado brasileiro, refém de ONGs internacionais que manipulam as minorias étnicas contra a sua liberdade, contra o seu direito de agir e crescer.

E, por último, a Convenção 69 da OIT interage negativamente com os direitos constitucionais, inserindo uma enorme janela de manipulação, escandalosa, que banaliza a ascensão, o acesso de qualquer cidadão ou de qualquer grupo à categoria de minorias étnicas, merecedoras, portanto, de defesa estatal. Isso prejudica, em primeiro lugar, os índios verdadeiros, reconhecidos como tais e, em segundo lugar, todo o restante do Brasil que é atingido por essas reivindicações.

Passa, por favor.

Volta.

Só um detalhe que eu quero lá em cima. Enfim, o Brasil precisa regulamentar a Convenção 69 da OIT, é o título, e precisa estabelecer novos marcos regulatórios na demarcação de territórios étnicos.

Avança, por favor.

Avança.

Por último, sugestões a essa CPI que eu faço. Em primeiro lugar, solicitar que a comitiva da CPI esteja nesses locais, os locais de conflito. Já me parece que o Pará já está colocado, o oeste do Pará já foi aprovado, mas, no oeste dos três Estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, é necessária a presença da CPI para ver o que está acontecendo lá. No sul do Mato Grosso, chamado Cone Sul, o sul da Bahia e o Estado de Rondônia, precisam estar lá dentro.

É necessário, e aqui eu solicito, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que quebre o sigilo bancário das organizações não-governamentais, entre elas, a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), o Instituto Socioambiental, o Centro de Trabalho Indigenista, o Conselho Indigenista Missionário e demais ONGs envolvidas, e com denúncias que já foram feitas, denúncias que já foram feitas de recebimento de verba federal ou verba internacional. Viu, Senador? Em 2015, 2016, Senador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcio, a gente falava da CPI, não saía nenhuma nota de rodapé da CPI da Funai e do Inbra, ninguém falava, só se falava do *impeachment* da Dilma. A CPI passou despercebida.

Eu fiz essas denúncias, todo mundo fez, o Milton veio aqui, todos os indígenas participaram, vários depoentes fizeram. A gente só ganhou alguma nota, só aparecemos na mídia quando a gente pediu a quebra do sigilo bancário dessas ONGs. O pedido da quebra do sigilo bancário foi feito de manhã – foi feito de manhã –, à tarde, já tinham ingressado no STF com o pedido de uma liminar, uma liminar que foi concedida pelo Lewandowski, proibindo a quebra do sigilo bancário dessas ONGs. Proibindo. Que estranho! É só mexer em quem paga e quanto recebem que eles se mobilizam na hora – imediatamente.

E a outra coisa mais importante, de todas as sugestões que eu faço aqui, a última que está ali colocada. O Brasil precisa propor e aprovar que sejam estabelecidos critérios científicos, normas técnicas, como marcos regulatórios para demarcação de territórios étnicos no Brasil, que prezem pelo respeito aos princípios básicos e fundamentais de uma democracia, entre eles transparência, legalidade e constitucionalidade do processo, o que só pode ser assegurado por controle cívico e intermediação de conflitos e, sobretudo, pela avaliação parlamentar. Eu sou favorável e defendo que todo e qualquer pedido, reivindicação de demarcação de terra Indígena seja avaliado pelos Parlamentares, quer seja pelos Parlamentares municipais, estaduais e federais, submetendo, assim, o trabalho da Funai, dos antropólogos, sejam eles ongueros ou não, à submissão da avaliação parlamentar.

Não poderia também ser mais direto, nem poderia deixar de sugerir que a própria CPI peça a tramitação em regime de urgência do PL 2.903, que é o famoso PL do marco temporal, que, aqui no Senado, o antigo PL 490 demorou 16 anos tramitando na Câmara, e ele precisa ser aprovado, precisa ser avaliado e, se Deus quiser – e o povo brasileiro assim também quiser –, ser aprovado por este Parlamento, porque, sem um marco temporal, o Brasil pode ingressar num processo de conflitos fundiários eternos, tendo que demarcar terras indígenas pelas próximas décadas num conflito sem fim.

Essas são as minhas colaborações. Eu peço desculpas se avancei no tempo aqui, mas são muito consistentes as denúncias que faço, as solicitações também precisam ser tão importantes, à altura do que está acontecendo, dos problemas acontecidos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela sua exposição e certamente terá perguntas ainda.

Eu não deveria, mas a gente ainda fica um pouco estarecido, porque talvez, Senadores e Senadoras, talvez essa exposição seja aquele último elo da corrente para fechar o círculo, que são exatamente os laudos antropológicos, que a gente fala que são fajutos, que muitos deles são falsos.

Então, nós tivemos aqui os índios, que falaram dos seus problemas; depois, tivemos o escritor Carrasco, o Aldo Rebelo, confirmando tudo aquilo que eles disseram em outra linguagem; a gente mostra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vídeo, depoimento que dizem exatamente a mesma coisa, e os atores são os mesmos, os atores que praticam o entreguismo da nossa soberania.

Eu concedo a palavra ao nosso Relator e depois saudando o nosso Senador Chico Rodrigues e o Senador Styvenson.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Senador, colega Chico Rodrigues, seja muito bem-vindo; já cumprimentei o nosso colega Styvenson.

Concordo com o Presidente. Quero parabenizar a sua participação e a coragem. De fato, são pingos fora da curva aquelas pessoas que, nesse pacote, envolvendo fundações internacionais, Banco Mundial, países internacionais, como o Reino Unido, os Estados Unidos, a Europa Central quase toda, é muito difícil quem não se deixa levar nessa fortuna que permeia o Brasil, comprando soberania nacional, uma guerra econômica travestida de preocupação ambiental.

E o Senador Plínio reforça como esse depoimento enriquece, traz elementos que podem permitir o avanço de determinadas investigações e afirma como se manipulou, se catequizou através da associação nacional dos antropólogos, como existe um cerco para que, de fato, exista a máfia dos antropólogos. Uma indução de quem paga para que não haja relatório imparcial. Só vale o relatório do antropólogo, daquele que justificar a criação, por cima de pau e pedra, de uma nova reserva indígena. Isso ficou claro nos eslaides, nas demonstrações, nos escritos que chegaram aqui. Quando a associação nacional dos antropólogos chega a afirmar isso, como nós lemos aqui, agora há pouco, está clara a manipulação.

E aí quando acontece que um antropólogo seja um ponto fora da curva, como foi o seu caso, o que eles fazem? Contratam outro. Pegam o seu relatório, que não atendia aos pagadores – porque, como diz aqui o Plínio, quem paga manda – e trocam o antropólogo. Aí de novo o antropólogo seguinte faz também um relatório que vai na linha do anterior. Eles não aceitam e aí vai ao ponto da interferência, como disse aqui o Ministro Ricardo Salles, dessa troca. Então alguém que o ISA consegue, nos seus quadros, colocar na Presidência... Isso é... Parece que a gente está assistindo a um filme de horror. É difícil de acreditar, mas é a pura verdade. O ISA consegue colocar como Presidente da Funai um membro seu, um colaborador seu, que, por sua vez, nomeia a esposa, a mulher, para fazer o novo laudo, aí sim combinando com aquilo que quem estava pagando deseja.

Muitas perguntas eu já eliminei, porque o senhor já respondeu na própria explanação.

Eu queria apenas fazer um alerta, antes de entrar nas perguntas que sobraram. Não é um alerta, não; é um aviso. Assim como hoje o nosso convidado nos enriquece, pois em algumas coisas para que a gente já tinha olhado, ele enriquece, há outras que, neste momento, são mais novas para nós, que é a questão dos antropólogos, da manipulação de dados, como naqueles eslaides mostrando claramente onde, em 2003, por exemplo, não havia nada, e, de repente, começa a haver casas novas, do nada, indígenas. Quer dizer, depois de 1988.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, eu quero lembrar e comunicar aos colegas – e vou fazer isso depois por escrito, vou mandar *e-mail* – que, na terça-feira da semana que vem, estará aqui também alguém que imputo de muita importância no nosso trabalho, que é o Dr. Molion, um cientista brasileiro, climatologista. E por que eu entendo que a palestra dele, a vinda dele aqui é muito importante, Senador Chico Rodrigues? Porque toda essa estrutura monumental financeira de fundações poderosíssimas, mancomunadas com o Banco Mundial, com o BID, com o FMI, com países como Alemanha, Noruega, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, etc... Eles montaram tudo isso e tinham que criar um álibi. Não dava para um alemão falando enrolado chegar aqui no Brasil, na Amazônia, e dizer que, para o interesse alemão, nós não devemos utilizar o potássio que tem na Amazônia. Então, eles precisavam criar um álibi, e esse álibi é a questão ambiental.

Por isso que eu venho dizendo: é uma guerra econômica travestida de preocupação ambiental, porque não é preocupação ambiental o que movimenta essas fortunas. Mas eles precisavam de apoio popular e eles não conseguiriam apoio popular dizendo seus verdadeiros interesses. O Canadá não ia conseguir ter apoio no Brasil se ele dissesse claramente que o interesse econômico das madeireiras do Canadá faz com que eles banquem ONG no Brasil contra a exploração de madeira na Amazônia. Então, o disfarce foi a questão da preocupação ambiental: "o mundo vai acabar", "o homem está chegando no limite."

A Ministra Marina, mais uma vez, está tirando dados sabe-se lá de onde. Está dizendo que, na hora que chegar em 20%, o processo de desertificação da Amazônia será irreversível.

Eu fico imaginando o relógio na parede aumentando mais um 0,5%. Isso é loucura. Tirou esse dado de onde? De que análise? Mas esse pânico do fim do mundo foi o responsável por introduzir essa ideologia, esses dogmas baseados na preocupação ambiental de que o homem é que muda o clima do planeta. Muito bem. E, na terça-feira, nós teremos aqui um cientista, um climatologista que vai questionar essas verdades. Ora, se nós conseguirmos mostrar a alguém que não é o homem que muda o clima do planeta, tudo o que construíram em cima disso cai por terra. E é esse o depoimento e a palestra que nós vamos ter oportunidade de assistir na terça-feira da semana que vem.

Mas eu vou passar, vou lembrar e vou informar mais ainda, porque eu imputo como uma oportunidade rara de questionar algumas verdades que não são verdades.

Eu, por exemplo, concordo – e concordo porque escutei, porque li, porque fui atrás –, que o homem não tem poder de mudar o clima do planeta. Portanto, tudo o que se construiu em cima disso é uma mentira – e é, o pior é que é.

Mas, voltando aqui ao nosso convidado, como eu disse, eu já risquei algumas. Então, embora já tenha passado por isso, mas para que fique reforçado, qual a origem ou a ideologia que ampara a ideia de que os indígenas não podem produzir ou garimpar em suas terras? Porque eu entendo, e aqui ficou claro,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, além de tudo, os índios, a maior parte deles, se sentem enganados pelo Estado brasileiro, porque se vendeu a ideia de que eles seriam donos, quando não são.

Em sua visão, há uma promiscuidade entre funções do Estado e das ONGs, notadamente nas questões ambientais?

E, como consequência, até que ponto essas ONGs representam os interesses internacionais de neocolonialismo em nosso país?

E, por fim, está implícito, mas há subordinação às ONGs nas políticas públicas comandadas pela Funai?

E eu termino, mais uma vez, cumprimentando-o.

O Senador Plínio me deu um livro de presente, de uma jornalista canadense, *Uma demão de verde*, e eu admiro pessoas que saem da curva. Ela foi chamada pra um encontro com o Paulinho Paiakan, sempre uma mensagem que atrai, uma mulher, canadense, e jovem ainda, foi chamada pra uma reunião com um índio brasileiro, o que por si só já chama a atenção, que estaria protegendo a Floresta Amazônica da devastação dos brancos ensandecidos. E, no dia em que ela foi àquele encontro, que era pra arrecadar dinheiro para o Paulinho Paiakan, ela assistiu a coisas... E o teu depoimento me lembrou isso, quando você disse que chegou à aldeia e disse "vamos conversar agora sobre isso e tal" e disseram "espera aí, já está tudo pronto. Está aqui o mapa".

E com a jornalista canadense, de quem eu não me lembro o nome agora, a mesma coisa, quando ela chega lá...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (*Fora do microfone.*) – Elaine Dewar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Hã?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Elaine Dewar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Pronto.

... ela nota alguma coisa aqui de manipulação e, a partir daquelas preocupações, ela começa, durante, se eu não me engano, cinco anos, a pesquisar e a fazer um livro que é uma das nossas referências.

Por isso, eu quero, mais uma vez, parabenizá-lo.

Muito obrigado.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Eu que agradeço, Senador Marcio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Edward Mantoanelli.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador Marcio Bittar, pelas perguntas.

Peço desculpas, mais uma vez, por ter me estendido tanto. É porque, como falei, com esse material aqui dava para escrever algumas teses de doutorado em cima dele. Infelizmente, colocá-lo todos aqui, de uma vez só, é profundo.

Mas a sua pergunta, a primeira pergunta foi sobre a origem da ideologia que ampara a determinação de que os indígenas não possam produzir em suas terras. Essa, a meu ver, é uma postura ideológica que remanesce, que vem do comunismo – ou, melhor dizendo, a ideia que foi colocada é o que eles chamam de socioambientalismo ou ecossocialismo.

Por que o indígena é o cidadão, é o militante ecossocialista por natureza? Porque a ideologia, o modo de vida dele é comunitarista, é comunitário. O indígena não é comunista. Por isso, quero dizer, ele não precisou ler Marx, não precisou para se declarar comunista. Ele já vive numa comunidade, ele já vive comunitariamente, e é esse traço que esconde a fachada da promoção do ecossocialismo no Brasil.

Senador Marcio Bittar, o senhor já visitou um país socialista?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Já teve a oportunidade?

Senador Plínio Valério, o senhor já visitou?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Em Havana.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Já estive em Havana? Eu não tive essa oportunidade ainda, mas visitem uma aldeia indígena. Vocês vão visitar uma aldeia indígena. Por natureza, as aldeias indígenas – por natureza, por tradição – são comunitaristas. Não existe uma propriedade privada, ou, quando existe, é complicada; essa relação entre propriedade privada e direitos coletivos é uma relação conflituosa, complexa.

Então, o antropólogo não diz que ele está defendendo o socialismo, mas ele diz que está defendendo o comunitarismo, os modos tradicionais daquela comunidade. Ele diz que está defendendo... E é essa a raiz ideológica que estava por trás do pensamento dos Constituintes ou daqueles que colocaram lá para defender os seus modos tradicionais de existência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Se ele puder explorar o subsolo, por exemplo, ele vai findar gerando sanções econômicas.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – O problema... Não só isso, mas ele vai acabar desagradando o cara que paga o sanfoneiro, desagradando o financiador de tudo isso.

Ué, como assim? O índio já vai poder minerar, sendo que um dos maiores financiadores de algumas dessas ONGs são agentes, são mineradoras do exterior? O índio vai poder plantar soja, sendo que o canadense, lá do Canadá – que está preocupado, porque ouviu dizer que no Brasil a colheita da soja deste ano vai dar... não só a safrinha, vai ser o dobro ou o triplo dele –, está pagando para as ONGs não deixarem que o agronegócio brasileiro produza. Agora vai ter o índio querendo produzir? Complica, quebra o esquema deles.

É por isso que eu recomendo fortemente que assistam também o documentário *A esperança se chama liberdade*. Também está disponível no YouTube, também foi adquirido pela Brasil Paralelo, e vale a pena, porque mostra a trajetória de luta, Senadora Damares, inúmeros povos que queriam produzir na sua vida.

Como colocou o ex-Ministro Ricardo Salles, não é todo mundo que aguenta viver da subsistência. Até o nome é feio: subsistência. Ou seja, o índio é livre, livre para ficar na subsistência. Essa é a condenação dele, ele é condenado a ser livre na sua tradição. Ele pode fazer tudo que ele quiser, se ele continuar na sua tradição. Se ele quiser mudar, se ele quiser produzir, se ele quiser vir a ser autônomo, aí ele cria problema.

O documentário mostra os parecis, a longa trajetória dos parecis para conseguirem produzir soja em seu território. Eles pediram para produzir em 3% do território deles, 3%; o Ministério Público não deixou. Processo nas costas deles. Acharam que a produção iria ficar na mão de um só deles, porque é o cacique que concentra o poder financeiro da comunidade. Pois, nessa comunidade pareci, foi feito todo um sistema para que a produção e, sobretudo, os resultados da produção fossem coletivizados pela lógica deles; ou seja, para que todos juntos pudessem prosperar, prosperar coletivamente. Mesmo assim, não agradou – "não está legal isso daqui". Mesmo que todos estejam prosperando, não agradou. Então, não só os parecis, são vários grupos indígenas que produzem no nosso país e queriam poder produzir mais, mas são, igualmente... Na verdade, são as primeiras vítimas do sistema ideológico imposto pelo aparato indigenista socioambiental.

O Ministro Ricardo Salles conheceu bem a situação dos mundurucus. Eles mesmos mineravam, eles mesmos eram os mineradores. Por quê? Porque viveram com o garimpo durante as décadas de 60, 70 e 80 e querem poder continuar... Agora, isso é um anátema, anátema! Se você falar em 35 anos de Nova República – nós vamos varar os 35 –, em quase quatro décadas da Nova República, este Parlamento ainda



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se sentou para discutir a questão do acesso aos recursos minerais embaixo das terras indígenas, e isso está jogando na criminalidade nossos irmãos indígenas.

Quem não se lembra também dos... Lá de Rondônia. Agora me fugiu o nome, meu Deus! Dos cintas-largas, que têm a maior reserva de diamante azul do mundo e não podem minerar por causa disso. Enfim, a situação é grave.

Se as funções de Estado estão confusas... As funções de Estado estão completamente confusas, a gente não sabe mais... Esse é um dos problemas que a influência das ONGs exerceu no Brasil. A influência das ONGs no Brasil é tão forte que causa um problema para nós, cidadãos, que olhamos o que eles estão fazendo e, sobretudo, olhamos as reivindicações indígenas. Qual é o problema, Senadora Damares? A gente não sabe mais se essa ação estatal é pra atender os legítimos direitos indígenas ou para atender os espúrios interesses dos pagadores. A gente não sabe mais; aliás, a gente nunca soube. A gente achava...

Por causa da ignorância, nós achávamos que o que estava acontecendo, que as demarcações estavam acontecendo por causa dos direitos indígenas, que, de fato, existem. Não vim aqui dizer que todas as demarcações estão erradas, não vim aqui questionar, dizendo que todas elas deveriam ser condenadas. Não é isso que eu estou dizendo. Estou dizendo que várias delas foram financiadas por capital internacional, e o cidadão brasileiro não consegue saber se aquela demarcação, sobretudo aqueles que hoje tiveram suas casas queimadas, que foram expulsos, como é o caso de Ituna-Itatá.

Eu poderia ficar também... Eu vou deixar pra falar lá em Santarém ou em Altamira, mas, em Ituna-Itatá, mais de 240 propriedades foram queimadas durante a pandemia. Por causa do quê? Da suposição de que existiam índios isolados. Ninguém viu esses índios, não existe um registro desses índios, nem foto, nem nada. A Funai fez um trabalho enorme para fazer... Nada disso. Existe um laudo de um antropólogo que disse para a Funai que, em 1970, se não me engano, em 1980, foram vistas pegadas de indígenas ali. Por causa dessas pegadas, mais de 240 mil hectares estão sendo agora, 140 mil hectares estão sendo... Acho que é isso: 240 estão sendo tirados, e essas terras caíram em cima de dois assentamentos: do assentamento Ituna-Itatá, um do Incra e outro do Iterpa.

Eu queria que o nosso Senador Beto Faro estivesse aqui, porque eu ia pedir a ajuda dele para intermediar, com o Presidente da República, já que os dois assentamentos foram criados na época da Governadora do PT, Senadora Ana Júlia Carepa. E, quando eu fui detido pela Polícia Federal, eu estava atuando na representação desses produtores assentados pelo Estado e que foram expulsos, tiveram suas casas queimadas, por causa da suposta existência de alguns índios isolados.

A situação é complexa, é assustadora, é enorme. Há subordinação das políticas públicas que são praticadas pela Funai total, completa. A Funai agora está sendo comandada por agentes do indianismo. Eu poderia citar o nome deles. Aliás, eu faço um compromisso com esta CPI de entregar uma lista dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antropólogos que, a meu ver, são responsáveis por esse estado de coisas, são responsáveis pela criação da "antropologia", e faço uma lista para entregar também os nomes dos servidores públicos federais – eu gostaria de citar alguns deles aqui, mas não vou –, para que sejam investigados, para que sejam investigados de onde vieram e para onde foram.

Eu nem cheguei a falar dos quilombolas, nem cheguei a falar da reivindicação quilombola, porque seria uma outra enorme luta aqui. Como eu falei, são mais de 5,5 mil territórios quilombolas sendo reivindicados. Quantos desses possuem legitimidade? Nós não sabemos. Por quê? Porque existe agora uma política pública do Governo Federal chamada Aquilomba Brasil – Aquilomba Brasil.

A Aquilomba Brasil não é só um nome bonitinho, marqueteiro, para uma política pública. É um convite para que comunidades que tenham alguma aparência afrodescendente se declarem quilombolas. É o nome de uma tese de doutorado, de uma antropóloga, chamada "Aquilombar-se". "Aquilombar-se", o ato da postura de resistência das comunidades, e é uma das principais propostas ideológicas de ninguém menos do que... Ah, esqueci o nome do ideólogo desse movimento quilombola no Brasil, depois eu vou lembrar, em que o Brasil vai ser... Nós vamos enfrentar o capitalismo no Brasil pela resistência étnica ou pela resistência dos quilombolas. A Aquilomba Brasil é um resgate dessa luta segregacionista étnico-racial imposta pelo atual Governo Federal.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigada.

Eu vou fazer... Para a gente entender um pouco, eu vou fazer uma pergunta direta ao antropólogo.

Dr. Edward, o senhor nasceu onde?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Nasci em Goiás.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Qual é a sua história de infância?

Você ama os povos indígenas?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – A Senadora Damares vai me resgatar fatos ao mesmo tempo felizes da minha lembrança, mas complexos pra minha atuação profissional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a satisfação, o prazer ou a complicação de nascer no seio de uma família evangélica cristã e também evangélica missionária. Eu nasci em Vianópolis, Goiás, no seio de uma família missionária, e eu aprendi, na minha infância, a amar os povos indígenas, a lutar por eles, a entregar a vida por eles.

Eu tenho dois... Eu tenho um casal, eu tenho pais que passam, já têm mais de meio século de dedicação a esses povos indígenas.

Eu optei pela antropologia porque eu achei que na antropologia eu poderia melhor servir a esses povos indígenas, mas do meio da minha formação pra cá me disseram que não vale a pena ter só o amor, não serve o seu amor pelos indígenas. O que eles querem... Não estão interessados no seu amor, na sua caridade, nada disso. No que eles estão interessados é nos direitos e, sobretudo, no quanto o exercício desses direitos pode ser lucrativo pra eles. Foi isso o que eu aprendi.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu fiz essa pergunta, Doutor, porque, diante de tudo que o senhor mostrou aqui, alguém vai dizer "está aí um homem que é contra índio, que é contra indígena, que é contra a demarcação", e eu precisava fazer esse resgate da sua história, porque 20 anos atrás eu te conheci. Eu conheci um jovem antropólogo fora da curva – como disse o Senador Marcio Bittar –, inquieto e triste e decepcionado, porque entregou a vida para proteger povos indígenas, foi fazer antropologia, viveu em aldeias, com os pais, inclusive...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Na minha infância, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... passou a infância dentro de aldeias e foi fazer antropologia para proteger os povos. E, quando chega à antropologia, descobre que os povos eram usados, manipulados, e que não tinha, de verdade, muito compromisso de alguns antropólogos no Brasil.

Sei também de seu problema com a ABA e sei também dos seus problemas com a Justiça, mas a minha preocupação, Dr. Edward, é que o senhor trouxe coisas muito sérias aqui. E muita coisa que está pública. E o senhor fez a questão de reunir, de uma forma muito didática, e nos assustar. Eu olhava aqui para o Senador Chico Rodrigues, eu assisti a parte do seu depoimento, olhava aqui para o Styvenson, e é de assustar.

A minha preocupação é com a sua vida agora.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A minha preocupação... E, aí, a CPI aqui poderia ver se o senhor está precisando de proteção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se o senhor está sob tutela do Estado. Eu não sei como é que está a sua situação agora. Eu sei que o senhor respondeu a processos, mas a gente vai precisar, sim, ver como é que está a situação da sua segurança daqui para frente...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... porque o senhor expôs nomes e está disposto a entregar mais nomes.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E vou dizer uma coisa: quando o senhor disse aí que é uma questão de afrontar, de vingança, de resgatar, porque tem muito ódio pelo que fizeram com os indígenas atrás... Nisso, eu discordo de você. Eu acho, Doutor, que a questão é dinheiro. É dinheiro. Esse povo está pensando é em dinheiro. Eles estão enriquecendo...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Eu conheci...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles estão com os bolsos cheios de dinheiro. Mas a gente encontra alguns fora da curva...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como o senhor, eu sei que outros antropólogos compactuam com a sua posição, mas não têm a sua coragem.

Então, eu vejo que a sua vinda aqui, hoje, o Brasil inteiro está assistindo. O Brasil inteiro está assistindo.

Sei que você foi perseguido pela ABA há muito tempo, por outros antropólogos, mas o Brasil viu, você teve coragem de mostrar documentos, muitos públicos. Você só conseguiu fazer a conexão que a gente não conseguia fazer: essa pessoa é casada com essa, que fez isso... Você fez essa conexão, você trouxe clareza para esta CPI.

Parabéns por sua coragem. Não desista dos povos.

Quando a gente demonstra amor, acham que a gente é hipócrita. Não tenha vergonha de demonstrar amor aos povos.

E aí eu encerro, Senador Marcio Bittar, dizendo como é que foi meu encontro com esse jovem.

Quando eu descobri o infanticídio e as práticas culturais nocivas, todos os antropólogos diziam "cala a boca. Não mexa nisso, porque você está fazendo interferência cultural". E teve um momento que eu pensei: será que eu estou louca? Que salvar crianças de serem enterradas vivas é loucura, é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interferência cultural? E eu fui atrás de um antropólogo fora da curva, que disse "não, a senhora está certa".

Mas eles também estão buscando pessoas fora da curva. Semana passada, eu falei do cineasta Paul Raphaele, que em 2012, foi trazido por uma ONG para fazer um documentário, e, quando ele chega à aldeia, ele fala: "Tem alguma coisa errada". Aí, o cineasta que eles trouxeram acabou denunciando-os depois.

Parabéns pela sua coragem.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou me debruçar sobre todos os documentos que o senhor trouxe.

Eu não sou membro desta Comissão, mas eu quero contribuir muito com esta CPI, porque eu também amo os povos, e é em amor aos povos que eu vou fazer isto.

Chega de estarem usando os povos para enriquecerem.

Deus te abençoe.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora, Senadora Damares, não é membro da CPI oficialmente, mas é nossa convidada e com todo o direito de falar à vontade. A senhora é sempre bem-vinda aqui.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, Plínio Valério, V. Exa. tem-se havido de uma forma muito determinada na condução desta CPI.

Obviamente, a gente sabe, imagina também as dificuldades que vêm no caminho, ao se defender um tema que é um tema recorrente no passado e, principalmente, na atualidade brasileira.

Nós, que vivemos em dois estados que, essencialmente, convivem com essas questões indígenas de fundo, eu, no Estado de Roraima, e você, no Estado do Amazonas, a gente sabe da complexidade que essas questões encerram na conjuntura nacional, mas principalmente com um viés internacional gigantesco, visível, claro como uma janela sem vidros – claro como uma janela sem vidros.

Eu tive a oportunidade, já no decorrer da apresentação do Edward, de ver algumas apresentações, e isso, na verdade, nos assusta, e é importante que seja divulgado e distribuído entre os Parlamentares,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros da Comissão ou não, ao conjunto dos Senadores, como a Senadora Damares, que tem um poder de resiliência gigantesco na defesa das teses que ela tão bem defende, e dizer que, bem mais além do que esses fatos que foram apresentados aqui pelo Edward, eu diria que, olhando pelo retrovisor e invocando a Constituição Federal, essa é uma questão de soberania nacional.

Portanto, nós entendemos que a Constituição, no seu art. 91, que cria e define os membros do Conselho de Defesa Nacional – não sei se sabem, e devem saber... Quando você vê aquele mapa do Brasil mesclado, para não dizer ocupado, de demandas em termos de demarcação de áreas, de quilombolas, etc., etc., você vai ver que tem muita coisa por trás desses questionamentos com os quais a gente está se deparando hoje, estamos acompanhando, enfim, e, quando a gente vê os membros do Conselho de Defesa Nacional, que é composto pelo Presidente da República, pelo Vice-Presidente da República, pelo Ministro da Defesa, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal, pelo Ministro de Estado da Defesa, o Ministro das Relações Exteriores, do Planejamento, os comandantes militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, a gente... Eu acho que até... Pode ser até proposto por V. Exa. que esse conselho se reúna para tratar especificamente dessa questão, porque ela é muito profunda.

E a gente vê o que o país representa, no cenário das 194 nações que fazem parte da ONU, essa importância geopolítica e geoestratégica do que representa na verdade o Brasil, com tantas riquezas, riquezas imensuráveis...

Eu tive um professor na Itália, quando estudei, em 1980, políticas de desenvolvimento integrado, enfim, na FAO, Amintore Fanfani, que depois veio a ser Primeiro-Ministro da Itália, e ele dizia que o Brasil tinha um tripé admirável e cobiçado pelo mundo. Dizia ele, com todas as letras, sem nenhuma reserva: nós tínhamos praticamente 15% da água doce do planeta – só o Brasil –, nós temos os minerais estratégicos mais importantes do mundo em abundância e a maior biodiversidade do planeta.

Portanto, esse tripé já representa o que acontece por trás, Senadora Damares, desses interesses internacionais claros e explícitos, e, de uma forma ou de outra, nós não vamos aqui questionar esses interesses, porque na verdade são importantes para toda a humanidade, mas nós não podemos, na verdade, ser tomados de assalto por esses interesses que limitam a grandeza deste país e sempre tratado com subterfúgios.

O conhecimento técnico do antropólogo, do Edward, é de uma precisão gigantesca, até porque nós, que vivemos essas questões, a gente vê exatamente esse emaranhado de instituições, de dezenas e centenas e milhares de ONGs, que confundem a opinião pública brasileira e nos deixam exatamente submetidos a essa pressão internacional que – por que não dizer? – fragiliza o gigantismo das oportunidades que o Brasil tem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê hoje, por exemplo, a gente está acompanhando no dia a dia, Senadora Damares e vê o Vietnã, que – sei lá – 30 anos atrás era nada mais nada menos do que um monte de escombros de uma guerra fratricida, provocada por interesses globais – e aqui sem chegar a pormenorizar esse interesse –, e hoje o Vietnã já está junto com a China, com a Coreia, enfim, como um dos países de maior produção de veículos, de veículos elétricos do mundo – o Vietnã!

Ali, obviamente, eles ainda têm tudo que nós temos, como o lítio, por exemplo, que é fundamental para a produção de veículos elétricos, etc., mais tecnologia, educação primorosa, etc.

Então, é necessário que os nossos governantes amem o Brasil, que tenham essa dedicação e essa imposição de mostrar para o mundo o que o Brasil representa pelo que tem de riquezas imensuráveis e pelo que encerra, enfim têm que trazer todos os especialistas do mundo, os nacionais e os não nacionais, para mostrar em cada pequena coisa gigante que nós temos disponível.

E eu costumo dizer que o Brasil, por tudo que tem de grandioso... Você tem 7 mil quilômetros de costa marítima, trazendo o mundo para curtir, vamos dizer assim, as praias imensas e admiráveis, o Pantanal mato-grossense, que é outra riqueza ecológica gigantesca para o turismo. A Amazônia nem se fala – a Amazônia nem se fala! Qual gringo que não quer olhar para a floresta e ver que nós temos ainda em abundância o que, na verdade, eles destruíram?

E eu uso uma frase, Edward, que faz parte do nosso sentimento, pela convivência que temos com os vários países do mundo que não têm o que nós temos: nós vivemos a maldição da abundância. O Brasil vive a maldição da abundância. Tudo é gigantesco. Tu vais para o teu estado, são 2 horas e meia de voo em cima de uma floresta, de uma hileia gigantesca, verde, quando você não vê um foco de fumaça sequer, só a floresta. Eu vou para o meu estado, cheguei do meu estado hoje, agora de manhã, três horas e quinze minutos de voo, e você não vê um foco sequer de incêndio. E dizem que a Amazônia... E eu estou fazendo um livro agora, cujo título é *Amazônia em Chamas*, só que não tem fogo; tem vida, tem água, tem pássaro, tem floresta, tem peixe, enfim. Então, é muito interessante essa discussão. Ela vai viajando na nossa imaginação em função de tantas coisas bonitas que nós temos, tantas coisas que são cobiçadas nesse mundo globalizado.

E não precisa nem fazer pergunta, a gente está vendo aí a expansão do Brics, mais seis novos membros para criar um equilíbrio dessa economia, que hoje não está mais centralizada; é uma economia global hoje, que tem um poder mundial gigantesco, e os grandes querem se unir exatamente nessa questão do petróleo. Praticamente, esses países do Brics chegam a dispor de praticamente quase 45% da produção mundial de petróleo, por exemplo, e querem se unir para competir com aquelas fronteiras dos países que se diziam hegemônicos, enfim.

Então, a gente tem vivido, nos últimos 30 anos, especificamente nos últimos 30 anos que eu tenho mandato, desde 1988, quando fui Vereador, depois por 20 anos na Câmara dos Deputados, Deputado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, e, enfim, Vice-Governador, Governador e, agora, no Senado, e a gente vai vendo no que está se transformando esse mosaico de áreas demarcadas e em expansão. Por exemplo, há trinta e poucos anos, não se falava naquela demarcação contínua dos índios ianomâmis, que nós temos que preservar – sim, senhor! –, temos que preservar os índios ianomâmis, que é a última etnia que foi encontrada pelos descobridores, etc., e que estão lá em mais de 9,5 milhões de hectares. Ato contínuo, veio a demarcação da área Raposa Serra do Sol, que são, aproximadamente, 1,5 milhão de hectares. E falava o sociólogo no socioambientalismo, tudo isso para tentar, de uma forma clara, desidratar a importância desses povos, que são fundamentais na formação sociocultural do Brasil, mas que não podem ficar ali submetidos, subjugados apenas a modelos de desenvolvimento que não interessam a eles nem tampouco à população brasileira.

Então, eu acho que esta Comissão, esta CPI foi muito bem sugerida, debatida, teimosamente insistida pelo Senador Plínio Valério, porque conhece... Ele está num estado que é um continente, o continente amazônico, que é maior do que a Europa inteira – e ainda cabem umas beiradzinhas ali de sobra, não é? E, então, para acordar o Brasil, nossas autoridades, nossos Presidente Lula, hoje, que é o Presidente da República, enfim, seria outro qualquer e, se o fosse, deveria ter esse compromisso e essa responsabilidade de defender, com unhas e dentes, esse território nacional.

Portanto, é uma espécie de alerta. Talvez, isso não vá.... Esperamos até que tenha soluções, em termos de resultado, para que o mundo inteiro reconheça a importância da Amazônia e a preocupação com essa forma indisfarçada das ONGs de tentar reprimir o nosso desenvolvimento.

Gostaria de parabenizar a apresentação aqui do Edward, que conhece bastante, estudioso, assim como muitos outros, com relação a essa questão dessas demarcações dessas áreas indígenas. É o réquiem de acordos anunciados para que possam, na verdade, impedir o nosso desenvolvimento, mas que, como dizia esse meu professor, Amintore Fanfani, o Brasil é maior do que tudo isso, é irrefreável! Este país é irrefreável e deve ser uma das duas ou três economias mais poderosas do planeta neste século, porque nós temos o que o mundo não tem.

Então, só, nessa rápida participação nossa, para dizer que era importante se a maioria dos Parlamentares, que têm outras dezenas de atribuições, mas que fazem parte desta Comissão, pudessem, pelo menos, acompanhar para instalar, suprir, manter, assistir, participar do que isso representa em termos de risco para a nossa nação, mas é um risco que eu considero como não um risco irrefreável, porque, volto a dizer, o Brasil é maior que todas essas pressões que se faz sobre ele.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Devidamente acatada a sua sugestão e anotada aqui. A gente pode estender ao Conselho de Defesa,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando for mandar o relatório também, a outros vários, para ver se cai na mão de mais um que some com a gente.

E o nosso principal objetivo, Senador Chico Rodrigues, é exatamente esse, é alertar o Brasil, mostrar o que o Edward está mostrando aqui e o que a gente tem mostrado.

Com a palavra, o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Edward, também muito obrigado pelas horas de dissecação aqui de um problema ou de uma situação em que o senhor teve a visão próxima, o senhor olhou com uma lupa. O senhor foi um infiltrado aí que trouxe para a gente informações que, talvez, esta CPI não pudesse extrair, se o senhor não tivesse, como o senhor disse, em um dado momento, usado, usado do seu conhecimento, do seu cargo e da sua atribuição.

Eu creio, Senadora Damares, que é assustador para a gente, mas deve ser mais assustador para quem está assistindo e cometeu todo esse tipo de desvio de conduta.

Eu tive que sair em um dado momento, e o que me chamou a atenção do senhor, e que ficou claro durante a fala, é que o interesse, como foi dito aqui, gira todo entorno de um financeiro. Então, essas ONGs se concentram principalmente, como foi dado o exemplo de Morro dos Cavalos, em áreas que possa ser extraído algum tipo de benefício.

O senhor, como antropólogo, esqueça as pessoas e olhe só as riquezas. Eu presumo que essas áreas demarcadas na Amazônia devem ter um valor imensurável, e que nós não detemos esse conhecimento, mas ele, sim, o tem: o senhor citou aí diamantes azuis, o senhor citou outros minérios.

Eu digo isso porque no meu estado, o Rio Grande do Norte, existem mais de 23 mil quilombolas ocupando ali 30% do território, que 80%... nessas delimitadas reservas quilombolas, 80% dessas pessoas não vivem nelas. E eu não vejo nenhuma ONG se interessar por lá. Claro, a terra é seca, é pobre, não tem nem água. Então, eu não vejo nenhum desse movimento grande lutar por essas pessoas. Mas o que me chamou a atenção do senhor foi que, em um dado momento da sua fala, o senhor disse que – aspas: "Medo de enfrentar o aparato das ONGs". Você disse: "Eu, em algum momento, eu fiquei com medo". Quando o senhor fez o relatório, o que é que... e a Damares aqui já levantou essa situação do cuidado com a sua integridade física, acho que é psicológico, o senhor é bem resolvido já, o senhor tem essa determinação. Qual seria esse medo? Primeira pergunta dessas ONGs.

Segundo, o que eu pude ver, essas ONGs se organizam com a promiscuidade dos poderes públicos, como o senhor já mostrou aqui, para tirar essa vantagem para eles. E o senhor disse que eles manipulam o processo demarcatório. Como é que o ISA, naquela situação – porque mostrou que vários relatórios



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram feitos por estudiosos isentos, ou senão, que não foram comprados. Aí eu vou chegar na minha terceira pergunta – apresentada e, de uma forma ou de outra, houve uma manipulação... Em forma mais objetiva, como é que funciona essa rede de corrupção entre os poderes públicos e essa ONG, se o senhor souber me responder?

E, por último, o senhor falou que foi tentado, algumas vezes, a suborno. Na verdade, como foi isso? Eu não sei se o senhor falou aqui, porque eu saí. Eu queria lembrar isso aqui para o senhor. Como foi que se deu essa tentativa? Quem foi que lhe tentou? Qual era o interesse? O que é que se tornou em giro, em torno disso? Porque parece que dois relatórios foram apresentados, e um só, o terceiro, com interesses, passou.

E a última pergunta... Há 20 anos, eu entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte para fazer Ciências Sociais e logo saí porque era uma doutrinação para um caminho que fugia daquilo que eu imaginava que seria o curso e passei a fazer outro. O senhor se identifica? Porque existe uma pecha em algumas profissões, e a do antropólogo parece que já vem carregada de esquerda. Aí eu lhe pergunto: o senhor tem alguma ideologia política? O senhor defende algum partido? O senhor é filiado a algum partido ou o senhor é apenas um estudioso que defende o povo indígena?

São essas as perguntas.

Obrigado.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Posso?

A primeira pergunta seria acerca dos temores com relação ao que as ONGs podem fazer. O meu temor é fundamentado. Eu não sei se foi o senhor que também perguntou a um indígena se ele tinha medo, se ele se sentia ameaçado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Foi, eu o achei muito corajoso.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é. Ele respondeu que não tinha temor. Eu tenho, eu tenho sim, porque sei que essas ONGs possuem fortes laços e conexões, como eu já mostrei aqui, inclusive, com órgãos federais, com instrumentos federais, sobretudo com o Ministério Público Federal.

Eu, que tenho 44 anos de idade, nunca fui processado por um cidadão, ex-mulher, sócio... Nunca fui processado. Tenho... Respondo, quer dizer, já respondi a dois e, pelos meus últimos cálculos, agora são cinco processos, todos eles abertos pelo MPF contra a minha pessoa. Eu não estou ainda na tutela da Justiça, mas eu posso ser, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – É segredo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Hã?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – É segredo de justiça o motivo?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Não, não, todos eles são abertos.

Na verdade, tem várias acusações contra mim, e três ou quatro delas são referentes à minha atuação com relação ao Ituna-Itatá, ao caso Ituna-Itatá. Todas elas, quase todas... Se eu não me engano, todas que são agora contra mim são pelo Ministério Público do Estado do Pará. Na última delas, na última de que eu tomei ciência, eu sou acusado de uma ação de racismo contra o Sr. Raoni Metuktire, liderança kayapó mebêngôkre, por quem eu tenho a maior admiração, respeito, consideração, mas que, em determinado momento, por um ato comum, um ato que todos testemunharam... Só que, como nós não falamos a língua kayapó, todos que testemunharam acharam que ele estava convocando uma ação, parece que ele estava ordenando uma ação que estimulava a briga dos demais indígenas. E nós interpretamos errado – pelo menos, segundo o Ministério Público Federal, nós interpretamos errado –, porque a fala dele ali era para pedir a paz, era para pedir a calma de todos nós. Não foi isso que apareceu na hora. Pelo vídeo, pela forma como ele gesticulava, não foi isso que transpareceu. Algumas pessoas interpretaram que ali teria sido uma convocação à agressão, inclusive a indígena Ysani Kalapalo, que falou: "Que vergonha! Que vergonha, Raoni! E pensar que eu já admirei uma pessoa, uma liderança como o senhor".

Eu retuítei esse tuíte e coloquei a mesma coisa. Coloquei embaixo: "Nossa, que decepção! Porque eu também admirava". Coloquei isso e fui processado. Isso foi um ato de racismo. Essa minha fala foi considerada racista.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então... Só um minuto, Senador Plínio.

As perguntas que eu fiz, se forem comprometer-lo futuramente em um novo processo, ainda mais a segunda...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Certo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... na qual eu perguntei justamente sobre essa promiscuidade, esse entrelaçamento entre ONGs e poderes públicos, se o senhor não quiser responder, está tudo bem.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Mas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se não for comprometer-lo, entendeu?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Tá. Eu prefiro... Mas não veio nenhuma pergunta que acho que me comprometa. Mas é isso, eu estou sendo perseguido. Fui perseguido pela minha atuação, fui processado pela minha atuação no Morro dos Cavalos, por uma procuradora do Estado de Santa Catarina, que também, enfim, abriu um processo; fui perseguido por um procurador do Tocantins. Enfim, são temores como esse que eu tenho.

Um outro temor é o de nunca mais poder voltar à academia, porque infelizmente a coisa é tão... Eu não sou mais nem convidado para... A gente brincava, em algum lugar, na época do seminário, de que não se é convidado nem para fazer oração silenciosa. Você não é convidado para mais nada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senador Plínio, ele é o Mister M dos antropólogos. (*Risos.*)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é. Esse foi... É... Mas eu não queria... Eu não fiz isso por birra ou por revanchismo ou por um motivo pessoal. Eu fiz isso porque chega a tal ponto que também me assusta o que eles fazem, o que eles são capazes de fazer, e sobretudo... É claro, tem uma divisão de função entre os "ongueiros". Nem todo "ongueiro" é pago... É esse ponto que eu quero colocar, Dra. Damares, Senadora Damares. Evidentemente, muitos deles enchem os bolsos com dinheiro, mas tem gente que faz isso por convicção profunda de que o certo a fazer é retomar todo o território, é entregar de volta todo o território guarani aos guaranis. O certo a fazer é desocupar... Eu já vi procuradora falando que, se dependesse dela – ainda bem que não depende –, na Amazônia não existiria... só existiriam índios, árvores e animais, e macacos nas árvores. E ela age – ela age – nesse sentido. Para eles, para essa turma que faz parte do aparato indigenista socioambiental, a colonização do Brasil inteiro foi um grande erro. Se existisse Ministério Público em 1500, eles já processariam Cabral ao colocar o pé aqui no Brasil: "Opa! Para, para! Pó parar!". Na primeira conjunção carnal, na primeira relação: "Opa! Pó parar! Isso aqui já vai mudar a cultura". Provavelmente a história do Brasil inteira seria condenada pelo Ministério Público, porque eles fazem... eles olham para trás com a sensibilidade do presente, com a profunda... Eles são muito sensíveis, eu diria assim, muito sensíveis aos abusos de direitos humanos que aconteceram na nossa história. Eles leem a história do Brasil com os olhos atuais. Esse é o erro metodológico deles.

Mas o meu medo mesmo, Senador... Nós não temos ideia – ideia – do tamanho do aparato... É por isso que eu queria alertar o Senador. Nós não temos ideia do tamanho do aparato não só indigenista, o nome certo é aparato neogovernamental inter – barra – nacional, porque é nacional e internacional. Só para vocês terem uma ideia do que eu estou falando, o programa midiático deles, o canal midiático deles é a Rede Globo de Televisão.

Eu ia dizer... Eu não sei se é justo falar que a assessoria jurídica deles é o STF, mas eu tenho medo de isso ser... É melhor não falar. Não vou falar isso. Não vou dizer – então, está bom, Senador, o senhor tem imunidade parlamentar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, é isso. Nós estamos falando... Nós não temos ideia do percentual da população brasileira envolvida nesse processo, atores globais, todos os professores universitários; todos, de vários que conheci, da área de antropologia, da área de sociologia. Por quê? Por causa dos estímulos.

Eu tenho colegas que estão trabalhando no BID, eu tenho colegas antropólogos que estão trabalhando e recebendo salários de alguma coisa como R\$15 mil, R\$20 mil. Tem antropólogos que – o próprio ex-ministro falava disso –, o ex-ministro falava, sei lá, eram quarenta e poucos mil reais vindos de ONGs. Então, é um pessoal muito poderoso, com capacidade enorme de influência. E, para quem se opõe a eles, os estímulos são mínimos, mínimos.

Quebraram o meu sigilo bancário. O MPF pediu pra quebrar meu sigilo bancário, e eu fiquei muito feliz, porque eles iriam descobrir o que eu estava passando... Justamente naquele mês, estava passando... Me autorizaram, só pra vocês terem uma ideia, me autorizou a Polícia Federal, quando foi fazer a tomada do meu..., foram levar meu computador – já perdi dois computadores, já levaram dois aparelhos celulares, que estão presos pela Polícia Federal –, me autorizaram a levar R\$10 mil que eu teria recebido por um trabalho..., que foi tudo que tinha recebido por um primeiro laudo: R\$10 mil de uma população que teve sua casa inteira queimada. Eu trabalho pra clientes brasileiros, pra cidadãos brasileiros que precisam de uma articulação, que precisam fazer o seu caso chegar até as autoridades aqui em Brasília. Então, eu tenho medo do que pode acontecer sim.

Como eles manipulam o processo demarcatório? De várias, de todas as formas possíveis. Eu já falei isso numa entrevista em 2010. Existem mil e uma maneiras de você estimular, de você manipular e favorecer uma demarcação territorial indígena. Os antropólogos usam todas elas, todas à sua disposição, desde a seleção... O senhor... Acho que o senhor saiu bem na hora que eu estava falando sobre a questão das fragilidades do processo demarcatório. Então, hoje, por exemplo, não cometem mais o erro que cometeram comigo de... Eles... Eu só tinha publicado um texto, e um texto acadêmico, à época, em 2003; eu tinha publicado. Hoje eles olham, avaliam a publicação e veem se a publicação tem suficiência. Eles defendem suficientemente bem as demarcações, se está alinhada com pensamento. Há uma avaliação de alinhamento, de quem é quem nesse cenário.

Quando você entra na Funai, quando você entra nas instâncias mais elevadas das ciências sociais, você sabe que são poucos os outros caciques, são poucos os xamãs que dominam o cenário. Virou uma igreja, virou uma religião. Eles sabem muito bem qual é a linha que seguem os antropólogos, que têm linhagens, quem se alinha com quem, quem fez o quê.

Então, há uma sensibilidade muito clara. Na verdade, na antropologia, cada antropólogo é mais ou menos, entre aspas – entendam, resguardados os cuidados –, "dono" daquele grupo. Então, todo mundo sabe, por exemplo, que a Alcida Rita Ramos é uma antropóloga "ianomamóloga", então, ninguém vai ser aprovado pra ser um antropólogo que vai estudar os ianomâmis ou demarcar sem a autorização da Alcida. Todo mundo sabe que Julio Cezar Melatti é um "jeólogo", com "j", que são os que estudam os grupos jê.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eles se conhecem. "Ah, fulano de tal, tá bom." "Esperem aí, esse nome aqui é novo. O que ele já fez?" Aí vão olhar as publicações. Há uma seleção estrita. A manipulação é muito sutil, a manipulação é muito sutil. E é uma conexão exatamente como a de um neurônio. Os neurônios se conectam por carga elétrica, não têm uma conexão real, são impulsos elétricos, da mesma forma como existem impulsos ideológicos. Todo antropólogo que entra na Funai sabe que o que é esperado dele é uma aprovação daquele caso, é uma demarcação legal, uma reivindicação joia. E, se ele não atende, ele vai sofrer todos os estímulos positivos.

Como é que foi o meu caso lá com o Instituto Socioambiental? Eu até brinco com alguns dizendo que me ofereceram pouco demais: me ofereceram só uma passagem pra visitar, pra conhecer a sede do Instituto Socioambiental em Manaus, que, atualmente, é na frente do Teatro Amazonas, bem à frente – eles alugaram uma daquelas antigas casas dos barões. Aliás, pra mim, isto é significativo: a sede do ISA é bem numa das casas dos barões da borracha, tá? Me levaram, me deram uma pilha de livros desse tamanho assim que eu deveria ler, que eles publicam, os chamados "pibão", Povos Indígenas no Brasil, e me deram, em anexo, um artigo de 2005 publicado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, dizendo... O título do artigo era: "No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é". E falaram assim: "Ó, leia esse artigo aqui". A agente do ISA falou: "Você precisa ler esse artigo, é muito bom, vai lhe ajudar muito na realização do trabalho". O artigo é de 2005, e eu estava lá em 2007.

"No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é", para mim já era uma espécie de indicativo, de indução dizendo que não vai ter problema se você identificar Dona Jardelina, cujo pai veio de Ceará, que casou com o... Isso não vai ter problema, a gente dá um jeito nisso. São induções dessa natureza, são sutis. Às vezes, as induções são mais concretas. Às vezes... É porque, no caso dos antropólogos, você contestar uma terra indígena, você fica marcado o resto da vida – o resto da vida. Todo mundo vai saber que "esse é anti-índigena – esse é anti-índigena!". É por isso que eu também preciso agradecer a Senadora Damares por ter feito a pergunta.

E acabei de ser lembrado aqui para não esquecer de falar que eu amo e defendo os indígenas, eu faço isso por amor, porque eu conheço muitos deles que também estão sendo, tal como eu... Vi a minha antropologia sendo roubada e ser presa. Eu estava preso ali, sem poder falar a verdade. Muitos deles também querem sair dessa prisão. Também eles são os primeiros... É claro, uma prisão, no caso deles ali, invisível, mas é uma prisão real e concreta. Então, eu amo os indígenas, trabalho, quero voltar, tenho muitos amigos indígenas. Tenho certeza que eles entendem a minha postura, eles entendem o que está acontecendo aqui. Eu poderia citar o nome de uma dezena ou duas, mas infelizmente o aparato é tão forte que, se eu cito o nome de um, eu sei que o pessoal vai... Eles sofrerão represálias.

Como funciona essa rede de corrupção? É isto: o dinheiro vem de fora, vem de uma... Na verdade, começa com as fundações ou ONGs que lá fora têm interesses em... O que eles fazem? Eles vendem os serviços para os "sojeiros", sojicultores, madeireiros. Eles falam: "Escuta, essa soja que você está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plantando aqui, o seu concorrente no Brasil produz três vezes mais. Você não quer deduzir o seu imposto? Ao invés de pagar para os Estados Unidos, ao invés de pagar para o Estado, o Governo americano, você paga para a gente, e eu trabalho para você". E eles: "Ah, mas o que você pode fazer para mim?". "No Brasil, meu irmão, com esses seus US\$10 mil que você ia pagar, a gente faz estrago lá no Brasil". "Mas como assim?". "Eu consigo pagar a manifestação pública, eu consigo comprar de Vereador a Senador, eu consigo fazer uma série de iniciativas para que... Eu consigo criar uma audiência para impedir a criação da Ferrogrão". Tem uma série de coisas que o dinheiro compra, e eles fazem essa cadeia, essa conexão.

O Ministro, também, Ricardo Salles solicitou... Um é pago para escrever um artigo, outro é pago para escrever outro. Há um estímulo nesse sentido. A rede de conexões é imensa no Brasil – é imensa. A gente não tem ideia.

Então, dificilmente eu vou poder voltar a uma universidade pública no Brasil para terminar meu doutorado; vou ter que sair do Brasil, para estudar lá fora. Uma série de situações com relação à orientação político-ideológica.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Faltou o seu caso específico, da tentativa de corrupção.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Foi essa que eu lhe falei. Não me ofereceram dinheiro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Ah!...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Não me ofereceram dinheiro. Me ofereceram, e eu falei...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – O livro e o indicativo...

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pouco demais, não é, Senador? Pouco demais, não é?

Eu estou brincando, mas, enfim, é isso, me ofereceram livros, me ofereceram: "Lê isso aqui". Não foi um... Não teve conexão financeira nesse caso. E é por isso que eu digo que não é todo mundo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Só para entender: o senhor estava buscando algo naquela ONG?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – É o Instituto Socioambiental, era o Instituto Socioambiental.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – No ISA, o senhor foi lá procurar emprego, um tipo de...? Foi prestar um serviço?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Não, senhor. Abriu-se o edital... Só para o senhor entender: abriu-se o edital no final de dois mil e... Era dezembro de 2006, se eu não me engano, era final de 2006. Eu apresentei o meu trabalho, fui aprovado como antropólogo para fazer aquele concurso.

A antropóloga do ISA, que ia fazer esse mesmo trabalho, perdeu o prazo – perdeu o prazo. Depois ela veio conversar comigo. Na verdade, no dia em que foi publicado o resultado da Funai de quem foi selecionado, dos selecionados, eu recebi uma ligação dela: "Ah, você é que é o Edward? Nossa, que legal, quero muito falar com você". A antropóloga do ISA: "Poxa, eu perdi o prazo da coisa e tal, mas vem aqui conversar com a gente". Eu falei: "Claro". À época, eu estava no *mainstream*. Eu não queria sair do *mainstream*. Por quê? Porque existem esses laços de confiança, esses laços de orientação. Você sabe, todo antropólogo sabe que, se ele questionar, apresentar isso aqui, ele está fora, ele está excluído da patotinha que vai ser indicada para ministério, que vai ser indicada para isso, aquilo outro, não vai receber pós-graduação, não vai receber bolsa para participar daquele curso lá fora ou para fazer uma apresentação. Ele está fora, e foi o que aconteceu comigo.

Então, ela me ligou. Ela perguntou: "Quando você vem aqui para Manaus?". Eu falei: "Acho que vai depender da verba da Funai, mas acho que a gente está chegando em janeiro aí, janeiro de 2007". "Quando chegar, passa aqui e tal". E aí eu achei que era só um convite do passa aqui e tudo mais. Ela me ligou de novo: "Não, passa aqui, mas vem aqui mesmo". Aí eu falei: "Está bom, eu vou". E, à época, a sede do ISA não era lá na frente do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Pois é, era lá no fim do mundo, lá não sei onde. O ISA estava meio pobrinho ainda à época. Lá vou eu, eu peguei ônibus – não tinha, peguei ônibus para chegar lá. E, quando eu cheguei lá, ela me deu um livro: "Que bom, que bom te conhecer".

Então, não foi uma cooptação financeira. E, para ser sincero, Dra. Damares, nem sempre é financeira, porque tem antropólogo que faria isso de graça – de graça. Para demarcar uma reivindicação territorial indígena aqui, em Brasília, o chamado Setor Noroeste, teve um antropólogo que escreveu um laudo de graça, sem ser pago, sem nada: "Não, eu vou defender essa demarcação de graça", por pura convicção político-ideológica, porque é a missão dele defender uma demarcação aqui de indígenas, de descendentes de indígenas que vieram construir Brasília, eram candangos e chegaram aqui. Escreveu de graça. Tudo bem que era professor universitário – tudo bem. Então, está entendendo? É uma conexão nesse sentido, é uma conexão.

Com relação à orientação político-ideológica, é uma questão muito interessante, porque eu me descobri recentemente – no meio de todo esse conflito, eu me descobri – em uma situação absolutamente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paradoxal: quem é de esquerda me vê como sendo de direita. "Como pode ser um cara... Afinal de contas, filho de missionários evangélicos, filho de pastor, de igreja, cristão, esse cara não pode ser de esquerda". Eu me lembro de uma aula de um Professor, Jose Jorge de Carvalho, em 2001, na Universidade Federal de Brasília. Eu lembro, ele se lembra de mim. Eu até... Ele dava aula de Antropologia da Religião. E um dia ele perguntou a opinião religiosa, a orientação religiosa de cada um. Eu falei: "Eu sou evangélico protestante, vim de uma família protestante, evangélica". E eu fui o único a quem ele falou: "Opa, espere aí, protestante, não; evangélico, não. Você pode ser o que você quiser: você pode ser muçulmano, pode ser judaico, pode ser pai de santo, pode ser o quê... mas crente, evangélico, não". Eu achei aquilo estranho. Na época não tinha nem Twitter nem nada para fazer essas denúncias. Engoli aquilo e achei que isso era uma credencial.

Eu fui ensinado – eu fui ensinado – na Antropologia que você deveria colocar os seus valores em suspensão, em um estado de suspensão, relativizar os seus valores, para fazer um bom trabalho antropológico. Eu fiz isso durante muito tempo – durante muito tempo –, só para descobrir, só para entender e descobrir que existe... que o grau de fé e de devoção religiosa pelos princípios da Antropologia são muito mais fundamentalistas do que o princípio cristão que eu adotava. Existe muito mais liberdade de questionamento, de falar numa escola dominical da Assembleia de Deus, do que numa sala de aula da Universidade de Brasília, aqui de Brasília.

Aqui em Brasília, é um verdadeiro madraçal, um verdadeiro doutrinamento. Você não consegue fazer uma questão, se você perguntar, a depender da pergunta, ele já começa a olhar pra você: "Opa, espera aí, esse cara não é do nosso, não é da nossa patotinha". De novo, não vai ser nem convidado pra fazer uma oração silenciosa.

E a direita me acha esquerdista. Eu fui expulso de grupo, a direita acha que eu sou antropólogo... Quando aconteceu aquele evento em que eu fui detido lá pela Funai, que fui detido pelo Ibama, isso ficou patente. A direita jurava que eu era um "antropolongueiro", que eu era um desses "antropolongueiros" que fazia tudo, que eu estava lá pra demarcar terra indígena, tal, tal e tal... enfim, que eu era esquerdista. E a esquerda jurava que eu era o antropólogo ruralista, o antropólogo bolsonarista, entende?

Então, eu estou no meio desse conflito e eu creio que é exatamente aqui que eu devo ficar mesmo, ou seja, praticando e exercendo a minha atividade acadêmica, exercendo a minha atividade profissional, sem vínculos partidários, sem vínculos... Sim, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Plínio, só para...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Styvenson.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Só pra corroborar. O senhor citou Brasília, aqui, na UnB, mas na UFRN eu me lembro que quando eu fui fardado – que eu sou militar da reserva há 16 anos –, primeira vez que eu fui no curso fardado, acabou o grupo, não tinha mais condição de ficar na faculdade no curso.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – É isso, é isso.

Aliás, Senador, me permita só essa última fala. Eu tinha me esquecido disso. Além de falar que eu quero trabalhar, quero continuar trabalhando para o bem dos nossos irmãos indígenas, eu preciso dizer, essa CPI, Senador, da mesma forma como ela não começou aqui, ela começa com a CPI da Funai e do Incra, ela também não terminará aqui. Eu creio que essa investigação acerca do aparato neogovernamental internacional só será completa, só estará completa quando nós tivermos uma CPI para investigar o "universalão". Já ouviu falar do "universalão", Senador? O "universalão" deve ser a próxima CPI que vai existir, ou pelo menos... Não precisa ter esse nome, é claro, CPI do "universalão", pode ser uma CPI do desvirtuamento das funções do Estado, ou de servidores do Estado, que serve para explicar como que professores universitários tornam-se doutrinadores, tornam-se literalmente doutrinadores marxistas em nossas universidades federais, como que servidores do MPF deixam de atuar em prol da sociedade para atuar em prol única e exclusivamente da agenda indigenista internacional, como que servidores do Ibama e da Funai acabam... Está vendo? É uma outra composição. Porque aqui a gente está investigando, a CPI está investigando as ONGs, mas é preciso investigar essa conexão com o Estado federal de uma forma mais direta, eu diria, viu, Senador? Eu tenho a impressão de que ela será completa ainda com uma outra investigação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu diria que ela será completa quando tiver o Ministério Público Federal que acate o relatório e que faça o seu papel.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – As outras antes fracassaram porque o Ministério Público não fez o seu papel.

Me permita, eu vou ouvir o Senador Girão. Mas, de tudo que foi apurado aqui, desde a primeira sessão, ao que o senhor está dizendo, eu sei do poder. Desde o começo eu falo desse poder, desse paredão que é de enfrentar essa gente.

Quarenta e poucos anos, cooptaram, aqueles que eles não conseguiram chamar, eles cooptaram, como hoje, eles tinham estudantes para fazer curso de Direito, Geologia, Economia, tudo eles levaram para fazer a cabeça. O que eles não podem é promover um curso no Ministério Público, no Judiciário. Hoje eles têm dominado mesmo, têm, de cabeça: Incra, Ibama, Funai, Ministério Público Federal, eles têm as universidades, as redações de jornais, revistas, televisão, como se, traduzindo – como dizem aqui,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no português, como dizia o Buiú, que dizia no programa A Praça Nossa –, traduzindo –: eles têm o domínio hoje do juiz, dos bandeirinhas e do lar. *(Risos.)*

Eles controlam tudo nesse sentido. Quando a gente diz isso como Presidente de uma CPI, a turma se assusta, mas é o que eu tenho dito por aí.

Senador Girão, nós ouvimos hoje o antropólogo Edward Mantoanelli, que é bacharel em Ciências Sociais e antropólogo. Ele fez estudos que foram recusados e, depois, fez revelações muito boas aqui.

E é um prazer tê-lo aqui, Senador Girão. Com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Meu querido irmão, Senador Plínio Valério, quem tem que agradecer e como cidadão lhe parabenizar sou eu, é o povo brasileiro. É o povo que quer a verdade, e o senhor está conseguindo um feito histórico aqui, ao trazer depoimentos tão impactantes, que vão revelando aos poucos a farsa, a máfia que existe no Brasil, que todo mundo sabe, mas em que se precisava jogar luz. Não é à toa que o sobrenome do Edward, que é... Eu sou Eduardo, ele é Edward, que é a versão inglesa do nome Eduardo.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ – Fortuito. Puro acaso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas nada é por acaso. O Mantoanelli é italiano, não é?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ *(Fora do microfone.)* – Italiano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o Brasil é isso, essa mistura. E eu fiquei aqui impressionado quando eu cheguei... Eu já tinha prometido ao Senador Plínio vir aqui, Senador Chico Rodrigues, a esta Comissão. Não sou membro dela. O nosso bloco foi ocupando as vagas disponíveis rapidamente.

Eu estou numa Comissão aqui ao lado, que é a Comissão da CPMI do dia 8 de janeiro e, quando entrei aqui, eu disse: "Rapaz, eu acho que eu entrei na sala errada". Confesso para vocês, porque eu achava, na minha ingenuidade, que uma CPI tão debatida nos bastidores, por que o Senador Plínio luta com tanto afincio para instalar, com um apelo tão grande de denúncias, de indícios... Não está a mídia aqui – pelo menos agora, talvez tenha ido embora e eu não esteja sendo informado –, não está cobrindo como está cobrindo aqui do lado. Aqui do lado, para você entrar na sala, você tem que se desdobrar para lá, porque é cheio de câmeras, não sei o que e tal. Isso diz muito. Essa ausência diz muito.

E eu reafirmo, Senador Plínio, a importância desse trabalho, porque a verdade, mais cedo ou mais tarde, aparece. Então, o que o antropólogo traz aqui, com muita coragem... Eu quero dar os parabéns a ele pela coragem de estar colocando essa situação. E eu imagino... Porque quem está vestindo o sapato aí,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem está usando o sapato é o senhor, que sabe onde ele aperta, mas eu imagino o nível de perseguição, porque eles são muito organizados.

A turma da patota, como se falou aqui, é um grupo que faz uma lavagem cerebral, que está institucionalizada em várias esferas e que de democrata não tem nada – nada, nada! Querem calar quem pensa diferente e se dizem, e se arvoram os democratas, aqueles da cultura da paz.

Eu estava ouvindo o depoimento do Sr. Edward e me lembrei de duas semanas atrás, daquele jovem, Lucas Pavanato, se eu não me engano – é um jovem lá de São Paulo, que foi pra USP. Ele fez um vídeo mostrando como é que foi a chegada dele, com uma pessoa do lado, à USP.

Ele fazendo lá... fazendo perguntas, como um jornalista, fazendo perguntas: "Você conhece esse fulano aqui?", aí é a foto do Karl Marx; aí pegava da Margaret Thatcher: "Você conhece essa aqui?". E aí, rapaz, ele dava... Quem acertava ganhava um dinheiro e tal, o prêmio total era 50. O pessoal estava levando na brincadeira, isso faz parte da juventude.

Rapaz, teve um pessoal que se revoltou, Senador Plínio, um negócio chocante. Eu digo: rapaz, isso está acontecendo no Brasil? Se você duvidar, foram à Universidade de Manaus, à Universidade do Ceará. Será que esse nível chegou... Botaram o cara para fora na base do tapa, meu amigo – do tapa. Se reuniu um grupinho, um grupinho, vamos dizer, dos donos da verdade, e disseram: "Você é um fascista. Você é não sei o quê...". E começaram: "Sai daqui", como se fosse deles a universidade. O negócio se... O cara levou tapa, botaram-no para fora e foram o empurrando, e veio diretora para dizer: "Sai mesmo". Olha a que nível nós chegamos. Por isso que esse "universalão" aí de que o senhor fala, não sei se com esse nome, mas vai ser fatalmente... Se a gente quer expurgar isso por que o Brasil está doente, está adoecido por causa desse tipo de coisa, a gente vai ter que buscar tudo isso, em todas as áreas.

E aí eu quero lhe dar os parabéns e dizer que eu tenho muita esperança de que o bem vai prevalecer, está certo? O Martin Luther King, o grande pacifista e humanista americano, dizia o seguinte: "Uma injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em todo o lugar".

Então, a gente vê esse trabalho obstinado deste Senador aqui, no peito e na raça, junto com outros que estão, o Relator, o quão foi difícil mobilizar para conseguir emplacar, e ele está obstinado, fazendo as sessões de forma democrática. Aqui se vê democracia: ouvindo um lado, ouvindo o outro. E eu tenho certeza de que seu relatório vai ecoar porque é verdadeiro, é como a fala dele. Certamente vai trazer, ou já trouxe, antropólogos do outro lado, vamos dizer assim, que estejam a serviço de ideologia; ele está, pelo que eu vi aqui, a serviço da ciência, da sociologia, enfim, da antropologia. Mas, eu tenho certeza de que o senhor vai trazer e vai ouvir. E bate no coração – bate no coração – a verdade que ele está falando, sem a gente conhecer profundamente, mas a gente sente uma vibração de coragem, de verdade pelo que está acontecendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que o Brasil precisa se libertar desse tipo de coisa. Senador Plínio, o senhor está de parabéns. Eu queria ser atuante aqui, estar como um membro ou suplente, titular ou suplente; infelizmente foram ocupadas as vagas, e eu não estou podendo vir, mas sempre que eu tiver uma oportunidade, eu quero, porque o senhor ainda vai e o senhor já deu muita alegria. Banco Central, o Brasil hoje ao senhor deve... Sim, é verdade. Estou falando alguma bobeira, Senador Chico Rodrigues? A iniciativa da independência, o que está segurando o país hoje, é desse homem aqui. Outras medidas de violência em escolas, questão dele também, que foi um idealizador, em defesa das mulheres aqui, de forma não ideológica, de forma com base em estatísticas e tudo. E agora o senhor está dando esse outro grande presente para o Brasil.

Vamos juntos. Conte comigo – está certo? –, porque as gerações vindouras vão lhe agradecer muito.

E eu sei o quanto o senhor ama a Amazônia, o quanto o senhor defende os interesses daquele estado valoroso do país, de um povo sério, e o senhor aqui está fazendo um trabalho não apenas pela Amazônia, passando a limpo isso, mas pelo Brasil. Deus te dê coragem, te guie pra que a verdade possa aparecer e o Brasil fique livre dessa turma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, meu companheiro, meu amigo, Senador Girão, sempre colocando a gente pra cima, incentivando. Não há nem um só momento em que a gente ouse pensar em desistir ao conversar com o Girão, porque ele não admite, né? Você é o maior obstinado, Chico, nós somos obstinados pela Amazônia, mas esse cidadão aí é obstinado pela justiça.

Algum comentário, Edward, para a gente encerrar?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ (Para expor.) – Senador, só pra agradecer realmente – e reconhecer também – a sua dedicação; dizer ao senhor e aos demais Parlamentares que fazem parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que ela já está fazendo história – ela já está fazendo história. Existiram outras CPIs que investigaram ONGs, mas eu preciso reconhecer que as outras, infelizmente, fracassaram por uma série de fatores, incluindo a falta de sensibilidade pra saber que quem estava no microfone deveria ser ouvido. Eu nunca vi tantos representantes da Amazônia brasileira que vieram, que tiveram vez e voz nessa CPI, nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero dizer que ela é herdeira da CPI da Funai e do Incra, ela dá continuidade a esses estudos, mas eu reforço: ela só será... a investigação do aparato internacional, "ongueiro" internacional que atua no Brasil só será completa quando fizermos uma CPI do "universalão" ou uma CPI do desvio, do desvio de função da Universidade Pública Federal, Ministério Público Federal e todos órgãos como esses que, influenciados pelas ONGs, agem contra o povo, contra a ideia de soberania, contra a ideia de nação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só pra vocês terem uma ideia, e por fim, Senador – eu temo que eu não reforcei o suficiente e eu só queria ter certeza disso –, quero dizer que o Brasil precisa rever a Convenção 169 da OIT. Eu acabei não citando, por exemplo, uma convenção... O planeta Terra só tem 191 países, e só 21 deles, só 21 países assinaram a Convenção 169 da OIT, a maioria deles ou sul-americanos ou africanos. O Brasil precisa rever a Convenção 169 da OIT, e ano que vem é a nossa segunda oportunidade de fazermos isso. E eu creio que o Parlamento brasileiro... E aí formalmente precisa ser averiguado junto à OIT se basta o Congresso fazer essa denúncia, porque a gente sabe que o atual Presidente dificilmente faria essa denúncia da OIT. Mas por que não o Congresso, que é a legítima Casa que representa o povo brasileiro? Tenho certeza de que o Senado e o Congresso poderiam fazer essa carta.

E, pra finalizar, é preciso rever os marcos regulatórios para identificação e delimitação de terras ou territórios étnicos no Brasil. O Brasil não terá, se cair o marco temporal amanhã no julgamento do STF, o Brasil não terá mais nenhum marco a regulamentar o processo de identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas. Nós estaríamos à mercê da vontade, do gosto ou dos interesses de grupos internacionais pra demarcar seja lá o que quiser, porque daí não terá mesmo mais nenhum marco.

Já vimos tantos abusos, já vimos tantos casos. Como eu falei, eu até errei em trazer... Eu não sei quantos casos eu trouxe aqui, mais de 15, mais de 12 casos, é porque são muitos, são mais de 60 até onde eu sei. Se o Brasil não corrigir esse erro, estabelecendo critérios técnicos e científicos e marcos regulatórios para demarcação de territórios étnicos, nós continuaremos sendo vitimados por articulações espúrias internacionais que influenciam todo esse processo aqui, no Brasil.

E o Congresso Nacional tem muito a ver com isso. A aprovação do PL 2.903, do marco temporal, pelo Senado é parte integral desse processo e deve acontecer. Senão, se cair o marco temporal, outros marcos podem ser estabelecidos, como, por exemplo, a avaliação do Congresso federal, do Congresso Nacional de cada uma dessas reivindicações territoriais indígenas ou quilombolas.

É a minha fala final.

Eu agradeço, mais uma vez, Senador, pela oportunidade. Muito obrigado.

Vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós é que agradecemos. Pode ter certeza, Edward, de que tudo que você nos falou, nos contou, nos mostrou ensinou muito, está tudo anotado, de "a" a "z".

Antes, meu amigo Girão, de encerrar, eu quero mostrar ao brasileiro e à brasileira pelo menos três tipos de hipocrisia. A gente é tão cobrado, e praticam essa hipocrisia, e a gente pouco nota.

Essa última agora, meu amigo Girão, foi revelado, em um estudo próprio, que o grupo do G20 – aqueles países mais ricos, são os 20 países mais ricos do planeta – despejou níveis recordes de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento público em projetos de combustíveis fósseis no ano passado. É aquele pessoal que não quer que a gente mexa no petróleo do Amapá, na foz do Rio Amazonas. Pelas contas do instituto que deu essa notícia, Chico, US\$1,4 trilhão foram aplicados nisso, dos quais US\$1 trilhão em subsídios pra petróleo, US\$322 bilhões em investimentos em empresas estatais e US\$50 bilhões em empréstimos de instituições financeiras públicas. É o grupo G20, os 20 países mais ricos do planeta, que poluem o mundo, exploram o que querem, e a gente eles ficam amordaçando.

Outro. A gente falou tanto aqui em demarcação e em quantidade de terras. Os Estados Unidos, que querem nos dar o exemplo, têm aproximadamente 3,5 milhões de indígenas, esses indígenas ocupam 3% do território nacional. Nós tínhamos, antes do Censo do IBGE, que duplicou para 1,6 milhão, 900 mil índios para 14% do território nacional. Se o marco temporal cai, acabou. Eles vão para 24% imediatamente, chegando a 37%. Essa hipocrisia é que a gente fica mostrando aqui agora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora, sabe o que me preocupa, Senador Plínio? Se o senhor me permite rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Claro, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Olhe só o que aconteceu, Senador Chico Rodrigues.

Semana passada, depois de muito esforço, o Senado Federal vota a questão do marco temporal na Comissão de Agricultura. Correto? Existe uma previsão de se votar na CCJ agora no começo de setembro para ir para o Plenário. O que o Supremo Tribunal Federal faz?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antecipa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Antecipa! Marca imediatamente... O Senado agiu, e ele vai lá... É quem manda e desmanda neste país! Isso é um desrespeito aos Senadores que estão tentando fazer o seu trabalho aqui!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já não nos respeitam mais.

Por fim, meu amigo Girão, meu amigo Chico Rodrigues, deixe-me falar só do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Só numa das operações do Fundo Amazônia, recebeu R\$12,104 milhões, arredondando. Dentre as aberrações que tem, que eles praticam, tem aqui uma despesa por sete cursos, sete treinamentos que duraram três dias. Então, em três dias, eles fizeram sete treinamentos e receberam por dia R\$206 mil.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São R\$206 mil por três dias. Quer dizer, um dia cada dá R\$ 618 mil. Esse treinamento é aquele de fazer a cabeça do pessoal.

E o Ipam, aquele que está no portal, de que a Ministra Marina é Conselheira, recebeu R\$24,939 milhões numa operação, e, dentre as aberrações, porque se eu for falar de todas a gente vai virar direto. O projeto que eles fizeram, a gestão do projeto deles para gastar esse dinheiro custou R\$6,8 milhões. Quer dizer, eles pegaram R\$6,8 milhões só do projeto. É como se eu, com o meu amigo Girão e o meu amigo Chico Rodrigues, tivéssemos aqui o nosso instituto, a nossa ONG, e eu dissesse: "Olha, Chico, faz o projeto aí que a gente paga". Então, é como diria a gente na linguagem nossa cabocla, é contra essa sem-vergonhice que a gente está se opondo E trabalhando.

Eu tenho que fazer o encerramento de forma oficial aqui, lembrando da nossa diligência. Nós vamos a São Gabriel da Cachoeira, em Pari-Cachoeira. O Senador Chico Rodrigues ainda não confirmou, o Senador Girão não pode ir, está na CPMI, e nós vamos a Pari-Cachoeira ouvir os indígenas que querem nos ouvir, conforme eu mostrei naqueles vídeos aqui e na carta que a gente recebeu pedindo isso.

Será na quinta-feira o nosso voo, é um bate e volta. Nós vamos – são três horas de viagem saindo de Manaus –, a gente vai, faz a sessão, volta para Manaus, e todo mundo vai para os seus estados.

Para vocês terem uma ideia, eu estou recebendo um relato de alguns indígenas, quando param em comunidades que têm internet. O barco grande que estaria levando a maioria dos indígenas teve que parar no meio do caminho porque o rio já secou – já secou, então não tem como subir. E eles estão agora em canoa de alumínio.

E as outras etnias – nós vamos a Pari-Cachoeira –, porque lá são mais tukanos, os outros indígenas, como os baníuas, por exemplo, eles estão gastando para chegar a essa aldeia de Pari-Cachoeira três dias de viagem, mas eles estão indo, que é para mostrar que eles querem apoiar o que nós estamos fazendo. Então, não tem como negar a gente ir lá e dar esse apoio, aproveitar a nossa missão.

Coloco em votação a Ata da 10ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, mas antes agradecendo a Deus e desejando paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 42 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PARI-CACHOEIRA (AM).

Às doze horas e vinte e um minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três, no Pari-Cachoeira (AM), sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura e Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimentos**. **Finalidade:** Realização de diligência no município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Depoimentos de Indígenas, conforme Requerimento 97-CPIONGS. **Resultado:** Reunião realizada. Colhidos os depoimentos de: - Armino Tenório Pena – Liderança Tukano (Pari-Cachoeira); - Jocimara Bosco Brandão – Representante Tukano do Rio Tiquié (Pari-Cachoeira); - José Lucas Lemos Duarte (Taracua); - João Pedro da Silva – Liderança Dessano (Taracua); - Sílvio Benjamin Baniwa (Rio Içanã); - Tuli Melício da Silva - Representante Kuripaco (Alto Içana); - Deilton Camico - Representante Kuripaco (Alto Içana); - Jesus dos Santos - representante da etnia Baré (Alto Rio Negro); - Maurício Garcia Alvarado (Alto Rio Negro). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/31>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente (*Falha no áudio*)... externa de lideranças indígenas diretamente relacionadas ao objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vou só repetir, porque nós estamos transmitindo ao vivo agora para todo o Brasil, via Senado. Eu vou repetir a pergunta que fiz a vocês.

Basicamente, nós viemos aqui para saber se o Instituto Socioambiental (ISA), que pegou, só de uma fonte, R\$12 milhões para fazer um plano de gestão no Alto Rio Negro, para ajudar as comunidades indígenas, pegou 12 milhões há três décadas, mais ou menos... É importante para nós, Senadores da República, para o Marcio Bittar, que aqui está, nosso amigo do Acre, para o Chico Rodrigues, que aqui está, nosso amigo de Roraima, é importante saber, porque o ISA diz que consultou aqui, cerca de 50 pessoas fizeram parte dessa gestão, desse plano de gestão. Eu pergunto aqui a mais de cem pessoas indígenas qual de vocês foi consultado pelo ISA ou se o ISA consultou algum de vocês alguma vez na vida? Sim ou não?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nenhuma vez?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nenhuma vez.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos já ouvir então todos nesse sentido.

Senador Chico Rodrigues, Senador Marcio Bittar, Plínio Valério, em nome da Comissão, da CPI, em nome de todo o Senado da República, é oficial o que estamos ouvindo aqui. Portanto, é importante que a gente ouça. Se vocês tiverem reclamações a fazer, pedidos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... por aldeias, por localizações, pessoal de Pari-Cachoeira, Taraquá, Rio Içana, Alto Içana e Alto Rio Negro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos um contratempo porque ia vir de lá do pelotão para cá, isso consumiu mais de meia-hora, ou seja, nós temos que, então, acelerar um pouco. Mas por nenhum minuto vamos deixar de permitir que vocês falem, porque quem levou 14 dias para chegar aqui, 10, 7 dias para nos ver e falar conosco, merece todo o nosso respeito.

Por essa exiguidade no tempo, a gente vai... A turma de Pari-Cachoeira é a maior turma que tem aqui. A gente vai ter, infelizmente, que limitar o tempo em três minutos para cada um. Eu pergunto se está bom assim, a gente poderia, para dar voz a todos. A gente tem aqui para falar, em nome de Pari-Cachoeira, Armindo Tenório Pena. *(Pausa.)*

Enquanto o Armindo se desloca, eu preciso saber se a Sra. Profa. Efigênia Maria Macedo, que é da Escola Indígena Pedro Massa, foi convidada e se está aqui por nós. Seria muito importante a sua presença aqui. A Profa. Efigênia está presente? *(Pausa.)*

É importante que todos saibam que nós convidamos e gostaríamos, seria um prazer imenso, de conversar com ela.

Armindo, a gente pede só a compreensão. Sabemos que três minutos, normalmente, é pouca coisa, mas é importante pra nós – tá, Armindo?

O SR. ARMINDO TENÓRIO PENA (Para expor.) – Bom dia!

Bom dia, mais uma vez!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ARMINDO TENÓRIO PENA – Está bom.

Hoje é um dia muito grande, dia esperado, e vamos fazer um pequeno depoimento para as instituições que estão no meio da gente.

No meu entender, nós temos duas instituições? Uma é o ISA e a outra é a Foirn. A Foirn é o puro indígena, no meu ponto de vista.

Eu queria dizer o seguinte: a gente sabe... ISA e Foirn são dois parceiros – são dois parceiros –, na verdade.

Em 1500, quando o Brasil foi descoberto, nós fomos massacrados, enganados, mulheres estupradas pelos portugueses. Logo depois apareceu o SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Fez a mesma coisa. Em seguida, apareceu o ISA e a Foirn. Aí, no meu ponto de vista, a gente percebe, não é? Chegou muito dinheiro, chegou muito dinheiro. E cadê esse dinheiro? Onde foi parar? Alguém sabe? Aqui, a gente não tem nada. Vocês estão vendo a nossa realidade: não tem nem transporte, comunicação... Cadê a internet?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prometeram que ia colocar. Foirn e ISA junto, parceiros, prometeram que iam colocar internet para todas as comunidades e, até agora, nada, zero! Estão vendo, gente? É isso, essa é a nossa realidade.

O que mais que tem para falar? Tem muita coisa para falar, gente. Não precisaria três minutinhos, não. Assim não vou terminar, não. Está bom?

Outra coisa que eu queria dizer em nome deles, das instituições. Eles têm casa boa, eles têm voadeira, gasolina suficiente, andam para lá e para cá, salário alto ainda, salário milionário que eles têm lá, não é? A turma das instituições. Está bom?

E tem mais. O que está faltando para nós? Embora tenha chegado tanto dinheiro, em nome da população indígena, em nome da preservação da floresta, veio muito dinheiro, e estamos na pobreza, gente. Por que a gente não muda agora para outras instituições. O ISA e a própria Foirn se interessaram somente pela instituição, e a diretoria se preocupou somente com eles. E para nós, eles não se preocuparam com nada.

Agora, lá no Plano de Gestão Territorial, a gente falou: "Bem viver, bem viver, bem viver". Onde tem bem viver para nós? Não existe bem viver para nós enquanto a gente não tem transporte, enquanto a gente não tem comunicação, internet na escola a gente não tem. Tudo a gente não tem para eles. É triste! Embora tenha chegado tanto dinheiro, não é? Vocês acham bom? Eu, particularmente, não estou achando bom, não.

Se a gente fosse branco... Lá no dia 5, por aí, 8 de janeiro deste ano, os brancos, não gostando do Lula, sabe o que eles fizeram? Foram quebrar a Esplanada do Ministério. Essa deveria ser a hora de nós também acabarmos com a sede do ISA e acabar com a sede da própria Foirn, quebrando tudo. Assim, pelo menos, deveria valer. Está bom?

Agora, se vem recurso em nome da população indígena, em nome da preservação da floresta, deveria vir como Bolsa Família, onde todo mundo ficaria alegre, onde todo mundo... Assim dá para fazer. Caso contrário, as coisas não vão funcionar no meu ponto de vista.

Está bom?

Vocês deixam rapidinho como tucano?

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. ARMINDO TENÓRIO PENA – O Pessoal da Foirn, o pessoal do ISA – chega –, a gente não aceita mais eles, não, recebendo dinheiro em nosso nome. Como eu falei antes – não é? –, eles lá são beneficiados, estão ficando ricos, e nós nada.

Obrigado. *(Palmas.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Armindo Tenório Pena, eu queria... Me desculpem, mas eu tenho que voltar ao assunto.

Esse deslocamento nosso do batalhão para cá, daqui para lá, tomou da gente no mínimo uma hora, e nós somos limitados para voar pelo comandante da aeronave. Como do pessoal de Pari- Cachoeira aqui tem mais de 14, seria possível falarem 4 – o Sr. Armindo, que falou, e mais 3 –, em nome desses 10, 12, para a gente? Porque depois nós vamos falar dos problemas, das soluções, de tudo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é, então, como...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não ouvi bem a sugestão de... *(Pausa.)*

Ah, correto, correto! Ah, beleza, entendi, entendi, sim!

Então, vamos deixar só mais um de Pari-Cachoeira falar, depois teremos Taracuá, Rio Içana, Alto Içana e Alto Rio Negro.

Tem outro aí para a gente anotar aqui? *(Pausa.)*

Não, não é? São esses? *(Pausa.)*

São esses aqui, então.

Então, só para encerrar, Pari-Cachoeira, chamamos mais um, Lucas, de Pari-Cachoeira e vamos, então, depois passar para Taracuá; só mais um de Pari-Cachoeira. Quem seria? *(Pausa.)*

Rosamira? *(Pausa.)*

Jocimara? *(Pausa.)*

Jocimara Bosco Brandão.

A SRA. JOCIMARA BOSCO BRANDÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos!

(Manifestação da plateia.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOCIMARA BOSCO BRANDÃO – Seja bem-vinda, aqui, a equipe do Senador Plínio Valério!

Então, o meu nome é Jocimara Bosco Brandão. Realmente a gente desconhece o nome que consta aí na lista, porque, em nenhum momento, eles chegaram consultando aqui na nossa comunidade. Falam tanto da consulta, do protocolo da consulta, mas infelizmente eles não vieram nos consultar aqui. Eu escutei um monte de nome aí que está ali na Foirn trabalhando, há anos. Pra eles está tudo o.k., mas pra nós está péssimo, porque a gente nunca viu, nunca vai ver o dinheiro que o pessoal do ISA veio receber em nome aqui do distrito, em nome de todos os indígenas, não é? Porque eles vieram mudando o nosso nome.

Então, vendo essa situação, eu abracei a CPI das ONGs. Em nenhum momento, eu nunca vinha fazendo escondido, eu sempre ficava postando o que eu vinha fazendo. Isso eu quero colocar aqui. Quando eu cheguei aqui, os ongueiros que fazem parte do pessoal da Foirn vinham fazendo a cabeça dos meus parentes aqui. E, quando eu cheguei aqui, aqui era um inferno, porque eu me desloquei daqui pra fazer minha faculdade, então, quando eu cheguei aqui, aqui estava um inferno, porque o pessoal da Foirn fez a cabeça dos meus parentes aqui, dizendo que eu, Jocimara Bosco Brandão, juntamente com o Tio Lucas, de Taracua, vendendo terra. Em nenhum momento, eu ando vendendo terra por aí, não, gente. Olha os nossos próprios parentes usando o nosso nome pra enriquecerem. Entendeu? Então, tem alguns parentes meus aqui que não gostaram quando eu cheguei aqui. Infelizmente, eu levantei a voz e gritei aqui. Quando eu estava fazendo reunião aqui, caíram pra cima de mim. Voltei aqui, saí daqui desse salão pra minha casa, pra casa do meu pai. Um cidadão, um moleque de rua, quase me bateu ali no meio do caminho. Assim que eu estou passando: eu estou sendo... Eu estou sendo... O pessoal... Os próprios parentes estão me perseguindo, falando mal de mim. Sabe por que que eu entrei na CPI das ONGs? Porque eu estou cansada de ver o sofrimento dos meus parentes aqui, no distrito de Pari-Cachoeira, e tanto no distrito como nos outros distritos, não é?, porque eu vinha subindo nas comunidades, conversando com as lideranças. Então é isso, gente, porque a gente está cansado já, sendo usados.

Então eu digo, fora ISA! A gente tem que trocar os diretores da Foirn, gente. É melhor a gente trocar. Estamos cansados já, porque eles já vêm usando o nosso nome há anos. São 36 anos de existência da Foirn aqui no Alto Rio Negro. Quem fundou essa Foirn foram os meus pais, meus tios, meus irmãos maiores, que estão vivos ainda. Infelizmente, só Pedro Machado, que foi a óbito. Então é isso, gente. Isso que eu quero colocar aqui. Então, fora ISA daqui do Município de São Gabriel da Cachoeira! E a gente tem que trocar a diretoria da Foirn. Estamos cansados, gente. Estamos cansados, por isso que estamos pedindo socorro para os senhores. Então é isso.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ao pessoal de Taracuí, obrigado, Jocimara Bosco Brandão, que é muito responsável pela nossa vinda, por essa organização.

Eu agradeço mais uma vez, Jocimara.

Do Taracuí nós temos José Lucas, João Pedro, Romival e Marilene. Dois poderiam vir aqui? Desses quatro? Tá bom. Então temos aqui o Lucas e o outro? João Pedro, Romival e Marilene. (*Pausa.*)

Só o João Pedro. Então, depois do Lucas, teremos o João Pedro.

O SR. JOSÉ LUCAS LEMOS DUARTE (Para expor.) – Senhores, autoridades, boa tarde. Excelência, com muita satisfação, encontramos vocês aqui, enfim, dentro do tempo almejado. Nós estamos aqui, Sr. Senador.

Eu me represento, sou liderança nata, não preciso de votos, eu sou original de Taracuí, onde estamos sofrendo por causa de várias situações, muitas das vezes, não oriundas dos nossos parceiros ou dos nossos parentes, mas sim, muitas das vezes, vindas de umas ONGs que estão aqui dentro da nossa região.

Não precisamos mais estar submissos, alienados às ONGs que pertencem a essa região, dizendo que estão fazendo o bem para a população indígena. Em nenhum momento vejo, de fato, acontecer o bem-estar, o bem-viver e a sustentabilidade pregada há anos, há 36 anos.

Antes, nós éramos tutelados pela Funai, passou a categoria para missionários, depois vieram as ONGs. Quando é que nós teremos, de verdade, a liberdade própria de gerir o nosso território, tirar as nossas riquezas e parar com essa figura de índio pedinte? Nós somos ricos aqui na Amazônia.

Temos medicinas tradicionais, temos nióbio, ouro, diamante, nós temos várias riquezas dentro da região e ainda argumentam, falam que você não pode... Mantenha a sua cultura! Manter cultura não é manter a miserabilidade, gente!

Então, perante as autoridades aqui presentes de Brasília, Senadores, o Presidente da CPI, de coração, eu quero que tomem uma atitude, que o Brasil seja, de fato, comandado pelos nossos brasileiros, e não estrangeiros... Células com... Querendo situações, se criar, para poder usufruir da ingenuidade dos indígenas.

Hoje somos estudados, antes a gente era tutelado. Hoje nós queremos comandar o nosso território. Para tanto, Sr. Senador, não queremos mais ONGs dentro da nossa região. Nós queremos andar com nossa própria perna, apoiados pelo Senado Federal, pelo Presidente da República, enfim, trazendo projetos, programas que possam de fato ver o nosso indígena com autossuficiência, porque somos cidadãos brasileiros. Somos também, de tudo, de tudo, naturais dessa região. E por que hoje nós temos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ficar submissos à ONG, não podendo tirar, matar o seu peixinho para poder sobreviver? Hoje nós estamos aqui na pendenga, precisando de auxílio e Bolsa Família, enquanto nós poderíamos estar adicionando à economia do país, no petróleo, nos minérios, na natureza que nós temos aqui – assim, adicionando à economia do país.

Hoje estamos elencando, pedindo socorro ao Senado Federal por causa disso. Agradeço porque está aí o Exército Brasileiro, as Filhas de Maria Auxiliadora e as lideranças presentes, que, com certeza, estão com o mesmo objetivo aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Temos, por Taracuí ainda, João Pedro da Silva. O João Pedro da Silva, de Taracuí, veio...

Eu queria que, quando começasse a falar, desse só o nome e de onde veio, para que o Brasil tome conhecimento... Eu queria, por curiosidade, para matar a curiosidade do brasileiro... Por exemplo, quem veio de Taracuí para nos ver e falar conosco, quantos dias, quantas horas, sei lá, se passaram pra chegar aqui? Eu gostaria dessa informação, que é para o brasileiro entender que, quando se fala de Amazônia, a gente não fala em horas, a gente fala em dias.

E vocês que vieram aqui... Tem aqui gente que veio, eu acho... Os kuripacos; até 14 dias para poder chegar aqui. Os baníuas levaram mais de uma semana. Então, seria importante a gente dizer isso pro Brasil tomar conhecimento do quanto vocês estão ávidos, de quanta indignação toma conta de vocês, o que dá motivo para fazer essa viagem para conversar conosco, com Chico Rodrigues, com Marcio Bittar e comigo, que representamos o Senado Federal aqui.

Então, com a palavra, João Pedro da Silva, de Taracuí.

João Pedro, eu queria só que você dissesse quantos dias levou para chegar aqui.

O SR. JOÃO PEDRO DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Então, eu me chamo João Pedro da Silva, desana, sou líder da minha comunidade. Vim aqui representar dez comunidades do Baixo Rio Uaupés. Fica lá embaixo, para quem conhece.

Até chegar aqui da minha casa, eu embarquei 2h da madrugada, subimos... E tive que voltar... Dependendo do rio, teria que voltar para Taracuí. A gente veio de barco. A gente acabou chegando de voadeira. A gente levou quase três dias e meio, e aqui chegamos ontem. Eu sou de mais perto. Tenho parentes que são de mais longe, não é?

Então, eu estou aqui, em primeiro lugar, querendo pedir a Deus por esta oportunidade que eu esperei há muito tempo. Eu nunca pensei que eu estaria aqui, diante dos Senadores. São governos que estão aqui para nos ouvir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há muito tempo, estamos passando a situação que nós... Quando fundamos a federação de indígenas foi exatamente para a melhoria de qualidade das populações indígenas. Isso, na minha conta, há 36 anos. Não se vê a mudança de qualidade de vida, principalmente, eu do Baixo Rio Uaupés – não mudou nada até hoje.

Então, por isso, eu, João Pedro, Sr. Senador, estou aqui para dizer ao senhor... E eu estou cansado de ver meus parentes, que estavam nos representando, da federação, sendo manipulados pela instituição ISA. Isso me dói, eu fico triste quando eu acho isso. Não é só neste ano, mas 36 anos que ele está aí. O senhor também confirmou.

Então, estou aqui também para confirmar o que falaram – estou aqui. Então, eu estou cansado. Eu solicito aos senhores, porque o Governo tem esse poder de destituir essa instituição ISA e talvez também os diretores da Foirn e os seus funcionários, porque ninguém pode sobrar. Se sobrar, o veneno vai ficar, e a gente não quer. Quer destituição por completo.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. João Pedro da Silva...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, digo só para comentar. Dez dias e meio para chegar aqui para nos ver, para poder desabafar. É importante. Este é um dos trabalhos que o Marcio, que o Chico Rodrigues, que nós temos feito: levar para o Brasil o recado.

Se nada disso pudesse surtir efeito – e vai surtir –, só desabafar, levar o desabafo de vocês ao Brasil, ao conhecimento do brasileiro, é necessário, porque, se depender dessas ONGs, se depender da Foirn e do ISA, vocês continuarão invisíveis. Este é um dos nossos trabalhos: dar visibilidade verdadeiramente a quem merece e a quem precisa.

Eu tenho aqui... Me permitam o Chico e o Marcio, porque nós tínhamos a emenda para Taracúá, que era uma emenda de R\$350 mil, para construir um pavilhão de artesanato em Taracúá. Foi um pedido acho que do Lucas. O dinheiro saiu, a licitação foi feita, a empresa ganhou. Aí veio a covid. Quando acabou a covid, a empresa simplesmente disse que não ia mais fazer, porque o dinheiro não dava, e o dinheiro foi perdido. Então, esse compromisso nosso continua com Taracúá. Nós vamos, de alguma forma, poder ajudar individualmente.

Do pessoal do Rio Içana, nós temos aqui o Sílvio Benjamin, o Sergio Camico, o Pedro Luciano, o Amarildo e o Januario. O Sílvio me mostrou, ele quer ler uma carta, e essa carta vai tomar o tempo de todo o pessoal. Eu pergunto se a turma concorda com isso, o pessoal do Içana. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoal do Içana, que ele leia a carta, então, em nome de vocês.

O SR. SÍLVIO BENJAMIN (Para expor.) – Boa tarde, parentes e a comitiva do Senador Plínio Valério, Presidente da CPI. Boa tarde a todos.

Bem, eu me chamo Sílvio Benjamin, etnia banúia. Eu sou natural de Castelo Branco, do Médio Rio Içana.

Então, como o Senador já falou, eu vou pedir um tempo para uma leitura aqui de um parágrafo, só para ficar ciente, para ficar de acordo com a nossa fala aqui e conforme as falas dos pares que já foram feitas aqui.

Bem, a carta vai ser entregue, e peço aos senhores que assinem a lista que eu dei para a Jocimara rodar aí, para ter peso a nossa carta aqui.

Então, a carta é a seguinte... Eu consultei algumas lideranças que passaram no movimento indígena. A gente não é contra o nosso movimento, mas a gente quer transparência do nosso movimento indígena. Por isso, fizemos esta carta, para apresentar agora, na sessão da CPI que está acontecendo aqui, na nossa comunidade do Distrito de Pari-Cachoeira:

Vimos mais uma vez nós povos indígenas, residente na Terra Indígena do Alto Rio Negro de 23 grupos étnicos 700 aldeias, 50 mil indígena em nome da Constituição Federal de 1988 artigo 231 e 232, Lei 6001 de 73 e Convenção 169 da OIT. Para a seguranças, autonomia, autodeterminação e bem viver das nossas crianças, jovens, agricultores, pescadores e indígena de fato que ainda residem nas comunidades Indígena, queremos dar o nosso depoimento na CPI das ONGs. Queremos nesta CPI relatar algumas violações sofrida por parte das ONGs que defende seu Interesses individuais e unilateralista, como é o caso das ONGs instalada em São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, FOIRN e ISA. Consideramos que a FOIRN EXERCEU o seu papel como organização de defesa dos direitos dos povos indígenas desde 1987 até 2012. Não podemos deixar de nós reconhecer grandes lideranças e suas personalidades políticas como: (Álvaro tucano, Pedro Garcia. Domingos Barreto, Gersen Baniwa, Erivaldo Cruz, Orlando Melgueiro, Max Miliano, Abraão França, Bras França, Renato Matos, Luiz Brasão, Pedro Machado e Irineu Baniwa) essa liderança tinha personalidades, autoridade, humildade, [...] [criatividade] e qualidade como lideranças Indígena, eles estavam preocupado com a (educação indígena, saúde indígena, defesa da terra, cultura, língua, implementação de política pública do governo municipal, estadual e federal, discussão avançada de ensino superior indígena, projeto de sustentabilidade, segurança alimentar e outros meios de bem viver que as comunidades indígenas almejavam). Portanto, tudo isso está praticamente e politicamente estagnado pela atual diretoria da foirn, todos as lutas construída, pensada, discutida e planejada pelo povos indígena do Rio Negro, atualmente está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente dizimado pela atual diretoria da FOIRN, em conjunto com ISA, essas ideologia pararam de andar foirn construí outro modelo de ideologia monopolista, utilizado pelo senhores feudais "DONOS DE TERRAS" logo após o período da colonização dos Indígena na costa litoral brasileira, no período de grande hegemonização do indígenas para serem tratados de (canibal, sem religião, sem língua, sem cultura, analfabeto, preguiçoso precisa se de alguém para guia-lo ou poder representa-lo) então toda discussão produtiva, criativa e protagonista da foirn foram mudada pela nova diretoria, que até hoje é a mesma diretoria a 12 anos, foirn perdeu toda a sua essência política e representatividade, nas quais está posta nesse depoimento.

O texto continua, mas vou entregar para o Presidente da CPMI, Plínio Valério, agora.

Então, eu agradeço a oportunidade como representante do Médio Içana presente aqui. Não é fácil pra chegar, a gente gasta seis dias para estar aqui no Distrito de Pari-Cachoeira.

Muito obrigado à Comissão presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós já conhecemos o Sílvio há algum tempo. A Comunidade Castelo Branco tenta a sua cooperativa, que é um direito de vocês povos indígenas a cavarem a terra que é de vocês, que dizem que é de vocês. Ele vem encontrando dificuldades. Então, com a ajuda de Chico Rodrigues e do Marcio Bittar, nós conseguimos colocar internet lá e levar também um gerador de energia. E, agora, Sílvio, ontem, saiu o pagamento do barco de vocês, viu? Agora, já podem verdadeiramente comprar o barco. E o Chico, o Marcio e eu nos colocamos sempre à disposição de vocês para ajudar de alguma forma para amenizar esse sofrimento.

Eu aproveito que nós estamos aqui com o Sílvio, que é baníua... Se vocês conhecem esta Associação Indígena da Bacia do Içana, que, em 2021, recebeu R\$150 mil para fazer um projeto de artesanato e pimenta, galpão, capacitação e equipamentos... Alguns dos baníuas conhecem essa associação e sabiam que receberam R\$150 mil?

O SR. SÍLVIO BENJAMIN – Na verdade, eu conheço a associação, mas eu não tenho conhecimento da verba que chegou lá... Nessa associação dos povos... Pertence lá ao Médio Rio Içana...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sílvio, o teu povo içana... Alguma coisa desse dinheiro também vocês viram, sentiram? A construção de um galpão? Curso eu sei que eles fazem muito, seminário fazem demais. Eles vendem a Pimenta Baniwa, o ISA vende a Pimenta Baniwa. Eu não sei se é disso... Se você não tem conhecimento, eles estão usando a associação para enriquecer cada vez mais. Você tem alguma coisa nesse sentido?

O SR. SÍLVIO BENJAMIN – Eu conheço a associação, mas eu não tenho conhecimento sobre "enriquecimento"... De projeto de Pimenta Baniwa, artesanato... Eu não tenho conhecimento nesse caso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A carta está recebida, Sívio. Nós vamos, sim, colocar nos documentos da CPI.

Pessoal, do Alto Içana, o Tuli Melício da Silva. É kuripako o Tuli, já conheci, já conversei um pouco com ele. E teríamos também uma outra pessoa do Alto Içana, que pode ser de Deilton, Jaime, Olindo ou Hemerson, um desses aí.

O SR. TULI MELÍCIO DA SILVA (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. TULI MELÍCIO DA SILVA – Boa tarde, meu nome é Tuli Melício da Silva e sou representante do povo kuripako. Neste momento, a gente veio de muito longe, gastei 14 dias até para São Gabriel. De lá, gastei mais seis dias com o pessoal. Já foi muito bom, porque venho de barco de madeira.

Então, é o seguinte: o objetivo de vir para cá... Historicamente, a gente tem essa opção de trabalhar com o pessoal que vem do estado, mas, infelizmente, a gente leva 30 anos no nosso município, que está pregando só assembleias, e essas assembleias falsificadas que levam 30 anos. E mais, que ele falava parte da capacitação de líderes. Eu pergunto: quanto a gente tem de líderes capacitados, formados em várias categorias? Eu... Da minha parte, lá na minha área, a gente não tem nada. Não sei se vocês têm.

Para eles, vieram fazendo as inscrições inexatas, que praticamente eles fazem, divulgam o nosso nome fora, identificando que eles são indígenas, mas eles não são indígenas, não, parentes. Então, para eles, são bons.

E, nesse caso aí, a gente já sabe ler e escrever. Ontem eu falava tanto que, nesses 30 anos, a gente fala em autonomia, e nunca chegaram a ser autônomas as nossas comunidades. Então, espero, aqui na frente, que já foram... Como vulgarmente vou falar, já roubaram o nosso dinheiro que veio em cima de nós. E, aqui na frente, a gente vai ter que trabalhar sozinho.

A gente já tem que parar firme na frente desse pessoal que está ali, fazendo como se tivesse um boneco para a gente. Fica aí, não fala nada e não faça nada. Se a gente apresenta algum projeto para desenvolvimento alternativo que tanto falam – que tanto falam –, que pregam aí de sustentabilidade, ele não está sustentando nada para a gente. A gente que sustenta a nossa família, nossas comunidades e nossas lideranças.

Então, isso... É bom que você perguntou aos baníuas. Se tivesse o nome do kuripako ali, aí estaria falando mal deles. Não está o nome do kuripako nessa lista ali, mas, quando você perguntou aos baníuas o que é Pimenta Baniwa... Quando eu fui professor na Escola Baniwa Kuripako – eu fui professor lá –, a gente colocava dessa forma para a gente poder ter autonomia de cada escola indígena, mas infelizmente quem foi que aproveitou? Aproveitou foi o ISA, levando nossos conteúdos, nossos parceiros para ele



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder buscar seu dinheiro. Então, agora, neste momento, o ISA está divulgando o nome da Pimenta Baniwa para ser feita lá na Irlanda. Tipo uma...

Como é que a gente chama isso? Ah, uma cerveja. Não sei quantos milhões que está dando por isso. E para os banúas? Nada.

Ademais, a cesta básica típica, que a gente mais combina no artesanato, eles estão divulgando que eles pagam pouco, mas lá fora está em R\$187 cada um balaio de 82cm. Mas lá quem faz isso é o ISA.

O.k.?

Muito obrigado.

Então, neste momento, já vou entregar o documento para o Senador. Ao mesmo tempo, o pessoal vai entregar alguns símbolos para ele poder levar como lembrança. O.k.? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho uma pergunta a fazer para o Tuli.

Parabéns, Tuli! Parabéns pela sua luta!

Nesses anos todos, Tuli, a você, que já é professor, acompanha e é pioneiro no movimento indígena, eu pergunto aqui – e claramente para que o brasileiro que está nos vendo agora possa saber a verdade, se fez ou se não fez –, nessa tua longa vida aqui no Alto Rio Negro, o que foi de positivo que o ISA fez aqui? O que o ISA fazia por aqui ou deixou de fazer? O que eles fazem muito ou fazem pouco?

O SR. TULI MELÍCIO DA SILVA – Praticamente, ele tem uma estratégia muito grande, porque, primeiro, ele consulta e depois faz um documento; em cima disso faz um projeto sem consultar com os povos, mas ele prega um projeto. Quando já vem tudo constituído, então de um aumento não apresenta resultado para o povo. É isso o que eles fazem.

Agora, faz parte que ele faz muito bonito para ele, porque com esse dinheiro que ele faz, ele tem bacana vida, bacana carro, tudo, e entra que a gente não tem nada.

Isso me preocupa. E, ademais, as comunidades ficam sofrendo. É grão viver, que eles dizem: para eles somos bons, ganham bom dinheiro em cima do nosso conhecimento. Ademais, identificam como parte do nosso povo.

E o que me dói mais, é que, quando a gente apresenta um projeto, aí ele tem que passar por mão deles. Então, isso acho que não acontece: em nenhuma lei se fala que tem que passar por meio disso, não é? Quem são autônomos são os capitães, as comunidades de um grupo étnico que querem trabalhar sozinho.

E isso que eu posso dizer para ti. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Tuli.

Marcio, Chico Rodrigues, está aí: o Tuli acaba de nos revelar que a Pimenta Baniwa é fabricada na Holanda...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não, fabricada aqui e vendida na Holanda

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Fabricada aqui e vendida na Holanda, a preços caríssimos, não é? É isso, Tuli?

O SR. TULI MELÍCIO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Para fabricar uma cerveja lá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para fabricar uma cerveja com o nome Baniwa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah sim, uma cerveja...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

Você vê a exploração que há não só do conhecimento, mas se apropriam do nome da etnia.

E o Tuli falou já, nos bastidores, com o Chico Rodrigues, comigo e o Marcio sobre a necessidade dos kuripakos, que nós, certamente, particularmente, sem terem nada a ver com a CPI, vamos ajudar, assim como toda e qualquer comunidade que nos reivindicar.

Deilton, Jaime, Olindo ou Hemerson? Qual deles falaria?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim! Desculpe-me, Tuli.

O Tuli tem uma lembrança para nos entregar aqui. Eu agradeço.

Tuli, sob sugestão aqui, vamos deixar assim que acabar aqui, aí a gente pega no fim. Sob sugestão aqui, já já, daqui a pouco.

Tem o Deilton, o Jaime, o Olindo e o Hemerson. Qual desses aqui vai falar? Qual é? Deilton Camico. É isso mesmo, Deilton?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DEILTON CAMICO (Para expor.) – Então, primeiramente, boa tarde a todos.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DEILTON CAMICO – Então, primeiramente, gostaria de cumprimentar a mesa das autoridades, os nossos Excelentíssimos Senadores de Brasília, que nos representam na CPI.

Então, senhores, eu gostaria de me apresentar, eu me chamo Deilton Camico, eu sou da etnia kuripako. Para a gente poder estar aqui não é fácil, não é fácil para a gente poder estar aqui. Durante a viagem que a gente fez, para a gente poder estar aqui, foi uma viagem muito longa e difícil, mas graças a Deus estamos aqui para revelar e falar o que está acontecendo, sobre a nossa realidade das nossas comunidades.

Então, Sr. Senador Plínio e os demais Senadores, hoje eu venho aqui para pedir socorro para o meu povo kuripako, que está sofrendo por esses problemas que vimos enfrentando. Então, sobre as ONGs, sobre quem estamos vindo falar aqui, a gente mora perto da cidade, a gente mora quase em frente à cidade, nós; está ali o Tuli Melício que sabe onde é; o Olindo e os demais que vieram comigo. Então, o ISA é localizado quase em frente à praia, e a Foirn é a mesma coisa. Não gasta menos de três litros de gasolina para chegar lá no posto do ISA. Então, mais o ISA, que é socioambiental, nunca chegou lá. Vou dizer logo a verdade. Nunca chegou lá, e a nossa comunidade, que está localizada lá, o que ajuda às vezes é a prefeitura e a brigada – agradeço ali também ao General Nilton Diniz, que está presente aqui nesse exato momento –, que dá o apoio, não de muita coisa, mas naquilo que a gente precisa. Mas as ONGs, onde a gente é organizado pela Foirn, lá é uma terra demarcada, conforme no mapa, e desde já a Foirn lá... A única fonte de ajuda que a Foirn deu, infelizmente eu não trouxe, porque a gente veio nas pressas; era uma plaquinha, pessoal, uma plaquinha aqui desse tamanho. É o que eu costumo dizer para os nossos parentes lá, kuripako: Uma plaquinha dessa aqui não liga, não deve ligar a comunidade inteira de 24 famílias.

Então, lá é de difícil acesso, lá não tem internet, não tem escola, não tem energia, gerador, não tem nada, pessoal! Então, de tanto dinheiro que a gente está ouvindo, infelizmente a gente não recebe assim ajuda dessas ONGs.

Então, senhoras e senhores, Srs. Senadores, pedimos socorro, para que vocês possam dar um suporte para nós, uma melhoria, para que vocês possam nos reconhecer também, porque não é muito longe da cidade – não é muito longe da cidade, pessoal! Imagina os povos tukano, hupda, os demais parentes que são domiciliados aqui na calha do Rio Tiquié, Uaupés, Rio Negro, Alto Içana, Baixo Içana; imagina só a cultura que eles vêm sofrendo lá, se no nosso nome está lá a ajuda do ISA, está lá a ajuda da Foirn.

Pessoal, então, para mim, isso já chega.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço socorro aqui para o nosso Senador Plínio, para que ele possa nos atender e entender sobre essa questão do que estamos sofrendo com o nosso povo kuripako, não somente o povo kuripako, mas todos os povos indígenas aqui dessa região da Amazônia.

Muito obrigado. Essa é a minha palavra.

Agradeço a todos os Exmos. Senadores.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Deilton.

O seu pedido de socorro, que o Brasil está vendo agora, certamente vai ser ouvido, se não por todos que nos veem, pelo menos por esses três Senadores que aqui estão e pelos Senadores que compõem a CPI.

Pessoal do Alto Rio Negro, nós temos três; dois vão falar: Jesus dos Santos, Rafael Antônio Yarumari e Maurício Garcia Alvarado – dois desses três.

Quem? (*Pausa.*)

Jesus dos Santos, representando a etnia do Alto Rio Negro.

O SR. JESUS DOS SANTOS (Para expor.) – Então, boa tarde, parentes.

Eu sou do Alto Rio Negro, eu sou baré. Eu vim do Distrito de Cucuí para representar o nosso povo baré.

Eu quero também agradecer aos Senadores que vieram para ouvir a gente. Plínio Valério e demais Senadores, muito obrigado por terem vindo nos ouvir aqui em Pari-Cachoeira. Nós também viemos de longe.

Então, Senador, nós praticamente vamos ler uma carta de repúdio sobre as ONGs – só isso que nós vamos fazer e comentar bem pequenininho. Então, eu vou ler a carta de repúdio:

Carta de repúdio do Alto Rio Negro.

Ao Exmo. Senador Plínio Valério, Presidente da Comissão da CPI das ONGs.

Nós lideranças [...] da Calha do Rio Negro pertencentes ao Alto Rio Negro, fronteira Brasil, Venezuela e Colômbia. Viemos através desta carta repudiar e denunciar o que as ONGs fazem nessa região onde moramos, somos representantes dos povos: Baré, Werekena, Baniwa.

O nosso repúdio é sobre Consulta Prévia imposta pela Foirn e ISA, a razão é que sentimos presos sem liberdade de elaborar Projetos que de fato [...] [vão] desenvolver as nossas Comunidades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Repudiamos também o acordo de convivência imposta pela Foirn e ISA;

[Então, lá, parentes, tudo nós temos que agora ser consultado, por isso que nós estamos repudiando aqui. Repudiamos também o acordo de convivência imposta pela Foirn e ISA – estou repetindo. Mas vai outro]

- Repudiamos também a intercooperação técnica entre Funai, Foirn e ISA. [Eu acho que a Funai não deve ficar contratando pessoas do ISA para ajudar lá, porque nós já temos muitos parentes formados que podem fazer esse trabalho que a Funai faz. Então, não precisamos mais do ISA. Isso que nós pensamos, nós do Rio Negro.]

[Outro:]

- Repudiamos também a Criação do Projeto de Turismo na nossa região, imposta pela Foirn/ISA, e jamais queremos, [...] [jamais vamos querer turismo] não queremos passar, como o povo do Rio Marié, com turismo de pesca esportiva. [Então, nós não aceitamos essa pesca esportiva nessa região, porque a gente vê que outros que vão mandar, a gente tem que depois obedecer. Então, a gente não concorda com esse turismo.]

[Outro repúdio:]

- Não queremos assessoria do ISA nas nossas eleições e outras decisões da Foirn.

[Tipo, na nossa região, quem manda na mesa é o pessoal do ISA, e eles que vão ver a diretoria ser eleita, eles que falam na mente das pessoas lá: "Não, esse daqui pode, esse daqui não pode". Então, isso nós não queremos na nossa região, Srs. Senadores. Então, o ISA está manipulando o nosso povo na verdade. Então, nós fizemos repúdio contra isso também. Não queremos assessoria do ISA nas nossas eleições e em outras decisões da Foirn, estou repetindo.]

- Outrossim informamos que queremos ser livres desimpedidos, para poder usar as nossas terras que pertencem a nós milenarmente [há milênios de anos] conforme a nossa Tradição e Cultura e conforme as nossas decisões. Queremos que retirem definitivamente o ISA, pois a sigla é Instituto Socioambiental [...] [aí que tem uma palavra meio pesada, mas é a sigla. Para nós significa hoje o ISA] Índio Sendo Assaltado.

Então, nós também estamos a favor que o ISA se retire da nossa região, do Alto Rio Negro ou de forma geral, de todo o Município de São Gabriel da Cachoeira.

Então, até aí, muito obrigado, Srs. Senadores. Aqui está a minha carta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Estou recebendo aqui, das mãos do Jesus dos Santos, uma carta de repúdio. E aqui cabe uma explicação. Obrigado pela solidariedade mesmo, porque a CPI precisa disso.

O que é que eles fizeram? O que é que eles fizeram? A nova Coordenadora da Funai aqui, Dadá Baniwa, mandou mensagem para lideranças, para alguns indígenas, professores, cobrando a resposta se eles concordavam ou não com a nossa vinda aqui, ou seja, uma forma sutil de pressionar. Paralelo a isso,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um professor passou em algumas casas colhendo assinaturas, e assinando sem saber o que era, manipulados, nessa carta dizendo que vocês não nos queriam aqui. E a gente abortou, porque recebemos dez vídeos convidando, 94 assinaturas, reafirmando o convite aqui. Por isso que nós, da CPI, e particularmente aqui, por estarmos presentes aqui, o Chico Rodrigues, o Marcio Bittar e eu agradecemos muito, Jesus – viu? –, essa carta aí de repúdio do Alto Rio Negro a essa gente que tenta manipular, continuar manipulando vocês. E é muito salutar, é muito bonito, é muito empolgante saber que todos que aqui estão é para dizer uma coisa só: não concordam mais em ser tutelados, em ser usados pela Foirn e pelo ISA. Isso é muito bonito. Isso já valeu a nossa viagem até aqui.

Quem vai falar é o Rafael Antônio ou o Maurício Garcia? É um dos dois. Rafael Antônio ou Maurício Garcia, não... *(Pausa.)*

Maurício Garcia Alvarado, do Alto Rio Negro, é o último dos que vão falar agora nesse minuto, e, depois, nós vamos, então, à fala dos nossos Senadores.

O SR. MAURÍCIO GARCIA ALVARADO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Pra quem não me conhece, meu nome é Maurício Garcia Alvarado. Eu venho lá do Alto Rio Negro. Então, pra bem dizer, eu recebi convite com o nossos amados irmãos aí...

Particularmente, eu vim resolver sobre essas ONGs de que nós estamos ouvindo todas as situações. Dentro da nossa comunidade, a ISA... Eu não conheço essa instituição, só tem o nome. Parte do Foirn... Como aquele irmão lá acabou de falar, nós recebemos uma lamparina desse tamanho pra cinco famílias.

Em 2017, nós recebemos um radiofonia, sem controlador. Disse que ia conseguir pra gente controlar daqui um tempo, mas acabamos ficando sem nada agora. Todas as coisas que nós estamos ouvindo, dinheiro... Pra onde que vai? Pra não acontecer mais dessa forma dentro da nossa comunidade, só tem projetos, cabe nosso nome. Todas as coisas pra gente não depender...

Por isso, eu venho pedir com o Senador Plínio Valério pra ver nossa situação, levantar alguma atitude pra gente poder ficar por dentro, tá bom?

É só isso que eu tenho pra dizer.

Agradeço a oportunidade.

Tenha uma boa-tarde e até o próximo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também nós estamos recebendo aqui, de forma oficial, uma carta de repúdio às ONGs presentes na região do Alto Rio Negro.

Nós estamos pedindo permissão – o Marcio Bittar aqui, como Relator desta CPI, pedindo permissão... Eu acho que foi o Jesus que falou que o ISA quer dizer "índio sendo assaltado". Eu, particularmente, e o Marcio vamos usar isso aí no nosso discurso, porque realmente combina muito bem. Hoje estamos pedindo permissão aí, viu, Jesus? ISA: "índio sendo assaltado". Está muito legal isso.

Só agradecendo aqui àqueles que compareceram, que iriam falar e não falaram. Vou citar o nome aqui só como homenagem: Rosamira Cordeiro Pedrosa, Domingos Sávio Neves Brandão, José Maria Barreto, Rafael Miguel Prado, Otávio Bruno Neves, Antenor Resende, Luiz Lana, Miguel de Souza Batista – estavam inscritos pra falar, de Pari Cachoeira –, e o Sérgio Augusto, o Bernardino, Abraão Marinho e Celestino Azevedo. Muito obrigado pela compreensão.

Pessoal de Taracará, que não foi ouvido: Romival Pádua e Marilene Ferreira. Obrigado também por terem vindo de tão longe para contactar conosco.

Do Rio Içana: o Pedro Luciano, Amarildo da Silva, o Januário Hemílio.

Do Alto Içana, o Sérgio falou... Do Alto Içana: Tuli Melício da Silva. Não, o Tuli falou e o Deilton. Não falaram: Jaime Camico, Olindo da Silva e Hemerson Bernardo.

Do Alto Rio Negro: o Maurício Garcia Alvarado.

Quero agradecer a cada um de vocês que está aqui, cujo nome a gente não lê, a gente não sabe, mas o nome não importa para nós. O que importa para a gente é vir aqui e olhar, frente a frente, cara a cara e, feliz da vida, poder confirmar o que vocês nos dizem à distância e podem nos dizer de tão perto, o quanto mal essa gente causa a vocês.

Com a palavra, o Relator da nossa CPI, Senador Marcio Bittar, que representa o Estado do Acre.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, pessoal, mais uma vez, é um prazer estar aqui com vocês. Agora já é boa tarde: boa tarde a todos!

(Manifestação da plateia.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu quero agradecer a vocês e parabenizá-los. Como disse aqui o Senador Plínio Valério, aqui tem três Senadores da Amazônia – está aqui também o Chico Rodrigues, do Estado de Roraima, um estado cujo Governador só pode administrar 7% do território, porque o resto está tudo tomado –, então, eu quero agradecer a vocês e parabenizá-los pela coragem, porque, mesmo nós, que somos Senadores, sabemos a pressão e o poder que têm essas ONGs, que não deveriam chamar-se ONGs, porque elas não são governamentais, elas são misturadas com governos estrangeiros que não querem o nosso bem. A guerra que elas representam é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica, travestida de preocupação ambiental. Então, para nós, que somos Senadores, sofremos pressão nos estados da gente, na mídia nacional, em que quase não se vê falar do trabalho da ONG proposta pelo Senador Plínio Valério, há um boicote geral.

Eles estão nas mídias, nas grandes mídias, eles estão nas universidades, eles fazem cooptação de jornalistas, porque há o Estado do Acre. Você precisa fazer uma estrada que liga uma região do Acre ao Peru, porque senão não há o que plantar para vender em lugar nenhum. E aí jornalistas do mesmo estado, professores universitários, passam toda a semana falando mal da estrada, que a estrada vai acabar com a floresta, que a estrada vai trazer a droga. A droga já entrou – e, quando não tem estrada, não pode ter polícia –, a droga já entrou na Amazônia, o narcotráfico entrou na Amazônia! E o que é difícil combater é porque não tem emprego, é porque não tem condições para o Exército nem para a Polícia Federal guardar nossas fronteiras. Então, eles fazem cooptação nas universidades, na mídia; fazem cooptação nas aldeias indígenas. É verdade ou não é?

(Manifestação da plateia.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Em toda a Amazônia! Eles pegam alguns índios do Acre, de Roraima, do Pará, do Amazonas, e aí esses passam a ter uma outra vida: andam pelo mundo afora, vivem em outro planeta, mas isso é por uma razão, é para que esses parentes, como vocês mencionaram aqui, possam falar o que essas ONGs querem que eles falem, que é para dizer lá fora que a vida aqui está boa e que nós é que somos os intrusos.

Então, esta CPI nasceu da persistência do Senador Plínio Valério. Ele passou quatro anos lutando para que ela fosse criada, foi criada agora este ano, já no quinto ano do nosso mandato, com o meu apoio, com o apoio do Chico Rodrigues, mas, se não fosse a persistência dele, ela não existiria.

E qual é o nosso desafio? E hoje aqui é um dia muito importante, é mostrar para o Brasil que tem coisa muito errada, mas muito errada na criação e na forma como eles fizeram as terras indígenas.

Meus irmãos, lá nos Estados Unidos tem reserva, mas os índios de lá são, de fato, donos da terra. Até cassino, se eles quiserem colocar, eles podem colocar; se quiserem fazer hidrelétrica, podem fazer, é deles. Mas aqui vocês estão confirmando as nossas suspeitas: eles querem o índio vivendo no tempo do passado. Eles vão ajudar, eles vão contribuir, desde que os índios aceitem não querer progredir.

O que é progredir? Vocês disseram aqui: quem é que não quer uma estrada? Nós, que conhecemos a Amazônia, sabemos: como é que você tira um filho doente de uma comunidade que está a um dia, dois, três, cinco, dez de um posto de saúde? Como é que você leva a merenda escolar? Quando tem escola. Mas, quando tem escola, como é que você leva uma merenda para colocar numa escola que fica a uma hora, duas horas, um dia, dois dias, três da beira de um rio, quando o rio é navegável. Quem é que não quer uma luz? Quem é que não quer um refrigerador? Mas não, eles querem manter essa, que eu chamo, nova escravidão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse pessoal que financia essas ONGs são os países e as famílias mais ricas do mundo. Não é do Brasil; são a família Rockefeller, bilionária; a família Ford, mancomunados com países milionários, como a Alemanha, como a Noruega, como o Reino Unido. Eles que financiam. Sabe quanto é que o ISA – o Plínio falou aqui, só de um pedaço –, mas sabe quanto foi que o ISA, ou esse ISA, recebeu em dois anos agora, 2021 e 2022, não é isso: 2021 e 2022? Foram R\$137 milhões! Isso aqui é uma informação, não é opinião. Desses 137 milhões, mais de 80% veio de fora. E por que é que eles querem dar dinheiro para o ISA? Para eles nos manterem assim. Agora, está certo isso? Olhem a Ministra do Meio Ambiente. Ela também tem uma ONG.

Eu estava lendo aqui na viagem esse Plano de Gestão Territorial e Ambiental, feito por eles, por essa entidade aí que se diz falar em nome dos índios, e pelo ISA. Aqui, no meio disso aqui tudo, aparece também o Ipam, que é a ONG da Ministra Marina Silva. Sabem quem é o Secretário-Geral, o segundo cargo mais importante do Ministério do Meio Ambiente? João Paulo Capobianco. Ele é o Secretário-Executivo da Ministra Marina Silva. Sabem quem é João Paulo Capobianco? É o criador do ISA. Ele é o criador do ISA. Então, vocês confirmam aqui hoje que isso está errado. Não é possível nós, brasileiros, amazônidas, sermos proibidos... Eu escutei aqui: nós não podemos tirar madeira. Aqui são 8 milhões de hectares – me corrija, Antônio, se eu estiver errado. Se se pudesse tirar a madeira em rotação, mil hectares por ano, acho que dariam 80 ou 800 anos. Se vocês pudessem tirar mil hectares de madeira por ano, dariam 800 anos. Mas não pode, porque na prática não tem licença; quando tem a licença, não tem a estrada, e sem a estrada você não tem como fazer.

Então, nós não podemos tirar madeira, nós não podemos fazer hidrelétrica, nós não podemos plantar soja, nós não podemos tirar nióbio, nós não podemos tirar ouro, mas a tia Marina vai recompensar a gente, vai dar R\$200 por mês para cada família. Isso é dinheiro? Quer dizer que a gente abre mão das fortunas que tem na Amazônia para que alguns recebam R\$200? Será que ela não sabe quanto custa a gasolina aqui na Amazônia? O sujeito, se tiver que ir e for muito longe, gasta os 200 na ida, já não serve mais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Quinze reais. No Acre, meu estado, não chega a 15, mas tem lugar que chega a 11. É porque lá é menor um pouco do que o tamanho desse estado.

Então, meus irmãos, eu quero terminar dizendo que isso está errado. Isso não está certo. Não é possível o Brasil continuar assim. E eu sonho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Então, se a pessoa tiver que sair para onde ela for receber, se for meio longe, já foi embora. Quer dizer, eu ouvi aqui um de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês dizendo... Quer dizer, nós, vocês moram em cima desse tesouro da humanidade para viverem pobres?

E outra coisa que eu queria dizer a vocês para terminar. É uma opinião minha. Eles vivem dizendo que nós aqui temos uma biodiversidade fantástica, não é? Só que nós temos que lembrar o seguinte... Falou aqui da pimenta, como é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Baniwa. Só que temos que nos lembrar de uma coisa. Eu vou repetir o que um amigo meu, que foi Deputado Federal comigo, na primeira vez, Grandão, já morreu... Ele era agrônomo. Ele me disse uma vez o seguinte: Marcio, se você me der a planta e me der todas as condições, eu vou reproduzir o que você quiser, em qualquer lugar do mundo.

Então, meus irmãos – claro que é uma opinião minha –, a minha opinião é que nós devemos parar com a ilusão de que vão descobrir produto na floresta, na biodiversidade e isso nos tornará ricos. Sabem por quê? Porque, assim como aconteceu com a borracha, um inglês – como lembrou o Plínio um dia desses –, um inglês veio aqui, há mais de 150 anos, pegou 700 caroços, levou embora; fizeram laboratório lá na Inglaterra – essa mesma que não quer que a gente cresça; está preocupada com a riqueza dela para não ter concorrência – e produziram na Malásia.

Eu lembro quando se falava no meu estado, que é o estado da Marina Silva, que foi, agora, embora para São Paulo, porque lá não se elege mais... O estado dela não dá mais voto para ela. Foi ser eleita agora em São Paulo. Eu lembro quando ela dizia o seguinte: "Mexe com...". Como é que fala, aquela coisa que pinta? Coral? Não!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Urucum. Urucum está sendo produzido na Bahia.

Eu lembro lá, no meu estado, quando essa mesma turma dizia para não mexer com boi, com planta, com nada disso: "Vamos mexer com açaí". Açaí dá em qualquer lugar do Brasil. Descubrem uma planta medicinal. Vocês acham que a Alemanha, que os Estados Unidos, que a Inglaterra, que são milionários e que não querem a nossa riqueza, não levam para lá? E lá vão até o Sul do país! E na hora em que descobrem aqui a pimenta, seja lá o que for... Outro dia estavam falando do... Como se fala aquilo que dá lá nos ianomâmis e que estão vendendo também? Cogumelo ianomâmi. Aquilo ali a pessoa pega e vai plantar no Sul do país, vai colher no Sul do país. E aí nós não temos estrada, não temos energia, tudo para chegar aqui muito mais caro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meus irmãos, a minha esperança é que essa iniciativa do Plínio mostre para uma parte do Brasil que isso está errado. Estão tomando a Amazônia do brasileiro a troco de migalha, a troco de esmola. Isso é uma vergonha para quem é brasileiro. Eu tenho vergonha. (*Palmas.*)

Eu disse um dia desses: eu tenho vergonha, como brasileiro, de ouvir, às vezes, políticos que dizem que o Brasil tem que preservar a mata toda em pé, embora aqui tenha 28 milhões de pessoas, que nos tornamos a região mais pobre do Brasil, mas com isso eles não estão preocupados. Se nós não temos água, se nós não temos esgoto, se nós não temos saúde, se não tem emprego para os nossos jovens, que estão se perdendo no mundo das drogas, com isso eles não estão preocupados. Tem que deixar a mata em pé.

E aí me dá vergonha quando eles dizem que isso é porque nós temos que preservar a nossa imagem lá fora. Lá fora para quem? Para a Alemanha, que está queimando carvão e que não pede satisfação e nem dá satisfação para ninguém? Para os Estados Unidos, onde o Barack Obama mandou tirar petróleo no Alasca e não perguntou para ninguém se podia ou não podia? Para a Inglaterra, que é menor, é pouco maior do que o estado que o meu amigo Chico Rodrigues representa? O Reino Unido é um pouquinho maior do que Roraima e joga mais CO₂ na atmosfera do que o Brasil inteiro. Nós temos que ter a imagem perante eles? Isso é vassalagem. Como diz o Plínio – eu vou encerrar –, é gente que aceita ser colonizado de outra forma, e as ONGs são o braço desse povo, nos colonizando de uma maneira diferente, mas nos colonizando.

Como brasileiro, eu não sou índio nem moro na aldeia, mas eu me sinto, como brasileiro, assaltado. E aí, quando disse aqui uma liderança indígena que o ISA, para eles, representa o quê? "Índio Sendo Assaltado". Eu, como brasileiro, venho dizendo que o maior assalto da história do Brasil de todos os tempos é o assalto que essas ONGs, a serviço de países estrangeiros, fizeram na Amazônia. E a minha esperança é que, ao término dessa CPI, a gente já tenha criado a consciência numa parte do Brasil que não tem e poder reformular leis no Congresso Nacional que devolvam parte da soberania da Amazônia que nós perdemos.

Parabéns a vocês! Muito obrigado, fiquem com Deus, e até uma outra oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Após ouvirmos o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, e vocês veem que não é à toa que ele é o Relator da CPI, porque, assim como vocês, como nós, como o Chico, como eu, vibra... A capacidade de se indignar, graças a Deus, não morreu em todos nós. Por isso ele é Relator desta CPI.

Com a palavra o nosso amigo, Senador de Roraima, que conhece como ninguém esse sofrimento, porque Roraima é um dos estados mais sofridos. Tanto quanto essa região de vocês aqui, lá também eles são amordaçados por essas ONGs.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas.

(Manifestação da plateia.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Graças a Deus, nós estamos aqui nessa missão, nesta audiência pública, acompanhando esse verdadeiro missionário da Amazônia, que é o colega, Senador da República do Estado do Amazonas, Plínio Valério, e, tão importante quanto o nosso companheiro Plínio Valério, que acabou de se pronunciar de uma forma veemente, de uma forma determinada, de uma forma corajosa, mas, acima de tudo, de uma forma patriótica, o nosso colega do Acre, Marcio Bittar.

E, minha gente, eu, pelo estilo mais silencioso, mais observador, mas não menos informado e não menos ativo nessa luta no nosso país, nós entendemos que, como Senadores da República, a Câmara Alta da política brasileira, o Senado tem a obrigação de defender as grandes questões nacionais. E, obviamente, quando se trata de Amazônia, essa questão é uma questão extremamente recorrente, importante e atual, porque nós vivemos... Por todos os relatos que foram feitos aqui, por tudo que nós acompanhamos, é necessário que haja um poder que limite, sobre essas decisões, muitas vezes antipatrióticas, esses abusos praticados contra a cidadania nacional.

E os índios, os milhares de indígenas, que, segundo o Censo de 2023, já ultrapassam 1 milhão de brasileiros, têm uma importância não apenas histórica, porque as histórias vão passando pelas páginas dos livros e do tempo... Você olha no retrovisor e vê, exatamente, desde o descobrimento – se assim queremos apenas ter como ponto de referência –, mas, nos dias de hoje também, os índios sempre foram e continuam sendo utilizados como massa de manobra, para defender interesses que não são os de vocês.

Eu diria até, quando eu vejo como falava o Lucas... Um litro de gasolina, que custa 5, R\$6, em Manaus, e aqui custa 15 ou mais... Se não tiver de jeito nenhum, o cara vai cobrar até 20 ou 30, se não tiver. É ou não é, minha gente? *(Pausa.)* A dificuldade que vocês têm, porque as estradas da floresta serpenteiam através dos rios, dos igarapés, dos igapós, dos furos, pois é praticamente no caminho das águas que, na verdade, vocês se deslocam.

E tem a dificuldade de não verem as suas demandas atendidas.

No nosso estado, por exemplo, como foi dito aqui pelos meus colegas Senadores, o estado tem menos de 10% do seu território de 222 milhões de hectares disponíveis para atividade econômica. Inclusive, nas áreas indígenas, os proíbem de produzir. Campos naturais imensos, riquíssimos...

E os incentivos são dificultados para que o índio não se emancipe, não se desenvolva. Eu tenho certeza de que não tem um de vocês aqui que não quer ver o seu filho... Vocês não tiveram – os mais velhos como nós – oportunidade de ter um computador pra estudar, mas vocês querem o filho de vocês



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com computador na mão pra aprenderem, navegarem no espaço e evoluírem como os brancos. Eu quero ver qual jovem, garoto... Minha neta de seis anos de idade não quer mais uma boneca, mas quer um celular. Vocês também, o filho de vocês também quer um celular. E só tem celular se tiver dinheiro, e só tem dinheiro se tiver produção, e só tem produção se o Estado não impedir que vocês se desenvolvam.

Portanto, a gente está acompanhando de uma forma muito cuidadosa, porque nós entendemos que o Congresso Nacional, o Senado da República tem uma obrigação gigantesca. Nós passamos pelos nossos mandatos, mas o Brasil, a sua história, o seu desenvolvimento e a sua importância geopolítica, geoestratégica no mundo existem. Ponto final! Nós somos detentores das reservas minerais mais ricas do planeta, da biodiversidade que dá o remédio para que nós possamos viver, da abundância da água de que o mundo já reclama a escassez.

Portanto, quando eu vejo alguns comentários aqui... E eu vou citar alguns que eu tive o cuidado de anotar pra ver exatamente o que vocês dizem, o que vocês falam aqui, no Amazonas, aqui em Pari-Cachoeira... São os mesmos comentários que eu ouço no Brasil inteiro, onde as comunidades indígenas estão.

E dizia o José Lucas: "Manter cultura não é manter a miserabilidade dos povos indígenas". Claro que você está falando absolutamente a verdade! Manter a cultura... A cultura existe – ela está na alma de vocês! –, mas não pode conviver com a miserabilidade.

"Não queremos ONGs nas nossas áreas, somos cidadãos brasileiros, não podemos ser submissos". Palavras de vocês. Ninguém está induzindo aqui. Nenhum dos três Senadores está induzindo absolutamente nada. Nós estamos apenas em uma Comissão externa da CPI. *(Palmas.)*

Disse aqui o João Pedro, do Taracuí, da comunidade Taracuí: "Estamos pedindo socorro ao Congresso brasileiro". Olha que responsabilidade enorme nossa.

São 513 Deputados da República. Vocês, de uma forma absolutamente espontânea, fazem esse grito de alerta para o Congresso Nacional, principalmente para o Senado da República. Nunca pensaram que estariam sendo ouvidos pelos Senadores para falar dos lamentos: "Estamos cansados de ver os parentes manipulados por organizações não governamentais". Tudo anotado e gravado aqui pela TV Senado.

E tenho certeza, Plínio, de que o eco, a repercussão, mesmo contra parte dos veículos de comunicação, chegará até os ouvidos das pessoas, porque agora, com as redes sociais, a internet é irrefreável, é necessária, é fundamental.

Portanto, eu quero dizer para vocês que a presença brasileira na Amazônia, também através das nossas Forças Armadas – do Exército, da Marinha, da Aeronáutica –, é uma forma de manter a nossa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soberania, vivificando as nossas fronteiras, ajudando o povo, a comunidade, facilitando a vida de cada um de vocês.

Portanto, meus caros colegas, Senador Marcio Bittar, Senador Plínio Valério, quero agradecer a oportunidade de compor esta Comissão, porque vejo, como qualquer brasileiro, mas principalmente na função de Senador, que esse nosso papel é vital para que nós possamos, na verdade, ser responsáveis pelo futuro deste país, que já começou. O futuro do Brasil não começa amanhã, não. O futuro do Brasil começa hoje, como em uma reunião simples como esta, com um calor danado aqui – eu estou suando até pelo pescoço; vocês, da mesma forma –, mas estão latejando no coração de cada um de nós sugestões que vão ser apresentadas pelo Relator, que vão ser votadas na Comissão, para que, de forma sugestiva, o Governo Federal acorde e veja a importância que essas comunidades têm e representam para o nosso país.

Esperamos que a comunidade do Pari-Cachoeira e de toda essa região gigantesca da nossa Amazônia possa ter os frutos colhidos em breve pelas ações que poderão ser desencadeadas – e que certamente serão desencadeadas – por esta Comissão no Senado da República.

Muito obrigado a todos vocês e boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito bom, Chico. Obrigado.

Nós estamos chegando ao final e vou deixar claro aqui para vocês que o que vocês falaram e nos disseram, embora não seja surpresa para nós, mas é comovente – ouvir de cada um de vocês as queixas, reclamações, lamentações e acusações a quem está sempre usando vocês. A gente percebe, ao longo do tempo de nossas vidas, o quanto nos roubam, e roubam mais vocês. Levam o conhecimento que vocês têm de seus antepassados, levam as plantas, levam os animais, roubam o minério, negam saúde, educação e transporte para vocês. Mas é muito bonito saber e comprovar que, de todos que aqui estão, nenhum está de cocar, nenhum está pintado para a guerra – não tem ninguém aqui –, mas nem por isso vocês são menos índios. Continuam sendo índios, indígenas a nos dizer que roubam quase tudo de vocês, porque uma coisa só não roubam, não roubaram e não vão roubar porque vocês disseram isto aqui, agora: a dignidade. (*Palmas.*)

A dignidade de um povo que não tolera mais, não quer mais ser tutelado. Vocês estão dizendo isso, e nós estamos ecoando para o Brasil, para que você, brasileiro e brasileira, saiba que eles não querem mais tutela. Está aqui, está provado, Chico! Está aqui, está provado, Marcio! Nós viemos a mais de 1.000km de distância para ouvir isso aqui.

Sobre os nossos ombros vai pesar, sim, a responsabilidade de alguma forma socorrer vocês. O que pode ser material vai ser socorrido. O que pode ser amenizado vai ser dado. Agora, a liberdade vai demorar um pouco. A liberdade depende do que vocês fazem, do que nós possamos fazer, e juntos nós possamos lutar contra essa gente que enriquece, vive de forma nababesca à custa de vocês. Eles não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem reuniões em lugares fechados e calorentos, como disse o Chico; fazem em Nova York, fazem em Dubai, fazem em Londres, fazem em Paris, ganhando diária. Isso a gente já mostrou para o Brasil.

E, como nós somos daqueles, assim como vocês... Repito que, embora não estejam pintados para a guerra, nem com cocar, sabem tanto quanto nós que a história não perdoa aqueles que fogem do campo de batalha. Vocês não fugiram e estão nos dizendo que jamais vão fugir, e nós também. Essa garantia nós podemos dar a vocês, se não em nome de todo o Senado, mas em nome de uma Comissão e de alguns companheiros que não se arregam nunca, que estão em luta.

E nós vamos entrar para a história, sim. Nós, que eu digo, todos nós: indígenas, mestiços, pardos, negros, índios. Vamos entrar para a história, se não como herói, como deveríamos entrar por lutar por resistir, mas certamente não vamos entrar para a história como vilões, como bandidos, porque eles nos querem vilões e bandidos. Colocam nos meus ombros, do Chico, do Marcio e de vocês a responsabilidade de salvar o planeta, dizendo que não se pode extrair o ouro, o nióbio, o diamante, que não se pode fazer estradas, que isso tudo tem que ser guardado para as futuras gerações – gerações deles, e não as nossas. As nossas sofrem no dia a dia por falta de assistência social, saúde e de tudo.

Esse grito vai ficar.

Essa sessão foi transmitida direto, e a gente agradece aqui ao pessoal da TV Senado, que se dispôs nessa viagem; ao General Nilton Diniz Rodrigues, que nos recebeu com tanta cortesia. (*Palmas.*)

Ao batalhão que nos acompanhou, e a cada um de vocês. Se pudesse, eu olharia de pertinho cada um; até mesmo aquele que está com a camisa do Flamengo também, eu iria dar um abraço nele. Brincadeira, irmão.

A cada um de vocês, se eu pudesse olhar, agradecer, dar o nome, abraçar, agradecer por essa garra... Até aqueles que pensam que não estão fazendo nada, estão fazendo muito, porque vieram aqui, para dizer para nós o que o Brasil precisa e tem que ouvir! O que esses canalhas e hipócritas não dizem! Pelo contrário, sempre dizem que vocês não querem.

E o Marcio chamava a minha atenção hoje: É engraçado, eles sempre querem convencer os indígenas de que não precisam, não querem, não querem... Mas eles é que têm que dizer isso! E não vocês que devem dizer.

Portanto, àqueles que colaboraram para essa vinda até aqui, a Aeronáutica, o Ministério da Defesa... Até a Funai, até a Funai, que quis dificultar, nos encorajou mais ainda de vir. Tornou para nós um desafio o vir. O que era uma visita se tornou um desafio, Brandão, de vir até aqui, porque a Funai colocou empecilhos.

Portanto, fica aqui a palavra. E eu falo em nome de toda a CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contem conosco, e nós contamos com vocês! Não pensem que por estarem pedindo a nós, pedindo socorro, pedindo algo, não pensem que vocês não estão nos dando, vocês estão nos dando muito mais. Vocês pedem a nós, e nós ao mesmo tempo aprendemos com o pedido de vocês. Esse pedido é um alerta, é um sacode, é pegar nos nossos ombros e dizer: "Sacuda, Senador! Nós estamos aqui pedindo socorro, tutelados, manipulados, usados por esses canalhas das ONGs! Por esses canalhas que, pela força do dinheiro, dominam o Brasil!". Porque amar os brasileiros...

Hoje o Brasil é dominado, e o mundo é dominado por quem tem dinheiro. E quem tem dinheiro joga na mão das ONGs para fazer o trabalho sujo, que é para isolar vocês, que é para não deixar vocês usarem as riquezas que possuem, para não cavar um buraco na terra que dizem que é de vocês.

Outra mentira! Se a terra é de vocês, por que vocês não podem cavar, plantar, colher, vender? Por que não há um documento para ir no cartório, para o financiamento? É uma enganação. Eles dizem que a terra é de vocês, para ludibriar e para enganar.

Fica aqui, portanto... E me desculpem. A CPI não é lugar para a gente falar tão alto, mas é muito difícil. O Marcio e o Chico experimentaram isso. Muito difícil manter a calma, manter a lucidez diante do que vocês nos disseram.

Muito obrigado, vocês nos deram muito mais do que nós possamos dar a vocês. Vamos sair daqui com o compromisso de luta, de companheirismo. E, repetindo, jamais fugindo do campo de batalha. A história não vai nos condenar! Nós não somos covardes! (*Palmas.*)

É difícil, porque o cerimonial diz que eu tenho que dizer: Nada mais a discutir... Quando tem tanto a discutir. Mas a sessão tem que ter começo e fim. Então, eu vou dizer que nada mais há a votar, a gente vai encerrar, mas tem sim, a gente vai continuar nossa luta sim. Ela é demorada.

E eu ousou dizer: talvez Lucas, talvez Sílvio, talvez Tuli, talvez Brandão, não seja... Para nós, com certeza não é; talvez não seja para os nossos filhos; mas os netos, que vão nos substituir, certamente poderão respirar esse ar de liberdade que hoje nos falta, mas que haverá porque nós vamos continuar lutando. Estamos juntos!

Cumpro agora o protocolo.

Nada mais havendo a tratar, a gente declara encerrada esta sessão de hoje.

Muito obrigado a vocês, ao povo de São Gabriel. (*Palmas.*)

(Iniciada às 12 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e doze minutos do dia cinco de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Esperidião Amin, Augusta Brito, Wilder Moraes, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Mauro Carvalho Junior e Fernando Dueire, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Luiz Carlos Molion, em atendimento ao requerimento 30/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/05>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Luiz Carlos Molion, conforme Requerimento nº 30, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Mas, antes de chamar o nosso convidado, saudando o nosso Relator Marcio Bittar, nosso amigo Marcio Bittar, e os Senadores que nos acompanham, antes, Marcio, de chamar o nosso convidado, permitam-me fazer um breve relatório da nossa ida a São Gabriel da Cachoeira, Pari-Cachoeira, que teve um objetivo específico que era de conversar pra ver se eles conheciam o Instituto Socioambiental, o que o Instituto Socioambiental fez por lá. É um relatório pequeno, que me permitam ler.

Sr. Relator, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em nossa diligência a Pari-Cachoeira, extremamente proveitosa, diga-se de passagem – o Marcio pode confirmar isso –, constatamos que o Instituto Socioambiental (ISA) arrecadou 12 milhões de uma única fonte para um plano de gestão do Alto Rio Negro.

O ISA é a ONG que mais opera na região, e os próprios indígenas com os quais falamos consideram uma espécie de capitania hereditária do ISA lá, o local que eles consideram capitania hereditária do ISA.

A ONG afirma ter consultado 50 indígenas da região, mas, durante a diligência da CPI Pari-Cachoeira, todos, pelo menos aqueles com quem nós estávamos conversando, que estavam presentes, negaram ter se manifestado perante o ISA, assim como dizem não ter conhecimento de assinaturas em qualquer documento e como desconhecem qualquer investimento realizado.

Podemos, porém, acessar as contas do ISA – está no portal –, nos dois últimos anos, trabalho de portes enviado pela equipe técnica da CPI das ONGs.

Na conta de receitas 2022, o ISA aponta o seguinte: recursos naturais, R\$5.326.959; estrangeiras – eu vou arredondar –, 58,5 milhões; vendas de produtos e serviços, 234 mil; financeiras, 3,414 milhões; há ainda rubricas outras, no valor de dois milhões e pouco, em que mais da metade desse valor é composto por doações de pessoas jurídicas. O total de receita, portanto, chega a R\$69,549 milhões. Em conclusão, o ISA arrecadou, no ano passado, quase 70 milhões.

Já entre as despesas – e aqui é interessante –: pessoal, 27 milhões – eu estou arredondando ou para baixo ou para cima, tá bom? –; diárias, 4 milhões; viagens e deslocamentos, 5 milhões; material de consumo, quase 9 milhões. Constata-se, portanto, que a atividade meio, ou seja, com ela própria, o ISA gastou R\$45,770 milhões.

Ou seja: no mínimo, dois terços da verba que a ONG manipula são gastos em atividade meio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda há as rubricas: serviços de terceiros pessoa física, com gastos de 714 mil, e serviços de terceiros pessoa jurídica, 14 milhões – 14 milhões; lá é mil e aqui, milhões –, ao que se pode somar a rubrica: repasses para organizações parceiras, 2,471 milhões, a organizações parceiras, imaginem! Quem serão esses terceiros? É a pergunta que fica. E quem serão organizações parceiras? Tudo isso pode-se somar aos gastos consigo próprios, que assim passariam de R\$61 milhões.

Enfim, constam entre os gastos, tributos e tarifas, R\$2 milhões, o que também pode representar atividade meio. Tudo isso reforça a necessidade de se obter mais esclarecimento não só do Instituto Socioambiental, mas também de outras entidades que operam dentro de parâmetros semelhantes.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, isso nos dá já a ideia de algum projeto que possamos apresentar lá no final ao nosso amigo Senador Marcio como sugestão.

A gente até anotou, mas, como vamos apresentar no final, Marcio, alteração de leis, depois a gente vai sugerir já no lá no final.

E agora, com imagens, a gente quer mostrar para vocês também imagem da nossa visita. Eu pediria aí... Aqui no nosso roteiro são os vídeos 5, 6, 1 e 3, tá bom? Pode ser até na ordem. Eu acho que não preciso explicar nada em cima dos vídeos. Seria o 5, o vídeo 5, que está no nosso roteiro; depois, o 6 no nosso roteiro, o 1 e o 3. Todos dizem respeito à nossa visita lá em Cachoeira.

Podemos mostrar os vídeos agora?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Libere o outro.

Temos o vídeo 6, tá bom?

Veja aí o vídeo 6, por favor, porque é uma coisa completando a outra.

O vídeo 6, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Esse é um índio kuripako. O detalhe, brasileiro, brasileira: esse indígena que está falando, Tole, levou 14 dias – ele e alguns companheiros – para vir lá do rio deles. Ele é da etnia kuripako. Catorze dias para chegar até Pari-Cachoeira para falar com o Marcio, com o Chico Rodrigues e comigo! Para você ver... E a gente acha que tem dificuldade. Catorze dias, para reclamar! Algumas etnias, algumas outras etnias levaram 10 e 7 dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, o vídeo nº 1.

Esse indígena aqui é tucano, é de Pari-Cachoeira, o do vídeo 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – É isso que vocês estão vendo aí, os índios dizendo. Não foram forçados a nada, induzidos a nada, como fez o IBGE, mas contando. Repito, esse kuripako aí levou 14 dias para chegar até Pari-Cachoeira para falar conosco.

E, por último, antes de chamar o nosso convidado agora, nós vamos mostrar a diferença que tem entre a casa de uma família indígena e a sede do ISA em São Gabriel da Cachoeira. É o vídeo nº 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Pois é, eis aí a realidade de certas etnias do Alto Rio Negro, porque são muitas etnias. E compareceram conosco, pelo menos, entre cinco e seis etnias para reclamar e mostrar a sua realidade. E cabe a nós, em nome de todos os Senadores e Senadoras, fazer algo por essa gente.

Esta CPI está mostrando ao Brasil a realidade. Noutra etapa, vamos começar a ouvir essas ONGs.

Uma só desculpa, mas eu estou dando satisfação aos Senadores que estão aí na CPI: ontem, o voo em que eu iria, da Latam, chegou a Manaus com uma hora de atraso; embarcamos assim mesmo. Após 1 hora e 30 minutos, dentro do avião, nos convidaram a sair, e o avião não seguiria viagem. Não teve como mais eu chegar a Brasília. Por isso que a gente está aqui, no sistema remoto.

Vamos, então, ao nosso convidado.

Luiz Carlos Molion possui graduação em Física pela Universidade de São Paulo em 1969. É PhD em Meteorologia na Universidade de Wisconsin, em 1975; pós-doutorado em Hidrologia de Florestas. Foi, por muitos anos, Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Diretor da área de Ciências Espaciais e Atmosféricas, em 1985, e Diretor-Associado, em 1996, ano em que coordenou o projeto de pesquisa sobre a Amazônia em parceria com cientistas da NASA. Foi Diretor da Fundação para Estudos Avançados no Trópico Úmido, em Manaus, professor-palestrante convidado à Western Michigan University, de 15 a 30 de janeiro do 2001, e delegado do Brasil da 15ª Região da Comissão de Climatologia da Organização Meteorológica Mundial, em 2010. É Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas.

Peço à Secretaria que conduza o Luiz Carlos Molion para compor a nossa mesa e agradeço pela disposição, pela disponibilidade, Professor, de ter aceitado o nosso convite e compartilhado conosco o seu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento. Portanto, é de uma conduta, de conhecimento... de uma conduta ilibada, de puro conhecimento, que vai nos expor.

O senhor dispõe do tempo que quiser, até 50, 60 minutos, Professor. Fique muito à vontade. O senhor é nosso convidado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Sim, Marcio. Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só uma breve apresentação aqui.

Bem, primeiro eu quero agradecer à Senadora Damares; muito obrigado pela sua presença. Quero agradecer a presença do Líder, Ministro, ex-Ministro... Dos dois ex-Ministros. Senador Rogerio, muito obrigado pela presença. O Senador Mauro, que veio do Mato Grosso especificamente para este encontro, para esta sessão. Muito obrigado. Senador Izalci... Aliás, fomos colegas – eu, Izalci e Rogerio – como Deputados Federais e agora aqui, no Senado da República. Eu quero agradecer a presença de vocês, dos quatro. Muito nos honram.

O Senador Plínio Valério, nosso Presidente, já justificou: estava no aeroporto ontem, ficou horas, até que foi informado que o voo foi cancelado.

Queria apenas acrescentar sobre a visita que fizemos lá em São Gabriel. Não sei se alguém lembra, mas o relatório do ISA, o plano de gestão territorial e ambiental mencionou umas 30 pessoas que ele haveria consultado, que teriam participado da elaboração do plano de gestão. E é interessante, porque essa mesma turma... Eles dizem da autonomia dos povos indígenas, que os índios são os povos originários, que eles, de fato, é que têm o poder sobre a terra. No entanto, na hora de fazer a gestão da área indígena, é o ISA que faz, não são os índios. O Senador Plínio disse isso aqui, no vídeo, e ele me pediu, na ocasião, para ler, e eu li os nomes das 30, três ou quatro dezenas de pessoas que o ISA nomeou, dizendo que foram as pessoas ouvidas, consultadas, e nenhum deles estava presente. Quer dizer... Além de não estar presente, ninguém se identificou, o que é estranho, porque, se não tem nada errado, por que as pessoas que o ISA diz que foram consultadas, por que nenhuma delas se fez presente? O que nós ouvimos como justificativa é que basicamente todas elas são pessoas que fazem parte da estrutura ou do Estado, órgãos aparelhados como a Funai, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, ou do próprio ISA. Mas o fato é que nenhuma delas, que teria sido consultada, estava lá.

Outra coisa que chamou a atenção – e aí não sou como o Rogerio que é tão estudioso, mas fui lendo a viagem inteira, confesso que embrulhou o estômago –, o relatório do ISA. E é interessante, porque eles tiram do município, tiram de alguns estados, de alguns municípios, às vezes 90% da área –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por coincidência, onde tem minério, onde tem terras férteis – eles retiram. Além disso, quem fica lá dentro, no caso reserva indígena, na prática está proibido de explorar a sua área. Na prática, estão proibidos disso. Portanto, passam por seríssimas dificuldades. E o que é interessante? O interessante é que, na hora de fazer a proposta para enfrentar as dificuldades, aí o ISA, sem cerimônia, põe a conta para a prefeitura, põe a conta para o governo do Estado.

É assim, a produção indígena... No caso do relatório do ISA, que a gente leu, fala da produção. E, claro, que se não pode fazer um roçado, se não pode transformar um pedaço daquela área no agronegócio, então vai faltar. Então, basicamente, é mandioca, farinha de mandioca, farinha de tapioca, que é da mesma raiz. E o que falta ele vai comprar na cidade. E aquilo vem embalado em sacos plásticos. Aí gera problema do lixo. Bom, aí o problema do lixo ele identifica, o ISA identifica o problema, mas aí põe na conta da prefeitura. Aquela prefeitura que perdeu 90%, aquele município que perdeu 90% da sua área, que não tem onde produzir, o ISA põe na conta dela fazer o aterro sanitário, para resolver o problema que eles criaram.

Aí – Senadores Rogerio, Mauro, Damares –, Bolsa Família. Interessante que precisa, e eu quero dar a conta certa – não é que é a certa, a completa. O ISA recebeu, em dois anos, R\$137 milhões, dos quais, mais de 80% vieram de fora. Quem paga, manda. Nós vamos ouvir o Dr. Molion, e, entre outras coisas, nós vamos constatar que só tem dinheiro para defender essas teses, não tem dinheiro para defender outras teses. O financiamento é para isso, ele é casado.

Bom, aí ele constata o que nós da Amazônia, ou quem pensa sobre a Amazônia, já sabe de cor e salteado. A distância para o índio ir receber o Bolsa Família é quilométrica. Não se mede por minuto, se mede por dias. O Plínio falou, e eu estava lá, teve lideranças que, para chegar à reunião, gastaram 14 dias. Então, essas pessoas vão retirar o Bolsa Família de dois a três meses, porque senão não compensa. A gasolina, no lugar em que nós fomos, já estava custando R\$15 o litro.

Bom, aí o ISA constata que o Bolsa Família para a comunidade indígena sofre esse problema. Bom, como é que se resolve o problema? A Grã-Bretanha vai pagar? A Alemanha vai pagar? Os Estados Unidos pagarão? Não. Aí o ISA sugere, sem a maior cerimônia do mundo, que o Estado brasileiro, na cabeça deles, assim, despercebidamente, tem que corrigir essa falha. E aí tem que fazer um Bolsa Família diferenciado.

Chegam ao ponto de sugerir, no relatório deles, a instalação de agência bancária nas aldeias e dizem o seguinte: "Bom, mas aí tem que ter atendentes que falem a língua indígena". Bom, no local em que nós estávamos tinha índios de várias comunidades, de várias etnias. Tinha... se não tivesse, estava perto de dez línguas. Mas quem vai bancar isso? É o Estado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então esse é o relatório do ISA. Ele chega a constatações óbvias, chega a problemas que não precisa nem andar dentro pra você saber. E aí a saída: o Estado brasileiro, aquele que ele surrupiou, aquele de que ele tirou riqueza, é quem tem que pagar pela ausência de atividade econômica.

Bom, eu queria apenas, com a permissão de todos, assistir a um vídeo de um comunicador, o Ratinho, para ver como, coincidentemente, ele está dizendo – é um grande comunicador – exatamente aquilo que a Comissão vem afirmando.

O vídeo está no ponto? (*Pausa.*)

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bom, é um comunicador, palavras dele, né? Com o conteúdo, eu concordo 100%.

Vou passar a palavra ao Presidente Plínio, da Comissão, em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Marcio... Marcio...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Só um minutinho, irmão, porque a gente agora acaba de entrar no ar. A TV Senado está transmitindo direto, está bom?

Deixa eu só fazer uma apresentação para quem entrou agora pela TV Senado possa nos acompanhar e dizer quem é o nosso convidado. Você pode até dizer, Marcio, ler um pouco aí sobre o nosso convidado, que agora a gente acaba de estar ao vivo na TV Senado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, eu quero agradecer a lembrança do Senador Plínio. Quero também lembrar que aqui na plateia está também o Cacique Raimundo Guajajara, Presidente do Conselho Supremo dos Caciques do Brasil. Muito obrigado pela presença. Luciene também se faz presente. Enfim, representantes de vários povos indígenas. E a breve apresentação: quando... (*Pausa.*)

Não precisa.

Quando o Império Britânico ruiu no século passado, de certa forma eles criaram uma nova forma de colonizar, e mais sutil, e foi através das ONGs. Já em parceria com os Estados Unidos, criaram essas ONGs, controlam através do Banco Mundial, do FMI, do BID, controlam o financiamento, e através do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento, eles pressionam países a criar reserva, a ampliar reservas. É uma forma mais sutil, mas é de domínio. É por isso que o Senador Plínio chama de neocolonialismo.

Essas ONGs que eles financiam não passam por eleição, não passam por fiscalização dos tribunais de contas como nós passamos, como qualquer prefeitura passa, não têm ministérios públicos na cola. Então, essa é uma nova forma de dominar. E aí, claro, entraram outros países também nessa parada.

Só que eles não tinham como dizer ao mundo os seus verdadeiros interesses, que é uma guerra econômica. E aí criaram, na questão ambiental, o grande álibi. E para que ganhasse apoio popular, começaram a dizer que o homem está modificando o clima do planeta, o homem seria responsável pelas mudanças climáticas, e nós estamos perto do fim do mundo. Esse medo do fim do mundo, esse medo de que a comida, a terra, o petróleo não vão dar para todo mundo, de que nós vamos entrar em profunda escassez, criou o clima favorável para a lavagem cerebral que veio em seguida.

Bom, e por que eu imputo a maior relevância – e foi por isso que eu convidei e insisti na presença de colegas, mesmo numa semana de um grande feriado que tem agora, Sete de Setembro, mas vários colegas nos prestigiam –, por que eu imputo a presença do Prof. Molion como algo fundamental para o objetivo desta Comissão. Por quê? Porque ele vem colocar aqueles que não estão dogmatizados – o Professor cientista de ponta do Brasil, reconhecido no mundo –, ele vem questionar essa base em cima da qual fizeram tudo o que estão fazendo.

Quantos mitos foram criados? A Amazônia ia se desertificar, esqueceram disso; depois a Amazônia era o pulmão do mundo, esqueceram disso; agora a Amazônia produz chuva, se nós mexermos na Amazônia, vai faltar chuva no Nordeste; até o mito de que a água pode acabar. Eu disse a um colega, Senador da República, em 2019, que das poucas aulas que eu me lembrava, uma delas era da água, o ciclo natural dela, ela não acaba. Você pode poluir, mas ela não acaba, ela está aí o tempo inteiro.

Então, como a base da argumentação dessas ONGs, desse movimento internacional, é de que é o homem o responsável pela mudança do clima do planeta, é importante que a gente ouça alguém que vai, no mínimo, colocar dúvida, repito, àqueles que ainda não estão dogmatizados.

Então eu quero agradecer muito a presença do Prof. Molion, que já esteve viajando e conhece muito bem a Amazônia.

Quero passar a palavra para o Professor, agradecendo a sua presença.

O senhor tem o tempo...

Só antes, Senador Mauro, eu fui informado de que nós não temos quórum hoje para aprovar os requerimentos. Então nós vamos registrá-lo. Está dada entrada ao requerimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Mauro propõe uma diligência externa lá no Mato Grosso, o que eu acho fundamental para nós vermos de perto a experiência que confirma a afirmação de que os índios não mandam verdadeiramente na reserva indígena, tanto que lá eles têm a experiência de uma iniciativa da comunidade que arrendou e depois eles próprios ensinaram os seus jovens. Então eles hoje produzem 10, 15 mil hectares de soja; e, como resposta, esse mesmo movimento entrou na Justiça e tem um monte de denúncias, um monte de multas. Então é, de fato, um local fundamental para a gente visitar e constatar que, de fato, a terra não é dos índios. O que a gente ouve lá aonde nós fomos é que eles estão cansados de ser segregados, eles estão cansados de ser tutelados. E a palavra que eu mais ouvi é que eles estão cansados de ser segregados.

Prof. Molion, é um prazer tê-lo aqui.

Passo a palavra ao senhor pelo tempo que desejar.

O SR. LUIZ CARLOS MOLION (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcio Bittar, por essa oportunidade de trazer algo que já chega a 50 anos.

A minha tese de doutorado, na Universidade de Wisconsin, foi exatamente tratando desse problema e de como o desmatamento afetaria o clima regional e o clima global. Isso porque, na época, o Governo tinha decidido abrir as estradas Perimetral Norte e a Transamazônica, e nós sabíamos historicamente que, quando você abre estrada, você facilita o desmatamento. Então este foi o motivo da minha tese: tentar entender como é que a floresta interagia na região e com o clima global.

Depois, exatamente há 40 anos, em agosto de 1983, trouxe os meus colegas ingleses e colocamos uma torre de 45m de altura, pela primeira vez, numa floresta tropical, para realmente medir o que estava acontecendo, porque só havia o disse que disse: "Acho que é isso. Acho que é aquilo". Nós colocamos então a torre de 45m na Reserva Florestal Ducke, que está lá até hoje. Obviamente não tem mais a instrumentação que nós usávamos...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ CARLOS MOLION – ... que era uma instrumentação sofisticada. E geramos uma base de dados que foi fantástica e que depois passou a ser utilizada por todas as pessoas que fazem modelagem de clima como representativo da nossa região.

Com isso, eu quero dizer o seguinte: nesse aspeto de clima, de hidrologia da Amazônia, eu já tenho alguns anos rodados, e já fizemos muitos experimentos, inclusive com a NASA, em 1986, 1987. E o testemunho que eu vou dar aqui é simplesmente o que nós sabemos sobre a Amazônia e o que é fantasia.

Vamos lá, então.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, vamos começar com uma história geológica para vocês entenderem exatamente o que é a Amazônia.

Não, passa. Passa. Por favor. Não está passando.

No início...

Mais um.

No início, então, vocês...

Pulou um. Volta um. Mais um. Não, volta. Vai em frente. Vai em frente. Vai. Segundo. Mais um.

Então, vocês veem aí a situação alguns milhões de anos atrás, em que a África, o continente africano, estava se afastando da América do Sul e ali onde é o Acre hoje e parte da Bolívia na realidade era um mar mediterrâneo.

Segue.

Então, ao longo dos milhões de anos, começando aqui à esquerda, em cima, vocês percebem claramente que a costa nordeste do Brasil encaixa perfeitamente na África, indicando que, há 250 milhões de anos, esses continentes estavam todos juntos. E, a partir daí, 80 milhões de anos atrás, 66, 55 milhões de anos atrás, a placa da América do Sul começou a vir para o oeste, enquanto a placa da África se afastava para leste.

Naquele momento não existiam os Andes. O ar entrava úmido do Atlântico e passava direto para o Pacífico. A vegetação, provavelmente, que existia, pelos estudos paleoclimáticos, era uma vegetação do tipo Cerrado, porque era um período que tinha três meses de chuva e o restante debaixo da radiação solar equatorial, não conseguia manter uma floresta luxuriante.

Foi só há 20 milhões de anos que começou... Aliás, foi há 30 milhões de anos que os Andes começaram a surgir e, há 5 milhões de anos, os Andes estavam formados, conforme vocês podem ver nesse último mapinha.

Segue.

Então, ficou desta forma: um lago interno, os Andes. E agora, com essa formidável barreira que eram os Andes, os ventos que vêm de leste do Atlântico entravam carregados de umidade, e a umidade não passava para o outro lado, porque nós sabemos que, em torno de mil, 1,2 mil metros de altura, a umidade se condensa, formando nuvens de chuva. Então, quando muito, passaria vento seco para lá, mas, como essa barreira chega, em alguns pontos, a mais de 6 mil metros, então passou a chover, e a erosão desse material novo, os Andes recém-formados, começou a entupir esse lago que está aí. Quando esse lago foi entupido, surgiu a floresta. Então, vejam a história: os Andes modificaram completamente o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clima do que é hoje a Amazônia. Esse lago foi entupido, começou a surgir a floresta, mas a continuidade da erosão enterrava a floresta. E a prova maior disso é que a Petrobras, no Rio Urucu, tira um petróleo de altíssima qualidade, em torno de 2,5 mil metros de profundidade. Esse petróleo praticamente não tem enxofre. O grande problema do petróleo não é o gás carbônico, não é o CO₂. O CO₂ não comanda o clima, CO₂ tem um papel ínfimo no tal do efeito estufa, mas o enxofre é um problema sério, porque o enxofre, quando é queimado, ele sai na forma de dióxido de enxofre, SO₂, combina com a umidade atmosférica e forma gotículas de ácido sulfúrico, que é altamente corrosivo, e nós temos chuva ácida. Esse petróleo é vendido pra Nova York, pra Los Angeles, pra São Francisco, porque ele é praticamente isento de enxofre, uma vez que a formação dele é basicamente vegetal.

Muito bem, e hoje nós encontramos a floresta, então, nesse estado. Certamente não se percebe, porque a duração da nossa vida é muito pequena, mas existem locais ainda na Amazônia que são lentamente soterrados. Por exemplo, no Rio Juruá tem uma volta grande ali que, para você fazer de barco, leva umas duas horas, e para você andar de um lado para o outro, dez minutos. Então, essa volta grande eventualmente vai ser "sacada", como eles usam na região, vai ser entupida com vegetação e vai desaparecer. Então, o processo continua. A Amazônia não é estática, como disse.

E esse é um artigo recente, de 2021, de Amy McDermott.

Segue.

Com relação às afirmações, e agora vou me referir a S. S. o Papa Francisco, que, na ocasião... Volta, por favor. Na ocasião do Sínodo da Amazônia, em outubro de 2019, o Vaticano publicou um artigo chamado *Instrumentum Laboris*, em que o Papa afirma que a Amazônia é responsável pela distribuição da chuva na América do Sul e que, desmatando a Amazônia, teríamos impactos em outras áreas do mundo. Essa afirmação não procede, ela não tem base científica nenhuma. E um pouco antes, com a seca que ocorreu em 2014, 2015 e 2016, que foi resultante de um El Niño fortíssimo, o El Niño mais forte que nós tivemos nesses últimos 20 anos, a cidade de São Paulo, por exemplo, ficou sem água, ficou com racionamento. Nós, então, resolvemos calcular o balanço hídrico da Amazônia. Colocamos uma caixa virtual com paredes norte, sul, leste e oeste e até 8km de altura e uma tampa. E, como temos dados confiáveis a partir de 1999 até 2014, nós calculamos dados em altitude de vento e umidade, nós calculamos quanta umidade entrou pelo lado leste e lado norte, admitimos que não sairia nada pelos Andes devido ao fato de ser uma altura razoável de 6 mil metros, que impede de sair. Então, calculamos quanto saiu pela fronteira sul, porque a fronteira sul era o problema de controlar a umidade pra alimentar as frentes frias com chuvas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Em números redondos, o resultado...

Pra frente, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em números redondos, os resultados foram os seguintes: na superfície, quando você faz a contabilidade, o que chega à superfície como precipitação, P , é igual a evapotranspiração, a perda por evaporação e transpiração da floresta, e a descarga do Rio Amazonas no Atlântico. Na atmosfera ocorre o seguinte: a precipitação é formada pela evapotranspiração das plantas – quer dizer, um efeito local –, mas uma parcela, A , que é o que vem de fora, ou seja, a umidade transportada do Atlântico pra dentro da Amazônia.

Chegamos à seguinte conclusão: fluxo de entrada na Bacia Amazônica, em números redondos, 460 mil metros cúbicos por segundo entram de umidade; pela fronteira sul, pra alimentar as frentes frias e produzir as chuvas no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul, saem 260 mil metros cúbicos por segundo. A diferença de 460 pra 260 dá 200 mil metros cúbicos por segundo, que é o que o Rio Amazonas joga no Atlântico. O Rio Amazonas devolve pro Atlântico essa diferença. Então, você vê claramente que a bacia está perfeitamente em um equilíbrio hídrico: entram 460 mil, saem 260 mil – isso naquele período que nós estudamos de 1999 a 2014 –, e o restante da água sai pelo Rio Amazonas. Então, existe um processo que só existe na Amazônia e em nenhum outro lugar do mundo, que é a reciclagem da água por evaporação, porque, quando você mede a chuva, dá acima de 2,3 mil e, pelo que o rio está jogando, seriam só 1,1 mil. Então, esses 58% a mais de chuva são um processo de reciclagem, que é muito rápido, dada a extensão da bacia, que são 7 milhões de quilômetros quadrados. Só ocorre isso na Amazônia, em lugar nenhum do mundo.

Nós fizemos, durante esse experimento Amazonian Region Micrometeorological Experiment, com os ingleses, em 1983, um estudo também sobre a retenção da chuva na copa, não é? Primeiro que a chuva, quando ela cai, ela já, ao cair e encontrar a copa, ela já perde, a gota já perde muito de velocidade. É como se houvesse uma reprecipitação no chão da floresta a partir do impacto que as gotas têm na copa. Mas também percebemos que da ordem de 10% da chuva não chega ao solo. Então, nós estamos falando em coisa de 230mm a 240mm, e cada milímetro é 1 litro por metro quadrado. Estamos dizendo, então, que 230 a 240 litros por metro quadrado não chegam ao solo, por conta de que eles ficam retidos na folhagem, nas bromélias, nos ocos, e daí evaporam num processo extremamente rápido e constituem, então, a chuva. Isso seria um caso específico.

O desmatamento, na realidade, interferiria na chuva interna, regional. E a gente pode imaginar da seguinte maneira: imagine um carrinho elétrico que está andando na cerâmica; quando ele encontra um tapete, ele dá aquela freada. O vento, então, vem por cima do Oceano Atlântico, trazendo a umidade para dentro da Amazônia. Quando ele encontra a floresta, a floresta é o tapete. Isso provoca, então, uma redução na velocidade do vento, que nós chamamos de convergência, e daí facilita a chuva. Quer dizer, no momento que nós tirarmos a floresta, não vai ter mais o tapete, e o carrinho vai passar direto, ou seja, como a umidade nos baixos níveis é mais alta, acelerando os ventos nos baixos níveis com desmatamento, traríamos mais chuva para o Sul, Sudeste ou Centro-Oeste, ao contrário do que se disse, porque ficaria



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos chuva na região. Então, sob o ponto de vista de equilíbrio hídrico, ela está perfeitamente equilibrada nesse período.

E existe uma técnica matemática que se diz prova *ad absurdum*, em que se diz o seguinte: imagina que a floresta... Se entrasse mais umidade na Bacia Amazônica do que saísse. Eventualmente, ao longo de milhares de anos, ela se transformaria em um grande lago, entrando mais do que está saindo. E ao contrário? E se ela fosse essa tal de fonte de umidade que sempre está na mídia? "E a umidade que vem da Amazônia...". Não vem umidade nenhuma da Amazônia, porque, se fosse ela a fonte de umidade, ela secaria e se transformaria num deserto ao longo dos milhares de anos. Quer dizer, isso é a prova por absurdo de que ela está perfeitamente em equilíbrio e, portanto, a umidade vem do Oceano Atlântico. Parte dela fica lá e é devolvida pelo rio para o Oceano Atlântico, e parte dela passa e vem alimentar as frentes frias que provocam as chuvas aqui.

Por favor.

Vejam que, como disseram na época que São Paulo estava sofrendo uma seca por conta do desmatamento da Amazônia, nós calculamos, para cada ano, desde 1999 até 2014, o fluxo de umidade, em quilos por segundo, que saiu da fronteira sul, e vejam que, paradoxalmente, o ano com maior fluxo nesses 16 anos foi 2014, quando ocorreu a seca severa no Nordeste, Centro-Oeste e no Sudeste. A Amazônia estava lá. O maior fluxo passou exatamente nessa seca severa, que na realidade foi gerada pelo El Niño. Então a pergunta que se tem é: se o fluxo de umidade era maior nos níveis baixos, por que que causou essa seca severa? E aí pergunto, quão severa é essa seca de 2014 comparada com o restante do tempo?

Clima é história.

Segue, por favor.

Então eu peguei, por exemplo, os dados da cidade de São Paulo, o pluviômetro da Estação da Luz, que foi colocado pelos ingleses quando estavam construindo a São Paulo Railway, em 1887. E até 2007 fizemos, então, os desvios padronizados; quer dizer, nesse caso, você pega o total anual, subtrai a média de 130 anos, que era 1.440 milímetros, e divide pelo desvio padrão da série, de tal forma que a gente pode classificar os anos que estão acima de um, naquela linha pontilhada, ou seja, a média, 1.440 mais 265, como anos chuvosos, e classificar os anos que estão abaixo do zero ali, abaixo do menos um, média, menos 265 milímetros, como anos secos.

E aí vem o grande questionamento que a gente tem que parar para pensar, para analisar, como a seca de 1897, considerada extrema, como a seca de 1913, 1924, e por aí vai, vocês se perguntam, qual é o desmatamento na Amazônia para causar essas secas em São Paulo? Então você vê claramente que a floresta não interfere nas chuvas, é a umidade do Atlântico que entra, e, se for transformada em chuva, tudo bem; se não for transformada em chuva, como foi em 2014, 2015, ela acaba indo chover lá no Rio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Sul. E isso mostra também para nós o seguinte: o clima é variável ao longo dos tempos. Nós temos aqui 130 anos de dados que mostram que há anos extremamente chuvosos e há anos extremamente secos, sem absolutamente ter tido a interferência das atividades humanas.

Segue, por favor.

Então, no caso dessa seca em São Paulo, foram as tais condições do El Niño, que, aliás, a mídia, neste ano, agora em 2023, andou pegando pesado num alarmismo incrível, dizendo que íamos ter um super El Niño neste ano e, na realidade, só temos águas quentes e não temos o super El Niño, de tal forma que o pessoal do Norte e Nordeste pode ficar tranquilo que não vai ter seca. Em contrapartida, o pessoal do Sul, Rio Grande do Sul, não vai ter o excesso de água, que é a característica de El Niño; ao contrário, vão ter verão seco de novo e, muito provavelmente, nova quebra na safra, na sequência.

Então, nas condições de El Niño, desce em cima daquele retângulozinho verde que está ali, ó, do lado direito. O ar desce seco...

Segue.

Cria um sistema de alta pressão, conforme nós podemos ver nessa imagem de satélite, em que o canal infravermelho do satélite, quando aparece escuro, é sinal de que está havendo um forte aquecimento, porque não existem nuvens.

Segue.

E forma o que nós chamamos de inversão de temperatura; ou seja, normalmente, na atmosfera, a temperatura decresce com a altura, na faixa de em torno de 6 graus por cada quilômetro que a gente sobe. Na altura em que voa um jato comercial a 10km, 11 km, a temperatura externa é 50 graus, 52 graus negativos; enquanto aqui embaixo está 25 graus, 30 graus. Essa inversão térmica é uma camada mais quente que fica em cima da região e ela impede a formação de nuvens e chuva, bem como, por exemplo, os poluentes que são liberados ficam aprisionados por essa inversão e aumentam a sua concentração, causando problemas de saúde. Acima da inversão, a umidade relativa é extremamente baixa, inferior a 20%, de tal forma que as nuvens não podem crescer.

Então, esse fluxo de umidade, que foi canalizado desde o Oceano Atlântico, passou pelo Brasil inteiro, que estava debaixo dessa inversão térmica, e foi chover no Rio Grande do Sul. Vocês viram pelo fluxo, pelo gráfico: não faltou umidade. Faltou foi um mecanismo que quebrasse essa inversão térmica e que produzisse chuva.

Quanto ao desmatamento, as pessoas têm a tendência – essa fonte é do próprio Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), desse programa de desmatamento –, as pessoas têm a tendência de esquecer que a situação já foi muito mais séria no passado. Veja ali o maior desmatamento registrado: quase 30 mil quilômetros quadrados em um ano, foi 1995. Depois, em 2003 e 2004, registramos a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda e terceira maiores altas de desmatamento. Aí, com o tempo, baixou esse desmatamento. Coloquei esse gráfico até 2018, mas, atualmente, o desmatamento está em torno de 10 mil quilômetros quadrados.

Ora, vamos fazer as contas. O bioma amazônico tem 5,5 milhões de quilômetros quadrados. Então, dividam 5,5 milhões por 9 mil e vocês vão ver que desmatar a Amazônia sem permitir crescimento de volta é impossível, levaria 600 anos, da ordem de 600 anos. Então, é impossível isso. E nós sabemos que a floresta se recupera rapidamente. Quantos trechos da Transamazônica que não estavam sendo usados foram tomados pela floresta de volta?

Quando se fazem essas linhas de alta tensão, há necessidade de constantemente estar desmatando embaixo dessas linhas pra evitar que as árvores venham a provocar danificação ou danos nas linhas de alta tensão. Então, se não permitisse que nada crescesse de volta, levaria ainda da ordem de 600 anos, o que eu diria que é uma tarefa hercúlea, desmatar a Amazônia pra chegar no tal do *tipping points*, como dizem por aí que, se desmatarem 20% da Amazônia, o clima se desestabiliza.

Segue.

Então, o desmatamento da Amazônia, em resumo, não interfere na distribuição da chuva, como quer o Papa Francisco no restante da América do Sul. A fonte de umidade não é a floresta, e, sim, a umidade proveniente do Oceano Atlântico. E vocês vão ver, mais uma vez, neste ano de 2024, especialmente em abril e maio, que a Região Norte e a Nordeste vão ter muita chuva em função de o Oceano Atlântico estar um pouco mais aquecido do que o normal.

Árvore não é máquina de fazer água. A árvore apenas transpira aquela água da chuva anterior que estava no solo e ela faz isso pra controlar a temperatura das folhas, porque, se passar de 32, 34 graus, danifica os tecidos e, nesse processo, ela circula os nutrientes também. Então, de toda a água que a árvore usa, assim como as plantas, possivelmente apenas 1% ou menos fique na árvore; o resto é devolvido pra atmosfera e entra no ciclo hidrológico, continuando a reciclar a água da chuva.

Então, fique muito claro: a floresta existe porque surgiu, milhões de anos atrás, uma formidável barreira, que foram os Andes, que começou a aprisionar a umidade e deu condições pra que essa floresta existisse. E, na hipótese de se desmatar toda a Amazônia, o clima global não seria afetado. De novo a afirmação do Papa no *Instrumentum Laboris*. Racionalmente você pode perceber isso. Você vive num planeta com 71% de oceanos. O planeta tem 510 milhões de quilômetros quadrados; 361 milhões são oceanos. São eles o grande comandante do clima global, não é o CO₂. Quanto é que representa a Amazônia nesse aspecto? Um por cento, 5,5 milhões de quilômetros quadrados. Portanto, nós não somos favoráveis ao desmatamento, mas, se desmatassem a Amazônia todinha, o clima global não iria perceber. Um por cento contra 71% de oceanos que cobrem a superfície, 16% de desertos que cobrem a superfície, desertos e terras geladas.

Segue.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, saem coisas assim na imprensa – por exemplo, esta saiu na Revista Piauí, que é do grupo da Folha –: "Os cenários climáticos modelos para 2050", produzido pelo GFDL, que é o Laboratório de Dinâmica de Fluidos Geofísicos, da Universidade de Princeton, em New Jersey, nos Estados Unidos. É um pessoal que tem muita experiência: são mais de 60 anos que eles lidam com modelos. O problema são os modelos que não conseguem representar adequadamente o clima do planeta.

Então, vocês veem aí... Saiu isto na mídia. Circulou, com 100% de desmatamento, o que iria acontecer em cenários diferentes, com mais CO₂, com menos CO₂. E figuras ridículas como esta, por exemplo: o desmatamento na Amazônia afetaria a chuva lá na América do Norte, afetaria a chuva global lá na Indonésia, norte da Austrália. Isso é resultado de modelo.

Segue.

E eu vou explicar para vocês o que vem a ser um modelo de clima, para que vocês vejam que todas essas projeções que são feitas, em particular, a Agenda 2030 do clima da Europa, que está destruindo a Europa, tudo com base em resultado de modelo.

Modelo não sabe fazer transporte de calor pelos oceanos para fora dos trópicos. O grande problema dos modelos é o ciclo hidrológico. A parametrização é impossível.

Então, modelo não sabe produzir nuvens, modelo não sabe produzir chuva. Nem em regiões tropicais, nós temos limitação de temperatura. Tem nos países fora dos trópicos, em que o solo passa congelado. Nós não temos invernos rigorosos, nós não temos. A maior parte do Brasil depende da chuva. E, se modelo não consegue produzir chuva, ou seja, prever chuva de uma forma adequada, para nós, ele não serve.

Segue, por favor.

Como é que eu represento um modelo de clima no computador? Colocamos os mapinhas ali, mas o computador não sabe o que é isso. Linhas de latitude e linhas de longitude são traçadas, e tem o cruzamento delas, que são chamados pontos de grade.

Nos melhores modelos, como esse do GFDL, a resolução da grade, ou seja, a distância entre um ponto e outro é um grau de latitude por um grau de longitude. Quanto é que isso representa na região tropical? Um grau de latitude são 110km de distância.

Então, vou rodar o modelo hoje à meia-noite. Coloco os dados meteorológicos: pressão atmosférica, temperatura, vento, umidade, etc., naquele pontinho A. Do lado dele, porém, a 110km de distância, coloco as mesmas variáveis referidas à região. Entre o ponto A e o ponto B, não existe informação alguma – não existe informação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dizer que o modelo começou a rodar, para fazer a previsão. De repente, surge uma nuvem entre o A e o B, uma nuvem pequeninha, de 10km de diâmetro. E essas nuvens que produzem chuva, os chamados cúmulos-nimbos, elas são praticamente cilíndricas. Se 10km de diâmetro, área da base é 80km^2 , e se eu admitir que essa nuvem não é muito desenvolvida, que ela chega a ter uma espessura apenas de 10km, eu estou falando num volume de 8 vezes, 10 vezes 80: 800km^3 é o volume dessa nuvem. Pelos estudos que a gente tem de região tropical, de nuvens tropicais, uma nuvem tropical pode ter até 3g por metro cúbico. E 800km^3 ... Só que cada quilômetro cúbico é 1 bilhão de metros cúbicos. Então, essa nuvem tem um volume de 800 bilhões de metros cúbicos que, contendo 3g de água em cada um, vocês chegam ao cálculo de uma nuvem dessa ter, de água líquida, 2,4 milhões de toneladas – de água líquida –, que, se precipitada igualmente em sua base circular, daria uma chuva de 30mm. E vocês já viram chuvas muito maiores do que esses 30mm. A nuvem é de 10km; o ponto A não sabe que ela está lá, o ponto B não sabe que ela está lá. O resultado é: não vai chover. E o produtor ou o morador do local recebeu os seus 30mm.

Então, isso chama-se filtragem. A grade é muito grande, e os processos que produzem chuva são muito pequenos. Quantas vezes você está na estrada, passa uma faixa molhada, aí mais um pouquinho seco, de repente outra faixa molhada, em questão de quilômetro. Ou, então, como a gente ouve muito falar: "Ah, choveu no vizinho, não choveu aqui; ou choveu na porteira, e não choveu na sede". Mostra claramente que os processos que produzem chuva são processos pequenos, comparados com o tamanho da grade.

Vou dar um exemplo análogo. Imaginem que os processos que produzem chuva sejam areia fina; e a grade do modelo, uma peneira grossa. Como é que eu vou segurar areia fina com peneira grossa? Para compensar isso, eles escrevem equaçõezinhas matemáticas cheia de parâmetros, cheia de coeficientes, e têm que sincronizar isso, sintonizar. Ou seja, ele vai pegar um período de dados, em geral, esses modelos pegam de 75 a 2000, a base de dados que foi formada. E aí tortura o modelo até ele reproduzir a chuva daquele período. Só que, no momento que ele foi sintonizado para aquele período, de 75 a 2000, ele não serve nem para o período anterior nem para a projeção futura, porque ele está sintonizado ali, os parâmetros já estão fixos.

Então, infelizmente, nós gostaríamos de dispor de ferramentas que permitissem que a gente visse muito adiante, mas na prática não temos condições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – As produções norte-americanas que são citadas, elas não conseguiram prever o verão menor, lembra-se?

O SR. LUIZ CARLOS MOLION – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, no caso, os modelos não conseguem fazer o transporte de água. O que aconteceu neste ano foi que a água que entra do Pacífico foi transportada por uma corrente oceânica chamada Kuroshio, que banha a costa da China e o Japão, e acumulou água quente lá no Pacífico Norte, ao sul do Alasca. Os ventos sopram da Ásia, em direção à América do Norte, passam, o oceano está mais quente, 4 ou 5 graus, evapora mais, esses ventos carregam umidade e, durante o inverno, produzem grandes extensões de neve, como foi este ano, nos Estados Unidos e Canadá, que foi uma das maiores coberturas de neve, em termos de extensão, dos últimos 50 anos.

O mal desse caso é que, para você plantar, primeiro precisa derreter a neve, só que é neve altamente refletora. A neve recém caída reflete 95% da radiação solar; absorve só 5%.

Depois é interessante, que, quando o solo congela, por exemplo, nos Estados Unidos, a água, ao congelar, expande volume da ordem de 10%. A história do *iceberg*: 10% está fora e 90% está dentro. Quando ela expande, esse gelo o Sol descongela, ela fica com vazios que permitem as sementes se desenvolverem, só que, como tinha muita neve derretendo, esses vasinhos ficaram cheios d'água, e, ao colocar a semente, colocaram a semente num solo saturado; ela não tem condições de usar o oxigênio, nem para a germinação, nem para o sistema radicular. O resultado é que – minha opinião pessoal – a safra americana de soja e milho deve sofrer um impacto razoável neste ano, em função do fato de os modelos não saberem o transporte dessa água.

Segue.

Olha só um exemplo do próprio GFDL, que fez aquela matéria, dizendo que a Amazônia ia desaparecer depois do ano 2050.

Do lado direito, vocês têm o resultado do modelo. Toda aquela região vermelha, o modelo estava prevendo que, usando dados de outubro de 2018, prevendo que março de 2019 ia ser seco em toda a região. Do lado direito, estão as observações, a chuva que realmente caiu.

Então, vamos pegar a costa norte do Brasil.

O modelo dizia que ia ser praticamente tudo seco, e, na realidade, tivemos muita chuva entre o Pará e o Rio Grande do Norte. O modelo colocava também secas em Rondônia e Acre, e choveu. Lá em cima, no Amapá, o modelo colocava em tom verde Amapá e Suriname, chuva, e, na realidade, a gente está vendo a contrapartida vermelha, o déficit de chuva. O Rio Grande do Sul, o modelo colocava chuva, e, na realidade, o que aconteceu foi um déficit de chuva, chuvas abaixo do normal.

Agora, quero alertar vocês que isso são apenas cinco meses: outubro de 2018, prevendo 2019, março de 2019. Agora, você imagina quando o IPCC, que é o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que é esse organismo da ONU que faz todo o terrorismo climático, que vai reaver degelo, o nível do mar vai subir, você não precisa comprar casa na praia, o mar vai chegar aqui, até Brasília.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. LUIZ CARLOS MOLION – Agora pode.

Faz todo esse terrorismo, faz previsão para o ano de 2030, para o ano de 2050, previsão para o ano 2100...

Ora... Convenhamos: é muito fácil você fazer previsão de que em 2100 a temperatura do planeta vai estar – olha a precisão – 5,7 graus acima do que está hoje. Por que que é fácil? Porque até lá está todo mundo morto e ninguém cobra nada de ninguém. E o dinheiro já foi, não é? Então, é fácil. O duro é você fazer previsão, digamos, para a próxima safra.

Então, vocês veem que modelos, em matéria de chuva, não são confiáveis. E, lamentavelmente, toda previsão que é feita, nesse país, é usando modelos. Toda previsão que vocês veem na mídia é utilizando modelos, em particular, o Global Forecast System, que é um modelo americano que é mais utilizado.

Segue, por favor.

Bom, aí entramos num outro ponto crucial: e a Amazônia e o carbono? Porque hoje fala-se muito no carbono, crédito de carbono e tal, e houve uma confusão, muitos anos atrás, em que um cientista alemão, um limnologista – vou lembrar o nome dele –, falando para um repórter, ele estava falando de como a floresta respira, e o repórter concluiu que a floresta era o pulmão do mundo. Mas não é não. Na realidade, se você tomar o ecossistema como um todo, os solos, com a atividade bacteriana, microbiana, consomem muito oxigênio para degradar a matéria orgânica, que é o que aduba a Floresta Amazônica. Nós estivemos lá, nós medimos: caem as folhas no chão, essas folhas são degradadas pelos micro-organismos, que liberam os nutrientes. E o sistema radicular, no caso da Amazônia, é praticamente superficial, 70%, 80% das raízes estão em cima da terra, porque ela não precisa de raiz pivotante para ir buscar água. Tem água. Para que elas estão ali? Para reabsorver aqueles nutrientes que foram liberados no processo de degradação daquela matéria orgânica que caiu.

E aqui, aproveitando o gancho, vou dizer o seguinte: muita gente diz que "não, porque a Floresta Amazônica está em equilíbrio dinâmico, ela não se renova". Olha, nós procuramos muitas árvores... Existe uma técnica de você estudar climas passados, chamada dendrocronologia, em que você procura uma árvore que tenha anéis de árvore, e, de acordo com a espessura desses anéis de árvore... Se o anel é espesso, densidade baixa, choveu muito naquele ano; se o anel é estreito, densidade alta, a árvore passou por uma seca. Não encontramos árvores velhas. A floresta se renova constantemente. Imagina você ter uma castanheira de 60, 70m de altura. Ela praticamente não tem um sistema radicular profundo. O sistema radicular é superficial. Dá uma tempestade, leva essa castanheira, e ela, com o efeito dominó, leva outras tantas e expõe o sub-bosque à radiação solar. Aí, esse sub-bosque começa a fotossíntese acelerada e a absorver gás carbônico.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A árvore que caiu não vai se decompor imediatamente. Nós temos madeiras lá que estão lá há mais de 50 anos e continuam lá, sem se decompor.

Então, uma das coisas que nós queríamos saber é se a floresta era fonte ou sumidouro de carbono, se ela sequestrava carbono, porque, de acordo...

Eu lembro muito bem quando foi lançada essa história de crédito de carbono. Aliás, o crédito de carbono é uma solução pra um problema que não existe. Tá? O problema não existe: aquecimento global pelo gás carbônico? Se o problema não existe, pra que ter crédito de carbono?

Então, nós queríamos saber se a floresta sequestrava carbono e colocamos... Nesse experimento ABLE-2B, em 1987, fizemos medidas de quanto entrava de carbono na floresta durante o dia e quanto saía à noite, pela respiração. E chegamos à conclusão de que essa floresta, nesse período que nós medimos... Porque depende muito do período – se é chuvoso, se é seco... Se é seco, os estômatos das árvores estão mais fechados, eles não fazem fotossíntese numa taxa tão rápida quanto durante o período da estação chuvosa.

Chegamos à conclusão de que daria 4,4 gigatoneladas por ano.

Experimentos que foram feitos depois – o nosso é de 1987... Outras pessoas também fizeram experimentos em Rondônia, na Amazônia Central, e chegaram à conclusão de que o nosso número estava um pouco exagerado, mas, em média, se eu pegar vários autores, dá em torno de 3 bilhões de toneladas de carbono por ano que a atmosfera, a floresta sequestra.

Então, nesse aspecto, quando eu perguntei: e cadê os créditos de carbono pra Amazônia? "Não pode, porque é floresta nativa, e a floresta está em equilíbrio dinâmico. O que ela absorve de gás carbônico ela emite". Isso é uma grande mentira. A floresta está sempre se renovando. E, nesse aspecto, realmente ela absorve, digamos aí, a ordem de um terço do CO₂ que é colocado no planeta pelos outros países. Então, nós deveríamos ter crédito também no que se refere a isso, caso a gente seja obrigado a manter a floresta em pé.

Os tais dos serviços ambientais, que me preocupam bastante, em função da ignorância que existe sobre esses ecossistemas, incluindo os oceanos, porque vocês sabem que os oceanos têm 60 vezes mais carbono do que a atmosfera. E vocês, no dia a dia, percebem um fenômeno – ele passa despercebido, mas vocês sabem que ele ocorre: é a bebida gaseificada. Vamos dizer... Na minha preferência, eu vou botar cerveja; não gosto de refrigerante. Você pega a cerveja gelada, você coloca num copo e você vê aquelas bolhinhas subindo.

O que é que é aquilo? É CO₂. Você não bebe a cerveja, ela vai se aquecendo para chegar até a temperatura ambiente, cadê as bolinhas? Não tem mais. Ou seja, o líquido, ao se aquecer, expulsou o gás



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estava em solução. É a chamada Lei de Henry: quanto mais frio, mais gás ele retém; quanto mais quente, mais ele libera.

E nós temos evidências de que os oceanos, nos últimos cem anos, subiram 0,7% a sua temperatura, 0,7 grau. Ora, 361 milhões de quilômetros quadrados, aquecendo, deve expulsar muito CO₂ desses oceanos, e provavelmente esse CO₂ que está aí não necessariamente venha da queima de combustíveis fósseis como petróleo e carvão, dada a nossa ignorância, porque essa pesquisa é feita assim: eles vão para um pedacinho do oceano, medem aqueles quilômetros quadrados ali e depois generalizam para os 361 milhões de quilômetros quadrados. Então, na realidade, a nossa ignorância não permite afirmar que esse CO₂ que está aí foi produzido ou saiu dos oceanos, ou não.

Portanto, recapitulando, a Floresta Amazônica está em plena atividade, se renovando e ela é responsável, pegando os dados mais recentes, por cerca de 3 bilhões de toneladas de carbono por ano que são sequestrados.

Segue.

Queimadas: queimadas é outro problema em que você pode ter um número que você quiser. Você sonha com um número e diz quanto foi liberado de carbono pelas queimadas brasileiras ou da Amazônia, porque, para calcular quanto é liberado de carbono, primeiro você tem o percentual de carbono na árvore, que todo mundo concorda que é 45%.

Taxa de desmatamento: já variou aí de 0,8 milhão de hectares por ano a 3 milhões de hectares por ano em 1995.

Densidade da biomassa: quanta madeira tem por hectare? Quantas toneladas de madeira tem por hectare? Medido na Amazônia, teve local, por exemplo, desmatamento de Tucuruí, que chegou a dar 700 toneladas de madeira por hectare, enquanto teve outros locais que deu 180. Então, veja que o número pode ser qualquer um que você escolha.

E mais a eficiência na queima: todo mundo coloca a queima como 100% de eficiência, que você sabe que é impossível você queimar madeira verde e úmida, não tem como. Então, se você calcular os extremos, você fica com algo do tipo, uma queimada na Amazônia, ela pode liberar entre 13 e 950 milhões de toneladas de carbono por ano – 13 a 950 –, você vê que absolutamente não faz sentido nenhum.

A propósito, esses incêndios canadenses, agora dos meses passados, em dois meses o Canadá perdeu de floresta boreal o equivalente a dez anos de desmatamento da Amazônia, e ninguém fala disso. Os russos estão dizimando a floresta boreal deles, uma floresta que tem 17 milhões de quilômetros quadrados entre o Canadá e os Estados Unidos e a Europa e a Ásia, ninguém fala disso. Em dois meses de incêndios canadenses foram perdidos o equivalente a dez anos de desmatamento da Amazônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a hipótese absurda de se desmatar e queimar todo o bioma amazônico, não existe como fazer isso. É impossível. É humanamente impossível. Seriam emitidos 75 bilhões de toneladas de carbono, o que aumentaria na atmosfera 35 partes por milhão por volume. Hoje nós temos 400. Então, se a gente queimasse toda a Amazônia – numa hipótese, não é? –, aumentaria em menos de 10% a concentração de gás carbônico no planeta. E isso é o que a humanidade coloca em dez anos com a geração de, por exemplo, energia elétrica. Oitenta e seis por cento da energia elétrica gerada hoje é proveniente da queima dos tais combustíveis fósseis – petróleo, carvão mineral e gás natural. Vai ser muito difícil o mundo tentar mudar a sua matriz elétrica até o ano 2030, quando 86% da dependência da energia elétrica vem do petróleo. É muito difícil.

Biomassa, o Brasil também é campeão nisso. E os últimos restantes, 7%, são as outras: hidroelétrica, eólica, solar, nuclear – apenas 7% contra 86% de energia elétrica gerada com combustíveis fósseis.

Então, muito embora a Europa esteja fazendo um esforço terrível na chamada Agenda Climática de 2030 para reduzir as emissões para o que eles chamam de *net zero*, ou seja, voltar para os anos 1990, mas a China não faz – a China inaugura duas termoeletricas a carvão por semana – e a Índia também não faz, porque tem pelo menos 13% da população indiana que não tem acesso à energia elétrica. Como eles estão com 1,4 bilhão de pessoas, 13% é um Brasil inteiro sem acesso à energia elétrica. E o Primeiro-Ministro disse que não vai deixar de queimar carvão pra gerar energia elétrica. Portanto, vão continuar colocando CO₂.

Localmente, sim, os efeitos são desastrosos. Por exemplo, a floresta absorve 87% da radiação solar que incide nela; um campo de soja, por exemplo, só absorve 75%; a areia do deserto só absorve aí a ordem de 50%. Então muda a absorção da radiação. A temperatura do ar, medindo em Rondônia a parte desmatada, também a temperatura do ar aumenta, a umidade relativa decresce, a evapotranspiração da floresta também é reduzida e a circulação local, como disse, os ventos se aceleram nos níveis baixos.

Segue, por favor.

A infiltração de água no solo decresce. Nós fizemos experimentos medindo infiltração de água em pastagem e no solo da floresta. Quer dizer, isso que é fantástica a absorção da chuva pelo solo da floresta.

Descarga do rio muda de regime. O rio tende a responder mais rapidamente ao mês que chove mais e depois, no restante do ano, não tem água.

Interceptação da chuva. Como eu disse, nós fizemos a medição e chegamos à conclusão de que 10% da chuva fica na copa, não chega até o chão. Uma vez retirada a floresta, essa chuva, com o seu impacto cinético no chão, no solo, desagregaria as partículas do solo e pode provocar enxurradas e assoreamento de 250 a 300m³ por hectare por ano a mais, água – 250 a 350m³ a mais –, o que levaria a uma erosão até da ordem de 330 toneladas por hectare por ano. Quer dizer, uma camada de solo de 2cm,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2,5cm seria varrida e, obviamente, mudaria a qualidade da água, assoreando os rios, e toda a vida que depende dela. Portanto, localmente, a floresta fornece uma grande proteção ao solo.

Segue.

Em resumo, a Bacia Amazônica está em equilíbrio climático, ou seja, da umidade que entra na bacia pela atmosfera vinda do Atlântico, parte dela se transforma em chuva local, aproximadamente 50%, e é devolvida para o oceano, pelo Rio Amazonas, e a outra metade vai para a atmosfera por meio da evapotranspiração. Como eu disse, 260 mil metros cúbicos saem pela fronteira sul, vindo alimentar as chuvas aqui.

Lembro que a floresta não produz água, que a floresta não existia até os Andes surgirem e que foram os Andes que mudaram o clima local e permitiram que a floresta se instalasse. A árvore não é uma máquina de produzir água; ela simplesmente evapotranspira para manter a sua temperatura e ciclar os nutrientes.

De novo, indo contra o que o Papa Francisco falou, o desmatamento da Amazônia não interfere na distribuição da chuva, porque a fonte de umidade é o Oceano Atlântico tropical.

Em relação ao balanço de carbono que nós medimos, a floresta poderia estar absorvendo na ordem de 4,4 bilhões de toneladas de carbono por ano, via fotossíntese, o que representaria 45% das emissões humanas atualmente. Já mudei esse número, olhando os outros experimentos que foram replicados, e a média desses experimentos é de 3 bilhões de toneladas de carbono por ano. Mesmo assim, continua sendo uma parcela significativa, praticamente 30% do que é emitido de gás carbônico no resto do mundo.

Como eu disse, as emissões naturais, por exemplo, dos oceanos, da biota dos solos constituem 200 milhões de toneladas de carbono por ano, e o erro nisso aí é uma barra de 80 bilhões de toneladas: 40 bilhões para cima, 40 bilhões para baixo. Ou seja, a incerteza é maior do que 20%. Portanto, a gente não pode afirmar, como não conhecemos as fontes adequadamente, não podemos nem afirmar que as emissões que estão aí, na realidade, são as emissões produzidas pelo ser humano.

Enfim, a Amazônia não interfere no clima global e não há uma crise global.

Lamentavelmente, a Europa está adotando políticas públicas em cima de resultado de modelos que eu mostrei para vocês que não têm condições de prever o clima nem a curtíssimo prazo, cinco dias de antecedência, muito menos para o ano de 2030, 2050, 2100. Lamentavelmente, as políticas públicas estão sendo feitas em cima de resultado de modelos, e resultado de modelo não é dado concreto, não é ciência. São 35 anos que eu venho batalhando nisso, desde que o IPCC foi criado, em 1988. Finalmente, John Clauser, Prêmio Nobel de Física em 2022, afirmou textualmente que a ciência do aquecimento global é uma pseudociência. Então, hoje temos alguém de peso, físico, Prêmio Nobel, também concordando conosco em que o homem, com as emissões de CO₂, não pode mudar o clima global.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Quero... Tenho aqui algumas... Mas é muito importante prestigiar aqueles que vieram.

Senador Mauro, o senhor tem alguma pergunta, alguma indagação para fazer para o Prof. Molion? Fique à vontade.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Marcio...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Pois não, Presidente, Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Marcio, só por uma questão de andamento aqui, irmão...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Só por uma questão de andamento, para a questão da nossa ata, para a qual... O som... Para a nossa ata, para a gente poder registrar quando a gente passa e nomeia... Está bom, Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Senador Mauro, só um minutinho, por favor, passo-lhe já a palavra.

Prof. Molion, se isso aqui fosse um palco, eu diria que o senhor deu um *show*, mas isso aqui é uma CPI do Senado Federal, então, o senhor acaba de nos dar uma aula, uma aula a todos nós e aos brasileiros que assistem, principalmente se contrapondo a essa hipocrisia global que existe em relação ao clima atmosférico. Muito obrigado, Prof. Molion.

Com a palavra, o Senador Mauro Carvalho.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Boa tarde, Senador Plínio, Presidente dessa Comissão; nosso Relator, Senador Marcio Bittar; nosso Prof. Luiz Carlos. É um prazer muito grande estar aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho acompanhado, Senador Plínio... Nas suas costas aí tem um quadro de um peixe, e gostaria de convidá-lo, Excelência, para pescar no Mato Grosso, é um "pesque e solte". Eu acho que V. Exa. vai ter muito sucesso, já que aprecia tanto a pesca, e Mato Grosso é um grande...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Convite aceito.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Convite aceito...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Esse peixe atrás de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Tucunaré.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... é um tucunaré, não é? O senhor vai pescar o maior e o melhor tucunaré da sua vida na região de Alta Floresta, pode ter certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Obrigado pelo convite, Senador.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas, Professor, realmente o que o Senador Plínio falou aqui, nós fizemos uma universidade aqui do clima, formamos várias pessoas aqui com o seu conhecimento. Eu imagino quantas horas de muito estudo e de muita pesquisa foram feitas para o senhor chegar em todas as conclusões que o senhor nos colocou aqui hoje.

O SR. LUIZ CARLOS MOLION (*Fora do microfone.*) – Trinta e cinco anos.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Trinta e cinco anos de muito estudo.

Meu sogro é professor e fundador da Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Gabriel Novis Neves, foi reitor por dez anos, montou a faculdade também de Mato Grosso do Sul. E eu sei da sua dedicação, conheço pelo meu sogro o quanto, até hoje, com 86 anos, estuda muito. Imagino quantas horas V. Exa. passou aí debruçado nos livros e em pesquisa.

Mas eu tive a oportunidade de participar das últimas três COPs mundiais, e o que a gente percebe é um grande *lobby*, um grande interesse comercial, porque não existe nada de concreto. Existe realmente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma narrativa exclusivamente voltada pra interesses comerciais, colocando, como manto, a sustentabilidade, a preservação do meio ambiente, mas, por trás disso tudo, o que existe é interesse comercial, é muito dinheiro envolvido. E aqui não poderia ser diferente. Essas ONGs... Existem ONGs que nós respeitamos muito no Brasil afora, no mundo afora, mas tem ONGs que foram criadas e inventadas com outros interesses também muito parecidos com os interesses das COPs que são realizadas. Então, é muito triste a gente ver esses interesses se sobrepondo realmente com narrativas que não são verdadeiras, interferindo na vida de todo cidadão brasileiro, de todo cidadão que habita neste planeta.

Eu fiz, inclusive, um requerimento, por intermédio do nosso Senador Nelson Trad, pra fazer uma diligência no Chapadão do Parecis. A gente também... Dentro dessas ONGs, a gente vê muita coisa sobre os índios, sobre as nossas reservas ambientais. Eu tive ontem o cuidado de ligar pro meu amigo Cacique Rony, que acompanhou o Governo de Mato Grosso, ano passado, na COP, no Egito, e que fez enorme diferença realmente desconstruindo algumas narrativas que são colocadas no mundo afora, como eu disse anteriormente, com os interesses comerciais. E o Cacique Rony me passou uma mensagem, por volta de meia-noite e dez de ontem, irretocável. Eu gostaria até que o senhor tivesse o prazer de conhecer e lhe faço o convite pro senhor estar junto com a gente nessa diligência pro senhor ver uma região diferenciada e sustentável no nosso estado.

Eu gostaria aqui, Senador Marcio, de só ler uma lauda só do que o Cacique Rony passou por WhatsApp. Eu pedi pra que fosse impresso pra colocar aqui. Gostaria até de falar tudo de cor, com conhecimento, mas, como foi uma mensagem na noite, eu vou pedir desculpas e vou ler. Então, essa mensagem foi passada pelo Cacique Rony, que é do Chapadão do Parecis:

A etnia indígena haliti-paresi está situada no imenso Chapadão dos Parecis, no Estado de Mato Grosso, localizada no Município de Campo Novo do Parecis, próximo a Sapezal, Tangará da Serra e Conquista D'Oeste. O nome da etnia é correlacionado com o nome deste povo originário desta maior planície do Brasil, que vem se tornando a maior área agricultável e sustentável do mundo.

Lembro que Mato Grosso hoje preserva 62% do seu território, igual Pedro Álvares Cabral descobriu aqui em 1500. Nós fazemos parte da segurança alimentar mundial e temos a capacidade de dobrar a nossa produção, que foi de 100 milhões de toneladas – temos a capacidade de dobrar! –, sem desmatar uma árvore, só em cima da nossa produtividade, eficiência e das pastagens degradadas.

Então, não tem país no mundo que possa dar exemplo para o Mato Grosso, para o Brasil, porque temos aqui o Código Florestal mais rígido do mundo. Então, nós não temos que admitir essa narrativa de outros países quererem dar exemplo para o Brasil. Muito pelo contrário, vamos sentar na mesa: "Mostre o que você fez, mostre o seu passado, para começar a discutir com a gente". Antes disso, não tem conversa. E nós temos que acabar com essa narrativa, porque o maior ativo que nós temos, que é o nosso meio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente, que é a nossa preservação, que é a nossa sustentabilidade, no mundo é colocada de forma prejudicial para, única e exclusivamente, os seus interesses comerciais, que não agregam. Com toda essa preservação que nós temos hoje, com toda a nossa sustentabilidade que nós temos hoje, nós não agregamos um centavo de dólar nas nossas produções aqui no Brasil. Então, nós temos que mudar um pouco essa narrativa.

Até o Ratinho colocou sobre a França, que está tendo uma série de posturas aí. Também nós temos que ter as nossas aqui: saber onde são produzidas as uvas da França, saber realmente se tem CAR na França, como que é a sustentabilidade na plantação deles também, para a gente saber aquilo que nós estamos comprando, saber se houve realmente uma devastação da sua floresta ou não.

Mas, continuando aqui:

A etnia haliti-paresi tem uma área de aproximadamente 1,2 milhão de hectares, na qual tem 74 aldeias em vários cantos do seu território [nós temos 43 etnias no Mato Grosso], com uma população aproximadamente de 2.950 índios, que residem dentro do seu próprio território.

Sendo esse povo indígena, na atualidade, os maiores agricultores [olha só: sendo esse povo indígena, na atualidade, os maiores agricultores] de lavouras mecanizadas do mundo [do mundo nós estamos falando!], cultivando nove variedades de grãos. Isso, utilizando somente 1,7% do seu território [de 1,2 milhão de hectares, ele produz apenas em 19,7 mil, 1,7% do seu território], que corresponde a uma área cultivada de 19,7 mil hectares, ou seja, este povo trabalha no raciocínio, equilíbrio e projeção autossustentável, mantendo, preservando intactos 98,3% do seu território.

Essa pequena porcentagem de área cultivada, as quatro cooperativas indígenas haliti-paresi é que fazem gestão de todo o processo administrativo [tem laboratórios, escolas, postos de saúde, tudo dentro desse complexo que o senhor vai ter o prazer de conhecer], operacionalização e execução do trabalho de campo. [Temos lá índios médicos, engenheiros, agrônomos, psicólogos, todos da própria etnia haliti-paresi].

Todas as deliberações são feitas de maneira transparente e democrática, sempre visando o bem comum e coletivo do povo [indígena].

Nos últimos 20 anos de trabalho árduo, de altos e baixos [altas e baixas], e pouco, ou melhor, quase nada de incentivos financeiros, e ações políticas de Governo, porém, devido à vontade e ao desejo do povo haliti-paresi, tem conseguido sobressair para assegurar qualidade, dignidade e qualidade de vida, com geração de renda e emprego para o povo indígena, além de estar contribuindo com a economia financeira dos municípios do Estado [de Mato Grosso] e do Brasil...

Por fim, num território indígena, demarcado e homologado, é possível viver, manter e prosperar, mantendo o equilíbrio, racionalidade e preservação do meio ambiente, da cultura, do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo e sua autossustentabilidade de dignidade dentro do seu próprio território. [Isso tudo foram palavras dele, eu só estou lendo aqui o que o Cacique Rony nos passou.]

Afinal, um povo que tem ou passa por uma vulnerabilidade socioeconômica, diante do contexto atual, corre grande risco de ser engolido ou viver submisso no sistema que o mundo vem trilhando.

Um povo indígena, para ter sua liberdade, autonomia e protagonismo, tem que ter oportunidade, incentivo político, leis flexíveis e financeiras, tanto por parte da iniciativa privada e do Governo.

Essas foram as palavras do Cacique Rony. Então, é uma pessoa que o senhor tem que conhecer, Senador Marcio Bittar, Senador Plínio, faço questão de – lógico, na hora em que tiver quórum aqui –, Senador Marcio, aprovar esse requerimento, para que todos tenham condição... Porque hoje é muito fácil ver 17 mil hectares sendo produzidos, mas conhecer a história desse povo, a bravura, a coragem de chegar onde chegaram, as dificuldades por que passaram para chegar até hoje, sem financiamento, sem Cadastro Ambiental Rural, sem o CAR, com todas as dificuldades da comercialização dos seus produtos, que são produzidos na sua área... Entendeu? São enormes, e o quanto essas cooperativas indígenas têm a responsabilidade com o seu povo, preservando a sua cultura, dando qualidade de vida, não só na área de educação, como na área de saúde, na área de transporte. Em suma, um ambiente diferenciado que é possível, sim, produzir com sustentabilidade, tirando o índio da segregação, como V. Exa. colocou aqui na Amazônia, e incluindo, realmente.

Hoje, o Rony vai comentar com vocês, 15 anos atrás, quando ele saía para andar na cidade de Campo Novo do Parecis, em Sapezal, à medida que os índios iam andando, o comércio ia fechando a porta, com medo de assalto, com medo de alguma coisa. Hoje, eles não conseguem andar nas cidades, do tanto que o comércio chama esses índios para realmente consumir, para mostrar, realmente, seus produtos que estão à venda, o quanto de diferença essas pessoas estão fazendo em toda aquela região.

Então, é extremamente importante, Senador Marcio, Senador Plínio, que nos ouve aqui por vídeo, realmente, a presença do Senado Federal nessa diligência, para a gente conhecer um pouco o outro lado. E eu gostaria muito que o senhor conhecesse o Estado do Mato Grosso, para lhe mostrar tudo isso que nós estamos falando, que o senhor conhecesse também o Governador Mauro Mendes, que tem participado ativamente da COP, e que o senhor pudesse, neste momento da visita que o senhor fizer a Mato Grosso, transferir um pouco do seu conhecimento sobre o clima mundial, que tanto aprendemos aqui, hoje, com a sua palestra, com todas as informações que o senhor nos transmitiu aqui hoje.

Muito obrigado a todos e que Deus os abençoe!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Com a permissão do Senador Plínio, eu queria complementar a fala do Senador Mauro e, da minha parte, me



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despedir, passando a palavra para as considerações finais do Prof. Molion e, claro, com o Presidente, depois, encerrando a sessão.

Primeiro, mais uma vez, agradecer a presença do Professor e dizer como eu considere e considero importante a vinda do Professor aqui, porque tudo o que fazem com a Amazônia, que é mais da metade do território nacional, é em cima de pressupostos falsos. E note que as pessoas fogem de um debate quando estão na presença de alguém como o Prof. Molion, como o Ricardo Felício e outros tantos que ousam ter a coragem, a partir da leitura, do estudo, da descoberta de que isso são pressupostos falsos, de argumentar publicamente. E aqueles que fizeram e fazem dessa questão ambiental o seu ganha-pão, porque estão ganhando dinheiro com isso, fogem desse debate, porque, se você demonstra cabalmente que a Amazônia não interfere no clima do planeta, caiu por terra tudo o que esses movimentos ambientalistas fazem conosco.

E, para dar mais um exemplo de como é uma guerra econômica travestida de preocupação ambiental, agora, o Ministério Público, um procurador – não estamos sabendo direito o nome dele, para convidá-lo para a CPI, para convidá-lo, que é a nossa prática –, ele, a partir de uma ideia de que o Brasil não pode.... Por isso a importância de convidá-lo, porque a ideia é que nós não podemos explorar potássio no Brasil e, a partir dessa preocupação, ele faz uma correspondência à Funai pedindo à Funai que faça um levantamento para criar uma outra reserva lá em Autazes, que é em cima de uma reserva de potássio. Só para ter uma ideia, estima-se que essa reserva, e querem criar uma reserva em cima dela agora, pode produzir de 2 bilhões a 4 bilhões de toneladas por ano. Olha o lado escuro dessa conta: em 2022, o Brasil importou 4,54 toneladas de cloreto de potássio adivinha de quem? Do Canadá. Então, é uma guerra econômica, quer dizer, fica claro... O Canadá é um dos países que banca essa guerra econômica travestida de preocupação ambiental, quando, na verdade, se nota aqui que eles são fornecedores de potássio para o Brasil. Para eles, não interessa que o Brasil ganhe autonomia.

Eu quero passar, da minha parte, Senador Plínio, a palavra para o Prof. Molion. Eu tenho apenas uma pergunta que eu gostaria que o Professor, já na sua despedida, externasse. O Professor menciona aqui que o mercado... Eu tenho... Eu sou absolutamente cético com toda proposta que, na sua base, é assim: a Europa, a América do Norte alcançaram um nível de progresso e, percebendo que aquilo não dá para todo mundo e sem aceitarem diminuir seus padrões de consumo... O professor mencionava aqui a queima de combustíveis fósseis pela Ásia, pela Índia, e vamos lembrar que a Alemanha este ano está aumentando a sua queima de combustíveis fósseis porque está queimando carvão. A preocupação é da boca para fora. Então, não aceitam diminuir o seu padrão de consumo, não aceitam isso. Eu sempre fui cético com essa ideia de que: "olha, não dá para todo mundo, eu vou pagar para vocês não fazerem o que nós fizemos". Eu não acredito nisso. Eu nunca acreditei. Por mais que, para nós, um país da Europa ocidental seja milionário... Quando você vai a uma aldeia indígena, quando você vai a uma reserva extrativista, quando você anda na Amazônia, você vê um nível de pobreza que... Qualquer país da Europa tem um padrão de vida milionário perto do padrão de vida de 28 milhões de brasileiros que habitam na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, até na cidade. Só que você vai à Europa e eles têm as demandas deles, que não acabam nunca. Os Estados Unidos não abriram mão de tirar petróleo no Alasca agora, com o Presidente Joe Biden. Ele autorizou o aumento da extração de combustíveis fósseis. Então, quando é para manter o padrão deles, não tem discussão, e ninguém fala nada, porque aqueles que eles subsidiam, que são essas ONGs, são pagos por eles. Então, eu nunca acreditei, sou 100%... Sempre fui cético com relação a estas propostas: "Vocês mantêm as florestas e nós vamos pagar por isso".

Mas o senhor acrescentou um outro argumento: que a razão de ser dessa ideia é falsa. Então, eu gostaria de que, na sua despedida, o senhor esclarecesse um pouco mais por que é que se criou um problema inexistente, que é essa questão do CO₂. Então, mais uma vez, agradecendo a sua presença, agradecendo aos Senadores que, mesmo não fazendo – alguns não fazem – parte da Comissão até aqui estiveram e, mais uma vez, ao Mauro, Senador Mauro, que veio do Mato Grosso apenas – não tem votação, esta semana, importante, e veio aqui – para escutar a palestra, fico muito feliz com a realização desse evento com o Prof. Molion, agradeço a participação de todos, de minha parte, agradeço a participação, deixando para o Prof. Molion, na sua despedida, só essa indagação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Com a palavra, o Prof. Molion.

Professor, fique bem à vontade, não se preocupe com o tempo.

Marcio, você vai ficar aí, não é? A gente precisa discutir a pauta de terça-feira, tá, irmão? Não vai nos deixar agora, não, não é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Prof. Molion, fique à vontade.

O SR. LUIZ CARLOS MOLION (Para expor.) – Muito bem.

Realmente, acho que é impossível hoje você entender o que está acontecendo nesse aspecto de que estão transformando o CO₂ num vilão, que ele é responsável pelo aumento, intensificação do efeito estufa e aumento de temperatura, quando, historicamente, nós sabemos que o planeta já passou por períodos mais frios, com concentrações maiores de CO₂ do que tem hoje, e passou por períodos mais quentes, com concentrações menores. O planeta já passou por isso, já chegou a 180ppm quando surgiram as plantas C₄. As plantas C₃, como soja e café, têm um limite de funcionamento na fotossíntese de 200 partes por milhão, ou equivalente. Quando baixou a concentração, alguns milhares de anos atrás, surgiram as plantas C₃, que têm um limite um pouco mais baixo. A gente nota que a natureza sempre procura achar uma saída.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito difícil saber exatamente o que está acontecendo, porque agora todo mundo virou verde. Até banco, que só explora a gente, virou verde também. Desenvolvimento sustentável, que é uma expressão pleonástica, porque, se não é desenvolvimento, é destruição; então, desenvolvimento, em si, já engloba o sustentável.

Existe, sem dúvida nenhuma... O senhor acompanhou essas três últimas COPs e sabe, por exemplo, das palavras do Primeiro-Ministro da Índia, que não ia deixar de usar carvão, porque boa parte da população, um Brasil inteiro dentro da Índia, não tem acesso à energia elétrica.

Existem hipocrisias terríveis, como, por exemplo, a Noruega. Qual é a maior renda da Noruega hoje? É petróleo e gás. Quer dizer, a Noruega era um país pobre até descobrirem petróleo no Mar do Norte, no Ártico, e passou a viver desse petróleo. Então, se é um país que acredita que, queimando petróleo, emitindo CO₂, vai destruir o mundo, como é que eu classifico um país desse que usa a matéria que vai destruir o mundo para fazer sua economia? E tem mais: aumentou a extração agora, depois que a Rússia, então, deixou de fornecer gás. Então, há uma grande hipocrisia nisso tudo, não é? A gente não sabe exatamente o que está por detrás disso.

Quando ocorreu a eliminação dos CFCs, dos compostos de clorofluorcarbono, sob a alegação de que eles destruíam a camada de ozônio, e, para cada 1% destruído, ia aumentar em 2% o câncer de pele, ficou muito claro que, no resultado, quando os compostos de clorofluorcarbono – o freon 11, o freon 12, que são usados em gases de refrigeração, geladeira, ar-condicionado – foram eliminados pelo Protocolo de Montreal, em 1987, eles custavam US\$1,80 o quilo. O substituto já entrou com US\$35. E a OMC deu uma patente de 20 anos para os substitutos, coisa que, às vezes, remédios que leva-se tempo para pesquisar, para testar e tudo mais, quando muito, recebem dez, seis, sete, dez anos de patente. Eles receberam, com os substitutos, 20 anos de patente! Em 2006, o preço do substituto, nos Estados Unidos, chegou a custar US\$52 o quilo.

Em 2007... Em 2017, acabou a patente: 87 para 2007. Os chineses invadiram o mercado com o substituto e derrubaram de US\$52 para US\$2.

Bom, claro, ficaram muito aborrecidos comigo quando eu disse que a destruição da camada de ozônio pelos compostos de clorofluorcarbono nada mais era do que uma ação neocolonialista de transferir dinheiro de países pobres tropicais, que precisam de refrigeração a baixo custo, para os países ricos, porque os detentores desses substitutos eram cinco indústrias: a Allied Chemical Corporation, que mudou hoje de nome, nos Estados Unidos; a Atochem, do grupo Elf, francês; a Hoechst, alemã; a ICI (Imperial Chemical Industries), da Inglaterra; e a DuPont, que fabricava aqui. Com esse processo, a DuPont passou de US\$2,5 bilhões por faturamento para mais de US\$25 bilhões.

Então, ali ficou claro que eliminar os CFCs era realmente uma maneira de tirar dinheiro de países pobres.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso aqui do CO₂ não dá para entender. Não existem hipocrisias como essa da Noruega, por exemplo, que, aliás, diga-se de passagem, é o maior doador do Fundo Amazônia, não é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Com 90%....

O SR. LUIZ CARLOS MOLION – E, claro, porque eles esperam que ele vende... A Noruega vende o petróleo dela, alguém vai queimar – a Bélgica, a Holanda, a França –, esse CO₂ vai para o ar, vai destruir o planeta. "Não, mas tem a Amazônia que pode absorver parte desse CO₂". Então, por isso é que eles gostam muito da Amazônia e querem que a gente não mexa em nada, não é?

A gente realmente pode pensar: existem inúmeras maneiras de se desenvolver a Amazônia em harmonia com o ambiente, de se recuperarem áreas degradadas. Sabe que eu gosto muito de número, não é? Quando me disseram... As ONGs dizem: "Não, porque temos 340 mil quilômetros quadrados de terras degradadas" – está escrito. Aí eu fiquei pensando: 340 mil é uma área do tamanho da Alemanha. Não, vamos recuperar essa área plantando dendê, a palma, como é chamado. Por quê? Por que é a planta mais estudada das palmáceas. Nós temos o buriti. O buriti tem imensas riquezas, não é? O buriti, por exemplo, ele tem 20 vezes mais carotenoide do que a cenoura, onde foi encontrado o carotenoide. O buriti tem tocoferol em grandes proporções, que é provitamina E. No entanto, não se faz nada com o buriti. O óleo de buriti, quando você tira o "lixo", entre aspas, que é, por exemplo, os carotenoides... E 1kg de carotenoide, pela Merck, a companhia química Merck, 1kg de carotenoide artificial, sintético, ele vale US\$8 mil. E 1ha de buritizal nativo pode dar 1kg, 1,5kg de carotenoides puros. Eu fiquei pensando: se a gente recuperasse essas áreas degradadas com palma, nós iríamos produzir o equivalente a 3,4 milhões de barris de óleo por dia, enquanto a Petrobras hoje só produz 2,6.

Só recuperando... Em que país que pode se fazer isso? Só recuperando essas áreas degradadas, nós poderíamos mais do que dobrar, com uma grande vantagem, porque óleo vegetal roda em qualquer moto diesel. Rudolf Diesel, quando apresentou o motor na feira de Paris, em 1889, o motor rodava com óleo de amendoim. Então, você pode usar. Claro que não vai usar o óleo de dendê, o óleo de palma, porque, na realidade, ele vale muito mais do que o petróleo propriamente dito. O petróleo está em torno de US\$1 mil a tonelada, enquanto o óleo de palma US\$4 mil.

Mas tem uma vantagem muito grande: o óleo de palma, como combustível, principalmente para geradores nesses pequenos núcleos populacionais que estão desprovidos de energia elétrica na Amazônia. O óleo de palma é, você pode dizer, usando o argumento deles, que ele é ciclo de carbono fechado, ou seja, queimou, liberou CO₂; no próximo cacho que planta vai colocar, ela absorve por fotossíntese. Não tem enxofre; portanto, não é poluente, e não precisa ser destilado – sai da prensa e vai direto para o motor. Nós podemos fazer isso, existem inúmeras maneiras de se desenvolver a Amazônia, com alta tecnologia e com produtos de valor agregado muito grande. Nós podemos passar aqui uma outra sessão enumerando algumas dessas – químicas fina, de extrema importância.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos, por exemplo, o primeiro contrabando que foi feito, o pó dos jesuítas, o quinino, que era enviado para a Europa e que salvou a vida de muitos papas. Até o Rei Charles II da Inglaterra foi salvo da malária com o quinino brasileiro.

Então, existem, possivelmente, plantas que produzem substâncias ainda desconhecidas para nós que podem ajudar a humanidade a ter uma vida mais saudável.

Então, agradeço a oportunidade de estar aqui, e podem contar comigo no que for necessário. Estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Senador Plínio. Com a palavra nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Professor, antes de... Já agradecendo, eu só pediria, se for possível o senhor ficar cinco minutos, eu vou exibir, daqui a pouco, um vídeo, que é uma coisa estarrecedora que está acontecendo aqui, no Município de Humaitá e em Manicoré.

E quem começou agora, Senador Marcio, a nos ouvir pela metade, na TV Senado, nós começamos a ouvir o Prof. Luiz Carlos Molion, que possui graduação em Física, em Meteorologia ele é PhD, e foi, por muitos anos, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Diretor da Área de Ciências Espaciais e Atmosféricas em 85, e Diretor Associado em 96, ano em que coordenou um projeto de pesquisa sobre a Amazônia em parceria com cientistas da NASA. Portanto, é uma autoridade que pode falar.

E agradeço ao Prof. Molion, por duas brilhantes conclusões e frases, e me permita usá-la daqui a diante, que a gente sempre fala e combate isso em relação ao crédito de carbono: uma solução para um problema que não existe, e a gente tem combatido muito essa história de crédito de carbono.

Muito obrigado pela sua presença e, antes de encerrar, eu vou pedir, Marcio – meu amigo Marcio, que faz parte, integrante assíduo, da CPI... É um problema nosso, aqui no Amazonas, que está acontecendo. Existe aqui no Amazonas, em alguns municípios, a prática do garimpo extrativista, que nós chamamos de garimpo familiar. Isso já existe há décadas. A família toda reside num flutuante, que é a sua casa, que é a sua morada, e extrai do igarapé – normalmente é igarapé –, extrai ouro, pequenas quantidades, e eles vivem disso. Nunca enriquecem, mas vivem disso há décadas. E, agora, o Ibama e a Polícia Federal estão simplesmente explodindo esses flutuantes e essas casas, jogando essa turma à pobreza ainda mais clara e patente.

Agradeço ao Senador Mauro Carvalho pela presença também assídua e pela participação, que foi muito boa, e mostro aqui, Professor, é rapidinho, tem 2m55s, o vídeo nº 2, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só o que estão fazendo com a nossa população.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Isso aí que a gente mostrou é uma operação, Marcio, da Polícia Federal com o Ibama. Estão explodindo esses flutuantes que servem de moradia para garimpeiros do que a gente chama de garimpo extrativista, de garimpo familiar, que é tradição de pai... de avô pra pai e pra filho. Não está em área indígena e não é regularizado. Isso aí se abafa... Divulga essa coisa absurda, esse modo como estão praticando. Bombas em cima dos flutuantes.

Então, aqui a gente está mostrando pro Brasil inteiro. Não é nem denunciando, porque Ibama legaliza com a Polícia Federal. Eu só lamento porque eles não fazem o mesmo tipo de operação com o narcotráfico.

Obrigado, Professor, por ter ficado aí e visto... Nós só queremos compartilhar: o senhor foi... Um conhecimento público, compartilhou conosco, e a gente está compartilhando uma coisa feia com o senhor, mas é pra saber que existe tudo em nome dessa narrativa, essa mesma narrativa que o senhor botou por terra, essa coisa de que a Amazônia, nós temos que salvar o planeta... É a mesma narrativa que leva a Federal, o Ibama, o Judiciário brasileiro a autorizar esse tipo de operação.

Marcio, se quiser falar, Professor, se quiser falar, porque daqui a pouquinho eu encerro.

Alguns dos dois quer falar?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Não, estou satisfeito, Presidente. Pode dar o encaminhamento aí burocrático ao final da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Marcio.

Aquele requerimento oral... Como a gente não tem pressa e certamente vamos fazer essa diligência, Marcio, eu pediria a compreensão pra que nós pudéssemos organizar e colocar na pauta e já fazemos isso na terça-feira. Está bom assim? *(Pausa.)*

Coloco em votação as Atas das 11ª e 12ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneça como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Não havendo mais nada a declarar, está encerrada a nossa presente reunião, com a benção de Deus, desejando paz de Cristo a todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Professor. Obrigado, Marcio.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e quinze minutos do dia doze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Rodrigo Cunha, Augusta Brito, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Nelsinho Trad e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento.** **Finalidade:** Depoimento de convidado. Oitiva do Vírgilio Maurício Viana, em atendimento ao requerimento 125/2023. **Resultado:** Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 126 de 2023** que : "Requer a realização de diligência externa em Chapadão dos Parecis, Mato Grosso, com o objetivo de conhecer a etnia indígena Haliti-Paresi." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 128 de 2023** que : "Convida o Senhor Márcio Santilli, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 127 de 2023** que : "Requer realização de audiência pública na Reserva Extrativista Chico Mendes." **Autoria:** Senador Beto Faro. **Resultado:** Aprovado nos termos do aditamento. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 129 de 2023** que : "Convida Fernando Merloto Soave, Procurador da República no Amazonas, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a exploração de potássio na região do Município de Autazes, Estado do Amazonas, e a demarcação de nova terra indígena na região." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/09/12>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes, depoimento e deliberação de requerimentos – depois do depoimento.

Antes, eu quero reiterar, até para clarear aquele pequeno entrave que tivemos com a Funai... À Funai, no começo, nós comunicamos que iríamos a São Gabriel. E a Funai mandou para nós umas perguntas para a gente preencher, um questionário para preencher – sei lá como dar o nome daquilo –, querendo, e com razão, vacinação contra a febre amarela – mandamos –, contra a covid – mandamos –, plano de trabalho... A gente achou estranho, mas mandamos. Aí, por último, queria que eu, como Presidente da CPI, assinasse um documento comprometendo a não divulgar as cenas que a gente, que a TV Senado pegaria em São Gabriel. Não pude fazê-lo e disse à Funai que eles estavam enganados e confundindo, porque eu não tinha pedido, não estava pedindo permissão para ir; eu estava comunicando que iria. Isto aqui é uma CPI do Senado Federal; isto aqui não é uma CPI de câmara de quintal. Então, para provar... A Funai queria a relação dos índios nos convidando em uma carta. Não entreguei e não vou entregar, porque sei que vai ter perseguição aos índios.

E queria começar com outro líder indígena de outra região nos convidando para ir, para mostrar que isso é suficiente para que nós possamos ir ao local.

Por favor, é o vídeo número 3. Tem 2 minutos e 24 segundos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente faz isso como uma satisfação ao povo brasileiro, para, quando a Funai quiser de novo que nós apresentemos algum convite... O nosso convite é feito por quem precisa da nossa presença.

Particularmente nós, Senadores desta Comissão, não estamos preocupados com aqueles que estão felizes e satisfeitos. Esses já estão sendo bem cuidados. Nós estamos preocupados com os infelizes e os insatisfeitos, que precisam da nossa ajuda, da nossa presença e da nossa companhia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reafirmar também o depoimento dos dois Ministros da Defesa, Aldo Rebelo, que confirma aquilo que a gente está dizendo aqui na CPI, que a gente está apurando. Por favor, vale a pena de novo mostrar o pequeno vídeo. É o vídeo número 6. Tem alguns minutos. Não está aqui, mas é o vídeo número 6.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso é só para reafirmar e lembrar, porque tem sempre agora... Como, graças ao sentimento do povo brasileiro, na mídia, na rede social, tomou conta, a nossa responsabilidade cresce porque o Brasil tomou conta dessa caixa-preta que a gente finalmente abriu. O que vai ser e o que será, o nosso Relator está atento, o Senador Marcio Bittar, para colocar no relatório.

Por que não querem que a gente desenvolva? A gente vem dizendo sempre: querem formar isso aqui, uns chamam de jardim zoológico, outros chamam de jardim botânico e eu digo que é uma dispensa de recursos naturais. O certo é que enquanto a Noruega, que dá dinheiro para o Fundo Amazônia, vive do seu petróleo; enquanto a Alemanha, que dá dinheiro para o Fundo Amazônia, está vivendo agora do carvão, poluindo tudo; Estados Unidos, com seu petróleo, com sua madeira; Canadá, com sua madeira, nós não podemos extrair nenhum tipo de minério.

Eu encontrei há pouco, nos meus documentos... Isso é legal, porque mostra por que a gente também não pode produzir nada. Aqui tem a composição do iPhone. É antigo isso, foi assim que eu assumi em 2019. A composição de um iPhone: 0,034g de ouro; 0,34g de prata; 0,015g de paládio; 25g de alumínio; 15g de cobre, sem contar o plástico, o vidro e os terras-raras e a bateria. Nós temos todos esses minérios aqui, mas não podemos explorar. Quem vende esse minério para a Apple fazer seus iPhones? Pode não parecer nada, mas neste ano de levantamento de 2019, foram vendidos no mundo 341,4 milhões de *smartphones*, apenas no segundo semestre de 2019. Imaginem só o Brasil, imaginem os índios podendo garimpar, que eles têm direito pela Constituição, como estaria o Brasil no quadro.

A pedido do Senador Beto, nós vamos então aprovar logo os requerimentos. Não é isso, Senador Beto? A gente vai inverter então. Eu tinha falado a segunda parte, vamos logo para os requerimentos.

Quer falar, Senador Beto? Com a palavra.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É só uma questão do requerimento. Eu fiz o requerimento. Quero só ressaltar uma questão, até porque foi levantada por mim, de que a gente evitasse os extrapauta, que a gente evitasse isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o requerimento meu, que não está na pauta, foi escrito aqui. Foi dada a entrada no período correto para que estivesse na pauta. Foi dada a entrada aqui no dia 5. Portanto, estaria dentro de todos os prazos para que ele pudesse estar.

Então, eu quero só ressaltar isso, que não estou tratando de requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode ser, mas a explicação que lhe deram é a explicação de que é prerrogativa do Presidente, e o Presidente não foi encontrado, porque estava no Rio Tupana, entregando a Starlink para os índios apurinã. Eles não conseguiram falar, a gente não inaugurou a Starlink. Se tivesse inaugurado... Então, foi isso, Beto, mas estamos colocando extrapauta. Já está feito o esclarecimento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vou aprovar em bloco logo os três.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 126, DE 2023

Requer a realização de diligência externa em Chapadão dos Parecis, Mato Grosso, com o objetivo de conhecer a etnia indígena Haliti-Paresi.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 128, DE 2023

Convida o Senhor Márcio Santilli, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental, para prestar depoimento.

Autoria: Senador Plínio Valério

E tem o do Senador Marcio Bittar... É este daqui? *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ah, o do Beto, que é o nº 127. Eu vou só aprovar, Beto, porque depois a gente vê aqui essa relação.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 127, DE 2023

Requer a realização de audiência pública na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Autoria: Senador Beto Faro

Então são os três requerimentos e o do Marcio Bittar, nº 129.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 129, DE 2023

Convida Fernando Merloto Soave, Procurador da República no Amazonas, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a exploração de potássio na região do Município de Autazes, Estado do Amazonas, e a demarcação de nova terra indígena na região.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Convida o Sr. Fernando Merloto Soave, Procurador da República, do Amazonas, a comparecer a esta Comissão. *(Pausa.)*

Antes, Senador Jayme, a saúde está boa? Pronto para enfrentar os depoimentos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Dou prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Jayme, Senador Styvenson e Senador Beto, o nosso Relator quer fazer uma observação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Senador Beto, com todo o respeito, eu sou contra se fazer a audiência pública no Acre com essas pessoas ao mesmo tempo. Eu conheço todas elas que V. Exa. sugere. Evidentemente, há uma sugestão que foi acatada pelo Senador Beto. Mas, veja, as pessoas que o Senador Beto convida para a mesma audiência – o Senador Sérgio Petecão também conhece – são aquelas que praticamente toda semana, todos os meses, estão vendendo as suas versões na grande mídia. Se você pegar a mídia brasileira, praticamente você não tem espaço nenhum para que as pessoas que moram na Reserva Chico Mendes possam se posicionar contrárias à forma como ela foi criada ou até à ideia da manutenção da sua vida em regime extrativista.

Portanto, a sugestão da audiência que eu propus há tempos e foi aprovada era para que nós pudéssemos ouvir aqueles que não têm espaço para serem ouvidos.

Então, eu sugiro... Se nós fizermos uma mesma audiência pública com esses dois grupos, isso vai virar uma guerra dentro da Reserva Chico Mendes. Você não vai alcançar resultado nenhum. Então, eu sugiro, para que a gente possa fazer um acordo, que a gente aprove, mas que faça essa audiência separadamente. E, aí, o Presidente vai... Tanto que a nossa data não foi marcada ainda. Então, ele vai marcar uma data. Aí, tudo bem; aí, a gente vai, ouve a ideia inicial e ouve também a sugestão do Senador Beto.

Dessa maneira, se for aprovado dessa maneira, eu não tenho nada contra; senão, eu preciso me posicionar contra, porque vai virar uma guerra.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está *o.k!*

Com a palavra o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu acho que o que a gente precisa fazer, Sr. Presidente, Sr. Relator, é dar oportunidade para que as várias visões estejam colocadas. Por exemplo, eu ouvi uma afirmação, agora há pouco, do Presidente, inclusive reprisando a fala do ex-Ministro Aldo Rebelo, que é uma das pessoas a quem, inclusive, no dia em que estive aqui, eu me reportei... Votei nele para Presidente da Casa, votei nele, inclusive, para o Tribunal de Contas quando ele perdeu na votação para a Arraes, lá de Pernambuco... Tenho o maior respeito, mas discordo de uma série de posições dele, está certo? Então, ele tem uma visão de sociedade, uma visão lá



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da região, mas tem uma série de pontos que... Inclusive, naquele dia, externei uma das que era contrário a fazer a COP no Brasil, porque isso traria problema, uma história de... Se a gente faz a COP em qualquer parte do mundo, o melhor é que se faça dentro da Amazônia, para discutir a Amazônia. Então, tem questões em que a gente discorda.

Aqui, eu citei essa preocupação. Tem toda a minha concordância, agora, tem que dar ouvido também para o outro segmento. E a gente faz em dois momentos, vê o melhor formato, o melhor jeito para que tenha as duas visões e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, não, a gente vai aprovar, mas, de antemão, Senador Beto, pela nossa experiência agora, em São Gabriel da Cachoeira, tivemos índios que viajaram 14 dias, 10, 7 dias e 5, e não foi possível todos falarem, porque a gente sairia de lá à noite e o avião não poderia. A mesma coisa eu vejo aqui, Senador Beto: tem umas 20 pessoas aqui. Não tem como realizar uma audiência ouvindo 20 pessoas. Aí, nós vamos depois nos sentar e falar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, só para...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós temos aqui, hoje, como participante...

Já chamo, Petecão.

Só quero registrar a presença...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – É uma curiosidade. Tinham falado do Acre aí. Podem nominar? Só para eu saber.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só quero registrar a presença. Posso?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É muita gente. É muita gente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É muita gente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar a presença do Senador Mecias, do Senador Styvenson, do Senador Jaime....

Senador Jaime, o seu lugar é aqui na mesa com a gente, não é? Bota uma cadeira, puxa aí...

Pega uma cadeira para ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não. Pode ficar aí, Petecão! Fica aqui, Petecão!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso! Vamos conversar e discutir.

Então, deixem-me ver aqui.

O nosso convidado, o Prof. Virgílio Viana, já está aqui, ele que é Superintendente da Fundação Amazônia Sustentável...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Ficaram, então, aprovados os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, aprovados.

A gente só vai, depois, conversar civilizadamente, como a gente tem conversado aqui, e chegar a um consenso. Mas, de antemão... *(Pausa.)*

Cadê a abertura?

Eu já posso... Vamos registrar a coisa...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só para deixar absolutamente claro: se está aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos votar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Tá! Mas, assim, nós vamos aprovar e faremos em dois momentos.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Certo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode ser. Beleza! *O.k!*

Então, coloco em votação os requerimentos.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, portanto, mais quatro requerimentos.

Cadê o meu resumo do nosso convidado?

O convidado é o Sr. Virgílio Viana, Superintendente da Fundação Amazônia Sustentável, a quem a gente chamou para tirar algumas dúvidas. Ele vai expor, nós vamos perguntar depois e, se não estivermos satisfeitos, a gente vai refazer.

Mas, antes já... É de um minuto... Ah, não; tem quatro, mas é preciso mostrar sim. Esse vídeo aqui é preciso mostrar sim! Ele não é de ontem nem de anteontem, mas ele é muito atual. É o vídeo nº 1. Aí, em seguida, chamamos o nosso convidado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Peço à Secretaria que conduza o Sr. Virgílio Viana para compor a mesa. *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

... depoimentos e em documentação apresentada à Comissão Parlamentar de Inquérito, houve diversas menções à Fundação Amazônia Sustentável sobre a atuação na Região Amazônica, referentes à utilização de recursos públicos recebidos pela FAS, de recursos de origem externa recebidos pela FAS, sua origem, legalidade e destinação, bem como das contas referentes ao emprego desses recursos. A gente está trazendo o superintendente para que possa nos esclarecer sobre isso.

O senhor está na presença... Aqui, Sr. Virgílio Viana, não é um tribunal de júri, não é julgamento, isso aqui não é inquisição, o senhor não é réu, não está sendo julgado, portanto, não vai ser julgado por nós. Claro que vai falar para o nosso Relator, os Senadores estarão atentos para fazer perguntas. Se não estiverem satisfeitos ao final, aí sim, a gente o convocará de volta para vir até aqui. Mas, por dever de ofício e uma questão minha, pessoal, eu quero deixar bem claro que aqui não é uma plateia europeia, aqui é uma plateia de amazônidas – Acre, Roraima, Pará...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... para o Estado do Rio Grande do Norte, mas nasceu no Acre... Acre e Amazonas. Portanto, somos conhecedores também da Amazônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Srs. Senadores, Sr. Relator, o Sr. Virgílio Viana, baseado no seu depoimento, trouxe uma apresentação de 40 minutos. A gente negociou para que fossem 30, porque, ao contrário dos outros, hoje ele receberá muitas perguntas e terá a oportunidade de esclarecer tudo que quiser.

Com a palavra, então, o Superintendente da Fundação Amazônia Sustentável, Sr. Virgílio Viana.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todas e a todos.

Queria saudar o Senador Márcio, o Senador Plínio, o Senador Petecão, que é um grande amigo, o Senador Beto e dizer da satisfação de participar desta sessão. Aceitei o convite que foi feito...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – O Senador Mecias aqui.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ah, o Senador Mecias, que eu não tive a honra de conhecer pessoalmente, mas acompanho o trabalho do senhor.

É uma oportunidade, a meu ver, muito importante e eu compareço a esta Casa com muito respeito, Senador Plínio, pelo Senado Federal. Creio que esse tema, do papel das ONGs, é algo em que é muito importante aprofundar.

Eu acompanhei, Senador, as sessões anteriores e acho que a gente vai poder contribuir nesta sessão com um olhar diferente. A gente vive num país democrático e eu tenho visões que não necessariamente são as mesmas daqueles que me antecederam aqui.

Fico feliz de o Senador Plínio ter assegurado um lugar de fala assemelhado ao que foi dado aos que participaram das sessões anteriores.

Eu vou começar fazendo uma pequena apresentação pessoal. Eu conheço algumas pessoas, mas não conheço alguns Senadores e imagino que a recíproca seja verdadeira.

Eu comecei a minha história na Amazônia quando tinha 16 anos. Na minha primeira viagem, eu era estudante do ensino médio, primeiro ano do ensino médio – na época a gente chamava de segundo grau –, quando, com mochila nas costas, eu e dois colegas fomos a Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Vilhena, depois Ji-Paraná, depois Porto Velho, descemos o Rio Madeira de barco até Manaus, de lá fui à Santarém e de Santarém fui pela Transamazônica até Marabá. Foi a minha primeira viagem, Senador Marcio.

Na minha segunda, eu tinha 16 anos e meio. Também de mochila, também com outros colegas, fui à São Luís, fui a Belém por terra, e Macapá. Conheci quase toda a Amazônia, não conheci o Acre naquela oportunidade nem Rondônia, mas acho que ali surgiu uma paixão pela Amazônia, e é isso que me motiva a minha vida inteira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu fiz engenharia florestal, eu fui o único da minha família que não estudou medicina ou direito. Meu pai era um grande jurista, foi diretor da Faculdade de Direito durante três mandatos, a Casa de Afonso Pena, muito tradicional faculdade de Direito de Minas Gerais. Minha mãe era médica, meu avô médico, mas eu saí do convencional e fui fazer engenharia florestal. E o meu primeiro estágio foi na Amazônia. Eu fui a Belterra, ou melhor dizendo, a Curuá-Una, Senador Beto, onde naquela ocasião a Sudam tinha uma ótima estação de pesquisa florestal. Da Sudam, a Clara Pandolfo, à época, era uma grande e notável técnica e liderança da Sudam.

E, depois, voltei, fiz o meu doutorado, fiz nos Estados Unidos, em Harvard. Tive o privilégio de estudar numa grande universidade e no trabalho de campo eu voltei à Amazônia, morei em Santarém, próximo a Santarém, Belterra, e, depois dali, voltei e comecei a fazer vários trabalhos no Acre à época. Temos, com o Senador Marcio, um amigo em comum. E tive a oportunidade de conhecer bastante o Acre. Eu fui a pé do Seringal Cachoeira até a divisa com a Bolívia, até o Espera-Ai. Depois tive a oportunidade de trabalhar um pouco no Amapá, trabalhar um pouco no Pará, depois no Amazonas.

Então, foi essa história de dedicação à causa. As pessoas, às vezes, me perguntam: "Por que você está aí, não está numa organização internacional ganhando muito mais ou numa empresa privada ganhando muito mais do que você ganha hoje na FAS?". Acho que é o amor à causa, e esse amor à causa não é só meu, são dos 143 colaboradores da FAS, que são muito engajados nessa história.

Então isso aqui é um preâmbulo para dizer um pouco do que antecede o que eu vou apresentar aqui. Eu queria solicitar uma pequena apresentação de PowerPoint.

Antes disso, eu vou só compartilhar aqui o São Francisco, sou devoto de São Francisco, e queria lembrar aqui uma oração de São Francisco que é: oh, Mestre, me permita que eu cuide mais, que onde houver erro, que eu leve a verdade; onde houver desesperança, que eu leve a esperança. Então é com esse espírito – viu, Senador?, sei que o senhor teve uma formação cristã também – que eu venho aqui trazer a verdade, porque, muitas vezes, agindo de boa-fé, as pessoas não têm acesso à informação e acabam fazendo uma interpretação que não corresponde à verdade. Então aqui eu venho com esse espírito franciscano.

A FAS tem 15 anos, a FAS é sediada em Manaus, e nós temos dois propósitos, Senador Petecão: contribuir para a melhoria da qualidade de vida; e promover a conservação ambiental. E aqui eu deixo um conceito que eu acho importante, não existe, Senador Plínio, na minha visão, o antagonismo entre conservar a floresta e gerar prosperidade. É possível ter prosperidade com a floresta em pé. Eu trago aqui o exemplo da Suécia, um dos países mais prósperos do mundo: 70% da cobertura da Suécia é florestal. É o país que tem os melhores indicadores de IDH, de expectativa de vida, etc., baseada numa economia florestal. Então eu acho que esse binômio floresta em pé e prosperidade é algo que nós devemos conjugar mais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A FAS, Senador Plínio, muitas vezes é interpretada de uma forma que não corresponde aos fatos: 76% dos nossos colaboradores são amazonenses; 60% dos superintendentes, dentro dos quais eu me incluo, são amazônidas – e eu me incluo como amazônida, Senador Beto Faro, porque eu recebi o título de cidadão amazonense da Assembleia Legislativa, recebi o título de cidadão de vários municípios no interior, de Humaitá, de Manicoré, de Manacapuru, então nós somos de alma amazônica –; 70% possuem nível superior; e 57 % são jovens.

Então, Senador Plínio, nós temos um orgulho de ter no nosso corpo egressos da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), da UEA, do Ifam e de tantas outras universidades que fazem parte do Amazonas. Então aqui a gente representa, de uma certa forma, esse conjunto de jovens, de profissionais da região que trabalham arduamente com essa agenda de levar o desenvolvimento sustentável às comunidades.

Esse eslaide mostra a estratégia de atuação nossa. Nós não trabalhamos só com a pesca, ou só com a agricultura, ou só com a educação. Nós trabalhamos com o que chamamos de uma abordagem sistêmica, ou seja, com tudo. São 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, do qual o Brasil é signatário, isso é da ONU, e isso está representado no círculo externo.

No círculo interno, são oito eixos temáticos, Senador Plínio, que são resultado de mais de mil oficinas de planejamento participativo. O Senador Petecão já participou comigo de oficinas no meio da floresta. E, no centro dessa estratégia, está a educação e a bioeconomia. Então, essa é a maneira conceitual com que nós organizamos o nosso trabalho.

Hoje nós chegamos a 802 comunidades, com cerca de 60 mil pessoas que são beneficiadas diretamente. Esse gráfico mostra a evolução da renda e a superação da pobreza. Cada coluna são diferentes territórios dentro do Amazonas. A linha azul é quando nós começamos o trabalho, em 2009. Em 2016, a linha amarela; em 2019, que foi o último levantamento e nós estamos repetindo este ano, nós triplicamos a renda, superamos essa linha vermelha pontilhada, que é a linha da pobreza extrema, ou seja, na média, nós conseguimos avançar com a geração de renda.

Então, o pessoal brinca, no Amazonas, que a FAS faz, a FAS não promete, a FAS realiza as ações. E esse gráfico mostra a evolução do número de oficinas que nós fizemos com uma média de 153 participantes; nós fizemos mais de mil oficinas dessas. E a lógica é a seguinte: não somos nós, em Manaus, que decidimos o que fazer, nós fazemos a partir das prioridades que são identificadas pelas próprias comunidades. Numa comunidade, é energia solar; na outra, é água potável. Essas são fotos de exemplos de oficinas dessa natureza. Nós temos uma equipe formada para isso, com uma tecnologia social, que já foi premiada nacional e internacionalmente, para a gente fazer essa pesquisa ou essa consulta de forma qualificada.

Este é um vídeo que... Talvez precise cutucar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Este é o Nelson Brito, Presidente da comunidade Santa Helena do Inglês – o Senador Plínio conhece bem o Rio Negro –, ali na região que está no limite entre Iranduba e Novo Airão. Ele é uma liderança comunitária, hoje próspera. Lá, naquela região, eles viviam da pesca que era feita com os barcos que vinham de fora. Hoje, a pesca é feita 100% por barcos dos comunitários.

Nós medimos, ao longo do nosso trabalho, de uma maneira muito profissional. E, aliás, eu aproveito para fazer um registro aqui, Senador: as ONGs, hoje, não são instituições que trabalham com voluntários, são instituições profissionais.

Então, nós usamos métricas para aferir o nosso trabalho de uma maneira profissional. E, ao longo desse período – 2011, 2015, 2019 –, nós fizemos a seguinte pergunta: que nota que um senhor comunitário dá para o trabalho da FAS? Nós começamos com 6,6 para os nossos funcionários e terminamos com 8,7; começamos com 7,4 e terminamos com 8,4, ou seja, nós temos uma avaliação muito boa. Não é nota 10, mas nós estamos perseguindo a nota 10, estamos caminhando nessa direção.

Um dos temas que surgiu nesta CPI foi a questão de origem dos recursos, se é nacional ou internacional. No caso da FAS, 85% dos nossos recursos são de origem nacional – esse é um tema que foi bastante debatido aqui.

Do ponto de vista público e privado, 80% dos recursos são de natureza privada. Nós recebemos recursos que são difíceis, e aproveito para fazer um registro aqui: não é que a gente recebe recursos que caem do céu porque a gente é simpático, é difícil conseguir isso.

Aliás, eu faço um outro registro importante: em países como os Estados Unidos, o sucesso é motivo de aplauso. Parece que o fato de nós termos tido sucesso em conquistar recursos é um demérito, na verdade isso é difícil, Senador. É difícil conseguir essa captação.

Hoje o mundo é competitivo. Conseguir aprovar um projeto no BNDES, no Fundo Amazônia, não é fácil. Não é fácil. Os técnicos do BNDES são extremamente profissionais, extremamente rigorosos. Eu digo isso porque nós já submetemos vários projetos ao BNDES, em alguns tivemos sucesso, em outros não tivemos sucesso, porque outros foram mais competentes do que nós.

Então, a gente vive em um mundo profissional que requer competência. E a FAS conseguiu, sim, recursos relevantes, mas eu gostaria, Senador, de oferecer uma perspectiva diferente: ao invés de achar que isso é um problema, olhar para isso como um mérito.

Felizmente, nossos amazônidas foram competentes o suficiente para conquistar esses recursos. Foram os jovens que nós empregamos na FAS, na Fundação Amazônia Sustentável, que tiveram a competência profissional de escrever projetos que venceram a concorrência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é essa a narrativa. Eu sugeriria que esta CPI olhasse o tema do sucesso como um mérito e não como um demérito, não como um problema.

Gastos na atividade-fim e atividade-meio. Atividade-fim é a ponta, o que chega lá na ponta. E aí eu queria fazer um registro também de que nós temos um apreço muito grande... *(Pausa.)*

... nós temos um apreço muito grande por métricas. Então, nós temos uma superintendente, que é uma amazônida, engenheira florestal formada na Ufam, a Michele, que cuida da curadoria de indicadores. Então, nós medimos tudo. Tudo. Nós medimos o que nós gastamos com a área-fim e com a área-meio – meio é administração, é comunicação, etc. Então, na média 23%, ou seja, pouco mais de três quartos dos recursos chegam às comunidades, porque uma das perguntas é: Onde foi parar, para onde vai o dinheiro? Vai para as comunidades; três quartos.

Nós gastamos um quarto na área meio porque nós precisamos ter prestação de contas, nós precisamos ter auditoria, nós precisamos ter as contas organizadas. Então, é um terço. É muito eficiente, muito mais eficiente, por exemplo, do que o gasto de instituições públicas, que têm um valor de gasto com pessoal muito maior.

Parcerias. Nós trabalhamos com o conceito de ecossistema de parceiros. São 344 parceiros com que nós trabalhamos. Alguns nos financiam, outros nos dão recursos, outros nos dão trabalho. Muitas vezes nós temos uma parceria com a prefeitura municipal, que fornece uma determinada coisa, e nós entramos com outra coisa. Por exemplo, construção de escolas. Nós fazemos várias construções de escolas em parceria com várias instituições. Então, o principal são empresas, instituições governamentais, outras organizações da sociedade civil, universidades, instituições internacionais, associações comunitárias, etc. Então, é uma aliança do bem.

E aí, eu gostaria também, Senador, de oferecer uma visão de que as ONGs são catalisadoras de alianças do bem. Muitas vezes se constrói uma teoria conspiratória, como se a gente fosse parte de uma coisa do mal. Na verdade, Senador, eu acho que o que nós temos é uma oportunidade de olhar as organizações não governamentais como gestoras, animadoras de alianças do bem, em prol de ações de interesse nacional.

E com relação a um outro tema, que é a prestação de contas, nós somos muito monitorados, muito acompanhados. Muitas vezes, Senador Petecão, é colocada a ideia de que as ONGs não têm controle. Eu acho que as ONGs têm muito controle. No caso específico nosso, nós temos uma administração e uma contabilidade profissional. Ela submete as nossas contas a uma auditoria independente, uma empresa contratada para esse fim. O parecer desta auditoria independente vai pro o conselho fiscal, que é composto por voluntários – inclusive, diretores do Conselho Regional de Contabilidade, Senador Plínio, do Amazonas, fazem parte voluntariamente do Conselho Fiscal da FAS. Nós temos esse privilégio de ter vários conselheiros que são voluntários. Então, no caso do conselho fiscal, temos quatro conselheiros e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselheiras, que são pessoas notáveis no ramo da contabilidade. Já tivemos vários conselheiros, que já cumpriram seus mandatos.

Com base no parecer do conselho fiscal, ouvida a auditoria independente, as prestações de contas vão pro conselho de administração, que tem 21 conselheiros, entre titulares e suplentes, que analisam essas prestações de contas e, após essa análise, aprovam ou não. Até hoje, foram mais de 30 auditorias e prestações de contas documentadas. São semestrais. São semestrais essas auditorias, e registro que elas são rigorosas, eles sorteiam despesas, analisam se o recibo, a nota fiscal está certa, etc.

Aprovado pelo conselho de administração, isso vai para o Ministério Público estadual. Uma fundação, como é o caso da FAS, é monitorada, acompanhada pelo Ministério Público estadual. Todas as prestações analisadas pelo Ministério Público da FAS foram aprovadas. Então, nós temos aprovação das auditorias independentes, do conselho fiscal, do conselho de administração e do Ministério Público.

Isso é registrado em cartório e, obviamente, torna-se, portanto, um documento de livre acesso e, além disso, nós publicamos no *site*. Várias das coisas que surgiram nesta CPI foram fruto do acesso que todos têm, os técnicos da CPI, às contas da fundação que estão disponíveis no *site*. Então, a transparência, Senador, é uma coisa que é parte do nosso etos, do nosso código de conduta e princípios de ética.

No caso de recursos que vêm de origem pública, então, a nossa administração presta conta às instituições. No caso do BNDES, por exemplo, que é uma instituição governamental, nós prestamos contas ao BNDES. E aí nós somos alcançados por quem? Pelo Tribunal de Contas da União; o TCU audita o BNDES e nos alcança. Então, nós tivemos auditorias do TCU e auditorias do TCE, que é o Tribunal de Contas do Amazonas.

Então, esse é o conjunto de instrumentos em que a FAS é monitorada e, felizmente, com muito orgulho, eu digo aqui, nem digo isso em nome da equipe da administração da FAS, que nós tivemos 100% de aprovação nas nossas contas.

Aqui são as fotos dos conselheiros fiscais: o Prof. Kassai, que é professor da FEA, da USP; a Joseny, que é Presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Região Norte; o Robson, que também é do Conselho Regional de Contabilidade no Amazonas; e a Prof. Yara, que é professora da Federal do Rio de Janeiro, com doutorado e tudo mais.

Bom, a nossa atividade está dividida em cinco programas: programa de prosperidade; programa de empreendedorismo – e sei que o Senador Marcio aí tem um apreço especial por este tema de negócios sustentáveis, não é Senador? –; o tema da sustentabilidade, educação para sustentabilidade; soluções inovadoras; e saúde na floresta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São cinco programas, e eu começo pelo programa de prosperidade – inclusive esse foi um tema em que, na visita que fiz ao Senador Marcio, ele ficou muito interessado: soluções para a geração de energia distribuída no meio das comunidades, sistemas isolados. E os Senadores que conhecem profundamente a realidade da Amazônia sabem da dificuldade de linhas de transmissão no meio da floresta. Nós, em parceria com várias empresas privadas, desenvolvemos um sistema de microgeração, de microgrid, que se chama, com baterias de lítio de última geração, fabricadas em Manaus, na Zona Franca de Manaus, com inversores, Senador, fabricados em Manaus também.

Nós só não temos ainda a placa solar, mas eu defendo – e aí eu deixo uma sugestão pra CPI – que encaminhe no âmbito do Senado instrumentos que possam atrair a indústria de placas solares, porque aí a gente tem a solução pra Amazônia. O caminho da prosperidade começa com a energia solar. E nós temos experiências concretas funcionando hoje, nós já estamos na terceira geração, Senador Chico, na terceira geração.

Nós começamos com baterias, que antigamente eram de caminhão, com aquele banco de baterias de caminhão. Agora, nós estamos com bateria de lítio, Senador Petecão, que são espetaculares. É a última geração. E energia 24 horas. E, agora, nós estamos entrando, nesse caso específico, na comunidade de Santa Helena, que eu conheço bem, na segunda etapa, que é ampliar essa geração de energia para colocar a indústria. Nós vamos botar a indústria do pescado. Com isso, o pescador, ao invés de vender a matrinxã e o jaraqui a R\$30, vai vender a R\$200. Por quê? Na entressafra, que são poucas semanas depois, o preço sai de R\$30 pra R\$200. O jaraqui é o peixe mais popular do nosso querido Amazonas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É o comedor de jaraqui aqui, não é, Senador? *(Risos.)*

E aí a gente... Acho que tem um outro videozinho aqui para ilustrar um pouco dessa história.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Falha no áudio.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Acho que cortou aqui.

Esse é o Emerson, é uma outra liderança importante. A gente tem lideranças muito boas no meio da floresta, capazes de articular uma visão de mundo muito relevante.

Quando a gente fala de prosperidade...

Parece que comeu um eslaide aqui. Perdeu-se um eslaide aqui no meio do caminho, mas tinha um eslaide de um cidadão carregando um cesto, um jamanxim de macaxeira e mandioca para fazer farinha nas costas.

Uma das coisas em que nós investimos bastante, Senador, e aí tem uma experiência muito rica, é a mecanização da produção e do transporte, porque carregar nas costas... O fardo é duro, e o jamanxim



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cheio de macaxeira e mandioca é duro. E aí nós não apenas usamos recursos do Fundo Amazônia para financiar esse tipo de atividade produtiva, mas nós agregamos uma tecnologia social que é extremamente relevante. Qual que é a tecnologia? É a gestão do bem. Ao invés de dar e virar as costas, antes de chegar a um implemento desses, Senador Plínio, nós fazemos uma oficina na comunidade para ver quem é que vai ser o responsável para gerir aquele microtrator; como que vai ser cobrado o uso do microtrator – porque cada um paga pelo uso do microtrator, porque esse trator vai furar o pneu, vai precisar trocar óleo, vai dar um problema.

Então, o que acontece, muitas vezes, é que as comunidades não têm esse trabalho, recebem o bem e esse bem logo, logo, está quebrado, está sucateado, etc.

Eu tive a oportunidade de visitar a calha do Madeira recentemente, Senador, e visitei um trator que tem 13 anos que a FAS comprou. Estava o trator impecável. E aí, o que tinha acontecido com esse trator? O gerente, o gestor do trator – voluntário, um rapaz da comunidade – tinha acabado de comprar um pneu novo. O trator estava até meio troncho, assim, meio "de banda", porque tinha conseguido comprar só um; mas já estava com dinheiro para comprar quase o segundo. E o trator estava em perfeitas condições.

Aqui é usado para transportar bananas, isso na calha do Madeira, que é outra coisa relevante.

A prosperidade, na nossa visão, tem que envolver não só a energia solar, não só o implemento. Ela tem que envolver também a questão da comunicação.

Nós fizemos, no início do nosso trabalho, a maior rede de rádios de comunicação, que servia para área de saúde, servia para área de educação, etc., 160 rádios. Agora nós estamos com mais de cem postos de conectividade com internet, Senador Chico.

Nós temos a Starlink – que foi uma tecnologia nova que chegou e que está funcionando de uma forma muito relevante – e nós estamos usando isso para telessaúde e para bancarização. Nós temos hoje várias agências bancárias, correspondentes bancários no meio da floresta.

Isso tem gerado uma prosperidade maravilhosa e eu podia discorrer aqui muito mais sobre isso, mas o tempo é pouco.

Está aqui a foto do jamanxim! Acabou entrando... Imagine uma dessa, meu parceiro! Imagine carregar isso quilômetros nas costas, atolando... Compara isso com aquela foto anterior do tratorzinho. Isso é uma coisa simples, parece óbvio, mas muda a vida das pessoas radicalmente.

Bajaras são canoas para a pesca do pirarucu. Nós investimos muito em bajaras e aí nós conseguimos enfrentar um tema sério: a maior parte da receita – 15% apenas fica com os pescadores... A maior parte da receita vai para os intermediários, o marreteiro, que paga R\$3, Senador, pelo quilo do Pirarucu, R\$3,50. A maior parte fica com os intermediários.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós fizemos? Nós investimos na cadeia produtiva. De novo, vai o tratorzinho ali ou a motinha, neste caso, é uma motinha que é ótima para levar o pirarucu dentro. Em vez de carregar o pirarucu nas costas, 100kg de pirarucu, 80kg de pirarucu, às vezes mais, isso vai na motinha.

Investimos em dezenas de barcos de transporte do pirarucu para que o pescador, em vez de vender para o marreteiro no Beiradão, possa vender, diretamente, na sede do município. Isso foi uma mudança enorme, essa desintermediação da cadeia produtiva, esse é o termo técnico.

Além disso, nós investimos muito em microindústrias. Isto aqui é uma pequena fabricante, em Novo Aripuanã, na calha do Rio Madeira, e esta é uma pequena fabricante em que a gente investiu com duas ou três bateadeiras de açaí e uma meia dúzia de *freezers*. Este microempresário deu um salto na sua renda e isso permitiu também agregar valor ao produtor de açaí, à produtora de açaí. A gente tem muitos exemplos disso. Se eu tivesse mais tempo, eu poderia falar muito disso e falar do guaraná, que a gente investiu bastante também no aumento da produtividade do guaraná.

(Soa a campanha.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Este aqui é um mapa das cadeias produtivas em que nós atuamos: o açaí, o artesanato, etc. Para cada cadeia produtiva dessa, nós temos uma publicação técnica sobre as lições aprendidas com guaraná, com cacau, com pirarucu, etc., e um vídeo. Isso está livre, está disponível para a internet, para órgãos públicos que trabalham com assistência técnica e extensão rural, para outras organizações da sociedade civil, para universidades, etc.

Na área de saneamento, nós temos, nisso também, um dos focos prioritários, a melhoria do acesso à água potável, que tem grande impacto sobre a saúde pública. Aqui está um exemplo de um poço artesiano com energia solar, caixa d'água e redistribuição. Isso mudou profundamente e tem um impacto enorme na vida das pessoas, do ponto de vista de saúde pública e do ponto de vista de conforto. Imagine uma senhora como essa que mora no Beiradão do Rio Aripuanã...

(Soa a campanha.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... tinha que descer uma escadaria enorme para fazer uso da água potável.

Eu sei que o meu tempo acabou. Eu queria só terminar com este último vídeo aqui, Senador, e aí vamos em frente. É o último vídeo e depois eu concluo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Bom, eu falei... Aqui tem um programa de empreendedorismo que, no ano passado, R\$5 milhões, 24 empreendimentos. Eu queria só concluir aqui com um tema que é o tema da educação. Depois eu acho que eu vou ter oportunidade de falar outras



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas, que o Senador falou. Mas eu queria deixar esta imagem: nós construímos nove *campi* no meio da floresta. Cada *campus* desse, universitário, que não é bem um *campus* no sentido tradicional, mas é uma invenção de um programa de educação apropriado para o meio da floresta.

Eu queria deixar essa CPI também com uma sugestão. Acho que os senhores que têm aí a prerrogativa de fazer emendas...

(Soa a campainha.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... parlamentares, um investimento numa estrutura dessa, que tem posto de saúde, escola, laboratório digital, alojamento para estudantes, casa do professor, laboratório multiuso no meio da floresta cria oportunidade de cursos técnicos. E nós temos vários cursos técnicos feitos em parceria com as escolas técnicas do Amazonas (Cetam) com a universidade estadual dentro da floresta. E isso, a meu ver, é o começo de uma mudança para a prosperidade.

E eu paro por aqui, em consideração ao tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Virgilio Viana. Terá oportunidade...

Nós fizemos inscrições já. Estão todos, inclusive você também eu já coloquei, mesmo sem pedir, tá? Estão todos inscritos aqui.

O Relator vai falar e depois é o Marcio, o Beto, o Styvenson, o Mecias, Petecão, o Chico.

Mas eu quero usar da prerrogativa de ser Presidente para falar uma coisa aqui.

Ele é devoto de São Francisco. Eu também o sou, inclusive no nome.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Eu também sou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Inclusive no nome. Mas ninguém é Francisco aqui. Só eu.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – O meu pai tem um...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas de Francisco aqui só eu. Então eu sou devoto tanto quanto.

Não posso perder a oportunidade da piada. Ele falou que a FAS faz. Já os que reclamam para mim dizem que a FAS faz de conta. Eu não posso perder a piada também nesse aspecto aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou convencido de que é um bom trabalho... Eu estaria convencido. Mas eu quero ficar convencido se o senhor me disser quanto, nesses 15 anos, a FAS arrecadou para fazer esse trabalho. Aí eu vou ficar satisfeito. Eu vou pegar o dinheiro captado e vou dividir com esse trabalho aí. Eu vou ficar satisfeito. Eu queria saber quantos milhões a FAS recebeu durante esses 15 anos, porque só num ano me parece que foram duzentos e poucos milhões. Então, para que eu me sinta convencido até o final da sessão, eu precisava saber quanto a FAS arrecadou nesses 15 anos. Repito: vou comparar com o trabalho, e aí vou ficar convencido ou não.

A gente tem dito muito aqui, Sr. Virgílio, que o trabalho que você está fazendo é bom, num universo grande. A gente tem dito que o índio não quer tutela. Se deixar o índio solto, olha só o que ele faz.

Por favor, eu queria o Vídeo nº 2.

Não precisa de tutela.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Isso aí reforça o que a gente tem dito: índio não precisa de tutela. Tem que dar liberdade para que ele, como foi dito aqui, com o fruto do seu trabalho, possa sustentar sua família. Aí tem ONGs que não permitem o turismo e não permitem estrada porque não fazem parte da cultura. Eu só mostro isso para dizer que, se tem fundações, se tem ONGs trabalhando bem, o índio não quer mais tutela. Deixem-no só, que ele vai fazer.

Essa ideia, essa sugestão das emendas parlamentares, Sr. Virgílio, a gente tem feito, muito, principalmente no Alto Rio Negro, onde me parece que a FAS ainda não chegou, que eles necessitam muito disso para lá.

E, por último, aproveitando e não abusando dos Senadores, eu queria, depois, que o senhor me falasse sobre esse convênio que está em via de ser executado, ou já foi, pelo qual o senhor vai receber R\$78 milhões do Governo da Alemanha exatamente para tratar, parece-me, de placas solares.

Eu reclamo porque, no meu entendimento, deveria ser o Governo do Amazonas, deveria ser a Secretaria do Meio Ambiente, o Instituto de Proteção Ambiental, mas não, foi para a fundação. Eu queria saber em que pé está essa situação.

E vou... Se o senhor quiser responder agora...

Gente, eu queria começar com o Senador Marcio, a palavra é do Relator, eu não queria, Beto, aquela assim: três blocos, aí passam nove perguntas, aí ele vai responder nove perguntas... Quer dizer, não fica muito dinâmico. Eu queria uma, e depois volta, entendeu? O Beto faria uma...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Falo de dinâmica. Eu digo que, se você fizer uma e ele responder, depois você volta. Então, vocês que decidem aqui. Eu só estou aqui coordenando.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só temo pelo nosso pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, mas eu acho, Beto, que o tempo fica... Três agora: você, Mecias e Styvenson. Três perguntas. Ficam nove para ele responder. Perde dinamismo. Então, assim que responder às minhas perguntas, Sr. Virgílio, passarei a palavra para o nosso Relator, Senador Marcio Bittar. Aí, sim, a gente vai ter que dar uma disciplina, tempo de resposta. A gente, normalmente, leva dois ou três minutos para responder.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para uma questão de ordem, o Senador Mecias.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim, passei para ele, sim. Já passei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, é só a minha, porque o Presidente tem essa prerrogativa. Depois, calar-me-ei.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Perdão.

Senador, sendo bem objetivo nos três minutos aqui, eu concordo...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Pode ir. Isso foi sem querer.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... com a fala do indígena que apareceu aqui dizendo que o turismo é bom e que o índio não quer tutela. Não tenho nenhuma objeção com relação a isso.

Com relação às emendas parlamentares, fico feliz que o senhor tenha sinalizado nessa direção.

Com relação ao que a FAS gastou, na verdade, eu construiria de outra forma. O quanto que a FAS conseguiu implementar. E ela conseguiu implementar fruto da competência em capitais e recursos. Não caíram do céu. Nós não somos uma instituição de governo, que recebe anualmente recursos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só uma colocação: não perguntei quanto gastou, não, perguntei quanto arrecadou em 15 anos.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – E ela também não arrecadou, ela conquistou, com base na sua competência, projetos num ambiente competitivo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quanto?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Quanto? O orçamento nosso está todo publicado no nosso *site*, todas as informações estão lá. Todas. Do ano 1 ao último ano. Todas. Nosso orçamento variou de R\$20 a R\$40 milhões, variou anualmente. E foram prestadas as contas, de todos os recursos foram as prestadas contas. Todos, todos, 100%.

E aí, Senador, eu queria registrar: essas coisas que nós vemos custam dinheiro. Fazer uma estrutura, um *campus* daquele, de educação, custa, mais ou menos, R\$3 milhões para construir, custa, mais ou menos, R\$300 mil, por ano, para manter. Nós temos nove, e todos funcionando, com manutenção etc., etc., etc.

Então, o recurso... eu diria até o seguinte: nós, quando somos auditados, os auditores se espantam com o tanto que a gente consegue fazer com o recurso de que dispomos. A nossa preocupação – e aí vem muito do nosso conselho –, é...

(Soa a campanha.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... uma preocupação de fazer mais com menos, a gente é espartano. A gente economiza, Senador Chico, a gente economiza com carona. A gente procura pegar carona com a nossa equipe, dividindo a gasolina com outra instituição, às vezes dividindo com a prefeitura, quer dizer, a gente reduz ao máximo o custo para que a gente possa sempre fazer mais com menos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Eu vou, então... Peço à assessoria que veja os balanços e multiplique por 15. Aí eu vou saber quanto a FAS conquistou nesses anos. E faltaram só os 78 milhões do convênio, em seguida.

Questão de ordem do Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – É porque ele precisa ser mais objetivo na resposta. Ele não respondeu a sua pergunta. Quanto, de fato? Quem é o gestor da FAS? É o senhor? Se o senhor é o gestor, o senhor tem que saber quanto arrecadou ou quanto conquistou, como o senhor prefere dizer? É uma pergunta simples.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu achei que eu tivesse dado essa resposta. O orçamento variou de R\$20 milhões, por ano, a 40 milhões, por ano. São 15 anos. Se fizemos uma média, 15 vezes 30, dão R\$ 400, em números grosseiros. Isso é um universo de tempo grande.

E com relação aos recursos da Alemanha, é com muita satisfação que eu venho aqui dizer que nós conquistamos isso numa competição internacional. Não caiu do céu. Nós estamos trazendo para o Amazonas e para o Pará, que são dois estados, recursos da Alemanha. Nós participamos de uma competição com treze instituições internacionais e, felizmente, fomos os ganhadores e vamos fazer a execução disso com a maior seriedade possível.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso Relator, o Senador Marcio Bittar; em seguida, o Senador Beto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Como Relator... Cabe, vamos dizer assim, mais à figura do Relator o estudo, a apuração, a dedicação e inclusive a priorização, dada a responsabilidade que o Presidente me conferiu.

Eu tenho aqui uma série de perguntas. Vou fazendo cada pergunta, e o convidado vai respondendo.

Eu quero ser bastante objetivo, para não perdermos tempo, mas apenas um comentário: acho que não tem no Congresso Nacional nenhum político que, chamado a prestar conta do seu trabalho, vamos dizer da Amazônia, não conseguiria fazer demonstrações, vídeos, testemunhos de pessoas aprovando o seu mandato, em que pese que isso talvez não tenha tirado a região que ele representa da miséria em que ela se encontra. Então, eu não tenho dúvida de boas intenções, mas existe um ditado que diz que de boas intenções o inferno está completamente cheio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é: o que é que se resolveu até agora para a Amazônia brasileira? Financiamentos de fora vinculados a ONGs brasileiras estão a serviço de quem? Eu sou do Acre, represento o Acre mais ou menos como a sua história, Virgílio: alguém que nasceu em São Paulo e completou o seu décimo ano de vida no Acre, terra da Ministra Marina Silva. A desconfiança desta CPI – isso não é escondido, isso é dito – é que, em nome das ações patrocinadas na ponta pelas ONGs, está um preço a ser pago por quem mora na Amazônia, que é o preço da abstinência sobre os recursos naturais.

As soluções... Eu me lembro de que o Acre foi governado por mais de 20 anos por esta mentalidade de que a floresta em pé vai render mais. E, depois de terem essa oportunidade, entregaram o Acre mais pobre e mais violento.

É evidente que, se você for pegar um nicho... Você pega lá uma comunidade não sei de onde, você vai ter lá agradecimento, tem lá alguma coisa funcionando. Mas, se isso for em função da paralisia ou da quase proibição das obras de infraestrutura e das mudanças na legislação que possam permitir que o povo da Amazônia utilize seus recursos naturais em potencial, é um preço caríssimo que a Amazônia brasileira está pagando. Mas não duvido de boas intenções e não duvido de que, nesse meio, como tem no Congresso, como tem em qualquer lugar...

Também não posso aceitar nunca a ideia de que, por ser ou por pegar o nome... Já dizia Fernando Henrique Cardoso que deveriam ser chamadas de organizações neogovernamentais e não organizações não governamentais, porque têm relação intrínseca com os Governos do Brasil, dos estados e até de fora do país. Mas é apenas para introdução.

Reforçar, Sr. Virgílio, aquilo que o nosso Presidente disse: você está aqui como convidado. Muito obrigado pela presteza de vir aqui, como convidado.

E claro que todos que nós estamos chamando... Inclusive, até para orientação do Beto, é comum nas CPIs que a gente convide todo mundo. E as pessoas estão vindo de boa vontade. É evidente que aqueles que porventura não quiserem e que a gente considere muito importantes, aí, sim, serão convocados, assim como aqueles que prestarem aqui o seu depoimento como convidados, e, caso sejam confrontados com dados e informações, inclusive as sigilosas que temos e que desmintam as afirmações, serão chamados de novo não como convidados, mas, sim, como convocados.

Mas iniciando, tentando ser bastante objetivo: houve participação de agentes públicos brasileiros ou de entidades governamentais brasileiras na fundação da FAS? Houve a participação de alguma organização internacional, governamental ou não, na fundação da FAS?

Essa é a primeira pergunta, Sr. Virgílio. Eu vou perguntando, o senhor vai, à vontade, respondendo.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Está ótimo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, primeiro, sobre o preâmbulo seu, eu só acrescento que nós não temos apenas boas intenções, nós temos métricas. Nós medimos isso, e não são histórias. A gente mede com muito rigor e a gente é auditado e avaliado independentemente sobre essas métricas.

E, sobre também o papel do Estado, eu sou da opinião de que nós devemos, sim, fortalecer o papel do Estado. E acho que a melhor vacina que a gente pode ter contra qualquer ameaça à nossa soberania é a presença do poder público. Eu acho que o aumento da violência na Amazônia... Eu acho que esta é a grande ameaça que eu vejo à soberania nacional: o avanço do crime organizado, do narcotráfico. Nós temos tido vários episódios de ameaça de morte de pessoas ligadas à FAS, funcionários da FAS, em função do narcotráfico. Então, eu acho... Eu defendo muito a posição de fortalecer o Estado.

Sobre a pergunta específica da participação de agentes e participação de pessoas de fora do Brasil, de agentes públicos... É isso?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Isso.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A FAS foi criada, teve uma autorização da Assembleia Legislativa específica, o Governo do estado foi um dos instituidores da FAS, em conjunto com atores privados. O senhor, inclusive, que tem uma posição liberal, é uma PPP, como se fosse uma parceria público-privada. Isso foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e não houve nenhuma participação internacional – zero, zero. A FAS é 100% nacional. E a gente tem muito orgulho disso – viu, Senador? –, de ser uma instituição que valoriza a inteligência nacional. Os colaboradores são... como eu mostrei aqui, mais de três quartos dos nossos colaboradores são amazonenses, nascidos no Amazonas, e outros tantos são amazonenses de coração, como é o meu caso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É, estava ali no eslaide.

A segunda pergunta é: de onde vieram os recursos para a constituição da fundação e quais foram esses recursos?

E vou emendar com uma terceira que faz parte: a FAS é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)? Sim ou não? Caso negativo, não há interesse da instituição em adquirir essa qualificação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A última pergunta: nós não somos Oscip. Estudamos a possibilidade de ser Oscip, não nos pareceu, segundo a nossa assessoria jurídica, apropriada. E nós somos uma instituição de interesse público, outorgada nos termos da lei.

Com relação aos recursos, nós tivemos a instituição da FAS com duas doações: uma doação do Governo do estado e uma doação do Bradesco; posteriormente tivemos uma terceira doação da Coca-Cola e uma outra doação da Samsung. Foram as empresas... Isso tudo está disponível no nosso *site*. Toda a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa história, 100% da nossa história, 100% está disponível no nosso *site*. E, além disso, temos também um livro – como o senhor me conhece, venho um pouco da área acadêmica, então tenho um pouco de hábito de escrever –, escrevemos um livro de dez anos da história da FAS, quando completamos dez anos, hoje temos quinze, que conta essa história bem em pormenores. Então, é um livro aberto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Como a FAS se relaciona com outras ONGs? Existe uma rede formal ou informal de ONGs? Basicamente na Amazônia, porque isso é uma correlação de assuntos – e me parece que outras tantas ONGs também se debruçam sobre essa mesma temática.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio, o Senador Styvenson quer fazer uma observação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Eu fiquei aguardando, Marcio Bittar, a resposta dele do capital inicial.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Valor total?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não. Do inicial. Do inicial da formação da FAS.

Eu poderia estender a pergunta do senhor sobre se ele fez parte da constituição da FAS...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Lá atrás.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Senador, acho que eu tinha sido claro. Foram 20 milhões de uma doação do Governo do estado, 20 milhões de uma doação do Bradesco e depois... Isso no início. Depois, logo em seguida, houve uma terceira da Coca-Cola e uma outra da Samsung. Então, esse foi o capital inicial da fundação. Isso foi o que constituiu a fundação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Não. O senhor fez parte? O senhor que teve a ideia? O senhor que gerou?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. A criação da fundação, a criação da FAS foi feita à época pelo Governador Eduardo Braga, representando o Governo do estado, que era o titular, Governador à época. Nós estamos no sexto Governador. E aproveito para dizer que muitas vezes as pessoas atribuem ao fato de o Governador Eduardo Braga ter criado a FAS como se a FAS fosse algo, tivesse um copartidário. Nós estamos no sexto. Depois tivemos o Senador Omar Aziz, com quem nós temos um ótimo relacionamento. Depois, o Senador José Melo. Depois, teve um *impeachment*. Enfim, nós estamos no sexto Governador. A gente é totalmente, Senador, não partidário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – O senhor está desde o início?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu estou desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, acho que essa... não é confusão, esse mal-entendido é porque ele era Secretário do Meio Ambiente; aí ele saiu, deixou de ser secretário para ir fundar a fundação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Do Governo do Amazonas?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Do Governo do estado. Ele era o Secretário do Meio Ambiente lá. Daí, ele abdicou para ir criar a fundação, por isso que tem essas informações assim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – As investigações da CPI descobriram que a Ministra Marina Silva, assim como alguns dos secretários dela, vários deles, como João Paulo Capobianco, que é o Secretário-Executivo do Ministério, têm estreita ligação com ONGs. A própria Ministra inclusive faz parte do Conselho Honorário do Ipam. Em vista disso, qual a opinião de V. Sa. a respeito da participação de agentes públicos e de agentes políticos em organizações não governamentais que possuem contratos com o Estado brasileiro?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Bom, eu não sei os detalhes de cada uma dessas pessoas que foram mencionadas, não sei se fazem ou não fazem, então fica difícil pra mim – viu, Senador ? – emitir uma opinião.

Do ponto de vista conceitual... Então, não vou falar de uma maneira particularizada, porque eu não sei da situação de cada uma dessas pessoas. Mas de uma maneira conceitual, eu acredito o seguinte: as pessoas que ingressam no governo são oriundas de um determinado segmento da sociedade. Então, o Presidente do Banco Central, por exemplo, vem do mercado financeiro. Muito possivelmente ele voltará para o mercado financeiro. O Ministro da Agricultura tende a vir do ramo do agronegócio e muitas vezes vai voltar para esse ramo.

Então, eu acredito que quem está na área de meio ambiente trabalhava antes com meio ambiente e deve voltar a trabalhar com meio ambiente. Eu não vejo, em tese, nenhum problema disso.

Essa circular entre a sociedade e o governo é natural, mas eu volto a dizer: não tenho elementos para fazer um juízo de valor sobre os casos específicos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Mas o senhor não acha estranho? Porque, no caso, inclusive, de instituições financeiras e cargos importantes, você tem uma quarentena da pessoa sair de lá e...

Vamos pegar de novo o caso do ministério. Claro que não invoca aqui a sua fundação, a fundação da qual V. Sa. faz parte, mas é uma pergunta de alguém que está no meio.

Capobianco, por exemplo, foi um dos fundadores do ISA. Aí vai para o Ministério do Meio Ambiente. O ISA, inclusive, captou R\$134 ou R\$137 milhões em dois anos e que acaba de participar – influência, pessoas do ISA – dentro do novo censo brasileiro, uma política absolutamente nacional de levantamento de dados. E, claro, vai para o Governo, até porque não é nem uma questão própria, e tem que se desligar. E vai para o Governo. Quando termina o Governo, volta para a ONG.

Não é estranho? Não lhe parece estranho – é essa a pergunta – que pessoas de ONGs vão para o Governo, saiam do Governo, voltem para a ONG? Qual é a inquietação? Você participa da elaboração de política pública, como é o caso do Ministério do Meio Ambiente, como é o caso do BNDES, que também tem participação de ONGs, e depois a ONG de que você faz parte, de que vai voltar a fazer parte, vai receber benefício da elaboração do plano que você ajudou a fazer no Governo. Não lhe parece um pouco estranha essa relação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Senador, eu...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Só para confirmar, no caso específico...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu volto a dizer: eu não tenho elementos pra falar das pessoas. Seria leviano da minha parte fazer um juízo de valor de pessoas porque eu não tenho os detalhes de cada um.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Mas essa relação...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Mas, do ponto de vista conceitual, eu acredito que a gente tenha que olhar principalmente para o setor da economia. Eu acho que os gestores públicos que ocupam cargos no Ministério da Economia, no Banco Central, etc., e voltam para o sistema financeiro... Eu acho que isso é algo que a gente tem que olhar com muito cuidado. Mas olhar em todos. E eu acho que o senhor está certo: em tese, a gente deve ter uma preocupação muito grande para evitar que ocorram malfeitos. E eu acredito que a ética seja um tema muito importante.

Então, eu volto a dizer, eu posso dar a opinião apenas do ponto de vista conceitual. Acho que o tema é mais grave no mercado financeiro. Eu não vou citar nomes de pessoas para também não cometer nenhuma injustiça, mas tem muitos casos na história de pessoas que transitaram no mundo do Banco Central, do Ministério da Economia, etc. e que depois voltaram ao mercado financeiro. E isso eu acho...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse é talvez muito mais grave – muito mais grave – do que o que ocorre na área ambiental, que normalmente mexe com pouco recurso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

Acho interessante, na sua explanação agora, nesse último momento, dizer que acha mais grave. Eu subentendo que, com toda a ressalva, V. Sa. está dizendo que acha grave, também no Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, ou no BNDES, por exemplo, que haja essa transação de ONG que vai com membros para lá, que voltam para as suas ONGs, que elaboram políticas públicas, decidem para onde vai gastar o dinheiro e depois as próprias ONGs recebem. Então, quando V. Sa. diz que é muito mais grave – e reforçou isso agora ao final – quando é relacionado aos agentes financeiros, Banco Central, etc., Ministro da Economia, fica subentendido que acha grave também, em menor escala, a outra questão.

Só queria deixar registrado que o Ministério do Meio Ambiente influencia a política brasileira financeira monumentalmente. Basta ver, agora, o último caso do Governo eleito e empossado, que quis tirar petróleo da costa do Amapá, 500km da foz do Amazonas, 175km da beira-mar. Até aquele momento, foi proibido. Vai resolver, mas ela interfere diretamente. É uma usina hidroelétrica. Para ser implantada, passa pelo Ministério do Meio Ambiente e deve tirar... Mas ela influencia na economia brasileira sobremaneira. As duas últimas hidroelétricas construídas na Amazônia foram quase sete anos para licenciamento ambiental.

Bem, dando sequência: qual é a relação da FAS com as universidades públicas? Existem professores das instituições que atuam nas fileiras da FAS? Caso positivo, os professores recebem por essa atuação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A resposta é sim.

Nós temos três representantes do nosso Conselho de Administração que são oriundos da área acadêmica. Nós temos quatro segmentos: representantes do mundo empresarial; representantes do mundo acadêmico; representantes de Governo; e representantes da sociedade civil.

Com isso, a gente procura ter, como fundação de interesse público, uma visão plural dos temas que tratamos.

Todos trabalham voluntariamente, não têm nenhuma remuneração.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Nem direta nem indireta?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nem direta... Se tem uma reunião, tem uma passagem aérea. Não tem nenhum jetom, nenhuma remuneração específica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos relações de parceria com as universidades. Por exemplo, nós temos uma relação muito rica com a Universidade Federal do Amazonas, onde nós colaboramos com um programa da área ambiental deles. Isso envolve bolsas etc. e tal.

Temos também, com a Universidade do Estado do Amazonas, um curso de Pedagogia que é feito numa dessas estruturas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Nesse caso, pode haver bolsas?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nesse caso, é bolsa. Mas nós nem damos bolsas aos professores. Damos uma ajuda de custo aos alunos, aos estudantes, porque a pessoa tem que viajar, enfim. É um apoio muito direto para a atividade. Mas remuneração, salário, se o espírito da pergunta é esse, é zero.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Nem direto, nem indireto.

Nessa mesma linha, a FAS costuma bancar cursos ou formação no Brasil ou no exterior? Caso positivo, quem são as pessoas que podem ser custeadas pela FAS? Funcionários, associados, beneficiados, servidores públicos?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. Nós não temos um programa de bolsas.

A Fapeam, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, concede bolsas. O CNPq concede bolsas.

Nós não temos essa política de concessão de bolsas nesse espírito, não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Existem servidores públicos que atuam na FAS?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Apenas, como eu mencionei anteriormente, nos conselhos. A gente tem Conselho de Administração, Conselho Fiscal. E todos esses que atuam são voluntários.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Também não são remunerados.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Também não são remunerados.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – De forma direta ou indireta, não são remunerados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe algum indivíduo que navegue entre a FAS e entes governamentais – um pouco daquilo que a gente falou lá atrás sobre a pergunta do Ministério do Meio ambiente –, isto é, que ora exerce cargo público, ora exerce cargo na FAS?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olhe, nós temos uma rotatividade de pessoal, então... Nós temos 143 colaboradores hoje. Isso varia, um pouco mais, um pouco menos, ao longo do tempo. E as pessoas estão no mercado. Então, eu não poderia dizer se tem algum ex-funcionário, se foi, se não foi. A gente sempre tem uma mobilidade.

E é bem provável que sim, que a gente tenha colaboradores que saíram da FAS e que estejam ocupando cargos no Governo, e vice-versa, pessoas que tenham saído do Governo. Outro dia mesmo, teve uma oportunidade, nós fizemos um edital. A gente sempre contrata, Senador, por meio de edital. A gente publica isso no Instagram e nessas mídias sociais. E nós tivemos outro dia uma contratação de uma pessoa que estava num cargo de confiança. A pessoa se candidatou, tinha um bom currículo, etc., e foi. Não vejo nenhum problema nisso porque, enfim... Eu acho que a gente trata com muita seriedade e profissionalismo esse tema de contratação de pessoal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k. É possível. Inclusive, o Senador Plínio está passando a matéria, o Eduardo Costa Taveira...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É só pra colaborar com aquilo que você estava falando, dessa relação promíscua que existe entre ONGs e instituições...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O escolhido para Secretário do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Secretário atual do meio ambiente era Superintendente da FAS. Só como informação.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse é um ótimo exemplo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Claro, porque aí ele facilita naquele convênio de 78 milhões, abrindo mão. É legal isso, eu acho interessante isso.

Pode continuar falando.

É como eu disse, a plateia aqui não é de CEOs, europeia, aqui tem muito amazônica.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Se eu puder responder, a pessoa que foi mencionada aqui, Eduardo Taveira, era Secretário de Ciência e Tecnologia, saiu da posição, estava disponível no mercado, abrimos uma vaga e ele se candidatou. Foi selecionado. Atuou na FAS, como funcionário, durante alguns anos, e depois foi convidado pelo Governador Wilson Lima que, até pensando do ponto de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista partidário, é adversário do Eduardo Braga, que foi quem participou da criação, e foi convidado pra ocupar um cargo pelos seus méritos. E eu não vejo nenhum problema – nenhum problema. E não houve nenhum tipo – nenhum tipo – de influência, de favorecimento que ele fez.

Então, eu volto a dar outros exemplos. Podia dar muitos outros exemplos de pessoas que estavam, volto a fazer analogia com o mundo financeiro, num determinado banco e foram pro Governo...

Agora, desde que a gente tenha uma relação pautada pela ética – e é isso Senador Bittar, e Senador Plínio, que nos move... Nós não... Se a gente quiser construir uma narrativa conspiratória, é possível. É possível construir, mas, do ponto de vista fático, nós não temos... O exemplo do recurso da Alemanha, isso foi uma competição internacional. Não é que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Nós vamos chegar lá...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só pra registrar, o que me encanta é que, normalmente, para essas funções, só quem está em ONG é que tem competência. Quem está fora do mercado não tem.

Então, que existe essa relação, existe sim. Pode ser até que não exista na FAS? Foi uma coincidência o Taveira ser o escolhido... Porque eu não acredito em coincidência quando se trata de dinheiro envolvido, de financiamento internacional, mas o superintendente está dizendo e a gente tem que ouvir o que ele está dizendo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bom, eu prefiro ficar com aquela afirmação... Vou guardar sempre aquela fala, dizendo que, do mundo financeiro, é mais grave ainda, porque, repito, ela subentende que V. Sa. acha, sim, que é grave. Acaba, por consequência, essa relação, como o caso que eu citei do Ministério do Meio Ambiente, e, no caso da FAS, V. Sa. já foi Secretário Estadual do Meio Ambiente e um dos fundadores da FAS, não naquele momento da fundação, e agora um outro que serviu à FAS volta a ocupar a pasta do Ministério do Meio Ambiente. O.k. E aí é juízo de valor de cada um.

A FAS possui... Voltando às perguntas, a FAS possui algum mecanismo de *compliance*? Acho que já estava respondido na apresentação, mas é mais uma oportunidade. Se, sim, se o senhor poderia encaminhar as diretrizes para esta Comissão.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu queria só corrigir um lapso de linguagem, porque talvez eu tenha me feito entender de forma equivocada. Quando eu falei "mais grave", eu não estava reconhecendo que era grave o outro. Foi lapso de linguagem, viu, Senador? Peço que corrija a interpretação, porque eu estava fazendo analogia que o setor financeiro, a meu ver, me chama a atenção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é que o outro, o setor ambiental, seja grave, e o outro mais grave. Foi lapso de linguagem. Eu peço que corrija isso nos apontamentos aqui da relatoria.

Com relação às regras de *compliance*, temos, sim. Elas estão todas publicadas no nosso *site*. Com o maior prazer, se o senhor solicitar coisas que não estejam disponíveis no nosso *site*, terei o maior prazer em compartilhar, por uma razão muito simples, viu, Senador? A FAS consegue acessar recursos competitivamente. E, se nós não tivermos os mais elevados padrões de ética e de rigor na prestação de contas, nós não vamos conseguir sucesso nisso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – As empresas privadas que nos apoiam olham para a FAS do ponto de vista da sua idoneidade, da sua seriedade. E não é por acaso que nós conseguimos sucesso, é exatamente pelo rigor com que tratamos...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k. Vamos...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... o dinheiro público e privado que recebemos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k. Vou procurar ser mais objetivo para que V. Sa. também seja.

Acho apenas estranho a reiterada fala, agora o senhor corrigiu, de dizer que acha gravíssimo alguém do setor financeiro ir para o Banco Central, por exemplo, depois sair de lá, voltar, e agora não acha que seja a mesma regra aplicada para pessoas que estão em ONGs, vão para Ministério do Meio Ambiente, vão para o BNDES, saem de lá, voltam para as ONGs. Como eu já disse, o Ministério do Meio Ambiente impacta a economia violentamente. A ação que ela tem é absolutamente vinculada à economia.

Mas, enfim, vamos seguir.

A FAS recebe recursos externos. Portanto, qual a influência estrangeira de atores internacionais na escolha ou modelagem dos projetos?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nenhuma. Nenhuma. Toda a concepção dos projetos que nós temos internacionais foi feita pelos nossos colaboradores. Nós apresentamos isso aos financiadores internacionais, às vezes temos sucesso, às vezes não temos sucesso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Então, de uma maneira bem objetiva, nós somos muito orgulhosos em sermos uma instituição 100% nacional, com inteligência nacional e com capacidade de formulação de projetos em casa. É assim que a gente faz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – A FAS divulga que os projetos já possibilitaram aumento de 200%, 202% para ser mais preciso, na renda das famílias atendidas. Qual o valor nominal disso? Aumentou de quanto para quanto a renda média?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olha, está num gráfico que eu apresentei e deixo essa apresentação para entrar nos autos aqui. *Grosso modo*, nós triplicamos a renda, o valor *per capita*, salvo engano meu da apresentação, era 990 por mês *per capita*.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Chegou a 990?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É, chegou a 990, nesse último levantamento que foi de 2019. Então, nós estamos repetindo essa pesquisa e nós repetimos isso com a mesma metodologia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Então, que fique registrado que a lembrança aponta para que, nos dias atuais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso *per capita*; por pessoa...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Por pessoa.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... não por família.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – São quantas pessoas atendidas? Sessenta mil?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sessenta mil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sessenta mil?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A R\$990 por mês?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Vou fazer o cálculo aqui.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Agora, Senador, tem que fazer uma observação de que o cálculo de renda *per capita*, para a nossa realidade, é apenas um indicador parcial, porque temos uma economia do jaraqui e da farinha que não é contabilizada. Então, essa é a renda monetária; é diferente da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renda econômica. Quando a gente fala da renda de um assalariado, por exemplo, aqui de um funcionário do Senado, ele é um assalariado; então, 100% da renda dele é aquele contracheque. No nosso caso, tem não só a farinha, não só o peixe, mas tem as frutas, etc. Então, é um indicador limitado do ponto de vista de prosperidade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Continuando, há informação de que o seu rendimento mensal – pode estar certo ou errado – é de cerca de R\$100 mil mensais. Essa informação procede? Se não, qual o valor do seu rendimento mensal somados benefícios diretos e indiretos?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Gostaria que fosse verdade, viu, Senador? (*Risos.*)

Não sei de onde veio essa informação; foi até divulgada numa outra sessão, mas, infelizmente, não é.

Antes disso, de responder essa pergunta, eu queria fazer um registro de que nós temos um corpo profissional na fundação, nós trabalhamos com valores de mercado, porque, se nós não tivermos uma remuneração apropriada, nós perdemos colaboradores para outras instituições.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu estou lhe dando a oportunidade de dizer quanto é.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, então, no meu caso, que tenho mestrado, doutorado, 40 anos de trabalho, etc., nós fizemos uma pesquisa, e o valor está abaixo do teto do mercado, está dentro da média do mercado. Isso é uma pesquisa pública que pode ser encontrada na internet. Eu não tenho nenhum problema em compartilhar o valor do meu salário, só me reservo o direito de não fazer isso publicamente, porque nós estamos em uma sessão aqui em que não só temos os presentes, mas isso está na internet, está no YouTube; tem, não sei, centenas ou milhares de pessoas. Então, eu terei maior prazer em protocolar amanhã o valor do meu salário, não tem nenhum problema.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – E, se for possível, então, já que V. Sa. se comprometeu, que pudesse, no mesmo documento, disponibilizar todos os dados dos pagamentos dos diretores e dos conselheiros para esta CPI. O.k.?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não tem nenhum problema.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – No exercício de 2022, a entidade teve receita de 28 milhões, arredondando, com parcerias, contribuições e fundos. Os doadores estão discriminados. Entre eles, há vários doadores estrangeiros, como a Embaixada da França no Brasil, a P&G, a Times Foundation, Google da Caridade, a Swarovski, entre outros. Quais as condições impostas por esses doadores a respeito da aplicação dos valores e como ingressaram no Brasil os valores recebidos desses entes internacionais?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Bom, eu faço primeiro uma observação conceitual.

Eu tenho uma visão diferente daqueles que me antecederam nos depoimentos desta CPI.

Eu acho que a cooperação internacional não é a conspiração internacional. Eu acho que a cooperação internacional é muito positiva.

Eu queria aqui lembrar um saudoso e notável pensador amazônida – o Senador Plínio seguramente o conhece –, o Senador Samuel Benchimol – Senador não: Prof. Samuel Benchimol –, que defendia, na década de 50, que o mundo pagasse à Amazônia pelos serviços ecossistêmicos que a Amazônia gera – não usava o termo "serviços ecossistêmicos", porque na época não tinha, mas o conceito era esse.

Então, eu defendo um olhar diferente sobre a cooperação internacional, sobre o que foi mencionado nas sessões anteriores. Eu acho que a cooperação internacional é positiva. O Brasil deve, sim, receber recursos para ajudar na conservação da Amazônia. Isso é positivo.

E, em resposta bem direta à sua pergunta, toda elaboração de projetos feita por nós tem origem na nossa formulação. Não é uma imposição dos doadores – porque eu acho que o teor da pergunta vai um pouco nessa direção. Nós não somos pautados por eles. Somos nós que apresentamos, em função daquelas oficinas de planejamento participativo que eu ilustrei na minha apresentação; as prioridades vêm de lá, e, a partir disso, nós formulamos projetos. Claro que às vezes temos sucesso, às vezes não temos sucesso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Os valores são repassados diretamente para a FAS?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, e seguimos todas as regras vigentes do Brasil. Então, tudo isso é feito à luz do dia...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – São registrados no Banco Central.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tudo registrado, à luz do dia, sem nada, nada... Seguimos as regras de contabilidade que o Conselho Federal de Contabilidade, as auditorias semestrais analisam tudo isso, tudo está dentro do rigor...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Portanto, não há nenhum problema, e V. Sa. pode fornecer a esta CPI os contratos com esses entes internacionais e os registros do Banco Central. Correto?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não tem nenhum problema.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a não ser pautado, eu acho que existem duas formas de serem pautadas – e eu não quero dizer que a FAS... Não estou afirmando que a FAS se enquadra em nenhuma das duas. Uma forma de ser pautada é quando o ente que vai financiar condiciona; a outra forma de ser pautada é quando a ONG sabe que, para alcançar o financiamento de um banco alemão, ela vai ter que apresentar um cardápio de propostas. Eu entendo que, se eu apresentar para a Alemanha uma proposta de ela ajudar a financiar o asfaltamento da 319, ela não vai aceitar. Então, repito: não estou dizendo que a FAS se enquadra em uma ou outra, mas apenas comentando que há duas formas de ser pautado: uma, diretamente; a outra é quando você sabe que você tem que fazer um projeto de uma certa agenda, porque, senão, ela não terá financiamento desses organismos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, você me permite aí?

A Alemanha, para enfrentar a crise energética, acaba de liberar o carvão. É estranho que, para eles, o carvão resolva, e, para nós, tenha que ser energia solar. Causa estranheza no valor e no objetivo.

Neste momento, a Alemanha abriu suas minas de carvão natural, que é o maior poluidor do planeta, e, no Brasil, está dando dinheiro para que a gente resolva o nosso problema com energia solar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Cortei aqui algumas perguntas, pra dar oportunidade para os colegas também, mas vamos lá, ainda nessa linha: por que os doadores internacionais precisam de vocês como intermediários? Não sairia mais barato doar aos governos para atender à população sofrida?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse é um tema muito interessante, viu, Senador? Eu tive, como o senhor mesmo relatou, oportunidade de servir ao Governo do estado. Eu tenho certeza de que uma das grandes pautas do Legislativo brasileiro é a reforma administrativa. O poder público tem que se modernizar; é lento, é burocrático, a gente compra mais caro, e a grande vantagem das organizações do terceiro setor é a eficiência, gastam menos. A comparação que faço entre o cargo que ocupo e quando eu estive no governo é que a gente é muito mais rápido e consegue fazer as coisas com menos custo. Esse é o ponto. Então, se fosse dar uma contribuição aos Senadores aqui, eu diria que a reforma administrativa é muito importante pra que a gente ganhe eficiência na gestão pública. E é por causa dessa maior eficiência que nós conseguimos conquistar esses recursos internacionais. E, volto a dizer, isso não veio de Papai Noel, isso foi fruto de competência.

Então, acho que a gente deveria olhar para essas conquistas internacionais com orgulho. Felizmente, nós temos uma instituição na Amazônia que conseguiu competir internacionalmente com outros e ganhamos no mérito.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bom, são visões. Claro que cada um tem o direito de ter a sua. De fato, acho que todos concordamos que o setor público



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro é moroso, é lento, e me chama a atenção que, quando a gente quer fazer uma reforma administrativa, você tem organizações muito poderosas, que eu diria que são minorias, que impõem seu ponto de vista, porque são organizadas, são instrumentos poderosos, financiados e trabalham contra. Inclusive, eu me lembro da época em que nós estávamos tendo aqui a possibilidade da reforma administrativa, e não se viu o apoio das ONGs que atuam, por exemplo, no Brasil e particularmente na Amazônia, defendendo a reforma administrativa, que poderia, sim, agilizar um setor que é extremamente burocrático. Em compensação, eles passam por eleição. O poder público, de três esferas, tem eleição, tem período de mandato, passa por fiscalizações rigorosíssimas de tribunais de contas do estado, da União, dos Ministérios Públicos estadual e Federal, e isso é muito mais suave quando se trata de organizações não governamentais.

Vamos para o Fundo da Amazônia.

O que o senhor acha da Noruega? Por isso que disse que vimos chegar mais tarde... Eu tenho esta fala de muitas pessoas: que o capital externo é bem-vindo e isso deveria ser comemorado, desde que... – tem que ter uma vírgula, nessa frase: desde que ele atenda ao interesse nacional. Quando você levanta algumas questões e identifica a hipocrisia dos financiadores, talvez isso aponte uma pista do interesse verdadeiro de quem está financiando. Então, do Fundo Amazônia, mais de 90%, são financiados pela Noruega, que é o maior doador. Não é contraditório financiar – a Noruega, através do Fundo da Amazônia – projetos em países em desenvolvimento para deter a exploração de riquezas e, ao mesmo tempo, viver de exploração de petróleo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olha, de novo a gente tem diferentes visões de mundo. E saúdo este espaço como um espaço democrático para a gente contrapor diferentes visões. Eu sou da opinião de que a cooperação internacional com países como a Noruega é do interesse nacional. O que é contra o interesse nacional é destruir a Amazônia e afetar o regime de chuvas no Brasil.

Aproveito para deixar também uma sugestão, Senador Chico, aqui, para esta CPI: que seja convidado um cientista do clima que faça parte do IPCC. Houve um depoimento aqui, e eu tenho a obrigação moral de fazer isso, fazer esse registro. Eu sou membro da Pontifícia Academia de Ciências do Vaticano e acompanho esse tema das mudanças climáticas com bastante profundidade. Eu acho que seria importante trazer um professor de uma grande universidade brasileira que possa fazer um contraponto em relação ao que foi dito. Com todo o devido respeito ao Molion, ele não representa o pensamento...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – V. Sa., com todo o respeito... Olha, com todo o respeito digo eu. Me perdoe por interromper, mas é necessário. Não foi essa a pergunta.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, mas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não foi essa a pergunta.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... eu vou chegar lá.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não, não foi essa a pergunta. A pergunta foi simples: a Noruega é a financiadora número 1 do Fundo Amazônia; 90% dele ela que financia. Para mim, é claro qual é o interesse da Noruega: é disputa de mercado traduzida em preocupação ambiental.

A pergunta foi: não acha estranho que um país que vive de petróleo e gás, que agora mandou perfurar mais ainda, se ligue, no Brasil, a causas ambientais? Se é ela que utiliza... Cinquenta e um por cento do PIB da Noruega são petróleo e gás. Não acha que é uma contradição?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olha...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Ou qualquer dinheiro que venha é legal?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, deixa eu traduzir: o que a FAS fez com os 50 milhões que recebeu do Fundo Amazônia?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A resposta, Senador Plínio, eu acho que eu dei naquela apresentação que fiz e deixei...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, eu não soube ler nem ver, porque eu queria saber: os 50 milhões... Eu, por exemplo, dou emendas parlamentares, sei que foi de 5 milhões, de 3 milhões, de 1,5 milhão, 300 mil. Eu sei dizer as emendas que eu destino.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria ver, por uma questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – ... como a gente vai proceder, porque eu sei que todo mundo tem vontade, você tem oportunidade de falar em vários momentos. Eu estou como segundo inscrito aqui para poder fazer... Tem agendas e agendas, e eu queria ver se a gente determinava inclusive essa questão, porque, se cada um for... Se o Relator falar, e o Presidente replicar em tudo, a gente não termina nunca.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu estou tentando ajudar, cortando várias perguntas, porque eu acho que já foram respondidas, mas ainda temos algumas importantes. É um roteiro.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Eu queria responder, então, à pergunta da Noruega.

A Noruega, Senador, tem um fundo soberano, que foi, sim, o senhor está correto em dizer que esse fundo foi alimentado com recursos derivados da indústria do petróleo. Eles são grandes exportadores.

Eles têm um programa, que é fruto de pressão da sociedade civil sobre o Parlamento, sobre florestas tropicais. Então, não é só a Amazônia; eles têm um programa que apoia a Indonésia e o Congo, que são as grandes regiões de florestas tropicais do mundo. Então, é algo que é fruto de uma pressão dentro da sociedade norueguesa, que está muito ligada à agenda do clima sobre esse tema de florestas. Então, é essa que é a lógica.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Agora, eu concordo com o senhor, inclusive com a análise do Senador Plínio, de que nós temos que mobilizar o mundo inteiro pra reduzir as emissões de gases de efeito estufa, inclusive a indústria do carvão na Europa, que é usado para geração de energia, a indústria do petróleo também.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.

Peço apenas a V. Sa., em função da... Eu vou tentar ser sempre mais objetivo nas perguntas e peço também a objetividade das respostas e, principalmente, das opiniões. Peço que se atenha aqui às perguntas, pra a gente poder dar oportunidade aos outros.

Bom, como já dissemos, o Fundo Amazônia tem como principal doador a Noruega. Eles tinham doado, fora da propaganda e tal, eles tinham doado pouco mais de R\$1 bilhão antes da paralisação que ocorreu no começo do Governo passado.

Ao mesmo tempo, uma empresa mineradora norueguesa – V. Sa. deve ter conhecimento –, a Hydro, conseguiu isenção fiscal, e é uma empresa de capital misto, público e privado, uma das maiores mineradoras do planeta, que, inclusive, tem denúncia de problema de dano ambiental na Amazônia, causado por essa empresa, que, repito, é de capital misto, público e privado.

Isso não é mais uma imoralidade? Quer dizer, uma empresa de capital misto, público e privado, da Noruega, que se jacta de ter ajudado com o Fundo Amazônia, com a questão da política ambiental, compensando talvez o que eles fazem, que é exploração de petróleo e gás, mais de 50% do seu PIB.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma empresa norueguesa consegue, no Brasil, no mesmo período, uma isenção fiscal de 6,5 bilhões? Na contabilidade, 1 bilhão de doação para o fundo e 6,5 bilhões de isenção. Quer dizer... Na sua visão, isso não é uma imoralidade?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Senador, eu, infelizmente, vou me ater a não fazer um juízo de valor sobre um terceiro, que eu desconheço os detalhes. Então, acho que seria leviano emitir uma opinião sobre isso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Mas, para as notas da CPI, são dados oficiais, eu já mencionei esses dados na tribuna do Senado do Brasil, aqui na tribuna do Senado, e isso são elementos para mostrar que não há essa coisa dos "bem-intencionados". Não há um grupo só de bem-intencionados. Em todos os meios, você tem pessoas com interesses diferentes. Então, quando a Noruega, que vive de petróleo e gás, banca uma multinacional no Brasil que é exploradora mineral e recebe isenção fiscal, serve para aqueles que estão nos assistindo, para perceberem: qual é o lucro que tivemos até agora? Porque a narrativa de quase a totalidade das ONGs que acessam esse fundo é que esse dinheiro é bem-vindo. Mas ele entra, de um lado, 1 bilhão e sai, do outro lado, 6,5 bilhões. E isso são dados. Eu já disse... E isso nunca foi contestado na tribuna do Senado da República.

Dados oficiais apontam: nos nove estados da Amazônia Legal, nós estamos com mais de 4 milhões de pessoas – de famílias. Perdão – recebendo Bolsa Família. Mais de 4 milhões de pessoas na Amazônia vivem de Bolsa Família. Se multiplicar – e a Amazônia é o Norte, onde tem mais gente por família – isso por quatro, dá quase 16 milhões de pessoas que dependem do Bolsa Família. Quer dizer: é mais do que a metade da população da Amazônia brasileira.

Não lhe parece que a Amazônia está abrindo mão de explorar racionalmente os minérios – como o potássio, nióbio, ouro, diamante – e de expandir a sua fronteira agrícola, a troco de miséria?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Bom, a pergunta é muito genérica, não é?

Eu, de uma maneira geral, acho que nós...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não, eu estou fazendo uma pergunta de forma direta...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, sim...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu posso repetir.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não, eu entendi. Eu entendi.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Dezesesseis milhões de pessoas, na Amazônia... São mais de 4 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família. Multiplicado por quatro, são 16 milhões de pessoas. A Amazônia está ficando mais pobre. Isso... Não lhe parece que a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia está abrindo mão de explorar racionalmente a sua riqueza, pra combater essa miséria, em troca de bolsa que é de R\$50 por mês, R\$200 por mês, R\$900 por mês pra algumas? E dá pra viver dignamente? É claro que, se você não recebe nada e passa a receber R\$900, dá 9.000% de acréscimo, mas você saiu de R\$1 para R\$900. Hoje, a gasolina custa R\$15... Será que essa miséria na Amazônia, essa pobreza na Amazônia, que aumenta, em troca de você... E você com recursos fantásticos dentro da Amazônia. Não lhe parece uma troca ruim para a Amazônia?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Do ponto de vista geral, eu acho que nós temos um alinhamento com relação a não nos resignarmos diante dessa situação trágica que é a pobreza no Brasil, que está na Amazônia, mas que também está em outras regiões do Brasil.

Eu acredito que um dos caminhos, Senador, pra gerar prosperidade – e obviamente cada pedaço da Amazônia tem a sua vocação, não dá pra falar de maneira geral pra todas – é o turismo. Eu mostrei um exemplo aqui do turismo de base comunitária na região do Rio Negro e no Rio Uatumã, onde as pessoas estão prósperas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Quer dizer que a gente abre mão da exploração dos minérios que têm na Amazônia... Em nome disso, para o turismo? Deixe contar uma...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não, não. Perdão. Eu não coloquei em contraposição...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu que peço perdão.

Essa questão do turismo é interessante. Eu me elegi Senador... Eu era casado, tenho três filhos do casamento. Peguei os três e disse assim: "Vamos fazer no ano que vem" – daqui a pouco, crescem, vão casar – "uma viagem. Vamos escolher três momentos pra viajarmos. Eu, a mãe de vocês e vocês três. Daqui a pouco, não dá para reunir mais. O.k.?". Disseram: "O.k. Pai, para onde vamos?". Eu: "Cada um escreve três lugares para onde querem ir. Depois, vão chegar os cinco, vamos coincidir. Se os cinco tiverem dito uma praia, praia está escolhida. Vamos escolher em qual praia fica". Uma viagem dentro do Brasil ou até fora do Brasil e tal. E meus filhos escreveram. Depois, eu mudei o assunto. Eu perguntei, porque eu estava em um debate... Eu ainda ia tomar posse como Senador. Eu estava em um debate dizendo que, para a Amazônia combater a pobreza, precisava ampliar negócio, explorar o minério que tem lá dentro, dar oportunidade aos índios de serem, de fato, donos de sua terra, poder ampliar um pouco a área do agronegócio... E havia uma outra corrente – eu criei esse debate imaginário, mas ele existe, claro – que dizia: "Não, pai. Não precisa mexer com nada disso. Vamos apostar no ecoturismo". Bom, está bom. Aí eu pedi para os meus filhos, então, mostrarem... E aí, claro, a minha filha mais nova, na lata, respondeu: "Não, pai, não mexe com a floresta, deixa tudo intacto, vamos apostar no ecoturismo". O.k. Fui ver a folha de cada um. Não tinha a Amazônia em nenhum deles.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falar de ecoturismo... Perdoe, Plínio. Eu não entendo o ecoturismo como sendo algo que vá dar base econômica para a Amazônia. Estou falando de um universo monumental. Eu tive oportunidade de, no meio do ano, conhecer Veneza. Se fosse na Amazônia, a Marina proibia. Fizeram três ilhas... Como falam? Superficial? Criaram três ilhas para mover a água. Isso aqui, na Amazônia, seria proibido.

As pessoas que moram em Cruzeiro do Sul, terra que V. Sa. conheceu... Se você fizer uma pesquisa na universidade e induzir a pergunta, como muitas vezes é feito pesquisa, pesquisa tem de todo jeito, vão dizer também do ecoturismo, mas não vão visitar a Serra do Moa. Eu perguntei aqui, em uma Comissão, em 2019, quando estourou o navio petroleiro, quantos daquela Comissão estavam preparados no final do ano para ir, com suas famílias e filhos, para a Amazônia brasileira. O Amazonas, terra natal do Senador Plínio, tem o Rio Negro que, de fato, é lindo, com o encontro das águas. Vai ver o que significa no PIB do Amazonas o ecoturismo! Não significa nada!

Então, acho que é uma outra forma de colocar uma bruma na frente das pessoas para que elas não olhem aquilo em que deveriam prestar atenção. Enquanto isso, repito, os minérios que a Amazônia tem – e tem muito... Agora mesmo querem criar uma nova reserva em cima de uma outra mina de potássio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Marcio...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Encerra, porque aí o pessoal conclui.

O Senador Styvenson pediu pela ordem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Marcio, você fez uma pergunta, e eu fiquei aqui com um pensamento que ainda não foi esclarecido. O senhor falou do Bolsa Floresta. O senhor, como criador, poderia esmiuçar pra mim, porque eu não conheço...

(Interrupção do som.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Conheço o Bolsa Família. Conheço outros benefícios. *(Fora do microfone.)* Esse Bolsa Floresta hoje, R\$999, não é isso?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Novecentos e noventa?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não, não. Novecentos e noventa é uma outra coisa que ele disse.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah! Então, quanto...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Do Bolsa Família vai entrar agora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O Bolsa Floresta...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bolsa Floresta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Esse benefício de 990 de que eu perguntei quantos são beneficiados... Um número exato... O senhor deve saber porque o senhor faz parte disso, desse número exato... Serve para gerir o quê?

O Marcio estava falando, e eu estou tentando entender aqui. Ele falou que é mísero. Então, esse mísero serviria para quê? Quantos são beneficiados? Quantos hoje a FAS paga por pessoa em quantidade? Sei que tem 60 mil beneficiados, mas nem todos devem ganhar esse valor.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Senador, acho que está tendo aí um fluxo de informação que não está claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É por isso que estou pedindo...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Deixe eu dar um passo atrás e tentar explicar de uma maneira mais clara.

O Bolsa Floresta é uma política pública do Governo do Estado do Amazonas, não é uma política da FAS. Ele foi instituído em 2008 – em 2007, desculpa –, e, um ano atrás, o atual Governador Wilson Lima mudou o nome do programa e o valor do programa. Isso é uma política pública. Foi feito um processo de seleção de gestor do cadastro... Então, o papel da FAS, que ganhou esse edital, foi fazer o cadastro, basicamente. O recurso vem do Governo do estado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Do Governo do estado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... que faz o pagamento, e o valor é definido pelo Governo do estado, não é pela FAS. Então, é uma política pública.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Então, o senhor não paga nada...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, nós pagamos aquilo que o Governo do estado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, o senhor sabe o valor.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sei o valor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E sabe o número de beneficiários.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – O valor é de R\$100 por família por mês. Esse é o valor do Bolsa Floresta.

Tem uma outra coisa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Esse valor sempre foi desde o início R\$100?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, ele era R\$50...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E passou para R\$100.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... e, depois, passou para R\$100.

E aí tem uma outra coisa que gerou uma confusão, e eu vi também algumas sessões em que isso foi aventado, Senador Plínio: no recurso do Fundo Amazônia, o projeto tinha o nome também de Bolsa Floresta. Então, gerou uma confusão, mas é muito importante ter clareza de que foi zero de recurso do Fundo Amazônia para o Bolsa Floresta. O pagamento do Bolsa Floresta é oriundo do Tesouro do Estado do Amazonas.

O projeto que nós tivemos com o Fundo Amazônia tinha o nome de Bolsa Floresta+, por quê? Porque é como se fosse fazer uma analogia, Senador, entre dar o peixe ou a vara de pescar. É como se o Bolsa Floresta fosse o peixe, e nós trabalhamos com o Bolsa Floresta+, que é a vara de pescar. Aí está lá o trator, de que eu dei o exemplo aqui, a bateadeira de açaí, etc. Então, ele tinha dois componentes: um componente de transferência de renda e outro componente de geração de renda. Esse componente de geração de renda, ele não está dentro do Bolsa Floresta. Não sei se ficou claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá, o de transferência de renda.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Vamos focar nele. R\$100 por família...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... que o Governo do Estado do Amazonas passa para a FAS.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Para que a FAS repasse...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Para que a FAS faça... Ele faz a licitação, faz o cadastro...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso, isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O.k. São quantas famílias?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nove mil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nove mil famílias que recebem R\$100 por mês.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Hoje, isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Hoje. Mas lá atrás, em 2015, eu fiquei atento a uma discussão sobre morosidade, burocracia, ineficiência do Estado e colocando as ONGs como a solução para os problemas sociais, mas depende de dinheiro público ainda, porque recebeu 20 milhões de capital inicial, que o senhor disse que gastou durante o período, numa entrevista dada, 100%, até os rendimentos de 7 milhões, com a bolsa, que na época era de R\$50. Se a gente fizer um cálculo aí, dá quantas mil famílias recebendo durante o período, oito anos?

Então, o que não fica claro pra mim, Srs. Senadores, até pra quem está me assistindo, é: se o Estado é ineficiente, se o Estado precisa criar um braço de ONG – o próprio Estado do Amazonas criou um braço de ONG, como a FAS –, pra que colocar dinheiro, se é tão ineficiente assim? A pergunta que o senhor fez em relação a por que os países europeus não investem no estado, "ah, porque é ineficiente". Então, por que a ONG, tão eficiente, como o senhor já mostrou, que tem capacidade de buscar esses recursos com iniciativa privada – que Deus sabe quais são os interesses –, mas o senhor disse que tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos muito interessantes, e um deles, o custeio de R\$100 por família, que é uma miséria mesmo – que é uma miséria –, é para transferência de renda... Então, não consigo imaginar ainda que o Governo do Estado do Amazonas mantenha isso. Então, pra mim, é conflituoso no pensamento.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Entendi...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É conflituoso para mim e pra qualquer ser humano que está assistindo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – E só pra contribuir nessa mesma discussão, e aí eu peço que o nosso convidado possa esclarecer, eu acho que tem uma coisa que é talvez também importante esclarecer: dos recursos aportados no Bolsa Floresta, cerca de R\$19 milhões... Isso aqui é informação do Bolsa Floresta 1, já tem o 2, embora esteja ainda sigiloso, mas no primeiro, no Bolsa Floresta 1, 85% do valor seria utilizado no componente renda. E qual é o componente renda que o nosso convidado já expôs aqui? São cursos de capacitação, preparando aquelas pessoas para a sua capacitação profissional, incentivos, então, esse é o 85%. E o que vai direto, e aí o nosso convidado pode confirmar, o que vai direto, em forma de pagamento, é 15% do montante, não é isso?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – É ótima essa oitiva, porque eu acho que tem várias informações desencontradas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Ou se por outra, se não é essa proporção, qual é?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não, tem algumas informações que não estão precisas.

Vou primeiro endereçar ao que o Senador Styvenson coloca. Nós não dependemos de recursos públicos. Na minha apresentação, eu coloquei um gráfico, não sei se ficou claro: três quartos dos recursos que a fundação tem a capacidade de mobilizar são privados. Nós, desses recursos que recebemos do poder público, zero foi pago com salário – zero. Então nós não dependemos, nós encaramos isso como se fosse uma prestação de serviço, nós estamos prestando um serviço.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – O senhor acreditava que o estado não tinha competência pra fazer?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Olha, competência...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Por que o senhor disse que não precisa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. Nós não precisamos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está certo. Então, por que entra com um processo pra concorrer pra pegar esse dinheiro?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Olha, aí é uma decisão do próprio poder público. Por exemplo, existe a privatização de rodovias. O Estado de São Paulo e vários outros estados privatizaram rodovias. Por que é que privatizaram isso? Por que não têm competência ou por que chegaram à conclusão de que um privado faria melhor? A interpretação é de que um privado faria melhor. E acho que, da mesma forma... Isso pode ser visto na área de saúde também. Muitas vezes os hospitais são geridos por uma instituição de direito privado, porque a instituição de direito privado tem mais agilidade.

Sobre o tema que o Senador Marcio levantou, Senador, o Fundo Amazônia 1... Deixa o Senador terminar ali a oitiva. Sobre o tema que o senhor levantou, o projeto do Fundo Amazônia 1, que é nosso e se chama Bolsa Floresta, daí um pouco dessa confusão, foi voltado não pra cursos de geração de renda, foi voltado pra implementos. Então, nós gastamos o recurso com – e eu mostrei fotografias até pra ilustrar bem isso – bateadeira de açaí, moto pra transportar pirarucu, bajara pra transportar... etc., etc. Então, foram ações na ponta, chegaram lá à ponta. É isso que é.

E sobre o Bolsa Floresta 2, nós já prestamos contas, então não tem nada de obscuro. Tudo nosso é supertransparente; nem sigiloso ele é, é supertransparente. Tudo o que nós fazemos é extremamente transparente. Isso eu queria reiterar mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por isso que eu perguntei quando chega à ponta, e não tive resposta ainda. Quanto se gastou pra chegar à ponta? Eu recebi 2X pra chegar à ponta, eu cheguei com 3X e gastei do meu bolso, não é? Ou então gastei 0,5X. Porque fazer é fácil, se tiver dinheiro, resta saber o que foi feito com – desculpa – tanto dinheiro. Porque, pra pobreza do povo da Amazônia, 400 milhões em 15 anos é muito dinheiro. Não tenho dúvida de que chegou à ponta, eu tenho dúvida de quanto custou pra chegar à ponta. Mas aí o senhor tem até o final da sessão pra me responder, porque agora o Marcio está no final e, depois, é o Senador Styvenson.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu fico satisfeito.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Só uma resposta, perdão, muito rápida ao Senador Plínio. Eu mostrei um gráfico. A atividade meio da FAS representa 23% de todo o total que nós gastamos. Então, isso está explícito lá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E a folha de pagamento representa quantos por cento? Me rememore o gráfico, eu não guardei na memória.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Vinte e três por cento. Vinte e três por cento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É igual ao que chega à ponta?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Setenta e sete por cento. Setenta e sete por cento chega à ponta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aí estão inclusas as diárias com viagem, os cursos fora?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tudo, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O salário dos funcionários?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tudo, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vinte e três por cento?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Posso postar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bom, eu fico satisfeito de saber que já não é mais sigiloso, então peço a V. Sa. que mande os dados do Bolsa Floresta 2 para a CPI.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Perfeito.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – A questão, pra quem está nos assistindo, meu querido colega Styvenson... É claro que uma ONG, pra viver 15 anos, movimentar na média 30 milhões por ano, R\$400 milhões, vai apresentar, na imensa Amazônia brasileira, alguma vila, alguma comunidade que ela está atendendo. O problema é que isso não gera a independência da comunidade, porque, quando você quer fazer estrada, não pode; quando você quer fazer a ponte, não pode; quando você quer extrair o minério, não pode.

Então, o desenvolvimento sustentável seria você dar o apoio do estado, com ajuda de organizações da sociedade civil, e, num período menor possível, essa comunidade passar a ter independência econômica – isso é o que não acaba acontecendo.

Parece muitas vezes que esses pontos, esses nichos isolados na Amazônia são mais para você apresentar para o mundo como uma solução coletiva, que nunca é. No coletivo, a Amazônia está mais pobre nos últimos 30 anos – nos tornamos a região mais pobre do Brasil, passando o Nordeste.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas dando sequência e indo para o final, não é desconcertante, nessa linha do que nós estamos falando agora, as ONGs de qualquer forma receberem milhões e milhões de dólares, reais, com o discurso da preservação do bioma em que as pessoas vivem – o bioma em que as pessoas vivem –, mas vivem em condições miseráveis, com as piores rendas, sem água, sem esgoto? Quer dizer, não choca? Nessa perspectiva, quando a Amazônia vai oferecer a 28 milhões de pessoas uma atividade econômica redentora, que possa ser independente... o pai de família, a mãe de família criar seus filhos, ter a sua renda?

Vou casar com uma outra. Claro que a pobreza por si só não traz a violência, como temos na Amazônia. Nós temos países muito mais pobres do que o Brasil que têm um índice de violência muito menor do que o país. Mas há pobreza na Amazônia. E ao mesmo tempo, a divisa da Amazônia com países como Colômbia, como Peru, como Bolívia, países dos três maiores produtores de cocaína do mundo... Então, você une a oferta, a mercadoria à mão de obra ociosa, milhares de jovens desempregados e aí, sim, constituindo aquilo com que eu concordo: um estado paralelo das organizações criminosas, que já dominam boa parte da Amazônia brasileira.

Então, miséria de um lado, ajudando a empurrar para as facções criminosas milhares de jovens, não lhe chama atenção? Se essa preocupação mundial toda fosse de fato com a melhora da qualidade de vida da população, esse dinheiro gastos nessas décadas... Não lhe choca saber que, depois de tudo isso, a população da Amazônia continua vivendo miseravelmente, boa parte entregue a facções criminosas?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu vejo muitos pontos de convergência entre a sua análise e o meu pensamento. Eu acredito que a proximidade da Amazônia com países que estão ligados à rota do tráfico é um fator relevante para a violência. Concordo com essa análise. Concordo com que a pobreza cria um caldo de cultura que estimula a entrada de jovens no narcotráfico. Agora, eu diria que o problema da pobreza na Amazônia não tem que ser responsabilidade das ONGs. A responsabilidade para superar a pobreza da Amazônia eu acho que é do poder público. Quem tem a obrigação de superar isso é o poder público.

E volto a dar aqui uma sugestão, com toda humildade, de que esta CPI talvez pudesse se debruçar sobre a má qualidade do gasto público. A gente gasta muito com resultados pequenos. Olha o orçamento de educação, orçamento de saúde... Então, a gente deveria melhorar a qualidade do gasto público. Acho que a melhor forma de a gente tornar as ONGs desnecessárias é melhorar a qualidade do gasto público. E, com relação à pobreza, a melhor forma de a gente não ter a necessidade de organizações... Por exemplo, as igrejas: as igrejas atuam junto aos pobres. Por quê? Porque, diante da ausência do Governo, as igrejas acabam atuando. Agora, a Igreja não está substituindo o Governo; ela está atuando de uma maneira suplementar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Então, acho que a melhor forma de enfrentar esse problema é aumentando... E nisso eu coincido com a sua análise de que nós vamos ter uma maior presença do Estado, do poder público e, principalmente, uma melhor qualidade do gasto público.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Então, eu vou para a última pergunta, mas essa fala última do nosso convidado ilustra bem, Senador Sérgio Petecão, o que eu venho assistindo. Funciona assim, olha: Noruega, de boa vontade, quer ajudar – vamos lá à Amazônia –, quer ajudar a Amazônia. A Alemanha, também muito bem-intencionada, quer ajudar a Amazônia. A Grã-Bretanha, também muito bem-intencionada, quer ajudar a Amazônia. Os Estados Unidos, o Canadá... E começam a aportar recursos, diretos, indiretos, através até da embaixada canadense aqui no Brasil... E eu acho um crime de lesa-pátria uma embaixada se reunir com ONGs no Brasil, na embaixada aqui em Brasília, e decidir para onde vai o dinheiro sem que haja uma chancela do Governo brasileiro – se aquilo fere ou não fere a soberania nacional. Isso não é possível fazer nos países deles. Mas, como eles não podem fazer diretamente, então, acionam, através de vários tipos de convênio, acionam e financiam as ONGs. Bom, aí as ONGs, de forma geral, que atuam na questão ambiental e indígena na Amazônia, elas formam uma barreira para impedir toda obra de infraestrutura na Amazônia. Fazer uma estrada não pode.

A Ministra Marina Silva, que é o maior ícone do Brasil na questão ambiental, acaba de retirar a 319, que é a ligação de Manaus a Porto Velho, das prioridades do Estado brasileiro. No caso nosso do Acre, uma região imensa que jamais vai inventar nada que produzir para vender para Rio Branco ou para Rondônia, que é a região do Juruá, precisa de uma estrada, que estava, inclusive, no decreto de criação da reserva Serra do Divisor. Também esqueçamos, porque ela não vai acontecer.

Então, você vai usar minério na Amazônia, essa barreira de ONGs, de uma militância que é a minoria da Amazônia – mas ela é organizada, ela está financiada, ela tem estrutura –, trabalha contra. Bom, aí o Estado brasileiro não arrecada – as prefeituras, os governos do Estado. E aí, quando você vai para o diagnóstico da pobreza, quando você vai para o diagnóstico – com que concordamos – de que a miséria e o desemprego alimentam, empurram milhares de jovens para o narcotráfico, aí a obrigação é do Estado. Então, para que serve isso? Quer dizer, você tira de um município... de vários municípios da Amazônia, você tira 90% da livre iniciativa. Roraima, por exemplo, o Governador eleito, do ponto de vista territorial, vai administrar 7% do território – 7% do território. E isso vale, em maior ou menor grau, para a Amazônia inteira. Então, não pode fazer hidrelétrica, não pode fazer estrada. Na prática, não pode utilizar os recursos minerais que a Amazônia tem. Portanto, não tem como gerar renda.

Eu li, por exemplo, o relatório do ISA sobre a reserva indígena que nós visitamos lá no Amazonas, que constata que o Bolsa Família – aquele que nós dissemos aqui agora – para o indígena... Ele só busca o Bolsa Família de dois a três meses, porque, se ele for mês a mês, o que ele for gastar numa gasolina, que custa mais de R\$15 o litro, não compensa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a solução do ISA? É pegar recurso que ela tem e ajudar diretamente? Não. É o Estado brasileiro que tem que criar uma Bolsa Família diferenciada para a Amazônia brasileira, ou seja, o Estado brasileiro, aquele que está proibido de explorar petróleo, gás, minério na Amazônia, que se submeteu a isso, que tem que financiar.

Mais uma avaliação dele – naquela viagem que nós fizemos, eu fui lendo o tempo inteiro aquilo lá –: o indígena não pode abrir 2% da sua reserva, da sua área indígena para o agronegócio. Então, ele tem lá uma pequeninha roça. Resultado: ele vive como vivia há 500 anos, basicamente da pesca, da caça e vai complementar a sua renda com o Bolsa Família. E alguma mercadoria, ele compra na cidade.

Bom, aí gera lixo. O que se faz com o lixo? A Prefeitura de Autazes tem que resolver o problema do lixo.

Quer dizer, eu tiro a área produtiva, mas os problemas que sobram de você lacrar um município, municípios ou estados, é o Estado que tem que bancar.

A outra sugestão, pela distância da Amazônia brasileira, é você criar agência bancária nas comunidades indígenas.

Tem uma agência bancária em Assis Brasil, município do Acre, em que se chega de asfalto. Ela não segura em cima das pernas. Ela não paga as despesas que ela tem. Como é que você vai pagar uma empresa bancária lá dentro? Com mais um detalhe sugerido por essa ONG: você precisa ter, na agência lá na comunidade indígena, pessoas que falem a língua dos índios. Na reunião que nós tivemos, tinha oito línguas. Então, vai ter que ter...

Então, eu crio o problema; eu, em parceria... Eu disse agora há pouco que eu acho que tem duas formas de você submeter-se ao interesse externo: uma é direto, "Eu vou te financiar, se você fizer isso"; a outra é quando você sabe que você vai captar recursos naquela agenda; se não for naquela agenda, você não vai captar recurso. Vai captar recurso na Europa para pavimentar a 319! Você não vai conseguir. E você vai ter as ONGs financiadas por eles, sob influência deles, trabalhando contra isso. Então, você vai atrás do projeto, mas você sabe que você tem que apresentar naquela agenda. Esse é o resultado.

Aí, quando tem problema, quando se detecta pobreza, é o Estado que tem que resolver – o Estado débil, deficiente, que não caminha sobre as suas próprias pernas.

Vou terminar, mais uma vez, agradecendo a sua presença.

O objetivo da CPI, ao final, é apresentar ideias legislativas que possam aprimorar o controle do Brasil sobre as suas riquezas, que possam aprimorar a transparência que se exige de qualquer prefeitura do interior do Brasil. Essa é a nossa audácia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, última pergunta: na sua opinião, vale a pena preservar as pessoas da Amazônia na pobreza em nome de uma agenda internacional que é indiferente às necessidades dessas pessoas?

Como exemplo, Joe Biden, agora, mandou perfurar mais petróleo.

Obama ainda, antecessor, mandou furar petróleo no Alasca, mandou tirar petróleo de xisto. As ONGs ambientalistas andaram reclamando no começo, depois se aquietaram todas. E ele também não deu bola para isso. Isso fez com que, ao final do Governo do Barack Obama, os Estados Unidos ficassem autossuficientes em petróleo e gás. E, agora, Joe Biden mandou, autorizou perfurar mais petróleo.

O Canadá exporta potássio para o Brasil. Será que o Canadá, quando financia, ajuda a financiar entidades no Brasil, que, por coincidência ou não, estão agora querendo criar uma outra reserva em cima de potássio, será que não há um interesse conflitante de quem está pagando, defendendo o seu interesse econômico?

A Alemanha, que foi citada aqui pelo nosso Presidente Plínio, está queimando o carvão, e sozinha, que joga mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro, está aumentando agora, neste ano, a sua carga de CO₂ no planeta, e não pediu satisfação e nem dá satisfação a ninguém.

O Canadá, que ajuda a bancar essas movimentações no Brasil, se queimou de novo agora: mais cem milhões de pessoas envolvidas e ninguém no mundo ousou questionar por isso, ou propor, relativizar a soberania do Canadá sobre o seu território.

Da Noruega já falamos, que vive de petróleo e gás. Ela era pobre. Até a Segunda Guerra Mundial, era um país pobre. Na extração de petróleo e gás, que é do que ela vive, ela se tornou hoje um dos maiores PIBs *per capita* do planeta.

Com esses exemplos, que eu considero um neocolonialismo, quer dizer a Grã-Bretanha, quando perde o império, ela ajuda a criar, com os Estados Unidos, outro mecanismo de continuar comandando sem a presença física, e é através de várias ONGs, não é uma vergonha, é um embaraço para o Brasil e para vocês das ONGs constatar... Não há, no mínimo, uma hipocrisia desse movimento internacional que se diz, em vários documentos, e financiando tudo isso, falando da preocupação ambiental, quando eles não fazem isso em sua casa? Isso não é uma imensa hipocrisia?

E, com isso, eu termino, agradecendo mais uma vez a todos os componentes da CPI e ao convidado, que aceitou de bom grado vir à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado. Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Com a palavra o Senador Styvenson.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpellar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Virgílio, obrigado por essas horas aqui na CPI, tendo a paciência de esclarecer dúvidas. Como o senhor disse, pode estar meio conflituoso, e a nossa função aqui é esclarecer, dar transparência.

O nome do senhor aí do lado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Theo Dias?

Seja bem-vindo ao Senado Federal.

Vou ser objetivo e espero que seja também um bate bola aqui rápido.

Quanto que a Fundação Amazônia – isso o senhor como superintendente pode me dar essa informação –, em 2022, tem pra uso? Vai gastar quanto?

Entre os 23% e os 77%, quanto é que o senhor tem hoje pra gastar no ano de 2022... Em 2023. A gente está em 2023, desculpa.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Nosso orçamento está na ordem de 50 milhões este ano.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em R\$50 milhões.

Entre recursos adquiridos com projetos e que o senhor disse que consegue conquistar... E com o público? Dos R\$50 milhões, quanto é público?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Deve ser algo da ordem de uns 15%.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De uns 15%. Então estamos falando aí de R\$7 milhões?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso, R\$8 milhões.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De R\$8 milhões?

Mas só pra pagar os nove mil familiares, ao custo de R\$100, ao ano... Uma família, R\$100 reais. Em um ano, R\$1,2 mil, uma família. Multiplicando isso por 9 mil, dá R\$10,8 milhões.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É. Agora, o valor, na verdade, ele é...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só desse recurso...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele é pago em parcelas.

Então, aí tem uma questão de contabilidade, mas a ordem de grandeza é essa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em 2023...

Eu dei o valor total. Parcelas ou não, R\$10,8 milhões; 9 mil famílias recebendo R\$100 – essa é a transferência.

Do BNDES o senhor não em ideia, não?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, do BNDES nós temos, *grosso modo*, zero.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Certo.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Porque o Fundo Amazônia foi congelado em 2019. Então, nós só tivemos um resíduo do recurso que tínhamos para executar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está ótimo!

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Então, temos um recurso muito pequeno.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado por estar respondendo.

Agora, o senhor disse que tem 143 colaboradores, todos esses na folha de pagamento...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... da fundação de que o senhor é superintendente? Gasta 23 % para a manutenção desse efetivo...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ...dentro desses 50 milhões. Vamos lá, o senhor disse que 77%...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Desculpa, isso...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, 77% é campo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dos 50 milhões.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, eu imagino que os 10 milhões que o senhor recebe do Governo do Estado do Amazonas é campo para manter as 9 mil famílias com R\$100. Então, eu já tenho aí 40 milhões. Não, 77% de 50, vai dar aí aproximadamente... Se fosse 80... Me ajuda, Mecias, que tu és bom de matemática.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Deixa eu ligar para o Marcio. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito. Vamos dizer que com 23% – é mais fácil – de 50, o senhor fica com 10 milhões para gastar com pessoal, com 143 pessoas. Faz parte desses 143... Quem faz parte dentro da administração? Eu fiquei com uma dúvida sobre o Conselho Fiscal e o conselho Administrativo. Fazem parte os 143?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ótima para eu poder aprofundar aqui. Acho que eu tinha dito isso, mas talvez não tenha ficado claro. Todos os conselhos da fundação têm remuneração zero.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não ganham nada?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Zero, zero. São voluntários.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas o senhor disse que não tem nenhum voluntário.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não, desculpa, desculpa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor falou o seguinte:...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Estou falando dos conselhos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... não existe nenhum voluntário.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, dos conselhos. Eu fui bem claro, todos os conselhos... A FAS tem três conselhos: Conselho Fiscal, Conselho de Administração e o Conselho Consultivo. Todos os membros desses conselhos são voluntários. Aí nós temos a equipe profissional, essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe de 143 a que o senhor fez menção. Essa é uma equipe que tem plano de cargos e salários, são celetistas, carteira assinada. E nós seguimos toda a legislação brasileira.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito. Então, não fazem parte dos conselhos, que são 21, os 143?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – São 21?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Que têm remuneração zero. Os conselheiros têm remuneração zero.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, se eu pegar 50 milhões, 23%, 10 milhões, e dividir por 143, eu tenho aproximadamente o rendimento que vocês gastam só com folha...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... e manutenção da estrutura.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Os 23%, Senador, são folha... São atividade meio, que envolve folha e custeio, energia elétrica...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Energia, água, prédio, manutenção, tudo isso.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ao ano, 10 milhões aproximadamente.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu estou só buscando aqui um ...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... esmiuçar, uma transparência.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Estamos aqui para isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pois é. O que não ficou meio encaixado é que o conselho é que faz a avaliação das contas. É isso? Quem faz a avaliação das contas da FAS? É o Conselho Fiscal, o Conselho Administrativo? É o conselho que é voluntário e passa para o órgão público, que o Ministério, ou o Ministério Público está dentro da FAS fazendo isso junto, *in loco*?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não sei se é possível voltar aqueles eslaide que estava na tela. É possível voltar? Acho que é o eslaide... Deve ser o nº 7 ou algo assim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu lembro, eu lembro quando você fez o organograma, acho que ficou lá no final.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim. Na verdade, a contabilidade da FAS entrega ao auditor externo as contas; o auditor externo faz uma avaliação e um parecer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Esse auditor externo é pago por quem?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pago?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É público?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, privado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quem paga?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele, nesse caso nosso...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É voluntário?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É voluntário. A gente não, a gente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, espera aí, espera aí, espera aí! Ele trabalha de graça?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Trabalha de graça.

Nós temos muitas empresas, Senador – esse é um dado em que acho que é importante esta CPI se aprofundar –, tem muitas empresas que querem fazer trabalho voluntário. Então, nós temos, por exemplo, o planejamento estratégico da fundação é feito por uma grande empresa de consultoria que dá isso de graça. O custo desse planejamento estratégico é caríssimo, mas eles doam isso. Eles registram isso na sua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contabilidade como uma doação, como se eles estivessem fazendo uma doação, só que, em vez de ser uma doação em dinheiro, é uma doação em serviço. A auditoria também é dessa forma; ela contabiliza a doação. E, na nossa prestação de contas, nós colocamos isso: recebemos em serviço o equivalente a X reais pelo planejamento estratégico, pela auditoria. Isso é comum e isso é algo extremamente positivo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito! Então, deixa eu recapitular aqui minha linha de raciocínio.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor disse que o Conselho Administrativo e o Fiscal fazem esse levantamento contábil por uma empresa que presta esse serviço voluntariamente, que é caríssimo, diga-se de passagem, mas, no final, é passado para os órgãos externos de controle. Os órgãos externos de controle não participam desde o início?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, é um processo, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu estou querendo entender só o seguinte: eles não estão desde o início?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu tinha pedido para colocar o eslaide.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu entendi. Se o eslaide for para a minha visualização, eu entendi. A pergunta é bem simples, Sr. Virgílio: o Ministério Público acompanha em que momento? A que horas chega o controle externo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele chega depois do trâmite interno. Nós temos um trâmite interno. Concluído esse trâmite interno, nós entregamos ao Ministério Público. O Ministério Público faz a sua análise. O Ministério Público está fora da FAS; ele tem o seu escritório, tem o seu corpo técnico; está fora da FAS! Nós concluímos o trâmite interno e entregamos a eles toda a documentação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu estou perguntando isso, porque eu fiquei curioso, porque, nas últimas sessões, uma pessoa que sentou aí no lugar em que o senhor está, disse do envolvimento que o Ministério Público tinha muito íntimo com as ONGs. Bom, mas eu não estou fazendo nenhuma inferência.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, me permita, só para matar a curiosidade de quem está ouvindo e a do senhor. Há três pessoas que acompanham o Conselho de Administração, para que o senhor sinta o perfil dos voluntários no Conselho de Administração, aqueles que ajudam: Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, ex-Secretário de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Planejamento e Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação; André Luiz Zogahib, Reitor da Universidade do Amazonas; Maria do Socorro Cordeiro – cadê a Maria do Socorro Cordeiro? –, Diretora Estatutária da FAS e também Chefe de Gabinete da Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Esse é o perfil dos voluntários do Conselho de Administração.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Bom, eu preciso dizer, Sr. Presidente, que foi dito aqui várias vezes sobre ética e eu acho que a ética deveria dar transparência de forma pública pelos controles externos se há dinheiro público. Se há dinheiro público, deve ter, sim, acompanhamento de controle externo. E, pelo que eu faço, pelo que eu entendi, toda essa prospecção, toda essa análise é feita por voluntários, por voluntários! Entenda o meu raciocínio. Se estiver errado o meu raciocínio... Após feito todo esse levantamento, esse levantamento é entregue ao órgão público de fiscalização. O.k., mas só que tudo foi avaliado por alguém interno. Então, onde é que tem ética aqui? Transparência? Eu não consigo enxergar. Transparência teria se tivesse a participação de todos os entes públicos, se há dinheiro público, se há dinheiro público!

Há outro ponto – eu acho que nem é uma pergunta, é só um esclarecimento: eu sei que a FAS também investe...

Outra pergunta, dentro do quadro de 50 milhões ou de dinheiros anteriores, Sr. Virgílio: o senhor recebe recursos de outras ONGs?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu acho que tem um ponto de esclarecimento, Senador. O controle externo que é feito pelo Ministério Público não pode estar dentro da FAS. O Ministério Público tem o seu escritório, ele tem os seus técnicos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não. Ele...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... ele tem que receber um relatório da FAS.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu não disse dentro, eu não disse... Ele não está dentro. Segundo me disseram aqui, está dentro. Preste bem atenção! Eu só estou perguntando isso porque quem sentou anteriormente ao senhor disse que há um envolvimento muito íntimo dos órgãos públicos com as ONGs, e é aonde eu estou querendo chegar. Eu não estou dizendo que ele tem que estar dentro; ele tem que acompanhar, ele tem que seguir o dinheiro, ele tem que ver esse rastro.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Senador, deixa eu ver se consigo explicar com outras palavras.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, o senhor comece por aquele, aquele quadro ali primeiro: voluntários...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – O laranja, de cima, administração e contabilidade, é uma coisa interna da FAS.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É onde começa...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É onde começa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas são os voluntários?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, não. Isso... O que está... Aquele "administração" não é voluntário, é corpo profissional.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas é onde começa a prestação de contas?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tem os contadores. É onde começa o controle. Se eu comprei um copo d'água, esse copo tem uma nota fiscal. Então, tem a equipe da FAS que vai registrar a nota fiscal: comprei um copo d'água. Isso está naquele...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Começa lá no primeiro?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... "administração e contabilidade". Ela depois...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De que fazem parte aqueles 143...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... que são pagos pela FAS?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles dão início à transparência?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Entendi.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Aí, dali pra frente, vai a auditoria independente. Então, nós entregamos o relatório para o auditor independente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Que são os voluntários?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse é uma empresa, uma empresa das quatro maiores do mundo, de auditoria, que faz a análise dos números.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De graça?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Faz trabalho, nesse caso, voluntário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De graça?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – De graça, de graça.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O.k.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso, no linguajar, no linguajar técnico, se chama *pro bono*, é um trabalho sem remuneração, que é contabilizado, contabilizado, e isso é muito comum no Brasil e fora do Brasil.

Essa auditoria independente faz um relatório. Está certo ou está errado? Está o.k.? Chama-se: com ressalvas ou sem ressalvas. Até hoje nós tivemos 32 auditorias sem ressalvas, ou seja, olharam todos os recibos dos copos d'água, etc. e tal, computadores, e está tudo o.k.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É igual... É semelhante à prestação de conta eleitoral nossa.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim. Aí vai pro conselho fiscal... Não, não sei. Não posso fazer analogia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É! Administração e contabilidade quem paga é o político, então ele faz do jeito que ele quiser.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Aí...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas continue. O conselho agora.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Aí vai pro conselho fiscal, que são as pessoas que eu mencionei posteriormente. São quatro conselheiros...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, mas volte ali, volte ali...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim. Eu vou chegar lá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, não. Retorne só para eu ver...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pronto. Esses são os conselheiros fiscais, certo?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Que são os voluntários?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esses são voluntários.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, espere aí, espere aí...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... que trabalham...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Deixe só eu entender aqui, para o meu raciocínio. O primeiro quadro, administração e contabilidade, faz parte dos 143 que são remunerados pela FAS.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Que fazem o primeiro levantamento, a análise de tudo que é comprado, de tudo que é gasto....

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... pela fundação.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em seguida, passa pra auditoria independente, que não recebe nada, mas é uma das quatro melhores do mundo, que faz a avaliação e dá o o.k. ou não, que segue para o conselho fiscal, que são outros voluntários que o senhor mostrou no quadro ali...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... que fazem parte da administração...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... que fizeram parte da administração pública ou não.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. Nesse caso, os quatro, não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se eu quiser ser voluntário, eu posso ser?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pode.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se eu tiver competência.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Pode, pode.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós temos uma política de voluntários.

Aliás, Senador...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque o que me chama...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... uma das coisas muito interessantes que têm ocorrido no mundo hoje é um aumento de pessoas interessadas em fazer trabalhos voluntários, tem aumentado isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito, mas eu me lembro que, no início do discurso do senhor... Viu, Plínio? Eu lembro que, no início do discurso do Sr. Virgílio, ele disse que não existia trabalho voluntário – sempre profissionais. Toda essa estrutura é da FAS, que existem voluntários. Então, tem voluntário. Então, começou aí uma...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Talvez seja uma questão de comunicação, que, às vezes...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas o senhor que falou.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, eu disse que a equipe técnica da FAS...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E o resto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... não é de voluntários; a equipe técnica é de profissionais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, a equipe técnica...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós temos, dentro da nossa estrutura, voluntários que estão nesses conselhos que estão descritos ali.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Dentre eles, os que analisam as contas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito, a equipe técnica está lá em cima, a administração e contabilidade.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A equipe técnica, isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles que analisam as contas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – São os que dão início à transparência, eles passam, sucessivamente, aos voluntários...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exato, exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... até chegar ao Ministério Público, TCU, TCE. Entendi.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso. Aí chega, para o Ministério Público, para o TCE, o relatório. Ali eles, que são externos, são órgãos de controle, vão pegar aquilo ali e falar: "Opa, eu quero mais informação sobre isso, sobre aquilo, analisa, explica melhor". Eles fazem as diligências deles, mas depois de... Por que nós fazemos tudo isso?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Essa transparência está no *site* do senhor?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Totalmente, tudo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nota fiscal, fotografia, tudo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, nota... Isso, não dá para pôr.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É porque é muito pesado, não é? Mas, no meu *site*, eu coloco nota fiscal das coisas que eu pago de emenda, fotografia, vídeo, tudo. E olha que é recurso pra caramba, viu?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – São 100 milhões por ano que a gente gasta de emenda, e eu coloco lá todas as fotos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu também faço isso.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ótimo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É uma dica.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Parabéns, parabéns, parabéns.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Já que o senhor está sugerindo aqui, ao Senado Federal, muita coisa, eu sugiro que dê mais transparência.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Está bom.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque o início parece que não é ético para mim. Se não existe ninguém independente ou algo fora, o senhor seria submetido, teria alguma imposição, algum obstáculo em ser submetido a uma análise desde o início? A uma triagem mais específica por um órgão externo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, Senador. Eu volto a dizer: ali a gente tem uma auditoria independente, está clara. Só que isso é feito dentro de um determinado processo, é uma sequência. A nossa contabilidade faz um documento; esse documento é analisado por um ente externo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas aí é que está, Dr. Virgílio.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Depois vai para outro, até terminar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Me perdoe a insistência e talvez a ignorância ou a desconfiança, porque brasileiro é desconfiado com tudo. Eu digo isso porque hoje eu estou político, e todos os olhos são voltados pra mim. Então, eu tenho que dar a máxima transparência possível, eu tenho que dizer onde é que está cada centavo do dinheiro público. Se tem dinheiro público aí, então, a gente precisa insistir na transparência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, me perdoe se eu estou sendo até mesmo deslegante com o senhor, mas é porque eu não acho ético, eu não acho ética nenhuma dentro de uma administração em contabilidade que é paga pela própria fundação para iniciar um trabalho de transparência. É a minha opinião – minha opinião.

É a mesma coisa, como eu disse, em relação à prestação de contas de político. Quem é o advogado do político? Quem é o contador do político? Pago por quem? Ainda existe corrupção. Não, existe ética. "Ah, mas deveria ter o controle externo para ser avaliado." É uma falha, já que tem dinheiro público, é fundo eleitoral.

Bom, mas não vou entrar nesse aspecto, não, porque eu não uso fundo eleitoral, não usei nada de dinheiro público, não usei nada de dinheiro público. Então, eu posso dizer isso com muito conforto, muita tranquilidade.

Já venceu isso aí, eu acho que já ficou claro. Já ficou claro, Senador Plínio? Já ficou claro, Relator?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí, sim. No final, eu vou querer saber quem concorreu com a FAS, por exemplo, porque os 68 milhões do Governo alemão... Algumas perguntas depois. Isso aí está claro para mim. Sua participação foi muito boa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É porque eu foquei na parte da transparência. Só isso, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que é o que o senhor é na sua prestação de contas das emendas parlamentares.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu dei uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, mas eu acompanho a sua prestação de contas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E a sugestão foi muito bem acatada quando ele disse que chamasse profissionais da área. Tudo isso... Acho que o requerimento dos Senadores vai contemplar.

Eu vi uma matéria, Sr. Presidente, no Google, de cerca de 2,5 milhões para projetos de apoio a empreendedorismo de mulheres indígenas, que teriam apoio da fundação do senhor. O senhor sabe a que se refere essa matéria?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Essa matéria específica não sei, mas eu queria só dizer, Senador, para fechar esse assunto da transparência, que essa sequência que nós temos é a que todas as empresas têm. Todas as empresas... Se o senhor pegar uma empresa qualquer, um banco, um supermercado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Odebrecht, OAS... (*Risos.*)

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Um supermercado, um supermercado qualquer, um supermercado do bairro aqui mais próximo. O que um supermercado vai fazer? Um supermercado onde o senhor frequenta, eu frequento: ele vai ter uma contabilidade interna e vai ter uma auditoria externa. É assim que funciona. Isso é a maneira que... Alguém tem que organizar as contas internamente. E, depois de organizadas essas contas, isso é apresentado pro ente externo. Do ponto de vista de transparência e de rigor, isso é o que a boa prática do Conselho Federal de Contabilidade recomenda, e nós seguimos as boas práticas, as melhores práticas de gestão e contabilidade. É isso que é...

Com relação a... Eu não sei o que o senhor está lendo especificamente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu vou...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... mas sobre empreendedorismo indígena, eu posso... Eu sei o que é.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A iniciativa envolve pequenas e médias empresas lideradas por mulheres indígenas... Eu acho que o senhor mostrou aquilo bem claro, mostrou ali a parte do açaí...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Aliás, se pudessem colocar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não só das mulheres, mostrou um homenzinho em cima da moto...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eu parei em um eslaide em função até do tempo que o Senador me concedeu, generosamente, e me disse que eu teria possibilidade de botar alguns outros eslaides. Se pudessem botar os eslaides de onde eu parei, é porque tem um exatamente sobre esse tema...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu ia perguntar...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... do senhor, sobre artesanato indígena.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quais são os estados e quais são os municípios que a fundação do senhor financia? *(Pausa.)*

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós atuamos...

Eu parei aqui... *(Pausa.)*

Está aqui, pode deixar. Pode deixar aqui, eu chego...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, eu acho que não passou isso, não. *(Pausa.)*

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Este aqui é um dado interessante sobre o Fundo Amazônia. O TCU fez análise das contas da FAS... Senador, este é um dado interessante, é o acórdão do TCU. O TCU realizou uma análise das contas da FAS relativas ao Fundo Amazônia e não encontrou nenhum apontamento específico, ou seja, nenhum erro. De maneira geral, a análise executada pela instituição disse que os recursos do fundo estão sendo utilizados de maneira adequada e contribuindo para os objetivos para o qual foi instituído. Não restaram... E aqui teve um depoente que antecedeu esta sessão dizendo que o Fundo Amazônia tinha alegações, foi o ex-Ministro. E nenhuma dessas irregularidades aventadas pelo ex-Ministro foi encontrada pelo TCU. Então, é importante fazer esse registro de que a gente, enquanto ONG, no caso específico da FAS, é, sim, monitorado pelos órgãos de controle.

A apresentação, o eslaide que eu queria mencionar para o senhor que faz menção a essa questão que o senhor fala do artesanato é esse daqui...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, é o...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – De mulheres indígenas, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É o empreendedorismo das mulheres indígenas.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Qual foi o valor?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De 2,5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – De 2,5 milhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Isso.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

Então, aí eu tenho a enorme satisfação de mostrar que isso tem dado resultados excepcionais.

Aqui essa imagem ilustra o teçume da Amazônia, no Município de Maraã, no Rio Japurá, onde tem uma comunidade, Senador Plínio, que valeria muito a pena uma visita e chama-se São João do Ipecaçu. Tem um grupo de mulheres lidando com artesanato, com *design*, e essas mulheres estão alcançando o mercado com um nível de prosperidade, Senador, que é, assim, gratificante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quantos estados?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Foi feita...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quantos estados e municípios?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Só no Amazonas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só no Amazonas.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Só no Amazonas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Municípios?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Municípios: 28.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Vinte e oito. Esses 2,5 milhões estão gerando esse trabalho aí.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Esse *designer* aí ganhou um prêmio da Casa Vogue, e esse pedaço de madeira de roxinho, que antes valia pouco mais de nada, vale cada peça dessa R\$700.

Então, quando nós falamos em superar a pobreza, é dar elementos para essas pessoas se tornarem prósperas. Então, nós somos a favor da prosperidade e aqui tem ótimos exemplos. O Senador Bittar, inclusive, quando mencionou, na última fala, o tema da pobreza, Senador, esse é um dos caminhos, a Amazônia tem muitos caminhos. Acho que a agricultura é um caminho, a piscicultura é outro, tem muitos caminhos, mas um dos caminhos é fazer o uso das palhas, etc. e tal, da arte e da capacidade de fazer teçume, que muitas dessas comunidades têm. Volto a dizer: isso não se aplica a tudo, mas é uma fração, e o problema tem que ser fracionado e enfrentado de uma forma inteligente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a resposta objetiva, Senador, é sim, isso é um programa extremamente exitoso que tem gerado renda de uma maneira muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu acho que eu já... Não sei se esclareceu ou se complicou mais para mim a transparência.

Agora, uma coisa é certa – viu, Senador Plínio, Senador Marcio Bittar, Senador Petecão, Senador Mecias, aqui do meu lado? –, 50 milhões é o recurso da Fundação Amazônia para o ano de 2023; 23%, aproximadamente uns 10 a 11 milhões entre pagar salários e custeio. Eu dou outra sugestão: deveria estar na transparência, porque eu não tenho vergonha de dizer e nem tenho medo de dizer quanto é que um Senador ganha porque está na transparência. A gente não vai passar por nenhum desconforto e nem é constrangedor, não. Constrangedor é o brasileiro que ganha um salário mínimo e ter que viver com o que vive ou ganhar R\$100 por uma Bolsa Floresta. Então, deveria estar lá bem detalhado quem são os 143, quanto ganha o superintendente, o diretor, a administração, porque, se eu for dividir isso aí, vai dar quase 70 mil, se eu for pagar só salário, se for por igual, se for por igual. Então, são as sugestões que acho que o Senador Marcio Bittar, o Senador Plínio, se não fizeram, eu posso fazer também, de pedir essa transparência. A gente não vai divulgar, não, é só para a gente ter esse conhecimento para ver. A gente não quer fazer controle externo, não. A gente só quer dar garantia de que o senhor realmente é ético, dá transparência e faz um trabalho bom.

Então, para terminar, agradeço a presença do senhor. Acho que nenhum Senador aqui é contrário a um trabalho feito por organizações não governamentais. Pode ser a do senhor que seja uma das dignas de ter esse reconhecimento, mas, como em todo e qualquer lugar no mundo, e principalmente no nosso país, existem pessoas que não contribuem com tudo o que foi dito aqui: com transparência, com bom uso de dinheiro público.

Se fosse só o dinheiro privado, aí teria um outro questionamento, Senador Bittar: Qual o motivo de você estar investindo tanto dentro dessa área?

Eu sugiro, já que o senhor tem esse *know how*, mas é Engenheiro Florestal... Eu queria, Senador Bittar, que tivesse uma ONG para ver lá o meu sertão, porque o povo lá está morrendo, viu? O povo lá está necessitando e não tem ONG nenhuma; não tem nada rico!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como amigo seu, eu posso dizer por que não tem? Porque não tem riqueza mineral.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nem água tem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque se tivesse riqueza mineral, estaria como está a Amazônia. Agora nós estamos enfrentando o problema do potássio. Inventaram a quantidade de indígenas para poder demarcar uma área maior do que teria lá atrás para requerer, e a gente está deixando de explorar o potássio, que supriria 25% do mercado nacional. Mas o Rio Grande do Norte tem praias bonitas, mares bonitos, pessoas bonitas, mas não tem riqueza mineral. Está respondido?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Respondeu.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mecias, só te peço só... É só um complemento aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, já passou.

Então, com a palavra, o nosso amigo, Senador Mecias, de Roraima, que é, juntamente com Amazonas, Acre e Amapá, superprejudicado com essa questão das más ONGs.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Somos coirmãos e, exatamente por isso, passamos pelas mesmas consequências.

Mas, Presidente Plínio; nobre Relator, Senador Marcio Bittar.

Sr. Virgílio, obrigado, eu espero que o senhor entenda aqui a missão dessa CPI. E como o senhor entrou aqui recitando a oração de São Francisco, que eu acho belíssima, eu quero que o senhor entenda que o papel aqui da Comissão é apenas buscar a verdade. É com paz que nós queremos buscar a verdade, sem agressões, sem palavrões. O que nós queremos é o que diz a Bíblia, em João 8:32: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará".

Então, o senhor esclarecendo para nós aqui as perguntas, os questionamentos que estão sendo feitos ou aqueles que vierem ainda a ser feitos, inclusive correspondendo com a transparência, certamente esta Comissão e o Brasil agradecerão muito V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero iniciar perguntando a V. Exa. o seguinte... Talvez eu faça algumas perguntas que já tenham sido feitas pelo Relator, eu tive que sair por um momento, mas, V. Exa. por gentileza me responda novamente. Eu vou fazer algumas perguntas e o senhor prefere anotar e responder depois? Ou bate e pronto? Então vamos lá.

Qual o critério utilizado para escolher as famílias que recebem o Bolsa Floresta? Quais são os critérios? Qual é o compromisso que essas pessoas têm que fazer com a sua fundação para receber o Bolsa Floresta?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Respondo... Faremos pingue-pongue, então, assim?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vamos lá.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ótimo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Só gostaria que o senhor fosse mais objetivo.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Perfeito.

O Bolsa Floresta é um programa do Governo do estado, e ele é dirigido para unidades de conservação estaduais. Então, são os moradores dessas áreas que são os elegíveis.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k.

É... Então, as 9 mil pessoas... O senhor tem 9 mil bolsistas?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Todos esses estão dentro de unidades de conservação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – São moradores de unidades de conservação estaduais. Porque tem unidades de conservação que são federais ou municipais. Esses são apenas das estaduais.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor falou de um número que recebeu do bolsa... do Fundo Amazônia. Eu não sei exatamente o valor que o senhor disse, mas quanto o senhor gasta do Fundo Amazônia com recursos humanos, com pessoal?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Foram dois projetos do Fundo Amazônia, um foi de 19 e outro de 31 milhões, que perfazem 51 ao todo. O gasto deve ter sido da ordem de 20%.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vinte por cento, então, do bolsa...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Do total.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... do Fundo Amazônia o senhor gastou com...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso.

E, na verdade – aí tem que especificar –, isso não foi gasto com a direção da FAS, os superintendentes, etc.; foi tudo gasto com assistência técnica. E aí aproveito para registrar, mais uma vez, que o Fundo Amazônia e o BNDES são muito rigorosos. Então, por exemplo, eu citei aqui a produção de banana, a produção de farinha, etc. Isso foi feito com a assistência técnica de agrônomos, engenheiros florestais, engenheiros de pesca, etc., custeados com recursos do Fundo Amazônia. Então, os salários e o custeio foram para as atividades de assistência técnica.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Correto.

O Bolsa Floresta é todo de recursos do Governo do estado?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, todo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor... Quanto o senhor gasta com pessoal, de recursos destinados para o Bolsa Floresta?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não; o Bolsa Floresta é um pagamento por serviços ambientais, então ele é custeado pelo Governo do estado. Hoje ele se chama Guardiões da Floresta até – para a gente acertar a nomenclatura.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ele é repassado para a sua fundação ou vai direto...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele é repassado para a FAS, e a FAS repassa para as contas bancárias dos beneficiários.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O que é que ele se compromete a fazer? É manter a floresta de pé?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Principalmente evitar incêndios florestais. Hoje uma das grandes ameaças à região é o aumento da estação seca, que aumenta o risco de incêndios – este ano, inclusive, a gente está numa seca muito pronunciada –, então o compromisso é fazer aceiro na hora de fazer a agricultura e evitar que o incêndio saia do controle.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Certo.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Principalmente, é isso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Isso é o principal.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... definitivamente, quem não estiver dentro das unidades de conservação não recebe o Bolsa Floresta, correto?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas o senhor não atua só dentro de unidades de conservação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não. Essa é uma ótima observação, que eu não mencionei porque na minha apresentação acabei não chegando ao final, mas nós temos uma atuação – se puder até botar os últimos eslaides aqui, por favor... Nós temos uma atuação em Manaus, na cidade de Manaus, então nós não atuamos apenas em comunidades na floresta. Nós temos uma atuação...

Por exemplo, aqui, essa é uma Feira da FAS, de economia circular, que ocorre em Manaus. Duas mil pessoas vão a essa feira. Ocorre aos domingos, uma vez por mês.

Aqui tem a Feira do Pirarucu, que também é feita em Manaus, na sede da FAS. Esse é o exemplo de um mês: nós vendemos nesse mês 5 toneladas de pirarucu. E a venda... Essas pessoas que estão ali – nesse caso aqui, com aquela camisa branca – são pescadores. Então, não é a FAS que vende; a gente só cria estrutura para que os pescadores saiam da mão do intermediário e possam vender diretamente aos consumidores. Com isso eles triplicam a renda, *grosso modo*, e tem também um ganho para o consumidor, porque em Manaus a pessoa faz fila na frente da fundação pra comprar o pirarucu de boa qualidade, porque acabou de chegar da pesca, e a um preço melhor do que o do mercado.

E a gente teve uma coisa muito interessante, que foi o tambaqui. Com o manejo e a proteção dos lagos de pirarucu, voltou a produção do tambaqui, que estava basicamente desaparecido desses lagos em função da pesca predatória. Então, o ordenamento pesqueiro é algo que aumentou a produtividade dos lagos, e hoje o tambaqui de rio, pra quem é do Amazonas, faz uma diferença enorme, tambaqui de viveiro *versus* tambaqui de rio, tambaqui de rio é mais saboroso. O Senador Plínio conhece bem.

Então, a gente tem, Senador, uma procura enorme hoje por tambaqui de rio, que está vindo dos lagos manejados. E, aí, os pescadores chegam com esse peixe, a gente tem uma câmara frigorífica de cinco toneladas, e, aí, eles, enfim, vendem isso, mas vendem rapidamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Esse dinheiro vai para eles ou vai para a fundação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, é 100% deles. A gente só oferece a estrutura. Então, eles que vendem; eles que manejam; a contabilidade é deles. A gente só faz o registro para saber exatamente qual que é o valor por que foi vendido. Então, o papel nosso é de quem está ajudando. E, aí, volto ao tema que o Senador Marcio Bittar falou, da pobreza. Isso, Senador, está tirando as pessoas da pobreza. E volto a dizer: cada região tem uma solução – não é? –, principalmente a região do Médio Solimões, a região do Juruá, do Médio Juruá, do Baixo Purus, que tem um potencial muito grande de lagos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Virgílio, o senhor falou da auditoria que é feita nas contas da fundação. São... Essa auditoria faz esse trabalho gratuito? É isso?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Qual é o critério que o senhor usa para escolher a auditoria que vai auditar a sua fundação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós usamos uma das grandes empresas do mundo, que eles chamam de Big Four, as quatro grandes empresas, que são as maiores empresas do mundo de auditoria, e uma delas se dispôs, como parte da sua política de filantropia, a doar serviços. Esse serviço é quantificado, eles nos informam o valor desse serviço, e isso é publicado no balanço deles e no balanço da FAS.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas é 100% gratuito.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É 100% gratuito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eles sugerem, fazem anotações, apontam falhas ou eles simplesmente apresentam parecer pela aprovação?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Senador Mecias, eles dão uma dor de cabeça para a nossa contabilidade enorme. Eles pegam todas as contas. Todas, não! Eles fazem por amostragem, mas pegam aquelas contas que eles sorteiam e eles vão a fundo, ficam semanas dentro da nossa contabilidade, analisando em detalhes. E, ocasionalmente, eles, ao identificarem uma coisa que não esteja 100%, eles recomendam, etc. Então, eles contribuem muito para a nossa melhoria constante. Então, eu tenho certeza de que, a cada ano que nós passamos pelas auditorias, nós aprimoramos o sistema nosso de controle de contabilidade, de práticas contábeis.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor disse que... *(Pausa.)*

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Enquanto o senhor...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Perdão!

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... passa pela água aí, uma coisa importante é que eles avaliam as nossas práticas contábeis à luz do cumprimento da legislação vigente no Brasil. Então, se eles identificam alguma coisa do ponto de vista do regime de trabalho dos funcionários, como é que está sendo feito, se a CLT está sendo bem observada ou não... Eles analisam todos os aspectos da nossa administração à luz da legislação. Qualquer sintoma de não conformidade eles levantam e apontam a necessidade de melhora, mas, até hoje, não teve uma ressalva, é o tema técnico, importante.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Os tribunais de contas, TCU e TCE, auditam as contas de vocês, ou vocês apenas encaminham um relatório, e fica por isso mesmo?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Eles auditam, e nós mandamos... No caso do BNDES, a FAS manda a prestação de contas daquilo que é relativo ao BNDES para o BNDES. O BNDES está sujeito à avaliação do Tribunal de Contas, e, então, ao ser avaliado pelo Tribunal de Contas o BNDES como um todo, eles pegam projetos, como é o caso da FAS, e avaliam. O que eu mostrei, há pouco, aqui – não sei se o senhor estava aqui ou já tinha saído –, é que o parecer do TCU sobre as contas da FAS não indicou nenhuma anormalidade.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim, eu vi, eu vi, mas vocês não encaminharam para o TCU...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não, porque...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vocês encaminharam para o BNDES, e o BNDES encaminha para o TCU.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Exatamente. É, é...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vocês não estão subordinados a terem essas contas apreciadas, analisadas pelos tribunais de contas, nem do estado nem da União?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Nós estamos dessa forma que eu acabei de descrever.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Certo. O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Como nós não somos um órgão do Governo Federal, nós não podemos ser auditados diretamente pelo Governo Federal. Como nós...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas vocês recebem recursos do Governo Federal e de governo de estado.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Sim, exatamente. Aí nós somos alcançados pela auditoria no BNDES. Então, ao ser auditado o BNDES pelo Tribunal de Contas da União, eles nos alcançam, mas nós... O Tribunal de Contas não pode, por exemplo, auditar um supermercado aqui de Brasília, porque não está ligado a isso, mas, se o supermercado...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Se ele tiver recebido recursos públicos...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele não pode fazer auditoria direta...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Direta.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Ele tem que fazer auditoria...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Perfeito.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – ... por meio daquele órgão que repassou o recurso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Perfeito, perfeito. Eu sei disso.

Deixe lhe fazer mais uma pergunta. Os recursos que o senhor recebe de outras ONGs, embaixadas... Como é que eles entram na sua conta? Como é que ingressa no Brasil esse dinheiro?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Cem por cento – 100% – de tudo que recebemos é de acordo com as regras de contabilidade vigentes no Brasil. Então, da mesma forma como uma empresa recebe dividendos pela venda de um celular para fora do Brasil, ela internaliza isso segundo regras do Banco Central... Tem toda uma burocracia...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Esse dinheiro todo entra de forma legal...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Tudo...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... e o Banco Central tem conhecimento de tudo isso?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – De 100%, 100%.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k., o.k.

Como disse o eminente Relator, o Dr. Virgílio certamente não vê problema nenhum de encaminhar tudo isto – folha de pagamento, pagamentos feitos – à Comissão, Presidente, porque ele é de uma retidão qualificada como boa pelo que ele apresenta aqui. Portanto, gostaria de requerer que ele encaminhasse todos os pagamentos feitos pela fundação, todos os contratos e pagamentos feitos pela fundação pela fundação e toda folha de pagamento feita por ele nos últimos cinco anos, para que a gente pudesse analisar. E eu sei absolutamente que ele não tem problemas de... Eu acho que ele se compromete com isso aqui conosco, certo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está anotado o pedido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Virgílio, para finalizar, o senhor disse que atende a 804 comunidades, é isso?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – A 802.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A 802 comunidades.

Onde elas estão localizadas? Em quais estados?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Essas estão todas no Estado no Amazonas.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Todas no Estado do Amazonas.

Os ianomâmis estão incluídos entre eles?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor não atende a nenhuma comunidade ianomâmi?

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Entendido.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Mecias, obrigado.

Eu já havia anunciado o Senador Petecão com a palavra. Beto, eu já tinha anunciado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Beto, você já almoçou, e eu não almocei. Então, você vai esperar aí... (*Risos.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Eu tenho mais reserva.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Você está mais forte do que eu.

Senador Plínio, obrigado. Não sou membro desta Comissão. Fiz questão de vir aqui em consideração e respeito a esse jovem amigo aí, o Virgílio, que é amigo já de muitas datas.

E tive o prazer de conhecer o Virgílio lá no meu estado pelas mãos de uma das pessoas mais sérias que eu conheço no meu estado e, conseqüentemente, no Brasil, que é o Deputado Ronald Polanco, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas, meu colega, foi Deputado Estadual comigo. Algumas vezes fui a Xapuri; era quando o Virgílio estava lá tentando implantar esse trabalho que ele nos apresentou, e, infelizmente, o Governo do Amazonas levou o Virgílio. Depois tive a oportunidade de visitar o Virgílio lá no Amazonas pra conhecer essas experiências *in loco*.

Eu lamento, eu gostaria muito que o que está acontecendo lá, através da FAS, estivesse acontecendo no meu estado, que lá no estado nós não temos nada, nada. Não temos nem... E eu penso assim: primeiro, não devemos politizar esse debate; temos ONGs boas, temos ONGs ruins. Eu conheço o Virgílio. Eu acho que o Marcio brincou e disse: "Eu acho que você está recebendo dinheiro das ONGs". Eu espero que seja brincadeira, porque você me conhece.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. Eu espero que seja brincadeira, porque você me conhece. E eu lhe conheço.

O Virgílio é uma pessoa que, quando eu soube, liguei pra ele várias vezes, e ele não atendeu ao meu telefone. Quando eu cheguei na sala ali, o senhor é testemunha, eu digo: "O senhor não vai atender meu telefone?". Ele disse: "Estava no silencioso, estava no vibrar". Fiz questão de vir aqui e, quando vi a exposição dos trabalhos que o Virgílio, que a FAS está fazendo lá no Estado do Amazonas, o Chico, que estava aqui do meu lado, disse: "Rapaz, vou dar meu cartão pra esse cara agora que eu quero que esse cara leve...". Foi dito aqui por ele. Não sei se ele o conhece...

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor. *Fora do microfone.*) – Não. Não conheço ele, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E ele disse: "Eu vou dar o meu cartão pra esse cara que tenho interesse que ele leve esse trabalho lá pro meu estado de Roraima".

Alguns questionamentos que foram feitos aqui pelos colegas eu entendo perfeitamente, e nós temos órgãos que poderão auditar, fiscalizar, tudo o que foi dito aqui pelo amigo Virgílio.

No mais, Virgílio, quero só te parabenizar por ter vindo aqui. Eu saio daqui contemplado. Gostei muito. Depois, se fosse possível, gostaria de que você me mandasse aquele vídeo do trabalho que está sendo feito lá.

Nós temos uma experiência que foi feita na Vila Restauração pelo pessoal da Energisa, de energia solar. Eu fiz algumas críticas à Energisa. Aí, o dono da Energisa veio aqui ao meu gabinete e disse: "Olha, eu poderia abrir tudo, o que você quiser saber da Energisa, eu estou à disposição". E eu falei assim: ó, eu acho que... Porque, quando eu era Deputado Estadual, privatizaram a energia, e o que diziam pra nós é que, se privatizassem, melhoraria a qualidade de energia e o preço iria baixar. Nada disso aconteceu. Eu acho até que o serviço melhorou, mas o preço subiu. Então, eu disse pra ele: por que é que o dinheiro que vocês ganham lá no meu estado, na Amazônia, vocês não reverterem em benefício para os amazônidas? Ele disse: "Eu achei interessante". Aí, ele disse: "Como assim?". Eu disse: o senhor poderia fazer um piloto lá no meu estado pra virar referência pro mundo.

Uma vez, eu estava lá na ONU e falou-se muito sobre energia solar, que seria uma das saídas pra Amazônia, e eu cobrei isso dele. Falei num termo, assim – sabe? –, sem muito interesse. Achei que jamais ele faria aquilo. Foi quando ele perguntou: "Onde, por exemplo?". Eu falei: o senhor poderia fazer ali na Restauração, nas cabeceiras do Rio Juruá, acima de Marechal Thaumaturgo – eu botei num lugar bem distante, porque era pra ele não fazer, entendeu? Mas essa empresa fez um piloto – não sei se você conhece, mas depois procure ver lá; e, quando você mostrou aquela usina ali, eu achei interessante –, e os caras fizeram um negócio que virou referência pro mundo. Eles, inclusive, apresentaram lá na ONU e ficou uma coisa muito legal.

Eu acho que tudo que for bom pra Amazônia, nós, amazônidas – eu, que nasci e me criei no Acre –, temos que receber. O que for ruim, eu acho que este é o papel aqui da CPI: denunciar, sei lá, fazer o que for possível, o que a CPI puder fazer. Eu acho isso supernormal numa CPI.

No mais, Virgílio, quero só te desejar boa sorte. Espero que a gente possa se rever em breve.

Eu tenho muito interesse nessas experiências que hoje você executa lá no Amazonas, para que a gente pudesse voltar a sonhar – eu sempre conversei isso com o Polanco –, para levar algumas coisas que deram certo no Amazonas pro Acre. O que não deu certo, deixar lá no Amazonas mesmo, mas, as que deram, levar pro Acre.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Polanco me deu um relatório das atividades da FAS lá no Amazonas. Tem umas coisas muito legais.

Você falou de 40 milhões... Não, 50 milhões por ano. É isso, Virgílio?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – De 50 milhões. Divididos por 12, nós estamos falando aí de 4 milhões no mês, não é isso? É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sinceramente, eu não acho que isso seja muito dinheiro, sinceramente, porque... E aí eu vejo: "Ah, o estado tem que administrar". Mas qual será...

Eu tenho alguns exemplos de gestão de estado, com os quais, sinceramente, eu estou meio desanimado.

No mais, quero agradecer ao Marcio, ao Plínio, a oportunidade de estar aqui presente. Gostei da sessão aqui da Comissão.

Obrigado ao Beto por ter me cedido o tempo.

E quero me colocar à disposição, viu, Plínio? Se você tiver alguma informação que eu não tenho... "Ó, Petecão, isso aqui não é verdadeiro, está aqui, a verdade é essa aqui". Eu estou pronto. Não tem nenhum problema nisso. Eu só acho perigoso essa questão ideológica, partidária, porque nós...

Eu posso falar que conheço a Amazônia. Eu conheço a Amazônia! Saindo de Manoel Urbano e indo até Santa Rosa dos Purus, de voadeira, gastando 18 horas. É um exemplo. Eu conheço tudo! Conheço tudo. Conheço por dentro. Realmente, tem um povo que precisa, e precisa muito do nosso apoio. Muito.

Quando eu chego a algumas comunidades daquelas... Tem um projeto maravilhoso. Esse Mais Luz para a Amazônia... Isso é maravilhoso! E foi um projeto que começou lá no Governo Bolsonaro.

Eu nunca vi o Bolsonaro falar disso, coitado. Nem disseram para ele da importância desse projeto.

Esse projeto é fantástico, Plínio. Eu não sei se está em execução lá no Estado do Amazonas essa energia solar nas comunidades isoladas. Isso é um negócio maravilhoso, que tem que dar certo, independente de qual... Seja lá qual for o governo.

Eu vou falar com a Marina – tive uma conversa com os Prefeitos agora –, para que libere a licença ambiental, para que a gente possa entrar na reserva e levar o Luz para Todos. Isso é um absurdo! Não dá autorização para que possa entrar o leão para atender às pessoas que precisam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estamos falando em devastação da Amazônia, não estamos falando de nada; estamos falando em levar dignidade para as pessoas. É isso que eu penso. Eu acho que, se a gente encontrar...

Eu levei agora, Virgílio, um curso de agroecologia para Santa Rosa do Purus, através do Ifac. Eu passei uma hora me preparando para fazer um discurso, e um padre, em 30 segundos, disse tudo o que eu queria dizer: agroecologia. Porque nós não podemos nem radicalizar ecologicamente nem podemos esquecer que nós temos que conciliar o agro com a ecologia, porque é como o padre disse: a prioridade é o cidadão, são as pessoas que moram lá. Então, tudo o que for feito, no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, aí pode contar 100% comigo, 100%.

Eu não conheço ninguém que seja a favor da devastação da Amazônia. Tem esse debate, mas ninguém é a favor da devastação da Amazônia. Eu não conheço. Olha, tem alguns... Às vezes, uns brincam: "Olha, tem que ir lá agiotar a Amazônia". Isso é besteira e, para mim, isso é babaquice. Nós temos que encontrar um meio termo de preservar a Amazônia, mas dar uma vida digna para as pessoas que moram na Amazônia. E, quando eu vi aquele vídeo que você mostrou ali para mim, aquilo ali que é dar dignidade para as pessoas!

Como você está fazendo... Essa questão do dinheiro aí não é comigo, aí nós temos os órgãos fiscalizadores...

Eu desejo a você sucesso e agradeço por essa oportunidade que o você me deu de conhecer o seu trabalho mais uma vez.

Obrigado, Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se quiser agradecer, Sr. Virgílio, fique à vontade.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – Obrigado, Petecão, pela sua presença. Sei que a sua atividade aqui é intensa, e tirar aí horas do seu dia, para mim, é uma honra. E acho que o seu chamamento para não politizar o debate é muito oportuno, para que a gente não crie uma cultura de demonizar as organizações não governamentais sérias. E eu acho que esse chamado é muito importante para que a gente não caia na armadilha da politização e para que a gente vá olhar com mais rigor os temas propriamente ditos.

E queria convidá-lo – você, que já nos visitou no passado – para conhecer de perto, aí, na primeira oportunidade. Eu tenho certeza de que os seus olhos vão brilhar. E, com o maior prazer, a gente pode conversar. Eu já falei isso, inclusive, com o Senador Marcio.

Eu não tenho uma cor partidária, viu, Marcio? Apesar de ter relação de amizade com as pessoas, eu trabalho de uma maneira republicana. Então, se pudermos contribuir para o Acre, de alguma maneira,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos às ordens. A gente está trabalhando na calha do Juruá, no Rio Gregório, que é ali a divisa do Acre com o Amazonas.

E, sobre esse tema de energia, a gente aprendeu uma coisa importante. A gente fez uma análise da linha de transmissão *versus* a geração distribuída. E, obviamente, isso vai variar de um lugar para outro – não dá para fazer uma afirmação para todos os lugares –, mas, em muitos lugares, é melhor...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A licença é no Luz para Todos.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – No Luz para Todos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não é no "mais energia para...". É "mais energia para o Amazonas" o nome do programa?

O Luz para Todos é onde tem os ramais.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – É onde tem os ramais.

Mas, então, a gente fez o linhão. E até teria o maior prazer em compartilhar isso. A gente fez uma análise comparativa da linha de transmissão *versus* a geração distribuída de energia solar.

É melhor a geração solar, por uma razão: a confiabilidade é maior. Na linha de transmissão, o ramal no meio da floresta, o que é que acontece? Cai uma árvore. Onde foi que caiu essa árvore? Aí, vai procurar essa árvore. Até que se ache essa árvore, isso dá dois, três dias. Você passou uma semana para consertar aquele problema. Já a geração solar não tem esse custo, ela é mais confiável e ela gera uma energia de melhor qualidade.

E, obviamente, volto a dizer, isso não é uma afirmação para todas as circunstâncias. Vai... Pode ser que não seja um lugar muito perto, 2, 3km, é uma coisa. Mas tem ramal que o Luz para Todos fez 60km de ramal dentro da floresta. Caiu uma árvore. Cadê essa árvore?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso acontece muito.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA – E o último comentário, Senador, que a gente aprendeu também nessa jornada longa de fazimentos, é que é muito importante ter o agente comunitário de eletricidade.

A gente tem um programa de formação de agentes comunitários de eletricidade – o Senador Plínio conhece bem o Cetam, o Senai, etc. –, em que a gente forma o comunitário para cuidar da placa solar, porque, se não cuidar, também não funciona. Tem que limpar, porque tem sujeira, etc., tem várias coisas de manutenção. Então, tem uma experiência nisso e com prazer compartilharei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Petecão, obrigado pela sua presença.

Aquilo que o senhor está falando, da importância da energia, que está falando aqui, e da distância das comunidades... A gente não pode também, ao querer não demonizar – isso foi desde o começo, essa palavra demonizar que a gente usou, "não vai demonizar"... Aqui não é Bolsonaro, Lula, direita e esquerda; aqui a gente está tirando dúvidas; e, no final, sim, apontar as más ONGs, aquela que recebe dinheiro estrangeiro para forjar laudos antropológicos; forjar índios, transformando mestiços e pardos em indígenas e querendo requerer terra onde tem riqueza que a gente pode explorar.

E, para dizer que nós entendemos essa dificuldade, olha só, Prof. Virgílio Viana – a gente mostrou, mas a Globo mostra o Vale a Pena Ver de Novo, a gente também tem direito a isso –: isso é uma comunidade do Rio Içana, recebendo um gerador de emenda parlamentar. *(Pausa.)*

Índio não quer energia. Isso aí é toda a comunidade do Castelo Branco, no módulo Içana, recebendo um gerador de emenda parlamentar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu vou dar um exemplo aqui muito claro: eu aloquei, Plínio, recursos para comprar cinco motores desses. Quando eu voltei lá, depois de um ano, os motores estavam novinhos. E eu falei, mas por que que o motor não funciona? Porque não tem dinheiro para botar óleo diesel.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque depende da prefeitura.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Esse aí não resolve, esse eu conheço.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas, se não resolve, olhe a alegria. Olhe a alegria.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, você pelo menos proporciona alegria. Pior são aqueles que pegam dinheiro, embolsam e gastam entre si, com seus parceiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Beto, que é o nosso último orador, porque saiu para almoçar.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Não, é...

Primeiro, quero agradecer. Eu tive uma reunião de bancada agora, e nós tivemos que decidir alguns pontos, e eu tive que sair. Mas acompanhei bastante da palestra feita pelo Virgílio e os questionamentos. Então, estou ciente daquilo que foi dialogado aqui.

Primeiro, Virgílio, eu queria até parabenizá-lo. Eu não conhecia a sua entidade e nem o conhecia, está certo? Acho que hoje é a primeira vez que a gente está se vendo. Eu não conhecia a entidade.

Eu sou oriundo do movimento sindical de trabalhadores rurais no Pará. Eu venho de sindicato de trabalhadores rurais, da Fetagri, que é a federação dos trabalhadores de agricultura, da Central Única dos Trabalhadores. Nunca fui membro ou participei de uma ONG, nunca. Eu sempre participei desses movimentos, que é a representação dos trabalhadores com estatuto, negociação coletiva, abertura de crédito, estrada, enfim, participei desses movimentos, mas de ONG nunca participei. E sempre disse aqui, desde o início, que, de fato, nós não temos que sair já... E foi essa... Sempre foi a minha preocupação de que a gente não tinha que sair já daqui dizendo que as ONGs não prestavam serviço, assim como "ah, é tudo correto".

Eu não acho que todas as ONGs são corretas e fazem tudo certinho, assim como também não acho que todas as ONGs prestam mau serviço à população. Eu tenho, apesar de nunca ter participado, tenho relação com algumas ONGs, que prestaram serviço, inclusive, em comunidades que eu atuo politicamente e que fizeram bons serviços, ajudaram o Estado.

Às vezes, o Estado não consegue chegar a essas comunidades, ou, quando chega, tem muito mais dificuldade. Então, o papel que ONGs, que a igreja, inclusive, na minha região, assumiu foi importante. A igreja, fosse ela católica ou evangélica – tem várias igrejas lá, eu sou católico –, mas tem várias igrejas que prestaram grandes serviços também na minha região, assim como ONGs prestaram importantes serviços e assim como tem aquelas que já até fecharam, porque foi tanto questionamento que tiveram, ao longo do período, que nem existem mais, saem do mercado, não estão mais no mercado, enfim... Como em toda a sociedade: você tem bons advogados, maus advogados... Daqui a pouco, a gente está vendo advogados fazendo coisas que não deveriam e estão sendo presos e tal. Enfim, em todas as categorias. Eu acho que essa é uma questão.

E eu queria parabenizá-lo porque eu acho que você deu aqui um bom exemplo de uma ONG que trabalha corretamente, certo? Você pegou... Estou falando você, personalizando, mas a ONG pegou dois financiamentos do Fundo Amazônia. Um, em 2009; e outro, em 2016. Passou por todos os tipos de governo... Passou pelo Governo Bolsonaro, passou pelo Governo Michel Temer, passou pelo Governo do PT, e até hoje não houve um questionamento do ponto de vista da aplicação, da lisura de como vocês



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicam os recursos. Aquilo que estava estabelecido no projeto, vocês aplicaram corretamente, e as prestações de conta vêm sendo aprovadas.

Aqui você se dispôs a dar os relatórios, inclusive de quanto recebe, de como recebe, acertou aqui para esclarecer para a Comissão uma série de pontos em que acho que quem não deve não teme. Quem não deve vem aqui, apresenta e faz o que você fez, tá certo? Faz o que você fez. Então, quero te parabenizar.

Eu soube que agora você está fazendo tratativa, inclusive, com o nosso Governo, lá no Pará, e eu não sabia. Está em tratativa com o nosso Governo, o Governo do MDB, não é do PT – eu faço parte lá da base, sou componente –, mas o Governo do PMDB, porque tem do PMDB, tem do PT dentro do governo até Democrata, que agora é União Brasil... Tem de todas as matizes políticas lá dentro. Dentro do governo, do Lula ao Bolsonaro, tem lá na base do Governo.

O nosso Governador foi o Governador mais votado do Brasil na última eleição. Foi o mais votado do Brasil na última eleição e o está chamando, enquanto entidade, para poder prestar um serviço. E, pela apresentação que você fez aqui, eu fico feliz. Inclusive, vou estar acompanhando, ajudando naquilo que a gente, enquanto Senador, puder fazer.

Acho que tem umas visões em que a CPI vai ser importante, para a gente... Nós temos aí visões diferenciadas. Eu, por exemplo, nessa questão de você estar hoje numa ONG, amanhã estar no Governo e, porventura, algum dia voltar para a ONG, eu não tenho isso como problema, até porque... Eu nunca fui Executivo. Já fui Executivo, mas não como chefe do Executivo, já fui como auxiliar. Mas você, quando vai montar um governo, você vai buscar tudo aquilo que você acha e entende que é melhor, que você encontra na sociedade, seja aqueles que já estão no serviço público, seja aqueles que estão na iniciativa privada, em ONGs. Quando você vai montar, você vai buscar ali naquele seu meio. Se, dentro de uma ONG, tem alguém que se destacou e que tem um serviço importante, é importante vir para o governo, às vezes até para transformar aquela política que nasceu na ONG numa política pública. Está certo? Eu sou defensor.

Quantas coisas nasceram no terceiro setor, quantas coisas nasceram no movimento social? Eu quero lhe dizer que eu tenho orgulho... Não é registrado isso aqui, mas essa história do Pronaf nacional iniciou num movimento que eu liderei lá na região, que chamava Grito do Campo, o grito da Amazônia, e nós o fizemos para democratizar o acesso ao FNO, que é o Fundo Constitucional. Criamos primeiro o FNO urgente, depois fomos construindo, para poder, depois, num grito nacional, com a Contag liderando, a gente estabelecer aquilo que é o Pronaf hoje. E é o Pronaf que financia a agricultura familiar.

Tenho muito orgulho de ter participado disso, que hoje se tornou uma política pública das mais reconhecidas por todos os governos. Passa por tudo que é governo aqui. Pode-se até diminuir a ação, mas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém tem coragem de pará-la, porque sabe que isso é importante para um setor da sociedade. E nasceu de um movimento – tá certo? –, e nós tornamos isso política pública.

Então, não vejo essa coisa... A única coisa de categorias que vêm, por exemplo, para a política, para o mandato eletivo e sobre a qual eu tenho dúvida – e quero discutir isso, eu sei que o Congresso vai discutir isso – é essa questão dos militares. Aí, eu acho assim: se o militar vai estar vindo aqui, depois volta para assumir como militar... Esse é um debate que nós temos que fazer. E não sou desses que defendem que não tenha que participar; tem que participar.

Agora, para um cargo eletivo, se você vai estar disputando, pense bem antes de fazer, para poder tomar a decisão lá na frente.

No restante aqui, não tem... Se eu tenho um caboclo bom num banco privado, que fez uma atuação importante num banco privado, por que eu não posso, em determinado momento, estar aqui no Governo e trazê-lo para poder ajudar numa operação que é num banco público? Eu não vejo isso... Eu, sinceramente, não vejo isso como impedimento, está certo? Então, não trabalho essa lógica.

Queria te parabenizar pelos esclarecimentos. Acho que enriquece aqui o trabalho da CPI. Foi a primeira sessão desta CPI que veio com todas essas riquezas de detalhes, com toda a incisividade dos membros ao questioná-lo, até porque tinha uma expectativa, foi a primeira ONG que veio fazer depoimento...

Eu percebia, quando vieram os outros membros aqui, todo um cuidado para poder ver o que perguntam, o que é que não perguntam, um cuidado todo e até um certo meio de proteção das pessoas para poder fazer, e aqui, hoje, com você, não.

Quero parabenizar, inclusive, pelas perguntas do nosso Relator. Mas o Marcio, hoje, passou de todos os horários dele aqui, de todas as outras sessões, está certo? Ele fez, hoje, questionamentos para não deixar dúvida. Eu acho que foi importante o seu esclarecimento para esta sessão. Que venham outras que possam justificar e que possam estar fazendo, assim como acho que esta CPI tem que ter esse retrato da realidade, apontar caminhos... Quem sabe, a partir dos dados que você vai dar, vamos tirar projetos e ações aqui que possam melhorar, inclusive, essa forma do repasse, a forma de como chega à ponta, para servir não só a sua, mas como a tantas outras?

Tem coisa... E vocês são, pelo que eu percebi aqui, uma ONG grande, comparada com o que nós temos na região. Faz um processo de prestação de conta que, muitas vezes, as pequenas nem têm como fazer, porque muita gente não pega recursos até porque não dão conta, com o seu corpo técnico, de cumprir as exigências que tribunais, que os órgãos financiadores exigem, e aí inibe, inclusive, muitas ONGs que também prestam bom serviço na ponta e não pegarem recursos, por conta disso.

Então, eu queria falar sobre isso e dizer... Pergunta não é o caso, mas que tu pudesses comentar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que um dos graves problemas que vocês trataram aqui... Eu vi a experiência, eu já conheço a experiência no Pará desta questão de levar energia às comunidades. Nós estamos chegando a uma fase em que o Programa Luz para Todos fez, na minha avaliação, as comunidades mais fáceis: naquela que tinha o ramal, naquela que tinha a estrada, o custo era menor. Agora, nós estamos chegando às comunidades isoladas, às dificuldades que nós temos que fazer. Aí, é mais caro, é mais difícil... Então, nós temos que buscar alternativas para poder dialogar sobre isso.

E um outro tema que eu não vi muito você colocar aqui e que, para mim, é fundamental – eu já fui Superintendente do Incra, acompanho as ações –, é água tratada para as pessoas na nossa região.

Na minha região – sou de área ribeirinha, sou ribeirinho –, água é à vontade. O rio, na frente da casa onde eu nasci, do meu pai, da minha família, são 1,6 mil metros de largura o rio, o Rio Guamá, 1,6 mil metros de largura o rio. Água à vontade. Não tem esse negócio de secar, baixar, não tem essa coisa. Baixa e enche de acordo com a maré. E, se está enchendo, está vazando. Mas não é tratada para você tirar aquela água de lá e fazer...

E como é que você faz esse tratamento? Porque são milhares de pessoas que moram nas áreas ribeirinhas, nas ilhas, e nós temos que buscar, na minha avaliação, experiência, porque isso diminui inclusive os problemas de saúde que nós temos, uma série de questões. E isso é mais grave ainda de que a saúde... de que a energia. A energia, nestes últimos anos, avançou um pouco mais. Você chega ao estado e diz: "Ó, aqui está faltando 30%, aqui está 20% e tal, a população...", mas, da água tratada para as pessoas, os índices nessas comunidades são – quase que total aí – de ausência de um programa, de um projeto. Agora, a Funasa era uma que fazia nos pequenos municípios, e agora se está na tentativa de acabar, está se reestruturando. Vamos ver se se reestrutura. Mas ela fazia muito mais nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. Então, é necessário que a gente possa tratar disso.

Então, se você pudesse comentar sobre esses dois pontos aí, era o que eu tinha.

No mais, quero parabenizar aí todo o trabalho que está sendo feito.

E nós o aguardamos lá no Pará para poder começar um trabalho lá no estado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso convidado, o Sr. Virgílio Viana.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aqui, quero agradecer ao Beto, que fez as suas considerações finais.

Mas eu, particularmente, preciso de duas ou três informações para que eu possa fazer minhas contas, sei lá, de multiplicar ou até de subtrair – quem sabe?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São R\$400 milhões em 15 anos. Até agora, segundo a gente pegou no *site*, vocês atingiram 21.526 famílias.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (*Fora do microfone.*) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já, já é pra responder.

Então, eu tenho que fazer essa minha conta depois: quem paga os professores dos campos e quanto recebe cada professor? Aí, se você quiser responder, responde e já faz as suas considerações finais.

E agradeço pela participação como nosso convidado, deixando sempre bem claro, desde o começo, o que eu falei pro senhor: isto aqui não é um tribunal de júri, não é inquisição. Aqui não tem réu: aqui tem pessoas que vêm esclarecer.

Com a palavra o nosso convidado, Virgilio Viana.

O SR. VIRGILIO MAURICIO VIANA (Para expor.) – Bom, deixe-me começar do começo pro fim, já que o Plínio fez essa... O Senador Plínio fez essa última pergunta, e depois eu abordo as questões do Senador Beto. Então, eu vou pedir duas respostas, está bom, Senador?

Com relação aos valores, a gente vai mandar para o senhor aí um... Acho que é uma memória de cálculo bem detalhada, para que o senhor possa entender aí toda a complexidade.

A FAS atua não apenas nas comunidades, atua também em Manaus. Então, acho que é importante não fazer uma regra de três assim muito rápida, porque, senão, pode incorrer em algum tipo de imprecisão. Então, nós atuamos em outras coisas que não apenas nas comunidades. Não dá para fazer uma regra de três muito simples. Mas eu vou lhe mandar, com todo o prazer, para que o senhor possa ter aí uma análise mais rigorosa possível.

Senador Beto, muito obrigado aí pelas observações, e é um prazer estar sendo acolhido bem no Pará. Eu tive com o Governador Helder, que nos convidou. E é importante fazer este registro: a FAS não só tem sido convidada para entrar em novos territórios, como é o caso do Pará, e tem tido sucesso na competição internacional para gerenciar os recursos da Alemanha exatamente pela questão da transparência, exatamente pela seriedade na prestação de contas.

Eu costumo dizer, Senador Plínio, que os alemães, quando fizeram a auditoria final na FAS – porque eles fizeram uma auditoria –, eles olharam a cor da minha cueca, no sentido literal. Eles analisaram tudo da FAS. E, por causa disso, nós fomos selecionados.

Então, é um motivo de orgulho. E, volto a dizer, esse orgulho que o Senador Beto compartilha aqui me anima – sabe, Senador? – porque eu acho que a gente tem brasileiros sérios, tem brasileiras sérias nas organizações não governamentais, fazendo coisas que devem encher o Brasil de orgulho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Senador Plínio fala do espírito desta CPI – ele, que foi o autor da propositura –, de que ela não está aqui para demonizar, mas para olhar a verdade dos fatos, eu acredito que a gente possa oferecer à CPI uma narrativa na linha do que o Senador Beto coloca. As organizações não governamentais são muito importantes para a prosperidade da Amazônia. Nós não vamos resolver o problema. Para resolver os problemas, nós precisamos de política públicas mais eficientes, melhorar a qualidade do gasto público. Agora, as ONGs podem fazer parte da solução.

A solução de água potável, que nós desenvolvemos, foi em parceria com várias instituições de pesquisa. O Inpa, que é o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, tem um sistema usando energia solar com uma determinada configuração. Nós testamos; salvo engano meu, são seis ou sete sistemas. Tem lugar que não dá para furar poço artesianos, porque a água é ferruginosa, porque é área de igapó, de várzea, etc. Então, tem um sistema "a", tem um sistema "b", e nós analisamos isso, como parte de um projeto de desenvolvimento de tecnologias apropriadas para os problemas das comunidades ribeirinhas. Conheço bem a região do Guamá, e temos interesse – viu, Senador? – em estreitar os laços e ver de que maneira... De uma maneira muito republicana, não partidária – volto a insistir nisso. A gente atua com esse perfil.

Com relação a... O senhor mencionou duas coisas: a questão das pequenas ONGs. Senador, eu sugeriria que a gente tivesse como se fosse um Simples para pequenas organizações não governamentais. Ao invés de dificultar a vida, a gente deveria facilitar a vida. Volto a insistir no tema da prosperidade dos Estados Unidos. Vários Senadores mencionaram esse tema, da importância das ONGs. Eu acho que nós deveríamos olhar para a experiência dos Estados Unidos, que estimula as organizações da sociedade civil.

Então, em vez de sair da CPI com uma coisa, "vamos controlar mais", eu acho que já temos muitos controles sobre as ONGs: os tribunais de contas, enfim, as várias instâncias de auditoria. Nós deveríamos, Senador, criar um Simples, estimular as pequenas ONGs. É nas organizações da sociedade civil que a gente tem o talento, a criatividade, a inovação, que podem depois... Como o Senador muito bem trouxe, há o exemplo do Pronaf, que surgiu – e eu não sabia dessa história, Senador – que surgiu no movimento social do Pará, ao qual o senhor é ligado.

Por fim, eu acho que vale um debate também, talvez junto ao Ministério de Minas e Energia, sobre o Luz para Todos. Meu entendimento, Senador, é que nesse momento nós chegamos à hora de dar a virada, e a virada é fortalecer a Zona Franca de Manaus. E a Zona Franca de Manaus, ao meu ver, tem um papel estratégico para o futuro da Amazônia. E nós deveríamos fazer, na Zona Franca de Manaus, um polo de geração de equipamentos para essa indústria de energia solar, para as pequenas comunidades. Já temos duas fábricas importantes: uma que faz a bateria, outra que faz o inversor. Nós deveríamos atrair... E competir com a China.

Aí, Senador Plínio, eu sei que o senhor está muito ligado a esse tema da defesa da Zona Franca, e tem um fenômeno internacional que se chama *nearshoring*; é como trazer para perto a indústria, competir



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a China, Senador Marcio. Os Estados Unidos e a Europa estão muito nessa pegada de competir com a China. Eu acho que é a oportunidade de trazer a indústria de placas solares para o Brasil e, com isso, ligar com o tema da prosperidade das comunidades.

Como, pelo que eu entendi do Senador Plínio, é uma fala de fechamento, eu queria registrar, Senador, o agradecimento pela oportunidade, pela cordialidade com que tratamos os assuntos e colocar, mais uma vez, à disposição, a FAS, para não apenas oferecer as informações que foram solicitadas, mas também para convidá-lo. Acho que o senhor ainda não conhece, no campo, atividades feitas pela FAS. Seria um prazer recebê-lo em uma das atividades que desenvolvemos, porque nada como ver de perto. Às vezes, de longe, parece uma coisa, e, vendo de perto, será outra. Então, seria um prazer recebê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado sempre, Prof. Virgílio Viana.

O nosso Relator Marcio tem uma última palavra, e eu faço o encerramento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Apenas uma observação.

Os Estados Unidos jamais aceitariam o que o Brasil aceita. Os Estados Unidos têm uma lei que diz que qualquer ONG que receba dinheiro externo tem que ter isso divulgado, publicado, de forma que não há a menor hipótese de acontecer nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, na Noruega, no Canadá, o que acontece no Brasil, essa interferência estrangeira no Brasil, administrando quase 66% do território nacional – só o Brasil aceita.

A militância organizada para criar reserva indígena, reserva extrativista, um código ambiental que só existe no Brasil... Não existe em lugar nenhum do planeta esse rigor que tem no Brasil, sempre acenando com compensações que nunca vieram. E, quando vêm, são R\$50 por mês, R\$100 por mês, o que eu considero uma vergonha total. Eu fico envergonhado, já disse várias vezes: eu me envergonho de o Brasil ter, até agora, aceitado essa interferência em mais da metade do território nacional. Nós estamos falando de uma região que criou reserva em cima de tudo que é minério imaginado. A coisa é tão descarada que agora... Já falamos isso, mas a coisa é tão descarada que estão querendo criar uma outra reserva indígena em cima de uma reserva de potássio.

Eu citei aqui... Vai dizer na Alemanha para não queimar carvão! Mas eles se acham no direito de dizer que o Brasil não pode queimar combustíveis fósseis. Vai dizer, no Canadá, que o Brasil não pode ter na indústria madeireira uma atividade importante... Porque eles têm, mas aqui, no Brasil, na prática, as reservas indígenas são proibidas de explorar madeira. A Reserva Yanomami, se pudesse tirar mil hectares por ano, 900 anos ela demoraria para fazer a volta, mas, na prática, nós estamos proibidos. Vai dizer isso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Canadá, vai dizer no Canadá que eles não podem usar! Vai dizer, nos Estados Unidos, que alargaram e agora, na pandemia, autorizaram, inclusive, a se fazer agronegócio em reservas. Criaram reservas indígenas? Criaram, mas lá eles, de fato, são donos da terra. Aqui, o que a gente ouve, por onde a gente anda, são índios, em sua maioria, dizerem que não aceitam mais serem segregados.

E o que você percebe em países como os Estados Unidos é que os índios – e no Canadá também –, eles, como donos da terra, exploram os recursos minerais.

Então, as regras que o Brasil aceitou me envergonham. O que me move – e, mais do que ninguém, Deus sabe disso – é que eu não me conformo. Esse é o tema que mais mexe comigo.

Quando o Senador Petecão mencionou aqui a experiência que hoje se mostra aqui, de que não tem nada comparado no Acre, não é verdade; o Acre também tem. Se você pegar as ONGs que atuam no Acre, eles vão apresentar aqui eslaides, algum lugar lá na reserva do Alto Juruá... Eles vão apresentar a mesma coisa: uma escolinha que eles fizeram, um lugar aonde levaram uma placa solar. Isso não tem escala. Quando você pega uma área dessa e tenta jogar para 28 milhões de pessoas, não dá escala. Quando você imagina que uma atividade pesqueira pode de fato se tornar independente, ela precisa de infraestrutura; e, na hora em que você vai querer fazer infraestrutura na Amazônia, não pode. E, quando não são essas ONGs por trás do movimento para proibir as obras de infraestrutura na Amazônia, no mínimo são coniventes, porque, se são preocupadas com a vida daqueles que moram lá dentro, então no mínimo deveriam, no momento de você realizar as obras de infraestrutura necessárias para a Amazônia, deviam concordar, apoiar. O Senador Petecão mencionou aqui uma experiência exitosa em Santa Rosa do Purus. Não terá experiência em Santa Rosa do Purus possível se não tiver estrada. O que você vai inventar em Santa Rosa do Purus – é caríssimo, está isolada – se não tiver uma estrada? E, na hora em que vai fazer estrada, não pode fazer porque a estrada vai passar numa reserva indígena.

Então, repito, nenhum país do mundo, o Canadá... Aqui no Brasil houve um movimento imenso contra a energia nuclear. A França do Macron está aumentando exponencialmente a energia nuclear do seu país. O que estou dizendo? Eles fazem tudo aquilo que precisam para manter o padrão de consumo deles e exigem de nós que não façamos o que eles fizeram e, em contrapartida, oferecem R\$50 por mês, R\$100 por mês. Isso é indigno! isso é indigno.

E eu, para terminar, Plínio, digo o seguinte, evidentemente fazendo sempre ressalva – é lógico que tem gente boa no meio de todo movimento, mas o dia que... As primeiras organizações, os primeiros movimentos que não querem que acabe a derrubada ilegal e a queima ilegal na Amazônia são as ONGs, que vivem disso. Muitas delas, se acabar a derrubada ilegal, se acabar a extração ilegal, se acabar a queima, não têm mais por que existir. Elas se alimentam disso, vivem disso, e é claro que precisam apresentar algum nicho em algum lugar, alguma experiência para vender uma ideia de que isso, elevado à quinta potência, seria a solução para a Amazônia. Não tem solução para uma região desse tamanho se não tiver infraestrutura, que teimam em nos negar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu acho que fica claro, ao final desta sessão, Senador Plínio... Fica claro que aqui não há... Eu dizia isso na eleição que a CCJ fazia com o indicado do Presidente Lula para o STF, o Zanin. Eu disse a ele: "Olha, você está vendo aqui um debate civilizado". A minha fala foi em seguida à fala do Líder, no Senado, da Oposição, o Rogerio Marinho. Eu disse ao candidato Zanin: "Você está vendo aqui um debate civilizado, com posições externadas, mas sem agressão, sem arrogância. Se fosse o contrário, não seria assim. Se fosse o contrário, você estaria vendo aqui a esquerda demonizar a indicação". Isso porque ele foi advogado do Presidente da República.

Com isso, meu querido convidado, eu quero dizer que aqui você viu um debate civilizado. São posições políticas, são visões diferentes, mas que se respeitam, democraticamente, de forma civilizada. Eu entendo que, em nenhum momento aqui, V. Sa. foi maltratado.

E quero louvar – terminar e, por isso, louvar e agradecer – o espírito de vir, prontamente, à Comissão. É o primeiro representante de uma ONG que está aqui.

Então, acho que ficou, Plínio – você, que lutou quatro anos e meio... Mais uma vez, eu acho que... É louvar a sua atitude, que, hoje, mais uma vez... E isso tem muito a ver com o seu espírito, com a sua alma. Posições políticas, às vezes, têm que ser externadas de forma dura, contundente, porque é aquilo que convence, é aquilo de que estamos convencidos, mas, de forma democrática, respeitosa. Como V. Exa. sempre disse, aqui não vai ter ninguém levantando, chamando o outro disso. Nós vimos isso em algumas CPIs e ainda continuamos vendo.

O nosso objetivo, o objetivo de quem criou a Comissão é fazer o que se pode para contribuir para que, de fato, a vida de quase 30 milhões de brasileiros, que, nos últimos anos, eu repito, piorou... O que a gente pode contribuir para que esse quadro seja revertido.

Mais uma vez, muito obrigado pela presença.

Obrigado, Presidente Plínio.

Eram essas as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio, nosso Relator.

Antes de encerrar, coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu quero dizer ao nosso convidado, agradecendo a gentileza de ter vindo, que, quanto ao que o senhor disse, eu tenho muita divergência em relação a algumas coisas, que serão colocadas e serão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutidas dentro do seio da Comissão, principalmente nessa... o que difere do que entrou e do que saiu e do que foi feito, mas isso é questão nossa, pessoal, e essa discordância é totalmente civilizada.

Eu falei até para o advogado: não precisa de advogado. Quer ficar lá dentro, fica. Aqui não vai precisar de advogado. Aqui conosco não precisa disso. O senhor não foi réu e não será réu para nós. Agora, nós nos resguardamos o direito de, no relatório, apontar algumas diferenças. Nós temos informações sigilosas, que não podemos divulgar, que falam que o custo com pessoal difere um pouco do número que é apresentado, mas nós não podemos falar nisso.

Quero fazer uma homenagem aqui, Virgílio, à Luciene, que esteve conosco – foi uma das primeiras a depor aqui com a gente –, que conhece a realidade. Já é o estilo do indígena que quer empreender. Tivemos o do Beto Yanomami, que foi um depoimento muito forte aqui na nossa CPI. E estão nos ouvindo também. O Valdeci diz uma coisa interessante – não é com você, mas ele diz assim: "Sabemos que os lábios dos 'ongueiros' cantam coisas bonitas, mas, na realidade, nada acontece".

E o Marcelo, que também participou aqui da CPI, que é lá da Terra do Meio do Pará, diz que trator e moto não andam no inverno na Amazônia de jeito nenhum. Eu até concordo com ele, a não ser que fizesse alguma pista lá, asfalto.

Ficam, portanto, os brasileiros e brasileiras sabendo que aqui nós jamais vamos politizar, não vai ter isso. A esperança causada, a expectativa causada em milhões de brasileiros que se comunicam conosco pode ser que não a alcancemos, porque abalar as ONGs não é nossa meta, é abrir a caixa-preta e ver como funciona isso. Tem, sim, ONGs que não prestam conta. Foi citado aqui um relatório do TCU que nada atesta, nós temos um relatório que atesta muita coisa, temos informações do BNDES que falam de coisas absurdas. Isso tudo vai ser comparado com depoimentos e jogado aqui.

Portanto, só nos resta agradecer, mais uma vez, aos convidados; a vocês, assessores – assessores externos e internos –, que aqui sempre vêm, que prestigiam; e ao brasileiro e à brasileira que nos assistiram – ou via YouTube ou direto; é mais um agradecimento –, reafirmando aqui o nosso compromisso. Aqueles que nos colocam em suas orações podem continuar nos colocando, sim; coloquem-nos em suas orações, porque a missão é árdua, mas é um fardo que nós pegamos para carregar, e esse fardo nós vamos levar até o final da estrada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos e desejando paz de Cristo a todos nós.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Marcos do Val, Wilder Moraes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Nelsinho Trad e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimentos.** **Finalidade:** Depoimentos de convidados. Oitiva do Ritaumaria Pereira, Diretora Executiva do IMAZON, em atendimento ao requerimento 118/2023; do Eduardo Humberto Ditt, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, em atendimento ao requerimento 123/2023. **Resultado:** Oitiva da sra. Ritaumaria Pereira realizada. A oitiva da sra. Suzana Machado Pádua fica adiada para o dia 3/10/23. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 130 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Governador do Estado do Acre, Gladson de Lima Cameli, informações sobre repasses de recursos públicos para a organização não governamental SOS Amazônia" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 131 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, José Ribamar Trindade de Oliveira, informações sobre processos existentes em que seja parte a Associação SOS Amazônia." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 132 de 2023** que : "Convida Garo Joseph Batmanian, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 133 de 2023** que : "Convida Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a relação do Instituto com ONG's e OSCIPS." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 134 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas pelo Banco Central do Brasil informações sobre o recebimento de recursos vindos do exterior dirigido ao IMAZON (INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA), relativamente ao período de 2002 até a presente data, ou seja, compreendendo o período estabelecido com o escopo do requerimento de criação desta CPI" **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/09/19>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas etapas: depoimento e deliberação de requerimento. Eu incluiria uma, que é a exibição de alguns vídeos.

Hoje agradecendo, em particular, ao nosso membro participativo da Comissão, Senador Styvenson Valentim, que vai ser o nosso Relator *ad hoc*, devido à viagem do nosso Relator Senador Marcio Bittar. Senador Beto, conosco, e vamos aqui começar com os vídeos.

Eu gosto sempre de mostrar o outro lado, e a realidade do outro lado dita por quem vive. A gente tem falado muito, Senador Beto e Senador Styvenson, dessa questão do potássio de Autazes, no Amazonas; de as ONGs fabricando indígenas para ampliar o número da área a ser requerida.

Hoje a gente traz depoimento de um indígena – ele é um cacique, ele é um cacique dos muras. Ele está mostrando a realidade dele, ou seja, quando demarcar essa área, ele vai ficar totalmente isolado. Hoje ele pode sair aí e ir à sede, fazer compra, conversar. Quando demarcar, ele vai continuar na mesma situação e ele está reclamando disso. É o vídeo número 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É o número 2. É esse? Não, não é esse não. Esse aí é o 1. É o 2.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que não tem narração, sou eu que vou dizer o que é. Deixa eu ver se tem... É o número 2. Não, não tem... Tem, sim, ele falando.

Aqui na relação está.... É um morador de lá, em situação precária.

Está aí. É esse aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse aí é um cacique. Esse vídeo é de um cacique dizendo o problema que é aquilo que a gente vive dizendo, mas é importante que eles digam que não querem saber de terra, querem condições de desenvolvimento. E, quando falam que vão isolar, os convencem com promessas de cotas na universidade, de Bolsa Família, de assistência indígena, de aposentadoria, e também de que não serão perseguidos por Ibama, Funai e Polícia Federal.

Ao contrário – vídeo número 1 – de quando você deixa os indígenas tomarem conta da vida deles, quando você abre mão da tutela. Esses não são tutelados, são índios pareci, que já têm seu agronegócio.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Essa reportagem é da Band, que nos foi cedida pelo repórter Valteno. A gente quis mostrar que os índios pareci já conseguem tomar conta do seu destino. Eles têm as rédeas do seu próprio destino, em contraste com aquela onde os índios são isolados. Aquela do cacique mostrou a casa também, o que está por trás disso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ainda bem que o Bolsonaro perdeu a eleição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não. É porque a reportagem, Beto, é antiga, né? A reportagem é... O teor aí foi exatamente mostrar o índio isolado e o índio... o índio tutelado e o índio sem tutela. Eu acho que essa aparição do Bolsonaro aí era desnecessária, mas estava no vídeo; a gente não pode cortar o vídeo que nos foi cedido.

Passamos para a primeira parte. Depoimentos. Como convidada, a Sra. Ritaumaria Pereira, Diretora-Executiva do Imazon.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Tem algum extrapauta aqui hoje?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Conforme...

Assim que eu acabar de ler aqui, eu vejo, Beto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme Requerimento nº 118, de 2023, aprovado por este Colegiado e aprovados requerimentos.

Peço à Secretaria que conduza a Sra. Ritaumaria – não sei se é esse o nome, desculpa, se não for a pronúncia... – para compor a Mesa.

Respondendo ao Beto... Seja bem-vinda, seja bem-vinda.

Beto... Eu tenho até uma consulta a fazer ao Beto e ao Senador Styvenson. O IPÊ não pôde vir hoje. Como o nosso acordo é convite – é convite, foi até levado pelo senhor –, o IPÊ não pôde vir. Está com a agenda tomada, não pôde vir, e a gente tinha combinado, Senador Styvenson e Senador Beto, que o convidado que não viesse, a gente convocaria. E a gente está aqui... A gente está com a advogada do IPÊ nos dizendo que é questão de data, que tem que viajar, se comprometendo a vir no dia 7 de outubro ou 10, uma data que tem. Eu acho longa, mas eu quero consultar os dois Senadores que aqui estão pra não tomar essa decisão sozinho.

Havia um acordo de que, se o convidado não viesse, a gente convocaria, e o Senador Beto foi o autor dessa proposta que a gente acatou.

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E me mandaram inclusive uma informação: tem um evento em Nova York de que inclusive estão várias pessoas participando e de que eles estão participando, mas me disseram que estavam à disposição pra próxima data que fosse marcada pela CPI.

Então, como tem um membro já hoje aqui de uma outra entidade, eu não vejo por que a gente não combinar essa próxima data.

Vamos combinar, tentar falar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós queríamos a próxima terça-feira. A gente queria, só que eles não podem na próxima terça. A gente também não pode ficar à disposição. Se for na próxima terça-feira, o senhor então vai intermediar isso pra gente, Beto? Seria na próxima terça-feira. Então, até o final, a gente decide.

Eu quero...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tem algum extrapauta? Porque tem quatro requerimentos na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Seria, Beto, a convocação. A gente decidir aqui... Se a gente decidir que vai ser convocado, a gente vai fazer um extrapauta pra convocar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas fazer uma convocação porque não deu providência e a pessoa está se propondo a vir noutra, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Foi o senhor que propôs. Foi o senhor que propôs.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas a pessoa não está se recusando a vir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não vem.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A pessoa está... Claro que vem. Como é que não vem? Não tem um que vocês convocaram aqui que não veio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quem é que vai...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A pessoa não está se propondo a não vir. Ela só está com problema de agenda. Nós vamos fazer uma votação por conta disso? Aí tudo bem. Se tiver...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas nós não podemos ficar à disposição da agenda...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só queria que fizesse... Eu pediria que a gente fizesse a inversão da pauta, mesmo com a presença, e fizesse logo a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas eu lhei alguns minutos pro senhor tentar intermediar.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E vota essa questão

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tente intermediar...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vou pedir votação nominal e a gente vota.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tente intermediar aí pra gente se viria na próxima data. Eu queria que o senhor me dissesse que a pessoa se compromete a vir terça-feira. No senhor eu acredito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer à nossa convidada que pode ficar à vontade. Eu vou repetir isto aqui: a senhora aqui não vem na condição de ré, a senhora não vai sair daqui como bandida, mentirosa, acusada. Isto aqui não é um tribunal de júri, que vai julgar um réu. Isto aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vai fazer perguntas, obter respostas, contra-argumentar e depois concluir se a pessoa falou o que a gente queria ouvir. Se nós estivermos errados, nós vamos dizer isso no relatório. Se estivermos certos, a gente vai insistir. Portanto, sinta-se à vontade. A senhora não será, por nenhum minuto, molestada e não vai se sentir aqui arrependida de ter vindo.

A advogada também, embora eu sempre diga que é desnecessário um advogado – quer dizer, no meu caso, porque não vai ter como apelar, se contrapor –, seja bem-vinda também, que é a advogada também do IPÊ.

Com a palavra, a nossa convidada.

Trinta minutos está bom pra expor? Depois terão perguntas e a senhora vai poder fazer outras coisas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, com a palavra, a nossa convidada, a Diretora-Executiva do Imazon.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador. Obrigada aos demais Senadores que aqui estão e aos demais convidados.

Eu agradeço a oportunidade de falar do Imazon, instituição de 33 anos que atua na Amazônia.

Eu trouxe uns eslaides que eu gostaria que fossem colocados aqui pra eu poder falar da instituição e da nossa atuação.

O Imazon trabalha com a ciência para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Eu sou Ritaumaria Pereira, Diretora-Executiva, representante hoje do Imazon aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vou começar falando um pouquinho de mim. Eu sou engenheira agrônoma pela Universidade Federal da Bahia, tenho mestrado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa, tenho doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Michigan e pós-doutorado, pela Universidade de Wisconsin-Madison, em Ciências Ambientais.

Em 2004 foi o meu primeiro contato com o Imazon, onde eu fiquei dois anos e meio. Nesse período, eu iniciei fazendo pesquisa de campo com a atividade econômica madeireira, visitando polos madeireiros. Foi um trabalho muito importante do Imazon, que foi feito até 2010 e serviu de referência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o setor público e privado naquele período. Entre 2008 e 2016, eu saí do Imazon, desvinculei-me totalmente do Imazon. Foi quando eu fiz o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado fora do Imazon. Em 2017, eu voltei a trabalhar no Imazon como pesquisadora e, desde 2019, eu estou como Diretora-Executiva.

Próximo. Ah, é você que está passando? Desculpa.

Eu gostaria de começar, antes de falar do Imazon, destacando que tipo de instituição nós somos. Existe uma diversidade das organizações da sociedade civil, então, existem as organizações da sociedade civil que são de assistência, existem aquelas religiosas, existem as de defesa de direitos, e nós somos uma entidade de pesquisa. Nossa atividade fim é a pesquisa, regida pela Lei 13.019, de 2014.

O Imazon é uma instituição da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada e sediada em Belém desde 1990. É qualificada pelo Ministério da Justiça como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) desde 2006, e, portanto, por ser uma Oscip, tem obrigações de ter um conselho fiscal, faz auditorias e tem observância das normas brasileiras de contabilidade, seguindo a lei de 1999.

Nossa missão é promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia, e nós atuamos de forma a gerar e usar informação estratégica para solucionar problemas de uso e conservação da Amazônia.

Próximo.

Esse é o nosso organograma. Então, nós temos uma Assembleia Geral, um Conselho Fiscal, Conselho Diretor, e a Diretoria Executiva é composta pela Diretora-Executiva e pela Diretora Administrativa, e, juntas, nós somos responsáveis por gerir a parte de pesquisa e a parte administrativa.

Próximo.

As regras para a Assembleia Geral: é vedado a todos os membros da Assembleia Geral e dos Conselhos Diretor e Fiscal receber qualquer tipo de remuneração pelas atividades desenvolvidas a esse título. Isso é uma lei, é uma regra legal.

A nossa equipe hoje é composta por 47 pessoas, entre funcionários e estagiários, contratados por CLT. A equipe é 100% composta por brasileiros e brasileiras, sendo 94% de pessoas dos estados da Amazônia. A equipe é multidisciplinar, composta por engenheiros florestais, ambientais, agrônomos, biólogos, advogados, jornalistas e contadores.

O que fazemos? Estudamos causas e efeitos de problemas na Amazônia, como, por exemplo, causas do desmatamento e baixa produtividade da pecuária; identificamos e testamos soluções com projetos pilotos e publicações; e fazemos apoio técnico e científico através de treinamentos, parcerias técnicas e disseminação de resultados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí são as etapas de atuação do Imazon.

Nós temos vivência em campo; fazemos revisão dos estudos; fazemos diálogos com a sociedade civil, com o setor privado, com o setor público; fazemos a avaliação da nossa atuação através de planejamento estratégico; elaboramos propostas de projetos, apresentamos para editais públicos e também fazemos apresentação direta aos financiadores; executamos os projetos aprovados; publicamos os resultados e os disseminamos; e também submetemos todos os nossos produtos a auditorias financeiras e técnicas.

Nós atuamos dentro de cinco programas: Política Pública e Socioeconomia, que traz estudos para auxiliar o setor público e privado a tomar melhores decisões para o desenvolvimento sustentável e inclusão social; o Monitoramento da Amazônia, que traz dados e produção científica sobre a situação da cobertura florestal na Amazônia; o programa de Direito e Sustentabilidade, que faz avaliações para contribuir com políticas públicas compatíveis com a economia de baixo carbono e respeito à população; o programa Áreas Protegidas, que apoia iniciativas de conservação da biodiversidade e ações para a melhoria da qualidade da vida dos povos e comunidades tradicionais; e o programa Restauração de Paisagens, que atua para a restauração florestal de paisagens desmatadas e degradadas com inclusão socioeconômica.

Aqui eu vou trazer alguns resultados dos nossos projetos, que foram projetos que são exemplos nacional e internacional.

Desde 1990, que foi o nosso primeiro grande resultado, nós trabalhamos com manejo florestal na Amazônia. O problema era que, até a década de 90, não havia regras de exploração madeireira de forma sustentável e tinha também uma dúvida sobre a viabilidade econômica desse manejo florestal.

Através de estudos de campo, em parceria com madeireiros, para comparar a exploração de forma convencional *versus* a adoção técnica de manejo... Nós fizemos esses estudos comparando, também publicamos os estudos em revistas científicas, demonstrando a viabilidade econômica do manejo florestal, e embasamos a adoção normativa sobre o manejo florestal na Amazônia.

Fizemos o diagnóstico do setor madeireiro até 2010. Como eu falei, esses pontinhos aí são madeiras que a gente visitou até 2010. Era um trabalho de referência chamado Censo do Setor Madeireiro na Amazônia e era referência para os setores público e privado.

A pecuária na Amazônia.

O grande problema hoje, o grande dilema é que a gente tem que 90% da área desmatada está convertida em pastos, sendo a maioria degradados. E é uma atividade de baixa produtividade. Então, quando a gente produz estudos, a gente recomenda que se aumente a produtividade na região para que não se precise, não se necessite abrir novas áreas para produção pecuária.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um bom exemplo é mostrar o trabalho que foi feito em Paragominas, onde foi mostrado que, quando o trabalho do Imazon começou, as fazendas tinham um prejuízo de R\$38 e produziam 5 arrobas por hectare. Com estudos mostrando a viabilidade de aumento de produtividade, foi possível mostrar que a produção poderia chegar a 20 arrobas por hectare, com um ganho de R\$37 nessa área. Esse foi um projeto piloto que foi bastante disseminado. Ainda existem vários produtores que adotaram essas práticas e que continuam disseminando seus resultados de forma positiva.

Outro bom exemplo é a gestão ambiental em municípios. O problema é que a legislação descentralizou as competências de gestão ambiental, sem garantir recursos para fortalecer a atuação de estados e municípios.

O Imazon promoveu treinamento e formação para mais de 700 técnicos e servidores, 201 agentes ambientais comunitários, e também mais de 3,3 mil alunos foram alcançados através de treinamento à distância. Isso em quatro estados da Amazônia Legal.

Restauração florestal.

Nós hoje temos, na Amazônia, 15 milhões de hectares que estão desmatados e abandonados sem qualquer uso. A floresta está se regenerando. Nossos estudos mostram que 5,2 milhões de hectares estão em regeneração e em áreas que não são adequadas para qualquer uso agropecuário.

Recomendamos o desenvolvimento de políticas públicas de pagamentos por serviço ambiental para que essa floresta continue crescendo em harmonia com a produção agropecuária.

Também mostramos que, na Amazônia, existem baixos indicadores socioeconômicos. O grande problema é: existem 8 milhões de habitantes fora do mercado de trabalho, com destaque para jovens de até 29 anos que não estudam e não trabalham.

Precisamos investir nas cidades amazônicas. Esses estudos mostram que setores que mais geram empregos de qualidade e oferecem oportunidades para elevar o padrão de vida estão nas cidades da Amazônia. Precisamos investir em acessibilidade – o acesso à internet na Amazônia é um grande problema –, e isso vai possibilitar também acesso à educação. Precisamos também investir em educação profissionalizante.

Vou entrar um pouquinho na atuação administrativa e financeira, para mostrar como segue o nosso fluxo de uso dos recursos.

O nosso orçamento, nos últimos 15 anos, teve uma média anual de R\$14 milhões por ano. As nossas fontes de recursos – a maior média de 2007 a 2022 – são: de governos estadual, federal e municipal, 2%; de empresas, 6%; Fundo Amazônia, 14%; agências de cooperação, 27%; fundações e associações, 51% – 57% vêm de fontes internacionais e 43%, de fontes nacionais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguimos regras estatutárias. O Imazon não recebe qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer a sua independência e autonomia. Todos os recursos do Imazon são aplicados exclusivamente dentro do território nacional na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

É proibido distribuir entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio.

Em 2022, 19% da nossa despesa ficou em administração e 81%, na pesquisa, que é a nossa atividade fim. Desmembrando isso, 34% ficaram com remuneração de pesquisadores e 66% com outros custos de pesquisa.

Para a administração, desmembrando, 55% ficaram com outros custos administrativos e 45%, com remuneração de equipe administrativa.

A política de remuneração de funcionários é estabelecida através de cargos, remuneração e critérios de contratação e promoção. A gente segue uma pesquisa de mercado nacional, que a gente realiza a cada dois anos.

Seguimos também a transparência institucional, prestando contas de resultados de projetos. Temos auditoria institucional anual e auditorias específicas por projetos que nós temos.

Seguimos um critério de etapas de prestação de contas. Temos um controle financeiro-contábil, que é feito a partir do orçamento aprovado de cada projeto. Toda movimentação financeira e contábil é registrada no sistema Radar, que é utilizado desde 2005.

Aqui é um exemplo de como é esse sistema Radar. A gente entra com as notas fiscais de tudo o que a gente gasta nos nossos trabalhos. Tem um exemplo aí com o nosso CNPJ. As despesas devem atender à legislação fiscal e contábil, com validade fiscal. Cada comprovante é inserido no sistema e classificado por projeto ao qual ele pertence.

Também temos os relatórios técnicos e financeiros, com detalhamento de todas as despesas, com detalhamento dos documentos fiscais e com seus produtos técnicos.

Desde 2005, nós somos auditados institucionalmente pelas maiores empresas de auditoria independentes e, a cada três anos, mudamos de empresa. Atualmente, nós estamos sendo auditados pela BDO, antes nós já tivemos KPMG, PwC e Grant Thornton. Os projetos demandam auditorias específicas – alguns deles – e, em média, nós temos seis outras auditorias por ano. Essas são as empresas que já nos auditaram.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos no nosso *site*... Prezamos a transparência institucional. Temos, no nosso *site*, todas essas informações. E aí a gente destacou que todos os pareceres e demonstrações financeiras emitidos pelas auditorias, que desde 2005 são emitidos sem ressalvas, estão disponíveis no nosso *site*.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Bom dia.

Sobre os contratos com BNDES e Fundo Amazônia, nós temos três projetos aprovados desde 2011 até atualmente; dois já foram concluídos e um encerrará agora em 2023. Cada projeto foi submetido ao Fundo Amazônia via modalidade de consulta prévia e passou por várias fases de avaliação interna no BNDES até a sua aprovação.

Aqui os valores de cada projeto, os contratos. O primeiro projeto foi o de gestão socioambiental nos municípios do Pará. O contrato: o valor total do contrato foi de 9,7 milhões. No Estado do Pará, está concluído. O projeto 2 foi o fortalecimento da gestão ambiental na Amazônia, de 12,7 milhões, nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, também concluído. E atualmente nós temos o projeto 3, Floresta para Sempre, com 14,2 milhões, no Estado do Pará, que está em andamento.

Pelos três projetos aprovados pelo Fundo Amazônia, o Imazon recebeu um total de 29,8 milhões, entre 2011 e agosto de 2023. Os desembolsos ocorrem de forma parcelada, mediante a aprovação da prestação semestral, ou anual, técnica e financeira.

E aí a linha do tempo dos projetos do Fundo Amazônia. O primeiro atendeu 11 municípios no Pará; o segundo, 45 municípios em quatro Estados da Amazônia; o terceiro está acontecendo em quatro municípios do Pará. Eles geram estudos e diagnósticos de apoio a órgãos ambientais, eles geram treinamentos e formações, geram boletins mensais sobre cobertura florestal e geram também um trabalho de restauração florestal, que é o atual.

Aí alguns resultados, que são publicações, cursos, mapas das áreas onde a gente consegue atuar.

Aqui o projeto de capacitação, a ação de capacitação do projeto 2 do Fundo Amazônia, que eu acho que foi citado aqui algumas vezes. Ele gerou diagnósticos em secretarias municipais sobre a situação da gestão ambiental; tem cursos de capacitação de servidores direcionados às necessidades identificadas; ele gera assessoria técnica contínua por quatro anos; e produz materiais de apoio, tais como mapas, levantamentos de uso e cobertura do solo e outros. Esse projeto, essa ação de capacitação beneficiou 263 técnicos em 41 municípios da Amazônia.

O investimento total diluído em ação dos trabalhos gerou o investimento de R\$10.257 por município por ano ou, se colocar por técnico municipal por ano, equivale a R\$1,6 mil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos esses projetos que finalizaram já foram auditados, todas as prestações de contas foram aprovadas pelo BNDES, a auditoria institucional do Imazon é feita por empresa independente, que também avaliou e validou as despesas e o interessante é que, após dois anos do projeto finalizado, houve avaliação positiva do impacto das entregas técnicas por consultores externos enviados pelo BNDES. Eles fazem visitas de campo e fazem entrevistas com as pessoas que foram beneficiadas pelo projeto.

As auditorias que tiveram do TCU emitiram alguns pareceres. Os relatórios do TCU sobre a aplicação dos recursos do Fundo Amazônia são taxativos ao afirmar que os recursos do fundo estão sendo utilizados de maneira adequada e contribuindo para os objetivos para os quais foi instituído.

E diz mais: no contato com as comunidades abrangidas nesses projetos, percebeu-se a importância das ações desenvolvidas, bem como a seriedade como eles são executados, com produção de resultados efetivos para as comunidades beneficiadas.

Avaliação após dois anos da conclusão dos Projetos 1 e 2 do Fundo Amazônia.

O projeto contribuiu ativamente para a queda do desmatamento nos municípios apoiados e, consequentemente, contribuiu para o principal objetivo do Fundo Amazônia: a queda do desmatamento da região.

O modelo de gestão ambiental municipal desenvolvido pelo projeto tem uma base replicável e poderia ser uma referência para outros municípios da Amazônia.

A disponibilização de informações ambientais aos/as gestores e gestoras municipais foi um ponto relevante do projeto, uma vez que alguns municípios apresentavam carência de informações e recursos para compreenderem seu próprio território em questões fundiárias e de áreas protegidas.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós que agradecemos a sua exposição para que nós possamos, então, fazer as nossas perguntas e os nossos questionamentos.

A gente começa agradecendo a presença do Dr. Hiran, com o nosso hoje Relator *ad hoc*, Senador Styvenson; em seguida, o Senador Beto. E a gente tem o Zequinha e o Senador Hiran.

Com a palavra o nosso Relator *ad hoc* Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Obrigado pela presença, Sra. Ritaumaria Pereira – acho que não é hábito a gente estar pronunciando um nome assim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei atento à apresentação da senhora. A senhora foi desde o currículo até a execução dos recursos que disponibiliza para desenvolver e conservar, dentro da sua responsabilidade nas áreas dos estados – a senhora se referiu a quatro estados, se não me falha a memória, e não sei se pode ter mais.

Mas eu precisaria, para iniciar, antes de entrar nas perguntas, de uma informação que a senhora, como a responsável, pode ter: a sede do Imazon se encontra em qual estado? É bem rápido, só pergunta e resposta mesmo. A senhora pode ir respondendo.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Vou ligar aqui.

A sede do Imazon fica em Belém do Pará, há 33 anos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Belém do Pará, há 33 anos. O.k.

A senhora... Quando iniciou a sua carreira, a senhora disse que ia *in loco*. A senhora trabalhou com pesquisas, com trabalho, não foi isso?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, eu fiz bastante trabalho de campo na área do setor econômico madeireiro e também na área do setor pecuário da Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, a senhora conhece, conhece bem a floresta.

Hoje, dentro do organograma... Eu vou entrar nas perguntas agora, claro, que interessam à CPI. O organograma que a senhora apresentou do Imazon, dentro da Assembleia Geral, Conselheiro, Diretor, Conselheiro Fiscal, Diretoria Executiva, toda essa estrutura... Só me confirme: nenhuma dessa estrutura aqui é remunerada pelo Imazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nós temos 47 pessoas CLT remuneradas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Elas fazem parte, dentro da estrutura do organograma, de qual parte? Abaixo da Diretoria Executiva?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A partir da Diretoria Executiva.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, o Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Assembleia Geral não são remunerados, que estão abaixo com 47 pessoas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E eles exercem atividades de pesquisa, eles contribuem ou é só na administração dessa estrutura de 33 anos no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pará? Eles trabalham internamente ou em campo? Explique direitinho como é que funcionam essas 47 pessoas, dentre estagiários, estudantes até profissionais qualificados.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – As 47 pessoas são pesquisadores, são analistas, todos qualificados, contratados através de editais públicos. São divididas em equipes de pesquisa e equipe administrativa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles fazem pesquisas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, fazem pesquisas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles vão a campo?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Vão a campo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles realizam a finalidade do instituto que a senhora...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Promover a conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, além desse efetivo de 47 pessoas, a senhora sabe dizer especificamente o número, hoje os pesquisadores têm um número de dez, de quinze, de vinte, que são remunerados para fazer pesquisas, para ir a campo, para fazer e desenvolver o trabalho de conservação, preservação e desenvolvimento?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu não sei especificamente os números, mas posso enviar para os senhores, caso necessário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

Então, continuando dentro desse organograma, a senhora possui professores universitários como conselheiros dentro da sua instituição, na cooperação, que fazem cooperação com as universidades? A senhora tem?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, temos professores universitários no nosso conselho.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu vi dentro do eslaide que a senhora colocou um ponto objetivo e, no meu ponto de vista, bom, que é impessoal: trabalha com impessoalidade, trabalha ali sem ter uma contaminação. Esses professores, dentro do que realizam na estrutura do organograma, eles ocupam a cadeia executiva, do Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Assembleia ou dentro das pesquisas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Os professores fazem parte, temos professores no Conselho Fiscal, temos professores no Conselho Diretor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Conselho Fiscal e Conselho Diretor. O.k., não são remunerados...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não são.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... e não participam das pesquisas em campo?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não participam; eles validam os pareceres das auditorias. Quem dirige o Imazon somos eu e a Diretora Administrativa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quem é a sua diretora administrativa, só para eu tomar conhecimento?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O nome dela é Verônica Oki.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Verônica, que lhe acompanha nessa administração, não é isso?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O.k. Então, sabendo os nobres integrantes dentro do organograma, já sei distinguir quem participa com o quê. Agora, dentro do quadro da Imazon, a senhora disse que entrou, trabalhou em campo, depois passou para a gerência, passou para a administração, passou para os conselhos, a parte... Hoje a senhora está acima da Diretoria Executiva?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está na Diretoria Executiva, não é isso? Isso, entendi agora. Está na Diretoria Executiva.

Dentro da Diretoria Executiva, vou perguntar se a senhora lembra ou se a senhora conheceu algumas pessoas que fizeram parte, não sei se a senhora estava lá, dentro do Imazon.

A Sra. Brenda Brito do Carmo já trabalhou com a senhora, a senhora a conheceu pessoalmente?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, ela foi Diretora-Executiva do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ela foi Diretora-Executiva por quanto tempo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não me recordo, foi no período em que eu estava estudando fora do Imazon e não era funcionária do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não era funcionária do Imazon.

Mas a senhora sabe dizer se ela prestou, além desse serviço na diretoria, algum outro serviço remunerado com projetos para a Amazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, ela é pesquisadora associada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Concomitante ou separadamente? Ela deixou o cargo e abriu empresa, ou já tinha empresa e prestou serviço durante o cargo, a senhora sabe dizer?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Quando ela foi Diretora-Executiva, ela era funcionária do Imazon pela CLT.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E ela prestou serviços como funcionária ou depois de ser funcionária do Imazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Ela prestou serviço depois que foi funcionária.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá, eu vou tentar aqui só ser claro para a senhora: a Sra. Brenda Brito fez algum projeto ambiental de fortalecimento de gestão ambiental da Amazônia custeado pelo Fundo Amazônia?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A Sra. Brenda Brito participou do Fundo Amazônia 1, enquanto ela era Diretora-Executiva e pesquisadora, CLT, do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas a pergunta foi: a Sra. Brenda... A senhora sabe dizer se ela fez algum projeto de gestão ambiental na Amazônia custeado pelo Fundo Amazônia?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nesse período, eu não estava no Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, a senhora não sabe dizer.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei dizer qual foi a participação dela nesse projeto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É, está bom. Então, ela não fez nenhum tipo de trabalho por serviço de consultoria, a senhora não sabe dizer?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu falei ao senhor que ela, e eu reitero, trabalhou como consultora após a saída dela do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Após a saída, está bom.

E o Sr. José Adalberto Oliveira Veríssimo faz parte do organograma da senhora atualmente, ou já saiu?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O Sr. Adalberto Veríssimo é pesquisador associado, fundador do Imazon e ainda acompanha o Imazon também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, essa é a função dele ainda no Imazon, desde a fundação?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Desde a fundação, ele foi pesquisador por muito tempo como CLT, acompanhou toda a estrutura do Imazon e hoje ele é pesquisador associado do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ele foi desligado do Amazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Ele é desligado do Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora sabe dizer o motivo do desligamento?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Ele é um pesquisador renomado e tem outras atividades, e o Imazon não consegue mantê-lo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dentro das atividades do Sr. José Adalberto, sócio proprietário... Não é isso? Ele é sócio proprietário de alguma empresa, a senhora sabe dizer?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei lhe dizer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ele prestou serviços como consultoria remunerada para o Imazon?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora sabe dizer o valor e o período?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei lhe dizer o valor e o período, mas ele é pesquisador associado do Imazon.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só essas perguntas dentro do organograma que eu estou exercendo, Senador Plínio, só para esclarecimento de quem fazia parte da estrutura e de quem não o faz mais e foi remunerado de alguma forma para prestar serviço técnico. Então, só quero situar os Senadores e também esclarecer para o Sr. Presidente os serviços prestados pelo Imazon dentro de consultoria, se eles são feitos por consultores externos contratados de uma forma que a senhora vai me dizer como é que esses consultores são incluídos dentro do quadro do Imazon para prestar esse serviço, ou se, dentro da própria estrutura que já existe – 47 profissionais –, esse trabalho também é feito, ou seja, existe o mesmo trabalho feito por duas pessoas.

Os 47 são insuficientes ou se precisa contratar mais, como é contratado o Sr. Adalberto, que fez parte da estrutura do Imazon, a Sra. Brenda, o Sr. Paulo Barreto e outros? Ou seja, parece que eles faziam parte da estrutura, saem da estrutura, fazem uma... Abrem um contrato, prestam um serviço, são remunerados. É essa a regra? A ordem segue essa regra?

Eu vou repetir para a senhora.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu comecei iniciando na estrutura, no organograma da senhora. O organograma diz que a senhora tem 47 funcionários, entre estagiários, estudantes, até professores universitários e aqueles profissionais que fazem trabalhos científicos, que fazem a finalidade do instituto, que é a promoção do desenvolvimento, conservação, entre outros trabalhos científicos.

A senhora diz que existem pessoas remuneradas pelo Imazon que exercem essa função, remuneradamente.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Hã-hã.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E algumas pessoas que eram do Conselho, se não faziam parte da Diretoria Executiva, se não faziam parte desse organograma a que a senhora se refere aqui, que em algum momento, em algum período, saem do Imazon, vão para suas empresas com CNPJ ou MEI, recebem do Imazon para prestarem o serviço ao qual eles prestavam anteriormente.

A minha pergunta é: isso aconteceu?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim, isso acontece.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Isso é rotina? Parece que existe aí uma confusão.

O Imazon presta o serviço de consultoria com pessoas pagas pela... Dezoito por cento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Para pagar o administrativo? Acho que é.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Hã-hã, 19%.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dezenove por cento.

Então, 19% de toda a receita do Imazon é para pagar profissionais.

Esses profissionais prestam esses tipos de serviço, que são de assessoria, de produção de trabalho científico, de tudo isso.

Só para eu entender, Senador Beto, existe um trabalho feito pela estrutura remunerada do Imazon e, ao mesmo tempo, essa pessoa que faz parte da estrutura do Imazon, em algum momento, que a senhora não sabe dizer o porquê que se desligaram...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sai e vai prestar serviço para o Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... sai e presta serviço ao mesmo Imazon, pago com o mesmo dinheiro. Isso acontece? *(Pausa.)*

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Srs. Senadores, essas pessoas se tornaram pesquisadores seniores, se tornaram pessoas que a gente não consegue segurar em nosso quadro, principalmente por custos que a gente não consegue manter, então, essas pessoas têm total liberdade para se tornarem consultores, não somente do Imazon, como de outras instituições. A gente não consegue tê-las em nosso quadro. São pessoas seniores, altamente capacitadas, que conhecem muito sobre a Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Hã-hã.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Então, elas podem, sim, prestar editais, podem ser contratadas pelo Imazon, ou por outras instituições, de forma parcial, de forma integral, de acordo com o valor dos editais que elas apresentam, das propostas que elas apresentam para a gente. Isso não é ilegal no Brasil. Tem regras, a gente segue regras de contratação que são legais dentro das nossas leis brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Me permite intervir, Senador Styvenson?

No caso da Sra. Brenda, ela deixou de ser remunerada, não sei, por 10, 15, 40 mil, pra prestar um serviço e o que Imazon pagou mais de meio milhão pra ela. Não tinha dinheiro pra pagá-la, mas tinha dinheiro pra contratá-la e pagar como um todo? Explique melhor aí pra mim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Desconheço esse valor, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente tem alguns valores, sim. A gente está tentando confrontar. A gente tem valores, sim, da Sra. Brenda, como tem do José Adalberto.

Então, o que me canta – e, me permitam, Senadores – é isto: vejam que a mesma... Desculpe, não é nada pessoal. É a mesma prática da FAS, é a mesma prática de todas as ONGs: primeiro, eles vão pra dentro da ONG; depois, eles saem e prestam serviço à ONG. Isso é prática rotineira. Pode até ser legal, a gente vai ver, mas é meio suspeito. Então, a gente tem informações de que essas pessoas saíram do Imazon e foram prestar serviço ganhando bem mais do que ganhavam como remunerados.

Por favor, Senador Styvenson Valentim, foi só um...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não iria chegar aos números, mas, já que o senhor adiantou e a gente tem disponíveis, sim, os números, eu poderia perguntar à senhora se poderia disponibilizar esses números. Poderia disponibilizar esses números?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Os senhores façam um requerimento desta CPI que nós disponibilizaremos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Desde a remuneração de todos que são pagos, desde a Diretoria Executiva? Tem acesso, não é?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim. O senhor pode enviar pedido por esta CPI.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu acho interessante, Senadores, e estou achando que eu estou diante de uma organização que tem transparência e idoneidade, ainda mais quando uma pessoa vem da base, vem do pé da floresta lá, caminhou entre as pessoas e fez um trabalho em campo...

Eu queria saber da senhora – eu queria saber da senhora –, dentro dos projetos de desenvolvimento e conservação que a senhora já colocou nos eslaides, de forma prática, se a senhora conheceu a miserabilidade das pessoas que vivem ali na Amazônia, do ser humano que vive dentro da área de atuação de vocês, se a senhora conhece e se, *in loco*, foi ver, junto com a sua estrutura, se conhece bem isso.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Conheço, Senador. Eu, inclusive, morei, durante três meses, dentro de um assentamento. Eu trabalhei pro meu doutorado, pesquisei pro meu doutorado a situação econômica de assentados que moram no sul do Pará, onde eles foram colocados, naquelas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regiões, e não tiveram acesso a nenhuma infraestrutura, a nenhuma educação, isso eu coloquei nos meus estudos. É importante o senhor trazer isso aqui, porque é muito, é muito válido a gente pensar nessas pessoas que estão no campo e pensar em políticas públicas pra elas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – E é muito válido que a gente, enquanto instituto de pesquisa, que a gente busque soluções pra resolver esses problemas de campo. É pra isto que eu trabalho no Imazon: pra trazer soluções através de pesquisa científica.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E dentro do trabalho que a senhora exerce junto com a Imazon, dentro dos povos que se apresentam nesse estado de miserabilidade, a qual já foi narrada aqui por outras instituições e está sendo narrada pela senhora agora, de fato, concreto, o que foi que mudou com o trabalho da senhora e todo esse recurso que a senhora expôs no telão, recebido de associações internacionais, de empresas privadas, de BNDES, de Fundo Amazônia? O que, de concreto, realmente mudou na vida dessas pessoas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O trabalho do Imazon é...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Acabou a miserabilidade?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não acabou, Senador...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pelo menos na atuação da senhora?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador, o nosso trabalho é um trabalho contínuo, de pesquisa. É válido que a gente traga aqui os índices, que a gente publique os índices da Amazônia. A Amazônia precisa de muita intervenção política, de políticas públicas ainda. É para isso que a gente faz pesquisa: para mostrar que precisam de ações, de políticas públicas do Estado em geral, para que a população melhore. Os trabalhos do Imazon são de pesquisa para trazer soluções para que o Estado leve essas soluções para a região.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E, dentro das pesquisas, a senhora, que já ofertou para soluções, alguma já foi dada pelo poder público ou pelo interesse privado? Pergunto isso porque uns dos principais interessados são países estrangeiros, Senadores; Noruega, como todo mundo já conhece aqui, que faz um bom aporte financeiro dentro do nosso país, que eu acho uma invasão de soberania, mas há quem concorde.

O principal doador, sendo a Noruega, a qual explora petróleo para manter a economia deles, mas busca, no nosso país, a proteção, o desenvolvimento conservador, a proteção do povo indígena, que ele



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viva ainda como primitivo... Qual é o interesse dele além de promover o quê? O interesse próprio dele dentro do Imazon e dentro de uma área de miserabilidade? O que ele quer de verdade? Ele quer proteger a floresta com ele dentro da sustentabilidade, dentro do que vocês fazem? Eles buscam esse objetivo ou querem também, ao mesmo tempo, desenvolver a região, levar o índio à capacitação, à exploração consciente, tirá-lo dessa miserabilidade?

Até agora, não dá para entender por que um outro país faz um investimento dentro de uma área como a Amazônia. Eu digo isso, doutora, que a senhora, melhor do que qualquer um aqui, nessa sala, conhecedora do ecossistema, só no estado que a senhora é de origem – que a senhora não está na ONG lá; está na ONG da Amazônia – tem cinco biomas, desde Cerrado até mangue, e todos passam por desmatamento, todos passam por devastação, todos passam por degradação. E eu não vejo o mesmo empenho, eu não vejo o mesmo tratamento, não consigo ver. Na Amazônia tem, na Bahia tem, no meu estado tem, no estado de qualquer outro Senador aqui vai ter as mesmas sequelas e problemas sociais e ambientais, e o que eu não consigo entender é porque só lá, somente lá e naqueles estados específicos, e algumas ONGs.

Bom, eu acho meio contraditório. Eu acho, não; eu tenho certeza de que existe uma confusão dentro disso aí, mas a senhora disse que a estrutura, que a senhora não recebe recursos para dar, para ser contaminada nas suas decisões técnicas.

O que me chama muito a atenção, Senadores: o valor doado pela ClimateWorks... Ela participa – não é? – de doações, a empresa? Essa empresa participa como doadora?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Qual, senhor?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A ClimateWorks.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não atualmente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, mas participou?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não lembro. Talvez não tenha sido no tempo em que eu estava no Imazon.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não tem?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não lembro dessa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas acho que a senhora vai saber responder. Essa empresa financiou, ela teve um valor doado para o Imazon



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a finalidade de prestar um apoio técnico. Ela colocou lá um dinheiro e disse assim: "Imazon, produza um apoio técnico para o Ministério Público e secretarias do meio ambiente, na utilização de dados de risco de desmatamento nos esforços para a prevenção do mesmo".

Esse trabalho foi realizado e apresentado ao Ministério Público e às secretarias de meio ambiente e de governo de estados, pago por essa empresa? A senhora sabe dizer? Confirma isso?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei da ClimateWorks. Eu não me lembro desse aporte.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas alguma empresa internacional faz pagamento com esse interesse de gerar dados, dados científicos, números, levantamento para embasar o Ministério Público, embasar órgãos públicos, com os números produzidos pelos senhores?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador Styvenson, é...

Dá pra botar o organograma lá de novo? Não é o organograma... A forma como a gente trabalha.

Não são os financiadores que definem o que a gente vai fazer. Nós apresentamos projetos, respondendo a editais, ou então buscamos os financiadores com os nossos projetos, seguindo o nosso planejamento estratégico e a nossa missão, que é promover conservação e desenvolvimento sustentável. Não é o financiador que decide o que a gente vai fazer e o que a gente vai produzir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está o.k. Entendi.

Mas vocês forneceram algum apoio técnico ao Ministério Público e a secretarias de meio ambiente pago com dinheiro de empresas estrangeiras? A pergunta foi essa.

Vocês fomentaram, deram algum material para o Ministério Público ou empresas públicas, secretaria ou de município ou de estado, produzido pela Imazon, com o dinheiro, capital externo? A pergunta é bem simples.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu estou entendendo, Senador.

É... Nós temos ações de cooperação técnica com o Ministério Público em que nós geramos dados e informações, fazemos treinamento, assim como nós temos a gestão ambiental municipal com o Fundo Amazônia, mas eu não tenho nada, não tenho nenhuma informação relacionada com apoio externo para essa função.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tá. Então, deixa eu ouvir bem aqui: a senhora tem acordo firmado, a Imazon tem acordo firmado com o Ministério Público Federal... Estadual?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Estadual.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Estadual.

E a senhora fornece esse trabalho pra eles, esse trabalho de pesquisa?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A gente fornece os dados quando solicitados.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quem solicita?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O Ministério Público.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E quem paga?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Os financiadores.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E quem são os financiadores?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Vários, de acordo com a nossa lista, que está disponível no nosso relatório de atividades, que está no nosso *site*.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora pode – desculpe, Styvenson – mandar pra nós, então, o valor dessa ajuda recebida pelo ClimateWorks, dada pelo ClimateWorks, que visava a exatamente prestar informações ao Ministério Público? A senhora pode verificar isso, que esse dinheiro enviado pelo ClimateWorks foi exatamente para a produção de informações enviadas ao Ministério Público?

A senhora devia estar afastada, não pode responder agora, mas se compromete a nos mandar essa informação, se for específica?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

Se houver esse projeto, se a gente submeteu esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá. Dinheiro enviado pelo ClimateWorks pra exatamente prestar apoio técnico para membro do Ministério Público e secretarias de meio ambiente na utilização de dados de risco de desmatamento nos esforços para a prevenção do desmatamento. Foi esse o teor. Está bom?

A gente, então, vai lhe pedir essa informação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Styvenson, desculpe a intervenção. *(Pausa.)*

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dentro do conselho do diretório, conselho fiscal, assim, dentro do organograma de diretoria executiva acima, que não é remunerado, tem alguém que ocupa essa função? Promotor, promotor federal, procurador federal, procurador... Existe alguém com cargo de conselheiro com essa...?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O nosso conselho... Os nossos conselhos são bem diversificados. Nós temos acadêmicos, pessoas do audiovisual, temos professores, temos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas dentro da área jurídica tem?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Temos no nosso conselho fiscal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sabe dizer o nome?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nós temos um promotor do Ministério Público Federal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Um promotor do Ministério Público Federal. A senhora sabe ou lembra o nome dele? Ou não?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Está no nosso *site*, está na nossa transparência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu achei que ele... A senhora sabe se faz parte do conselho ele?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Faz parte do conselho fiscal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ele se reúne com a senhora? A senhora já falou com ele?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora não pode dizer o nome?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Posso: Ubiratan Cazetta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está o.k. Obrigado.

Continuando, Senador Plínio... *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

No último balanço da Imazon, consta um grande volume de recursos recebidos de doadores estrangeiros – a senhora vai corrigindo ou não –: R\$5,281 milhões, Norad; agência de Governo da Noruega, R\$1,074 milhão; Skoll Foundation, ONG América, R\$1,010 milhão; ClimateWorks, R\$698 mil; Gordon and Betty Moore Foundation, R\$488 mil; agências do Governo dos Estados Unidos da América, entre outras que financiam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Hã?

... entre outras que financiam, a US Forest Service.

As condições impostas por esses doadores. Eles impõem alguma condição? Ou simplesmente a senhora apresenta lá o seu projeto? A senhora vai lá, o projeto apresenta, eles vão lá e acolhem?

Eu já fiz essa pergunta?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Já fiz essa pergunta duas vezes?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Hã-hã.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É porque eu estou com dúvida, Senador Beto. Quando eu tenho dúvida, eu pergunto até cansar.

Como ingressam no Brasil os valores recebidos desses entes internacionais? Os valores são repassados diretamente para a Imazon? Como são registrados no Banco Central? A senhora poderia fornecer a esta CPI os contratos com os entes internacionais e o registro do Banco Central com esses ingressos de valores?

Existe alguma outra ONG intermediando a senhora e o poder público ou essas empresas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Um momento... Intermediando... Vamos lá.

Como eu falei, já, nós fazemos os projetos, apresentamos a editais públicos, e eles podem ser aprovados ou não. Às vezes, nós apresentamos diretamente aos financiadores, e eles também podem ser aprovados ou não. Não existem exigências, nós seguimos o nosso planejamento estratégico de acordo com a nossa missão, com a nossa crença do que a gente faz há 33 anos, que é promover a conservação e o desenvolvimento sustentável. A entrada de recursos é feita de forma legal, através de bancos, todas registradas legalmente pelo Banco Central.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima, senhor – me desculpe –, é a dos contratos?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Isso. Como é que entra esse dinheiro em nosso país?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O Banco Central, a gente faz...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O Banco Central registra...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Passa pelo contrato de câmbio, a gente recebe esses contratos de câmbio...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então a gente tem acesso a tudo isso que está pedido.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – ... e vão direto pras contas de cada projeto, e nenhuma outra ONG intermedeia a entrada de recursos, os contratos vêm direto pra nossa instituição.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas alguma ONG doa dinheiro pra vocês, pras senhoras, pros senhores?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A gente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Alguma outra ONG já fez doação?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – ... aceita doação de qualquer ente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas a senhora sabe dizer se alguma ONG já doou?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei dizer, mas posso verificar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está bom.

Senador Plínio, é a última, pros Senadores ficarem com... Não. Já está o suficiente, já deu pra esclarecer. Deu pra entender como é que funciona.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O senhor terá oportunidade, como todos terão oportunidade, depois, de voltar a fazer perguntas, e a nossa convidada também terá oportunidade de fazer qualquer esclarecimento que achar necessário.

Com a palavra, o Senador Beto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Relator, caros membros aqui da nossa Comissão, quero agradecer a presença aqui do Imazon. Tem 33 anos, já, de funcionamento no Pará, e eu nunca... Quero confessar que é a primeira vez que estou dialogando com o Imazon e nem conhecia, inclusive, as pessoas que estão aqui, mas sei das referências do trabalho que é feito lá no estado, e presta um serviço... E aqui, Relator, Senador Styvenson, não é prestado um serviço para pequeno aqui, não. Aqui não tem índio, o que o Imazon faz não tem relação com os índios, com agricultura familiar. São pesquisas pro setor florestal, auxiliando os governos dos estados.

Eu até tinha ciúmes, quero dizer, porque no governo do PSDB – inclusive, o Zequinha foi Vice lá – , era uma das ONGs muito próximas do governo do PSDB lá no Pará. Eu, inclusive, tinha muito ciúme disso, porque eu queria que ela fizesse em relação ao PT...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas ciúme do valor ou da pesquisa?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Da pesquisa, das ações, das relações, porque era feito muito com outros governos, inclusive com atuação com o nosso, as regiões onde atua... E fez muito bem o trabalho. Paragominas é uma referência de um outro projeto político no meu estado, do meu projeto político. Então, eu estou colocando isso aqui só pra poder dizer que não é uma, não me parece... Me parece, não: com toda clareza, não é uma entidade que foi fundada por algum esquerdista ou por algum direitista. Não tem isso aqui. É uma entidade que foi fundada efetivamente no estado, pra trabalhar as questões técnicas, e tem prestado serviços, e, ao que me parece e por todas as informações que eu tenho tido até hoje, presta bem o serviço.

Inclusive, no Governo passado aqui, Governo Federal – depois eu queria até a confirmação disso pela representante aqui do Imazon –, teve um momento em que o Ministro Salles pediu investigação sobre prestação de conta do Imazon. E isso foi ao Tribunal de Contas da União, que fez o relatório e disse que não havia nenhuma irregularidade. Mas tinha, inclusive, essa ação do Ministério do Meio Ambiente, através do Ministro Salles, pedindo investigação. E tem os relatórios e acórdão do TCU, posterior, dizendo que não houve nenhuma irregularidade. Eu quero, inclusive, parabenizar por isso.

Como disse, eu não tenho uma relação mais próxima ou qualquer coisa parecida, mas vejo que presta um grande serviço, pelo menos é elogiado pelas secretarias de meio ambiente, pelas prefeituras municipais. O próprio Município de Paragominas virou uma referência. Embora eu tenha discordância de algumas das questões que são trabalhadas lá no município, é uma referência de município verde e tudo, tem todo um trabalho lá feito e dialogado com o Imazon, que sempre foi uma das entidades que trabalhou muito ali naquele município.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha preocupação – e eu quero colocar bem claro isso aqui – sempre tem sido a de que a gente já não saia, no início de um debate, como se as ONGs fossem uma coisa que não prestasse um serviço correto à população. Tem ONGs de várias espécies; e as ONGs, no final, são feitas por seres humanos. Tem gente que tem caráter, tem gente que não tem. Como em qualquer área da vida, tem gente que aplica quando se tem recurso corretamente, tem gente que não aplica corretamente.

Mas me parece que aqui nós estamos mais uma vez, a exemplo do que foi falado na última sessão, diante de uma ONG que tem um bom exemplo, tem um bom trabalho prestado. E é feito pelas várias... É reconhecido isso pelas várias matrizes políticas que nós temos no Estado do Pará, por exemplo. Não sei o quanto é feito fora de lá, mas, pelos vários segmentos que prestam os serviços nessa questão no Pará, avalio que o trabalho do Imazon é bom. São uma referência. Inclusive, como o Governo brasileiro, os estados brasileiros têm os seus organismos que avaliam essa questão do desmatamento, avaliam essa questão dos projetos de manejo, o Imazon se constituiu pra aquele estado como uma referência a ser consultada. Por isso, talvez a consulta de secretarias de meio ambiente e Ministério Público, porque eles são uma boa referência de dados e de informações. Acho que é isso.

Nós estamos trabalhando aqui com uma ONG que, comparada até com a ONG que veio na passada, tem um recurso bem menor. Naquele dia, nós estávamos falando em torno de R\$50 milhões anual. Aqui nós estamos falando de uma ONG de R\$14 milhões. Talvez preste... Trabalhe com menos gente. Inclusive o número de funcionários é bem menor do que o que foi apresentado pela ONG passada. Então, quero registrar isso.

Acho que... Precisa aprimorar? Também acho. Mas tem alguns dados que a gente está falando sem muita base concreta. Por exemplo, essa questão do Fundo Amazônia. Eu fiquei... Estou estudando. Eu até nem tinha estudado muito isso, mas estou estudando. Dos recursos que vieram pro Fundo Amazônia até hoje, 58% dos recursos foram pra entidades públicas, foram pro próprio Governo, foram pra entidades do próprio Governo; quarenta e um e alguma coisa é que foram pras ONGs. Então, daí você já sabe que não tem aqui uma armação no Fundo Amazônia, que repassa esses recursos pra poder estar aparelhando ONGs, pra poder... Não, a maioria dos recursos é Ibama, é Ministério do Meio Ambiente, são os próprios organismos, as universidades, organismos do próprio Governo que recebem esses recursos e que aplicam.

Então, eu não parto de que as ONGs.... Acho que elas cumprem um importante papel. Tanto ONGs ligadas às igrejas, à pesquisa partem... Elas precisam inclusive ser auxiliadas. Captar recurso fora não é fácil. Não é simples... Captar recurso fora não é simples.

As exigências de prestação de contas que você tem pra uma entidade que tem quarenta e poucos funcionários é a mesma pra um Governo que tem milhares de funcionários. As exigências da prestação de contas. Às vezes, cobrando coisas que nem precisariam ser cobradas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, no debate passado, acho que nós tínhamos que criar aí... E foi corroborado pela pessoa que expôs que, entre tantos os projetos que eu sei que esta CPI vai apontar, no final do seu relatório, um deles era fazer o "simplezão" aí pras ONGs menores, porque elas não têm tanta estrutura como vocês têm. Vocês têm uma estrutura para prestação de conta, pra acompanhamento... A ONG passada tem. Mas tem tantas outras que prestam brilhantes serviços, mas que não têm essa estrutura toda pra poder fazer. Então, as organizações precisam... Assim como na empresa você tem hoje o Simples, pra micro e pequena empresa, a gente constituir... Esse é um projeto que eu faço questão inclusive de elaborar, de acompanhar e de apresentar, no final do relatório aí da CPI.

Portanto, queria falar isso. Mais uma vez registrar aqui a compreensão de vocês por estarem vindo aqui prestar as informações, se colocar à disposição. Espero que no mais rápido espaço de tempo possível, vocês consigam completar aqui as informações que a CPI pediu. Acho que isso é bom. Eu disse, no passado: "Quem não deve, não teme". Então, apresentem aí os dados pra que a gente possa analisar. Se tiver alguma correção que tenha que ser feita, a CPI vai saber apresentar no final desse trabalho. E parabenizar vocês porque, no tempo hábil, dentro daquilo que o Presidente e o nosso Relator têm solicitado, vocês vieram a essa CPI prestar essas informações.

Era isso.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Beto Faro. Obrigada pelo reconhecimento do trabalho do Imazon. E realmente foi um tempo curto. A gente recebeu o convite há cinco ou seis dias e eu tive que mexer na nossa agenda, porque eu acho muito importante a gente mostrar o nosso trabalho aqui e esclarecer as dúvidas relacionadas, para que esta CPI continue desenvolvendo o trabalho em tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nesses quatro anos e meio que a gente tentou emplacar a CPI das ONGs, a gente tem dito que não é para demonizar ONGs; a gente está investigando algumas ONGs que chamam atenção pelo valor recebido, a forma como o dinheiro entra e como não é prestado; não envolve aqui – dessa vez o Beto tem razão – indígenas, mas envolve dinheiro de estrangeiros que entram na Amazônia.

Zequinha, eu te passo já. Mas primeiro eu vou fazer uma pergunta. Eu tenho aqui, senhora, o número de uma operação – eu acho que foi com o Fundo Amazônia –, no valor de R\$12.104.865. Eu acho que foi com o Fundo Amazônia. E o relatório das informações que a gente tem aqui chama muita atenção, muita atenção mesmo aqui. Eu vou citar dois itens só. Três: Liberação da segunda parcela de recursos sem a verificação das despesas incorridas e dos produtos apresentados na primeira parcela. Isso é comum no Fundo Amazônia. Eles dão segunda e terceira, sem que se prestem contas pra eles.

A grande maioria dos custos, nessa operação, senhora, referem-se ao pagamento de recursos humanos, próprios e terceiros, cerca de 84%, ou seja, dez milhões e pouco. Adicionando os custos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativos de instalação e outras despesas administrativas, mais 10 milhões. Ou seja, 90% dos recursos repassados foram dispendidos com pessoal e despesas administrativas.

Agora, o que eu quero mesmo é que a senhora me tire esta dúvida que eu acho tão absurda, tão absurda, que eu cheguei a duvidar dos técnicos, mas é meu dever dizer isto para os brasileiros e para as brasileiras: valores, apontados pelo relatório do TCU, superdimensionados para a realização de capacitação. Preste atenção nos números que eu vou citar. Foi previsto capacitar 152 técnicos por um custo de R\$1,682 milhão, o que nos leva a um custo *per capita* de R\$11.067 por técnico capacitado. Levando-se em consideração que o curso – olha só – foi de 24 horas de duração, ou seja, três dias, e que, até a emissão da última nota de acompanhamento, constava a informação de que a execução física era de 86% e de que a execução financeira correspondente seria de R\$1,442 milhão, eu gostaria de saber... Está aqui a afirmação. Eu estou perguntando, mas aqui está afirmando. Foram realizados sete treinamentos durante três dias. Em três dias, eles se desdobraram e fizeram sete treinamentos. Cada treinamento de três dias foi da ordem de R\$266 mil. Então, eles gastaram R\$266 mil por dia nesses três dias de treinamento. E é importante ressaltar que a maioria dos cursos aplicados já estavam prontos, pois haviam sido aplicados no projeto anterior que o Imazon recebeu com o Fundo Amazônia. O custo da hora-aula que o beneficiário recebeu pelos cursos foi de R\$8.585. A título de exemplificação, de comparação, a Enap paga R\$177 por hora, para aula, para instrutores que tenham doutorado. O Imazon pagou, em um dia, R\$206 mil para treinar 152 técnicos.

A senhora tem conhecimento dessa operação? Se não tiver, eu lhe passo de forma confidencial, e a senhora, então, responde agora ou depois. Eu quero entender como é que se gasta R\$206 mil num dia, numa noite, num treinamento, seja do que for esse treinamento.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Eu vou pedir para voltar aos eslaides para detalhar os gastos com o Fundo Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por favor, aquele eu já vi. Esse aqui diz o número de operação... É esse aqui...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Hã-hã...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Imazon é esse aqui.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O custo é esse. As observações são essas. O gráfico não vai me convencer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – É bem claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu queria só que a senhora dissesse como foi gasto aquilo, se é que foi.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Se foi gasto ou não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se foi gasto ou não. Não precisa mostrar eslaides. Por favor, eu não quero ser indelicado; eu não quero ver mais eslaides.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O gasto... O senhor está se referindo ao gasto final, que está em uma tabela que fala do produto final. Isso se refere a um trabalho de quatro anos, em que vários municípios foram contactados. Várias pessoas estavam trabalhando de forma contínua. Então, isso não se fala... A gente não está falando de o produto "o curso em si". É a tabela que mostra que o resultado é o curso, mas, para chegar ao resultado, a gente fez contato com prefeituras, a gente fez identificação das pessoas aptas a fazerem parte do curso, a gente fez o transporte das pessoas para o local dos cursos. Então, tem vários gastos embutidos para chegar lá. Então, esse valor de 206 mil por dia, a conta final não é essa. A gente tem que colocar todos os gastos ao longo de quatro anos, ao longo de quantas pessoas foram capacitadas, de quantas vezes a gente precisou contactar as Prefeituras, quantas visitas técnicas e a continuidade do trabalho. Então não é o curso, o curso é o produto final.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu estou entendendo o que a senhora está dizendo, embora eu não me conforme. Quer dizer, então eu vou fazer um curso na minha cidade, no Juruá, em dezembro, fazer um curso. Aí eu começo a trabalhar em janeiro. Quando eu efetivar esse curso, o custo foi isso tudo. Não é isso? Não foi só no dia. Custou, pago por quem deu as instruções, R\$206 mil por dia, mas esse R\$206 mil não é só para remunerar quem fez o curso, mas lá estão as viagens, as pesquisas, as idas, as vindas, é esse o somatório.

O SR. RITAUMARIA PEREIRA – Inclusive das pessoas capacitadas, porque a gente sabe que deslocamento na Amazônia é um problema. A gente tem que transportar as pessoas que participaram dos diversos municípios para os locais do curso. Então não é somente o deslocamento das pessoas que vão capacitar, mas também das pessoas que estão sendo capacitadas nos nossos treinamentos.

A gente capacitou, tem lá nos eslaides, 163, depois tem outros números lá de que eu não me recordo agora. Vocês estão com os eslaides?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É curioso, quando o Senador Plínio faz esse levantamento...

O SR. RITAUMARIA PEREIRA – Duzentos e um.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah, então esse valor foi para 201 pessoas que foram formadas? Usaram quantos técnicos para formar? Que curso é esse? Explica aí para mim. Que curso é esse aí? Eu queria saber o que é que vocês ensinam lá.

O SR. RITAUMARIA PEREIRA – Só um minuto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora, como gestora, deve saber, porque eu fiquei curioso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vai, Senador Beto. Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Enquanto ela prepara a resposta, eu queria ver se era possível, só do ponto inicial, para ver se fazia um acordo aqui, que era a questão dos quatro requerimentos que nós temos para votar, e tem um que é o extrapauta, que seria convocatório.

O SR. RITAUMARIA PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Isso aqui é, na verdade, o que a gente faz.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está muito difícil deles virem na próxima terça-feira. Põe na outra terça.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Me dê a sua palavra e dê uma data.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Estão me afirmando na outra terça, sem ser essa terça que vem, na outra terça faria...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A advogada está aqui, então, na outra, alguém me socorre, pode ser até quem está nos assistindo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Dia 3. Aí a gente votaria esses dessa forma...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, fica marcado para o dia 3. Nós estamos... Não, a gente precisa só, para mostrar, Dr. Hiran, aquele começo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em todos os requerimentos, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... porque isso é uma CPI civilizada, que compreende os componentes, são todos assim.

Então, não vai ser convocada, mas tem o compromisso do dia 3 de outubro de o IPÊ estar conosco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora conclui a resposta do Senador Styvenson, e eu passo a palavra Senador Hiran.

O SR. RITAUMARIA PEREIRA – A Ação de capacitação, Sr. Senador Styvenson. Nós fizemos diagnósticos em secretarias municipais sobre a situação da gestão ambiental; também fizemos curso de capacitação dos servidores identificados, direcionados às necessidades também identificadas; fizemos assessoria técnica durante quatro anos para entender se eles estavam sabendo utilizar os recursos que eles aprenderam, voltados para as geotecnologias; também produzimos materiais de apoio, como mapas, levantamento de uso e cobertura dos solos; e enviamos, periodicamente, os mapas mostrando a situação de uso da terra dos municípios, para que os municípios validassem suas situações relacionadas ao desmatamento.

Com isso, nós beneficiamos 263 técnicos em 41 municípios, diluindo o valor que o Senador Plínio Valério falou aqui há pouco...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Isso em quatro anos?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Em quatro anos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Duzentos e sessenta e três técnicos.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Duzentos e sessenta e três técnicos em 41 municípios.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Quarenta e um municípios?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Diluindo o valor total, se a gente quiser falar em município por ano, dá um valor de R\$10.257,68; se a gente quiser falar por técnico beneficiado por ano, dá um valor de R\$1,6 mil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Então, esse número seu aí...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah! Então, quer dizer que essa soma aqui de três dias... Foram três dias num município, três dias no outro, três dias no outro, três dias no outro, porque o relatório fala em três dias, 152 técnicos, ao custo de R\$206 mil/dia. Fala só em três dias.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Cento e cinquenta e dois técnicos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aqui no relatório, fala em 152.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – É porque nós beneficiamos mais do que o que estava no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é.

Aqui fala três dias. Aqui, então...

Eu gostaria de saber se já prestaram conta disso e que viesse para nós, porque aqui no relatório do TCU fala em três dias, não fala em três dias vezes quatro anos. Se ficarem três dias vezes quatro anos, eu acho que faltou dinheiro para isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Espere aí. É um técnico para cada duas pessoas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Como assim?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se são 152 técnicos, conforme o Presidente, Senador Plínio, está se referindo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não formaram, não. Formar 152 técnicos, capacitar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah! Para formar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, porque as ONGs têm sempre...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Entendi, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Assim como disse a FAS, não é dinheiro que entra. Como é que é? São eles que têm o mérito de buscar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eles que conquistam.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles que conquistam. As ONGs são, desculpa, não são todas... Elas têm essa característica de enrolar, de fazer uma coisa enorme para tentar nos enrolar. Como a gente já não está mais nessa idade de enrolação, e aproveitando o fato de estar Senador numa CPI, a gente tem que questionar para tirar nossas dúvidas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – As minhas dúvidas continuam.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu posso fazer mais uma pergunta?

Dentro desse campo da administração e da pesquisa, 19% para a administração, que a gente já discutiu aqui, e agora vamos entrar na pesquisa, já que as ideias vêm conforme as conversas vão fluindo.

Fora o caso que o Presidente explicou aqui e mostrou, a senhora, como uma pessoa com um currículo bom, que já prestou serviços de assessoria, de consultoria, de fazer um tipo de trabalho, a senhora já fez, alguma vez na vida, durante toda a sua trajetória, dentro do Imazon ou em outra ONG, algum estudo para diagnóstico fundiário e divulgação de recursos humanos de terceiros e regularização fundiária? Já fez?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nunca fez?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora já viu esse trabalho? A senhora já viu alguém fazendo esse trabalho?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – De regularização fundiária?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Vamos lá.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Estudo para diagnóstico fundiário, divulgação de recursos humanos de terceiros, de regularização fundiária... A senhora já viu? Já?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – De regularização fundiária...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora, como profissional, cobraria quanto para um trabalho como esse, se eu fosse contratá-la?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Tenho que ver os valores de mercado. Eu não sou consultora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Valor de mercado hoje?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não sei, eu tenho que olhar. Eu não sou consultora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Dentro do campo de pesquisa de 81%, mesmo a senhora não sendo consultora, mas a senhora é quem paga. É a senhora quem faz o pagamento. A senhora não é consultora, mas é a senhora quem desembolsa o dinheiro lá para pagar as pesquisas. E a senhora não sabe dizer quanto paga para um pesquisador que faz um trabalho como esse?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Depende da formação da pessoa, da formação, da experiência...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Para a D. Brenda Brito do Carmo, para a formação dela curricular, a senhora pagou quanto por esse trabalho? Um trabalho desse só, só um. Lembra e recorda.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Vou fornecer por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, ela vai nos fornecer por escrito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está dentro do campo de 81% de pesquisa o que é pago em pesquisas?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A minha pergunta é simples, por quê? Porque só uma pessoa – eu acho que a senhora vai trazer esses dados para a gente e vai trazê-los por escrito – ocupa o quadro quase todo de pesquisador. E o valor é bem acima do que o senhor ganha, viu, Senador Hiran? O senhor, como Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Do que nós ganhamos, nós quatro juntos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, por dois meses. Dura quanto tempo um trabalho desse para ser realizado, a senhora como produtora de um trabalho científico como esse, dura quanto tempo para ser feito?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Depende do produto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em média, o mais simples possível.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Depende do campo, se tem campo, qual tipo de publicação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Normalmente, a média.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O trabalho científico... Não tem uma média definida, depende do tipo de trabalho.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pode ser um mês?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu não trabalho com regularização fundiária. Pode ser um mês, pode ser um ano, podem ser dez anos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Engraçado é que o período tem um padrão, de dois em dois meses. De dois em dois meses sempre é um contrato, mas esse número a senhora vai fornecer para a gente, aí a gente explica ou esmiúça melhor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso Senador Dr. Hiran; em seguida, o nosso companheiro Zequinha.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador, ficou uma pergunta sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, pode responder.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – É porque no contrato, mais uma vez, no relatório do TCU, ele fala do produto final, ele não especifica que é um contrato de quatro anos. Eu gostaria de dizer que há um equívoco nessa tabela final, que não especifica o valor, o período do contrato, tá?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nosso Senador Dr. Hiran, que é de Roraima, da Amazônia, de um dos estados mais prejudicados com essa política ambiental das ONGs.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Muito bem.

Presidente, minha saudação, nosso Relator *ad hoc*, Senador Styvenson, meu querido Senador Zequinha, todos que nos assistem, segundo o Portal do Imazon, a organização realiza um programa de monitoramento e análise das principais pressões humanas sobre a Amazônia Legal, a partir de imagens de satélite e bancos de informações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha primeira pergunta, Sra. Ritaumaria, é em relação ao desmatamento e à mudança do uso e cobertura da terra. O monitoramento realizado pelo Imazon é complementar aos realizados pelos órgãos governamentais brasileiros, como o Inpe, por exemplo. São usadas as mesmas bases de informação? A partir de que monitoramento por satélite, que tipo de satélite, como é que vocês remuneram essas informações que vocês têm para suas análises de dados?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – O trabalho de monitoramento, em relação ao Inpe, existem diferenças pelo tipo de satélite que é utilizado. Nós usamos o Landsat e o Sentinel. São satélites de uso público, de domínio público, qualquer instituição acadêmica ou ONG ou pessoa que queira ter acesso pode ter acesso. E ele é diferenciado do Inpe. Nós somos uma instituição que faz esse trabalho de forma independente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por que vocês não usam a base de dados do Inpe, que é uma referência inclusive para o nosso país em termos de desmatamento, áreas queimadas? Enfim, nós temos um satélite que rastreia a nossa Amazônia diariamente. Por que vocês não usam essa base de dados, que, aliás, às vezes tem certa discrepância em relação aos dados que vocês apresentam, baseados em outras bases?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nós achamos importante ter um dado independente para validar o desmatamento dado de pesquisa que a gente faz na Amazônia há 33 anos. É muito importante ter independência de dados.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se há discrepância, a senhora está dizendo que o Inpe não tem credibilidade no nosso país, o trabalho que o Inpe faz no nosso país?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Muito pelo contrário. O Inpe é uma instituição muito séria. A discrepância se dá pelo tamanho dos *pixels* dos satélites, da forma como ele é feito, mas a gente, em momento algum, desconsidera o trabalho do Inpe.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora, então, poderia afirmar aqui que os dados de desmatamento do Inpe normalmente são infradimensionados em relação aos satélites que vocês usam?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A gente nunca fez comparação entre os dados da gente com os do Inpe. A gente usa os nossos, mas sempre a gente vê os do Inpe também, mas não fazemos comparação, não tem como serem comparados, porque são satélites diferenciados.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O Imazon lançou, em 2020, o projeto Amazônia 2030, com participação de entidades brasileiras e internacionais. O projeto tem como objetivo, segundo o portal da ONG na internet, criar, entre aspas, "um plano de desenvolvimento para a região atingir o uso sustentável dos recursos naturais até o final desta década". A senhora pode detalhar como foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feita a elaboração desse plano, como foi a participação das entidades internacionais e da população local dos estados da Amazônia Legal na elaboração do projeto? Quais as principais linhas de ação? Há integração da organização que a senhora preside com os governos estaduais e com os municípios? E, se não há, por quê?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A Amazônia 2030 é um projeto que nasceu da junção de várias instituições de pesquisa renomadas brasileiras, como o senhor falou, e internacionais. A ideia é mostrar quais são os problemas e soluções para a Amazônia até 2030. Então, têm-se gerado vários estudos mostrando o que a Amazônia tem de problema e quais são as soluções para esses problemas.

Por exemplo, o último que eles publicaram é o instituto de progresso social, em que se mostra que a Amazônia tem os piores índices de progresso social, tais como saneamento, educação, acesso à saúde. E o nosso objetivo é trazer soluções voltadas para políticas públicas, e aí cabe aos estados, cabe ao poder público usar as soluções propostas.

A gente tem ações com municípios e com governos sob demanda; ao longo desses 33 anos, a gente já atuou com vários municípios e vários governos na Amazônia.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora... Eu não consigo entender. Eu tenho um razoável nível intelectual e tenho uma vivência na Amazônia. Eu nasci na beira do Rio Solimões, nós somos lá da mesma rota na Amazônia. Eu não consigo entender como é que uma organização que tem pessoas preparadas faz um projeto desse para identificar essas questões que a senhora colocou aí, depois de estar 30 anos trabalhando na Amazônia.

Eu acho que, com todo o respeito, é um dinheiro absolutamente jogado fora, porque, mesmo o Senador Styvenson, que não está lá na Amazônia, mas que conhece o país, ele, muito rapidamente, pode fazer um diagnóstico da realidade da nossa vida na Amazônia e não precisar gastar tanto recurso. Não sei se a senhora concorda comigo, mas se gasta muito recurso para se constatar o óbvio.

É por isso que nasceu essa ideia, uma ideia muito pertinente do Senador Plínio Valério para a gente fazer esta CPI, porque nós vamos chegar ao final com toda a certeza de que nós jogamos muito dinheiro fora com essas organizações.

As narrativas são muito interessantes, todo mundo é muito inteligente para organizar esses eventos, esses estudos, mas a gente não vê ninguém efetivamente mudando o perfil social de onde a gente vive.

Então, eu quero dizer à senhora aqui que me causa estranheza, sim, um trabalho de tanto tempo render tão pouco resultado prático para as populações onde vocês atuam.

Então, essa é a minha consideração e quero aqui, Presidente, antes de passar a minha palavra para o próximo que vai fazer seus questionamentos, dizer que nós aprovamos aqui a convocação de um antropólogo franco-marroquino chamado Bruce Albert, porque, aliás, eu estou doido para ele vir aqui



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para eu fazer algumas perguntas, porque ele criou uma celeuma neste país e hoje nós somos conhecidos no mundo todo como um país que praticou genocídio entre os ianomâmis.

Eu era médico legista na época, e olha que eu procurei naquela mata um cadáver, não achei cadáver nenhum. Nós temos aí... se você entrar na internet, você vai ver que teve genocídio no massacre de Haximu, que, aliás, Haximu não era nem no Brasil, depois nós descobrimos que Haximu é uma aldeia que está na Venezuela.

Eu estava lá com o ex-Ministro Maurício Corrêa, com o ex-Procurador da República Aristides Junqueira, convocado que fui pelo Superintendente da Polícia Federal, à época, lá no estado, Sidney Mendes, e eu queria que ele viesse aqui porque ele praticou, com essa narrativa que ele criou – com o intuito também de demarcar aquela imensidão que é a nossa Raposa Serra do Sol –, ele criou um grande constrangimento no nosso país.

Então, eu quero reforçar o pedido para que a gente agilize a convocação desse senhor aqui nesta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, Senador, já fica... peço que a Secretaria já agende, então, um pedido para terça-feira, bastante tempo, para a gente, a partir de amanhã, para avisar para a logística toda, está bom?

E, com certeza, também, nós vamos agora acelerar um pouco, fazer dois. Já foi um pedido de prorrogação e eu quero agradecer, já tenho 34 assinaturas, quando são necessárias 27, para a gente prorrogar – Hiran, Zequinha, Styvenson – até o dia 19 de dezembro.

A gente discordou um pouco, o Relator e a gente, que podia passar o recesso, mas eu acho muito prejuízo se a gente parar no recesso, então a gente vai encerrar antes. Vai ser o Ipam e o que você solicitou.

Nosso companheiro, o Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpellar.) – Muito obrigado, Presidente. Saudações a todos, a V. Exa., ao Senador Styvenson, ao Senador Hiran, à Diretora do Imazon, à sua assessora.

Eu me sinto contemplado nos questionamentos do Senador Styvenson e, essencialmente, aqui na questão socioeconômica feita pelo Senador Hiran.

Só queria fazer uma consideração, Diretora, que eu acho que é uma constatação que todos nós fazemos: governo nenhum, nem o federal, nem os governos estaduais da Região Amazônica... Nunca pararam um pouquinho pra dar atenção à questão ambiental – nunca pararam –, nem convidaram os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores das organizações não governamentais para fazer um debate, porque dali... O governo precisa ter uma política própria pra governar o seu povo sobre qualquer tema, não é só sobre a questão ambiental, não; todos os outros também. Então, governo nenhum faz, nem o federal – não estou falando do governo deste momento, estou falando dos governos ao longo dos vinte e poucos anos, pegando de lá pra cá –; não faz. Aí, se aproveita de prestação de serviço, uma aqui, outra ali, outra acolá, que tem a sua visão própria.

Quando V. Sa. diz que quem financia não exige o tema, o objeto da pesquisa... Eu sou bancário de origem, adorava minha atividade quando estava lá, e continuo empregado de um banco... Mas banco nenhum dá um centavo pra ninguém se não estiver rigidamente dentro da sua política e em cima daquilo que ele financia, certo? Tanto é que, quando um cara chega ao banco e pergunta pro gerente: "Tem dinheiro aí pra quê?", o gerente fica muito "p" da vida com ele, porque não é esse o procedimento. Então, dificilmente... Parece que V. Sa. disse que 57% dos recursos são externos e 43% – eu vi rapidamente ali, mas parece que é isto: 43% – são internos. Tanto um quanto o outro... Eu fico aqui fazendo minha reflexão: como é que se dá dinheiro, e não diz o que você quer, o resultado?

Você também disse que ninguém exige e você não entrega para o financiador o resultado da pesquisa; repassa aos governos pra subsidiar suas decisões etc. Muito legal! Agora vamos ao aluno governo: só aproveita o lado errado ou o lado ruim da coisa, porque ou o relatório da pesquisa de vocês está errado, porque vocês não levam em conta o elemento humano – e ouvi você falando aí, sempre falando... Por que quando você dá um relatório lá, o governo só usa a operação de comando e controle, esquece literalmente o lado social, humano? Não sei se tem algum exemplo em algum lugar em que governo de estado ou Governo Federal faça alguma coisa além de repressão – comando, controle –, nunca parou pra botar... O que mais, digamos assim, violenta o meio ambiente? A forma de produzir, não é? Você constata... Disse que morou 90 dias num assentamento. Você prestou atenção no equipamento, nos instrumentos usados pra produzir? São os mais rudimentares possíveis. Não adianta ficar fazendo operação de comando e controle pra lá e pra cá se não mudar o mínimo a tecnologia de produção, né?

A outra coisa, que o Senador Hiran falou: vocês fazem pesquisa há tanto tempo! Cadê o resultado dessas pesquisas? O que mudou durante esse tempo todo? Absolutamente nada! Quer dizer, nós... O Pará você deve conhecer razoavelmente bem. Eu ando de teco-teco no Pará e de carro, mas fico simplesmente sensibilizado com a quantidade de floresta que nós temos, uma coisa fantástica – fantástica! Em que pese a televisão falar uma coisa, quem pega o teco-teco tem outra noção. Vamos lá, o potencial que aquilo tem, se tiver uma pesquisa em cima da questão da farmacologia – não é? –, produtos farmacêuticos... Aquele que se usa também, cosméticos, principalmente as mulheres... Isso dá uma indústria fantástica.

Vocês não pesquisam isso? Vocês não mostram aos governos o potencial que essa floresta tem? O potencial que esse negócio tem para ser enorme e mudar até o foco de produzir. "Ah, eu estou aqui morrendo, lutando com as unhas e os dentes para produzir um pouquinho de alimento; de repente, eu vou trabalhar numa outra atividade que não agride o meio ambiente e vou ganhar muito melhor". O que é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor, trabalhar na roça, num calor infernal que nós temos lá, com mosquito, marimbondo, formiga, cobra, ou usar uma roupa mais adequada, num ambiente mais saudável? Todo mundo quer isso, não é?

Eu acho que essa pesquisa de vocês não está dizendo para o Governo por onde é o caminho para se produzir e mudar a vida das pessoas, não é? A sugestão que fica aqui – não quero mais fazer nenhum questionamento, nenhuma consideração –: sugira aos nossos governantes, tanto o federal quanto os estaduais. "Poxa, está aqui uma pesquisa que nós levantamos, investe tanto nisso aqui e busca...".

Um outra: o Amazonas, que é enorme daquele jeito, tem 4,5 milhões de habitantes e preserva 97,5%, não é isso, Senador? Por quê? Por causa de um parque industrial enorme que tem lá, não é verdade? Eles não vão para cima da terra para produzir alimentos e sobrevivência, como é o caso do Pará e dos outros; eles vão para a indústria. Buscou-se uma outra alternativa.

Será que essa pesquisa do Imazon, que é tão respeitado, eu conheço, você trabalhou, deve ainda continuar trabalhando – havia um contrato aí com o governo do estado em andamento. Bom, nos ajude, bote o elemento humano. Diz assim: "Olha, Governador, se o senhor continuar fazendo o que o senhor está fazendo, isso está errado", porque não é só fazer uma pesquisa na área da biodiversidade, a pesquisa ambiental. A pesquisa tem que envolver o sócio, não é verdade? A questão social, tem que ser socioambiental. Tem gente fazendo isso que não pode continuar. Tem que mudar o foco da produção, mudar os equipamentos, os instrumentos de produzir. Eu não vejo dificuldade para a gente fazer alguma coisa sustentável.

Sinceramente, é querer insistir numa coisa errada, há décadas tentando, tentando, tentando. Não vai acertar por aí. Se os senhores são prestadores de serviço de pesquisa – que eu acho que não é só da biodiversidade, mas sócio –, mostrem, pelo amor de Deus! Ou, então, esses governos são muito burros, estúpidos e de má intenção, porque o nosso caboclo amazônida está todo dia pior. Os indicadores de que V. Sa. falou todo dia pioram. É preciso rever. A gente tem que se reinventar, e eu acho que está na hora não só de os governos tomarem um rumo diferente, mas também os senhores, que prestam serviço e subsidiam as decisões governamentais, tanto na esfera subnacional quanto daqui.

Muito obrigado.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Zequinha, pelas considerações.

Sobre a primeira parte de que o senhor falou, em relação aos resultados, entregar os resultados que nós propomos, a gente tem um projeto. A gente propõe os resultados e a gente entrega os resultados que nós propomos. Não é que nós não entregamos nada aos financiadores; nós entregamos os resultados propostos. E, quando eles aprovam as nossas propostas, eles sabem exatamente quais são os resultados, e os resultados são todos voltados para a Amazônia. Não é para fora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a sugerir soluções para a Amazônia, o Dr. Hiran – Senador Dr. Hiran – saiu aqui... O Amazônia 2030 é justamente isso, ele mostra os problemas relacionados à biodiversidade, relacionados à baixa produtividade da Amazônia, relacionados à questão de falta de saneamento, problemas sociais mesmo, e mostra quais são as soluções. E, assim, eu me coloco à disposição, até pra apresentar pra vocês, Senadores, quais são as soluções que a gente propõe, para que a gente possa fazer junto as soluções acontecerem, porque nós somos uma instituição de pesquisa; nós não fazemos a coisa acontecer, porque nós não somos governo. Tá?

Obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

Dentro do que falou o Senador Hiran e o Senador Zequinha, a gente estava falando dos satélites, porque o relatório que ele recebeu da Abin cita, de vez em quando, o Imazon, com seus satélites. Eu tenho uma preocupação... Uma pergunta, aliás, a fazer: essas informações ficam só no Brasil ou essas informações também são repassadas a algum instituto, esse instituto que audita as contas... Eu não sei... Essas informações ficam aqui ou tem perigo de elas irem para quem paga, para quem deu o dinheiro?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador Plínio, os dados de satélite que nós usamos são gratuitos, eles são disponibilizados pela NASA e pela Comissão Europeia. Qualquer instituição de pesquisa, acadêmica ou não, qualquer pessoa pode utilizar esses dados, e todos os dados que nós processamos ficam disponíveis no nosso *site*. Nós não mandamos pra ninguém de fora. Nós não temos um público específico. Se o senhor quiser baixar o SAD hoje, ele está lá disponível. Qualquer pessoa pode baixar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não há, então, nenhum relatório extra, nenhuma informação extra, é só o que está na transparência?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Na nossa transparência. Tudo o que nós publicamos, inclusive os mais de 800 relatórios, artigos científicos, técnicos, estão disponíveis para todos os senhores aqui verem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aquelas respostas que não nos foram dadas, e a senhora ficou de mandar os documentos para nós eu vou esperar, eu vou esperar com uma certa ansiedade – eu não sou nada ansioso –, porque, nesses contratos, me chama muito a atenção o que é gasto com pessoal. Tem um que ainda está... Eu acho que não está no TCU ou deu entrada agora... Tem o número da operação aqui: R\$14.293.105.

Eu vou ler – desculpa... Eu vou ler para que é esse contrato. E, se alguém entender aí, por favor, traduza pra mim: "Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia Legal, por meio de: (i)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implantação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iv) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal".

Pois bem: catorze milhões e pouco, 12 milhões com recursos... Oitenta e sete por cento dos recursos alocados para o projeto, ou seja: R\$12.440.964 serão destinados a pagamentos de funcionários do beneficiário – sete milhões e pouco; consultorias – que também são eles mesmos; prestação de serviço especializado e de apoio, 3 milhões; e logística e despesas administrativas, tanto. Então, de 14 milhões que recebem, eles gastam 87%. Isso me chama muita a atenção.

Aqui não se trata de dizer que o serviço é bom ou ruim: se trata de ver o montante, porque a gente da Amazônia tem muita dificuldade em conseguir uma Starlink para os indígenas, em conseguir um barco para escoar a castanha, a melancia e o jerimum – a gente tem muita dificuldade. Vocês de pesquisa não têm dificuldade nenhuma: arrecadam um dinheiro para pesquisar, seja lá o que for, desde o cocô da borboleta na primavera de 1.500 até uma coisa séria. A senhora pode ser séria, mas nem todos são.

Então, isso chega a irritar nós amazônidas. A gente partilha da pobreza. O Senador Zequinha acabou de dizer que o Amazonas tem 97% da sua floresta preservada, mas 56% da população vive abaixo da linha da pobreza, não têm R\$11 por dia. Os meus conterrâneos, 51%, estão endividados, e a gente está lá protegendo a floresta, 97%. E a gente continua nesse negócio. E cada ONG, que tem milhões... A FAS reconheceu que arrecadou 400 milhões em 15 anos. O produto apresentado é pequeno. Pode ser um produto honesto apresentado e bom, mas, quando você compara com o dinheiro arrecadado, não é nada. E é isso, nossa convidada, que faz com que a gente pesquise. E até nos irrita mesmo: a gente não tem dinheiro para dar um barco. Eu realizei o sonho dos tenharins dando 19 canoas de alumínio e 19 motorrabetas, uma ninharia de R\$200 mil. Eles não têm um poço artesiano, para os apurinãs, de 7,5 mil, que nunca tomaram água potável. E para pesquisa não falta dinheiro – e para pesquisar não falta dinheiro.

Então, a gente está fazendo esse desabafo. Não tem nada a ver com a senhora. Nós vamos pegar a sua resposta, comparar com informações que temos, esperar as informações que a senhora não quer revelar agora – e é um direito seu. Vamos esperar, sim.

Senador Styvenson, para a gente poder encerrar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Primeiro, quero agradecer a presença de todos, todos que assistiram, todos que ouviram esta CPI.

Nós não... O objetivo aqui, o propósito desta CPI – e eu como Relator *ad hoc*, participante, integrante, titular desta CPI – não é criminalizar, não é manchar nenhuma instituição, seja ela governamental ou não. As nossas perguntas são a fim de esclarecimento, e eu creio que, por ser uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização, um instituto que tem aí uma transparência, que tem tudo isso – e a senhora está bem segura –, então, não há problema nenhum a gente insistir nas perguntas, como eu vou fazer a última agora.

A última se trata dos editais internacionais. Eu queria saber como é que funciona isso, porque eu não achei em canto nenhum aqui procurando. Como é que vocês...? Como é que funciona? Já foi questionado aqui por vários Senadores. Eu queria entender especificamente como é que funcionam esses editais – antes de encerrar; aí eu passo à pergunta; quando a senhora responder, eu faço uma outra pergunta à senhora.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Os editais internacionais são públicos, eles são lançados em um período específico. A gente enquanto pesquisador, a gente fica sabendo desse... A gente pesquisa sempre, busca sempre esses editais. A gente vê quais são, e, se está alinhado com nossa área de planejamento estratégico, se sim, a gente escreve o projeto e submete dentro daquelas datas em que estão abertas as inscrições. Nós submetemos, concorrendo com vários países – às vezes, não é somente o Brasil. Às vezes a gente consegue aprovar o edital, às vezes não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Mas o edital é pra Amazônia?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nem sempre.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nem sempre?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nem sempre, às vezes é pra outras áreas do mundo. Nem sempre é pra Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas a senhora faz trabalho nas outras áreas do mundo? Ou é só...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não, mas... São várias instituições, não é pro Imazon, não é pro Brasil somente, às vezes é pro mundo todo, e a gente submete. A gente tem um corpo técnico capacitado, como os senhores viram, eu tenho um doutorado, meus colegas, alguns têm também, a gente trabalha, escreve enquanto acadêmicos, acostumados com a pesquisa científica, com linguajar científico e acostumados com as nossas linhas de planejamento estratégico.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito. Então, esses editais são pro mundo todo, então...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nem todos são pro mundo todo, mas, quando são, a gente publica do mesmo jeito, submete.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está bom. Eu estou só usando o que a senhora me disse. A senhora, como é doutorada acho que em Biologia, em ecossistema, em todo esse arcabouço de conhecimento, dentro de todas as florestas, as matas pertencentes de um país continental como o nosso, a senhora me diz, dentro do que a senhora conhece: por que só a Amazônia é tão importante pra ter tanta ONG e tanto recurso assim? Os outros biomas não são importantes? Não tem ONG como tem ali? Não tem recursos como a gente vê tendo na Amazônia? Não tem editais pra lá?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Tem editais, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Tem?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Tem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O Imazon participa?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – O Imazon é voltado pra Amazônia Legal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, a senhora só concorre a editais da Amazônia Legal.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A área de atuação, a área geográfica de atuação do Imazon é a Amazônia Legal. Está na nossa missão: promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora confirma o que o Senador Beto Faro disse, que o Imazon não tem preocupação com o povo amazônida, ou o índio, ou aquele que tanto depende da miserabilidade? Ele diz que a preocupação do Imazon é outra, é criar relatórios, estudos, não que dê soluções pro ser humano.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A nossa atividade fim é a pesquisa, nós estamos preocupados em solucionar problemas da Amazônia, que considera também o socioambiental, ou seja, os povos da Amazônia. Quando a gente fala em conservação da Amazônia, a gente está falando em promoção de desenvolvimento sustentável. Para tanto, os nossos estudos também falam em geração de emprego, em geração de renda pras comunidades locais. A gente atua também com a questão social. O que acho que o Senador Beto Faro falou é que nós não atuamos com questões indígenas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pra encerrar, uma pergunta simples. A senhora, se quiser, pode falar, claro, mas também, se não, pode se manter em silêncio. A senhora pode dizer a sua remuneração?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu prefiro não responder a minha remuneração e mandar por escrito, por uma questão pessoal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu estou aqui falando do Imazon, e não da minha questão pessoal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas a sua questão pessoal, dentro da sua remuneração, como outros que passaram na presidência e dentro da sua Imazon, se a senhora não se sentir contemplada com a remuneração suficiente pelo seu trabalho, a senhora sairia e prestaria consultoria para o Imazon também?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Não vejo problema, mas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não vê problema?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Eu posso prestar pra qualquer um, eu acho que a minha capacitação, a minha formação acadêmica me coloca numa situação para concorrer a qualquer edital, de qualquer instituição voltada pra área de atuação na qual eu estou capacitada a atuar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Só perguntei porque eu me lembro de que, no início das minhas perguntas, a senhora disse que não teria como segurar os seus qualificados profissionais porque eles buscariam remunerações maiores. E, já que faziam parte do corpo remuneratório do Imazon, eles saíram para prestar consultoria, paga pelo Imazon. A pergunta foi só essa: a senhora pretende ficar aí por altruísmo mesmo? Porque os outros ganham mais e mais, pelo que eu entendi. Se for a questão pecuniária, se for a questão de remuneração, a senhora escolhe ficar onde está?

É só isso que eu queria saber.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sr. Senador, se o Imazon... Se acabar o meu ciclo no Imazon, eu tenho certeza de que a minha capacidade intelectual me coloca em qualquer instituição que eu queira trabalhar e que tenha um edital aberto a que eu possa concorrer. Se eu precisar ser consultora, eu posso ser consultora de várias instituições, porque um consultor não tem obrigação de estar 100% em uma instituição. Então, eu posso formar a minha renda de acordo com a minha capacidade de trabalhar em várias instituições.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Agradeço, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à Sra. Ritaumaria. Peço perdão se eu pronunciei errado o nome da senhora. Como eu disse, não é hábito pegar um nome com a vogal entre uma consoante e outra. Mas agradeço demais.

Espero que a senhora forneça os documentos pra que a gente possa dar o selo de idoneidade ou, senão, comprovatório que é uma das ONGs que a gente procura no nosso país, que presta um bom serviço à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Styvenson, pela brilhante participação.

A SRA. PRISCILA PAMELA SANTOS – Senador Plínio...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho... Eu queria... Antes você pode... Você quer responder ou quer encerrar?

A SRA. PRISCILA PAMELA SANTOS – Não eu quero só fazer uma perguntinha pra gente confirmar as coisas que nós precisamos validar com a entrega. Podemos? Eu acho que são cinco itens. É a remuneração aqui então da Rita; a remuneração da diretoria executiva; o contrato firmado da ClimateWorks com a secretaria que forneceu elementos ali pro Ministério Público e pra Secretaria do Meio Ambiente; os contratos de pagamentos em relação à regulação fundiária com a Consultora Brenda; e, na última, o senhor mencionou os contratos com financiadores internacionais e a regulação do Banco Central. Qual o período?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente vai estabelecer isso... Não, o período em que está vigorando a CPI. O período todo. Nós pegamos de janeiro de 2002 até 2023, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É 23. Mas tem também o contrato que eu passei agora, aquele que eu tenho aqui, aquele que eu falei das três noites do treinamento, de R\$206 mil. Aí eu vou pegar a sua explicação e vou dizer: "Ó, eles têm razão. Custou apenas 206 mil por noite".

A SRA. PRISCILA PAMELA SANTOS – Marquei aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E a pergunta que eu vou fazer agora se ela também quiser responder depois...

Uma é: esse satélite que tanto preocupa a Abin gasta... Como ele é mantido? Tem um... Ele custa "x" por mês, por ano? É mantido com essas arrecadações também do governo estrangeiro?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA (Para expor.) – Os satélites são gratuitos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não custou nada pra vocês?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Os acessos aos satélites são gratuitos. Eles estão disponíveis...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O acesso por mim e por ele. Eu digo vocês controlando, como controladores...

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Nós não controlamos esse satélite.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês só vão lá buscar as informações?

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – A gente usa os dados que estão disponíveis pra qualquer universidade, qualquer ente que queira acessar esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sem custo nenhum.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Sem custo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Bom demais.

Então, a última pergunta: também houve doação daquele dinheiro que vocês receberam de outra ONG, o Instituto Clima e Sociedade, no valor de 3,494 milhões. Essa ONG foi presidida, durante muitos anos, pela Sra. Ana Toni, que hoje, coincidentemente, ocupa o cargo de Secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, o que mostra aquela mudança que a gente tanto fala, uma hora está aqui, outra está lá; uma hora é seis, outra é meia dúzia; uma hora é Francisco, outra hora é Chico.

A pergunta que fica: a que se refere essa doação? Por qual razão uma ONG doa dinheiro pra outra? E como se dá a prestação de contas de uma ONG pra outra? Aí a gente encerra.

A SRA. RITAUMARIA PEREIRA – Mais uma vez, Sr. Senador, a gente escreveu o projeto, submeteu ao Instituto Clima e Sociedade, propondo resultados. A comissão avaliativa deles avaliou a nossa proposta. Esse... O principal objeto desse projeto tinha a ver com a reestruturação de comunicação, também com o monitoramento e com a restauração florestal. Então, a gente trabalha com vários projetos, na Amazônia, e o ICS financiou essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, para que os brasileiros saibam, a gente tem, nessa engrenagem, ONG que financia ONG. A gente tem ONG



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que por a pessoa que preside ser mais conhecida e fazer parte de Governo, captar mais dinheiro... Porque uma ONG que financia outra tem dinheiro mais do que a outra. Então, até esse sistema, que deve ser legal... Então, é dentro dessa legalidade que a gente quer apresentar projeto de lei de resolução, para jogar luz, porque isso é escuro para nós brasileiros comuns. Até para nós Senadores. Daí a CPI.

Então, o brasileiro comum, como eu, como quem está nos vendo agora, a brasileira, a gente precisa entender, clarear essa escuridão. Por isso que a gente propôs essa CPI. No final, a gente vai apresentar. Claro, o relatório vai dizer se o Relator ficou satisfeito ou não com essa resposta, comparar com o que temos, e no relatório fazer as observações para enviar às autoridades.

A gente lhe disse, no começo – isso aqui é uma CPI civilizada –, a senhora diz o que quer, responde o que quer, e a gente se convence ou não. Eu não estou convencido. Mas é um direito que a senhora tem. Eu não vou aqui contestar nem dizer que a senhora mentiu, ameaçar prendê-la... Isso não existe aqui. Não existe isso. Mas eu me reservo o direito de não estar satisfeito com todas as respostas. Mas a senhora fez o que deveria fazer. A gente agradece muito a sua presença, o seu tempo, da advogada, e a gente está aqui pra isso. Saiba, saiba, quando lhe perguntarem, diga que aqui nós não estamos demonizando ONGs, nós estamos captando aquelas ONGs que receberam muito dinheiro, que gastaram mais de 50%, 70% ou 80% com seu pessoal. E a gente quer explicações, entender, pra que isso não continue no futuro, para que não continue na próxima geração, dos nossos filhos e das nossas filhas. E a gente com certeza está fazendo isso, abrindo o que chamamos de caixa-preta.

Outra coisa, o Fundo Amazônia é uma luva que encaixa nas mãos designadas por quem doa dinheiro. É o Senador que está afirmando? Claro que sou eu que estou afirmando, porque eu já trouxe o BNDES aqui, em 2019, e já comparei pra quem vai o dinheiro e pra quem não vai. No começo, lá, com todo respeito, a Bahia, o Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina gastaram 30% a 20% com esses outros biomas. Mas o nome do fundo é Amazônia, porque se botar qualquer outro bioma no fundo – desculpe aí, que não tem nada a ver –, se botar qualquer outro bioma no nome fundo, não vai arrecadar um só tostão. Não vai arrecadar um só tostão. Por isso que as ONGs estão no Pará, na Amazônia; no Alto Rio Negro, onde nós fomos, em Pari-Cachoeira e São Gabriel, onde existe a reserva de nióbio, de 96% de reserva de nióbio do planeta, diamantes, ouros puros; e também droga já existe. Tem 374 associações consideradas como ONGs lá dentro, aqui. E está tudo preservado. Lá não tem perigo de a gente desmatar.

Então, há um interesse, sim, muito grande que precisa ser clareado. Há um interesse internacional, sim. Quem quiser que nos chame, que diga que estamos "viajando na maionese", mas existe, sim, uma conspiração que já foi executada. Já foi executada! A engrenagem funciona tão bem que a gente encontra barreira em quem faz pesquisa, em quem dá título, em quem faz auditoria. Tudo é planejado. Apareceu aqui a mesma companhia de auditoria que faz a da FAS. Eu acho que é, não é? Aquela que tem três letras, que as Americanas dispensaram porque ela estava mexendo no balanço. Então, é isso aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, brasileiro e brasileira, mais uma vez, nós – a Amazônia – estamos dominados pelo dinheiro estrangeiro, que entra, e nós não sabemos como; que vem, e não sabemos exatamente para quê. E que é executado também, o que é uma grande incógnita. E essa CPI vai continuar nessa reta, nessa pegada.

A gente tem...

Mais uma vez, muito obrigado pela participação. Eu espero que não tenham sido, como eu disse, molestados por nem um só minuto.

Eu vou finalizar e a gente...

Finalizando, então, o depoimento, passamos à segunda parte, que é a deliberação dos requerimentos em conjunto, em bloco.

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 130/2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Governador do Estado do Acre, Gladson de Lima Cameli, informações sobre repasses de recursos públicos para a organização não governamental SOS Amazônia

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 131/2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, José Ribamar Trindade de Oliveira, informações sobre processos existentes em que seja parte a Associação SOS Amazônia.

Autoria: Senador Marcio Bittar

O 132 convida Garo Joseph Batmanian, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro – se a pronúncia não for essa, fica pelo menos o Joseph –, para prestar depoimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 132/2023

Convida Garo Joseph Batmanian, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 133/2023

Convida Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a relação do Instituto com ONG's e OSCIPS.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Quem domina a política ambiental na Amazônia é o ICMBio. Só se faz o que o ICMBio quer e protege. Então, há denúncias, constatações de que o ICMBio, nas suas reservas, deixa a população na miséria. Só pode criar uma ou duas cabeças de gado, não pode sair da reserva, só pode isso e só pode aquilo. Isola e explora o nosso sistema.

Estou vendo que o requerimento é do nosso Senador Styvenson Valentim.

Pergunto a algum Parlamentar se deseja encaminhar a votação dos requerimentos...

Ah, tem também o requerimento do Banco Central que a gente fez agora: informações sobre recurso externo dirigido ao Imazon entre 2010 e 2023, no que se refere... A gente vai ampliar isso aqui, está bom? A gente vai citar aqui outros nomes. Pode ser ou tenho que mandar isso aqui direto, como está só o Imazon? Seria o Imazon, seria a FAS... todas aquelas que vão vir aqui, Ipam, IPÊ...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – A gente manda por cada um. Manda pelo o Imazon primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Beleza, então, pronto.

Em especial, sobre a forma de ingresso, os valores, se houver, os objetivos declarados para a entrada desses repasses financeiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

É a pauta de terça-feira, informando aos brasileiros e brasileiras, que nos prestigiam muito na rede social... Nós não falamos para milhões, mas essa reunião chega a milhões, porque eles vão sempre espalhando.

Coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo ao Styvenson, agradecendo à nossa convidada e à sua assessora e pedindo que Deus nos proteja a todos, desejando paz de Cristo.

Até terça-feira!

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Wilder Moraes, Augusta Brito, Izalci Lucas, Jussara Lima, Paulo Paim, Esperidião Amin e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Nelsinho Trad, Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Bruce Albert, em atendimento aos requerimentos 86/2023 e 95/2023; do Ana Toni, em atendimento ao requerimento 112/2023. **Resultado:** Realizada a oitiva de Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Fica adiada a oitiva de Bruce Albert. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 135 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas pelo Banco Central do Brasil informações sobre o recebimento de recursos oriundos do exterior dirigidos às pessoas jurídicas FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS) CNPJ/MF 09.351.359/0001-88 , INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (TNC BRASIL) – CNPJ/MF nº 00.104.175/0001-49 , IPAM (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA) – CNPJ/MF nº 00.627.727/0003-65, FUNBIO (FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE) – CNPJ/MF nº 03.537.443/0001-04, CTI (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA) – CNPJ/MF nº 51.692.168/0001-09, IPÊ (INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS) CNPJ/MF 00.831.223/0001-09, ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL) – CNPJ/MF 00.081.906/0001-88, FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA (FVA) – CNPJ/MF nº 34.544.346/0001-72, FUNDAÇÃO ALMERINDA MALAQUIAS – CNPJ/MF nº 02.985.603/0001-15, relativamente ao período de 2002 até a presente data – ou seja, compreendendo o período estabelecido como escopo do requerimento de criação desta CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/09/26>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes, depoimento e deliberação de requerimentos, mas, também, a apresentação de alguns vídeos neste começo. Permitam-me, e eu peço a atenção de quem está aqui no Plenário e de quem, em casa, acompanha, no YouTube, a TV Senado.

Como o marco temporal está em voga, o Supremo Tribunal derrubou o marco temporal, isso impacta a sociedade brasileira, principalmente a questão do agronegócio, que é quem sustenta o país, gostando ou não.

Eu vou apresentar aqui um editorial da Bandeirantes e, em seguida, só parte de um depoimento que já foi feito aqui que complementa o que o editorial está dizendo. É o número 1 e o número 2. Primeiro o 1, aí eu falo um pouquinho antes do 2, tá bom?

Peço paciência dos senhores e das senhoras.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E nós vamos colocar o depoimento da Sra. Eliane, lá de Autazes, aquela questão do potássio – e eu tenho uma boa notícia para dar sobre o potássio, no final da reunião –, onde ela se mostra sendo expulsa – deram cinco horas para ela sair. É uma pequena agricultora.

Por que é que a gente está lincando? Porque a questão na expulsão desses pequenos agricultores é exatamente proporcionada por estudos de algumas ONGs, atestando que ali é área indígena, expulsando aqueles que estão na terra, com títulos, às vezes, até de 1904.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só mostrar um pouco do trecho, que é longo, aí eu interfiro, tá bom?

É o 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Cadê o som? *(Pausa.)*

A Eliane... Ela conta aí. Está vendo que ela está num flutuante emprestado?

Ela foi expulsa da casa dela, em terra firme, e está num flutuante, que é uma casa em cima d'água – que a gente tem muito nessa região –, e ela fala que agora tem que ir pra Manaus, para a periferia, buscar alguma coisa em Manaus, e reclama, exatamente, de ter sido expulsa. Ela nasceu nessa área.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso já está suficiente. Pode até tirar, se quiser.

Então vocês viram aí: o título da terra dela é de 1904. De repente, descobre-se que ela está numa área indígena. E eu vou mostrar pra vocês, hoje, meu amigo Relator, Senador Marcio, que numa área indígena, lá no Pará, eles estão querendo que seja área indígena porque lá tem povo isolado. Não encontraram povo isolado, encontraram casco de jabuti. É um casco de jabuti que alguém comeu há três ou quatro meses atrás. É indício de que tem índio isolado. Quer dizer, é uma loucura a gente estar mostrando isso pra vocês.

E, também, até ele, até o Ministro Gilmar, também, fala um pouco de ONGs, no voto que foi lá no marco temporal.

Olha só o que diz o Ministro Gilmar Mendes sobre o que ele pensa do marco – ele votou favorável à derrubada – e o que ele pensa sobre ONGs.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministro, olha só, a resposta o Beto nos deu aqui.

Você mostra o vídeo 4?

O Beto esteve aqui e dá a resposta para o Ministro. Até ele fala mal das ONGs – o Ministro.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente faz questão de mostrar esses vídeos, até porque, à medida que a CPI foi desenrolando, mais pessoas nos assistem, convidam-nos – o Marcio e eu – para entrevistas.

A gente agradece aqui ao Emílio e à Jovem Pan. Estivemos ontem no programa Pânico, uma coisa de louco de audiência e de apoio à CPI.

Notícia boa, meu amigo Senador Márcio e todos que aqui estão: os índios muras, lá naquela questão do potássio, no Município de Autazes, que sempre estavam contra o acordo com a Potássio do Brasil, manipulados por ONGs, a maioria, aquela maioria invisível, aquela maioria que não reagia, reagiu. Derrubou a comissão, derrubou os representantes dos muras e reuniu, das 36 etnias, 34 etnias, que se reuniram e, por unanimidade, elegeram a nova comissão e fizeram o acordo com a Potássio do Brasil, para concordar, não mais se opondo, com a exploração de potássio no Município de Autazes.

Isso é muito bom, muito bom mesmo. Além de ser bom para o Amazonas e para o Brasil, é uma questão que se desenrolava há 12 anos.

E, para quem não sabe, o Brasil importa 80% do potássio que consome. Só Autazes vai suprir 25%.

Doze anos! Vai e volta, e as ONGs, por trás dos índios muras, nunca permitiram. E, agora, o acordo foi feito. Claro que eles vão seguir os trâmites normais.

Muita gente liga, Marcio, para dizer que a CPI tem participação nisso, na medida em que mostra como as demais ONGs agem e o que fazem, como elas manipulam.

E aquela minoria invisível, para quem demos voz aqui, está começando a reagir.

É uma excelente notícia.

Rapidinho, só quando o líder deles fazia a comunicação ao Governo do estado. É o vídeo nº 5.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso é uma notícia muito boa para nós, repito, o Amazonas e para o Brasil. Pra nós porque o município vai ter cerca de três mil empregos diretos, vai ter arrecadação de impostos e vai movimentar muita coisa boa. E pro Brasil porque o Brasil vai reduzir a sua importação.

O Canadá, que ajuda muito as ONGs, o Canadá, que prega que a gente não pode fazer nada, vive do potássio e do nióbio. Então, por aí vocês percebem o interesse que está por trás.

Dito isso e agradecendo a paciência dos senhores, passamos à segunda parte, que é o depoimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como convidada, a Sra. Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, conforme Requerimento nº 102, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Peço à Secretaria que conduza a Sra. Ana Toni para compor a Mesa. *(Pausa.)*

Passo a palavra à nossa convidada, Sra. Ana Toni, para, em 15 minutos, fazer a sua exposição.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Bom dia a todas e todos aqui presentes, em especial ao Presidente desta CPI, Senador Plínio Valério, em nome de quem saúdo todos os demais integrantes desta Comissão.

É uma honra, Senador, estar aqui na Casa da democracia brasileira, e agradeço muito o convite.

Gostaria de agradecer o convite desta Comissão e espero poder colaborar com os trabalhos da CPI, trazendo informações aos senhores e às senhoras sobre minha trajetória, sobre a mudança do clima e, em especial, sobre a atuação da Secretaria Nacional de Mudança do Clima.

Gostaria de começar me apresentando.

Sou paulistana, mas vinda de uma família mineira.

Sou economista, com Mestrado em Política da Economia Mundial, na Escola de Economia de Londres.

Também sou Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

E tenho três filhos.

Ainda nos anos 80, participei do Projeto Rondon, quando tive a oportunidade de conhecer o sul da Região Amazônica.

Depois dos meus estudos, comecei uma trajetória profissional trabalhando para uma organização de cooperação e ajuda humanitária, a ActionAid, que tem sede na África do Sul e que atuava com apoio às comunidades e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Tive a oportunidade de conhecer alguns países africanos e sul-americanos que, assim como o Brasil, passavam por dificuldades em suprir as dificuldades básicas de sua população.

Foi, desde o início de minha carreira, trabalhando junto às comunidades locais, que aprendi a conexão entre pobreza, desenvolvimento e meio ambiente, que era o que realmente poderia alavancar as mudanças positivas no mundo e em nosso país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi mais ou menos nesse momento que o termo que hoje é tão conhecido, o termo "desenvolvimento sustentável", foi cunhado, ou seja, o importante tripé do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Já no início dos anos 90, antes mesmo da Conferência Mundial do Meio Ambiente, a ECO 92, que foi realizada no Rio de Janeiro, passei a me dedicar inteiramente à pesquisa e atuação com os temas de desenvolvimento sustentável.

Particpei de todo o processo preparatório da ECO 92 e do evento da Cúpula da Rio 92, quando a Convenção de Mudança do Clima foi assinada. Desde aquele momento, ficou claro para mim que o combate em relação às mudanças do clima passava por uma escolha de modelo de desenvolvimento calcado no desenvolvimento sustentável.

Essa escolha profissional focada no meio ambiente, no combate à pobreza e no desenvolvimento marca a minha trajetória desde então, e, por onde passei, tanto no desenvolvimento de minhas pesquisas e estudos quanto na minha atuação profissional concreta em diversas instituições, tive a oportunidade de levar essa visão para as grandes organizações onde atuei.

Tenho convicção de que nenhum país, estado, município ou comunidade deve ter que escolher entre lutar contra a pobreza e lutar contra a mudança do clima. A mudança do clima é um acelerador de pobreza e desigualdade.

O relatório do Balanço Global, que será apresentado na próxima COP, em Dubai, deixa isso muito claro. Ele diz que a mudança do clima está erodindo os ganhos passados de desenvolvimento humano e que, sem uma forte ação, a mudança do clima pode impedir a habilidade dos países de ter seus ganhos no futuro. Não podemos deixar que isso aconteça.

O Estado brasileiro é signatário da Convenção sobre a Mudança do Clima e do Acordo de Paris. Esta Casa ratificou esses tratados. O Brasil tem sido, desde os anos 90, desde o Governo do Presidente Collor, passando pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um grande impulsionador do debate e das políticas públicas sobre o clima. O Brasil acompanha e respeita as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC), e busca contribuir de maneira soberana com ações nacionalmente determinadas para as políticas públicas que combatam a mudança do clima e com a adaptação às consequências dos impactos climáticos. A proteção ambiental e a descarbonização só se sustentarão se, ao mesmo tempo, conseguirmos cuidar das pessoas e da economia.

Nesse sentido, o Governo brasileiro, este Governo, reafirmou o seu compromisso, mudando o nome do Ministério de Meio Ambiente para Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima, e criou a Secretaria Nacional de Mudança do Clima em janeiro deste ano. Em fevereiro, eu recebi o convite para ocupar a honrosa posição de Secretária Nacional de Mudança do Clima, por ser uma especialista nesse tema e por ter trabalhado com desenvolvimento sustentável e mudanças do clima há mais de 31 anos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mudança do clima é uma preocupação global e tem gerado cooperação entre muitos países. A presença do Brasil nesse cenário tem sido valorizada porque o nosso país tem vantagens comparativas no enfrentamento à mudança climática, devido ao nosso tamanho, às nossas riquezas naturais, à nossa agricultura cada vez mais de baixo carbono e com grandes volumes, às nossas abundantes fontes de energias renováveis, como por exemplo biocombustível, energia hidrelétrica, solar e eólica, que levaram o nosso país a ter uma das matrizes energéticas mais descarbonizadas do mundo, além de termos uma sociedade muito trabalhadora, alegre e diversa. A pergunta, Senador, é se vamos conseguir transformar nossas vantagens comparativas em vantagens competitivas e aproveitar as oportunidades de uma economia global de baixo carbono.

O último relatório do IPCC, o AR6, mostra que as consequências da mudança do clima já estão acontecendo talvez 20 anos mais cedo do que a ciência previa em 2015. O Brasil infelizmente é um país muito vulnerável à mudança do clima. Só neste ano, temos exemplos concretos de que a mudança do clima já chegou. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, os dados – das regiões dos países mais severamente atingidos – aqui no Brasil são alarmantes.

No Estado de São Paulo, tivemos várias situações de calamidade, como as ocorridas com a chuva de 600mm na região do litoral norte do estado, a maior chuva da série histórica, no mês de fevereiro deste ano, que ocasionou 46 mortes. São Paulo também vem sofrendo de temperaturas de 37 graus nesses dias de setembro, o que exigiu que a prefeitura municipal criasse a Operação Altas Temperaturas, através do Centro de Gerenciamento de Emergências daquele município.

No Rio Grande do Sul, a seca severa, em janeiro e fevereiro, e as chuvas torrenciais, de agosto e setembro, com ocorrência de ciclones, eventos extremos e inundações, deixaram muitas pessoas mortas e desabrigadas.

Em Santa Catarina, chuvas acima da média, temperaturas extremas e baixa umidade marcaram o mês de agosto de 2023.

No Amazonas, a seca severa neste período está atingindo 59 dos 62 municípios do Estado do Amazonas. Essas cidades estão sofrendo secas prolongadas, e 13 delas já decretaram estado de emergência. No Alto Solimões, a pior seca em 13 anos.

Em julho, tivemos as temperaturas mais quentes do planeta em 100 mil anos, e a previsão é que 2024 será um ano ainda mais difícil, com o fenômeno El Niño, com chuvas e enchentes no Sul e secas no Centro-Oeste e no Norte.

Há um dano estimado de R\$113 bilhões nas últimas duas décadas, que pode se transformar em um prejuízo irreparável para a economia em nosso país para a adaptação de mudanças do clima.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos desses dados os senhores e as senhoras podem encontrar no material que foi entregue aqui à CPI.

Ontem mesmo, Senador, foram divulgados, pela imprensa, novos dados do Sistema de Defesa Civil Nacional que mostram que o total de pessoas atingidas por desastres, por chuvas severas no Brasil e o número dessas ocorrências atingiu, em 2022, o seu ápice em dez anos: foram 890.180 pessoas, considerando mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados e desaparecidos – 150% a mais na comparação com 2012.

Para enfrentar os desafios, a Secretaria Nacional de Mudança do Clima foi recriada com o papel de formular propostas de políticas públicas e engajar os demais órgãos do Governo Federal a implementarem ações que alterem substantivamente este contexto. Para isso, propusemos, a partir do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, a revisão do Plano Clima para 2024 a 2035, com metas e propostas de resultados organizadas numa estratégia nacional de mitigação e estratégia nacional de adaptação, ambas com planos setoriais, como está bem descrito também no material entregue. Estamos trabalhando também para a aprovação do mercado de carbono, que deve ser apresentado nesta Casa muito em breve. E, recentemente, relançamos o Fundo Clima com o objetivo de ter mais de R\$10 bilhões para investir em nossas empresas na economia de baixo carbono.

O Governo Federal também relançou recentemente o plano de ação de combate ao desmatamento da Amazônia Legal, revitalizou o Fundo Amazônia para financiar ações de municípios na Amazônia, relançou o Programa Bolsa Verde e anunciou, recentemente, novas concessões florestais em terras públicas que agora poderão explorar, além das atividades florestais, outros serviços ecossistêmicos, como o carbono e atividades de ecoturismo, entre outros.

O fomento à bioeconomia também se tornou uma prioridade para o Governo Federal. Anunciamos o Plano de Transformação Ecológica, que consolida a visão do Brasil para um futuro de crescimento econômico com desenvolvimento tecnológico, com inclusão social e com a preservação do meio ambiente, indo muito além da transição energética ou da substituição de combustíveis fósseis pelas energias renováveis. São todas as áreas do Governo comprometidas com o combate à mudança do clima e com o aumento da renda e dos empregos de nossa economia, ou seja, sabemos que já não adianta mais mitigar a mudança do clima; teremos também que adaptar para proteger a nossa população e, acima de tudo, sabemos que teremos que transformar os nossos modelos de desenvolvimento, sendo eles competitivos, mas, também, de baixo carbono.

Mas o Brasil não pode estar sozinho nesta luta. Temos consciência de que a justiça climática significa que os países desenvolvidos têm que assumir sua responsabilidade histórica e ética e, ao mesmo tempo, apoiar países em desenvolvimento na promoção de uma economia de baixo carbono e na construção de resiliência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está todo mundo no mesmo barco, no mesmo planeta, mas quem tem mais recursos e quem contribuiu mais para o problema tem que contribuir mais para a solução e ajudar os países que têm menos recursos. Esta é a ideia do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas...

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA TONI – ... que a comunidade internacional abraçou na Rio 92. Esse princípio continua mais válido do que nunca porque reflete equidade, reflete justiça, reflete ação e ambição e reflete um compromisso ético.

Finalmente, gostaria de reforçar que o enfrentamento à mudança do clima depende de uma ação coordenada do Governo Federal com os Governos estaduais e municipais. Também depende do envolvimento e cooperação do setor privado, da academia e da sociedade civil. Esta plataforma tripartite – Governo, empresas e sociedade civil – é um motor indispensável para a construção de desenvolvimento sustentável com a proteção do meio ambiente, saúde e redução da pobreza. Acredito ser necessário um grande pacto social para o enfrentamento às mudanças do clima.

Na minha trajetória profissional, sempre mantive o diálogo com todos os setores, tendo participado de diversos conselhos e, especificamente, no último período, dos Conselhos do Ipam, da Vibra Energia, da Light S/A e do Instituto República. Tanto em empresas quanto em associações civis e institutos, a existência de conselhos, seja para consulta ou para deliberação, é indispensável. Os conselhos com a presença de pessoas experientes e com conhecimento de causa contribuem para o aprimoramento do trabalho e para a construção de instituições sólidas e íntegras. Os parâmetros da boa governança indicam sempre a importância de órgãos de acompanhamento, suporte e monitoramento das equipes executivas e, no campo da sociedade civil, a participação nos conselhos...

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA TONI – ... se dá de forma – só mais um parágrafo, Senador – majoritariamente voluntária.

Quando foi confirmado meu convite para assumir a Secretaria Nacional de Mudança do Clima, do Governo Federal, em março de 2023, solicitei meu afastamento dos conselhos de que participava, como já mencionado. Fiz isso considerando exatamente a importância da colaboração dos conselhos – e teria que me dedicar integralmente à secretaria. As funções de Secretária de Mudança do Clima exigem dedicação mais do que integral, e, por razões disso, solicitei meu afastamento, que foi conduzido pelas próprias instituições e pelas assembleias.

Eu só concluo, Senador, e agradeço pelo convite novamente.

Informo que todas as formalidades jurídicas e ritos exigidos na minha nomeação foram feitas, e me coloco à disposição para enviar todos os documentos que sejam requeridos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez a oportunidade de debater nesta Casa e estou à disposição aí para qualquer pergunta.

Obrigada, e desculpa por ter me alongado um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Sra. Ana Toni.

Para quem começou a acompanhar agora, a nossa convidada é Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Quero dizer a ela, Senador Marcio, o que eu disse nos bastidores: aqui a senhora não é ré, isto aqui não é um tribunal de júri para condenar, isto aqui não é uma inquisição. Certamente faremos algumas perguntas tanto quanto indiscretas, talvez, mas não é nada pessoal. Nós estamos aqui para investigar os repasses que as ONGs recebem e o trabalho que elas fazem. Esse é o nosso principal objetivo.

Com a palavra, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, a quem eu agradeço a participação, a relatoria, os estudos, as ideias que ele tem nos dado, a contribuição que o Marcio tem dado a esta CPI.

Com a palavra, Senador Marcio Bittar, nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia, em primeiro lugar, ao Presidente; bom dia a todos aqueles que estão aqui presentes e àqueles que estão nos assistindo.

Muito obrigado, Sra. Ana Toni, pela presença.

Eu gostaria, com a permissão do Presidente Plínio, de fazer uma certa prestação de conta da semana passada, porque, pela primeira vez na minha vida, eu pude participar – e devo isso muito à minha esposa Thais, que fala inglês, porque eu não tive essa oportunidade; assumi isso como desafio, mas a vida acabou me levando para outros caminhos, enfim, e até hoje eu não aprendi essa língua tão importante nesses eventos internacionais. Como sou hoje casado com uma mulher que é tradutora e que participa dos eventos, então eu pude me candidatar e fui pelo Senado da República à Semana do Meio Ambiente em Nova York, Semana do Clima e do Meio Ambiente em Nova York.

Primeiro, Sra. Ana Toni, eu quero repetir e reforçar as palavras do Senador Plínio. Eu tive um pai que não teve a oportunidade de ter formação superior, mas foi um exemplo de vida para mim. E uma das dificuldades que eu sempre tive ao longo dessa militância política, que já ultrapassa 40 anos, foi no embate com mulheres, porque eu sempre tive muito cuidado, educado pelo meu pai, que determinava o cuidado que você tem que ter para não agredir principalmente uma mulher. Fui criado dessa maneira. Portanto, eu sou do Acre, a terra natal da Ministra Marina Silva, e sempre tive um cuidado extremo de,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discordando dela, não ultrapassar, mesmo que não seja intencional, não ultrapassar nenhuma linha que possa ofendê-la. O mesmo comportamento a senhora terá na CPI.

Veja, eu queria começar dizendo que o debate sobre mudanças climáticas não é o eixo central desta CPI. É um tema fascinante, importantíssimo. Eu acho que, em sã consciência, ninguém duvida das mudanças climáticas.

O que separa basicamente dois pensamentos é qual o papel que o ser humano tem nas mudanças do clima da terra.

Há escritores que dizem, por exemplo, que, quando os europeus, notadamente espanhóis e portugueses, descobriram a América, teria sido, na verdade, um reencontro, porque houve um período, uma era glacial, em que os seres humanos originários da África migraram, num período de muito frio, de uma era glacial. Depois, esse período passou, e ficou esse continente separado do continente europeu por muitos séculos, milhares de anos. Mas houve, então, um reencontro.

Portanto, há mudanças climáticas. E elas aconteciam, acontecem e vão acontecer.

A diferença de foco é qual é o papel que o ser humano tem nisso.

Há um grupo que entende que o ser humano controla as mudanças climáticas, e ele está levando o país, perdão, o planeta para o abismo. E há outros que entendem que a mudança do clima no planeta tem quase nenhuma influência do ser humano.

De qualquer forma, eu repito, este é um debate fascinante, importante, mas, Secretária, não é esse o foco desta CPI.

O foco desta CPI é: em nome disso, em nome da preocupação, que é correta, com a questão do meio ambiente do planeta, o que se está fazendo com o Brasil e qual tem sido o resultado prático, particularmente, para a Amazônia brasileira, que tem 28 milhões de pessoas que, há 40, 50 anos, vêm se empobrecendo?

Aí vem a parte, Senador Plínio, de uma certa prestação de contas, até porque eu fui, por conta do Senado, pela primeira vez na minha vida, à semana do meio ambiente, em Nova York. Bom, eu pude confirmar algumas convicções que tenho.

Eu lembro que um dos debates acirrados que eu tive com o Ministro Ricardo Salles é porque ele acreditava que o mundo ia, sim, nos pagar o tamanho do problema, não é migalha, não é esmola, na questão do sequestro de carbono. Uma época, ele andou três semanas pela Europa, andando o mundo inteiro, praticamente. Quando voltou, disse que não tinha conseguido.

Então, eu sempre tive uma descrença, Secretária, muito grande de que os países ricos aceitarão dividir a sua fortuna com 28 milhões de brasileiros – eu me refiro particularmente aos amazônidas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, eu confirmei essa expectativa, essa intuição, essa convicção que tinha nessa semana. Por exemplo, eu vi, na abertura, ao longo da semana, muitos brasileiros – a Ministra Marina Silva; o Governador do Pará, Helder Barbalho; o Ministro Fernando Haddad; a Ministra Guajajara – se explicando para o mundo, dando explicações para o mundo sobre o que o Brasil estava fazendo para contribuir com a questão do meio ambiente, das mudanças climáticas, das reservas indígenas, das comunidades indígenas.

E eu fiquei observando, Senador Plínio, que, em nenhum momento, a não ser *en passant*, eu presenciei a cobrança dos mesmos brasileiros com aqueles que são dos países que não estão de fato preocupados com quem mora na Amazônia.

Por exemplo, eu vi uma senhora – perdoe-me a falta de conhecimento da língua, então não vou tentar ficar falando nomes, porque eu vou falar nomes, traduzindo para o português, equivocadamente –, uma autoridade alemã, na área ambiental, fez uma exposição e – eu, com a minha tradutora, o privilégio que eu tive de ter uma tradutora ao meu lado – chamou-me a atenção que em nenhum momento a representante da Alemanha tocou no assunto de que a Alemanha estava queimando mais carvão, quando a Rússia cortou o fornecimento de gás para a Alemanha. Mas, como é que uma autoridade alemã, da área do meio ambiente, vai para a semana do meio ambiente, Semana do Clima, em Nova York, e repete essas teses, que a Secretária Ana também já mencionou aqui, agora, e, em momento algum, fala do que está fazendo? Que este ano, por exemplo, está jogando mais CO₂ ainda? Antes disso, ela já jogava mais CO₂ (dióxido de carbono) na atmosfera do que o Brasil inteiro. Agora, vão jogar mais ainda. E nem ela tocou no assunto, como uma autocrítica ou como algo que possa ser passageiro, e ninguém cobrou dela.

Eu vi um canadense, em outro painel, dessa área que mais queima, ciclicamente, floresta no Canadá, fazer a mesma coisa, Secretária. Falou que o homem precisa cuidar, essa mesma coisa, com a qual todos nós concordamos. Nós temos que cuidar do lugar em que a gente vive, em que a gente mora. Eu, particularmente, só tenho dúvida de que o homem se preocupa muito com coisas que ele, na minha opinião, não tem muito poder de mudança e esquece da mudança local, que é a favela, como aqui eu estava vendo a prestação de contas, ou as obrigações, da pasta que a senhora ocupa, e nós tivemos ocupações desordenadas pelo Brasil, que causam tragédias todos os anos. E eu não vejo preocupação concreta com isso, pra resolver isso.

Mas, então, eu vejo um representante do Canadá, Senador Plínio, e a mesma coisa: falou tudo e não citou, em momento algum, o que o Canadá estaria fazendo ou está pensando em fazer para conter a queimada que este ano atingiu mais de 100 milhões de pessoas. É mais da metade da população brasileira. A fumaça foi tanta que atravessou o oceano.

Eu tive a oportunidade, no recesso, de ver essa fumaça na Itália. Eu sei o que é fumaça, eu sei o que é fumaça na Região Amazônica, e pude vê-la lá dentro. E em nenhum momento ele foi cobrado, porque não citou o que o Canadá está fazendo, para explicar para a plateia mundial.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi o Ministro Fernando Haddad fazer uma cobrança educada, como é do estilo dele, professor de universidade, como deve ser, imagino eu, num outro painel, a um representante do Joe Biden, o John Kerry, com muita educação, com muita *finesse*, mas dizendo, concordando com tudo, mas fazendo uma educada cobrança de que isso não dava para o Brasil resolver sozinho – a mesma coisa que a senhora mencionou na abertura. E assisti ao representante do Governo norte-americano respondendo, desviando, dizendo que nenhum país do mundo tinha o recurso para resolver essa questão, por exemplo, da Amazônia brasileira.

Agora, interessante é que em nenhum momento desse painel foi mencionado que o Presidente que ele representa acabou de indicar, de autorizar novas perfurações de petróleo, como em nenhum momento, na Semana do Clima, eu não ouvi ninguém mencionando que a Inglaterra acabava de anunciar, como a França já fez... A França, o Governo francês, num passado recente, assumiu não cumprir o acordo feito em Paris! A justiça daquele país teve que fazer uma cobrança, que, aliás, não foi realizada, mas teve que fazer uma cobrança ao Governo francês. A mesma coisa faz a Inglaterra: na Semana do Clima, do meio ambiente, em Nova York, o Governo inglês anuncia que não vai ter condições de cumprir também as metas que ele próprio ajudou a estabelecer e se comprometeu, ao mesmo tempo em que já estão anunciadas cem – cem! – novas autorizações para perfuração de petróleo – a Inglaterra, esse Governo já autorizou.

Então, qual é a convicção que eu reforcei, que eu já tinha? É de que eles não vão resolver os nossos problemas. Quando se fala bolsa, com todo respeito, mas isso é uma vergonha, Ana. Isso é uma vergonha! Você tem aqui a ONG que recebe R\$137 milhões, 80% do dinheiro de fora, e falar de Bolsa Floresta de R\$50 por mês? A própria Ministra anunciar uma bolsa... Agora a FAS diz que vai aumentar para R\$100 por mês. Falar de Bolsa Floresta de R\$200! Você proíbe a estação de petróleo, de minério, de nióbio, de potássio, em nome da humanidade – na prática é proibitivo; na prática, é proibitivo – aí, a recompensa são R\$200 por mês. Isso é uma humilhação! Isso é uma vergonha! As pessoas não ficam ruborizadas de dizerem isso.

Então, essa foi uma convicção confirmada: eles cobram muito e entregam quase nada. Pras ONGs são somas muito grandes, mas para a população, de 28 milhões, não é nada.

A segunda convicção que eu vi, Secretária e Presidente Plínio. Dessa vez eu fiquei no Harlem. Inicialmente, achei que tinha sido uma péssima escolha, fiquei dependendo de metrô, mas isso me mostrou uma outra realidade, porque as outras duas vezes em que eu pude ir a Nova York foram rápidas e eu fiquei numa região muito central que não precisava usar metrô, que é bem ali perto da Times Square, entre a Times Square e o parque, o Central Park. Eu adoro caminhar, correr, então eu podia ir pra lá sozinho, não precisava falar inglês nem nada, todo mundo ali fala espanhol. Então, eu ia a pé, depois eu voltava, entrava na programação oficial... Dessa vez eu fiquei no Harlem. E aí eu pude ver e confirmar uma outra convicção: os países ricos têm os seus próprios problemas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma ilusão nós brasileiros, e particularmente nós da Amazônia, Plínio, acharmos que, em algum momento, os países que alcançaram o padrão de vida maior da humanidade vão criar uma poupança para dividir isso conosco em nome de nós preservarmos aquilo que eles não estão fazendo. Eu vi, na semana em que eu fiquei em Nova York, Plínio, e constatei que toda civilização, toda sociedade gera seus excluídos. Não teve um dia que eu fosse pegar o metrô, que eu fosse andar na rua, que eu não visse pessoas excluídas. Droga, muita droga. Pessoas – eu imagino, eu não sou médico, mas a palavra que eu vou usar – malucas, mentalmente perturbadas. Você entrava no metrô, era coisa de todo dia, você via uma, duas pessoas gritando, falando coisas, desajustadas. Vi gente na rua, gente morando na rua, no país mais rico do mundo. Eu vi a estrutura que eles têm de metrô e que precisam manter – bom dia, Senador Jaime, nosso Vice-Presidente –, ou seja, eu constatei aquilo que eu já imaginava: eles têm a demanda deles e não vão dividir a sua riqueza conosco.

Portanto, dito isso e prestando, de certa forma, uma prestação de contas da minha ida a Nova York, eu constatei essas duas convicções que eu tinha: eles pregam o que não fazem, fazem o que dizem para nós não fazermos e, na hora de fazer a tal compensação, que há 50 anos se fala disso, para o amazônida é uma esmola que me envergonha como brasileiro.

Dito isso, queria, apenas a título de algumas informações... A nossa convidada, a Sra. Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, teve na trajetória alguns elementos que eu acho que considero importantes: desde 2023, ocupa o cargo no ministério; enquanto ocupava o cargo no ministério, a depoente ainda fazia parte, no começo, do Conselho Deliberativo do Ipam; depois retirou o seu nome, saiu já do *site*; antes de ocupar o cargo no MMA, foi Diretora-Executiva do Instituto Clima e Sociedade, uma ONG que movimenta recursos vultuosos captados do exterior e distribuídos para outras organizações dentro do país; presidiu o conselho do Greenpeace internacional de 2010 a 2017; foi Diretora da Fundação Ford no Brasil de 2003 a 2011; Diretora da ActionAid Brasil de 1998 a 2002; e foi Diretora-Executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS).

O iCS funciona, basicamente, como um captador de grandes fundações de governos estrangeiros, de recursos, e ONGs, e ajuda e repassa muito disso que capta no exterior, com fundações e governos, para ONGs no Brasil, inclusive algumas que já estiveram aqui. E esse Instituto Clima e Sociedade se apresenta como uma organização filantrópica que apoia projetos e instituições que visam ao fortalecimento da economia brasileira e do posicionamento geopolítico do país. Conforme o balanço patrimonial do Instituto Clima e Sociedade, do qual a Sra. Ana foi Diretora-Executiva por muito tempo, o balanço patrimonial: o iCS tinha R\$72 milhões em caixa, possuía – isso em 31 de dezembro de 2022 –, possuía R\$13 milhões em títulos – estou falando em somas redondas – e valores imobiliários, possuía R\$64 milhões em doações a receber, possuía R\$45 milhões de recursos de projetos e parcerias. O total do ativo circulante era de R\$196 milhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No exercício de 22, a entidade teve receitas operacionais de R\$137 milhões, quase R\$138 milhões, dos quais – falo aqui da distribuição, mas não importa muito – a maioria absoluta... a grande maioria de doadores é estrangeira, entre eles: CIFF (Children's Investment Fund Foundation), com o total de R\$31 milhões, a Oak Foundation doou R\$24 milhões, a Rockefeller Philanthropy doou R\$23 milhões, a Walmart, R\$18 milhões. Aí vem uma outra lista, com valores um pouco menores, como a Smart Energy Europe, que é uma entidade que se define como uma associação comercial europeia voltada a entregar soluções orientadas ao consumidor para a transição para a energia limpa, que doou R\$8 milhões.

Também houve doação de entes públicos estrangeiros, como a Embaixada Britânica e a Embaixada da Alemanha.

No exercício de 2022, o ICS declarou o valor de R\$118 milhões com o curso de atividades programáticas. A indicação é que o custo das atividades sociais, que se supõe que são atividades programáticas, registra as despesas para a realização dos projetos sociais, que são os objetivos dos contratos de doações firmados entre o instituto e os donatários.

Secretária, vamos passar aqui para algumas perguntas. Pode ser sim ou não, não há... e eu vou juntando algumas.

V. Sa. atuou, em algum período, concomitantemente no estado e em alguma ONG? Até, pelo menos, agosto, aparecia como membro do Conselho Deliberativo do Ipam.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Obrigada, Senador Bittar, pela pergunta.

Antes de respondê-la, quero fazer, talvez, um comentário sobre o que o senhor falou sobre mudanças do clima.

Como uma pessoa atuante no tema de mudanças climáticas, eu acredito muito no que o senhor falou de que temos que liderar pelo exemplo, até para cobrarmos dos países desenvolvidos a descarbonização, como eu mencionei na minha fala inicial, de quem tem mais responsabilidades. Então, até para podermos cobrar mais fortemente esses países, temos sim que fazer nossas lições de casa.

Os países desenvolvidos prometeram, em 2015, US\$100 bilhões para os países em desenvolvimento. Essa cobrança tem sido feita em todas as reuniões de COPs. Os países em desenvolvimento vêm fazendo esta cobrança.

Sabemos que US\$100 bilhões não serão o suficiente para ajudar os países em desenvolvimento, vamos precisar de muito mais, mas nem esta promessa eles cumpriram até então.

E, em termos da descarbonização, eles têm muitas metas para 2030 e, sim, eles têm que poder descarbonizar muito mais à frente dos países em desenvolvimento, pela responsabilidade que eles têm, e essas cobranças são absolutamente necessárias de serem feitas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ANA TONI – Senador, boa tarde.

Então, eu concordo realmente com o senhor que essa cobrança é fundamental e concordo, também, que não vamos poder esperar que venham recursos de cooperação.

O que o Brasil precisa fazer é tornar a sua economia de baixo carbono e, assim, atrair os investimentos muito mais amplos e investimentos privados, porque o que precisamos é de que os investimentos privados entrem para nossa economia.

Em relação à pergunta que o senhor fez, acho que o senhor tem a informação. Eu pedi o afastamento do Ipam já logo que eu soube deste convite, em fevereiro. A assembleia do Ipam era em maio, então foi quando foi processado. Então, nesse período de 25 de março a 25 de maio, eu ainda estava no Ipam e na secretaria, porque eles estavam processando esse pedido, e a gente tinha que esperar a assembleia. Foi nesse sentido que, sim, teve esse *overlap* de dois meses.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner, Líder do Governo nesta Casa. É um prazer tê-lo aqui conosco.

E eu continuo imaginando, eu sempre tenho uma característica que me assemelha ao Senador Jaques, não com essa "maneirice" baiana que é única, mas o que me aproxima do Senador Jaques Wagner é que eu também sou um construtor. Eu continuo achando que nós podemos, sim, ao final da CPI, convergir em alguns temas que não serão confronto com o Governo. Acho que tem temas que são de soberania nacional, não é de direita ou esquerda, e acho, sonho com isto, que a gente faça uma convergência e apresente alguns projetos legislativos ao final desta CPI, que possa o Governo ver nisso até o seu próprio fortalecimento.

Existe uma... Nós vimos, Secretária, e claro, muitas vezes as pessoas não percebem... Existem intelectuais que dizem muito do poder de abstração – Marx disse isso, e tantos outros intelectuais –, você sair do seu ambiente, você conseguir se deslocar dali, o Nirvana, Buda, e poder olhar de fora para dentro, aí sim você vai perceber. Quando você está dentro, talvez essa opinião ou essa visão seja ofuscada. Por isso, eu quero lhe fazer uma pergunta.

Aqui, a senhora é de ONG, agora se retirou. A Marina a mesma coisa. O João Paulo Capobianco foi um dos fundadores do ISA, que, em dois anos, em 2021, recebeu 137 milhões, dos quais 80% disso foi dinheiro de fora; aí foi para o Governo lá atrás; aí sai da ONG; depois sai do Governo; vem para o ONG. Nós sabemos que a política do BNDES de doação, de orientação do fundo amazônico passa por vocês, passa pelo Ministério do Meio Ambiente, passa pelo ICMBio, ou seja, então são essas pessoas que ora estão em ONG, ora estão no Governo, que ajudam e que decidem a captação e o destino, por exemplo, de quase R\$1 bilhão que a Noruega de fato aportou no fundo amazônico.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, aqui nós tivemos a presença de outros representantes que não estão em Governo hoje, mas da FAS, o Sr. Virgílio. Ele era do Governo do Estado do Amazonas, quando se criou a FAS; o Governo do estado aportou vinte e tantos milhões na FAS, através do Banco Bradesco – claro, aí é uma influência do Governo –, aportaram mais 20 milhões. Ele próprio disse aqui que a FAS recebeu um aporte inicial de 60 milhões. Aí ele sai do Governo e vai conduzir a FAS, que agora acabou de indicar um outro membro seu para ser o novo Secretário de Estado do Meio Ambiente.

Então a pergunta é: a senhora não acha, tentando olhar um pouco de fora para dentro, a senhora não acha que essa relação é um pouco promíscua?

E aí um comentário a respeito da nossa fala anterior: concordamos num ponto, isso é bom. Você está vendo como tem convergência? Mas a nossa diferença, talvez, Secretária, é que eu entendo que o Brasil já fez muito mais, tem o que fazer... E a senhora traz um relatório aqui que mostra claramente. O Brasil ainda tem muito o que fazer, mas o que nós fizemos, particularmente com a nossa legislação, na Amazônia, nenhum país do mundo fez.

Então nós não estamos mais na época de ter que apresentar mais resultados para cobrar. Não, nós já temos uma dívida a ser cobrada, e eles teimam em não nos pagar. Eu lembro que nessa semana, na semana em que estivemos em Nova York, a própria Ministra Marina menciona esses mesmos 100 bilhões que foram combinados muito tempo atrás e que os países não entregam e não vão entregar. Está aí o relato que eu mencionei.

Mas concordamos. Eu só acho que o Governo brasileiro tem que exigir. Só falar disso não está resolvendo e nem vai resolver.

Mas a nova pergunta é esta: a senhora não acha, tentando olhar um pouco de fora para dentro, que isso é um risco?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes que ela responda, por favor, perdoe, registro a presença do Senador Jaime, do Senador Styvenson, a nossa presença aqui do Senador Jaques Wagner. Seja bem-vindo.

Eu gostei dessa primeira parte, Marcio, da relação promíscua. Eu queria que a senhora respondesse sobre essa pergunta do nosso Relator.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Pronto. Senador, agradeço pela pergunta. Como eu mencionei, eu tenho 31 anos trabalhando sobre o tema de mudanças do clima e desenvolvimento sustentável. Eu acredito que fui convidada por causa dessa experiência em ter trabalhado, não só na sociedade civil, mas ter feito meu doutorado, meu mestrado, ter estudado esse tema. Então tenho uma visão ampla do tema e acredito que foi a partir desse mérito que eu estou agora Secretária Nacional de Mudança do Clima.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar que tomamos todas as providências para assegurar que não havia nenhum conflito de interesse.

E eu também gostaria de mencionar que desde que virei Secretária Nacional de Mudança do Clima, na secretaria, trouxe pessoas para trabalhar comigo que são servidores públicos. Não trouxe nenhuma pessoa de qualquer outro setor.

O tema de mudanças do clima...

E, por último, quero mencionar que também estive no setor privado. Então acho que essa visão mais geral, de onde eu vejo o tema de mudança do clima, a partir do setor privado, a partir da sociedade civil, a partir do conhecimento e da academia, e agora estou Secretária de Mudança do Clima há somente seis, sete meses. Então, nesse sentido, imagino que foi pelos méritos da experiência que tive, há 31 anos trabalhando sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho uma curiosidade, Marcio, se ela foi, se a senhora não foi Diretora do Greenpeace no Brasil. Foi?

A SRA. ANA TONI – Não, eu fui Presidente do Conselho do Greenpeace...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, no Brasil.

Eu tenho uma curiosidade tremenda, Senador. A senhora pode me ajudar a elogiar o Greenpeace? O que foi que o Greenpeace fez nesses anos de bom para a Amazônia, enquanto a senhora foi conselheira? Porque realmente eu quero mudar o que eu penso do Greenpeace. Na minha opinião, não fez nada. Eu queria que a senhora me dissesse alguma coisa, para que eu mudasse de opinião.

A SRA. ANA TONI – Eu não posso aqui falar agora em nome do Greenpeace, não tenho mais a filiação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas só durante o tempo em que a senhora esteve lá. A senhora viu alguma coisa boa que eles fizeram para a Amazônia? Por favor, eu quero chegar lá em casa e dizer que eu estava errado sobre o Greenpeace.

A SRA. ANA TONI – Quando eu me filiei ao Greenpeace, o que me levou ao Greenpeace foi novamente o tema de mudanças do clima.

O Greenpeace foi uma das primeiras organizações que, já nos anos 80 e começo dos anos 90, trouxe, para o conhecimento público, para a agenda nacional e internacional, os perigos da mudança do clima; e, por isso, tive essa atuação no Greenpeace, porque eu acho que este alerta deste perigo que está aí conosco há tantas décadas, trazendo a ciência para poder nos alertar deste perigo, foi isso que me levou ao Greenpeace.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como caboclo da Amazônia, a gente alerta também. O caboclo lá sabe que a seca, ele chama de seca, a seca vai ser grande, que a cheia vai ser grande. Isso a gente faz constantemente. E sem dinheiro. Então, eu continuo pensando, sobre o Greenpeace, que não nos ajuda em nada, só atrapalha.

O nosso Relator, Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Também cumprimento os nossos colegas – agora chegou o nosso Senador Zequinha, grande representante do Pará.

Há um movimento globalista, inequivocamente existe, que, entre outras coisas, relativiza um pouco as soberanias nacionais, e, aí, a questão do meio ambiente é o argumento mais utilizado. Eu acho que tem outros interesses por trás disso, acho que tem interesses de países ricos dominarem ou continuarem dominando países pobres em desenvolvimento. Mas o argumento visível, a roupa que se veste, para quem deseja relativizar a soberania – não a deles, mas a nossa –, por exemplo, é o argumento ambiental, porque a questão ambiental não tem fronteira – de fato, não tem mesmo. Um igarapé, um olho d'água que nasce em uma propriedade na Amazônia vai passar por aquela propriedade, vai chegar a outra, outra e outra, até chegar ao mar. Portanto, de fato, não há limites. Estou só dando um exemplo bem corriqueiro. Mas há um outro grupo de pessoas que diz: "Não, a soberania nacional é absolutamente fundamental e inegociável.". E eu me refiro, claro, a senhora já deve ter percebido, à Amazônia, que já foi palco de várias declarações de representantes de países que eu já mencionei, relativizando sempre a soberania brasileira sobre a Amazônia, que é um ativo ambiental mundial e, portanto, precisa ser quase que... Até o nosso Presidente, que declara coisas com as quais eu concordo, quando ele diz que a Europa, os países ricos precisam pagar o que devem, porque eu acho que é pagar o que já deve, não é outra promessa, não é viver de promessa... Mas, ao mesmo tempo, ele também mencionou, de certa forma, meio que concordando com essa ideia de que a Amazônia precisa... A decisão brasileira tem que ter meio que o crivo... Então, qual é a opinião da senhora sobre a questão da soberania nacional?

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Obrigada, Senador Bittar, pela pergunta.

Como brasileira, para mim a soberania nacional é absolutamente inegociável, principalmente não só, mas em relação à Amazônia, sempre deixei isso muito claro, as ações têm que vir sendo, assim, de dentro para fora. Então, a soberania é inegociável.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu mencionei, e agora veio uma pergunta mais concreta sobre isso: o que a senhora acha de a Noruega, que é o maior doador do Fundo Amazônia...

A Noruega havia doado, para o Fundo Amazônia, pouco mais de R\$1 bilhão até o momento da interrupção no governo passado, e o interessante é que a Noruega doou – dinheiro em caixa. Não é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promessa – algo em todo de 1 bilhão, e uma empresa, uma das maiores mineradoras do mundo, uma empresa norueguesa, inclusive de capital misto – privado e público, portanto também é do Estado –, a Hydro, conseguiu uma isenção de R\$6,5 bilhões no Brasil.

Então, ela doou, efetivamente, R\$1 bilhão. E, aí, uma empresa de capital também público, portanto, norueguesa, alcançou uma isenção de R\$6,5 bilhões e vive de petróleo e gás.

A senhora não acha que há aí, no mínimo, uma hipocrisia de um país que doa R\$1 bilhão, recebe R\$6,5 bilhões de isenção e que, basicamente, financia ONGs no Brasil que atuam contra a emissão de combustíveis fósseis, sendo que é disso que ela vive? Quer dizer, mais da metade do PIB *per capita*, do PIB norueguês é de petróleo e gás, que agora mandou perfurar mais ainda no Mar do Norte. A senhora não acha que aí, no mínimo, existe uma hipocrisia?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mais uma interrupção, para registrar a presença do Deputado Pedro Fernandes, que está conosco aqui.

Muito bem-vindo! Muito obrigado pela sua presença e participação.

Com a palavra, a nossa convidada.

O SR. ANA TONI (Para expor.) – Senador, obrigada pela pergunta.

Eu confesso que não estou familiarizada com este caso específico que o senhor mencionou.

Logicamente, cada país tem que responder ali um pouco pelas suas atitudes.

Em relação às doações da Noruega ao Fundo Amazônia...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Se a senhora me permite, eu posso fazer, então, uma pergunta mais genérica.

O que é que a senhora acha de um país que doa um recurso para o fundo amazônico, um país, qualquer que seja ele – porque esses são dados oficiais... Ela alcança, uma empresa alcança uma isenção fiscal no Brasil que é quatro vezes superior à doação, e esse país sobrevive de petróleo e gás. Quer dizer, não é, no mínimo, uma hipocrisia que um país que explora combustíveis fósseis seja um dos maiores financiadores de ONGs no Brasil que são contra combustíveis fósseis? Não há uma hipocrisia nisso?

O SR. ANA TONI – Novamente, eu não conheço o caso específico, mas, assim, eu vejo, por exemplo, a nossa empresa nacional de petróleo, a Petrobras, que é uma das organizações e empresas que também financiam bastante as organizações da sociedade civil, e ela vem apoiando muitos projetos, principalmente na área de oceanos e também é uma empresa de petróleo e gás.

Eu não poderia comentar em relação, especificamente, à Noruega.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio, passou-me agora na cabeça, eu queria que o senhor anotasse, a sua assessoria: a FAS já esteve aqui, eu acho que o Imazon e, agora, a Sra. Ana, e todos eles consideram normalíssimo sair da ONG para o Governo, do Governo para a ONG. Que, no relatório, nós possamos aconselhar ou fazer algum projeto em que também eles cumpram uma espécie de quarentena, não sei. Cabe como sugestão, porque, para eles, é normalíssimo. Para nós, não o é.

Então, nós temos a obrigação do relatório, e, no relatório, vamos apresentar projetos de lei, resolução, ideias, e eu queria constar aí, nesta reunião, que nós vamos sugerir isso, que se cumpram alguns dias, porque é impressionante – é impressionante.

Tem um caso aí da Sra. Brenda, que saiu da ONG dela e, com um mês, dois meses depois, prestou serviço para a ONG no valor de R\$508 mil. É normalíssimo para eles. Para nós, não o é.

Então, fica a sugestão, Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É, eu poderia, inclusive, contribuir. Penso que posso contribuir com essa afirmação do Senador Plínio, nosso Presidente, porque, aqui no meio político, se um de nós for pego fazendo algo parecido, é o maior escândalo. Mas, enfim, à pergunta feita, a resposta, a gente tem que respeitar a resposta da nossa convidada.

No caso da Noruega, um país especificamente... Eu acho que, na minha pergunta, claro que está dita a minha opinião. Eu acho que é, no mínimo, uma hipocrisia monumental um país que vive de petróleo e gás financiar ONGs no Brasil que são publicamente contra a emissão dos combustíveis fósseis. Quer dizer, é contra o combustível fóssil, mas recebe doação do país que vive disso.

Bom, V. Sa. foi, durante vários anos, como a senhora mesma mencionou e eu também, Diretora-Executiva do Instituto Clima e Sociedade. O ICS (Instituto Clima e Sociedade) está qualificado como uma organização da sociedade civil de interesse público.

Queria saber quantos funcionários possui, mas, ao mesmo tempo, emendar aqui com duas outras coisas que a senhora já pode responder no mesmo item: quantas pessoas compõem? Os membros do conselho fiscal recebem remuneração? E, se a senhora tiver a lembrança, quanto foi pago aos diretores? E, por fim, com todo o respeito – mas o nosso salário é público, todo mundo fala, e tem que ser mesmo –, qual era o valor do seu rendimento mensal, somado aos benefícios diretos e indiretos? Levantamentos dão conta que seria em torno de R\$60 mil. A senhora tem a oportunidade de esclarecer.

O SR. ANA TONI (Para expor.) – Novamente, obrigada pela pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao quadro de pessoais do Instituto Clima e Sociedade, quando eu estava no instituto, o pessoal era distribuído em diversas áreas. Tinha diretoria executiva, financeira, diretoria programática e a gestão de operações, e a organização seguia mais ou menos o padrão de todas as outras instituições similares dedicadas ao investimento social privado, que, nos últimos anos, vem se profissionalizando bastante.

Então, em 2015, o ICS já contava com seis colaboradores, todos contratados por CLT. Foi expandindo o seu quadro e chegou, em 2022, quando eu saí da organização, no último ano que eu estava presente, a 38 colaboradores. Eram 38 colaboradores, todos eles brasileiros, e que, na medida que tinham, é uma medida de diversidade das atividades que tinham.

Então, eu tenho os dados específicos aqui de quantos colaboradores por ano a gente foi tendo: 2015, 6; 2016, 9; 2017, mais 9; 2018, também 9 – posso, depois, mandar para o senhor, se o senhor necessita.

Em relação ao meu rendimento junto ao Instituto Clima e Sociedade, o meu salário atual, como Secretária Nacional de Mudanças do Clima, está no Portal da Transparência e é, logicamente, transparente para todos e todas.

Em relação ao meu salário anterior, se eu pudesse mandar para a Comissão, se for necessário, posso mandar por escrito, como foi com os outros convidados. Posso fazer isso, não tem problema nenhum.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pode sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, pela ordem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, D. Ana. Senador Styvenson Valentim, Rio Grande do Norte.

A pergunta do Senador Marcio Bittar tem uma coerência, porque pessoas anteriores à senhora que sentaram nessa cadeira para darem esses esclarecimentos que a gente tanto busca disseram que é difícil manter, dentro da ONG, com a remuneração que eles recebem – pessoas que podem estar com a qualificação que a senhora já deixou claro que têm –, é difícil manter na ONG esses qualificados que prestam serviços que são remunerados pela própria ONG. Como está aberto no Portal da Transparência, a senhora recebe bruto R\$18.469; líquido, R\$17.839. Eu presumo que o serviço público seja mais vantajoso – remuneratório –, porque hoje a senhora ocupa o cargo dentro da diretoria executiva. A senhora faz parte do Governo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma pergunta, Senador Marcio Bittar, se o senhor fez e eu iria fazer – só me desculpando por não ter chegado em tempo desde o início, para ter acompanhado tudo isso –, é se, como ONG, como Diretora-Executiva do ICS ou como atual Governo, a senhora pode fazer mais na ONG ou mais no Governo? Porque a dúvida que se tem, que eu tenho, de pessoas que se sentaram aí, é que quem participa das ONGs o faz porque o Governo não tem competência para fazer, e agora a senhora está no Governo. A senhora pode realizar mais agora na cadeira em que a senhora está, com essa remuneração de R\$17 mil – esqueça a remuneração; com a capacidade que a senhora tem –, ou pelas ONGs, das quais a senhora fez parte?

Eu acho que, não sei, Marcio, se a sua pergunta tenderia para esse caminho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim, mas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque várias pessoas que se sentaram aqui disseram que eram mal remuneradas, partiam para a iniciativa privada, para a iniciativa privada, faziam seus projetos e eram remuneradas pelas próprias ONGs.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, tranquilo...

V. Exa. faz uma pergunta, eu estou aqui no meu trabalho, mas, enfim, ele faz uma pergunta, vamos abrir à resposta, e eu retomo aqui, sem problema.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Desculpe...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não...Tranquilo, tranquilo.

O SR. ANA TONI (Para expor.) – Obrigada, Senador, pela pergunta.

Eu acho que as atividades exercidas pela sociedade civil, pelo setor privado ou pelo governo são complementares. Então, eu acho que elas são complementares; acho que, obviamente, políticas públicas, políticas de Estado e de governo têm um alcance muito maior, por razões óbvias. Então, acho que, nesse sentido, eu acho que é uma construção e vejo que elas são complementares e fico muito feliz de, pela primeira vez, estar no governo e poder entender a contribuição do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora, assim como os outros, vai mandar – e a gente vai manter em sigilo o salário –, mas a senhora poderia só dizer se ganhava mais na ONG ou no Governo? Se puder, senão, se puder dizer... O que eu acho que o Styvenson pensa é que a senhora ganharia mais... Não que... Nada aqui é pessoal, como eu lhe disse desde o começo. A senhora é uma convidada. A senhora não é ré aqui. É convidada. Mas algumas perguntas temos que fazer, e não é questão pessoal. É porque sempre eles dizem aqui: "Não, porque a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente mantém...". Pessoas do nível da senhora não podem manter. Então, elas saem para onde quiserem, onde vão ganhar mais. E já foi revelado o seu salário no Governo. E eu suponho que a senhora ganhava mais ou menos.

A senhora só pode dizer se era mais ou menos? Não precisa entrar em detalhes.

A SRA. ANA TONI – Como eu falei, vou mandar para os senhores e senhoras isso por escrito, mas o trabalho, a média de salários da sociedade civil é, infelizmente, muito baixa; realmente muito baixa, e é verdade que muitos quadros da sociedade civil acabam indo para o setor privado por falta dessa remuneração.

No meu caso, em particular, sempre foi uma escolha minha trabalhar desta maneira e, como eu disse, eu estava na sociedade civil e fazia parte de conselhos de empresas privadas. Então, juntando, eu tinha um salário maior do que eu tenho agora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Desculpe, cara, eu estou te atropelando, mas está no portal o que ganha 18 mil. Se é tão baixo, eu não sei por que deixam para mandar para a gente "sigiloso". Se é de 15 mil, 10 mil, que é quanto se admite...

Mas tudo bem.

Vamos adiante, Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Vou manter o mesmo comportamento. A senhora tem todo o direito, assim como outros que já estiveram aqui. Eu só não vou retirar aquilo que eu já falei e que está gravado, não é? Mas a senhora vai ter oportunidade, e eu vou aceitar, claro, o documento que a senhora vai mandar.

Existe uma indicação de 60 mil, entre benefícios diretos e indiretos, mas a senhora tem todo o direito de não revelar isso agora e, depois, mandar para a CPI.

O que eu acho grave, Senador Styvenson, é, como eu disse: você tem pessoas que fazem parte de ONGs, elas vão para o governo, elas influenciam a política, por exemplo, do BNDES, praticamente decidem quem é que pode – porque a política decide isso –, quem pode ser os captadores do recurso do Fundo Amazônia, e as ONGs das quais elas fizeram parte e, depois, muitas vezes, voltam a fazer parte são aquelas que recebem. Eu e o Senador Plínio vemos nisso uma relação promíscua. Claro que aqueles que já vieram aqui, que fazem parte de ONGs, acham que não é, mas é um direito de opinião.

Mas, em seus relatórios financeiros, o Instituto Clima e Sociedade presta informações bastante, em alguns casos, genéricas, mas, de qualquer forma, dá uma ideia de valor. O valor gasto em serviços prestados cresceu, de 1,3 milhão para 6 milhões, em 2022. As indicações de gastos em serviços de difícil



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mensuração, como consultorias ou assessorias, assistências jurídicas e informática, são itens que, geralmente, estão nas prestações de conta de ONGs, mas que são difíceis de você mensurar.

Mas o que, talvez, mais nos interessa agora, Secretária Ana, é que as informações que temos são de que o Instituto Clima e Sociedade acaba funcionando, como eu disse no começo, como um captador de recursos externos e repassa, muito do que ele arrecada, para ONGs que atuam no Brasil. Autoridades outras estiveram aqui sentadas e afirmaram que isso seria uma maneira de burlar o Fisco brasileiro, de burlar a contabilidade, uma vez que é dinheiro de fora. Se o dinheiro de fora for investido diretamente dá problema. Então, vem para uma ONG que repassa para outras. Nesse exemplo, tem a FAS, uma ONG cujo representante, Virgílio, esteve aqui e declarou ter recebido doação do Instituto Clima e Sociedade.

Vou acabar lendo aqui uma outra coisa do mesmo instituto, e a senhora já pode responder, de forma mais ampla, e eu não preciso voltar a esse tema.

A maioria absoluta dos doadores, eu afirmei isso, eu vou mencionar, é de estrangeiros. Dentre eles, o maior doador foi o CIFF, Children's Investment Fund Foundation, com um total de 31 milhões. Eu mencionei, mas vou repetir: a Oak Foundation doou 24 milhões; Rockefeller Philanthropy doou 23 milhões; Walmart, 18 milhões; Smart Energy doou 8 milhões. E também houve doações que eu, particularmente, acho estranhas. Acho que o Canadá não aceitaria isto, a Grã-Bretanha não aceitaria isto, a Embaixada Brasileira doar dinheiro lá no Estado, no país deles. Também houve doação para o Instituto Clima e Sociedade da Embaixada Britânica e da Embaixada da Alemanha. Ou seja...

Então, aqui tem somas imensas, são milhões de reais que entram no Instituto Clima e Sociedade, e muitos desses depois vão para outras ONGs. A dúvida, a inquietação é que isso seria feito como uma maneira de burlar a contabilidade e os interesses nacionais. O que a senhora pensa sobre isso?

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Obrigada pela pergunta, Senador.

Talvez eu pudesse me estender um pouco, contar um pouco qual é o caminho tradicional da entrada de recursos no Instituto Clima e Sociedade quando eu o estava presidindo, que é através do canal cambial, que segue um padrão bem estabelecido na legislação brasileira. Na essência, ele não difere de outras entradas de recursos estrangeiros no país e, como sempre, foi sempre devidamente regulamentado pelo Banco Central do Brasil.

Basicamente, era assim que funcionava durante a minha gestão: o contrato era assinado entre o doador e o iCS, com uma proposta que a gente mandava, narrativa e financeira, a partir de nossas próprias estratégias, para a utilização do recurso, sempre no melhor interesse do Brasil e, em se tratando de investimento social privado, feito no Brasil e por uma entidade sem fins econômicos ou lucrativos, voltadas para o interesse público nacional. Nesses contratos, os dados bancários do iCS eram informados e, como disse, existiam muitos recursos disponíveis na filantropia mundial. Por isso, ao redor de 75% ou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

80% dos recursos do iCS vinham de fontes internacionais e, ao redor de 20% ou 25% de fontes de filantropia nacional.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Qual é a influência deles na decisão (*Fora do microfone.*)... da destinação de recursos?

A SRA. ANA TONI – Não há nenhuma influência deles na destinação do recurso. Nós mandamos projetos, e eles aceitam ou não aceitam os projetos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k.

A SRA. ANA TONI – O iCS agrega conhecimento dos projetos e das instituições locais de quem financiamos e tem uma excelente estrutura administrativa, seguindo os melhores padrões de gestão. Então, o banco envia a comunicação de remessa recebida do exterior, identifica-se o contrato a que pertence, emitem-se recibos, faz-se a juntada de documentação, e tudo é mandado à corretora de câmbio. A taxa de câmbio também é negociada. Então, tem todo um procedimento que é feito absolutamente nas regras da lei.

Em razão disso, por vezes até os bancos podem pedir a comprovação da capacidade financeira das instituições do doador, e enviamos as demonstrações financeiras necessárias que são pedidas. Após a emissão do câmbio, aí o valor é disponibilizado. Todas as transações são devidamente contabilizadas, auditadas e informadas, como define o regulamento cambial vigente e como a legislação em geral, pelos agentes financeiros ao Banco Central do Brasil, assim que recebemos as verbas do exterior.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Quero registrar aqui a presença, sempre muito honrosa – fui Deputado Federal com ele há uns 30 anos –, do Confúcio. Fui Deputado com ele. Aí eu tentei ser Governador do Acre umas duas vezes, não consegui; ele na primeira conseguiu. Já foi Governador duas vezes do estado vizinho ao Acre, e, agora, está como Senador da República.

É um prazer tê-lo aqui, Senador Confúcio. Nos honra muito a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Jaime pede pela ordem.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da Comissão das ONGs, Plínio Valério, o Diretor... o Relator, Senador Marcio, e a Ana.

Eu quero dizer pra você... Você, que foi Presidente e Conselheira do Greenpeace, conhece muito bem as ONGs, você sabe, deve ter o conhecimento de que a Amazônia tem um pouco mais de 28 milhões



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pessoas. Talvez não... Talvez seja de seu conhecimento, o Estado de Rondônia, onde eu resido, no Município de Vilhena, conheço lá há 50 anos, acho que é o único estado que tem o dobro de carteiras assinadas contra o Bolsa Família. Os demais estados, a maioria dos estados do Norte têm mais Bolsa Família do que carteiras assinadas. Então, você é conhecedora e sabe que o nosso povo da Amazônia é um povo de baixa renda, é um povo sofrido, é um povo que sofre, principalmente os ribeirinhos, enfim, em todos os Estados da Amazônia.

Eu quero dizer para você o seguinte: qual é o projeto que vocês fizeram, que vocês levaram até hoje de rede de saneamento básico, de água potável, de rede fluvial, de melhoria para as condições dessa população? Você vai à capital, em Porto Velho, e dá dó; é tristeza olhar, porque é a minha capital, a capital do Estado de Rondônia. Você chega lá e é triste você ver aquela população.

Eu fui candidato, andei nos bairros, andei a pé e vejo a tristeza daquele povo e as condições em que aquele povo vive. Aí, qualquer coisa que se vai fazer para a Amazônia... quem se lembra lá no ano... por volta do ano 2000, 2001, 2002, o Greenpeace subia nos elevadores, secadoras, travaram por dois, três anos praticamente uma construção da Cargill, lá no Pará, que era um... para onde iriam carregar os navios para fazer o repasse da soja, onde recebe por caminhões, por balsa.

Então, eu só vejo as ONGs e o Greenpeace só prejudicando. E o que eles fazem com esse dinheiro? Só para folha de pagamento? Só resume no final, só em folha de pagamento? Até porque a senhora falou aí que vocês mandam os projetos, e eles não fiscalizam nada para onde isso é colocado, para onde vai esse dinheiro.

Eu quero dizer para você o seguinte: o povo da Amazônia merece um tratamento melhor. Lá tem mais de 28 milhões de pessoas.

O que é que vocês fizeram até hoje para o nosso pequeno produtor, incentivando o pequeno produtor onde ele tem que recuperar as nascentes de água, onde o nosso produtor teria que estar realmente recebendo esse crédito de carbono? Aonde está esse crédito de carbono? Só está no "h".

Isso é o que as ONGs, isso é que o Greenpeace tinha que estar fazendo para ajudar o nosso povo da Amazônia, mas o que nós vemos lá só atrapalharam.

E aí criaram-se mais. Depois de 1988, começaram a implantar aqui e acolá um monte de lugares dizendo que lá tinha índio, que lá ia ter reserva indígena, trabalhando para que se saia uma reserva indígena de 14 para quase 32% do território nacional. E onde vai ficar o nosso produtor?

Eu vou lhe falar só o que as ONGs fizeram lá em Santa Catarina, no meu estado. Senador Confúcio Moura, no meu estado, lá onde está sendo julgado, o STF julgou, na semana passada, o que as ONGs fizeram com aquele povo? Onde eu nasci. Com escritura centenária, 870 famílias – 870 famílias, Governador Confúcio –, que são entre 15 e 20 hectares, 100% de agricultura familiar; 40% eu imagino



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão reflorestados. Uma reserva de 14,5 mil hectares sendo levada para 37 mil hectares! É isso que as ONGs fizeram no Brasil? É esse que foi o projeto do Brasil? É isso que foi para tirar o nosso pequeno produtor do campo e levá-lo para a miséria? Porque é isso que vai acontecer com o nosso país.

Então, eu quero dizer pra vocês: façam com que as ONGs, com que o Greenpeace faça algo pelo povo da Amazônia e pelo Brasil, porque o que está acontecendo na Amazônia nós sabemos. Eu conheço aquilo lá há 50 anos. Um estado igual ao de Rondônia, que os militares chamaram, na época, de "ingressar para não entregar" – "ingressar para não entregar". Naquela época, na década de 70, já se tinha uma preocupação de o Brasil perder a Amazônia.

E, agora, se acontece tudo isso, as ONGs pegam esse dinheiro e não têm nenhuma responsabilidade com a população e com as pessoas menos favorecidas deste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Jaime, o senhor me permite só complementar, no final.

A senhora considera saneamento básico também como questão de meio ambiente? Porque nós achamos que sim, mas alguns "ongueiros" acham que não – só para complementar.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Agradeço muito, Senador, pela pergunta, pelo comentário.

Já respondendo ao Senador Plínio Valério: sim, certamente, considero que saneamento é um tema ambiental fundamental. Logo que iniciei no Instituto Clima e Sociedade, o tema de resíduos sólidos foi a primeira área de trabalho que nós abrimos. Isso mostra que isso tem participado deste debate há bastante tempo.

Gostaria também de deixar, concordando com o senhor, no sentido de... Desenvolvimento sustentável, como eu mencionei, é o que me move. É onde eu, como profissional, tenho sempre atuado, nesse nexo de meio ambiente, economia e social. É nesse parâmetro que sempre vim trabalhando.

Mas gostaria de dar alguns exemplos que seriam importantes da perspectiva do Instituto Clima e Sociedade, onde atuei.

Os dois exemplos práticos que posso citar aqui são em relação a uma organização que nós apoiávamos, a Amaz, que tem hoje um portfólio de 21 negócios. Desses empreendimentos, 72,5% são de lideranças de mulheres; e 73%, de pessoas que são ribeirinhas. Entre 2021 e 2022, o programa acelerou 41 *startups* locais na região.

Tem, em seu portfólio hoje, cerca de 18 negócios. Conta com um fundo de financiamento híbrido, que a gente chama de *blended finance*, de 25 milhões para investimento em negócios de impacto nos próximos cinco anos, o primeiro voltado exclusivamente para a região da Amazônia. No caso, a 100%



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. A empresa transforma frutas, sementes e outros recursos naturais em bioingredientes – o açaí e os subprodutos –, entre 70% e 80%; as polpas congeladas e os óleos de manteigas para os cosméticos, com qualidade *premium*, para a indústria de diversos setores. O trabalho, que foi apoiado pelo iCS, é feito em parceria com as comunidades, as cooperativas locais, as pessoas dedicadas à agricultura familiar da região. Esse trabalho já está exportando para 65 países.

Este ano, a 100% Amazônia inaugurou a Fábrica da Floresta, construída a partir dos pilares da Amazônia 4.0, respeitando a sazonalidade dos produtos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Não querendo interromper, a senhora poderia dizer os locais – município e estado – dessas coisas que foram implantadas, para que nós possamos ir lá? Por exemplo: é interior do Amazonas, Eirunepé – minha cidade –, foi feito lá esse projeto... Aí a gente vai checar.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Como eu disse, são diversos projetos, mas a Amaz está baseada em Manaus. A organização está baseada em Manaus. São 61 projetos.

Tem também o caso do De Mendes, que é a Chocolates De Mendes, que participou desse programa de aceleração do PPA, que é a Plataforma Parceiros pela Amazônia, na época. Então, são diversos trabalhos que a gente vem financiando... Foi financiado pelo iCS, através da Amaz; tem a colheita, o preparo... Então, tentamos, com alguns desses projetos...

E o outro, que eu gostaria talvez de mencionar, é a entrega de painéis solares e capacitação para a população local ribeirinha, que não tinha acesso à energia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora sabe dizer quantos painéis e os locais?

A SRA. ANA TONI – Eu não tenho essa informação.

Posso mandar também por escrito para os senhores, porque, como Diretora Executiva, nós tínhamos as pessoas que trabalhavam diretamente nos projetos. Então, posso pegar a informação e mandar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

Marcio, continue.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, como eu disse no início, o Líder do Governo não estava ainda aqui presente, dando o privilégio da sua presença.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema mudanças climáticas é absolutamente fantástico, necessário, mas não é o foco da CPI. O foco da CPI, basicamente, em cima da Amazônia brasileira, é investigar o que está acontecendo, de fato, com uma região de que, há 50 anos, se fala muito, e ela está cada dia mais pobre, inclusive, agora, na mão de narcotráfico, e também, a meu ver, na mão de ONGs, que mandam mais do que o Governo central brasileiro. Em 81% do bioma amazônico não manda mais o Lula; quem manda são essas ONGs, através de organismos internacionais. A ideia é muito mais deles do que brasileira. Se o Presidente Lula – ontem, foi Bolsonaro; amanhã, vai ser outro – quiser fazer estudo para fazer prospecção de petróleo e gás na Amazônia, ele vai ter um mundo de área em que ele não vai poder fazer. Essa é a realidade. Hoje quem decide obras públicas na Amazônia é muito mais as ONGs do que o Ministério Público. Qualquer um deles entra – como o PSOL também é outro que vive entrando – e proíbe, como está paralisada a Ferrogrão, como já tiraram inclusive do programa, do tal do PAC, a obra ligando Porto Velho a Manaus. Mas, enfim, esse é o foco.

Todo mundo que vem aqui, com todo o respeito, como vieram outras pessoas que representam ONGs, sempre tem o que apresentar. Só que isso, para quem está nos assistindo, é bom lembrar que nós estamos falando de um território, de uma região, que é quase dois terços do Brasil. Você pega... E aí há uma coisa – perdoe a franqueza –, mas há uma coisa que une, praticamente, todos vocês, das ONGs: toda vez que vão fazer obras públicas, estradas... A senhora mesma mencionou hidrelétricas, mas, com a Marina, no primeiro Governo do Lula, demoraram quase sete anos para fazer a licença ambiental das duas hidrelétricas! E, ao fazê-las, fez lâmina d'água. Quer dizer, é um investimento monstruoso que, cinco, seis meses do ano, fica paralisado!

Aí, para quem nos assiste, é bom lembrar como, na prestação de conta das ONGs, de forma geral, sem nenhuma exceção, sempre tem capacitação, painel de informação, gestão... Só que você pode preparar do jeito que quiser. A Terra Yanomami, por exemplo, é maior do que Portugal. Você vai fazer painéis, instrução – como é que fala? –, feiras, preparando as pessoas, capacitando as pessoas, numa área que é do tamanho de Portugal e que não tem estrada!

O que é que você vai inventar, Líder Jaques Wagner, numa região que é maior do que Portugal e que não tem estrada? Qualquer coisa que essa pessoa for tentar produzir, ela vai tirar como? Nas costas? Quatro dias de viagem? Não tem economia viável ali!

Onde nós fomos, com o Senador Plínio, é outra reserva, no Alto Xingu, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Alto Rio Negro.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perdão, Xingu é Mato Grosso. No Alto Rio Negro, é uma outra reserva que, juntando com duas que emendam, é maior ainda do que a Yanomami! O que é que você vai capacitar? Placa solar. Mas isso é a solução? Concordo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você tem regiões, no Brasil, em que a placa solar é a solução, mas é a solução para uma área que é 66% do território nacional?

Então, os exemplos citados pelas ONGs são nichos. Aquilo não se reproduz pra 28 milhões de pessoas.

Bom, mas eu vou aqui cortar várias perguntas pra dar outras oportunidades. Eu já falei sobre o que presenciei em Nova York, e, aqui, talvez, Secretária, uma resposta "sim" ou "não". Está implícito, mas eu quero deixar registrado.

V. Sa. acredita que jogar CO₂ na atmosfera é um crime?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas aqueles que entendem que o ser humano tem um papel muito importante no aquecimento da Terra não entendem que o principal elemento é o aumento do CO₂?

A SRA. ANA TONI – Senador, o CO₂ está na natureza de forma natural...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim, claro.

A SRA. ANA TONI – ... sempre esteve, ainda bem, porque, senão, não estaríamos vivendo no planeta, não teríamos a temperatura que temos. O excesso de emissão de CO₂ no planeta, devido a processos industriais centenários, tem causado o aquecimento global.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Como a queima de combustíveis fósseis?

A SRA. ANA TONI – Certamente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, enfim, nós não podemos afirmar que aqueles que entendem que a queima de combustíveis fósseis e, portanto, o aumento do CO₂ na atmosfera afeta o clima, aquece o clima... Então, o aumento do CO₂ acaba sendo, sim, um elemento criminoso, do ponto de vista do clima planetário, o aumento dele, correto?

A SRA. ANA TONI – Não, ele não é criminoso, porque ele não é ilegal. Ao contrário, a gente está numa transição...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É, eu usei aqui uma força de expressão, mas, enfim, o aumento do CO₂ provocado pela queima de combustíveis fósseis afeta o aquecimento global?

A SRA. ANA TONI – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É um fator preponderante?

A SRA. ANA TONI – Isso, pros limites da natureza.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu já lhe fiz essa pergunta, mas vou... de forma talvez diferente... A senhora não acha que receber dinheiro desses países... Eu mencionei, agora há pouco. E quando eu afirmo que a preocupação financeira, de quem financia as ONGs, não é com o meio ambiente, eu dou um exemplo. Se a preocupação, meu Líder Jaques Wagner, fosse... De quem financia. Não estou dizendo que nesse meio não tenha N profissionais bem-intencionados, militantes, membros de ONGs... Estou dizendo que aqueles que financiam, eu afirmo que a minha convicção é de que a preocupação deles não é com o meio ambiente. Se assim fosse, os olhos não estariam voltados para a Amazônia, que joga quase nada de CO₂ no planeta; estariam voltados para a China, que joga um terço do CO₂ de toda a Terra na atmosfera. Mas a China ninguém tem coragem de enfrentar. A China não foi citada na semana do meio ambiente, em Nova York, um mercado de 1,5 milhão de pessoas, uma economia que só perde para a norte-americana. Acho isso também uma hipocrisia.

Vai ter a COP no Catar, eu queria ver se as ONGs vão ter coragem... O Catar vive de petróleo. Perdão, em Dubai. Perdão. Vai ter a COP em Dubai. Eu quero ver se esses mesmos movimentos terão coragem de exigir de Dubai que assuma compromissos. Gostaria... Falo, querendo ver se isso vai acontecer.

Mas, enfim, a senhora não acha, repito, que receber doações de países como a Inglaterra, como a Noruega, como a Alemanha, que está queimando carvão, como a Inglaterra, que agora autorizou o aumento das licenças para exploração de petróleo, do Joe Biden, norte-americano, que também fez a mesma coisa, não é uma hipocrisia?

A SRA. ANA TONI – Não. Eu agradeço de novo pela pergunta. O senhor mencionou a China, e eu acho importante lembrarmos que a China, muito mais do que o Brasil, muito mais do que a América Latina, vem recebendo tanto recursos filantrópicos quanto recursos de investimento privado para a transição para uma economia de baixo carbono, provavelmente mais do que qualquer outro país do mundo, dos países desenvolvidos – tanto a China quanto a Índia. Esses dois países, hoje em dia, são os que mais recebem recursos para a transição porque o problema tem a ver com energia e combustíveis fósseis.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Algum economista chinês deve gostar muito desse dinheiro.

A SRA. ANA TONI – E eu estive recentemente na China e até me surpreendi: hoje em dia a eletrificação de ônibus e carros, na China, tem tomado um vulto em produção de energias renováveis,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas eles têm, sim, um problema ainda muito grande de emissão de gases de efeito estufa, por causa de combustíveis e principalmente por causa do carvão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, vale a pena você reforçar aí a questão da Alemanha, que está se lixando, num momento desse não colabora em nada. E você falou dos financiadores. Tem alguma empresa a ver com energia, daquelas que você citou?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Tem. Tem. Tem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu fiquei curioso. Como é que... Se é só energia solar, politicamente correta, ou se é aquelas que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Smart Energy Europe (smartEn) é uma entidade que se define como uma associação comercial europeia voltada a entregar soluções orientadas ao consumidor, para a transição para a energia limpa.

Bom, eu não vejo a pressão... Eu falei sobre pressão política internacional. Eu não vejo... A pressão que sofre o Brasil, eu não vejo a China sofrer. Ela não se dá... Ela não aceitaria jamais! Como o Canadá: no Canadá, esse ano, já mencionei a queima, que atingiu mais de 100 milhões de pessoas, cidades dos Estados Unidos foram atingidas pela fumaça, e eu não vi nenhuma liderança mundial ter o topete de mencionar a possível relativização do poder nacional do Canadá por não dar conta de conter os fogos, que são cíclicos lá dentro.

Mas, enfim, pra terminar, a CPI tem recebido inúmeros relatos de indígenas, não só aqui, mas estamos indo ver, descrevendo vidas absolutamente miseráveis. Inclusive o ISA, que é outro instituto que recebe vultuosas quantias externas e que, aliás, participou com membros seus – eu acho isso também uma relação promíscua –, membros do ISA participaram do novo levantamento do censo brasileiro, quer dizer... De R\$137 milhões recebidos pelo ISA, 80% são dinheiro externo. Você aceitar que uma entidade que recebe 80% de recursos externos participe da elaboração do levantamento de dados mais precioso que o país pode ter, que é o censo, o novo censo... E, não por coincidência, mudaram o questionário, quase que dobrou a população indígena; inclusive lá em Autazes, com 48%, com a proposta de criação de uma outra reserva em cima da nova mina de potássio que se descobriu, quer dizer... Quando o Canadá tem potássio e vende pro Brasil, o Brasil podia ter a sua própria fonte, não é? Mas agora tem novidades acontecendo.

Então, nós temos, paralelamente a isso, relatos, e a gente sabe como é que vivem. Então, a CPI tem recebido uns relatos de indígenas descrevendo vidas miseráveis e cheias de necessidades básicas; e, ao mesmo tempo, constatamos contas milionárias em ONGs. Esse contraste não a incomoda?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E termino com a última pergunta sobre isso: a senhora acha que manter o indígena na situação em que ele vive hoje, praticamente no período neolítico, em uma condição desumana, é protegê-lo em sua cultura?

A SRA. ANA TONI – Obrigada, Senador.

Primeiro, se eu puder comentar só sobre o que o senhor falou, o senhor deve ter visto lá em Nova York, como o senhor foi: falaram, na Cúpula do Clima, somente os países líderes, que estão liderando pelo exemplo. O Brasil foi convidado a liderar pelo exemplo, e nem China, nem Estados Unidos falaram nesta cúpula, porque nem foram convidados. Então, acho que o mundo começa a entender melhor quem está liderando pelo exemplo – é o caso do Brasil. Outros países, como China e Estados Unidos, não foram nem convidados pra esse momento – foi até um tema diplomático lá a se conversar.

Em relação aos indígenas, eu tenho um profundo respeito pela nossa população ancestral e acho que essa pergunta deve ser feita a eles: o que é que eles querem, como eles querem viver. E acho que nosso papel é apoiá-los com as políticas públicas necessárias, para que eles vivam e usufruam de suas vidas da melhor maneira possível.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com toda a cautela, mas com toda a firmeza, eu posso lhe garantir que, se todas as ONGs se comprometessem com o que a senhora acaba de falar, os indígenas diriam de uma língua só que eles querem ser, de fato, o dono da sua terra. Eles se sentem traídos. Eles se sentem enganados, pelo Brasil, porque a ideia da criação de terras indígenas era dar a terra ao dono originário, mas ele não é dono. Se ele quiser transformar 2% da sua reserva, da sua área indígena, em plantação, a ele vai acontecer o que aconteceu no Mato Grosso. Está cheio de multa, de processos na Justiça contra eles. Não dá 2% a área em que eles resolveram fazer lavoura, fazer agricultura. Se eles querem usar o subsolo, não podem.

Mas, quem sabe... E aí eu acho que é um ponto convergente que nós podemos ter com o Governo do Presidente Lula, quer dizer, dar ao índio, em querendo, o poder de utilizar seus recursos naturais, notadamente o que o Gilmar Mendes disse aqui no vídeo que o Plínio colocou no começo, dar a eles esse direito de utilizar os recursos naturais, notadamente aquilo que está embaixo do solo. Por que não? Qual a razão?

Eu até brincava com um colega que agora está no Tribunal de Contas da União, foi Governador de Minas e Senador conosco...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Anastasia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... Anastasia, eu pedi a ele uma assinatura num projeto, ele ficou com medo porque eu propunha o fim da reserva legal. Eu sei



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não iria acontecer, mas queria provocar um debate pra mostrar como eu acho irracionais esses números, por que é 80, 30, 40, por que não é 39, 22? É chute, e no caso da Amazônia deu 80%. Mas eu estava pedindo a assinatura dele para outro projeto, ele pensou que era para esse e ficou com medo de assinar, porque essa é uma questão... Aí eu perguntei a ele qual era o problema, e ele, estudioso, grande Governador, mas não estava tão bem informado, disse que a Amazônia era o pulmão do mundo – a gente sabe que não é – e tal e que, portanto, não podia. Eu digo: "Mas é interessante, porque lá em Minas Gerais eu vou entrar com um projeto proibindo vocês de cavarem a terra, porque eu ando por Minas Gerais, vira e mexe, eu vejo aqueles buracos imensos que vocês fazem tirando minério". Aí ele arrepiou, já foi Governador, e disse: "Mas aquilo faz parte da economia mineira". Eu falei "Então, vocês podem; nós não podemos".

Então vou terminar, nossa convidada, dizendo que eu sei, imagino que a senhora está absolutamente convencida do seu papel, do papel do Ministério do Meio Ambiente, eu só acho desconcertante as ONGs receberem milhões de dólares de países que queimam combustíveis fósseis, que não fizeram o que nós já fizemos, então eles não têm o que cobrar da gente. Na minha opinião, eles teriam que pagar a dívida pra começar a conversar com o Brasil.

Nós aumentamos hoje a presença do narcotráfico na Amazônia... E aí eu já imagino qual seja a sua fala na pergunta final. O que me toca... Eu não estou preocupado, honestamente... Eu já fui produtor rural, vendi minha propriedade porque eu digo que, de fato, na Amazônia brasileira, antes mesmo de o Supremo Tribunal Federal acabar com o marco temporal, o proprietário não manda na sua terra, ele não manda, qualquer coisa que ele vá fazer, mesmo nos 20% que ele teria de direito, ele tem que perguntar ao Estado se ele pode fazer. O regime que eu sei em que a pessoa está na terra e tem que perguntar ao Estado qualquer que seja a atividade que vai fazer, pra mim, é o regime comunista. Então ele não é dono. Aí eu resolvi vender a propriedade, que foi do meu pai e que foi minha, pra minha saúde. Mas o que me move não é a vontade de ter na Amazônia... O que não me entra e não entra, acho, nesta CPI... Eu sou paulista de nascimento, acriano por opção, eu vi a Ministra Marina chegar ao poder no Acre com o Jorge Viana, Tião Viana. E numa coisa, Secretária, tipo assim, é como se você tivesse dois filhos – eu também tenho filhos, tenho quatro, por falta de um, tenho quatro, dois homens e duas meninas –, é como se os dois estivessem numa teima, "eu acho que a gente se desenvolve por aqui", e o outro filho, "não, acho que é por aqui", aí você criasse um muro, como foi o Muro de Berlim, e desse a oportunidade: "O.k., então, cada um de vocês vai fazer o que vocês acham que está correto e vamos ver o resultado no final". No caso do Muro de Berlim, nós vimos: a Alemanha Ocidental, décadas depois, milionária; a Alemanha Oriental, pobre, precisando ser incorporada, e a Alemanha Ocidental gastou muito para poder recuperar a Alemanha Oriental.

Qual é o paralelo? No Acre, esse conjunto de ideias, a ele foi dada a oportunidade. Muito antes de o Lula, hoje de novo nosso Presidente, chegar ao poder, Fernando Henrique Cardoso era parceiro do Clube de Roma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro até hoje uma viagem internacional. Se eu não me engano, ele foi receber alguma coisa na universidade em Portugal. Ele fez questão de levar a Marina porque naquela semana... E ele foi acusado, inclusive, de ter segurado os dados porque naquela semana iam sair dados dizendo do aumento da queima na Amazônia, a derrubada e tal. Na época, ele foi acusado de ter segurado os dados para ele não ser confrontado com essa notícia indo lá em Portugal e tal, e levou a Marina.

Então, o grupo que chegou ao poder no Estado do Acre, estado que eu represento com muito orgulho, ele teve tudo o que pediu. Ele teve os três Senadores, o governo do estado, as prefeituras, a ONU, o Banco Mundial, o Bid, o Governo Federal. E 30 anos depois o Acre está mais pobre. O Acre hoje, a metade do Acre, assim como a Amazônia... O único estado que não tem a metade da população ou mais dependendo do Bolsa Família é o Estado de Rondônia.

Então, a indignação que me move, e esse é o assunto que mais me causa indignação... O atentado à democracia me causa indignação, a interferência de Poderes, mas esse é o número um porque, onde eu ando, eu não consigo deixar a Amazônia longe de mim. Depois de amanhã eu vou para o Acre, eu sei o que eu vou ver: é pobreza, é miséria.

E aí, nós vamos ficar quantas décadas mais discutindo uma fórmula que nunca chega. É como eu disse, hoje a Ministra Marina Silva, que já foi Ministra sete anos, nos oito primeiros anos do Governo do Presidente Lula, comandar o Acre... Que fórmula é essa que não melhorou a vida das pessoas que habitam a Amazônia?

Portanto, a senhora, que veio aqui como convidada, muito bem-vinda, muito obrigado pela sua presença, na sua opinião, vale a pena manter essa região imensa sem as condições mínimas de prosperidade? Porque, do jeito que está, eu vivo afirmando isso no meu estado, do jeito que está, nós estamos eternizando a pobreza na Amazônia – eternizando!

Vale a pena a gente se submeter a essa agenda internacional e pagar esse preço que nós estamos pagando, com 28 milhões de brasileiros absolutamente desassistidos? Essa é a última pergunta.

Mais uma vez, agradecendo a sua presença. Espero que em nenhum momento nenhum de nós tenha faltado com o respeito que a senhora merece.

A SRA. ANA TONI – Bom, muitíssimo obrigada. Agradeço pelo convite. É ótimo poder colaborar com o trabalho dos senhores.

Como eu disse na minha fala, nenhum país, estado, comunidade tem que estar enfrentando pobreza e combatendo as desigualdades. Essa escolha não existe. Temos que fazer ambas, por isso as condições não só mínimas, mas decentes de prosperidade têm que ser dadas para todos e todas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa agenda não é uma agenda, eu diria, internacional; é uma agenda global, é uma agenda de humanidade. Lutando contra as mudanças do clima e lutando contra a pobreza e a fome é a única maneira que a gente vai superar ambas essas lutas.

Agradeço imensamente pelas perguntas que me foram colocadas hoje. Obrigada.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ainda tem perguntas.

A SRA. ANA TONI – Ah, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ainda tem minhas, tem do Styvenson, e o Senador Jaques Wagner quer participar.

Com a palavra, Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Primeiro, quero cumprimentar o Presidente Senador Plínio Valério, cumprimentar o nosso Senador Bittar, que me disse que tinha algumas convergências, então, nós vamos buscar essas convergências daqui até o final, cumprimentar a Ana Toni, com quem já tive vários momentos de diálogo quando trabalhava no terceiro setor e agora como assessora da Ministra Marina.

Eu quis fazer este comentário, Marcio, só porque eu percebi que uma das suas perguntas mais contundentes, que eu entendo a motivação, é se era hipócrita ou não doar e receber de um produtor de petróleo doações que visam à questão do clima. Eu acho que todos nós, você muito bem também, todos nós – e eu digo sempre que bobo não passa nem na porta do Senado, senão não entra – temos um grau de informação, eu digo, medianamente bastante razoável. Todo mundo sabe que as brigas comerciais estão sempre por trás de tudo e, na minha opinião, não são só esses países, eu prefiro não citar nome, mas todos os produtores de refrigerante, de tudo que você quiser. Como há hoje um sentimento muito forte por algumas coisas que estão acontecendo com o clima... Ontem bateu, anteontem 41 graus no Rio de Janeiro, e por aí vai, eu não vou explicar as enchentes no Sul. Então, há esse apelo do mundo inteiro, do planeta, até porque a solidariedade ambiental é obrigatória, porque o cara faz alguma coisa errada lá, vem bater aqui; a gente faz errado aqui, vai bater lá.

Então, para mim, o que esses países produtores de petróleo, de uma certa forma, fazem é – eu não quero ofender, mas vamos dizer – limpar a face. Eu tenho um produto que em si é complicado, eu vou tentar melhorá-lo. E também, na outra parte, na área de responsabilidade social, eu vou tentar fazer programas que contribuam, vamos dizer, para essa questão da transição energética. Então, eu não diria que é hipócrita; para mim, é uma forma que qualquer marqueteiro sugeriria: "É melhor você contribuir".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estou dizendo que alguns não o fazem por consciência. E também não vão abandonar o negócio prioritário deles, que é a vida da Noruega, com a renda *per capita* altíssima, um bem-estar social enorme, é óbvio que é advindo do petróleo como... A distribuição de renda nos países como Dubai, aí é totalmente diferente, porque é muito concentrado. A Noruega, como é uma democracia, todos nós sabemos que é... Então, eu acho... Não quero adjetivar ou subjetivar. Para mim, é uma coisa objetiva. O cara pega parte do dinheiro que ganha com o negócio que ele sabe que polui, e por isso está todo mundo... Mas vai levar pelo menos 50 anos a transição energética, se não levar mais, vai continuar existindo.

E a outra coisa que eu queria só concordar com você é que eu acho que os indígenas, na minha opinião, têm todo o direito de dizerem como querem viver, essa é a minha opinião. Eu acho que, se eles quiserem produzir em suas terras... Porque não foi decretada reserva, foi decretada terra indígena; se é terra indígena, é ocupação deles, mas não tem obrigatoriamente que a destinação ser única exclusivamente de preservação, eles podem ter uma atividade que combine.

Eu sou contra a dicotomia desenvolvimento e preservação. Eu acho que essas duas coisas podem andar juntas. Mas era só pra...

Como você insiste muito nesse tema da hipocrisia, na minha opinião, é isso que eu falei. Assim como a Coca-Cola, que todo mundo, mesmo quem bebe, quem não bebe, sabe que não é a melhor coisa do mundo pra beber, aí tem a Coca-Cola verde, a embalagem verde, eu não sei o quê verde – é o jeito de manter o seu produto em linha com essa questão mundial.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu que agradeço a sua participação. E aproveito... Quando o senhor fala limpar a face dessas empresas, eu me apropriei da frase do Senador Esperidião Amin – falei pra ele que ia me apropriar, mas é a última vez que eu digo que foi ele que criou –: o problema desse pessoal, país desenvolvido, é que eles admitem a culpa deles e têm remorso, só que eles terceirizaram o remorso pra nós, na Amazônia. Eles dão dinheiro e falam: "Vou terceirizar; o remorso é nosso, mas eu dou dinheiro, vocês assumem a culpa", e jogam nos nossos ombros a responsabilidade de salvar o planeta. É exatamente a terceirização disso tudo.

E essa questão de terra, a gente luta com isso, Senador Wagner, exatamente o índio ter direito. Olha só como é que está sendo hoje. Presume-se que lá na área do potássio pode ser uma área indígena. Presume-se. Aí já começa a atuar como se fosse. Aí já vem liminar do Judiciário, já vem... E a CPI é exatamente pra abrir essa caixa preta.

Marcio, com sua permissão, porque todo convidado que vem fica à vontade e lê o que quer, e nós também dizemos o que queremos. Então, todo mundo aqui concorda que o índio tem direito, que tem que falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só essa cena que vai ser repetida aqui, que esses índios não têm o direito de ter uma estrada de 16km, que os livrariam, esses 16km os livrariam dessa humilhação e dessa indignidade. Vamos repetir – está bom? – o que já foi passado aqui. São os índios kuripakos do Alto Rio Negro tentando chegar: se for descendo a cachoeira, é em São Gabriel, se for subindo, é chegar à sua aldeia. Olha só o sofrimento e a indignidade.

Estão vendo isso aí? São os povos kuripakos atravessando uma das nove cachoeiras – uma das nove. Olha só. Olha a luta pra chegar. Está vendo a água correndo lá? É de um lado pro outro. Aí eles cortam a cachoeira, porque se for pela cachoeira vão ter problemas. E, simplesmente, o ISA lá dentro, esse tempo todo, não permitiu que se construísse uma estrada de 16km, porque impactaria o meio ambiente e não é costume dos índios. Costume dos índios é sofrer. Costume dos índios, pra essa gente, é sofrer, é ter uma vida indigna, de necessidade, de miséria. Está aí. É isso aí. Por isso, senhora, que foi criada essa CPI, pra mostrar isso aí que o Brasil não conhece. Por isso que a gente está repetindo.

Esses sujeitos, esses caras aí, são índios kuripakos, que vão atravessar nove cachoeiras. Marcio, levaram 14 dias pra chegar à nossa CPI. Eles levaram 14 dias pra chegar à CPI lá em Pari-Cachoeira, pra reclamar, pra dizer que não querem tutela, pra dizer que querem o ISA fora, que não querem ONG no território deles, que têm o direito ao que está na Constituição. Se isso aí for vida, for dignidade, eu mudo tudo o que penso em relação...

Então, é muito bonito vir aqui, ler, dizer no papel e responder: é um direito. Nós não vamos lhe contestar, é um direito. Nós vamos apontar essas coisas na CPI.

Eu mostro isso mais uma vez e com indignidade. Graças a Deus, eu estou Senador da República pra poder fazer esse tipo de coisa, porque, como cidadão, essa hora, eu estaria, vou te contar...

Desculpa, mas a senhora tem a resposta. Depois nós vamos ao Senador Styvenson.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só pra, uma questão de... Eu não quero deixar, perder essa oportunidade, não.

Quando eu digo que eu sonho com convergência, é porque eu sonho mesmo.

E eu fico muito feliz de lhe ouvir, mas muito, porque eu acho que é o mínimo, e isso já resolve muito da miséria da Amazônia. Não é possível permitir que isso continue. Eles têm que ter o direito, requerendo, de tirar do subsolo. Vão abrir o quê, um hectare na superfície? E vão resolver economicamente? São minérios que aí, sim, o mundo precisa, o Brasil precisa, e tal. Então, eu acho que esse é um ponto de convergência.

E outro, Jaques Wagner, é o seguinte: o Governo estabelece políticas públicas, ele a ganha eleição, Presidente da República, Governadores e tal. Duas ONGs, uma ONG ou um partido político entra no Ministério Público e para a obra. Então, há que se chegar a um limite disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há que se propor alguma legislação que não acabe com o poder, mas que o limite, porque você ganha uma eleição no município ou no Governo do estado e, no caso da Amazônia, principalmente, no Governo Federal... se você liberta os índios e libera o subsolo para o que eles quiserem, você tem que fazer estrada, porque como é que você vai chegar à sede? Aí você vai fazer estrada e não pode, alguma ONG entra na Justiça e o Ministério Público manda parar.

Então, colocar um freio de arrumação nisso também pode ser outra convergência. Se nós convergirmos nessas duas e dermos mais transparência aos recursos que vêm de fora no Brasil, eu já estarei muito feliz.

Então, gostei muito de ouvi-lo. Eu acho que essa é uma questão... porque é o Líder do Governo, claro que neste momento eu estou entendendo que o Líder não está falando como o Líder do Governo, mas é um Senador da República superimportante, foi Ministro, foi Governador, Senador da República, enfim. Você está na alta cúpula, fico muito feliz de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É claro que eu permito, até porque é bom ouvi-lo sempre, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Não, é só para fazer um comentário.

Primeiro que, segunda convergência: eu abomino paralisação de obra, porque eu fui Governador. E vou dar um exemplo muito claro: um sonho nosso de infraestrutura logística foi a Ferrovia Oeste-Leste, pensada por Dom Pedro.

Eu propus ao Presidente, começamos o traçado, fizemos todo o estudo, etc. e tal. Fizemos a licitação de sete lotes, aí, por determinação do Ministério, que era o do transporte, cada lote tinha que ter o seu fabrico de dormentes, para o lançamento do trilho do... eu prefiro nem citar o órgão.

Aí, um órgão daqui de Brasília disse: "não, mas se fizesse o fabrico de dormentes concentrado, daria muito mais economicidade à obra", porque o volume de dormentes era maior. Paralisa-se a obra.

A obra ficou parada quatro meses, cinco meses. Depois de muitos estudos, o gênio descobriu, como a extensão da ferrovia era de mil e tantos quilômetros, que se o produzisse centralizado, o custo de logística para levar o dormente para outro lugar ficava mais caro do que o outro negócio.

Resumo da ópera: volta-se à obra. Quem paga quatro meses de paralisação das empresas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que eu não quero falar adjetivo aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o cidadão que está fazendo a obra daqui a pouco vai ser acusado de que fez um... como é que se chama aquilo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Um aditivo, que deve ter sido algum trambique que ele fez. Não, o trambique foi o cidadão que mandou parar, sem ter a menor razão.

Então, eu acho um crime, e nós temos esse problema aqui. Os órgãos de fiscalização não pagam nada por suspeitar. Esse é um problema. Suspeita-se que está tudo errado, para-se tudo. "Ah não, não tinha nada errado." Sim, cara pálida, já que nós estamos aqui na... Como é que é agora? Quem é que paga o "preju"?

Então, eu concordo. O Ministério Público foi criado, é um bem da democracia. Agora, se não limitar...

Eu conheço muito Prefeito declinando de ser Prefeito, porque chega lá o cara e diz: "Não, eu não acho que o mais importante aqui é fazer a praça; tem que fazer não sei o quê, não sei o que lá". Eu digo: poxa, eleja-se e venha fazer.

Então, nós temos exageros. Então, já lhe ofereço a segunda convergência.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jakes. É sempre bom, sempre bom ouvi-lo.

E olha só o outro lado, quando não querem atrapalhar, quando querem fazer: na questão da terra Ituna-Itatá, lá no Estado do Pará, os que defendem a demarcação daquela área, Marcio, os que defendem a questão da demarcação, Styvenson, lá da terra Ituna-Itatá, querem, porque, olha só, olha só o que uma antropóloga alega para reforçar o seu pedido de demarcação de uma terra, expulsando pequenos agricultores...

A Polícia Federal esteve lá com o Ibama, com metralhadora e com helicóptero. Entre os achados, está um testilho de cerâmica utilizado para beber água, reconhecido por indígenas assurinis como possível obra de grupos isolados. Há indicativos, Styvenson, olha só, de que o seu uso é recente.

Um casco de jabuti, alimento comum dos indígenas, também foi encontrado pelos expedicionários, que estimaram que a carne havia sido consumida há aproximadamente três meses, o que reforçou a impressão de que há habitantes no local. Sobrevoaram, não viram um só habitante indígena isolado nessa região. Aí encontram um casco de jabuti, que pode ter sido por um ribeirinho, pescador ou ... Olha o ridículo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eles fazem isso porque nos tratam como imbecis. Tratam-nos como imbecis, porque esse pessoal de ONG, esse pessoal que é guindado de ONG a cargo, nos trata como imbecis, como colonizados. Eles fazem o que a colônia manda, porque quem manda é quem tem dinheiro. E quem aceita dinheiro não tem outra opção a não ser aceitar ou dizer "não".

E o Brasil, através das ONGs, tem dito "sim" ao dinheiro estrangeiro. Daí essas coisas aqui para servir de demarcação de terra, um casco de jabuti. Lá no potássio, foi um caco de cerâmica.

Mas eles fazem isso sozinhos? Claro que não. Eles têm, mancomunados com eles, o Ministério Público Federal.

Sra Ana, como eu disse, nada a ver com a senhora. Fique à vontade.

E, em seguida, o Senador Styvenson vai lhe perguntar alguma coisa. *(Pausa.)*

Pode então, não é?

Já pode então, Senador Styvenson

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Secretária, obrigado. Obrigado por a senhora ter aceitado esse convite.

Eu não estava aqui desde o início, por motivos, claro, parlamentares. As pessoas buscam, procuram, estão em agenda. E lamento, Plínio, não estar desde o início, porque teria algumas perguntas dentro da fala. Não sei se a D. Ana Toni...

Quando... Eu vou perguntar à Sra. Ana Toni, não como Secretária de Mudança Climática, mas como diretora-executiva, de uma instituição, uma ONG, na qual teria um trabalho dentro da Amazônia.

A senhora ocupou esse cargo por um período – não sei qual. Não sei se a senhora disse, mas, se disse, se pudesse repetir, de forma objetiva... –, e, durante esse momento em que a senhora ocupou, dentro das atividades... E eu fico curioso para saber das atividades das ONGs. Eu acho que é o que todo brasileiro fica curioso também, porque ele quer saber também até o que um Senador faz. Se a gente não mostrar o que está fazendo, realmente as pessoas ficam com dúvida. E eu li que as atividades programáticas, as atividades sociais, os projetos sociais faziam parte dessa programação.

Eu queria que a senhora detalhasse para mim essas atividades programáticas, de forma precisa, de forma clara, e as atividades sociais e os projetos sociais.

Esse recurso que é angariado entre países, embaixadas estrangeiras, países estrangeiros, como já foi dito aqui, empresas... Ele fomentam, eles pagam para isso. Então, eu já ouvi várias pessoas aí na situação em que a senhora está. Eles apresentam um projeto... Eu não sei... Aí eu peço desculpa, de novo, por não ter chegado a tempo de saber o que é que a senhora prestava de serviço, o que a senhora fazia, o que a sua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONG fazia, o que intermediava, de forma clara... Eu prometo à senhora que vou entender o que a senhora me disser.

Primeiro, o período em que a senhora passou durante a diretoria executiva e a programação, essas atividades que a ONG fazia dentro da atividade social, dentro do projeto social... Como é que atuava? Quanto de recurso gastava dessa obtenção?

E uma pergunta que todos nós fazemos aqui: como é que vocês comprovam os gastos disso?

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Senador, obrigada pela pergunta.

Debatemos um pouco isso, mas faço questão de também responder.

Eu estou respondendo agora, estou como Secretária Nacional de Mudanças do Clima. Estive como Diretora-Executiva do Instituto Clima e Sociedade de março de 2015 até fevereiro de 2023. Então, não estou mais, não posso responder pelo Instituto Clima e Sociedade. Posso responder a partir do que foi minha experiência durante este período no Instituto Clima e Sociedade.

O Instituto Clima e Sociedade nasceu em 2015, no bojo do Acordo de Paris, com o objetivo de apoiar projetos que ajudassem o Brasil, a sua economia e a população brasileira na implementação do Acordo de Paris tanto nos temas de mitigação de gases de efeito estufa quanto na adaptação da população aos efeitos da mudança do clima.

Nesse sentido, eu era CLT, eu era uma empregada. O Instituto Clima e Sociedade foi fundado, é uma associação sem fins lucrativos e, como é de direito em uma associação sem fundadores membros, determinados por um estatuto específico que nos colocava os temas, e o tema do Instituto Clima e Sociedade é o combate às mudanças do clima.

Nesse sentido, a gente financiava projetos que combatiam as mudanças do clima. Por exemplo, na área de resíduos sólidos, que foi o primeiro portfólio, a primeira área em que atuamos. Também atuávamos na área de transporte, principalmente na eletrificação de ônibus, trabalhando junto com os municípios.

Por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Para não perder o raciocínio, porque a senhora falou agora. Aí acho que vai esclarecendo melhor.

A senhora disse que se criava uma temática e, dentro da temática, financiava-se. A temática era criada. A temática era criada pelo próprio instituto ou era criada por um outro instituto e a senhora financiava? Como é que funcionava isso aí? A senhora criava um tema – cria-se um tema –, e parece que o instituto da senhora financiava o mesmo tema ou financiava outras ONGs que participavam desse tema? Só para entender.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA TONI – Não... Certamente...

O instituto não era meu, porque um instituto sem fins lucrativos é uma associação de membros na qual eu não faço mais parte, só porque as associações têm os seus próprios membros. Mas a gente, através...

Somos todos conhecedores do tema de mudanças do clima. Sabíamos de onde vinham os gases de efeito estufa do Brasil e, a partir de um planejamento estratégico do próprio Instituto Clima e Sociedade, delimitávamos quais seriam as áreas e os temas nos quais a gente achava que era importante o Instituto Clima e Sociedade trabalhar.

A partir disso, nós captávamos recursos para financiar projetos e procurávamos parceiros que poderiam implementar esses projetos nas áreas específicas delineadas no planejamento estratégico. Era assim que funcionava.

Então, como eu estava dizendo para o senhor, começamos com o tema de resíduos sólidos, passamos para o tema de transporte, que foi o segundo tema trabalhado pelo Instituto Clima e Sociedade, depois o tema de energia – energias renováveis foi o tema sobre o qual nos debruçamos –, passamos depois para a agricultura de baixo carbono, e somente começamos a trabalhar o tema de mudanças de uso da terra a partir de 2019.

Então, foi um instituto que começou pequeno, escolhendo temas específicos e, a partir disso, foi adensando os setores nos quais a gente trabalhava.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E, dentro desse rol de estudos ou senão de pesquisas, que a senhora disse, onde entram a atividade social, os projetos sociais? Porque todos englobavam ali transporte, todos envolviam ser humano, pessoas, o Amazonas mesmo, o índio... Como é que era feito? É porque eu fiquei curioso na semana passada, Marcio, porque você não estava aqui, que muitos cursos, muitas atividades são elaboradas para a formação de profissionais dentro da área, já que eles atuam na... Funcionários públicos. Então, eles recebem esse curso das ONGs.

Então, eu queria saber o conteúdo disso aí e o que seria essa questão da atividade social, do projeto social, porque parece que me soa uma doutrinação por parte das ONGs dos próprios funcionários públicos. Eu chamo o funcionário do Senado, pago por uma instituição fora do Senado, para instruí-lo a induzir o Senador a pensar. Não seria uma coisa semelhante? Eu queria entender isso aí, porque onde está essa atividade social, projeto social, essa atividade que vocês exercem dentro da formação daquele funcionário público?

A SRA. ANA TONI – A atividade social, como eu falei, é a atividade relacionada às mudanças do clima. Talvez, se eu der algum exemplo, talvez fique um pouco mais concreto, porque fica mais palpável. Então, vou dar um exemplo aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o Instituto Clima e Sociedade ajudou a formar uma rede, que se chamava Rede Kigali. Essa rede trabalhou com a sociedade civil, apoiando organizações de pesquisa e de capacitação, desde 2019, para que o Governo brasileiro ratificasse – e foi ratificado por esta Casa – a chamada Emenda Kigali, que reduz o uso de gases causadores do efeito estufa. São gases causadores por equipamentos de refrigeração, ar-condicionado e refrigeradores em geral.

Para o setor público, com a ratificação que teve aqui pelo Senado, a indústria brasileira passou a ter acesso a um valor estimado de US\$100 milhões para um fundo perdido, que é o Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal, destinado às fábricas, geração de emprego e capacitação de mão de obra para produzir agora ar-condicionado e refrigeradores sem os gases de efeito estufa.

Por outro lado, o próprio consumidor brasileiro, segundo alguns estudos, mostrou que essa tecnologia mais limpa, menos poluidora, aumentava a eficiência energética desses eletrodomésticos e uma economia de R\$57 bilhões em 12 anos.

Para o Governo, a economia de energia pode evitar a necessidade de se investir 4,5 gigatoneladas de novas usinas. Nesse sentido, a questão climática, que era o tema social, que é o tema social do Instituto Clima e Sociedade... Ele trabalha não só com pessoas, mas principalmente com empresas, com tecnologia de baixo carbono, para a descarbonização de processos, seja industriais... Por isso trouxe o exemplo também dos ônibus elétricos, que são ônibus elétricos... Eletrificação de ônibus ajuda não só, obviamente, na poluição, mas também na saúde da população nas cidades.

Então, é esse tipo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Vocês atuaram nesse trabalho?

A SRA. ANA TONI – Sim, trabalhamos com municípios...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Na Amazônia?

A SRA. ANA TONI – Não na Amazônia.

Em termos do Instituto Clima e Sociedade, a maioria do seu trabalho era em nível nacional. Em termos de Amazônia, era relativamente pequeno, comparado com todos os outros projetos que a gente apoiava. O Instituto Clima e Sociedade apoiava projetos no Rio Grande do Sul, em São Paulo, Minas Gerais, em todos os estados do Brasil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas o...

Apoia em todo o Brasil, mas a maior parte, a porcentagem maior é na Amazônia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA TONI – Eu não tenho os dados aqui comigo, mas certamente não. A maior parte é no resto do Brasil, porque a maior parte da poluição, principalmente industrial, está fora da Amazônia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Entendi, então, de forma... Esclareceu, mas acho que a dúvida ficou pertinente das vozes passadas que estão na minha cabeça ainda.

Sra. Ana Toni, desde 2015 a 2023, assumindo hoje pela primeira vez um cargo público, um cargo de... Acho que foi de mérito da senhora. Nunca tinha assumido um outro antes. Trabalhou bastante tempo dentro do ICS.

A senhora é filiada a algum partido?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nenhum partido político?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora tem atividade política?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora patrocinou...

A SRA. ANA TONI – Política partidária eu nunca tive.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora patrocinou algum político em campanha?

A SRA. ANA TONI – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, não?

A SRA. ANA TONI – Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora conseguiu essa secretaria de mudanças climáticas pelo mérito.

A SRA. ANA TONI – Pelo mérito de 31 anos de trabalho nessa área.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora nunca fez doação nenhuma para nenhum político nem campanha?

A SRA. ANA TONI – Não, não fiz e... Ah, pessoalmente, como pessoa física...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Como pessoa...

A SRA. ANA TONI – ... como pessoa física...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Como pessoa, durante 2015, 2023, a senhora atuou de forma específica politicamente...

A SRA. ANA TONI – Fiz, fiz...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... ou de forma individual...

A SRA. ANA TONI – Fiz doação para dois candidatos. Ambos perderam, aliás, ambos perderam no Estado do Rio de Janeiro, onde eu residí.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Foi de direita ou de esquerda? (*Pausa.*)

De direita, não é? Perderam... (*Risos.*)

A SRA. ANA TONI – Ambos perderam. Acho que não é relevante, mas ambos perderam.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está bom, eu só peço desculpas, Plínio, porque não estive aqui desde o início, porque senão teria ouvido com mais detalhe toda a fala da Sra. Toni. Eu creio que, por não ter ouvido, não tenho mais elaboração de perguntas, porque até o conteúdo que me foi dado acho que já foi explorado aqui pelo Senador Marcio Bittar quando eu cheguei e o ouvi.

Agora, aqui eu fico com essa dúvida, não sei se a ONG iCS e outras anteriores que passaram por aqui... Fiquei com essa dúvida, Marcio, de que cursos são esses, de que especialidades são essas que passam para funcionários públicos. E me surge na cabeça justamente isto: os meus assessorados fazem um curso fora e depois retornam para me influenciar com as suas ideias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a pergunta final é se a senhora consegue manter uma postura imparcial, mesmo com todo o conhecimento de 31 anos? Por isso que eu perguntei se a senhora era partidária, se a senhora tinha algum apoio político ou não. Para chegar ao cargo que chegou, ou é competência ou é indicação. Ou podem ser as duas coisas ao mesmo tempo. Porque manter a independência, a impessoalidade em um cargo hoje de secretaria de Governo Federal, para atuar de forma imparcial, parece ser a coisa mais complexa que tem hoje dentro dos órgãos públicos.

A pergunta que eu lhe fiz, anterior, logo no início, sobre os seus rendimentos... Eu não sou da Receita Federal, não trabalho com isso, mas a pergunta foi: em governos passados, a gente via gente muito bem-sucedida, Marcio Bittar, na área empresarial, na área de investimento, eram pessoas que davam ali *cases* de sucesso, que ganhavam bilhões de reais, que passaram para o público para ganhar um salário, em comparação com o que tinham, pífio. Ou é muito altruísmo, ou é muito querer ajudar a pátria, ou fica aquela dúvida de até onde é o interesse individual em levar mais para o interesse que você tem naquilo ali. A pergunta que eu lhe fiz anteriormente sobre os rendimentos foi porque foi surgido aqui durante as conversas, Marcio, que as pessoas abandonam o setor público para ir para a iniciativa privada porque é rentável, quer dizer, buscam ou não melhores salários.

Eu fico só nessa dúvida, porque em governos anteriores tinham pessoas com gabaritos, com currículos extensos, bem-sucedidas, e deixavam a vida privada e iam para o público. Eles vieram da vida privada. Agora eu pego a senhora que, de 2015 a 2023, passou pela diretoria de um instituto, de uma ONG, e passa para o público. E a senhora parece ter uma carreira bem-sucedida, de forma individual. Então ficam essas as nossas dúvidas, as nossas curiosidades, por isso que nós perguntamos tanto. Eu não posso perguntar mais porque eu não assisti a toda a Comissão, mas essa é a minha dúvida que tenho, e foi por isso que eu perguntei.

A senhora vai fazer mais agora pelo Governo, com a burocracia, com falta de recurso, com toda a dificuldade, com os vencimentos menores? Ou a senhora teria chance de fazer muito mais quando estava nas ONGs, com 183 milhões, 184 milhões? A senhora tem mais recurso que a Embrapa todinha, por ano. A sua ONG tem mais recurso do que uma empresa como a Embrapa, que atinge o Brasil todo. Então uma ONG só hoje tem mais recurso que uma empresa pública. Então essa era a minha curiosidade, se a senhora pode fazer mais ou não, agora, pelo setor público?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, enquanto o senhor foi atender os prefeitos, o Senador Marcio fez essa pergunta, porque todos os que passam aqui, o que dizem, quando justificam alguma coisa, é que não podem segurar seus técnicos na ONG, porque o salário não compensa.

A nossa convidada teve a consideração de dizer – não foi na transparência – que o salário dela é de R\$18 mil no Ministério. Então, a gente há de supor que ela ganhava menos na ONG. E não é o que a gente sabe. Lá o salário varia entre R\$60 mil e R\$100 mil. Mas é um direito de todos os que aqui vêm



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não revelar os números, mas essa dúvida foi colocada e, certamente, foi levantada pelo Senador Marcio, que vai colocar no relatório esse tipo de discrepância e uma ideia também de que essas pessoas possam cumprir uma espécie de quarentena, para não seguir aquele exemplo que a gente tem lá, do Instituto IPÊ...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Da mesma forma que os ministros da iniciativa privada têm quarentena para retornar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Isso. Muitos casos nós temos aqui, Sra. Ana – há muitos casos aqui –, num relatório confidencial, de que as pessoas saem da ONG e vão prestar serviço terceirizado para a própria ONG em seguida. Então, é por isso que ele falou nessa coisa de promiscuidade – o Marcio falou.

Então, já tem essa preocupação do senhor. E, mais uma vez, Senador Styvenson, agradeço a sua participação, que é sempre bem-vinda e sempre de forma inteligente.

Antes que a senhora...

Alguma pergunta, Marcio, a mais?

Antes que a senhora faça sua despedida, eu queria que a senhora matasse uma curiosidade minha. A senhora foi da Fundação Ford, por alguns anos, de 2003 a 2011. Eu procurei saber e não consegui ver a veracidade disso, de que o Presidente da Fundação Ford visitou o Brasil, Darren Walker – não sei se é "Darren" Walker –, semana passada. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Não. Não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Foi noticiado que ele esteve no Brasil, e a gente achou estranho porque não foi divulgada nenhuma agenda dele. Veja bem, é o cara que manda o dinheiro da Fundação Ford, que é quem mais dá dinheiro para as ONG do Brasil. Ninguém soube que ele esteve aqui, ninguém soube o que ele veio fazer, mas, se ele veio, na realidade, é um bom sinal. E aí é uma opinião minha, porque eu acho que ele veio puxar a orelha do pessoal que permitiu a instalação da CPI. Mas é uma opinião minha. Isso aí não tem nada a ver com o seu depoimento.

A outra, que é a pergunta final que nós sempre fazemos: quantos anos já existe de criação do Instituto de que a senhora participou até outro dia, do Instituto Clima? Quantos anos?

A SRA. ANA TONI – Ele iniciou, como eu mencionei, em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – De 2015, para... Estamos em 2023. Oito anos já.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora tem ideia de quanto foi arrecadado, ou melhor, conquistado? – porque vocês não arrecadam, vocês conquistam o financiamento, porque tem lá fora, e vocês têm a capacidade que nós não temos, que o índio não tem, que eu não tenho, para ajudar as pessoas. A senhora tem ideia de quanto foi conquistado nesse tempo?

A SRA. ANA TONI – Como os dados são transparentes, estão ali no *site* do Instituto Clima e Sociedade, para poder responder. Os dados que eu tenho: em 2015, foram arrecadados R\$10 milhões; em 2016, 13; em 2017, 12; em 2018, 23; em 2019, R\$30 milhões; em 2020, pelas auditorias também, 74...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Setenta e quatro?

A SRA. ANA TONI – Setenta e quatro. Em 2021, 96 milhões; e, em 2022, R\$100 milhões. Os dados são transparentes, foram todos auditados, seja pela KPMG, pela Ernst & Young ou pela BDO. Eles devem estar no *site* do Instituto Clima e Sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, durante esse tempo foram conquistados R\$358 milhões – se eu errei aqui, a minha nota em matemática era só para passar – R\$358 milhões em oito anos.

E ela falou que fizeram algumas assistências de painel elétrico e tal, e a gente não tem o nome das localidades; nós vamos procurar saber.

Seja qual for o trabalho apresentado, me desculpe, mas por R\$358 milhões é pouca coisa. E é isso que a gente vai constar no nosso relatório. Eu vou pedir ao Senador Marcio. Nós estamos falando, Senador Styvenson, de R\$358 milhões para fazer estudos, para dizer que a seca vai ser maior, que a seca vai ser pior, que a enchente vai ser maior e que o Brasil é o responsável, que a Amazônia, que nós estamos queimando a Amazônia e que nós somos responsáveis pela desgraça do mundo inteiro e responsáveis para salvar o planeta. E essa é a culpa que nós não temos, essa é a nódoa que nós não carregamos, esse é o pecado que nós não cometemos. Nós não somos responsáveis para salvar o mundo. Nesse filme, vilões são eles, que financiam essas ONGs.

Com a palavra o Senador Styvenson, para a gente então encerrar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Quando eu citei recursos de empresas públicas, autarquias, e que eles geram estudos – nada contra o estudo que as organizações não governamentais produzem –, estudos como eu citei de uma empresa brasileira, a Embrapa, o estudo é aplicado: ele vai lá, ele dá resultado, é contra uma praga, é para melhorar a produção, é para desenvolver uma produção dentro de uma região. A gente consegue enxergar o estudo. O estudo está sendo aplicado em tal lugar. A diferença é que até agora eu não vi o resultado desse estudo. Eu acho que a diferença está aqui. A diferença está em: paga-se pelo estudo... Eu vou pagar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por um estudo. Qual é o estudo? Eu vou pagar por uma pesquisa. Pesquisa é um estudo. Eu, político, vou pagar por uma pesquisa. Eu quero o resultado da pesquisa para quê? Para eu trabalhar sobre a pesquisa, sobre aquilo. Qual é o resultado justamente desse tipo de estudo, de palestra, de conhecimento que é divulgado, que talvez a gente não consiga estar mensurando aqui até agora? A gente precisa, Secretária – agora, como Secretária –, mensurar isso aí.

Eu creio que uma embaixada inglesa, embaixada norueguesa, embaixada de onde for, que gasta dinheiro público de outro país, queria saber. Ou ele não pede o resultado?

Você me diz aí o resultado prático. Eu quero o resultado prático. Eu dei um exemplo aqui. Qual é o resultado prático? A Embrapa faz o estudo, aí vai lá e melhora a qualidade do açaí, melhora a qualidade da alface, melhora a produção com o recurso que tem. É essa a dúvida que eu trouxe aqui, porque é um orçamento realmente conquistado por vocês, com seus projetos. Não sei até onde vai o mérito, mas conquistou, conseguiram. Agora, como é que a gente justifica todo esse estudo na aplicação mesmo? Porque eu não vejo melhorar. Por isso que eu perguntei do social. Vocês ajudam o social? Você ajuda a vida lá da pessoa mesmo? Porque o que interessa é o ser humano. É o ser humano que está realmente vivendo. Se não tivesse o ser humano, a gente não estaria nem aqui discutindo a preservação da Amazônia ou, se não, de qualquer outro ecossistema. Eu acho que é essa a dúvida que eu tenho, que qualquer Senador tem e que quem está assistindo também tem. O estudo produzido, ele é aplicado como estudos que a gente enxerga dentro do ministério, dentro das empresas. Eu citei aqui dois exemplos. A gente paga estudos e quer ver o resultado, quer ver a aplicação dele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sra. Ana Toni, agradeço-lhe. A senhora vai se despedir.

E é aquilo que a gente lhe falou: a senhora veio aqui, não é ré, não se sinta, em nenhum minuto, como tal. Isto aqui não é um tribunal do júri, vou repetir. Isto aqui não é inquisição. A senhora foi convidada e colaborou muito, sim.

As nossas dúvidas serão colocadas no relatório.

Muito obrigado.

A senhora, com a palavra, para despedida.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de agradecer as perguntas dos Deputados.

Quero reafirmar que, desde sempre, na minha profissão como um todo, sempre tive um olhar atento para o tema de governança, para o monitoramento, a avaliação dos projetos nos quais eu me envolvi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que esse é um tema em que a sociedade civil, assim como os governos, assim como os setores privados, também tem um olhar atento à governança. A efetividade dos projetos que são financiados, privada ou publicamente, é fundamental, a benefício da população.

Espero que eu tenha respondido a todas as perguntas a contento.

Estes 31 anos de trabalho com o tema de mudanças do clima, como eu mencionei, na minha fala de abertura, sempre foram pautados pelo desenvolvimento sustentável no tripé econômico, social e ambiental. Tenho isso, assim, muito próximo. Exerço esta função agora, como Secretária Nacional de Mudança do Clima, com muita honra e com muita responsabilidade tanto com os recursos públicos, mas, principalmente, com a população brasileira.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós agradecemos a sua presença.

Muito obrigado.

A SRA. ANA TONI – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Temos aqui, Styvenson, Marcio, requerimentos para aprovar.

Eu queria ler, para os brasileiros, para as brasileiras, para os senhores e para as senhoras que nos veem, para os que aqui estão, uma carta que foi enviada: "Manifestação dos povos indígenas da comunidade de Ucuqui Cachoeira – Alto Ayari/Waranã, terra indígena em Alto Rio Negro Amazonas".

São etnias que não foram ao nosso encontro da CPI em Pari-Cachoeira. Eles não puderam chegar a Pari-Cachoeira e nos mandaram uma carta.

Por que eu peço a paciência de vocês para ler? Porque a Funai, o pessoal do Governo costuma dizer que os índios não querem a nossa presença. Disseram no começo, acabaram com isso. Mas a gente sempre reitera aqui.

Eles estão mandando esta carta. Tem duas páginas de assinaturas de indígenas, que assinaram aqui.

Esta é uma outra carta. Não é aquela que a Funai queria, e nós não mandamos e nem vamos mandar para a Funai, pelo simples motivo de que eles vão perseguir os que aqui estão.

D. Ana, se a senhora quiser sair, fique à vontade, está bom?

A SRA. ANA TONI (*Fora do microfone.*) – Vou só me despedir. Fico à disposição do senhor no que precisar da secretaria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado.

Nós não vamos também mandar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – A gente vai manter em segredo essa lista?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não é nem segredo. É porque eles vão perseguir. Eles vão perseguir, pode ter certeza disso. Eu não tenho a menor, a menor... Não tenho a menor dúvida.

E, daqui para adiante, o Colegiado manda aqui na CPI. Mas eu, como Presidente, não vou dar a menor bola para a Funai; pelo contrário. Nós temos requerimento aqui que fala de Funai, que a gente tem que marcar a vinda deles aqui.

Então, eu peço paciência e leio, é na linguagem deles. E vocês podem não acreditar, mas eu vou ler agora. Eu não li a carta. Eu mandei imprimir sem ler. Peço paciência para que a gente leia – são três folhas.

Nós, moradores desta comunidade, a mais longínqua da região do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, [...] [a logística, leva] 7 dias para chegar este município [...] [estou lendo como eles mandaram] com um motor rabeta 5hp [caso tiver combustível], pertencemos parte do Movimento Indígena do alto rio negro.

Vimos através do presente, por livre e espontânea vontade e conscientes do que realmente queremos, nos dirigimos [a nós mesmos aqui] a Vossas Excelências para externar total irrestrito apoio à CPI das ONGs.

A comissão parlamentar de inquérito possibilitará segurança jurídica tanto para os indígenas do alto rio negro e quantos os outros Amazônidas que desejam trabalhar e produzir em terras que constitucionalmente são do nosso usufruto exclusivo, acreditamos que não somos SEM TERRA.

Cabe ao mesmo tempo destacar, que o objetivo da CPI das ONGs é abrir a "caixa-preta" ligada ao financiamento delas e não "demonizar" [pegaram aqui termos nossos, "caixa-preta" e "demonizar"] essas organizações não governamentais.

Renovamos a esperança de que com o resultado da CPI, teremos liberdade de desenvolvimento econômico real e social a nossa comunidade e para o país, possibilitando assim, o exercício da soberania nacional nas mais diversas vertentes, especialmente em relação aquelas obras caracterizadas como interesse regional e nacional.

[E aqui... Ah, mas aqui é interessante sim.]



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, registramos que nossa comunidade desde sua fundação em 1974, até presente momento, jamais [...] [recebeu] benefícios concretos dos projetos advindo das ONGs ISA [...] e FOIRN (Federação das organizações do Rio Negro) de São Gabriel da Cachoeira, por isso não aceitamos que publiquem nossas imagens, menos nossa [mesmo nossa] CASA “MALOCA”, pois não queremos ser subordinados a essa ONG ISA, e também que fique claro que não autorizamos nenhum dos envolvidos com as ongs a publicar sobre nossos trabalhos, [cultura] nosso cotidiano dentro da nossa comunidade.

É importante lembrar também que o ISA e OIBI [Organização Indígena da Bacia do Içana] pediram para construirmos uma “casa de pimenta – fábrica”, [porém] sem o povo receber recurso, fomos informados que não tinha dinheiro do projeto, que a partir dessa casa teríamos o “BEM VIVER, BEM ESTAR” [...].

E aqui eles elencam que estão enganando eles com aquela história da pimenta baniwa, que eles não estão lucrando nada.

Aliás, eu tenho investigado, em São Gabriel da Cachoeira, com os amigos que tenho, até agora não encontramos nenhuma comunidade que fornece pimenta. E eles já têm a cerveja, na Irlanda, eles têm a pimenta por aí.

Vou pular um parágrafo.

Fundamental relatar que nunca foi esclarecido para o povo dessa comunidade que existe venda de cerveja Baniwa Chilli, na Irlanda. Publicado na quinta-feira, dia 5 de abril de 2018, no *site* do ISA, com a fama de "Baniwa Chilli, a primeira cerveja com Pimenta Baniwa," é lançada oficialmente na Irlanda pela Alltech Craft Bews & Food Fair, realizada em Dublin... Eles citam aqui. São bem informados. Quando eles lançaram a cerveja na Irlanda, eles sabem o dia em que foi lançado, e prometeram apoiá-los, mas nada foi ...

Nesse caso, a comunidade quer saber onde estão 10% do que prometeram, e o projeto para a construção da Casa da Pimenta Baniwa também. Este mês, faz um ano que o ISA e a Oibi estão em débito com o povo. Falam aqui.

Então, veja bem, quando eles dão apoio, falam aquilo de que a gente está atrás. A pimenta Baniwa não está sendo – isso é uma afirmação minha, Marcio; não é do Marcio, nem do Styvenson –, não está sendo mais produzida em São Gabriel da Cachoeira. Eu ainda não finalizei a investigação, mas não encontrei ninguém que forneça. Ou seja, eles já levaram, já estão plantando lá mesmo, colhendo a pimenta, se é que tem pimenta Baniwa na cerveja.

Eles já estão fazendo lá mesmo. E assim fazem com o nosso conhecimento.

Não tem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando vocês veem pesquisadores chegarem aqui – eu só li alguns parágrafos... Chegaram aqui, produziram a tese, não sei de que lá... Eles roubaram o conhecimento. Eles chegam no cacique, chegam no indígena, extraem todo o conhecimento com perguntas, aprendem na prática, depois publicam teses, e sequer citam aquele coitado que deu o depoimento, que sabe qual a planta que cura uma febre, que é bom pra verme... Eles publicam essas coisas malucas, igual a essa aqui do jabuti, e não dão crédito àqueles de quem roubaram o conhecimento.

E foi isso o que já fizeram, já roubaram todo o nosso conhecimento. Já roubaram tudo o que queriam e, agora, estão isolando aquelas coisas que eles mapearam e têm como riqueza. Vamos continuar nisso, Marcio, Styvenson, a nossa CPI vai continuar nisso.

Quero agradecer aqui a todos que colaboram, a turma da rede social, que está fazendo com que o nosso grito chegue até outros rincões.

Quero justificar também aqui a não presença do antropólogo Sr. Bruce Albert, do requerimento do nosso Senador Dr. Hiran. Tanto a Secretaria da Comissão quanto a Polícia Legislativa desta Casa tentaram localizá-lo, para formalizar a convocação, sem sucesso. O Sr. Bruce Albert não respondeu às tentativas de contato estabelecidas por *e-mail* e por telefone. Há quem diga – e não sabemos se é verdade – que ele mora no Uruguai.

O Sr. Bruce é aquele que o Senador Hiran queria trazer aqui porque foi o responsável pelo estudo que divulgou, mundo afora, um genocídio em Roraima, um genocídio que não teve mortes, um genocídio que não teve corpo pra ser localizado e tudo mais.

A gente vai tentar...

Em seguida, nós vamos fazer a nossa agenda de terça-feira. Vamos aqui, Marcio, ao requerimento.

Finalizado o depoimento, passamos à segunda parte, que é a deliberação de requerimentos.

Votação.

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos.

O primeiro, o 135:

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 135/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas pelo Banco Central do Brasil informações sobre o recebimento de recursos oriundos do exterior dirigidos às pessoas jurídicas FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS) CNPJ/MF 09.351.359/0001-88, INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (TNC BRASIL) – CNPJ/MF nº 00.104.175/0001-49, IPAM (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA) – CNPJ/MF nº 00.627.727/0003-65, FUNBIO (FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE) – CNPJ/MF nº 03.537.443/0001-04, CTI (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA) – CNPJ/MF nº 51.692.168/0001-09, IPÊ (INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS) CNPJ/MF 00.831.223/0001-09, ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL) – CNPJ/MF 00.081.906/0001-88, FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA (FVA) – CNPJ/MF nº 34.544.346/0001-72, FUNDAÇÃO ALMERINDA MALAQUIAS – CNPJ/MF nº 02.985.603/0001-15, relativamente ao período de 2002 até a presente data – ou seja, compreendendo o período estabelecido como escopo do requerimento de criação desta CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

O requerimento é de minha autoria.

Só tem esse requerimento? (*Pausa.*)

Só um.

Eu queria aqui dar satisfação também a vocês, Marcio e Styvenson: hoje nós iríamos transformar o requerimento de convite da Funai em convocação, porque nós fizemos perguntas a eles, como aquela sobre quantos estrangeiros entraram em São Gabriel nos últimos anos e se exigiram deles vacinação contra malária, contra covid e o passaporte, como manda a lei, e não recebi, mas agora me informam que foi falha nossa, no envio nosso. Então, continua o convite, mas nós vamos fazer o requerimento.

Eu posso fazer requerimento oral? Verbal? (*Pausa.*)

Posso.

Então, nós estamos fazendo requerimento, dando duas semanas à Funai para que responda às nossas perguntas do requerimento que foi aprovado aqui. O que a gente está acrescentando é dando tempo, e que seja enviado – ainda hoje – para eles, senão, o nosso convite será transformado em convocação, e nós chamaremos aqui a Funai.

É importante saber. É importante saber se eles exigem dos canadenses as mesmas coisas que exigem da gente para entrar em São Gabriel da Cachoeira. Os canadenses, praticamente, moraram lá, por vários anos, enquanto o ISA tomava conta.

Votação.

Coloco em votação o requerimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da ata.

Coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

E, no requerimento, já coloca a data. Esses 15... Essas duas semanas, exatamente a data em que a Funai deve vir aqui como convidada, está bom? Coincidindo... Eles não precisam mandar, que eles tragam essa informação pra gente.

Pra mim, é fundamental saber, como caboclo, como discriminado pelo ISA, assim como os moradores de São Gabriel da Cachoeira, é fundamental saber o tratamento que eles dão aos estrangeiros.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo sinceramente a todos vocês e desejando a todos a paz de Cristo.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dezessete minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Wilder Moraes e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Beto Faro, Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento.** **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Eduardo Humberto Ditt, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, em atendimento ao requerimento 123/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 138 de 2023** que : "Requer informações ao Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 139 de 2023** que : "Convida Juliano Bueno de Araújo, Diretor Presidente do Instituto Arayara de Educação e Cultura, para prestar informações." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 140 de 2023** que : "Convida Ilan Zugman, Diretor Geral para América Latina da 350.org, para prestar informações." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 141 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Especial da Secretaria Especial para o programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Marcus Cavalcanti, informações sobre empreendimentos qualificados no escopo de sua competência." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/03>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia, bom dia a todos.

Havendo quórum, havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes, depoimento e deliberação de requerimentos.

Primeiro, como sempre tenho feito, até para esclarecimento e para informação do brasileiro e para informação das brasileiras, a gente apresenta vídeos, e nos deparamos com um vídeo que viralizou na internet, que diz que o Rio Amazonas secou e que a floresta está pegando fogo.

Como eu sou do Amazonas, percorri algumas áreas antes nas queimadas, quando estava queimando. Percorri a BR-309, 200km apenas, sábado eu fui ao Rio Solimões e eu queria mostrar para vocês. Primeiro, o vídeo que acaba com o mundo, que acaba com a Amazônia, que seca o Rio Amazonas, para essa gente, e, depois, quero mostrar vídeos e fazer alguns esclarecimentos.

Primeiro esse vídeo alarmista, o que é próprio deles, a pena, o que é lastimável, que viraliza, tanto lá fora como no Brasil. Lá fora, que enganem os europeus e os americanos, vá lá, mas enganar o brasileiro e acreditar nisso é outra história, por isso que a gente apresenta o outro lado da versão.

Primeiro vídeo, por favor.

O vídeo nº 1 tem 01 minuto e 44 segundos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles afirmam que o Rio Amazonas secou, a Amazônia pede socorro e eles pedem dinheiro, como sempre. Isso é para pedir dinheiro, como sempre. O europeu desavisado vai acreditar nisso, sem dúvida nenhuma. Imaginem a possibilidade de o Rio Amazonas secar. Essas cenas aí – o Marcio conhece bem – são de braços de rios ou pequenos rios que realmente secaram, ficou só o curso. Aquela cena de muitos barcos talvez seja na Marina do Davi, lá em Manaus: seca, os barcos recuam, vão para o leito principal do Tarumã, que também está bastante seco. Nada que nos assuste, porque nós estamos acostumados com isso – sofrer. O problema é que tudo é emergencial, nunca é preventivo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou mostrar aqui um vídeo de 30 segundos. Por favor, é o vídeo nº 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí sou eu numa pequena lancha, Marcio, a gente no Rio Manacapuru. Manacapuru está lá, sendo visto, e a gente foi para o outro lado do Solimões, uma comunidade chamada... Isso aí é o Solimões, não é nem o Amazonas. Olha só. Imagina só. Ele não secou, ele está vazando. A beira – como a gente chama – está praiada, com certeza diminuiu o volume de água. Isso aí é parte do Solimões, que dá frente a uma cidade perto de Manaus, ligada a Manaus por 90km. E a gente foi nessa área aqui, o vídeo nº 3. Olha só quando a gente chega à comunidade. É o vídeo ou é foto. Acho que é uma foto, a 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está aí. Aí os moradores vêm da praia. Atrás da praia, tem as casas. Secou. Então, eles têm que vir em barco pequeno para encontrar a gente. É isso aí, a seca é isso aí em um rio grande como o Solimões, como o Rio Amazonas. Pequenos rios realmente secam mais. A gente ficou nesse barco. Os comunitários vieram conosco para falar das suas mazelas, de seus problemas, e a gente com emenda parlamentar vai ajudar, principalmente em se tratando de água potável. Olha só. Imagina o que eles dizem lá, que o Rio Amazonas secou. Isso aí é parte do Rio Solimões. Perto da beira, da margem, como queiram, realmente seca. Isso é normal. Este ano talvez tenha sido mais.

E um depoimento aqui de 27 segundos. Nesse depoimento, vamos escutar uma voz feminina dizendo que 2009 foi pior. É o vídeo 4.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele está dizendo que em 2009 foi pior a questão de locomoção. Então, isso não é o fim do mundo. É um problema que nós, amazônidas, estamos acostumados a sofrer. Aproveitam das nossas mazelas, dos nossos problemas, para angariar dinheiro. Eu só mostrei isso para provar que esses vídeos alarmistas chegam ao cúmulo... Esse pessoal não tem ideia do que é o Rio Amazonas, dizendo que o Rio Amazonas secou e que a floresta está pegando fogo. São focos que muitas vezes não são nem no Brasil – muitas vezes.

Aí eles trabalham para isolar. Olha só como vive o índio isolado. Eles conseguiram aqui a comunidade indígena xipaya, e a asurini, na ilha do Passaí, na região de Altamira, no Pará, onde está havendo problema. Os índios estão isolados. Olha a escola dos índios isolados, que é patrocinada pela prefeitura. Isso é no Pará, em Altamira. Isso aqui é uma escola dos índios isolados. É isso aí. Eles querem isolar os índios para... Se é que se pode chamar isso de escola. Tem áudio? Não, né?

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí é uma escola dentro de uma área indígena – são os famosos isolados, que eles falam. Querem manter essa gente isolada para tratar assim.

E por último, São Gabriel da Cachoeira, que a gente tem falado muito aqui porque é a região mais rica do planeta, com a população mais pobre do Amazonas. Nesse momento de seca eles têm que ir para a sede, em São Gabriel da Cachoeira, receber seu Bolsa Família. A gente já falou disso aqui, que os kuripakos levam três ou quatro dias, os banúas levam quatro ou cinco dias para chegar.

Desde que eu frequento São Gabriel – e bota tempo nisso – os índios ficam dormindo em cima das pedras. Eles montam acampamento, o Rio Negro passa, tem pequenas cachoeiras, as pedras e a cidade, Olha só como eles ficam lá esperando amanhecer para receber seu Bolsa Família, comprar seu rancho, sua gasolina. São esses povos que eles querem isolados. Olha só como eles ficam em São Gabriel da Cachoeira.

O rio secou, está aí mais perto. Montam acampamento, tem uma balsa lá com o barco, o rio bem seco, e eles ficam aí por alguns dias, até receber o Bolsa Família. Ali chama-se a Bela Adormecida, é um conjunto de montanhas que tem em São Gabriel.

Dá para voltar, só para fazer a propaganda turística da Bela Adormecida?

São montanhas que formam uma pessoa deitada, com os seios e a cabeça. Chamam de Bela Adormecida esse conjunto de montanhas, que é bem em frente a São Gabriel da Cachoeira, uma coisa lindíssima. Eu já tive a oportunidade de dormir nessa floresta, aí embaixo. Chama-se Bela Adormecida.

Está aí a família de índios inteira recebendo. Ficam em cima das pedras. Aí é só pedra. Lá atrás, passa o Rio Negro, já também bem seco, porque ele vem lá de cima.

Aí é o pessoal da Foirn. Olhem o helicóptero lá atrás. Aí são os representantes desses índios. Aquele pessoal que tira foto com helicóptero representa estes índios aqui, que chegam em São Gabriel e não têm a menor atenção. Aí têm que improvisar as redes em cima de pedras com lonas.

Essa é a realidade que a gente, teimosamente, está mostrando para você brasileiro e para você brasileira. É necessário a gente fazer isso, sim.

Passamos, agora, à primeira parte: depoimento, como convidado, do Sr. Eduardo Humberto Ditt, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ).

Esclareço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que o Requerimento 123, de 2023, de minha autoria, convidou a Sra. Suzana Machado Pádua, Presidente e cofundadora do Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ). Porém, a Sra. Suzana Machado Padua, por meio de sua assessoria jurídica, solicitou a sua substituição pelo Sr. Eduardo Humberto Ditt, o que foi ponderado e acatado por esta Presidência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Eduardo, que já está conosco, acompanhado da advogada do IPÊ.

Quero dizer ao nosso depoente, que é nosso convidado, que o senhor aqui não é e nem será tratado como réu. Algumas perguntas podem ser ásperas e duras, nada pessoal.

Nós prestamos um esclarecimento. O brasileiro precisa saber o que os institutos que arrecadam dinheiro, as ONGs fazem com esse dinheiro, por que fazem, como fazem e o que fizeram. Então, é nesse sentido.

O senhor será tratado de modo civilizado. Portanto, fique tranquilo.

A presença da advogada, a gente respeita, mas nem se faz necessária. Com certeza, o senhor não precisará da advogada. Aqui, a gente não bota dedo na cara, não chama ninguém de mentiroso nem ameaça com prisão.

Nós, a CPI é para esclarecer, pegar depoimentos e, depois, elaborar um relatório. É o que nós faremos.

Com a palavra, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Quero só cumprimentar todos. Bom dia a todos.

Presidente Plínio, quero, fora desta pauta, parabenizá-lo. Parece que o projeto de sua autoria propondo oito anos de mandato a membros do Supremo Tribunal Federal começa a andar.

Fiquei orgulhoso de assistir a isso ontem na televisão e de ver o seu nome colocado lá. Você vai entrar para a história.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já que o senhor teve a bondade de citar isso, não partiu de mim, desculpe-me, vai acontecer o que aconteceu com a autonomia do Banco Central.

Nós também tínhamos um projeto de lei nosso, que a gente apresentou em 2019, esperando o momento em que o Governo também tivesse interesse. É o que vai acontecer agora com a PEC para fixar mandato de Ministro do Supremo.

Teremos problemas, com o Executivo querendo invadir, o Judiciário.

E nós, como Senadores, vamos fazer respeitar.

Eu agradeço a sua lembrança, porque me deu oportunidade de falar ao brasileiro e à brasileira que eu sou o autor da lei de autonomia do Banco Central também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E gostei de ver, ontem, o Presidente do Senado falando a esse respeito. E me lembrei de que, antes, na pré-campanha do atual Presidente, ele assumiu esse compromisso com a Bancada do União Brasil.

Ontem, fiquei satisfeito de vê-lo resgatando o compromisso da campanha dele de reeleição e mais ainda de saber que o projeto é de sua autoria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Foi só para a abertura mesmo.

Reforçando as palavras do Presidente, vocês estão aqui como convidados. Nesta CPI, ninguém vai ver casos como vimos, no ano passado, por exemplo, na CPI da Covid, onde mulheres foram maltratadas. Só para terminar a frase: mulheres foram maltratadas. E o que mais me impressionou, além dos maus-tratos que a CPI da tal da Covid fez com várias mulheres, foi o fato de que nenhum movimento feminista se levantou contra os Senadores que fizeram a descortesia, seria o mínimo, com elas.

Mas, aqui, pautada pelo Presidente Plínio, com a minha compreensão de que está absolutamente correto, vocês são convidados. E nosso interesse é esmiuçar temas que, para nós, parece que ainda não estão bem claros.

Fiquem à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso depoente, o nosso convidado, Sr. Eduardo Humberto Ditt.

Eu acho que 25 minutos, 30 minutos são suficientes. Depois, terá oportunidade de, a cada pergunta, esclarecer mais.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Peço a gentileza de colocarem, por favor, a apresentação de PowerPoint.

Obrigado.

Agradeço, mais uma vez, Senador.

Bom dia a todos.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar os Senadores e as autoridades que estão aqui presentes. E agradeço a oportunidade que está sendo dada ao IPÊ de contar sobre o nosso trabalho e de fazer essa apresentação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer, Senador, pelo aceite do nosso pedido de substituição da Suzana Pádua pelo meu nome. Nós estávamos entendendo que eu teria mais condições de falar sobre o IPÊ porque sou eu que acompanho a agenda executiva da organização.

Só para me apresentar aqui, meu nome é Eduardo Ditt. Eu sou engenheiro agrônomo de formação, tenho mestrado e doutorado em Ciência Ambiental e sou Diretor Executivo do IPÊ.

O IPÊ, para quem não conhece, é uma organização da sociedade civil e é formalizada como uma associação sem fins lucrativos, que tem como missão desenvolver e disseminar modelos inovadores de conservação da biodiversidade que promovam benefícios socioeconômicos por meio de ciência, educação e negócios sustentáveis.

Eu vou procurar, com a minha apresentação, contar em mais detalhes sobre como nós atuamos em busca de atingir essa missão e como é que a gente está organizado para essa missão.

Peço licença aos senhores para – eu sei que o foco desta CPI é principalmente Amazônia –, no início da minha apresentação, falar sobre o surgimento do IPÊ, que aconteceu numa área de Mata Atlântica. Para isso, eu queria contar um pouquinho como o IPÊ surgiu.

O IPÊ surgiu, a história dele está muito relacionada a esta espécie de macaco. Este é o mico-leão-preto, uma espécie de primata que tem ocorrência natural restrita a alguns trechos do interior do Estado de São Paulo e é bastante ameaçada de extinção. E é fácil compreender por que ela está bastante ameaçada se a gente analisar o que aconteceu com o Bioma Mata Atlântica.

Nesse mapa do Brasil, a gente pode ver as áreas em verde correspondendo ao que havia de vegetação nativa há 500 anos, quando os europeus chegaram ao Brasil.

Este cenário mudou drasticamente ao longo dos anos. Tudo o que está em amarelo aqui corresponde a terras onde a vegetação nativa foi substituída por outras formas de uso e ocupação do solo. Naturalmente, as áreas de *habitat* dessa espécie reduziram drasticamente, levando a este estado de bastante ameaçada.

O IPÊ nasceu a partir de um grupo de pesquisadores que tinha iniciado um projeto de longo prazo com o objetivo de salvar essa espécie. É o Projeto Mico-Leão-Preto.

Inicialmente, esse projeto era pautado por atividades de pesquisa em ecologia das espécies, em compreender a genética dessa espécie, demografia e comportamento. Quer dizer, um conjunto de estudos mais relacionados à parte biológica.

Logo de início, percebeu-se que era necessário integrar esses esforços de conservação de biodiversidade, fazendo uma leitura do contexto socioeconômico da região onde ela ocorria, buscando formas de integrar melhorias nas condições de vida com conservação de biodiversidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso ainda é mais importante se a gente está falando do interior do Estado de São Paulo, mais especificamente do Pontal do Paranapanema. Nós sabemos que o Pontal do Paranapanema é uma região que, historicamente, enfrenta sérios desafios relacionados à questão fundiária, a disputas pela terra.

Aqui, a gente pode ver um histórico. Até a década de 40, aquela região era quase que 100% ocupada por vegetação nativa de Mata Atlântica, e esse cenário foi-se transformando ao longo do tempo. Nos anos seguintes, aquilo que era uma grande reserva se converteu em diversas grandes fazendas na região. Mais adiante, muitas dessas fazendas começaram a ser convertidas em assentamentos de reforma agrária.

A nossa equipe, olhando para essa transformação histórica na paisagem, começou a se perguntar qual seria o futuro dessas pessoas que vivem lá, sejam os pequenos agricultores que estão assentados, sejam os grandes fazendeiros, e qual será o futuro da biodiversidade que está lá.

Portanto, tendo essa preocupação em mente, a equipe do IPÊ começou a diversificar o seu portfólio de projetos e passou a contemplar, ao mesmo tempo em que ações relacionadas à pesquisa biológica, com biodiversidade, continuaram acontecendo, a gente começou a desenvolver também projetos socioambientais com o intuito de promover ações que fossem capazes de integrar ganhos econômicos com conservação ambiental.

A gente tem vários exemplos para ilustrar os resultados dos projetos focados nesse propósito.

Só para citar alguns deles, o IPÊ ajudou a desenvolver diversos empreendimentos que estão em andamento atualmente, que são viveiros de produção de mudas de árvores, que são conduzidas e são de propriedade das próprias comunidades locais dos agricultores locais. E o IPÊ entra com assistência técnica, com extensão rural, com o conhecimento técnico e a capacitação necessária para habilitá-los para ficarem independentes do IPÊ e tocarem isso como sendo seus próprios negócios.

Ao mesmo tempo em que comercializam mudas para serem destinadas a projetos de restauro florestal, a comercialização dessas mudas serve como uma importante fonte de geração de renda, aumentando, melhorando a condição de vida dessas pessoas.

Um outro exemplo importante é o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, que são uma integração de plantios de árvores com sistemas agrícolas e que também melhoram a renda por meio das atividades econômicas.

Aqui, tem um exemplo. Café é um dos produtos desses sistemas agroflorestais que, além de ter uma qualidade superior, pela forma como ele é conduzido em sistemas agroflorestais, tem um valor agregado por conta do apelo socioambiental integrado a essa iniciativa.

E um terceiro exemplo que eu gosto de mencionar, e a gente vem praticando bastante isto, é o estímulo à criação de *startups* rurais, que são empresas que são tocadas pelos agricultores, pelas pessoas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da região. E nós fornecemos assistência técnica e apoio na formalização e na capacitação dessas pessoas para que elas possam ser novos prestadores de serviços.

Ao mesmo tempo em que vão de desenvolvendo nisso, vão adquirindo equipamentos, tratores, vão contratando equipe e ficam habilitados para prestar serviços não apenas para projetos florestais, mas para qualquer demanda do setor agropecuário da região.

Outro ponto importante que vale mencionar é a atuação do IPÊ em colaboração com grandes proprietários de terra, no sentido de ajudá-los a adequar suas propriedades rurais à lei florestal. A lei florestal, para aquela região, determina que 20% das áreas das propriedades devem ser destinadas à reserva legal. E a gente sabe dos desafios que existem para viabilizar o restauro florestal do ponto de vista técnico, operacional e também de viabilidade econômica. Então, o IPÊ auxilia em todos esses aspectos.

E aqui, nessa foto da esquerda, Senador, a gente pode ver uma área sendo preparada em uma grande fazenda para se fazer a restauração florestal. E aqui, do lado direito, três anos depois, já a fisionomia da floresta aparecendo. E nós fazemos tudo isso pautados por informações científicas.

Nesse mapa aqui da direita, nós temos um plano que foi desenhado com a participação de pessoas da comunidade, com a participação de fazendeiros, com a participação de governos e de organizações, no sentido de desenhar uma paisagem totalmente conectada por meio de reservas legais. E nós temos o desafio de viabilizar a implantação desses corredores florestais. Um outro exemplo de subsídio com informação científica para tomadas de decisões são algumas políticas públicas que são aprimoradas com base nas informações geradas pelos nossos projetos. Exemplo disso foi a criação, o decreto de criação da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, naquela região, pelo Governo Federal, para proteger importantes remanescentes de floresta daquela região.

Se nós reunirmos todas essas diferentes ações que o IPÊ desenvolve, a gente pode ilustrá-las através desse desenho que tem aí biodiversidade, educação, áreas naturais, trabalhos com geração de renda e comunidades, paisagens, engajamento de fazendeiros e aprimoramento de políticas públicas. Isso a gente desenvolveu na Mata Atlântica, no Pontal do Paranapanema, mas a gente percebeu que era possível levar para outras regiões e para outros biomas brasileiros. E foi assim que nós iniciamos nossa atuação na região do Baixo Rio Negro, nos arredores de Manaus.

É claro que, em cada região do Brasil onde a gente leva esse modelo, a gente tem que fazer as devidas adaptações de acordo com a realidade de cada região. Por exemplo, no Pontal do Paranapanema, em função do histórico de desmatamento, lá é importante manejar a paisagem no sentido de restaurar e fazer corredores.

No Rio Negro, a situação é diferente. Ali, o elemento que predomina na paisagem é justamente a floresta. Então, nós temos o desafio de promover ações que compatibilizem a floresta com as condições dignas de vida das pessoas que lá habitam. Lá existe um mosaico de áreas protegidas, e a gente tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a intenção de contribuir para um ordenamento e para uma boa gestão desse mosaico. E foi a nossa presença nessa região ao longo do tempo que nos deu a oportunidade de concorrer a um chamamento público feito pelo Governo do Estado do Amazonas, em 2006, para que o IPÊ realizasse estudos compondo um plano de manejo do Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul.

O plano de manejo é um instrumento que está previsto na legislação, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e, entre várias coisas que ele gera, ele proporciona um zoneamento da unidade de conservação e uma normatização do que pode ser feito e do que não pode ser feito em função dos atributos daquela área. O Governo, de posse das informações que foram geradas pelos nossos estudos, tomou uma decisão de recortar uma parte do parque e transformar em uma outra categoria de unidade de conservação, que é a RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, existem diversas categorias de unidades de conservação, e o que se considerou é que a RDS é mais adequada para aquela realidade, porque ela permite a permanência de pessoas vivendo no seu interior. Para isso a gente tem o desafio de buscar soluções de como assegurar a presença delas, que já é antiga na região e elas já têm uma forma de se relacionar com a floresta, como é que a gente pode fortalecer essas ações em harmonia com a conservação, com a presença e o bom desenvolvimento das pessoas por lá.

O IPÊ continua atuando por lá, mas nós temos até hoje um projeto que se chama Navegando Educação Empreendedora na Amazônia. É um projeto através do qual nós temos estabelecido trabalhos em colaboração com 17 comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, e um dos principais propósitos do projeto é identificar empreendedores e empreendimentos que a gente considera como sendo sustentáveis, porque eles são capazes de integrar ganhos econômicos com ganhos ambientais e conservação da floresta. E, para fazer isso, nós procuramos identificar quais são as lacunas para que esses negócios existam, sejam lacunas técnicas, ou de gestão do negócio, ou de mercado, ou de escoamento da produção. E o IPÊ entra com projetos focados nisso, trazendo capacitação, trazendo mentoria, trazendo investimentos para expandir e ampliar esses negócios.

Tudo isso só acontece com sucesso, no caso dos projetos do IPÊ, porque a gente tem uma presença local da equipe, pessoas com familiaridade em relação à realidade da região. E, com isso, a gente consegue estabelecer relações de confiança com as pessoas, com os atores locais, sejam pequenos agricultores, sejam grandes fazendeiros, sejam órgãos do Governo. E, assim, a gente vai conquistando uma legitimidade perante os atores. Isso viabiliza parcerias locais e é assim que a gente vem expandindo e implementando o modelo de atuação do IPÊ para essas regiões que estão indicadas com as setas em amarelo no mapa do Brasil.

Ainda falando em Amazônia, eu queria contar um pouco sobre o projeto Lira, que é o projeto Legado Integrado da Região Amazônica. É um projeto que tem financiamento do BNDES, do Fundo Amazônia, e também da Fundação Moore. E ele tem como objetivo geral contribuir para aumentar a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetividade de gestão de áreas protegidas na Amazônia Legal. E esse projeto acontece em seis grandes blocos de áreas protegidas, que estão expressas nesse mapa aqui em cores diferentes. São extensões territoriais bastante grandes e eles têm sérios desafios de ordenamento territorial, de gestão local das unidades e também de integração com as associações comunitárias locais.

Esse projeto foi desenhado primeiro partindo da compreensão de que o desmatamento é reduzido nas unidades de conservação e nas terras indígenas, quando comparado fora delas e, por isso, a gente entende que é necessário desenvolver ações de fortalecimento das áreas protegidas. E olhando para o quadro lógico do Fundo Amazônia e de todos os seus componentes, essa linha de raciocínio vai ao encontro de dois componentes principais desse quadro lógico, que são produção sustentável e ordenamento territorial.

Como é que a gente traduz isso em ações práticas? O IPÊ, através desse projeto do Fundo Amazônia, estabeleceu chamadas públicas em duas modalidades principais. Uma delas é para apoiar projetos em arranjos integrados de organizações, seguindo o modelo de aglutinadas e aglutinadores, que é o modelo já sugerido pelo BNDES, e são projetos com valores de 2,5 milhões a 6 milhões para serem desenvolvidos em até três anos. Nós temos nove projetos apoiados através dessa modalidade.

E uma outra modalidade é o apoio a projetos de associações comunitárias. Aí nós temos 41 projetos sustentáveis apoiados. Eles têm valor de até R\$150 mil, para serem desenvolvidos em um ano, e eles servem para apoiar negócios comunitários das cadeias de valor da biodiversidade e para melhorar a capacidade institucional, o fortalecimento institucional das organizações locais.

E aqui a gente tem abrangência desse projeto: 62 municípios abrangidos nos Estados do Amapá, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre; 59 áreas protegidas; e 58 milhões de hectares.

Eu queria dizer também que, desde o início da história do IPÊ, sempre se valorizou muito educação. Para isso, nós temos na nossa sede no Estado de São Paulo uma escola que é a Escas (Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade). Através da Escas, nós oferecemos diversas modalidades de curso na área de sustentabilidade e desenvolvimento. Um grupo de cursos são os cursos de curta duração para públicos bastante diversificados, e nós temos também uma frente de pós-graduação que inclui um mestrado profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável, que é aprovado pelo MEC e tem nota 4 pela Capes, numa escala que vai de 1 a 5.

Para que tudo isso que eu descrevi aconteça com eficiência e traga bons resultados, a gente precisa ter uma boa governança da organização. E esse eslaide serve para ilustrar como acontece a governança. Nesse eslaide tudo que está na parte de cima, dentro dessas linhas pontilhadas, corresponde aos órgãos estatutários da organização. E tudo que está para baixo, em azul, corresponde à estrutura gerencial, que não está prevista no estatuto, mas é a forma como a gente se organiza para conseguir executar todas as ações, seja dos projetos, seja da parte de educação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente percebe nesse organograma que existem, então, diversos órgãos de controle com diversos poderes diferentes, justamente para não concentrar o poder em uma única pessoa ou em um único órgão. Então, você tem a assembleia geral, que é órgão supremo; você tem o conselho fiscal, que ele analisa as contas, analisa as demonstrações financeiras e contábeis, analisa o balanço e emite pareceres para a aprovação da assembleia geral. A gente tem a diretoria, e a diretoria dá apoio ao diretor-executivo. O diretor-executivo é o papel que eu exerço na organização, e eu tenho esse papel de estabelecer as pontes entre tudo que é estatutário do IPÊ e tudo que é a parte executiva. Nós temos também apoio do conselho de administração e do conselho consultivo.

Uma informação importante é que existe essa linha preta pontilhada indicando quais funções aí são remuneradas e quais não são remuneradas. Então, tudo que está acima dessa linha pontilhada corresponde a papéis da organização que não são remunerados, até porque pela lei não poderiam ser e também estatutariamente eles não podem ser remunerados. E, da linha pontilhada para baixo, são funções remuneradas.

Eu achei que seria importante também esclarecer sobre as formas de captação de recursos que são adotadas pela nossa organização. A gente procura diversificar ao máximo as estratégias de captação de recursos. E, só para citar as principais modalidades aqui, nós concorremos a alguns editais de chamada pública que são lançados seja por instituições públicas, ou privadas, ou por outras organizações. A gente recorre a editais de demanda espontânea. Existem alguns financiadores que, em vez de abrir um chamamento com uma data específica para concorrer, não, eles têm alguns temas de interesse e recebem propostas continuamente. Se você apresentar uma proposta que vai ao encontro das linhas de atuação e se eles estiverem satisfeitos, eles podem aprovar a sua proposta.

Nós fazemos também campanhas de captação de recursos de pessoas físicas, nós trabalhamos com *marketing* relacionado à causa e com parcerias estratégicas. Essas são algumas das principais modalidades de captação de recursos adotadas pelo IPÊ.

Falando sobre receitas da organização, eu trouxe, Senadores, um histórico aqui dos últimos cinco anos, para os senhores terem uma ideia de como se dão as receitas da organização e de qual é o volume de recurso movimentado e o orçamento. Então, em 2018, a gente movimentou R\$13,8 milhões; em 2022, R\$36,832 milhões. E, só para dar uma ideia de como se compõem, eu peguei como exemplo aqui o ano de 2022: esses R\$36,8 milhões, de 2022, tiveram diversas fontes de contribuição para isso, que estão neste quadro aqui. A gente separa entre organizações, empresas, pessoa física, governos, prestação de serviços e, para cada uma dessas categorias, a gente fez uma divisão aqui entre o que é recurso nacional e o que é recurso internacional, para deixar bastante transparente a nossa forma de apontar a origem dos nossos recursos.

Para reforçar, eu tenho essas mesmas informações no eslaide seguinte na forma de um gráfico. A gente vê aqui que, em 2022, 36% dos recursos do orçamento do IPÊ vieram de organizações



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionais, 26% de empresas nacionais, e o restante, que é próximo de 40%, está distribuído de uma maneira mais ou menos igualitária entre as demais fontes de financiamento.

Queria falar especificamente sobre os recursos do projeto Lira. Nós temos, então, como eu disse, um projeto em andamento, através de recursos do Fundo Amazônia. É um projeto que tem um contrato com vigência de 2019 até 2024 no valor de R\$45 milhões. Desse total, até 31 de dezembro de 2022, haviam sido repassados R\$34 milhões para o IPÊ. E, desses R\$34 milhões, o IPÊ repassou R\$21,3 milhões para as organizações que se submeteram a concorrer àqueles editais, àqueles chamamentos públicos que eu mencionei, anteriormente, alguns eslaides atrás. O IPÊ executou, com atividades próprias, o valor de R\$3,175 milhões e, se a gente considerar, então, esses valores, até o final de 2022, havia um saldo de valor recebido e ainda não utilizado, que na época era R\$9,9 milhões.

Queria falar também sobre os cuidados que nós tomamos com relação à transparência e à eficiência da nossa organização. Nós, todos os anos, contratamos uma empresa de auditoria externa, ela audita os nossos números, audita as nossas contas, audita a nossa organização e emite pareceres, nós temos todos os relatórios sem ressalva nenhuma, e tomamos o cuidado de, a cada três anos, substituir, contratar uma nova empresa e não repetir a empresa anterior.

A gente publica as demonstrações financeiras e o balanço no *website* do IPÊ por questões de transparência. Os senhores podem acessar a qualquer momento essas informações. Nós fazemos segregação de contas bancárias. Quer dizer, cada projeto desenvolvido pelo IPÊ tem uma conta bancária específica para fins de rastreabilidade das informações e para evitarmos mau uso dos recursos. Nós fazemos segregação de funções para evitarmos a concentração, em uma única pessoa ou em uma única instância de decisão, do poder de tomar decisões. Nós temos ritos de governança muito bem definidos, com reuniões junto ao conselho fiscal, à assembleia geral e à diretoria. Nós temos normas e procedimentos seguindo um manual de políticas e procedimentos que fica divulgado; os colaboradores do IPÊ obrigatoriamente têm que seguir esse manual. E nós temos um sistema ERP, que é o Radar, que é adotado por várias das organizações para gestão...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – ... contábil e financeira da organização.

Eu queria mencionar alguns resultados de projetos do IPÊ. Eu fiz um recorte aqui de uma parte do Projeto Lira só para dar uma ideia do tipo de resultado que a gente traz. Então, eu gostaria de mencionar aqui 13 cadeias da bioeconomia florestal fortalecidas. Tem cadeia do cacau, da castanha, do açaí, da pesca, do turismo, de todas essas cadeias, isso resultando em 44 negócios comunitários sustentáveis e, só para tomar o ano de 2022 como exemplo, esses negócios compuseram um faturamento de R\$1,545 milhão. Nós tivemos, com esses negócios, 2,6 mil pessoas como beneficiárias diretas desses projetos. E a forma de a gente contribuir pra fortalecer esses projetos é por meio de obras de infraestrutura, máquinas e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos, assistência técnica às propriedades rurais, unidades de beneficiamento e estudos e planos de negócios.

Um outro resultado – só para ilustrar também – de um dos projetos apoiados pelo Lira é o projeto Nossa Bio; e ele tem como ações realizadas cinco obras de armazenamento das cadeias do cacau silvestre, do açaí e da borracha – estão aqui as fotos dos galpões de armazenamento –; assistência técnica em 220 propriedades; entregas de *kits* de coleta e EPI para melhores condições de trabalho; e cursos de boas práticas para a melhoria das qualidades do produto – os produtos vão ganhando qualidade e assim a gente vai tendo agregação de valor.

O IPÊ tem muito mais resultados pra serem mostrados. Eles estão todos disponíveis no *website* – próprio projeto Lira também, isso foi só um recorte de um conjunto maior de ações do projeto Lira.

Eu gostaria de pedir, aproveitando os minutos que devem restar, e solicitar que passe um vídeo de dois minutos, que vai... Ele ilustra um dos empreendimentos que foi apoiado por um dos nossos projetos na região do Baixo Rio Negro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu peço que, assim que acabar o vídeo, o senhor possa encerrar. Está bom?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você pode fazer considerações para a gente começar as perguntas, por favor.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Eu queria só agradecer, mais uma vez, a oportunidade e fico à disposição aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Eduardo, mais uma vez, seja muito bem-vindo. Basicamente uma voz corrente, quase que uma voz absoluta. O senhor também concorda que o aumento da emissão de CO₂ é um dos principais, senão o principal elemento, do chamado aquecimento global? *(Pausa.)*

Se o senhor concorda, o senhor não acha imoral receber dinheiro de países que queimam combustíveis fósseis?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador.

Bom, acho que a gente precisa contar uma história para responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só seja mais objetivo. Fiz uma pergunta, e o senhor concordou. O senhor faz parte da corrente de pensamento que entende que o aumento da emissão de CO₂ no planeta aumenta a temperatura global. O.k., está respondido.

Aí a segunda pergunta: se isso é verdadeiro, não é imoral receber dinheiro de países que vivem de queima de combustíveis fósseis, como o caso da Noruega, de que o senhor recebeu 45 milhões do fundo amazônico, ou não?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Para responder essa pergunta, nós temos que compreender como é que surgiu o Fundo Amazônia, e a gente tem que compreender o histórico da Agenda de Clima.

Eu acho que é um entendimento comum dos países da problemática do clima e da necessidade de haver algum tipo de esforço integrado entre os diversos países para lidar com essa questão. E, se a gente for olhar na história, já se tentou, via Protocolo de Quioto, se tentou mecanismos de mercado, atribuindo responsabilidades diferenciadas entre os países emissores e os países capazes de receber projetos. Isso, infelizmente, não foi adiante. E eu vejo a estratégia do Fundo Amazônia como um importante mecanismo e que a gente deveria aproveitar ao máximo esses recursos para trazer benefícios em termos de redução de emissões na Amazônia.

E, com relação à Noruega, cabe também, nas negociações do clima, aos países se posicionarem e cobrarem deles também posturas no sentido de reduzir o uso de combustíveis fósseis.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas a pergunta é clara, Sr. Eduardo. O senhor é paulista, eu também sou paulista de nascimento, um estado rico, porque aproveita os seus recursos naturais. A pergunta é clara: então, o senhor não acha que é imoral receber dinheiro de um país que queima combustíveis fósseis, cujo PIB *per capita* é um dos maiores do planeta? E nenhum movimento se vê, na Noruega, de redução das suas emissões. Ao contrário, eles continuam autorizando novas licenças de petróleo, e a sua entidade recebeu 45 milhões. Está ali o projeto. Colocou lá quanto já foi executado.

Então, não há imoralidade nenhuma em compreender e defender que o aumento da emissão de CO₂ no Planeta é o principal responsável pelo aquecimento global e, ao mesmo tempo, receber dinheiro de um país que queima combustíveis fósseis. Acha que não tem problema nenhum.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – No meu ponto de vista, Senador, não há nada de imoral, porque as regras estão muito claras e isso não está sendo, no meu entendimento, usado para...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O fato de as regras estarem claras não significa que elas sejam morais. O fato de você ter uma prestação de contas que não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enseja uma denúncia na polícia, que não enseja um crime de responsabilidade não significa que seja moral.

O senhor sabe que a Noruega sozinha joga muito mais CO₂ no planeta do que a Amazônia inteira. O senhor sabe disso?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sabe disso. Então, está bom.

Sabendo que a Noruega sozinha, que é um país pequenininho, joga muito mais CO₂ no planeta, eu acho interessante, porque as ONGs que se dizem preocupadas com a questão do clima e do meio ambiente não têm nenhuma restrição aos países que mais poluem o planeta, segundo a própria ótica das ONGs.

Nessa mesma linha, na semana passada – e tive a oportunidade de fazer aqui uma prestação de conta –, eu estive, pela primeira vez, na Semana do Clima, em Nova York. Assisti a uma alemã, a uma autoridade do clima alemã, falando exatamente dessas preocupações com as mudanças climáticas. Hoje em dia, aliás, estão tirando – para quem acredita em Deus – o poder de Deus, porque as placas tectônicas se movimentam, causam terremotos, e dizem que é o homem. Então, é o homem que muda o clima do planeta: chove mais, é o homem; chove menos, é o homem. Enfim, tudo agora... Estão tirando os poderes de Deus, está ficando sem poder.

Mas aí a Alemanha, que sozinha joga mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro, fez uma apresentação e em momento algum se colocou – inclusive na mesma abertura em que estava a Ministra Marina Silva... Em nenhum momento falou do seu próprio país e nem sequer foi questionada por quem estava lá, inclusive, como eu falei, a Ministra Marina Silva.

A Alemanha, que é uma das patrocinadoras do fundo amazônico, também está emitindo mais CO₂ hoje, porque queima carvão.

O senhor acha que isso está correto? Não mereceria das ONGs que se dizem preocupadas com a questão do clima no planeta uma moção de repúdio, um movimento contra, como tem na Amazônia?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela pergunta.

Quero aproveitar e manifestar aqui uma colocação. Eu acredito, sim, que todo país que recorre ao uso de combustíveis fósseis deve ser pressionado e deve receber pressão, para que mude a sua forma de gerar e consumir energia. E assim eu acho que deve ser feito com a Alemanha e com qualquer outro país que use combustíveis fósseis, seja a termoeletrica, seja a exploração de petróleo. E temos sim que valorizar atividades que sejam referentes à energia limpa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A sua entidade já fez alguma nota, alguma matéria, algum artigo, algum vídeo, fazendo uma crítica contundente a países como a Alemanha e a Noruega por continuarem? Não só queimam; eles aumentaram a queima de combustíveis fósseis, tanto a Noruega quanto a Alemanha. A sua entidade já fez alguma coisa pública contrária à decisão desses países?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, eu não me recordo neste momento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas, bom, no Brasil, todo mundo faz crítica. Para os países que pagam as ONGs, é um silêncio absoluto.

Na mesma semana, a Inglaterra, Reino Unido, que é uma das fomentadoras das ONGs e que tem esse discurso ambiental, anuncia, como a França no passado... A Inglaterra anunciou que não vai conseguir cumprir com as metas que ela própria ajudou a estabelecer nos protocolos anteriores, porque, segundo o Ministro do Interior, a Inglaterra não tem como ajudar a resolver o problema do clima global através da miséria. A palavra não era bem miséria, mas, enfim, das dificuldades do povo inglês. Ela entendia que, para eles cumprirem as metas, teriam que tomar algumas atitudes de retração do mercado e isso seria a diminuição na atividade econômica, com consequências à população inglesa. Então, ela, unilateralmente, anuncia essa decisão ao mesmo tempo que esse Governo já soltou cem novas licenças de perfuração de petróleo.

Essa atitude da Inglaterra, que tem o rei que, ao tomar posse, pediu ao Presidente do Brasil que cuidasse da Amazônia, não é uma tremenda hipocrisia?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela pergunta novamente.

Bom, não cabe a mim falar sobre o posicionamento da Inglaterra, ou do Reino Unido, ou do que for. O que eu entendo é que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Deixa eu ver só se eu entendi, Sr. Eduardo. Quer dizer, assim, a Inglaterra tem o direito de falar sobre o Brasil, tem o direito inclusive de receber o Presidente da República, que não foi o meu, mas está eleito, é o Presidente do Brasil, e perguntar se ele está cuidando da Amazônia, praticamente dizendo "Cuide da Amazônia", orientando que ele cuide da Amazônia. E nós brasileiros e entidades ligadas à questão do meio ambiente e do clima não deveríamos nos posicionar quando a Inglaterra aumenta em cem novas licenças de perfuração de petróleo ao mesmo tempo que anuncia que não vai cumprir as metas estabelecidas pelas COPs?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Eu acredito, Senador, que o que precisa se buscar é oportunidades de diálogos para que cada país seja devidamente cobrado dos outros com relação às suas emissões, especialmente em relação a emissões, que é um problema que afeta o planeta todo e toda a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população. E aí nós temos as conferências do clima, por exemplo, que são oportunidades para os países sentarem e dialogarem. E exemplo disso foram as NDCs que... A gente sabe que ainda não existe uma solução, senão o problema estaria resolvido já, mas existem esforços, e tudo isso atrelado a um processo de negociação que envolve certamente um jogo de interesses. E o que eu entendo é que as NDCs e, principalmente, tudo que aconteceu no Acordo de Paris refletem bem uma tentativa de estabelecer medidas por parte de cada país no sentido de rever as suas formas, suas atividades que gerem emissões de gases de efeito estufa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas o senhor concorda que esse comportamento, não só da sua ONG ou da ONG que o senhor representa...

Quero aqui cumprimentar o Senador Confúcio Moura, sempre abrilhantando, onde quer que esteja, com a sua presença, qualquer que seja a Comissão, e ainda mais esta CPI das ONGs.

Mas o senhor compreende que o fato de que as entidades que recebem dinheiro internacional de países como Noruega, Alemanha, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, que recebem recursos das fundações mais poderosas economicamente do planeta, com influência na ONU, no BID, etc., pressionando sempre o Brasil, através das ONGs, segundo eles, com a preocupação das mudanças climáticas... Ao mesmo tempo, eles descumprem os acordos que eles próprios fizeram e não são criticados, não há... O senhor deve concordar que isso pode suscitar, no mínimo, uma dúvida – ou talvez uma certeza em alguns – de que o fato de as ONGs não fazerem as críticas que, no meu entendimento, eles mereceriam é porque recebem dinheiro deles.

Vamos lá. O senhor acha que não tem problema o Rei da Inglaterra, ao tomar posse, praticamente orientar o Presidente do Brasil para que cuide da Amazônia. Ao mesmo tempo, o país dele emite cem novas licenças de perfuração de petróleo e anuncia que não vai cumprir o protocolo que eles próprios ajudaram a fazer. E o Sr. Eduardo acha que isso, pelo menos a sua entidade acha que não deve fazer uma crítica porque me parece que feriria a autonomia do país, mas é o que eles fazem com o Brasil.

Mais ainda. Nessa mesma semana, tive a oportunidade de presenciar o John Kerry, representante do Joe Biden, que foi suavemente, educadamente cobrado pelo Ministro da Fazenda e pelo Governador do Pará, dizendo que o Brasil sozinho não tinha como dar conta das tarefas que foram colocadas nas COPs todas e que os países ricos deveriam ter uma responsabilidade maior financeira. Ele desviou da pergunta, disse que nenhum país do mundo tinha como bancar sozinho isso tudo, mas o Joe Biden, o Presidente que ele representava na ocasião, anunciou mais novas perfurações de petróleo no Alasca, assim como no caso da Inglaterra. O senhor não acha que esse comportamento dos Estados Unidos, como foi na época do Barack Obama, que chegou à autossuficiência de petróleo e gás tirando de xisto, o senhor não acha que isso, então, se não é uma hipocrisia, não é uma imensa contradição de um país que se diz, que pressiona o Brasil e os países em desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, aumenta sua produção de petróleo sem pedir licença para ninguém?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, antes de responder sua pergunta, eu queria só fazer um esclarecimento. Eu não estou dizendo aqui que o IPÊ acha que não deve fazer crítica aos países. Não me recordo exatamente da forma como o senhor expressou, mas queria deixar claro que eu não estou afirmando isso. Nós fazemos críticas a quem a gente achar que não está agindo corretamente. Apenas o senhor tinha me perguntado se eu me recordava de o IPÊ...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – ... ter manifestado anteriormente alguma crítica em relação a isso e eu disse que não me recordava.

Eu queria também aproveitar e esclarecer que nós estamos fazendo o nosso papel, no sentido de que o Fundo Amazônia, no meu entendimento, esse recurso que está vindo da Noruega e da Alemanha é sob a condição de o país mostrar que está havendo redução no desmatamento. Essa é a nossa forma de contribuir com a questão das mudanças climáticas.

Para concluir aqui. Cada um dos outros países precisa ter o seu mecanismo e precisa ser cobrado sim por isso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ou seja, enquanto a Noruega é bilionária, tem uma renda *per capita* das maiores do mundo, isso porque tira petróleo e gás, vamos dizer assim, ela paga – a palavra talvez não seja tão bonita –, mas ela paga para que o Brasil faça a compensação por ela. Mais ou menos isso.

É mais ou menos assim. Os países ricos chegaram ao topo e aí eles compreenderam que, se os países em desenvolvimento perseguirem esse mesmo nível de riqueza, os recursos naturais da Terra não serão suficientes. Então, a esse padrão a que os países ricos chegaram não é possível que todos os outros cheguem, sob pena de a vida na Terra ficar comprometida.

Então, como eles não podem voltar atrás, eles ajudam a financiar no Brasil para que a gente compense as emissões de CO₂ que eles jogam no planeta. É mais ou menos assim?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela colocação.

No meu entendimento, isso está além do que cabe ao IPÊ fazer. Cabe ao IPÊ escolher os seus projetos, verificar se eles são legítimos, se eles estão dentro da lei e se eles estão de fato contribuindo para as mudanças climáticas.

É isso que nós...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O senhor acha que o projeto de vocês notadamente da Amazônia contribui para a diminuição das emissões de CO₂ no planeta. E mesmo que eu lhe disser que a proporção é abissal, por exemplo, porque o que vocês conseguem evitar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de CO₂ na Amazônia com o que a Noruega joga de CO₂, e que está aumentando, e a Alemanha está aumentando, fica uma conta ridícula! Porque vocês recebem dinheiro de países que emitem... Vou repetir, a Alemanha sozinha emite mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro. E agora, neste ano, quando fizer a conta no final do ano, vai ser mais ainda porque ela está queimando carvão. A Noruega a mesma coisa.

Então, qual é a lógica? Vocês acham que estão com o dever cumprido de trabalhar com o dinheiro da Noruega, da Alemanha para diminuir a emissão no Brasil, de certa forma compensando de lá, mas eles não estão preocupados com isso. E me parece que, ao fazer esse pagamento, eles se sentem absolutamente liberados para aumentar o tanto quanto eles queiram, como estão fazendo.

Então, a conta final não fecha. Vocês diminuem aqui um delta e eles aumentam dez deltas. Quer dizer, e aí a preocupação ambiental... E isso é que eu digo que me parece uma hipocrisia porque vocês recebem dinheiro de quem queima combustíveis fósseis, aumentam os combustíveis fósseis, fogem daquilo que combinaram nas COPs.

A França já fez isso. A Alemanha está fazendo agora. E aí, o Brasil não observa as ONGs, que se dizem preocupadas com a questão ambiental, pressionarem esses países. Vou citar mais um exemplo, o Canadá. Esse ano, mais uma vez, o Canadá ardeu em chamas. Atingiu mais de 100 milhões de pessoas, metade da população brasileira. A fumaça foi tão grande que pegou cidades dos Estados Unidos, Washington, Nova York. Atravessou o oceano.

Eu fui com a minha esposa no recesso à Itália e vi a fumaça lá. E, aí, a representante da Alemanha, exatamente da região que, ciclicamente, queima, fez a mesma coisa que fez o representante dos Estados Unidos, que fez a representante da Alemanha, enfim, por aí afora, e fez as críticas – eu sempre ouvi a palavra Amazônia na boca de todos eles –, mas, em momento algum, o Canadá falou, o representante do Canadá mencionou o que eles, o que o país deles havia passado, não estava terminando ainda, com a queima da floresta canadense.

O Brasil, por matérias como aquela que o Senador Plínio colocou aqui no começo, alguma ONG internacional dizendo que o Rio Amazonas secou. A maior seca do Rio Amazonas ainda é uma seca do começo do século passado – isso com estatísticas e dados –, ainda é a maior seca que teve, e não tinha atividade econômica quase nenhuma há cento e poucos anos. Mas essas notícias da derrubada da Floresta Amazônica, da queima de parte da Floresta Amazônica, notícias aí afora, já foram suficientes para várias lideranças, ao longo dos tempos, até François Mitterrand, falarem da relativização da soberania brasileira sobre a Amazônia porque nós não teríamos controle sobre isso, mas eu não vejo a mesma coisa sobre o Canadá.

Repito: não é um outro comportamento de um país que se diz preocupado, cuja embaixada aqui no Brasil faz reunião com ONG, uma estatal canadense financia atividade de ONG no Brasil, e eles próprios... Talvez não seja uma outra hipocrisia esse país falar tanto de meio ambiente e nunca ver o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimento de lideranças mundiais falarem de relativizar o poderio, a soberania do Canadá? Só se fala isso com o Brasil? Não há uma hipocrisia nisso? Não há uma contradição? Porque aqui, quando se diz que não tem controle, lideranças mundiais falam de relativização da soberania brasileira sobre a Amazônia, em particular, e, no Canadá, isso não é recíproco. O senhor não vê uma hipocrisia da política internacional?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, falando em nome do IPÊ, esse não é exatamente o foco dos nossos trabalhos.

O comentário inicial do senhor, se eu achava que o IPÊ realmente contribui para as mudanças climáticas, eu não tenho dúvida disso, de que, através dos nossos projetos, nós contribuimos com mitigação de mudanças climáticas. E eu acho que caberia levar essas questões que o senhor está mencionando a quem atua nas negociações e no posicionamento do Brasil.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Por falar nisso, o senhor acha que o Brasil hoje está muito bem representado neste debate mundial pela volta da Deputada, ex-Senadora, agora Ministra do Meio Ambiente Marina Silva? O senhor acha que nós estamos bem representados nessa área?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, eu não gostaria de mencionar especificamente, assim, uma opinião sobre um político específico ou...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Uma Ministra.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – ... sobre a Ministra especificamente. O que eu vejo é que o Brasil possuía um protagonismo na agenda do clima e eu vejo sinais de que ele está recuperando esse protagonismo por um conjunto de fatores.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Posso entender que o senhor, entre outras palavras, diz que sim, porque o protagonismo perdido está se recuperando agora.

O senhor mencionou várias vezes que não é papel do IPÊ cobrar a Noruega, cobrar a Alemanha, até porque eu acho que seria meio estranho receber dinheiro deles e, ao mesmo tempo, cobrá-los. O Senador Plínio tem uma mensagem, me perdoe a franqueza, que expressa bem isto: quem paga manda. Então, como é que você cobra quem está lhe pagando? Mas o senhor disse que não é papel do IPÊ, o papel do IPÊ é tentar compensar o que a Noruega, a Alemanha, o Canadá, os Estados Unidos, a Europa Ocidental, como um todo, fazem e sem pedirem licença a ninguém.

Perguntei se acha-se representado, então, pela Ministra Marina, porque, se o senhor acha que alguém teria que fazer essa cobrança, então, nada melhor do que a Ministra Marina. Ela não o faz. Eu estava na abertura da Semana do Clima, eu vi a Ministra Marina prestando conta do que é que o Brasil vai



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer ou está fazendo para conter as suas emissões, menos ela cobrando esses países que eu acabei de mencionar das suas atitudes.

Um outro assunto. O senhor mencionou a questão do ecoturismo na Amazônia. Eu posso, então, compreender que o senhor considera que uma atividade econômica importante para a Amazônia seria, para conter o desmatamento, uma atividade do ecoturismo, que seria uma forma de fazer essa compensação econômica. Eu estou correto na afirmação?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, dependendo da forma como ele é conduzido, eu acho uma excelente oportunidade a ser explorada. Se ele acontece de uma forma a beneficiar as pessoas locais da região, a beneficiar pessoas que estão dispostas a serem empreendedoras, eu acho uma excelente estratégia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O senhor acha, portanto, que o ecoturismo na Amazônia deve ser uma pauta importante para ser incentivada pela sociedade civil, pelas ONGs, pelo Governo, pelo Estado brasileiro, enfim, como uma forma de... Se você tem uma atividade econômica forte no ecoturismo, se isso cresce exponencialmente, você gera economia e isso poderia aliviar a pressão sobre novas derrubadas, ou seja, o senhor concorda com essa ideia de que o ecoturismo deve ser incentivado como uma maneira de se ter atividade econômica, de se gerar renda, de se gerar trabalho e isso diminuir a pressão sobre a floresta. Estou correto na afirmação?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – É, eu só faria um ajuste na sua afirmação. A gente gosta de usar a palavra "turismo de base comunitária", porque é aquele que leva em consideração as necessidades das pessoas locais e também as necessidades de conservação, de biodiversidade, mas acho, sim, que é uma atividade a ser incentivada como estratégia de desenvolvimento mesmo para a região de uma maneira harmoniosa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Como fazer isso sem a infraestrutura que a Amazônia tem? Eu quero dizer "sem"... E o senhor, por favor... Porque não tem ofensa nenhuma. Mas a família do senhor, os seus amigos, os seus parentes, as pessoas que o senhor conhece, no final do ano, elas estão se preparando para ir fazer turismo ecológico na Amazônia? Ou será que é para a Europa que eles estão indo? Eu pergunto assim, porque nem os filhos e amigos e parentes da Marina, que é acriana, vão fazer turismo no Acre, lá na Serra do Divisor. Eu falo assim, Sr. Eduardo... E eu vou dar um exemplo da minha família: eu tenho quatro filhos e eu me reuni com os quatro no final de 2018 – perdão, com os três do casamento que eu tinha: duas meninas e um menino já rapaz – e disse a eles que, no ano de 2019, nós podíamos fazer três viagens, os três, a mãe e o pai, e que nós escolheríamos os roteiros.

E a cada um eu sugeri que fizesse uma lista de três roteiros, e que a gente depois iria fazer uma convergência: se todo mundo escolhesse uma praia, depois a gente escolheria uma praia. Se todo mundo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolhesse um país de fora, depois nós iríamos ver qual era o país e tal. Mas eu tinha um objetivo nessa fala, Sr. Eduardo, com os meus filhos. Eu tenho filhos acrianos. A mais nova nasceu aqui. Eu era Deputado Federal; aliás, junto com o Senador Confúcio Moura, em 1999.

Depois que cada um escreveu lá os três destinos a que gostariam de ir, eu mudei o assunto e disse que eu fazia parte de um debate – estava vindo de um debate sobre a Amazônia – e o que deveríamos fazer para combater o maior mal da Amazônia, a meu ver, que é a miséria. Esse é o maior mal que a Amazônia tem; e a maior preocupação ambiental devia ser com água e esgoto, que é o pior problema ambiental da Amazônia. Mas com isso parece que as ONG's, a Alemanha, a Noruega, não têm preocupação. A preocupação é outra, parece-me.

Aí eu disse que algumas pessoas no debate, Sr. Eduardo, diziam que era preciso abrir um pouco mais o território para qualquer plantação, como eucalipto. Enfim, era abrir mais, uns 10% da Amazônia e tal; e outros que diziam que era melhor não abrir mais terras, recuperar as degradadas e apostar no ecoturismo. A minha filha mais nova, universitária, na hora disse: "Não, pai, é melhor não abrir mais nada e vamos viver do ecoturismo." Eu peguei a folha em que ela tinha escrito os três destinos, e não tinha a Amazônia.

O senhor acha mesmo que a proposta do ecoturismo é uma proposta economicamente... Estou falando em escala; eu não estou falando em nicho, que são aqueles turistas que um dia vão com a mochila nas costas, lá na Serra do Divisor, fazem uma viagem, e nunca mais voltam. O turismo que dá dinheiro é o turismo que tem fila de gente entrando. É o que leva a família, que tem que ir para hotel, tem que comprar comida, tem que pagar almoço, pagar jantar. E aí é preciso de infraestrutura, etc.

O senhor acha mesmo que, do ponto de vista do PIB da Amazônia, o ecoturismo tem condições de se situar ali com algum percentual, Sr. Eduardo?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Senador, se o senhor me perguntar se eu acho que o turismo é exclusivamente a atividade que deve salvar a Amazônia, eu digo que não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas é uma delas?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Mas é uma delas, com certeza. Junto com um conjunto de outras...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas, assim – perdoe-me –, as pessoas com quem o senhor se relaciona, no final do ano, fazem turismo na Amazônia?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, algumas sim. E nós temos mais informação do que isso ainda: as comunidades com as quais a gente trabalha, muitas delas estão vendo no turismo a oportunidade. Elas estão recebendo demandas de turistas, procura de turistas, e elas têm lacunas de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preparação para ficarem habilitadas a praticarem o turismo. E é nesse sentido que a gente desenvolve nossas atividades.

Mas, como eu lhe disse, não é o turismo a salvação única da Amazônia. É uma de muitas atividades que devem levar em consideração ganhos econômicos e ganhos ambientais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Como fazer ecoturismo na Amazônia sem estradas?

Aliás, quero incorporar na pergunta...

O senhor apresentou aqui uma série de cursos, de seminários, de capacitação, de gestão, que eu entendo que é uma forma de preparar pessoas para a atividade econômica, para a sua independência econômica. Mas nós estamos falando de áreas como, por exemplo, a Reserva Yanomami, que é maior do que Portugal e não tem estrada. A reserva a que nós fomos lá no Amazonas, Pari-Cachoeira, tem mais duas coladas, e elas três juntas somam área maior ainda do que Portugal, e também não têm estradas.

Como fazer turismo numa região que não tem estradas, que é imensa, significa quase dois terços do território nacional, em que os próprios amigos, parentes, das ONGs, não frequentam quando o final do ano chega? Eu digo assim porque, geralmente, é apontado... Agora tiraram a 319 do tal do PAC, que é a ligação entre Porto Velho e Manaus. Enfim, se vai fazer qualquer obra, uma hidrelétrica, estradas, pontes, ligação dos países ali com a América Central, com a América, Peru, Bolívia, geralmente há uma crítica de que isso levaria a uma maior depredação do meio ambiente. Mas sem uma malha de infraestrutura, como acreditar que o ecoturismo será um dos elementos a ajudar economicamente a Amazônia? O senhor acha que a malha viária atrapalharia? Ou o senhor acha que deve ter a infraestrutura necessária?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela pergunta.

Com relação a essa questão, eu posso responder pelo que a gente faz de atividades de apoio ao turismo que acontecem na região do Baixo Rio Negro. Lá não existe necessidade de abrir novas estradas, lá as atividades de turismo acontecem através dos rios, e tem muito potencial para ser explorado, para ser desenvolvido lá em termos de estruturação do turismo. O que eu acho é que sempre deve-se ter em mente a necessidade de compatibilizar qualquer estratégia de desenvolvimento econômico com conservação daquilo que é uma grande riqueza do nosso país, que é a Floresta Amazônica.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Para terminar essa parte, Sr. Eduardo, deixa eu lhe dizer: o meu estado, o Estado do Acre, embora eu não tenha nascido lá, mas é o estado em que eu estou desde os dez anos de idade, é o meu estado... Aliás, interessante, não é? Quando eu comecei a fazer política no Acre, um grupo de pessoas, incluindo a atual Ministra do Meio Ambiente, dizia que eu era um de fora, que eu tinha nascido fora e tal – ninguém escolhe, no ventre da mãe, o lugar que vai nascer, não é? –, mas que eu só apareceria no Acre de fora, sou paulista, enfim. E,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no fim das contas, eu estou lá até hoje, desde os dez anos de idade, ela foi eleita agora por São Paulo, foi embora do estado. Mas, eu vou lhe fazer uma pergunta. Tudo o que o senhor falou eu já ouvi da Marina, eu já ouvi do Jorge Viana, e de essas ONGs todas, todas elas. Todo esse discurso é absolutamente o mesmo: "O homem tem um poder sobre o clima muito grande, se você não contiver as emissões de gás carbônico, vai ficar impossível a vida no planeta, e a Amazônia tem que compensar para você fazer parte dessa agenda internacional, e nessa agenda nós teremos o encontro entre a preservação e a qualidade de vida e tal".

O senhor não acha que a população da Amazônia está esperando 50 anos por essa solução? E, ao passo em que ela espera 50 anos essa solução compatibilizada, ela está ficando mais pobre?

Vou lhe dar um exemplo concreto. No Acre, há uns 30 anos, essa turma liderada por Marina, por Jorge Viana e tal, eles disseram exatamente o que o senhor está falando: "Olha, esse desenvolvimento é predatório, fazendas e mais fazendas de gado, de soja" –, tem até uma iniciativa na Assembleia do Acre proibindo a soja por não sei quantos anos e tal – "não façam isso. Vocês estão na contramão!". Teve assassinato do Chico Mendes e isso acabou se avolumando muito, e tal.

Bom, e a ideia é de que haveria outra fórmula, que é mais ou menos essa que o senhor vem dizendo aqui na sua apresentação. E o povo acreano entendeu de dar essa oportunidade ao grupo que dizia que tinha outras maneiras.

Aí fala muito na biodiversidade. Nós sabemos, quando estudamos biodiversidade, que é quase impossível você descobrir um produto da Amazônia e ele não ser usado no sul do país.

Lá no meu estado, na época da ascensão do grupo, dizia-se: "Não, vamos viver... Não mexa com gado, com lavoura, vamos mexer com açaí". Eu, na mesma hora, perguntava: "Existe uma lei divina que diz que açaí só dá no Acre. Quando a gente passar da divisa com Rondônia, não deve dar em Rondônia o açaí". Dá em todo lugar. Pimenta longa dá em todo lugar; cacau dá em todo lugar... Tanto que já levaram. Hoje plantam urucum em outros lugares do país. Então, você estuda a biodiversidade, descobre uma riqueza, e alguém acha que isso vai ficar lá? Tem uma lei que faz ficar lá dentro? Claro que não!

Pois bem, mas eles tiveram essa oportunidade, Sr. Eduardo. Eles viraram Governo no estado, e praticamente por 30 anos essa mentalidade dominou o estado. Tiveram todo o apoio: a ligação com a ONU, com o BID, com essas fundações todas que financiam vocês, com esses países todos que financiam vocês, tudo alinhado, o Governo do estado, os Senadores... E, quase 30 anos depois, quando eles saíram do Governo, o estado estava mais pobre.

O senhor não acha que essa tese de que vocês falam está desconectada com a realidade? Isso não lhe chama atenção? Quer dizer, a Ministra do Meio Ambiente... "Não, mas a Ministra...". Eu não estou aqui para criticar. Então, mas como assim? Vocês se movimentam, movimentam milhares de pessoas sempre com essa lógica: "Nós não podemos fazer no Brasil, e particularmente na Amazônia, o que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram por aí. Nós temos alternativas". E tome milhões. São 45 milhões para cá, 100 milhões para lá. Tem uma que apareceu aqui a semana passada, a... Como é? O Instituto Clima e Sociedade. Cara, em oito anos – está fechando agora, Senador, oito anos, agora –, pegou R\$450 milhões. E o meu estado? O meu estado foi um laboratório. Todo o apoio do Governo Federal: do Fernando Henrique Cardoso, do Lula, da Dilma...

Isso não lhe causa espécie? Depois que... Fora os nichos que vocês apresentam. Todos que vêm aqui apresentam um nicho. Pega ali o Amazonas, que é do tamanho de países da Europa, apresenta ali uma aldeia, que tem uma parabólica... Parabólica não, placa solar. Mas, quando você vai para a escala de 28 milhões de amazônidas, nós estamos mais pobres. Não lhe choca vocês terem tantos dinheiros de fora, de países ricos, e a cada ano vocês fecham a conta e a Amazônia está mais pobre do que quando se começou esse movimento? Não lhe chama atenção isso? Não caberia uma reflexão?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela colocação.

Eu queria só dividir aqui uma reflexão: às vezes, parece muito recurso, mas, se a gente olha a dimensão, a abrangência dos projetos, é como se a gente fizesse um comparativo com emendas parlamentares. A gente sabe que existem bilhões sendo gastos – e elas têm a sua importância, suas emendas –, mas pode dar a impressão de que, sendo elas de bilhões, como esses bilhões estão sendo gastos? Estão sendo desperdiçados? Não estão. Eles têm a sua razão de existir. E assim é também com os recursos dos projetos.

Eu acho que uma questão importante é que a gente sempre busca, através... E está na nossa missão, no enunciado da nossa missão: desenvolver e disseminar modelos de conservação da biodiversidade, com o desenvolvimento socioeconômico.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k.

Duas últimas perguntas, Sr. Eduardo. Está claro pra mim já a linha de vocês. Claro que eu vou me reservar ao direito de ficar sempre muito impressionado. Quer dizer, vocês recebem dinheiro de países que poluem, e poluem muitas vezes mais que o Brasil. Aliás, eu já disse, não é?: se a preocupação das ONGs fosse verdadeira com a questão da mudança climática, o inimigo nº 1 era a China. Mas a impressão que eu tenho é que, na hora dos fóruns internacionais, a China é 100% preservada – e é o país que joga um terço do CO₂ no planeta –, possivelmente porque é uma potência econômica que tem 1,5 bilhão de consumidores, e aí os movimentos se calam diante dela.

Mas só mais duas perguntas. Sempre se fala em compensação, não é? Então, é como se... Isso mesmo antes da ECO 92: olha, vocês serão compensados. O senhor não acha que falar de Bolsa Floresta de R\$50, agora propondo aumentar pra R\$100, que uma das ONGs tem essa... E, coincidentemente, a Ministra está falando também essa mesma frase: o Bolsa Floresta acenando com a hipótese de ser R\$200 por mês. O senhor não acha que isso é uma vergonha? Praticamente se proíbe a extração de petróleo, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gás, de minério, e agora estão querendo criar uma outra reserva em Autazes, porque descobriram uma nova reserva de potássio. O senhor não acha que... Os índios, por exemplo, que nós estamos ouvindo aqui, indo lá, *in loco*, assistir, eles estão pedindo socorro a nós porque querem ter o direito de explorar o seu subsolo. O senhor não acha que, pra uma região imensa como aquela, a que até agora foi negada a possibilidade da exploração dos recursos naturais, como, por exemplo, o subsolo, e, em compensação, você acenar, o Governo achar que está de bom tamanho uma bolsa de R\$50, R\$100, até R\$200 por mês, o senhor não acha que isso é uma vergonha?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, eu acho que o ideal é que as pessoas tenham uma renda maior possível, pelo papel de atuar como aliados na conservação. Eu não sei dizer, porque não estou envolvido diretamente com o Bolsa Floresta, mas o que eu entendo é que, em estratégias como aquelas de pagamento por serviços ambientais, que têm, de um lado, o provedor de serviços e, do outro, o usuário dos serviços, existe uma lógica de um fazer a compensação pelo esforço que o outro está fazendo de conservar. Eu acho que essa deve ser uma de muitas iniciativas a comporem um portfólio de renda das pessoas. Então, também não acho que as pessoas devem viver exclusivamente do Bolsa Floresta; deveria ter incentivos atrelados a outras fontes de renda.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas eles não têm estradas, Sr. Eduardo – não é o Estado de São Paulo –, eles não têm aeroportos, não têm infraestrutura pra produzir nada. Vocês dão cursos pra eles, e eles não têm onde aplicar – eles não têm onde aplicar. Vocês gastam fortunas fazendo seminário, preparação de gestão; eles não têm infraestrutura pra tirar... O que a região da Amazônia, lá de países que estão dentro de reservas indígenas... Vai tirar de que jeito?

Mas, de qualquer forma, é incrível, você tem uma região imensa e, em nome da humanidade, ela é chamada a pagar um preço: ela não vai, então, abrir mais – como é que é? –, é fogo zero, derrubada zero, e sempre na ideia da compensação. E aí, a compensação, quando vem, no máximo, chega a R\$200.

Eduardo, o senhor deve ter participado de fóruns, eu fui a um. Eu olhava pra todo mundo que estava lá dentro e ficava imaginando quanto custa por mês cada um deles. E, com certeza, quem anda no mundo, tirando do bolso ou sendo financiado nesses fóruns internacionais, custam, saem por muito mais de R\$100 mil. E aí a compensação pra aquele que mora na Amazônia, que, pra sair da sua aldeia ou da sua reserva extrativista, pra chegar na cidade, pra pegar o Bolsa Família ou, agora, o Bolsa Floresta, ele gasta mais do que R\$200, na maior parte dos lugares da Amazônia.

Mas isso não chama a atenção de vocês. O que chama a atenção de vocês, a preocupação de vocês é fazer a Amazônia não emitir CO₂, mas a Alemanha pode, a Noruega pode, o Canadá pode, os Estados Unidos podem, todos podem – coincidentemente, aqueles que financiam vocês. É, pra mim, uma contradição abissal dizer-se preocupados com a questão ambiental, receber dinheiro de quem polui o planeta, se calar com eles e oferecer R\$200, no máximo, por mês, pra uma família que mora na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. Repito, que muitas vezes, pra ir buscar o benefício, já gastou de combustível e de uma pensão aquilo que recebeu.

A última pergunta, Sr. Eduardo, e eu vou ser bem objetivo: o senhor não acha que há uma relação promíscua... O senhor é um brasileiro, nós estamos numa democracia. Alguns agem como se não, mas eu acho que ela resiste e vai resistir. Eu fui, acredito que o senhor também... Parece que nós temos mais ou menos a mesma idade. Eu fui, eu acho que o senhor também, acho que quase todo mundo aqui, o Senador Plínio com certeza, o Senador Confúcio também, um daqueles que lutaram pra reabertura democrática no Brasil, campanha das Direta Já, etc. e tal. E há um preceito fundamental, até em lei, que tenta blindar o Estado da influência econômica de grupos de interesse no Estado brasileiro. Há uma transação de representantes de ONGs indo pros governos estaduais, para o Governo Federal. Eles saem das ONGs, mas, é claro, fica lá a equipe da qual ele fazia parte, passa uma temporada no Governo, depois volta pra ONG. Tem casos no Brasil inteiro, mas eu vou citar um.

Em 2003, a atual Ministra Marina Silva, que é uma das fundadoras de uma ONG – Ipam, se eu não me engano –, vai para o ministério e para lá leva João Paulo Capobianco, fundador do ISA, um dos que receberam, em dois anos, R\$134 milhões, 80% dinheiro de fora; passaram anos no ministério, saem do ministério, voltam para as ONGs; agora voltam para o ministério, levam agora a Ana Toni, que é representante de outra ONG – até três meses atrás ainda estava na internet a participação dela em uma das ONGs.

E, entre outras coisas, essas pessoas participam do planejamento, do destino, da orientação política da aplicação do Fundo Amazônia. E aí, depois, as suas entidades – aquelas que elas fizeram parte, delas se afastaram, e depois voltaram para ela, como já aconteceu – são beneficiadas pelo Fundo Amazônia. Estou dando um exemplo de vários que eu poderia dar.

Não lhe parece uma relação promíscua? Você vai para o Governo, pessoas de ONGs, lá elas ajudam a decidir a política pública da aplicação do Fundo Amazônia. As ONGs de que elas faziam parte, de que se afastaram, mas ainda têm ligação, recebem esses recursos, a gente já citou vários nomes aqui delas.

Você não acha que é uma relação promíscua? Ou, pelo menos, que lhe chame a atenção? É possível isso em algum outro país? Será que isso é possível na Europa Ocidental, na América do Norte? Quer dizer, você sai da vida de uma ONG, vai para o Governo, lá, no Governo, você elabora uma política pública de aplicação de recursos que a sua ONG vai receber. Não considera que há uma relação meio perigosa nisso?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, obrigado pela pergunta.

Eu queria esclarecer que eu nunca tive essa experiência, porque, no IPÊ, não houve nenhum caso de pessoas do IPÊ que... do quadro atual ninguém saiu para ir para o Governo, voltou, nada disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu acho que é preciso tomar cuidado é só de quando ocorre uma transição. Se alguém está atuando numa ONG e vai para o Governo, que não fique atuando simultaneamente, e que, em eventuais tomadas de decisão que precisam acontecer ao longo do trabalho dessa pessoa, se evite situações em que possa haver conflito de interesse pelo histórico de participação dessa pessoa na ONG, mas eu acho que as pessoas têm que ter também liberdade, seguindo os devidos protocolos, para irem trabalhar em qual setor quiser, seja primeiro, segundo ou terceiro setor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu quero encerrar as minhas perguntas agradecendo ao convidado, agradecendo ao Senador Confúcio, que se faz presente na CPI.

Quero dizer, mais uma vez, ao Sr. Eduardo, que aqui não tem nenhuma pergunta de cunho pessoal. Na verdade, o que me move... Aliás, eu nunca fiz... é a primeira vez na vida que eu faço parte de CPI. Eu sempre sou levado a imaginar que a pessoa que está depondo ou, no caso aqui, que é um convidado, eu nunca tive essa coisa do investigador, mas esse é o único tema que me motivou, e o honroso convite do Senador Plínio.

Sr. Eduardo, eu acho que está ficando cada vez mais claro, a gente prega uma coisa e faz outra. É claro que a pessoa tem o direito de trabalhar, de sobreviver, mas chama a atenção, a pessoa larga uma ONG, em que ela recebe R\$50 mil, R\$60 mil, tem que sobreviver, como é que ela vai passar o mês inteiro cuidando de uma ONG sem... tem que sobreviver.

Vai para o Governo, ajuda a elaborar uma política pública em que será beneficiada uma ONG que ela fundou. Eu acho uma relação promíscua, e isso fica claro quando você analisa os projetos liberados pelo BNDES, nos quais o senhor é um dos beneficiados.

E essas ONGs que eu mencionei, muitas delas, são suas parceiras, como é o caso do ISA. O senhor recebe dinheiro e repassa para algumas entidades, como é o ISA, que é um que está muito bem representado desde o primeiro momento em que a Ministra Marina Silva, à época Senadora, foi para o Ministério do Meio Ambiente com representantes de ONGs junto com ela, como é o caso do João Paulo Capobianco, que foi um dos fundadores do ISA.

Encerro por aqui, Sr. Presidente, agradecendo a vinda dos nossos... do nosso convidado e me colocando também à disposição, na sequência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio. Pode, inclusive, voltar, se achar necessário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo já a palavra para o nosso companheiro, Senador Confúcio. Mas uma coisa me chamou atenção, Sr. Eduardo, quando o senhor diz que o ecoturismo no Alto Rio Negro pode ser praticado sem estradas.

Você mostra o vídeo, por favor aí, o vídeo número 12, que é lá no Alto Rio Negro?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já mostramos isso aqui umas duas vezes. São os coripacos, Sr. Eduardo. Aí eles vão descer nove cachoeiras e depois vão subir nove cachoeiras. Uma estrada de 16km os levaria perto da sede de São Gabriel, 16km. Fica difícil fazer turismo... o turista subindo aí nove cachoeiras dessas, descendo nove. Nada pessoal. Nada pessoal, como eu disse sempre, mas me parece um tanto ou contraditório ou falta de conhecimento, porque turismo sem estrada aí nessas cachoeiras é impossível. E eu mostro essa cena dantesca, humilhante, mais uma vez, porque é necessário jogar na cara do brasileiro o que nós passamos na região do Alto Rio Negro e na Amazônia.

Eu passo a palavra para o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de indagar a V. Exa. se há algum requerimento extrapauta pra ser votado. *(Pausa.)*

Não, né?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, Confúcio. Extrapauta há alguma sugestão para que votemos?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Não, não, não.

Bem, Sr. Presidente, é o seguinte: eu não estou aqui para contestar nenhum dos Senadores que fizeram suas indagações sobre o tema, se a favor ou contra as organizações não governamentais. Eu entendo a necessidade das organizações não governamentais. Eu acho que são pessoas extremamente estudiosas, dedicadas, devotadas a muitas causas variadas e que essa busca de recurso, a captação de recursos faz parte justamente dos objetivos delas, para poder desenvolver os seus projetos, e a busca do dinheiro do... O dinheiro do Fundo Amazônia é um dos dinheiros mais difíceis que existem. A burocracia do BNDES, na liberação de um projeto, é muito demorada; demorada, burocrática, exigente. E, depois de aprovado, elas sofrem as auditorias com muita frequência para verificar a justa aplicação dos recursos e seus objetivos, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho, assim, por exemplo, a defender muitas organizações lá do Estado de Rondônia, que fazem um trabalho ambiental em defesa de povos indígenas, com uma devoção e, inclusive, riscos de vida, não é? A defesa das etnias...

Lá, no ano passado mesmo, uma das organizações do Estado, muito sérias, ela teve que se refugiar por ameaça de morte de determinados grupos. Então, vocês viram os casos de morte, ano passado, trágicos, lá no Estado do Amazonas, quando mataram um jornalista e um ambientalista, em defesa dos povos indígenas, que comoveram muito o mundo, mostrando um trabalho que eles faziam em defesa da questão ambiental.

Então eu, da minha parte, não estou aqui para contestar nenhum... Eu sei que o Senador Plínio Valério, ao solicitar, buscar assinaturas para esta CPI, o objetivo dele era detectar ONGs irresponsáveis, ONGs criminosas, não é? E isso, ele está fazendo aqui. Mas, assim, no contexto geral, o que eu posso dizer das organizações do terceiro setor, no Brasil, é que é uma necessidade. Não só no Brasil, mas no mundo, no mundo todo. Na questão do crédito para pobres, na questão da defesa das minorias, dos quilombos, das etnias indígenas, da defesa ambiental, enfim, é uma diversidade tão grande de organizações que defendem determinados setores extremamente importantes.

Eu julgo, eu já falei aqui, eu repito aqui nesta Comissão, eu falei, é a segunda vez que eu falo. E eu nem faço perguntas, são comentários de ordem geral. Que o terceiro setor é tão importante quanto o setor público e o setor privado. Então o setor privado, por exemplo, a gente não indaga que o ministro que vem para o Ministério da Economia ou da Fazenda, muitas vezes vieram do setor bancário, do setor econômico, financeiro. Ele largou o seu emprego e veio ocupar uma pasta do ministério. Assim são muitos outros ministérios que buscam pessoas relacionadas com uma experiência anterior de mercados.

E as organizações não governamentais primeiro têm que ter uma vocação natural da pessoa, de querer fazer esse trabalho. Esse trabalho deve ser remunerado? Deve ser remunerado, sim. Deve ser remunerado, sim, porque realmente é um trabalho quase que de dedicação exclusiva. A pessoa renuncia... estou falando aqui que grande parte dos que eu conheço renunciaram a tudo para se dedicar a uma causa.

Então eu acho, assim, por exemplo, não estou aqui contestando o Senador Plínio pela iniciativa dele desta Comissão, e nem o Senador Marcio Bittar, que é uma pessoa brilhante; não, eu estou colocando aqui um contraponto meu, pessoal, de uma visão diferente. Eu tenho uma visão completamente diferente. Eu defendo as organizações não governamentais. Eu apoio as organizações não governamentais. Meu gabinete é cheio, eles vão sempre lá. Eu acolho todos eles, escuto, não só da parte de direitos humanos, enfim, tudo.

Então eu tenho um pensamento, não é, de maneira nenhuma, confrontando o merecimento da CPI aqui, mas eu tenho uma visão, assim, vamos caçar as bruxas lá, caçar as pessoas que cometem crimes e puni-las, se possível. Encaminhar esse relatório final para a Procuradoria-Geral da República, para análise



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e averiguação posterior, depois das tratativas, dos relatórios que serão feitos pelo Senador Marcio Bittar. O relatório dele vai chegar à Procuradoria da República e vai ser analisado. Também ao Tribunal de Contas, não é? Então, são pontos de vistas muito interessantes.

Eu sou também assim... "Ah, esse cara é de onde?" De onde é que eu sou? Eu sou nascido no Goiás, hoje Tocantins, que é Amazônia, e moro em Rondônia desde 1975, 1976. Então, eu sou um elemento amazônico também e tenho essa visão, no contraponto, em defesa das organizações não governamentais, em toda a sua extensão, não só na Amazônia, como em todas as demais esferas da atividade no nosso país.

Agora, por exemplo, eu sou favorável, inclusive, que a gente não copie maus exemplos europeus, maus exemplos de países ricos. De jeito nenhum! Nós devemos mostrar o nosso interesse, a partir de nós mesmos, estabelecer princípios ou até investimento.

Nós temos poucos recursos, mas vamos investir um pouco desses poucos recursos nas nossas causas, para demonstrar o nosso interesse de fazer, de melhorar, de proteger a questão ambiental no Brasil, não só na Amazônia, como também no Cerrado, no Pantanal e nos outros biomas brasileiros.

Assim, eu quero agradecer ao Marcio Bittar e ao Plínio Valério e que entendam o meu ponto de vista tranquilo, não contestando absolutamente nada, apenas colocando uma posição divergente, porque eu, realmente, penso diferente.

Lógico, eu concordo com o Plínio, vamos punir as organizações criminosas. Essas não podem ter amparo, de maneira nenhuma, mas essas que pregam a defesa do meio ambiente, a defesa dos povos originários, das pessoas pobres daqui e acolá, isso é necessário.

Então, são essas as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Confúcio, tenha a certeza de que nossa opção não é divergente, não, e que a sua participação sempre engrandece. Desde o começo, nós dissemos que não é para demonizar ONGs, é para acabar com as mamatas de alguns dirigentes de ONGs que vivem de forma nababesca à custa da pobreza da Amazônia. Não é nada divergente, e o senhor só engrandece a nossa CPI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós temos um relatório da Abin que mostra preocupações com ONGs brasileiras que são patrocinadas com dinheiro estrangeiro, particularmente pela USAID, dos Estados Unidos. A Abin acha que praticam ações que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

configuram tentativas de interferência externa, ao adotar posicionamentos que, muitas vezes, conflitam com o interesse do Brasil.

O que me preocupa? Eu vou falar sobre o Triplo A, para o brasileiro, para a brasileira – a gente sabe pouco sobre o Triplo A –, é também conhecido como o Caminho da Anaconda ou o Corredor AAA. É uma proposta, inicialmente, ambiental da fundação Gaia Amazonas, para a construção de um corredor ecológico transnacional, ligando dos Andes ao Atlântico, passando pela Amazônia – AAA –, em uma extensão de 200 milhões de hectares. Vocês ouviram bem: 200 milhões de hectares. Essa proposta foi, inicialmente, apresentada durante a COP 21, em 2015, para diminuir o desmatamento, mitigar os efeitos das mudanças climáticas e preservar a biodiversidade. É um corredor dos Andes que passa pela Amazônia. Por isso, é o Triplo A, Andes, Amazônia e Atlântico.

A implementação do Triplo A seria nada mais do que, no meu entendimento, uma manobra política de vizinhança entre os governos dos países integrantes, principalmente Brasil, Venezuela e Colômbia, visto que o Triplo A não tem relação nenhuma com o Acordo do Clima. É uma grande área de 200 milhões de hectares.

Do lado brasileiro, incluiria toda a calha norte do Rio Amazonas – o rio que secou. Aquela ONG lá internacional diz que o Amazonas secou. (*Risos.*)

Eu acho que não seria mais necessário. Se ele percorrer a pé a Amazônia, seria terrível... Desses imbecis e hipócritas que dizem que o Amazonas secou.

O que me preocupa e por isto é que eu o convidei a vir aqui, porque o Instituto IPÊ foi o autor, o executor, o financiador da criação do corredor ecológico do Rio Negro. Financiou a Fundação Amazônia, que criou e administra o mosaico das unidades de conservação do Baixo Rio Negro. São 11 unidades de conservação em Manaus, Novo Airão, Iranduba, Barcelos e Manacapuru. Em nível federal, isolou, estão lá Anavilhanas, Jaú, Rio Unini.

Isso me preocupa muito – muito – e eu queria ouvir do senhor qual foi a participação, se esse mosaico faz parte do Triplo A, porque, se a gente pegar, na geografia, eu, como amazônida, amazonense, tenho convicção de que esse mosaico faz parte do Triplo A. Eu queria lhe dar a oportunidade de nos mostrar, nos falar sobre isso. Quando foi gasto, se vocês acompanham de perto o que está hoje, porque, em termos de abrangência, esse mosaico é uma coisa fora do comum.

Na esfera federal: Parque Nacional de Anavilhanas; Parque Nacional do Jaú; Reserva Extrativista do Rio Unini. Na esfera estadual: Parque Estadual Rio Negro Setor Sul; Parque Estadual Rio Negro Setor Norte; APA Margem Direita do Rio Negro; APA Margem Esquerda do Rio Negro; APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Tarumã-Açu/Tarumã Mirim; Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Na esfera municipal: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – que eu conheço. E esse trabalho está diretamente ligado ao



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto do Triplo. É uma coisa tão grande para quem não imagina do que eu estou falando... A gente está falando de uma área de 200 milhões de hectares.

A pergunta é: foi deliberadamente feito em função do Triplo A esse mosaico?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Senador, obrigado pela pergunta.

Eu acho que é uma boa oportunidade de a gente fazer esclarecimentos sobre o que é o mosaico.

Existe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é uma política pública e prevê a existência de mosaicos em situações em que há diversas unidades de conservação, muitas vezes de categorias diferentes e que juntas compõem uma porção territorial considerável, e, muitas vezes, não faz sentido gerir essas unidades de conservação individualmente, sem que haja uma integração com as demais, até para que haja uma lógica naquilo que seja decidido fazer no território como um todo. E cada uma tem as suas normas específicas.

Como eu mencionei no início, existem os planos de manejo que determinam o zoneamento, tem as normas dizendo o que pode ser feito e o que não pode no nível local, mas existem desafios de integração, do ponto de vista de ordenamento territorial. E foi nesse sentido que o IPÊ desenvolveu um projeto anos atrás.

Eu não me recordo agora da data exata, mas foi um projeto que deu subsídios para a formalização do mosaico de unidades de conservação do Baixo Rio Negro. Isto, inclusive, contempla, está previsto na legislação: a composição de um conselho do mosaico, em que sentam todas as pessoas representantes das diversas áreas protegidas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tem algum estudo sobre o mosaico do Madeira, do Juruá, do Purus? Tem algum estudo nesse sentido?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É porque lá no Juruá a gente carece desse tipo de coisa que o senhor está aí falando.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Eu não tenho conhecimento, Senador, mas existem diversos mosaicos implementados em diversas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Desculpem, desculpem.

Vocês lembram que eu falo sempre do Alto Rio Negro e eu falo sempre do Baixo Rio Negro? Porque lá é que está o minério, lá que tem riqueza. Eles precisam isolar isso. E o Triplo A é para isolar mesmo a gente. Por isso é que eu pergunto se tem para o Juruá, para o Tapajós, para o Purus. Não tem!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque lá não tem nióbio, lá não tem ouro, lá não tem diamante. Por isso é que eles fazem esse mosaico – nada pessoal, como eu digo sempre –, por isso que eles fazem. Mas por que só no Rio Negro, caramba? Por que tudo que a gente fala aqui fica resumido ao Rio Negro? Porque é a região mais rica do planeta – mais rica do planeta. Só de nióbio, tem 96% da reserva mundial. E haja conservação, e haja atendimento. A gente está com um iate aqui de uma missão chinesa, nem sei o que é.

Então, o senhor, por favor, continue. Eu só estou interrompendo, porque, realmente, eu sou do Rio Juruá e careço tanto de atenção! Nós, lá, pobres coitados do Rio Juruá... A gente carece de atenção, porque não tem.

As ONGs nasceram para preencher lacunas. Bonito! Perfeito! Só tem lacuna no Alto Rio Negro. Só tem lacuna no Rio Negro! Não tem no Ceará, não tem na Paraíba, não tem no Eirunepé, na minha cidade.

Então, quando falam de Amazônia, se você falar de economia, eu calo; tributo, eu calo. Fico perguntando: mas falar de Amazônia e dizer que a gente não precisa de estradas! Por favor! Eu falo que não é nada pessoal, pode continuar, mas é porque eu vou usar a minha prerrogativa de sempre poder desabafar e dizer aquilo que eu penso, assim como o senhor está dizendo o que pensa e tem todo o direito.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Obrigado, Senador.

Como eu mostrei na minha apresentação, o IPÊ tem algumas regiões específicas de atuação onde é implementado aquele modelo integrado, com aquela diversidade de modalidades de projetos que eu descrevi. A região do Baixo Rio Negro foi uma das regiões escolhidas pelo IPÊ para implementar. Por isso, a equipe do IPÊ atua, e atuou, no suporte, na fundamentação da criação do mosaico. Nós não temos atuação nas outras regiões. Mas eu acho importante ressaltar que, muitas vezes, os atributos naturais acabam determinando o que deve ser uma lógica de território. Isso, muitas vezes, ultrapassa as regiões administrativas. Então, muitas vezes, não adianta você fazer um recorte só de um determinado município, ou estado, ou país se existe uma lógica natural de território que vai além desses limites. Esse é o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O senhor pode me informar o IDH... É difícil o senhor responder isso, porque é... O IDH antes e depois do mosaico? Qual era o IDH do nosso povo antes de ficar sem poder usar...

Novo Airão, que é um município perto de Manaus, cento e poucos quilômetros, não pode fazer nada. Lá é quase que 100%... Porque tudo isso aqui passa lá, Anavilhanas, o Jaú, lá para cima.

O senhor sabe alguma coisa sobre o IDH dessa região?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Eu não tenho informações aqui para, de cabeça...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas eu lhe digo – eu lhe digo: é muito pobre. É bem pobre, é um dos piores que tem – é um dos piores que tem. Notadamente desde depois de ficarem isolados.

O IPÊ participa do conselho dessas unidades?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – O IPÊ participa dos conselhos.

E eu compartilho do entendimento de que existe uma condição de pobreza em muitas dessas regiões. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que muitas dessas áreas protegidas que compõem o mosaico são modalidades de áreas protegidas que permitem pessoas vivendo no interior delas. Então, não é aquela questão de você estabelecer uma área protegida para acabar com as condições de vida das pessoas, acabar com a permanência das pessoas naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A RDS do Tupé, São João do Tupé, que está incluso nisso aí... Eu frequento Tupé. Eu, como Vereador, pude até fazer emenda parlamentar lá para uma academia a céu aberto, a casa de farinha, e eu não vejo absolutamente nenhum movimento para ajudar aquela comunidade. E ela está aqui nesse corredor, está aqui nesse mosaico. E nem falo do Unini, do Paduari.

Uma outra característica também que tem, gente, brasileiro, brasileira, nessas unidades é que elas são exploradas – a pesca – por estrangeiros. São os estrangeiros que têm as pousadas lindíssimas para pesca, os barcos lindíssimos. E o que é pior: a licença normalmente é dada para estrangeiros, para explorar a pesca, o turismo ecológico... Quando não – e a gente tem as informações; o Marcio vai colocar no relatório –, são pessoas influentes, parentes, que conseguem aquela licença para pescar em reserva.

Então, Sr. Eduardo, essas coisas que eu estou colocando é porque eu tenho a rara oportunidade de ser um dos 81, de 200 milhões de brasileiros. Deus me concedeu essa oportunidade de eu poder gritar e, ao mesmo tempo, lamentar que a gente não vai fazer muito, porque o Brasil está dominado, completamente dominado pelas ONGs. Mas vamos fazer o nosso papel. No relatório, o Marcio vai colocar. Vamos apresentar sugestões.

A gente, inclusive, aceita sugestões para projetos de lei, de resolução, para a gente tornar isso cada vez mais claro, cada vez mais transparente, para que o brasileiro que adora ONG... É porque, gente, o império do bem foi criado: "As ONGs são altruístas, politicamente corretas, praticam o bem, e o bem se alimenta do mal" – o mal somos nós. O Marcio falou lá atrás – e só faltou a palavra que o Marcio, eu e o Amin costumamos dizer –: os civilizados terceirizam os remorsos e suas culpas para nós. Eles têm culpa, têm remorso: "Ah, o petróleo polui; mas vamos continuar tirando o nosso aqui. Então, vamos jogar para a Amazônia, para ver se ela faz o nosso papel". Aí? Dinheiro. E dão dinheiro, e o Brasil aceita dinheiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não cabe aqui... Eu dizia o ditado que a gente usa lá em Eirunepé, porque é um tanto quanto vulgar – vulgar não, porque foi a palavra... –: quem aluga não tem direito onde sentar. Então, se você aluga alguma coisa, você não pode sentar na hora em que quiser. E é o que o Brasil fez: alugou e aceita dinheiro internacional.

E a pergunta é: já recebeu dinheiro do USAID, da Fundação Ford, da Fundação Moore, da Rockefeller?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Já recebemos. O IPÊ já recebeu recursos da USAID e já recebeu da Fundação Moore também.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Opa, desculpe, desculpe, peço desculpa, porque eu estava consultando o Marcio pra ver se ele queria ter interferência.

Porque o que a gente fala muito... Os índios disseram aqui – o Beto está aí – que não adianta mais terras, porque eles não têm direito de usar a terra. Vocês, as ONGs, a Funai, o Ibama, eles permitem, decretam que o índio tem direito de morar ali e de viver ali, mas decretam também que ele não tem direito de plantar, de vender, de colher e de garimpar. E nós não vamos acabar com isso, viu? É uma engrenagem tão forte, tão poderosa e tão perfeita que envolve sempre um juiz de plantão, um desembargador de plantão, um procurador da República de plantão pra conceder liminar pra qualquer ONG que entre com pedido... Qualquer ONG que entre com pedido de liminar embarga uma obra ou desenvolvimento, vide Potassio, em Autazes. Agora que a gente vai destravar. Quando digo a gente, eu nem conheço o pessoal da Potassio, eu conheço a pobreza de Autazes, eu conheço a dificuldade de Autazes, eu conheço mestiços pardos que agora são indígenas, isso eu conheço. Então, agora, sabe o que fizeram? Lá são 36 etnias; 34 se reuniram e destituíram a comissão dos muras e constituíram outra comissão, que permitiu o acordo com a Potassio do Brasil, porque o sapato é eles que usam e sabem onde o calo aperta.

Então, tudo o que a gente faz aqui, Sr. Eduardo, com todo respeito... Aqui eu reafirmo sempre: o senhor aqui não é réu, longe disso, o senhor aqui é esclarecedor, é nosso convidado, é esclarecedor. Mas a gente se permite também estar fazendo cada observação, no tempo que passa, porque a gente conhece.

Eu pergunto, Marcio, se você tem alguma pergunta a fazer ainda.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Não, Sr. Presidente. Estou satisfeito. Acho que a sua lembrança acabou suprimindo uma lacuna, não é? Eu acho que cada dia fica mais claro a quem assiste. A gente fica impressionado, não é?

O Senador Plínio estava mencionando a pobreza nessa região tão rica do Brasil. Eu queria apenas completar a sua fala, Senador Plínio, Presidente, dizendo o seguinte: o retrato da Amazônia se lê pelo Bolsa Família. O único estado que tem menos da metade da população dependendo de Bolsa Família na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia é Rondônia. Nos outros todos, você tem mais famílias dependendo do Bolsa Família, quer dizer... Então, é isso, essa é a constatação.

E fica constatado, Sr. Eduardo, como diz o Senador Plínio, com todo o respeito, mas nós temos o direito, assim como o senhor tem de falar, de expressar tudo o que pensa, nós também temos esse direito. E pra mim fica cada vez mais claro: o mundo rico paga a sua linha de frente, e eu acho incrível como as ONGs que são criadas com a dita preocupação ambiental não viram a sua preocupação, não miram naqueles que poluem. Eu acho uma relação absolutamente promíscua. "Eu defendo, eu acredito piamente que o aumento do CO₂ aumenta a temperatura global. Eu acredito que, se não tiver freio, nós vamos chegar ao ponto de excluir a vida do ser humano na Terra, mas eu recebo dinheiro de quem aumenta a produção de petróleo a todo dia." E não falam nada.

Quer dizer, como é que pode? E a Amazônia toda não tem participação quase nenhuma – nenhuma! Com todas as derrubadas, as queimadas, por mais que superdimensionem isso, não tem influência global quase nenhuma. O Brasil inteiro joga menos CO₂ na atmosfera do que a Alemanha. O Reino Unido, que juntos são maiores pouca coisa do que Roraima, joga mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro. Então, chama a atenção.

E a outra coisa é que, então, chama a atenção como, para mim, se desfaz essa dita preocupação ambiental quando se calam, e pior do que isso, recebem dinheiro, vivem sustentados pelos países que mais poluem o planeta e que aumentam a sua poluição, repito pela terceira vez, sem pedir licença a ninguém – Estados Unidos, Canadá, Noruega, Reino, todos eles. E aí as ONGs se calam, recebem deles. Como é que vão brigar com quem financia?

E a outra hipocrisia é você observar o mundo em que eles vivem com o mundo da Amazônia, de pobreza, de miséria, de Bolsa Família. E aí a compensação ambiental falada há 50 anos, quando ela chega, é para uma, duas, três famílias, porque, se você levar em conta 28 milhões de pessoas, então você pode afirmar que ela chega para meia dúzia, meia dúzia comparado com 28 milhões. Aí o preço máximo: R\$200 por mês. Quer dizer que eu crio reserva no meu território, eu abro mão de tirar o nióbio, a prata, o minério, o ouro, o petróleo, e recebo, alguns, a promessa de R\$200 por mês? Isso é uma vergonha!

E eu, de fato, espero que, com a iniciativa do Senador Plínio... E nunca é demais mencionar: foi a persistência, não é qualquer coisa, não... Passar mais de quatro anos lutando para criar um instrumento de pesquisa que é a CPI, quatro anos e meio após tomar posse, conseguiu estar nos dando a oportunidade de mostrar para o Brasil aquilo que eu sempre venho dizendo: a questão da Amazônia não é de esquerda ou de direita, e não é mesmo. Se tem um tema que eu acho que não é esquerda ou direita, é a Amazônia, é uma questão de soberania nacional.

Está valendo a pena a Amazônia ser engessada? Aí falam em replantio da Amazônia... Escuta, o bioma amazônico tem 86% preservado, é lá que precisa replantar? Claro que não! Claro que não, até



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque também é difícil até contar, não é? O sujeito faz uma prestação de contas, eu coloquei 100 mil mudas, quem contou? Quem vai contar isso naquele imenso território chamado Amazônia?

Então, eu acho, Senador Plínio, nosso Presidente, que você está de parabéns, e o Brasil pode ter a chance, pode estar tendo a chance de perceber que o Brasil está abrindo mão de uma fortuna que resolveria o problema da miséria dos índios. Como disse o Senador Plínio, eu venho dizendo isso há tanto tempo quanto o Senador Plínio: o índio quer ter o direito... O índio se sente enganado pelo Estado brasileiro com apoio de ONGs, porque, ao criar a reserva, se vendeu a ideia de que agora eu sou dono da terra. Não é dono coisa nenhuma!

Um brasileiro do Acre, índio, me disse que ele se sente o vigia da terra. É o vigia. Depois, uma ONG atuava lá, apertou. Ele pediu para eu não mostrar o vídeo que ele gravou, porque, como diz o Plínio, quer usar o minério, não pode; quer fazer o manejo da floresta, tirar madeira, não pode. Na prática, não pode. Quando dizem que pode, em certas circunstâncias, vai ter que pedir licença. Quando vai pedir licença, não consegue.

Essas hipocrisias, eu acho que elas estão sendo mostradas. E isso abre um campo para que a gente faça um relatório, como eu disse para o Senador Jaques Wagner, que esteve aqui, em que haja alguma convergência com o próprio Governo Federal. Pelo menos, o Senador Jaques Wagner disse, o Presidente da República, de vez em quando, diz também que quer tirar petróleo.

Quem sabe a gente possa convergir em algumas coisas, como dar ao índio, de fato, a sua verdadeira liberdade, que é fazer com que, a partir do Congresso Nacional, o Executivo compre a ideia original de que ele seja, de fato, dono da sua terra e possa tirar da sua terra as condições de progredir na vida.

Eu vi isso agora em Nova York, Plínio. O Plínio não quis nem ir. O que eu vi também, tive que ter muita paciência, porque são vidas milionárias, milionárias, as vidas dessas pessoas que participam desse circuito internacional, falando em nome da Amazônia, falando em nome dos índios. São vidas que custam caríssimo, falando de uma região que vive na miséria.

Eu quero, mais uma vez, Plínio, cumprimentá-lo e dizer da minha esperança de que a gente construa um relatório com algumas sugestões em que o próprio Governo Federal, pelo menos uma parte do Governo Federal, se veja representado nas sugestões que nós vamos emitir.

Sr. Eduardo, muito obrigado pela presença.

Mais uma vez, termino a minha participação dizendo que aqui, aliás, como no meu estado, eu enfrento os mesmos adversários há quase 30 anos. Nunca passei, nunca mesmo – Deus é testemunha –, nunca tive uma noite pensando em fazer o mal para o adversário. Olhem que já fizeram um bocado comigo lá, viu? Mas nunca foi pessoal. É apenas a indignação de um brasileiro, paulista de nascimento, mas um amazônida desde os dez anos de idade, que não se conforma de ver o mundo inteiro falando de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia e, cada dia mais, a Amazônia mais pobre, mais entregue a facções criminosas e a interesses estrangeiros.

Enfim, muito obrigado.

Parabéns, Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Marcio.

Sr. Eduardo, eu tenho uma pergunta ainda.

Neste momento em que Altamira está com problema – lá em Autazes, estão expulsando os pequenos agricultores que estavam em terra indígena, embora estivessem lá desde 1904 –, o senhor tem conhecimento se teve indenização a essa população quando foi isolada? Porque tem algumas unidades aí que não permitem nem a presença humana. Alguns foram indenizados? Tem conhecimento?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Senador, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque a lei fala em indenização. Eles não estão indenizando, agora, os nossos irmãos paraenses lá, que estão revoltados por isso.

Outra coisa que tem no Fundo Amazônia – o nosso convidado disse, e é certo –, o Fundo Amazônia financia aquelas ONGs, institutos que colaboram para a redução do desmatamento. O que vocês leem sobre desmatamento na Amazônia? Aumentando, aumentando, aumentando, aumentando. Mas o Fundo Amazônia dá dinheiro para que eles diminuam o desmatamento. Só dá dinheiro para quem prova – está lá –, para quem comprova que colaborou para jogar menos CO₂ no planeta. Quer dizer, a gente vive num mundo deste de hipocrisia, gente.

Eu queria que o brasileiro e a brasileira entendessem sempre isto: nada contra as ONGs. Dinheiro estrangeiro é bem-vindo, mas nós não podemos ser comandados pelo dinheiro. Nós sabemos o que fazer, a gente precisa de ajuda para fazer o que nós sabemos e não que nos deem dinheiro para dizer o que eles querem que nós façamos. Essa é a nossa briga, Sr. Eduardo, esse é o nosso questionamento, e essa é a divergência – sabe? – de alguém que é ator, que é atriz, que é cantor dizer do que nós da Amazônia precisamos, quando eu, há mais de 60 anos... Nasci na beira de rio, quer dizer, conheço aquelas cachoeiras. Nós precisamos de estrada em São Gabriel, sim! A gente precisa delas para ligar as etnias, as aldeias diretamente à sede ou a outra aldeia, porque é desumano enfrentar isso tudo.

Eu vou deixar o senhor bem à vontade...

Tem um vídeo que eu pedi? Porque eu queria mostrar, mais uma vez, Sr. Eduardo, e foge um pouco do que a gente está falando aqui, como é uma escola dentro de uma das unidades de conservação na Terra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Meio, aquela confusão que tem lá no Pará sempre, não é? Essa escola é padrão – ela é padrão. Esse é o resultado do trabalho das ONGs quando isolam os indígenas. Eles estão isolados. A terra é deles. Pronto! Eles estão na terra deles, porque eles têm direito, em nome da geração dos antepassados... Olhe a escola deles, do povo isolado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Olhe a escola, é mais uma escola...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Gente, isso é... Já mostrou o banheiro, já disse tudo – já disse tudo.

Então, eu quero... Sempre que falam em Amazônia, a gente, às vezes, exagera, mas o brasileiro e a brasileira têm que entender que nós da Amazônia somos vítimas disso aí.

"Ah! O Senador...". Não, eu estou Senador, privilegiado, com prerrogativas, mas não posso esquecer esse tipo de drama.

E, quando eu vejo, Sr. Eduardo... Não é nada com o senhor, mas, quando eu vejo discutirem a Amazônia em Nova York agora, quanto o Marcio foi... O Marcio convidou, e eu falei: "Vou nada! Eu vou presenciar a hipocrisia? Eu vou ter que ouvir hipócritas?". Não fui, nem vou, não é? Então, é com isto que a gente fica... A gente se irrita.

É em nome dos desvalidos que eles enriquecem, é em nome dos invisíveis que eles arrecadam dinheiro e vivem de forma nababesca. Isso entristece a gente, dói, dói na alma, dói na alma, dói na alma da gente saber... Eu estou aqui no Senado, podendo comandar uma CPI, Senador, ao lado do Marcio, mas não tem como esquecer essa gente. É igual, gente. Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, é igual, é igual. Não é uma cena isolada, não. É tudo assim... Quando você vê, pra cada índio que vocês veem elogiando, dizendo que estão felizes, você bota aí milhares de infelizes.

E vamos repetir mais uma vez: não me canso, meu mandato, assim como o do Marcio, não está a serviço dos felizes, dos satisfeitos, dos abastecidos. O nosso mandato está a serviço dos desvalidos, dos invisíveis, dos necessitados e dos insatisfeitos. Daí a gente conseguiu implementar essa ONG, esta CPI. "Ah, não vai dar em nada." Paciência. Paciência. A glória não está na vitória, a glória está no lutar – está no lutar.

Mas eu vou encerrar e deixar à sua vontade dizer o que quiser no seu encerramento pra alertar essa questão do politicamente correto, do altruísmo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles montam uma narrativa tão forte, tão forte, porque está ecoando lá na televisão, na revista, no jornal, no Judiciário, no Ministério Público, que quem discorda fica inibido, não quer discordar. Não é nem por ameaça física, não, é por vergonha de ser apontado como o politicamente incorreto. Então, esse império do bem, essa coisa de plantar o bem e se alimentar do mal... Só que nós não podemos aceitar ser o mal. Nós não cometemos pecados ambientais, nós não temos nódoas, nem no corpo, nem na consciência, de crimes ambientais. Eles têm e terceirizaram a culpa pra nós, que, de forma bem colonialista, aceitamos essa culpa que não temos. Não temos essa culpa.

O Marcio falou aí já mil vezes: Alemanha, Noruega, Canadá, Estados Unidos emitem muito mais CO₂, mas muito mais do que nós. Amazônia mais de 60% preservada; meu estado, 97%.

Nós somos bandidos e nós somos vilões? Vocês viram aquele vídeo, aquela organização diz que o Rio Amazonas secou – secou. Quem conhece pelo menos alguma coisinha, alguma coisa, não vai nunca pensar o Rio Amazonas secando, pelo menos na nossa geração, na dos nossos netos e bisnetos.

Então, contra a mentira, contra a hipocrisia é que nós estamos aqui exercendo o nosso mandato, sem nenhuma preocupação de agradar – nenhuma –, mas de cumprir com o nosso mandato.

Sr. Eduardo, fique à vontade. O senhor é livre, liberto pra dizer o que quiser na sua despedida.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (Para expor.) – Bom, primeiro, eu queria agradecer mais uma vez, Senadores, pela oportunidade de o IPÊ ter vindo aqui apresentar o seu trabalho, fazer os esclarecimentos e queria ressaltar aqui que a gente compartilha de todas as preocupações com relação às condições de vida precárias das pessoas, com relação aos desafios de mudanças climáticas.

Ao mesmo tempo, eu tenho um enorme orgulho de fazer parte da equipe do IPÊ e dos trabalhos que a gente desenvolve. Eu espero que o que eu mostrei aqui sirva de um exemplo do que as... Eu sei que muitas outras organizações como o IPÊ fazem trabalhos maravilhosos e precisam ser valorizadas e reconhecidas. Dessa forma, o terceiro setor tem um papel fundamental e precisa ser devidamente fortalecido e reconhecido.

Muito obrigado mais uma vez, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu que agradeço Sr. Eduardo, mas eu só vou fazer perguntas que gostaria de fazer no final. Eu sempre faço, porque é minha curiosidade.

Há quantos anos o IPÊ já foi criado? E o senhor tem ideia de quanto foi arrecadado nesse tempo de criação? Quinze anos, dez anos, oito anos, cinco anos? Quando anos tem o IPÊ?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Senador, o IPÊ foi fundado em 1992. Obviamente, eu não tenho de cabeça os números, mas, na minha apresentação, eu mostrei um histórico dos cinco anos, mas o senhor pode consultar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente pode multiplicar e chegar a um número. É uma média isso?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Não, porque...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vinte e seis milhões são uma média?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Não, porque foi crescendo. O IPÊ começou, como eu mencionei, a partir de um grupo pequeno de pesquisadores, e ele cresceu.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá, 110 milhões nos últimos cinco anos. É só para a gente saber o número aqui então.

Muito obrigado, Sr. Eduardo. O senhor colaborou muito conosco. Espero que o senhor tenha se sentido à vontade aqui, e tudo o que foi dito e que vai ser dito não é nada pessoal, longe disso.

Muito obrigado pela presença.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Boa sorte.

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Finalizado o depoimento, passamos à segunda parte, que é a deliberação de requerimento.

Votação de requerimento em bloco.

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos.

Se o senhor quiser, já pode... À vontade, está bom?

O SR. EDUARDO HUMBERTO DITT (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado, muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 138/2023

Requer informações ao Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

Autoria: Senador Plínio Valério

Temos informações que precisamos pedir da federação.

2ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 139/2023

Convida Juliano Bueno de Araújo, Diretor Presidente do Instituto Arayara de Educação e Cultura, para prestar informações.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Aquele primeiro requerimento é meu, de autoria do Presidente.

2ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 140/2023

Convida Ilan Zugman, Diretor Geral para América Latina da 350.org, para prestar informações.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Do nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

2ª PARTE

ITEM 4



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 141/2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Especial da Secretaria Especial para o programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Marcus Cavalcanti, informações sobre empreendimentos qualificados no escopo de sua competência.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Coloco em votação os requerimentos.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Coloco em votação a Ata da 16ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

E a gente vai finalizar. Não tem mais nada a tratar, já vai finalizar, aproveitando sempre, agradecendo quem fica aqui, assessor ou não, convidado ou não, curioso ou não. A presença de vocês sempre nos encoraja a vir. Sempre que a gente encontra vocês aqui, já nos esperando, é um novo alento para a gente. Vocês estão presenciando depoimentos. Imagino as dificuldades, mas podem multiplicar aí essas dificuldades que têm.

Esse organismo, essa engrenagem está funcionando muito bem, mas muito bem mesmo, e a gente...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E quem está acompanhando também pela TV.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E também hoje a gente conseguiu, Marcio, estar pela TV, no YouTube, na TV, agradecendo a você: você brasileiro, você brasileira que nos acompanha aí.

Pelo que vocês vão ver de exagero aqui, da nossa parte, eu nem peço desculpa, não. Eu estou aqui para desabafar mesmo, como amazônida. Não posso pedir desculpa por aquilo que eu julgo correto. Então, eu não posso nunca ter que pedir desculpa por uma coisa que eu sei, que eu presencio, que eu vejo e que, sim... Não é porque eu sou Senador que não sinto.

A gente aonde vai... Viu, Marcio, deve acontecer com você. É interessante, brasileiro, brasileira: aonde eu vou, seja no interior, seja no terminal, seja no *shopping*, no elevador, as pessoas olham pra mim, algumas nunca viram um Senador de perto, nunca tocaram num Senador. Que coisa absurda! Que coisa absurda! Eu estou até gravando, quando chego: "Alguém já viu?". "Não." Aí a gente está até gravando. É



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma coisa curiosa. O Senador é uma figura tão distante... Eu que era Vereador, tão perto, e eu estou frequentando, eu tenho até alguns vídeos nesse sentido, a pessoa toca pra saber: "Deixa eu tocar", de brincadeira. Então, nós temos que ir, nós e os artistas, nós e os cantores, Marcio, a gente tem que ir aonde o povo está, não são só os artistas, não, porque é lá que a gente sente.

Por isso é que eu mostrei aquelas cenas do Solimões, da seca, o caboclo fala "seca", não é nem seca. A gente fala seca, mas é "seca". É do outro lado da margem do Solimões, comunidades isoladas, porque secou, aí fica meio metro, 20cm... Eles não podem, aí vêm de canoa até o barco. Mas jamais, como esses hipócritas dizem por aí, o Rio Amazonas secou, a Amazônia está no final, pra que nós possamos assumir essa culpa que eles terceirizaram pra nós. Eu nem digo pra nós, Beto, terceirizaram pra aqueles colonizados que se sentem colonizadores, pra essa elite que, em nome do Brasil, age tentando esconder o que de verdade tem que ser mostrado.

Muito obrigado a quem me acompanha. E todas as vezes eu vou me lembrar de vocês. Eu vou pra lá meio desanimado, mas não, tem gente esperando pra ouvir, então a gente vem. Assim como a gente se lembra sempre dos kuripacos: 14 dias pra abraçar o Marcio, 14 dias pra me abraçar, pra reclamar – 14. Mas teve gente de cinco, de seis e de quatro dias...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pedir socorro, pra pedir socorro: "Nós viemos pedir socorro".

Aquele mesmo pessoal que o nosso convidado acha que não tem que ter estrada, não precisa. O ecoturismo não precisa de estrada. Bota o turista pra subir uma cachoeira daquela, mas não, eles vão botar sempre a gente pra carregar o peso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nunca mais volta – o Beto diz isso –, desiste e nunca mais volta.

É muito desconhecimento. Eu nem acho que seja má-fé, eu acho que é desconhecimento mesmo, não conhece, não tem a menor ideia – não tem a menor ideia. Nós fomos agora a essa comunidade chamada Nova Jerusalém. Manacapuru é um dos maiores municípios, mas, se se atravessa o Solimões, eles estão sem água, porque o poço artesiano já não alcança mais a água. E a gente, através de emendas parlamentares, que é dinheiro da população – que não é dinheiro nosso, é só um direito que nós temos –, a gente está levando poço artesiano.

E agora o que é interessante – viu? –: Starlink, não tem uma comunidade que você vá, uma só, não tem, que não peça Starlink. Por quê? A psicose do isolamento. Estão isolados, isso é a liberdade de tudo e de todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Obrigado mais uma vez.

Que Deus nos proteja a todos! Paz de Cristo! (*Palmas.*)

Declaro encerrada esta sessão.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e sete minutos do dia dez de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Esperidião Amin, Wilder Moraes e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Beto Faro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às onze horas e dezoito minutos e reaberta às onze horas e vinte e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Flavia Vinhaes Santos, Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em atendimento ao requerimento 115/2023; do Marta de Oliveira Antunes, Tecnologista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em atendimento ao requerimento 115/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2023** que : "Requer a inclusão do Cacique Graciano Aedzane Pronhopa, da etnia Xavante, do estado do Mato Grosso, como convidado para participar de audiência desta Comissão." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 143 de 2023** que : "Requer a inclusão do Cacique Arnaldo Tsererowe, da etnia Xavante, Líder da Aldeia Dzepa da TI Parabubure do município de Campinópolis, Estado do Mato Grosso, como convidado para participar de audiência desta Comissão." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/10>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão, criada pelo Regimento do Senado e o Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002, até a data de 1º de janeiro de 2023.

Enquanto o nosso Relator Marcio está vindo – estava em uma reunião e está a caminho –, eu vou mostrar para vocês aqui o que vocês veem na mídia, aquelas cenas, aqueles vídeos midiáticos da Polícia Federal explodindo flutuantes como se fossem dragas de garimpeiros. São flutuantes onde moram, onde as famílias chamavam lá de garimpagem familiar, onde as famílias moram, garimpam ali há muitos anos. E, em seguida, a gente emendou um vídeo para mostrar como é que ficam as áreas onde esses flutuantes foram explodidos. O motivo principal para que os garimpeiros familiares – estou falando na água – saiam dali é porque eles estão poluindo o rio com mercúrio. E olhe só como fica a área depois que são expulsos, e o que eles dizem, os moradores de perto dessas áreas.

Por favor, é o vídeo nº 4.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu acho que é suficiente. Eu acho que é suficiente.

O que a gente está aqui querendo fazer e fazendo? Defendendo garimpeiro ilegal? Não é nada disso. Garimpagem ilegal? Não é nada disso. Esses flutuantes – podem observar – não são aquelas dragas enormes, são flutuantes familiares. É uma cultura que tem por lá. A gente chama de garimpagem familiar. Estão ilegais lá, esses anos todos. Agora, o que eles mostram, aqui e lá fora, é só explosão – o que é bonito, é midiático –, aquela explosão explodindo balsas, garimpeiros com suas dragas. É bonito, não é? Mas o que fica eles não mostram, e o que fica, o legado que fica são os rios, aquela parte do rio poluída. E os moradores das proximidades, que não têm nada a ver, é que pagam esse alto preço da arrogância.

Passou o helicóptero lá; na imagem passa. Eles chegam de helicóptero, de fuzil, todo mundo vestido de preto. É federal, é Ibama, é Funai, todo mundo junto para expulsar essa turma aí. E o que fica é essa pobreza, a miséria cada vez mais. E vocês brasileiros e vocês brasileiras não tomam conhecimento. Então, o que nós estamos fazendo é, pelo menos, mostrar esse outro lado que existe. E fica pra nós a missão de, como Senador, fazer algo, tentar fazer algo ou não, procurar ver o que está errado e consertar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês ouvem muito também: "Amazônia, garimpagem ilegal, extração de madeira ilegal, não sei o quê ilegal". Na Amazônia, tudo é ilegal, porque não pode nada. Então, tudo é ilegal; não pode nada. Então, tudo que você fizer é ilegal. Então, a gente tem que, um dia, quem sabe, enfrentar essa hipocrisia e dizer na Amazônia: "Aqui pode, aqui não pode, aqui não pode, aqui não pode, mas aqui pode", mas não tem nada disso. É só o braço do poder público, do Governo, que só chega pra punir. A mão só serve pra punir. Não tem nem um braço pra auxiliar, nem uma mão pra ajudar. E a gente está mostrando pro Brasil isso.

Me perguntam muito se a gente vai conseguir abalar as ONGs. Claro que não vai! A gente está abrindo a caixa-preta e mostrando. Por exemplo, aquelas quatro ONGs que aqui estiveram – foram quatro ONGs, até agora, a depor aqui – juntas arrecadaram R\$1,4 bilhão. Quatro ONGs apenas arrecadaram R\$1,4 bilhão, que, se bem aplicados, nós não estaríamos do jeito que estamos.

O Fundo Amazônia diz que dá dinheiro pra quem comprovar que trabalhou e ajudou a evitar a emissão de gases de efeito estufa, e não é o que a gente vê. Então, a gente precisa, no final, aprimorar essa coisa que controla o Fundo Amazônia com leis, conversando com o Banco Central, com os governos que querem ajudar, pra que nós possamos apresentar projetos de leis, projetos de resolução e consertar isso aí.

Eu digo sempre, porque tentam sempre nos jogar pro outro lado: nós não somos contra dinheiro estrangeiro pra ajudar a nossa população, nunca! A gente quer... A gente só não pode é ficar escravo desse dinheiro, é ficar submisso a esse dinheiro, é ficar o braço que executa esse dinheiro, um dinheiro que entra. Se eu dou...

Eu vou transformar numa coisa bem simples: se eu estou dando dinheiro pra uma filha e digo: "Ó, estou dando o dinheiro aqui, mas é pra você comprar isso", eu não estou dando o dinheiro pra ela, eu estou impondo a minha vontade a ela. É o que acontece com os doadores do Fundo Amazônia: Noruega, que vive do petróleo; Alemanha, que abriu agora e está explorando seu carvão natural; Canadá, que explora madeira, nióbio e potássio. E agora a Holanda está prometendo, os Estados Unidos também estão prometendo.

Então, nós vamos continuar nesse passo aqui.

Mostrei pra vocês o que acontece no entorno e a consequência de quando terminam essas operações midiáticas. O que vai pra televisão é exatamente só a explosão: são marginais, são infratores, então eles têm que ser expulsos.

Esclareço aos Senadores e Senadoras que o Requerimento 115, de 2023, CPI de ONGs, convidou o Sr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Porém, o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística informou, por meio de sua assessoria, que já havia agendado viagem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao exterior, especificamente para a África do Sul, de modo que foi sugerida para representar a Sra. Flavia Vinhaes Santos.

Como eu tenho dito aqui desde o começo... Até a minha mulher, quando eu chego em casa, de vez em quando, fala: "Você foi muito brando, muito educado", mas é assim que a gente vai continuar, nesse passo. Mas a gente tem notado que todo titular que é convidado está viajando, está com viagem, está no aeroporto, está com viagem marcada. Então, a gente talvez mude o nosso método, talvez a gente não convide mais, convoque, porque aí a viagem tem que ser adiada. A gente está sendo compreensivo, até por acreditar que a Sra. Flavia Vinhaes Santos tem capacidade para expor, mas nunca é a mesma coisa.

Então, por uma questão de trato, as perguntas serão as mesmas, a gente vai querer entender essa metodologia, ela certamente saberá explicar.

Então, eu vou suspender por alguns minutos, e a gente volta em seguida com a nossa convidada.

(Suspensa às 11 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a presença do nosso Relator, nosso amigo, Senador Marcio Bittar, vamos reabrir a nossa reunião e pedir que os assessores conduzam até aqui a Sra. Flavia Vinhaes Santos, representante do IBGE, para compor mesa. Será a nossa depoente no dia de hoje. *(Pausa.)*

Nós vamos reiterar o que dissemos lá na sala. Sra. Flavia, a senhora veio, como convidada, depor e responder a algumas perguntas que nós certamente faremos, o Marcio e eu, mas quero acrescentar sempre e deixar bem claro que a senhora não está vindo como ré, a senhora é nossa convidada para esclarecer alguns pontos que nós precisamos clarear. Isso aqui não é uma inquisição, isso aqui não é um tribunal de júri; portanto, sinta-se à vontade. E as perguntas que faremos, nenhuma delas, será pessoal. Algumas podem até parecer, mas, na verdade, não são pessoais, pelo menos dos Senadores que aqui estão; podem ser pessoais daqueles que sofrem de metodologias erradas.

Com a palavra... Ela vai expor um pouco, Marcio.

Se a senhora precisar de alguns minutos para expor...

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS *(Fora do microfone.)* – Vou só fazer uma abertura.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Com a palavra.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS *(Para expor.)* – Bom dia.

Em atenção ao convite feito por V. Exas. ao IBGE, ao Presidente Marcio Pochmann, que não pôde estar presente hoje porque ele está em uma agenda internacional que já tinha sido previamente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinada, eu estou aqui pra substituí-lo. Eu trouxe comigo um apoio técnico, a Marta Antunes, que fez parte ativamente da operação censitária de 2022. Então, ela também poderá ajudar nos questionamentos.

Agradeço o convite de V. Exas. pra gente poder elucidar tudo que for preciso. A gente está aqui à disposição pra responder a todas as perguntas. O IBGE agradece também a oportunidade de a gente responder a essas perguntas e informar à sociedade tudo que é de interesse da sociedade.

Antes de passar a palavra à Marta – a gente vai fazer uma breve apresentação –, eu queria dizer que o IBGE é uma instituição de quase 90 anos, vai fazer 90 anos em 2026, e que muito nos orgulha. Portanto, a gente tem uma longa tradição tanto de censo como de várias outras pesquisas e um corpo técnico muito sólido, muito competente e com autonomia técnica pra realizar todas as pesquisas, o que não nos furta de manter um contato constante com a sociedade, atendendo democraticamente aos anseios da sociedade, dialogando democraticamente com a sociedade, que vai trazer as suas demandas, e a gente, como corpo técnico, vai avaliar a possibilidade de incluir nas nossas pesquisas a necessidade que a sociedade tem de inclusão dessas demandas, que vêm de diversas partes, pra melhor retratar o país e possibilitar acesso a pesquisadores e ao setor privado e a elaboração de políticas públicas, que vão retornar pra sociedade com base em dados confiáveis, sistematizados e com total autonomia técnica.

Eu agradeço à mesa e agradeço ao Presidente pelo convite.

Passo a palavra para a Marta, que vai fazer uma breve apresentação.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, a Sra. Marta.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Bom dia, Excelências.

É um prazer estar aqui representando o IBGE e, como a Flavia colocou, poder apresentar a metodologia censitária e poder também esclarecer possíveis dúvidas que possam ter.

Vou iniciar a apresentação sobre a investigação da população indígena nos censos demográficos.

Pode passar.

E, começando pela missão do IBGE, é importante salientar que a nossa missão é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

Pode passar.

E a gente tem, no censo demográfico, a principal fonte de referência para o conhecimento da condição de vida da população em todos os municípios do país e em seus recortes territoriais internos, tendo, como unidade de coleta, a pessoa residente, na data de referência, no domicílio do território



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, ou seja, o censo é territorialmente coberto para todos os domicílios. A nossa data de referência desse censo foi 31 de julho de 2022.

O censo tem como objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos de iniciativa privada ou de qualquer nível de governo.

O censo exige a adoção de padrões científicos amplamente testados e a participação de diferentes setores da sociedade na apresentação de demandas por informações a serem pesquisadas.

Deve observar também – o nosso censo – os parâmetros internacionais para a realização de censos estabelecidos a cada rodada internacional de censos. Esses parâmetros são definidos internacionalmente e também em nível do Mercosul, através do Consenso de Montevideu.

Pode passar, por favor.

O IBGE se pauta pelos princípios fundamentais das estatísticas oficiais. São eles: a relevância, a imparcialidade e a igualdade de acesso às informações; padrões profissionais e ética na produção das estatísticas públicas; responsabilidade e transparência; prevenção ao mau uso de dados; eficiência; confidencialidade; respeito à legislação; coordenação nacional das estatísticas oficiais; uso de padrões internacionais e cooperação internacional.

Pode passar.

Para fins do censo, é importante mencionar que todas as nossas perguntas se orientam pelo princípio da autodeclaração. O que isso significa? Que, para fins de investigação estatística do censo demográfico, o IBGE considera a declaração do informante sobre as características do seu domicílio e sobre as características dos moradores do seu domicílio, ou seja, não cabe ao nosso recenseador, que é contratado através de um processo seletivo simplificado, fazer qualquer questionamento à informação que nos é dada pelos moradores do domicílio que estão atuando como informantes. Eles são treinados para isso. Essa é a competência deles. Cabe a eles apenas esclarecer dúvidas que o informante possa ter a respeito das perguntas que são feitas pelo censo demográfico.

Pode passar, por favor.

Aqui, para conhecimento também, a pergunta de cor ou raça é investigada desde o primeiro censo, de 1872 – o primeiro censo nacional brasileiro. Na pergunta de cor ou raça, a gente já tem, em 1872, as categorias de branca, parda, preta e cabocla, para os indígenas, e a mistura de indígena com outra categoria de cor ou raça. Em 1890, a gente tem algumas mudanças nas categorias e, a partir de 1991, a gente passa a ter a categoria indígena compondo, então, essa pergunta de cor ou raça, que passa a ser: a sua cor ou raça é branca, preta, amarela, parda ou indígena? Branca para a pessoa que se declara branca;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preta para a pessoa que se declara preta; amarela para a pessoa de origem oriental, japonesa, chinesa, coreana, etc.; parda para a pessoa que se declara parda ou que se identifica com a mistura de uma ou mais categorias de cor ou raça – branca, preta, parda ou indígena –; e indígena para a pessoa que se considera indígena ou índia e que reside dentro ou fora de terras indígenas delimitadas pela Funai.

Pode passar.

Então, em 1991, a nossa pergunta de cor ou raça estava no questionário da mostra. Isso significa que apenas alguns domicílios eram perguntados sobre a cor ou raça, ou seja, nem todos os moradores do país respondiam a sua cor ou raça. É importante trazer o resultado de 1991: nós tínhamos 294.148 pessoas indígenas, majoritariamente na Região Norte, seguida da Nordeste e Centro-Oeste, Sul, Sudeste. Então esse é o dado de 1991.

Pode passar, por favor.

No Censo 2000, a gente mantém a pergunta de cor ou raça. No questionário já mostra – aquele que é feito apenas por uma parte da população... E aí a gente tem um crescimento de 150% na declaração da população indígena, entre 1991 e 2000, quando a gente passa para 734.128 pessoas indígenas. A gente continua com a Região Norte com a maior parte da população indígena, seguida da Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Região Sul.

Pode passar, por favor.

Em 2010, no âmbito da preparação do projeto do Censo Comum do Mercosul, que tinha como objetivo que o IBGE e todos os países do Mercosul harmonizassem a forma como era feito o censo, para que a gente pudesse ter estatísticas comparáveis no âmbito do Mercosul, para que a estatística pública do Brasil fosse comparável com a estatística pública de outros países, a gente inicia um projeto de fazer alguns testes conjuntos.

O projeto teve como meta incorporar, na rodada do Censo demográfico 2010, variáveis relativas a pessoas com deficiência, populações indígenas, migração internacional, com ênfase na migração na fronteira entre países da região.

Nesse contexto, em 2008, o IBGE realiza uma prova-piloto conjunta com o instituto de estatísticas do Paraguai para testar os quesitos que o IBGE utilizava para pesquisar a população indígena. É nesse contexto que os nossos observadores internacionais e nacionais verificaram a dificuldade da população indígena de compreender a pergunta de cor ou raça: "Sua cor ou raça é branca, preta, amarela, parda ou indígena?".

Embora a gente tenha pedido autorização da aldeia... do cacique da aldeia para fazer o teste, explicado que a gente queria testar uma inovação do Censo 2010, que era a introdução de etnia e língua no questionário censitário e ver como isso se comportava em campo, na hora que a gente fez a pergunta,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"sua cor ou raça é branca, preta, amarela, parda ou indígena?", 30 membros da família foram declarados como pretos. E aí a gente verificou que havia um problema sério, porque aí a gente ia pular etnia, ia pular língua e a gente não estava contando a população indígena. A gente verificou isso também na prova-piloto que foi realizada em outra aldeia, no Paraná. Então, a gente verificou um problema na captação do quesito de cor ou raça da população indígena.

Pode passar, por favor.

Eu já adiantei para vocês... Então, a gente, nessa data, decidiu começar a testar uma pergunta de cobertura que a gente levou a campo no Censo de 2010, que, no caso de a pessoa se declarar branca, preta, amarela ou parda, a gente faria uma pergunta que a gente chama de pergunta de cobertura, que é uma pergunta adicional, que não muda a resposta à primeira pergunta, mas que nos permite fazer uma pergunta que responde as recomendações internacionais, que é de perguntar a etnicidade de forma objetiva. Então, essa pergunta que a gente fazia, já em 2010, é: "Você se considera indígena?". Caso a pessoa respondesse que "sim", além da cor ou raça que ela declarou, ela ainda tinha a informação que ela também se considerava indígena. Então, isso foi aplicado em 2010.

Pode passar.

O Censo 2010 também inovou em relação aos censos anteriores porque foi o primeiro censo em que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, que é responsável... é o órgão público responsável pela política indigenista, apoiou o IBGE na compatibilização dos limites do que a gente chama de setores censitários.

Setor censitário é a área de trabalho de um recenseador do IBGE. Todo o território nacional, só para compreensão, é dividido em setores censitários para que nenhum domicílio fique de fora, ou seja, para que nenhum pedacinho do território nacional fique sem receber a visita de um recenseador, para que ninguém deixe de ser contado.

Então, a partir dessa parceria, o IBGE aperfeiçoou a cartografia de referência. Se, em 1991, a gente tinha 449 áreas indígenas e 277 aldeias, em 2010, a gente levou para campo uma cartografia censitária com 526 terras indígenas já compatibilizadas com os limites da Funai, que é o órgão responsável por definir esses limites, e 1.329 aldeias indígenas, melhorando, então, a cobertura censitária nessas áreas.

Pode passar, por favor?

E aí, o nosso questionário, a nossa pergunta de cor ou raças saiu do questionário amostral, ou seja, a gente deixou de fazê-la para algumas pessoas apenas, e passou, então, para o questionário que é feito a toda população residente no Brasil. Todos os moradores foram questionados se sua cor ou raça era branca, preta, amarela, parda ou indígena, em 2010. Caso a pessoa residisse numa terra indígena e se declarasse branca, preta, amarela ou parda, além dessa contabilização da sua cor ou raça, a gente perguntava se ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se considerava indígena. Caso ela se considerasse indígena ou se declarasse de cor ou raça indígena, a gente fazia investigação de etnia indígena, língua indígena falada no domicílio e se também falava português no domicílio.

Pode passar, por favor?

E, aqui, os resultados. Então, para a gente chegar ao total da população indígena, a gente não usa apenas o quesito de cor ou raça a partir de 2010. A gente usa os dois quesitos: o cor ou raça, porque aí pega quem se declarou indígena em cor ou raça, e soma com quem se considerou indígena no "Se considera...". Aí, como resultado, 78.954 pessoas não declaradas indígenas no quesito de cor ou raça, mas que se consideraram indígenas, representou 8,8% do total de pessoas indígenas no Censo 2010. Considerando-se apenas os indígenas que residiam nas terras indígenas, que foi onde a pergunta abriu em 2010, 15,3% das pessoas indígenas que residiam em terras indígenas se declararam a partir da pergunta: "Se considera indígena?".

Pode passar?

E é importante, então, falar como a gente fez o planejamento para o Censo 2022, que é o alvo também de atenção aqui desta reunião com vocês. A gente iniciou o planejamento em 2016. Esse planejamento parte do que deu certo, ou seja, as boas práticas do Censo 2010, e o que precisaria melhorar em relação a 2010 para 2022.

Esse início de planejamento é feito numa reunião em que os principais produtores e usuários de estatística pública estão presentes, principalmente órgãos governamentais, e em que a gente analisa o Censo 2010 e avalia o que precisa melhorar para o Censo seguinte.

Entre 2017 e 2018, são feitos os testes de questionário. Por quê? A sociedade participa da consulta, primeiro, em 2016 os órgãos públicos; em 2018, a sociedade como um todo, através do nosso *website*, faz demandas para o IBGE de temáticas que devem ser abordadas no Censo; e aí o IBGE precisa, tecnicamente, definir o que é viável pesquisar no Censo, que metodologia usar, e testar. Esses testes se iniciam em 2017 e passam para 2018.

Em 2019, a gente tem a definição do questionário censitário, e a gente tem, então, os testes operacionais, que a gente chama de Censo Experimental, em que a gente testa o treinamento, o planejamento, toda a forma de fazer o Censo, as perguntas já estão fechadas, e a gente testa toda a operação, inclusive a apuração preliminar.

Entre também 2018 e 2021, a gente trabalha a cartografia censitária, que é a classificação de todos os setores censitários nas suas tipologias: quais são os que tem predominância indígena, predominância urbana, rural, etc.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente faz a coleta em 2022. Até dezembro de 2022, 97% dos setores indígenas estavam coletados. A gente precisou, apenas em 2023, do apoio de helicópteros para fechar a operação especial na Terra Indígena Yanomami e o Wajãpi, que era onde estava faltando fazer o Censo, por falta desse modal de acesso.

A gente contou com o apoio da Funai na coleta, em 2022, através de um termo de execução descentralizada para ter acesso a aeronaves bimotores e "motomotores", monomotores também, para poder fazer o censo, em 2022, nas terras que demandavam esse acesso no Amazonas, Roraima, Pará e Mato Grosso.

Pode passar, por favor.

Então, que nem eu falei, o planejamento se inicia em 2016. São realizadas as etapas de consulta aos ministérios, órgãos governamentais, associações acadêmicas e organizações da sociedade civil. No que se refere ao recenseamento dos povos indígenas, os órgãos principais que apoiam o IBGE são a Fundação Nacional dos Povos Indígenas e a Secretaria de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde, que são os órgãos que têm a atuação local mais capilarizada e também as informações mais detalhadas sobre a localização dos povos indígenas; e também as organizações indígenas.

É identificada, então, a necessidade de se manter a metodologia de 2010, tanto com abertura controlada da pergunta se se considera indígena como a continuidade da investigação de etnia indígena e língua indígena.

Pode passar.

A gente segue, então, as recomendações internacionais da Cepal, para a Rodada de 2020. A gente segue também as demandas da Agenda 2030 e do Consenso de Montevidéu para melhorar a aplicação nas nossas estatísticas de 2022. A gente utiliza também bibliografia especializada, que resalta as experiências dos censos da Costa Rica, do Chile e do Paraguai, que tiveram bons resultados na rodada de 2010, pelos seus processos de consulta no momento de formulação de questionário e divulgação do Censo junto a povos indígenas, e a gente usa também exemplos de outros países que contam com a participação da população indígena, para facilitar o acesso, o percurso aos seus territórios durante a realização do Censo, como a Austrália, a Nova Zelândia, além do Canadá, Equador, Guatemala e Colômbia.

No que concerne à redação da pergunta a ser aplicada nos questionários, as recomendações são muito consensuais, de que ela precisa ser o mais direta e imparcial possível, aplicada a todos os moradores, ou seja, sem nenhum filtro que se responda para todos ao mesmo tempo do domicílio, ou seja, vai perguntar, um a um, como cada um se identifica em relação ao seu pertencimento étnico.

Pode passar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Censo Demográfico 2022 contou com uma participação mais ativa da Fundação Nacional dos Povos Indígenas. A Funai é corresponsável, no seu estatuto, pela realização do censo demográfico junto aos povos indígenas. E a gente construiu também uma sala de situação, para que houvesse um monitoramento em tempo real da coleta, considerando que, ao longo da coleta, a gente coleta as coordenadas dos domicílios visitados e a gente pode também ir vendo se os dados estão vindo mais ou menos adequados às expectativas e aos registros administrativos existentes nos órgãos que atuam com essa população.

Em maio de 2022, o Presidente da Funai, o Marcelo Augusto Xavier da Silva, define, então, quais seriam as atribuições das equipes da Funai durante o Censo, que são basicamente de facilitar o acesso, percurso e saber como chegar, ter os meios logísticos para chegar em todas as aldeias, em todas as terras indígenas do país e nos ajudar com qualquer dificuldade, recusa, etc., que a gente pudesse encontrar durante o recenseamento. É importante ressaltar que o recenseamento nas terras indígenas teve a menor taxa de não resposta do censo, 1,7%. A nossa taxa de não resposta do censo, como um todo, é de cerca de 5%. Então, essa facilitação do apoio da Funai foi essencial.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Não, está quase terminando.

Pode passar, por favor.

(Soa a campainha.)

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Aqui, a gente mostra também o apoio que a gente teve na atualização da nossa cartografia censitária, que é uma das perguntas da CPI inclusive para o IBGE. A gente verificou que, embora a Funai e a Sesai sejam as detentoras da maior parte das informações da localização de aldeias, comunidades indígenas e terras indígenas, a gente sentia dificuldades com algumas áreas de onde a gente não tinha muita informação. Então, em 2017, a gente reúne os órgãos indigenistas, a gente reúne outros órgãos públicos e a gente reúne também algumas organizações da sociedade civil para nos passarem insumos que nos permitissem, então, analisar a viabilidade e onde estariam localizadas as aldeias através de um trabalho que o IBGE faz de análise de geosserviços, que são imagens satelitais de alta resolução, onde a gente verifica se esses pontos que nos são passados pelos diferentes órgãos procedem, se realmente a gente tem domicílios a serem visitados nesses locais, com o objetivo, então, de que a gente não deixe nenhum domicílio de fora.

Pode passar, e eu estou terminando.

E aqui é o resultado desse trabalho conjunto com os diferentes órgãos, com os apoios também das associações acadêmicas, da sociedade civil, que é uma melhoria da nossa cartografia, que é importante não só para o retrato dos povos indígenas, mas é importante para o retrato da população como um todo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, se a gente não souber onde estão todos os domicílios do país, a gente vai deixar de fora pessoas. Aí, vai ter menos gente nos municípios, menos gente nos estados também, como um todo.

Pode passar.

E esse aqui é o nosso questionário de 2022. Ele é igual ao de 2010, só para ciência de V. Exas.

Pode passar.

E, aí, é o resultado para a pergunta de cor ou raça. Ela foi responsável por 1.226.438 pessoas.

A pergunta "se considera indígena" foi aberta para 18 milhões de pessoas, 18,7 milhões de pessoas, e apenas 2,5% responderam afirmativamente, 467.097.

Para a gente saber dessa variação que a gente teve de 88,8% no total de população indígena, o que é que se deve a crescimento demográfico, a gente precisa aguardar a divulgação dos quesitos de fecundidade, mortalidade e migração. São eles que vão nos explicar também a mudança da população indígena de dentro de terras para fora de terras, do interior para as capitais dos estados. Então, sobre essa mobilização que a gente percebeu em campo, a gente só vai ter com esses quesitos, e vamos saber também se a expectativa dos demógrafos de que o crescimento vegetativo dos povos indígenas seja em torno de 20%, 25% realmente se sustenta. Então, essa informação a gente só vai ter mais para frente.

Pode passar.

E aqui são os resultados, em que vocês veem que se mantém a estrutura de 2010 apenas com aumento de totais absolutos.

Pode passar, por favor.

E a variação que a gente tem entre os censos, se vocês virem agora, olhando de 1991 até agora...

(Soa a campanha.)

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – ... a gente tem, em 1991, 294 mil; em 2000, 734 mil; em 2010, 896 mil; e, em 2022, 1,693 milhão.

Pode passar, por favor.

A grande variação que a gente tem no censo entre 1991 e 2000 é que a gente tem um crescimento, um aumento de 150%; a gente tem um decréscimo – é o último eslaide – em contexto urbano entre 2000 e 2010, a gente tem uma diminuição de valor absoluto de população indígena em contexto urbano, mas a gente, mesmo assim, tem um crescimento de 22,2% entre o censo de 2000 e 2010; e, agora, de 2010 para 2022 a gente tem esse aumento de 88,8% no total de indígenas, o que, de certa forma, responde à crítica que o IBGE teve em 2010, que foi uma subnotificação da população indígena fora das terras indígenas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, para a gente finalizar.

E, aí, a pergunta que também foi feita pela CPI ao IBGE: as variações a que se devem. Primeiro, quanto à autodeclaração de pertencimento étnico, é importante salientar que é influenciada pela situação da entrevista e pelo contexto sócio-histórico e territorial local, regional e nacional, podendo implicar subnumerações identificadas em censos anteriores. Os povos indígenas vêm também alterando a sua relação com o Estado ao longo dos últimos anos, o que tem consequência sobre a declaração do pertencimento étnico e racial. A gente padronizou os nossos questionários com os cadastros de acesso à política pública já faz algum tempo, então, a pergunta de cor ou raça passou a ser mais conhecida do que era em 2010.

A população indígena possui trajetória demográfica própria caracterizada por recuperações demográficas que exigem um monitoramento diferenciado. Os padrões de fecundidade, mortalidade e migração são diferenciados e concentrados espacialmente. Se vocês, por exemplo, tiverem ciência, a população indígena tem uma média de moradores de 3,64 pessoas por domicílio e a população brasileira como um todo de 2,79, ou seja, existe uma dinâmica bem diferenciada.

Ou seja, qualquer interpretação da mudança de totais populacionais precisa se atentar para variações contextuais, metodológicas e melhorias operacionais implementadas pelo IBGE no Censo 2022.

Pode passar.

Acho que terminou.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado. Obrigado, Sra. Marta.

Peço permissão ao Jaime, ao Zequinha e ao Marcio para apresentar aqui um vídeo. A gente tem no Amazonas, notadamente em Manaus, em que o mestiço é reconhecido por lei, uma reação muito grande ao termo "mestiço", por ter sumido. O termo "mestiço" aparecia até 1890, não é isso? O termo. A senhora mostrou um quadro aí onde o "mestiço" aparecia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, 1890. Mas eu quero mostrar aqui, aí as perguntas vêm depois, eu queria mostrar esse vídeo aí, o vídeo nº 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... Sra. Marta, no Amazonas, é muito grande, muito grande mesmo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora participou de um seminário chamado "Não sou pardo, sou indígena: o Pardismo em debate"?

A gente tem um vídeo da senhora aí, mas eu queria que a senhora explicasse para gente isso: "Eu não sou pardo, sou indígena".

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Uhum.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tem gente que insiste em ser pardo, não é? Que diz...

O que a gente tem aqui, e esse é o nosso questionamento, é que as instruções dadas ao entrevistador do IBGE determinam o quê? Quando o informante de pele clara responde que sua cor/raça é preta, isso não deve ser questionado. Eles instruem isso. Assinala-se a alternativa preta. No entanto, quando a pessoa se declara morena, algo que todos entendem como quase sinônimo de pardo, as opções devem ser relidas pausadamente. Não ficaria claro aí que existe um viés na escolha da opção preta? É esse... A senhora viu um depoimento. Eu posso trazer cem depoimentos, só trouxe um. É minha região. Isso aí eu vi. Não só chegou para mim.

E a pergunta que fica é esta: eu queria entender, Marta, por que o termo "mestiço" sumiu? Em 1890, existia o "mestiço". Hoje tem pessoas no Amazonas, no Brasil inteiro, que se declaram mestiças. Há uma luta, inclusive, para que se tenha de volta esse termo.

Então, eu queria que a senhora me falasse sobre isso. Eu não queria mostrar o vídeo da senhora que tem aí, acho que nesse seminário... Queria, primeiro, entender porque os mestiços sumiram e depois entender por que essa indução existe.

Eu até acredito que o IBGE, na sua forma, no seu questionário, não faz isso, mas na prática é o contrário. E mais, com a presença de indígenas – lá, quando o IBGE leva também um indígena para reconhecer, na área indígena.

Outra coisa, eles determinam e valorizam uma terra, um terreno. Onde tem índio, tudo bem. E onde não tem índio, tem pardo e mestiço, mas aquela área é boa para ser solicitada lá na frente, a porca torce o rabo, senão vai ser procurado, tem problema na polícia e o escambau. Isso é coisa minha, está bom, senhora? Só queria que a senhora explicasse por que o termo "mestiço" sumiu e o que a senhora quer dizer com "não sou pardo, sou indígena".

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Obrigada pela pergunta.

O termo mestiço apareceu apenas no Censo de 1890, para substituir o termo pardo. Ele não funcionou bem para a população, então voltou o termo "pardo" nos censos seguintes. Até hoje a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população mestiça vem usando o termo "pardo" como o termo que se aproxima mais de como ela se identifica.

Em 2012, a gente fez uma pesquisa de percepção do pertencimento étnico, de cor ou raça, onde a gente testou possibilidades de mudar as categorias de cor ou raça, mas elas não foram conclusivas e a gente não chegou a uma terminologia.

Em 2016, quando a gente fez essa consulta aos produtores e usuários de estatística pública, os órgãos pediram para a gente manter a cor ou raça igual entre os dois censos, para a gente poder manter uma comparabilidade, considerando que era a primeira vez que estariam duas vezes seguidas, numa década, no questionário básico, o que permitiria então fazer as estimativas populacionais.

Então, o termo "mestiço", respondendo à sua pergunta, entrou apenas em 1890, antes até de o IBGE existir. Ele nunca mais voltou.

Hoje o termo que a gente tem, que atende a essa população, é "cor ou raça parda".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Exagerando um pouco, mas ecoando o grito dos mestiços, você poderia dizer que o IBGE extinguiu os mestiços?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não, a gente não tem essa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas não existe hoje o mestiço mais, existia; hoje não existe mais, porque o IBGE resolveu não colocar mais. Eu vou exagerar: eu poderia dizer que o IBGE extinguiu os mestiços do mapa do Brasil?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (*Fora do microfone.*) – Eu não tenho como responder.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está bom.

O que a senhora quer dizer que eu "não sou pardo, sou indígena"?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Do seminário "Não sou pardo, sou indígena" o IBGE foi convidado a participar porque o movimento indígena tem uma crítica muito grande à categoria "pardo". Então, eles pediram para a gente explicar o que é a categoria, porque o IBGE mantém essa categoria no cor ou raça, porque eles alegam que o fato de a gente ter a categoria "pardo" diminui a quantidade de indígenas no país. Então, o papel do IBGE foi de explicar as categorias de cor ou raça, como que elas funcionam e quais são as definições de cada uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Senador Zequinha e Senador Jaime? Primeiro, o Senador Zequinha. Desrespeitando a hierarquia do nosso Vice-Presidente. Senador Zequinha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Com a aquiescência do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, o Relator fez aquiesceu e abriu mão, sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é, eu esperava que o Relator fosse entrar no ar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, é porque ele notou, Zequinha, naquela hora em que você quis, até levantou a mão e já queria falar, você querendo falar e abriu mão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Eu preciso deixar claro na minha cabeça algumas coisas. Eu cheguei e já estava acontecendo. Eu peço desculpas, estava numa luta ali fora com algumas questões.

Mas, primeiro, cumprimento nosso Presidente, o nosso Relator, o colega Bagattoli e o IBGE, que está aqui.

De todos os censos, esse último censo – questão indígena à parte, depois a gente cuida dela –, para mim, foi assim meio esquisito. Me perdoa aqui, mas, particularmente, eu pego os números do IBGE, resultado de 2022, para utilizar, mas, me desculpem a franqueza, eu não confio no resultado deste censo.

Lá no meu estado, não sei o que acontecia, mas tem município que, por exemplo, estava com 70 mil habitantes. Todo mundo não sabia ou todo mundo sabia que não tinha 70 mil habitantes, que tinha 40, 50 mil habitantes, e caiu, mais ou menos, dentro dessa margem. Está ótimo. Vou até citar o nome aqui de dois municípios, Rondon do Pará e Jacundá ficam próximos, mais ou menos. A gente aposta qualquer coisa que, nessas duas cidades, não tem como não ter em torno de 50 mil habitantes. Não tem! Pode ir para lá conferir. E elas estão hoje, se não alteraram, com trinta e poucos mil habitantes. Então, como é que se explica isso? Lá no estado, a gente não via o IBGE trabalhando. Eu acho que 40, 50% da população não recebeu o rapaz do censo lá, mas, depois, vê isso, não é? Sei que foi muito, muito estranho o último censo. A gente acompanha todos os outros e tal, e esse agora nos trouxe, assim, uma insatisfação muito grande.

Mas eu queria, doutora, ouvi-la com relação a essa questão "cor e raça". O que é cor e o que é raça? Se, para o IBGE, é tudo a mesma coisa. Vocês classificam isso... Como é que isso se encaixa num censo? Porque sou aqui, tenho... Minha cor é relativamente branca – eu, o Bagattoli e tal...

Mas a minha raça é uma coisa – do meu ponto de vista – e a minha cor é outra coisa, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem para um outro ponto que eu acho interessante: você se sente índio? Não se sente índio? Essa pergunta não está trazendo uma tragédia para esse censo?

Eu queria me sentir rico e, de repente, estar rico. Todo mundo sabe que não funciona assim. Queria me sentir um cara de, pelo menos de 1,80m de altura, mas eu só tenho um metro e sessenta e pouco...

Isso me deixa transtornado. O IBGE, em outros tempos, tinha critérios muito mais seguros para apresentar para a gente, que está aqui precisando dos dados de vocês, para trabalhar. Nada contra se tem mais índio, se tem menos índio.

Tem uma outra política aí, que eu acho que está forçando muito a barra em cima disso. Por exemplo, a corrente, liderada pelas ONGs, quer transformar todos em índio. Lá no meu estado, tem uma cidade importante, que todo mundo sabe do nome aqui, que não vou falar, para não criar fuxico, lá tem uma ONG que, eu e o Bagattoli, que é meio descendente de italiano, se nós quiséssemos ser índio... "Preenche aqui!". Aí dão um formulário, você preenche, assina embaixo e, a partir dali, você é considerado índio.

O IBGE embarca nisso, o IBGE faz um censo independente, ideologicamente livre, para dar ao país, exatamente, o resultado que a gente precisa, que o Governo precisa, para trabalhar políticas públicas. Como é que ficou isso? Sinceramente! Tem este crescimento gigantesco: tinha 896 mil índios, aí, de repente, vai para 1,7 milhão de índios. O Governo pode confiar nisso? Aliás, a sociedade, que paga por isso, pode confiar? É por aí mesmo esse negócio ou o português mudou?

O que é um indígena, na minha concepção? O que é a palavra "indígena"? É aquele que chegou antes dos outros. Ou a gente muda o português, a questão da linguagem, para poder mudar os resultados, ou então a gente tem que reexplicar tudo isso, não é? O que é um índio, realmente, ou um indígena? A concepção é aquela, o que está, o que chegou, o que é, antes dos outros, ou é qualquer um que, por interesse A, B ou C, vai lá em Santarém, vai lá na rua tal, número tal, tem uma ONG instalada, e diz: "Eu quero ser índio daqui para frente". "Não, mas você é branco, tem cara de cearense!". "Não, não tem problema nenhum, eu me sinto, eu quero!".

É claro que todos nós que estamos aqui temos um pé na senzala, temos um sanguinho dos nossos irmãos africanos, temos um sanguinho dos nossos irmãos indígenas, temos um sanguinho dos nossos irmãos europeus, mas eu não quero que uma instituição bancada pela sociedade se enverede por questões ideológicas, para dar resultados que não são resultados reais.

Todo mundo tem direito de ser disso daqui, daquilo outro, politicamente para cá – tem direito –, mas a questão institucional não tem. Nós não podemos embarcar uma instituição como o IBGE, em que o Governo precisa, todo dia, estar ali: "Não, porque o negócio é assim, assim, assim, as informações são essas". Eu tenho que confiar em vocês, a sociedade precisa confiar nos senhores, mas, do jeito que está indo aqui, se reconceituando tudo, se redefinindo tudo: "Ah, eu me sinto isso, eu me sinto aquilo"... Por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favor, pelo amor de Deus, nos explique essa confusão, como é que se mistura raça com cor, tal, pra ver se realmente a gente tem um pouco de paz e tranquilidade com relação aos dados que vocês nos dão para trabalhar.

Obrigado, Presidente.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Obrigada pela pergunta, Senador.

É importante ressaltar que o IBGE segue os mais altos e rigorosos padrões técnicos internacionalmente reconhecidos para investigação de pertencimento étnico-racial.

A nossa pergunta de cor ou raça tem as mesmas categorias estáveis há vários censos, apenas a categoria indígena entra em 91, depois de muitos censos investigando cor ou raça.

Cor ou raça é uma percepção da própria pessoa sobre ela mesma, então esse é o padrão internacional, esse é o acordo internacional para investigação estatística.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Quais países que usam isso?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Todos os países da América Latina vêm migrando de heteroclassificação, há três censos, para autoidentificação. Eu posso passar uma lista para os Senadores...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Os americanos usam também?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim, sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Usam?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Tem certeza?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Absoluta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – É?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Depois me dê a fonte, por favor.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim.

Então, a gente usa a autodeclaração não só para a pergunta de pertencimento étnico, mas para todas as perguntas do censo. Eu não tenho como fazer um censo se eu pedir o contracheque, quando eu peço o rendimento da pessoa, se eu pedir o diploma de graduação, se eu peço qual é a escolaridade, em que curso a pessoa se graduou. Então, para eu poder fazer estatística pública, eu preciso trabalhar com a declaração em todos os quesitos. Isso quer dizer que eu estou dando informação automaticamente para a ação de política pública? Não. A estatística pública é um retrato que orienta, depois, as definições de política pública.

Em relação a indígenas, qual é o parâmetro, de onde vem a pergunta, por que a pergunta "se considera indígena" é construída, ela também vem das recomendações internacionais que orientam que a gente tenha uma pergunta mais objetiva. É importante salientar que, em muitas línguas indígenas, não existe tradução para a pergunta de cor ou raça. Então, as categorias de cor ou raça não têm tradução em várias línguas indígenas. Por exemplo, principalmente em recente contato, você transforma em indígena e não indígena. Então, branco funciona, indígena funciona, mas preto, pardo, amarelo é difícil; a gente tem que traduzir as categorias.

A gente tem uma orientação internacional de que as melhores formas de perguntar é se a pessoa é indígena, se a pessoa se reconhece como indígena ou se a pessoa se considera indígena. Em 2010, a gente fez os testes e "se considera indígena" foi a que funcionou melhor aqui no Brasil, ela foi adotada.

Sobre a sua pergunta sobre o que o IBGE considera indígena, é a pessoa que se declara como indígena ou como índia.

A gente não faz...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – E a questão linguagem, a língua pergunta também junto?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – A gente pergunta para toda pessoa que se declarou de cor ou de raça indígena ou se declarou que se considera indígena... A gente faz, então, uma pergunta subsequente, que é: a qual etnia você pertence? Etnia, povo ou grupo indígena a que você pertence.

Então, você consegue ter a declaração das pessoas indígenas e as etnias a que pertencem, ou se não sabem a etnia, ou se não têm etnia, ou se declararam algo que o IBGE vai considerar como maldefinido ou não determinado. Em 2010, a gente já tem todas essas classificações disponíveis.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – E o dialeto?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Quanto à língua indígena, a gente pergunta à pessoa que é declarada como indígena se fala a língua indígena no seu domicílio. Caso a pessoa responda que fala a língua indígena, a gente investiga qual a língua indígena é falada. Então, a nossa estatística em 2010...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – E se ele não falar a língua indígena?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – A gente bota que ele não fala língua indígena.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, mas se ele é índio...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Estou entendendo, Zequinha. Se ele não falar, mesmo que não falar, dá para anular a condição dele de indígena se ele trazer cem, vinte, cem pessoas nesse caso, que são indígenas, mas não sabem falar a linguagem?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Aí a gente vai dar a estatística para vocês, e vocês vão poder utilizá-la da melhor forma. Então, se para a política que vocês estão pensando, é importante separar indígena que fala e não fala...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não... A senhora acabou de dizer que para se reconhecer como indígena tem que falar a qual a etnia pertence.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não, a pessoa... Desculpa. Vou deixar mais claro. A pessoa que se declara de cor ou raça indígena ou que se considera indígena responde a essas perguntas. Aí a gente dá a estatística do total de indígenas que pertencem à etnia tal, tal, tal ou que não têm etnia, ou que não sabem a etnia, ou que declararam uma etnia maldefinida ou não determinada. E a gente também dá o total de indígenas que falam e não falam língua indígena. Então a gente dá toda estatística. A de 2010 já está disponível com todos esses recortes. Então, é possível para os senhores analisarem, do universo indígena, qual é a etnia que tem mais indígenas, qual é o total que não soube informar ou que não tem...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Permita-me mais um parêntese.

Quer dizer, eu tenho aqui 1,7 milhão índios, mas eu tenho exatamente o número de índios que falam a sua língua e o número de índios que não falam a sua língua. É isso que eu tenho?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Você vai ter, esse dado vai estar disponível pra sociedade no início do ano que vem. A gente está terminando os tratamentos de codificação. Só para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicar para os senhores, é uma parte que vem no texto; a gente tem o que não vem, mas esse dado é disponibilizado no início do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mais alguma pergunta, Senador Zequinha, para eu passar para o Senador Jaime? Mas depois pode voltar, se quiser, Zequinha. Estamos aqui só nós.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Senador Plínio Valério, Presidente desta CPI, o Marcio Bittar e a Marta, representando o IBGE.

Marta, eu quero dizer pra você o seguinte: essa questão de mestiços, pardos... Eu sou de uma região onde inclusive foi votado marco temporal pelo Supremo Tribunal, daquela reserva de Santa Catarina, onde se alega que tem mais, um pouco mais de 2 mil índios. E digo pra você: índio mesmo, lá naquela reserva hoje, se tiver, são uns 450, 500 índios; os outros são mestiços e pardos. E se elevou uma reserva daquela de 14 mil e poucos hectares para 37 mil hectares, isso com a decisão do Supremo; derrubamos agora, votou-se o seu marco temporal agora no Senado, já tinha sido votado na Câmara.

Quero dizer para você o seguinte: vocês viram o que aconteceu quando... Não sei se acompanharam pela rede social, pelo jornal, porque a grande mídia não mostra também o que aconteceu. Naquela região foram construídas três barragens pra defender a cidade de Blumenau; três barragens foram feitas, Presidente: uma em Ituporanga, uma no Taió e uma em José Boiteux, que é o município em que eu nasci.

Não tem nenhum representante, nenhum Deputado Federal, nenhum Senador de Santa Catarina aqui, em Brasília, que conhece tanto aquela reserva quanto eu conheço – a reserva dos xoclengues.

Hoje, só para o senhor entender, Presidente, uma reserva só está dividida em seis, sete caciques. Nem os caciques se entendem dentro da reserva. E, hoje, é igual eu falei: a maior parte são mistos e pardos, mestiços e pardos.

E quero dizer para você o seguinte, olha o que aconteceu agora no final de semana. Onde foi construída a represa, Presidente? Foi totalmente fora da reserva. E, na década de 70, quando foi construído aquilo – houve audiência pública –, aquilo foi para defender uma população. Blumenau tem mais de 300 mil habitantes. E, hoje, as pessoas... Ninguém mais tem respeito. O Governador de Santa Catarina teve que ir com a polícia. Vocês viram? Quem acompanhou viu o confronto entre a polícia e os indígenas. Os caciques saíram de frente e deixaram as crianças e as mulheres. É um absurdo o que está acontecendo hoje pelo Brasil afora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, outra coisa, aquilo lá... Foram dadas todas as garantias, todas as condições que os indígenas exigiram. Sempre foram dadas. Infelizmente, houve um ministro uns anos atrás – 15, 20 anos atrás; não sei se faz isso – que foi lá e entregou a represa. Você já pensou? Uma represa, que é para ser controlada por um estado. Foram lá... Foi construída onde era da iniciativa privada, não foi construída dentro da reserva. E os índios tomaram conta – os índios tomaram conta. E, para poder hoje fechar as comportas e evitar 3m, 4m de enchente na cidade de Blumenau, porque está tudo com enchente lá do Rio Itajaí-Açu, para evitar as enchentes, teve que ir a polícia. Ele disse os indígenas quebraram tudo. O que nós precisamos neste Brasil? Nós precisamos ter ordem.

Agora, os indígenas hoje, infelizmente... E aí, o que existe lá, igual eu estou falando... Onde que cresceu tanto essa população? Eu queria que você depois visse esses indígenas xoclogues, lá da reserva de José Boiteux e Vitor Meireles, eu queria que você visse quanto que cresceu, nesses indígenas, esse absurdo dos números que vocês falam aí. A maioria desses indígenas aí – nós sabemos – são mestiços, são pardos. E por que está se fazendo isso? Isso aí vem através das ONGs, vem através dessas entidades não governamentais, para que se criem mais reservas indígenas no Brasil.

E essa reserva que eu estou falando, onde eu nasci... Eu digo para você o seguinte: escritura centenária. Uma vergonha, um absurdo. Pessoas que têm escritura... E não estou falando em grande produtor; aqui são produtores até 27 hectares, escrituras centenárias. Aí, infelizmente, uma decisão dessa do Supremo, que chegou lá e disse que aquelas pessoas iam perder suas propriedades. Tem pessoas lá que já estão em depressão, tem pessoas que podem até se suicidar, porque não se chega a um denominador.

Ainda bem que o Senado e a Câmara Federal se acordaram, e foi votado isso.

E nós precisamos, sim, obedecer; precisamos ter respeito pelos povos originários, pelos indígenas. Nós temos que ter respeito pelos indígenas, mas nós também temos que ver o direito de cada um e onde que está o direito dos brancos.

Então, eu só queria fazer a seguinte pergunta: como é que é... O Zequinha Marinho já fez, o nosso Presidente já fez... Como que vocês podem definir isso entre pardos e mestiços? Vocês não podem considerar que essas pessoas são indígenas. Eu conheço pessoas... Tem alemães que estão casados com indígenas lá, que estão lá, estão dentro da reserva, foram para dentro da... São alemães, não têm nada a ver com indígena. De origem alemã, entendeu? Todas essas pessoas são consideradas indígenas.

Obrigado.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS (Para expor.) – Não, não, Exa., eu acho que é importante a gente saber que a gente não define as pessoas, não é o IBGE que define as pessoas, se elas são indígenas, se elas são pretas, se elas são pardas. Elas se autodefinem, inclusive, em todos os quesitos, como a Marta apontou, agora há pouco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão é que, se a gente quer manter as estatísticas comparáveis, em nível internacional, a gente precisa adotar algumas categorias, não é? Ou você preza pela comparabilidade ou você preza pela representatividade. A gente poderia ter 1 milhão de categorias pra cor ou raça, não é? O Brasil é um país absolutamente mestiço e cada um se autodenomina com... Tem várias autodenominações, não é? Só que isso, pra estatística, é impossível. Primeiro, porque você não conseguiria comparar com outros países se a gente utilizar categorias distintas e, segundo, você não conseguiria nem agregar a grupos, não é?

Então, a gente tem que entender que a pesquisa define uma metodologia e é sob essa metodologia que ela divulga os seus resultados. É importante que essa metodologia seja conhecida pela população pra saber do que a gente está falando. A pesquisa passa por vários testes, por testes cognitivos, ou seja, o censo, como a gente costuma dizer... As pessoas brincam no IBGE, assim, "parece que o IBGE não trabalha de dez em dez anos, porque o censo acontece de dez em dez anos". (*Risos.*)

Mas não é. A gente fica dez anos planejando o censo seguinte, não é? Quer dizer, no meio da década, seria ideal que tivesse a contagem. Então, a gente não para. Então, a gente fica o tempo todo fazendo vários testes, a gente vai a campo várias vezes e vê quais são as categorias melhor aceitas, melhor compreendidas pelo público, porque, eventualmente, nós, enfim, que tivemos acesso à escolaridade ou que temos uma renda melhor temos um vocabulário que é distinto do vocabulário de uma grande parte da população brasileira. Então, a gente tem que se adequar também a essas categorias que a população brasileira entende e com que se identifica. Então, é sob esses quesitos que a gente trabalha no IBGE. Não é a gente que define as pessoas assim, elas se autodefinem, não é?

A Marta já falou anteriormente que as pessoas podem se definir pardas, pretas, indígenas ou não... Pardas, pretas e brancas e, depois, se autodefinirem também indígenas, não é? Então, existe uma série de possibilidades, e a gente só divulga essas estatísticas. Cada um... Cada instituição ou política pública ou governo ou instituição privada ou pesquisador utiliza isso da forma que achar mais apropriada, de acordo com os seus interesses. Interesses que eu digo são interesses nobres mesmo, não é? "O que que eu quero? Qual é o meu foco nessa pesquisa? Qual é o meu foco nessa política pública?" E aí ela tem... As pessoas têm uma série de informações que elas podem utilizar de forma desagregada e tal.

Então, assim, só pra deixar claro que não é o IBGE que define as pessoas. O IBGE defende a metodologia, tenta atender as recomendações internacionais – tem autonomia técnica, obviamente, porque a gente tem diversidades distintas de outros países, não é? – e é com base nisso... Faz uma série de testes e é com base nisso que a gente define as nossas pesquisas, vai a campo, não é?

No censo, foram 180 mil agentes recenseadores, que foram visitar quase todos os domicílios deste país. Essa tarefa não é uma tarefa fácil. Todo mundo aqui conhece o Brasil, sabe das suas particularidades, da sua geografia, da sua diversidade cultural, social e econômica. Não é uma tarefa fácil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil está entre os dez países com maior população e maior território do mundo. Então, não é mesmo uma tarefa fácil.

Eu acho que algumas questões precisam ser conhecidas sobre a pesquisa que o IBGE desenvolve, conhecidas por nós, pelo Senado, por esta Casa e pela sociedade, de uma forma geral, pra gente saber do que a gente está tratando quando a gente divulga essas estatísticas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interperlar.) – Tudo bem.

Presidente, só pra encerrar aqui, eu citei a questão de ONG que chama as pessoas que querem ser índio, vai lá e se declara índio e, a partir dali, sim.

Bom, como já foi dito, o instituto chega e pergunta: "Como é que você se sente?". Mas, oficialmente, tem lógica alguém ter olhos azuis e, de repente, virar índio? Nisso, para o IBGE, não tem problema?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Eu acho que é importante saber que a gente não pode treinar um recenseador pra discutir com o informante sobre o que ele está nos dando de informação. Então, seria muito arriscado e seria muito complicado, num país diverso e plural como o Brasil, eu orientar um recenseador a verificar se a pessoa está falando uma coisa ou outra. O fenótipo não necessariamente está relacionado com o seu pertencimento étnico. Por isso que é cor ou raça – o senhor tinha perguntado e, desculpe, Excelência, eu me esqueci de responder –, pode ser o fenótipo ou pode ser a sua ancestralidade, o seu pertencimento, que operam na forma como você se declara. Então, não tem como eu treinar um agente de pesquisa pra ele fazer uma heteroclassificação. A gente viu, em vários países no mundo, a dificuldade que é, e a gente fez um teste também.

Se a gente pegar o exemplo aqui da sala, cada um dos nossos recenseadores classificaria a mesma pessoa de uma forma totalmente diferente. Então, não funciona. A gente precisa que a pessoa se declare. Assim como ela declara a sua renda, ela declara a sua cor ou raça, ela declara a sua etnia, ela declara a sua escolaridade, se tem banheiro, se tem saneamento... Tudo é autodeclarado, porque é assim que funciona a estatística. É diferente de quando eu vou fazer uma política pública, um cadastro público, em que eu faço exigências. Não necessariamente você se declarar no censo faz alguma diferença para depois você acessar alguma política, porque, quando você ou eu acessamos a política, eu tenho que provar que eu sou quem eu falo que sou. É diferente.

Para o censo, eu preciso ter um retrato, um orientador que dá um retrato daquele momento da sociedade. Para a política pública, vocês definem uma série de exigências, legalmente, de como acessá-la. Não é o fato de o censo estar dando um resultado que faz com que automaticamente aquela pessoa entre para a política pública. Por quê? O nosso dado é desidentificado e agregado. Então, a gente não dá o dado de ninguém individualmente. Esse dado é sempre agregado e desidentificado no momento e no tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está trabalhando com o dado de indígena desde 2010 até agora, o mesmo do Censo de 2010. Agora, a gente tem o dado do Censo de 2020, mas, nesses 12 anos, esse era o único dado que a gente tinha de estatística oficial. Nesse meio tempo, eram utilizados dados alternativos de registro administrativo, cadastros, etc., etc., que as pessoas utilizavam.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A senhora colocou uma situação, e aí há a estatística, que é trabalhada dia e noite lá. Então, por que, em 2010, tu tens 896 mil índios e, em 2022, tu tens 1,7 milhão índios? O que aconteceu pra esse povo aparecer? Onde eles estavam, se o método, se as perguntas não mudaram de 2010 pra cá? Que fenômeno se deu pra que se tivesse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ãh?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Ela acabou de falar, porque ela é a autora inclusive, da mudança. *(Fora do microfone.)*

No Censo de 2010, não tinha essa autodeclaração.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tinha. Tinha, sim.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Acho que é importante esclarecer, Excelência.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ela falou que tinha. Não mudou nada.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – A gente tem autodeclaração no censo para cor ou raça, desde 1950, tá? A mudança...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Isso, é importante a pergunta do Senador, muito importante.

A gente tem algumas mudanças. A gente tem um crescimento vegetativo, que é esperado, entre 20%. A gente ainda não sabe quanto vai ser, porque a gente precisa dos outros dados que vão sendo divulgados – o IBGE vai divulgando aos poucos os seus dados. A gente vai precisar de fecundidade, mortalidade e migração, pra gente saber exatamente o que é o crescimento demográfico, ou seja, a população indígena, principalmente dentro das terras indígenas, tende a ter uma dinâmica sociodemográfica diferenciada: mais filhos, mais gente morando junto, etc., etc.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem uma pequena parte dessa alteração que se deve a isso. Tem uma parte que se deve a uma grande melhoria no nosso sistema de cartografia censitária. A gente passa... O meu colega aqui trabalha com essa área. A gente passa do que seria uma máquina analógica de fotografia para uma máquina digital extraqualificada. A gente passa a ter imagens em tempo real, a partir do acesso às imagens Planet da Polícia Federal, geo serviços de imagens de alta qualidade que nos permitem identificar locais que a gente não identificou em 2010. Não é que a gente não fez um bom trabalho em 2010; a gente fez o possível que a gente tinha, com a informação que a gente tinha em 2010.

Então, a gente tem várias críticas, que teve áreas que a gente não visitou, teve aldeias a que a gente não foi em 2010, e a gente conseguiu ir nesse censo, justamente porque a gente teve uma cartografia censitária muito mais detalhada. A gente teve um crescimento de 338 setores censitários indígenas que a gente pôde identificar através de um melhor conhecimento do território nacional, tanto que a gente tem aumento de população em alguns municípios, graças a esse trabalho mais aperfeiçoado que a gente fez de população como um todo, não só de população indígena.

Teve uma outra mudança metodológica, a que o Senador estava chamando a atenção também, que a gente melhorou o treinamento. Antes, a pessoa que trabalhava em áreas indígenas tinha o treinamento comum, e a gente não tinha o treinamento de cor ou raça. Então, acabava que cada um fazia do jeito que achava melhor. Então, a gente não tinha essa padronização tão firme que a gente tem agora. A gente tem um dia de treinamento pra preparar as pessoas pra ir para as áreas indígenas, pedir acesso, direito de acesso, trabalhar junto com a Funai pra acessar e poder percorrer a área indígena como um todo, pra não ter tanta recusa quanto a gente teve em 2010, de acesso a territórios, que a gente teve inclusive no Estado do Pará, em que a gente teve algumas recusas expressivas.

Além disso, a gente teve também a metodologia diferenciada de a gente poder... Eu falei da cartografia, eu falei do treinamento. A gente tem a autodeclaração, sim, e o crescimento. É isso. Então, a gente teve essas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – O crescimento demográfico, que é uma pequena parte desses 88%. Então, isso explica a mudança também.

E você tem a situação social também do país, a forma como o IBGE passa a ser conhecido, também a importância que o censo passa a assumir, que também facilita com que as pessoas tenham mais confiança no IBGE para declarar seu pertencimento.

Acho que, em suma, era isso, Flavia. Então, sei se...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar pro nosso... Agora vai ser a vez do nosso Relator, que tem as suas perguntas e, gentilmente, permitiu que a gente ficasse falando. Eu tenho uma observação.

A Sra. Flavia falou que ele segue a metodologia; o IBGE não determina, vai lá. E eu perguntei no começo por que o IBGE se recusa a recolocar o termo "mestiço" em substituição ao "pardo" no censo, onde ele constou em 1890, sob o argumento de que prejudicaria a série histórica, mas aceitou colocar o termo "indígena" em substituição à palavra "caboclo", que constava no Censo de 1872 e 1890. Então, está explicado. Eles vão seguir uma metodologia, determinam aqui. E ela falou que segue os padrões internacionais. E isso explica muita coisa. Segue os padrões internacionais que eliminaram "mestiço" e "caboclo". Eu não sou, mas eu sou caboclo, eu não estou mais... Então, como é que eu vou responder se eu sou mestiço e caboclo, se não consta na pergunta?

E me permita, Marcio – está aqui, é do BGE, a gente tirou do IBGE –: quando a pessoa diz, o informante de pele clara responde que sua cor ou raça é preta, o IBGE não questiona, é preta. Qual é a raça? Está lá, preta. Mas, quando diz que é parda ou mestiça: "Mas o senhor... Não, tem a indígena...". Quer dizer, essa indução aconteceu, independentemente do que elas estão dizendo aqui, porque elas estão falando do correto, mas no campo não foi correto.

E tem aqui, Marcio – eu já passo pra você e é definitivo –: Sra. Marta, a senhora conhece o Sr. Tiago Moreira? Ele participou como pesquisador, como... Ele é do ISA (Instituto Socioambiental). Olhe o que ele diz, olhe o que o representante de uma ONG diz: "Essa diferença acontece porque as pessoas olham muito para a cor da pele, quando essa pergunta (qual é a sua cor?) é feita. Mas, quando você faz a pergunta a mais (se a pessoa se considera indígena), isso abre para uma série de outros critérios de etnia que a pergunta sobre cor não responde, afirma Tiago Moreira, pesquisador do ISA [...], uma das organizações da sociedade civil convidadas pelo IBGE a acompanhar a elaboração do Censo. BBC Brasil."

O nosso Relator, Marcio... Com a palavra, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia.

Quero apenas reforçar as palavras da abertura do nosso Presidente Plínio. As duas senhoras que estão aqui, funcionárias públicas federais, estão como convidadas e há, de fato, dúvidas muito grandes.

A senhora afirmou, agora há pouco, que não há mudança na metodologia, Sra. Marta. Eu gostaria de ler um trecho aqui para a senhora, então, porque há, sim, mudança de metodologia. Mudança de metodologia... Eu vou ler e depois a senhora pode confirmar ou não:

De fato, como aventado pelo solicitante, houve mudanças na metodologia utilizada pelo IBGE para contar a população indígena. Essas alterações foram mencionadas por Marta Antunes [a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora], responsável pelo projeto de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE, durante o evento [abre aspas] "O Brasil Indígena: uma nova foto da população indígena", realizado em Belém, em 7 de agosto de 2023:

"Só com os dados por sexo, idade e etnia e os quesitos de mortalidade, fecundidade e migração, será possível compreender melhor a dimensão demográfica do aumento do total de pessoas indígenas entre 2010 e 2022, nos diferentes recortes. Além disso, existe o fato de termos ampliado a pergunta 'você se considera indígena' para fora das terras indígenas" [...].

Então, houve uma mudança de metodologia, correto? E isso explica a mudança de 800 mil pessoas para 1,6 milhão, praticamente dobrou. De qualquer forma, mesmo levando em consideração, vamos dizer que foi um aperfeiçoamento, principalmente fora das terras indígenas, o fato é que houve uma alteração e isso facilitou ou proporcionou esse dobro da população indígena, que, se não se explica pela mudança de metodologia, fica inexplicável, porque a população indígena está entre a população mais pobre do Brasil, a menos assistida do Brasil; ela está, lá na cadeia, na pior situação e é uma das maiores taxas de mortalidade infantil.

Então, se você não explica esse aumento da população indígena em dez anos pela mudança de metodologia, aí, não tem outra explicação, porque ela não teria como, se não fosse a mudança – ela não teria como –, dobrar de tamanho, sendo a parte mais pobre da população brasileira, uma das mais pobres, com menos assistência, menos saúde, menos estrutura e com maior mortalidade infantil.

De qualquer maneira, mesmo levando em consideração que, com a mudança da metodologia, você alcançou mais, o seu objetivo era alcançar, aperfeiçoar, e foi aperfeiçoado, mesmo assim, nós temos 786 mil pessoas em terras indígenas na área rural para 14% do território nacional. As senhoras já devem compreender – se não, eu vou dizer agora explicitamente – que a preocupação desta Comissão, de vários setores, é que, para 786 mil pessoas, você tem 14% das terras indígenas. E o que os índios dizem na Comissão é que não é de mais terra que eles precisam; o que eles precisam é de que as terras que, em tese, foram reconhecidas como sendo suas eles possam de fato explorar, como fazem os norte-americanos indígenas e os canadenses.

A preocupação que nós temos é porque, hoje, movimentos muito poderosos, de fora para dentro, querem aumentar terras indígenas não pensando nos índios, mas pensando em manter sob o controle estrangeiro os recursos naturais que já estão hoje mantendo sob o seu controle, com a desculpa de cuidado com a população indígena, e, de repente, o IBGE, conscientemente ou não, acaba ajudando essa força muito grande de criar mais e mais reservas indígenas sem ter razão nenhuma para tal. De qualquer forma, imagine: mesmo levando em consideração a mudança de metodologia, que dobrou a população indígena, mesmo assim, nós temos 786 mil pessoas em 14% do território nacional vivendo pobres. E é isso que deve ou que deveria chamar a atenção de todos brasileiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, muitas vezes, entendo... Eu tenho irmãs funcionárias públicas federais que, com todo o respeito que eu tenho, passaram em concursos públicos, mas, como, depois que se passa no concurso público, você é praticamente intocável, independentemente de resultado, independentemente de mérito, você passa a ser praticamente intocável, eu acho que o servidor público no Brasil, o federal, vive numa bolha. E mesmo que não seja intencional, quando ele acaba ajudando a fazer uma amostragem que facilita a entrega de mais território nacional a forças estrangeiras, isso deveria ser motivo de preocupação inclusive deles.

A gente não sabia que viriam as duas, foi muito bom que viessem.

Sra. Marta, a senhora presta ou prestou consultoria a ONGs?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Eu trabalhei no passado, antes de entrar no IBGE, sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A senhora poderia dizer quais ONGs?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Eu trabalhei na ActionAid, ActionAid Brasil.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A senhora poderia dizer um pouco qual o conteúdo das consultorias a essa ONG?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Eu fui funcionária. Eu fazia acompanhamento de projetos de desenvolvimento da agricultura familiar e agroecologia. A gente basicamente fazia captação de recurso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É projeto para... A finalidade da ONG basicamente era?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Era combate à pobreza.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Aí envolve o Brasil inteiro, a Amazônia, a população indígena...

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não. Eu trabalhava na região do Semiárido.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A senhora poderia dizer quanto recebeu nessas consultorias? Ou quanto recebia nessas consultorias?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Qual era o meu salário?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim.

Direta ou indiretamente?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Deixa-me pensar, que eu já nem lembro. Já tem tanto tempo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, não é obrigada.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Ah, tá. Não, eu não lembro quanto era, mas era bem menos do que eu recebo agora.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agora já não presta mais essas consultorias?

E já respondeu que não prestava essas consultorias enquanto estava no IBGE.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não; para a ActionAid não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A senhora mencionou a existência de seminário para definir metodologia.

A senhora não acha que um seminário, como qualquer outro encontro, pode ser manipulado? A senhora não acha que faltaria rigor científico, para definir a metodologia num seminário?

A senhora mencionou a existência de um seminário para definir a metodologia das perguntas, do questionário, do IBGE. Não é falta de rigor científico decidir isso em um seminário?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não; acho que é importante explicar algumas coisas.

O Senador fez algumas perguntas e é importante explicar algumas coisas. Primeiro, sobre a mudança de metodologia. Não mudou o critério da autodeclaração, mas, como eu falei, mudou a cartografia, o treinamento e, sim, teve uma ampliação do "se considera", mas essa ampliação é responsável apenas por 55% do aumento de população indígena. Então, ele não corresponde... Por isso que a gente fala que é um conjunto de fatores.

O que o IBGE define são as metodologias, internamente, no IBGE. A gente faz seminários de consulta para entender como os órgãos estão pensando, ter alguns insumos, ver as críticas que o IBGE recebe, e aí poder depois pensar tecnicamente as soluções que atendem essas críticas ou não, do ponto de vista do rigor técnico que o IBGE possa aplicar nos padrões internacionais e nacionais de produção de estatística pública.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O Instituto Socioambiental participou dessas consultas, participou desses encontros para estabelecer a metodologia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – O Instituto Socioambiental participou como observador da reunião técnica, onde ele cedeu a localização de algumas aldeias em que ele tinha uma atuação mais pontual.

Ele participou também como observador da consulta, mas não como pessoa que pudesse, de alguma forma, influenciar, até porque a contribuição do ISA foi muito mais no sentido de apontar onde a gente tinha aldeias, em algumas áreas, dentro de terras de que a Funai não tinha tanta informação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O.k. Veja, por isso que eu mencionei, com todo respeito, como às vezes o servidor público federal... E eu quero dizer, claramente, sem medo nenhum, eu já disse isso várias vezes, que eu sou contra a estabilidade do servidor público como ela é no Brasil. Ela é intocável. E eu digo isso por irmãs minhas, que são funcionárias públicas federais de universidades públicas no Brasil.

Como é que você não acha estranho o ISA participar da elaboração daquilo que há de mais essencial e básico para um país?

País nenhum do mundo aceita isso.

O ISA participa, está no próprio relatório do IBGE, com pessoas – eles indicando... Um instituto que recebe 80% de recursos de fora! Em dois anos, foram mais de R\$140 milhões.

Mas isso não parece estranho aos olhos das pessoas que conduzem o IBGE, que conduzem o questionamento para levantar, como disse o Senador Zequinha Marinho, as estatísticas e os números, que deveriam ser os mais confiáveis do país.

Mas, enfim, vamos lá. Segundo o IBGE, em 2022, o número de indígenas residentes no Brasil era de 1,693 milhão. Esse aumento que a gente menciona, que representa 0,83% da população total do país.

Em 2010, dez anos anteriores, doze anos, o IBGE apontava 896 mil indígenas, ou seja, 0,47% do total dos residentes no território nacional. Significa que esse contingente teve uma ampliação de 88, como ela própria mencionou aqui nos eslaides, lá no começo, desde o censo demográfico anterior, ao passo que a população brasileira cresceu apenas 6,5%.

Por isso, claro, que houve uma mudança, porque não tem como. Se não tivesse uma mudança, que seja qual for a explicação para aperfeiçoar, para encontrar aquele indígena que não se declarou, que estava na cidade, mas, de qualquer forma, só se explica com a mudança de método. Alguém pode achar que é aperfeiçoamento. A explicação dada para esse aumento expressivo estaria associada a mudanças metodológicas, assinala o Instituto.

Bom, V. Sa. saberia explicar qual foi a mudança... Isso já está dito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, perguntando, Sra. Marta, de forma mais objetiva, ou para as duas, qualquer uma das duas que queira responder, qual foi o papel da Funai na mudança de coleta dos dados do IBGE junto aos indígenas, as mudanças que a gente mencionou agora há pouco? A Funai tem algum papel importante nisso? Qual seria o papel da Funai nisso?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Então, a Funai estabeleceu uma portaria para apoiar o IBGE em todo o processo do censo. Ela acompanhou cedendo todas as informações de localização de terras indígenas, que é a obrigação da Funai de delimitar, e também a localização das aldeias indígenas da Funai, que é a nossa base mais sólida de cartografia. A Funai apoiou a gente também no acesso às terras indígenas e no percurso nas terras indígenas. Sempre que a gente estivesse em uma área onde fosse necessário o IBGE estar acompanhado – na portaria identifica quais seriam as áreas importantes de o IBGE estar acompanhado –, são áreas habitadas por povos indígenas de recente contato, áreas partilhadas com povos em situação de isolamento voluntário, onde haja conflitos, recusas dos indígenas em receber o IBGE, a Funai apoiou com todo esse processo. A Funai apoiou também através de um contrato de horas-voo que tinha, através de um TED que o IBGE fez com a Funai, para que a gente tivesse avião monomotor para fazer o censo em terras indígenas do Pará, Mato Grosso, Roraima e Amazonas. Foi grande o apoio da Funai também nos insumos de planejamento, todo o conhecimento logístico de como acessar, como percorrer, como chegar nas terras.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas influência nenhuma nos questionários?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Não, o questionário é prerrogativa do IBGE, é o IBGE que define o que vai perguntar, tem que ser comparável...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perdão. Mas, para o IBGE definir o que vai perguntar, ele ouve?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Sim, sim, ouve a sociedade como um todo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Como a Funai, por exemplo?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – A Funai, a Sesai, academia, consulta pública, todos foram unânimes pedindo que o questionário amostral pudesse dar mais dados para as próprias terras indígenas. Então, isso foi algo fácil de o IBGE atender, do ponto de vista que a gente já tem o mesmo questionário e não teve uma alteração significativa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Por coincidência, claro – e aí é uma opinião minha e uma afirmação minha –, mas, por coincidência, todos os órgãos que a senhora mencionou como consulta, todos eles têm a mesma visão de que segregou os índios,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que criou um monte de terra indígena, segregando índios e tutelando índios. Então, quer dizer, o IBGE acaba ouvindo e consultando...

E, quando eu falo em consulta pública, quem é que se mobiliza para a consulta pública? A militância é quem instrumentaliza. O cidadão que está trabalhando, pensando como é que ele sustenta a família no café da manhã, ele não participa quase nunca dessas consultas porque ele não tem tempo para isso.

Então, quando um órgão brasileiro, o IBGE, diz: "Olha, eu estou ouvindo a Funai, eu estou ouvindo a Sesai, eu estou ouvindo a consulta pública", ele está ouvindo uma só pessoa. Isso tudo que a senhora mencionou, com todo respeito, é uma visão única. Existem outras, e essas outras acabam não sendo ouvidas.

Bom, a senhora já mencionou, mas eu quero perguntar, para lhe dar outra oportunidade: houve influência ou relação com alguma ONG, junto ao IBGE, na coleta de análise dos dados da população indígena, no caso citado do ISA?

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Não, nenhuma influência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Na pergunta anterior, a Sra. Marta disse que houve uma participação do ISA em fornecimento de dados, de informações. Enfim, o próprio relatório do ISA menciona... Perdão, o próprio relatório do novo Censo, do IBGE, menciona pessoas do ISA que participaram.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Mas não na coleta, não na coleta.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas participaram, de alguma forma, como consultor, como consultados?

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Não, com insumos cartográficos. A gente apresentou no...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, eles serviram para dar alguma base para o trabalho que vocês fizeram.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Sim, Excelência. É um trabalho que conta com o apoio de muitas instituições da sociedade organizada de uma forma geral.

O que eu acho importante a gente enfatizar é que o IBGE não inventa gente, não inventa índio, não inventa população.

Por um lado, tem o Senador Zequinha, que diz que o IBGE não achou população na cidade dele. Depois, V. Exas. dizem que o IBGE inventou população indígena.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o IBGE vai a campo e conta, da melhor forma possível, de acordo com a tecnologia disponível no momento. A gente teve um salto tecnológico, de 2010 para 2022, que nos possibilitou encontrar populações em territórios que, anteriormente, a gente não encontrava, porque a gente não tinha esse mapeamento. Então, se, hoje, a tecnologia nos permite fazer isso, seria uma negligência se nós não o fizéssemos.

Então, o IBGE foi a todos os lugares onde havia indícios de que havia domicílios, que é a nossa unidade de investigação, e lá estivemos, e lá aplicamos o questionário. Com todos esses fatores que a Marta acabou de falar, sobre as mudanças na pesquisa – metodológicas não houve –, mas tem uma questão demográfica que a gente observa na população indígena, então, tudo isso impactou nos resultados.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Olha, a senhora me desculpe, me perdoe, se eu fui mal entendido. Em momento algum, eu disse que vocês inventaram população indígena. O que eu digo é que houve uma mudança, porque não há outra explicação, em 10 anos, para a população indígena ter dobrado de tamanho, se não houve mudança, o que pode ser entendido por vocês, que são funcionários de carreira, por aperfeiçoamento, pessoas que não estavam sendo detectadas e foram detectadas.

Agora, eu posso e tenho o direito de entender que, quando vocês ouvem um instituto como o ISA, Instituto Socioambiental, que recebe, em dois anos, cento e quarenta e poucos milhões de reais, sendo 80% de fora, de países que têm interesse e que influenciam, concretamente, a política, principalmente na Amazônia brasileira, eu acho essa uma relação promíscua, eu acho uma relação equivocada. Eu não acho que um órgão como o ISA pode ter esse assento, sendo consultado, para ajudar a fazer o trabalho de levantamento de dados e informações no território nacional.

Agora, eu não disse, em momento algum, que o IBGE está inventando população indígena, não. Eu disse que, coincidentemente, o resultado do último Censo reforça a política que eu considero irracional. Por exemplo, lá em Autazes, onde se descobriu mais uma área de reserva de potássio, aumentou a população indígena, por coincidência, em 48%, naquela região, e isso está dando base para tentar criar uma outra reserva indígena em cima de uma outra reserva de mina de potássio. É uma claríssima interferência internacional sobre os recursos naturais!

Aliás, essa história se repete. Isso é assim em toda a história. Só mudou a forma. Eu considero, como diz o Senador Plínio, um novo colonialismo, um neocolonialismo.

Mas não houve nenhum contrato formal entre o ISA e o IBGE?

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS – Não, não houve.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só para constar, além do ISA, que foi, de certa forma, envolvido, consultado, prestou algum serviço – além do ISA –, não houve mais nenhuma ONG?

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES – Consta, na publicação... A gente consultou, no sentido de obter insumos, três organizações: o ISA, o Iepé e do outro – esqueci o nome, mas que trabalha com os guaranis –, para a gente poder ter insumos em umas áreas onde a gente não tinha insumos de cartografia para poder trabalhar a base.

É importante salientar que esses insumos não são tidos como um dado verdadeiro, real. A gente faz todo um tratamento, a gente junta esses dados com os dados da Funai, da Sesai, com os dados do próprio IBGE, dos outros censos, da declaração de cor ou raça de 2010, a gente analisa as imagens orbitais e depois a gente vai em campo, antes de definir que aquilo é uma área a ser pesquisada.

Então, é insumo que depois é tratado, trabalhado e, depois do censo, quando a gente fizer a divulgação também, esse insumo vai ser tratado com as informações que vieram de campo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcio, só para ilustrar a sua pergunta, do ISA, irmão, antes de você mudar de assunto...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, não. Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Sr. Tiago Moreira... Não, do ISA. Eu digo: o Tiago Moreira, aqui, que é pesquisador do ISA, ele é o responsável direto – dá a entender aqui, na reportagem da BBC, que ele é responsável direto.

Eu vou repetir o que ele diz, Marcio. Ele é do ISA, eu sou Tiago Moreira: "Essa diferença [explicando essas coisas para quem está querendo entender] acontece porque as pessoas olham muito para a cor da pele quando essa pergunta (qual é sua cor?) é feita, mas, quando você faz a pergunta a mais (se a pessoa se considera indígena), isso abre para uma série de outros critérios de etnia que a pergunta sobre cor não responde".

Está claro aqui. Então, quando você trata... "Você não se sente indígena?". Quando abre um indígena, vai só para ilustrar que o ISA participou efetivamente com o Sr. Tiago Moreira, Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – De certa forma, a Sra. Marta, quando diz que entidades não governamentais... E, aí, com o Fernando Henrique Cardoso, em alguma coisa eu concordo com ele nessa questão, quando ele disse que não devia se chamar organização não governamental, e, sim, neogovernamental. Mas a senhora própria acaba de dizer que esses órgãos, como o ISA, ajudam a dizer, de uma forma muito clara, onde deve ser pesquisado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a influência é clara. E eu acho um absurdo, acho que país nenhum do mundo aceita que um órgão como esse, que recebe recursos de fora, aliás, tive a oportunidade de perguntar... E todos eles são relacionados à questão indígena e à questão do meio ambiente. E eu até perguntava a eles todos aqui, que entendem que a mudança climática é provocada pelo homem e que, se não tomarmos cuidado, isso pode causar a impossibilidade da continuidade da vida humana na Terra... E aí eu perguntava: "Mas quem é que joga mais CO₂ no planeta? É o Brasil inteiro ou a Noruega, que vive com 51% do seu PIB de petróleo e gás e mandou perfurar mais?". "É a Noruega". "Vocês têm alguma crítica a eles?". "Não, não tenho", porque recebem dinheiro deles. Como é que você vai criticar alguém de quem você está recebendo? Como é que esses institutos – e um deles, o ISA... Como é que vão criticar os países que mais poluem, que estão aumentando a extração de petróleo e gás agora, como a Inglaterra está fazendo, como os Estados Unidos estão fazendo, como a Alemanha, que está queimando carvão? Como é que eles vão criticar aqueles que fornecem, que dão dinheiro para eles?

E aí uma entidade dessa participa, sim, junto com o IBGE, na política mais básica e mais fundamental do Brasil, que é a coleta de dados, de informações que vão ser a base de toda política nacional.

Pra terminar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, já foi dito, mas, se quiserem, só pra ficar mais registrado: quais as orientações recebidas pelos pesquisadores pra separar mestiço – mas já disse que a palavra mestiça já foi substituída por pardo, não foi isso? – dos indígenas quanto à autodeclaração? Quando ela não funcionava, o pesquisador tinha como deixar registrado que a autodeclaração foi substituída por heterodeclaração do pesquisador?

E termino dizendo aquilo que Plínio sempre faz questão de ressaltar, o nosso Presidente: não há aqui... Acho que há uma clara constatação: aqui não há nenhum outro objetivo que não seja a preocupação – e a CPI foi instalada muito baseada nisso – de perda de soberania nacional. Há políticas públicas desenvolvidas no Brasil atendendo mais a interesses estrangeiros do que mesmo a interesses nacionais. E o convite ao IBGE é pra que a gente possa elaborar um relatório que mostre à população brasileira de forma geral um pouco daquilo que, talvez, a maior parte ainda não esteja sabendo.

Eu termino as perguntas, agradecendo a vinda das duas funcionárias, dignas, do IBGE e dizendo, com todo respeito, que, pra mim, está clara a participação de ONGs na política nacional de levantamento de dados mais importante que o país tem feito pelo IBGE. Mas muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradeço ao nosso Relator, Senador Marcio Bittar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já vamos encerrar, mas antes eu preciso fazer uma pergunta à Sra. Marta e à Sra. Flavia, sobre o Movimento Mestiço no Amazonas: por que o IBGE atua em Manaus no território étnico do povo mestiço? Lá tem uma lei que reconhece o mestiço como etnia; tem uma lei em Manaus, a Lei Orgânica do município. É reconhecido como tal pela Lei Orgânica do município, visando a promover que o mestiço passe a declarar-se indígena. Não seria tipo eu dar duas opções... Eu chegar para minha filha – não quero que ela torça pelo Flamengo – e digo: "Minha filha, você pode o time que você quiser: Botafogo, Fluminense e Vasco...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Menos o Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Menos o Flamengo. Ela não vai ser flamenguista nunca! É o que aconteceu aqui. Sempre que se respondia "pardo", tinha outro questionamento: "Mas você não tem raízes indígenas?"; quando se declarava negro ou branco, não tinha questionamento nenhum, aquela pergunta que eles fazem de apoio. Mas esse é um comentário que nós vamos fazer depois.

Sra. Marta, a senhora fala. Se quiser acrescentar, se a senhora quiser acrescentar algo, só temos a agradecer, liberá-las, agradecer, reiterando sempre: eu espero que não tenham se considerado aqui rés; são nossas convidadas sempre. Se quiserem se despedir, aí ficam liberadas. Depois, vamos pro encerramento.

A SRA. MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES (Para expor.) – Quero agradecer o convite.

O IBGE está sempre à disposição, e foi um prazer estar aqui com os senhores, com V. Exas. hoje.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Sra. Marta.

A SRA. FLAVIA VINHAES SANTOS (Para expor.) – Eu queria agradecer o convite. A gente, como Marta falou, está à disposição pra elucidar qualquer dúvida, esclarecer, e, sempre que for necessário, pode nos chamar.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Sra. Flavia.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Apenas pra registrar um aspecto: a gente não está questionando a pessoa das senhoras aqui. Naturalmente esta Casa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem a obrigação de avançar pra trabalhar a questão da formulação de tudo isso, não é? Sabemos que é ciência, sabemos que é tecnologia. Há uma série de coisas envolvidas.

Essa passada por aqui hoje, apenas para satisfazer essa questão de dados e informações em cima da CPI, que nós estamos elaborando, naturalmente não vai, digamos assim, dispensar uma audiência pública sobre o censo do ano passado, e não apenas pela questão indígena; é porque, realmente, se você acompanha aqui os dados, aí de repente você vê um deles dobrar, naturalmente vai haver um questionamento. Então, deve haver questionamento não só nosso, mas deve ter de outros e outras instituições por aí. E, no futuro, naturalmente, nós vamos estar trabalhando isso, porque, quer queira ou quer não, é o IBGE que é a nossa fonte de referência. Não tem para onde correr. Não dá para ir ali e perguntar para o fulano, não dá para... não. Nós temos que ter, nos senhores, na instituição, essa fonte de referência. E, por mais que ela não seja exata... Não, ninguém está aqui atrás da vírgula, mas a gente está querendo ter uma noção exatamente.

Eu continuo com um problema lá no meu estado, em alguns municípios, porque eu moro lá, eu conheço lá e eu tenho certeza de que Jacundá não tem só 37 mil habitantes. Rondon está com um número que realmente agora... No começo, quando publicaram, estava lá embaixo. Aí, com aquela zoada danada, não sei o que aconteceu, está lá com 53 mil habitantes. Ótimo, está dentro daquilo, da expectativa. Mas Jacundá está com 37. Nós vamos fazer aquele povo passar necessidade. Por mais que o território esteja encolhido ali, porque fizeram um erro no passado, não sei como vamos sobreviver. Aí cai tudo agora, cai um monte de repasses... Junta uma coisa com a outra – cai, porque caiu no número de habitantes; agora cai, porque o dinheiro está realmente muito pouco –, então é duas vezes penalizado em função de informação de tudo quanto é lado.

A gente precisa ter ou continuar tendo no IBGE essa fonte segura, porque, se não for o IBGE, nós não temos outro lugar para ir atrás, para discutir, para poder pegar a informação e assim sucessivamente.

E eu espero que, numa outra vez, a gente traga a parte científica da coisa aqui, para a gente discutir. Tem pontos que a gente precisa discutir. Mas, pelo amor de Deus, não entendam que nós aqui estamos brigando com vocês. Nós estamos aqui brigando com o resultado de uma instituição que nós precisamos que seja o mais próximo da exatidão possível.

Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

A nossa preocupação, reforçando o que o Senador Zequinha está dizendo... A Lei de Cotas raciais em concurso público utiliza critérios raciais do IBGE. Então, a gente fica muito preocupado. Já não tem mais o caboclo, não tem o mestiço; o pardo vai sumir daqui uns dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendam: as senhoras estão aqui porque nós consideramos o IBGE um trabalho de alta responsabilidade. Estão aqui porque o IBGE realmente é o foco do que o Senador Marinho está dizendo.

Nós estamos tendo problemas agora na Lei de Cotas. Os mestiços sumiram. Os caboclos sumiram. E a gente está tendo problema. Eu e o Senador Paim temos conversado muito, porque eu fiz uma emenda, naquela época, de classificação de uma banca composta que não reconhece os mestiços e duvida dos pardos.

Sempre que alguém diz que é pardo: "Ah, mas você não tem origem indígena". Eu tenho: minha avó materna era indígena, não é? Aliás, todos nós temos. Mas, se eu me considerar indígena, vão dizer que eu sou um demagogo.

Muito obrigado pela presença das senhoras. Espero que tudo tenha saído bem, está bom? Nós temos as nossas dúvidas, tiramos algumas, continuaremos com os outras, mas isso são afirmações nossas. Mas no sentido sempre de, como legisladores, tentar melhorar o que precisa ser melhorado, está bom?

Muito obrigado pela presença.

Com a anuência do Plenário, coloco em votação os seguintes requerimentos extrapauta:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

Requerimento Nº 142/2023

Requer a inclusão do Cacique Graciano Aedzane Pronhopa, da etnia Xavante, do estado do Mato Grosso, como convidado para participar de audiência desta Comissão.

Autoria: Senador Plínio Valério

Autoria da Presidência da CPI, atendendo a uma sugestão do nosso Senador Mauro.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

Requerimento Nº 143/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão do Cacique Arnaldo Tsererowe, da etnia Xavante, Líder da Aldeia Dzepa da TI Parabubure do município de Campinópolis, Estado do Mato Grosso, como convidado para participar de audiência desta Comissão.

Autoria: Senador Plínio Valério

Sugestão do Senador Mauro acatada por nós.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Coloco em votação a Ata da 17ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Para finalizar – não tem mais nada a tratar –, vamos já finalizar agradecendo a presença sempre importantíssima... Senador Marcio Bittar, sua importância cresce a cada dia aqui na CPI, assim como cresce a nossa responsabilidade e o nosso compromisso com a nação.

Abrimos a caixa-preta. A caixa-preta está aberta, vamos ver onde para isso. Mas, com certeza, no final do relatório, nós vamos sugerir leis... projetos de leis e seja o que for, para melhorar, clarear, jogar luz nessa escuridão. Fica claro com os nossos depoentes aqui: as ONGs se parecem; aquelas quatro que estiveram aqui são prepotentes, arrogantes, pegam dinheiro externo, gastam a maioria entre si, não prestam conta do que gastam e acham que fazem um favor ao país. Está claro isso. Está claro isso.

As quatro ONGs que estiveram aqui, somando o que elas arrecadaram na sua existência, já dá um R\$1,4 bilhão; quatro ONGs. Nós vamos trazer aqui mais umas quatro. Imaginem vocês, imagine o Brasil, se nós trouxéssemos mil ONGs aqui ou pelo menos cem ONGs aqui. Então, é esse acinte, essa coisa feia que eles fazem e cuja caixa-preta nós estamos abrindo; vai continuar sendo aberta.

Nós, Marcio, eu, nenhum membro desta CPI tem sofrido ameaças, nenhuma, de nenhum tipo, de nada, a nós. Se temos algum mérito, foi ter aberto a caixa-preta e continuar mostrando essa coisa horrível, feia que essas ONGs fazem. E o que é pior... Para mim, Marcio, pior mesmo, para mim, é esse pessoal achar que a gente é colonizado, é otário, é babaca. Eles consideram a gente assim. Esse pessoal não tem o menor respeito pelo brasileiro comum, não tem o menor respeito.

Tem uma reunião deles na embaixada, acho que foi a Embaixada do Canadá, na época da Constituinte. Alguém... manda fazer uma coisa feia e alguém diz, "mas e as autoridades no Brasil?". Aí ele vai e responde, o que dá o dinheiro: "No Brasil, eles costumam ignorar o que não pode ser reconhecido oficialmente". Essa é a imagem que eles têm...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Na Embaixada do Canadá?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, não deles, mas na embaixada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está naquele livro *Uma Demão de Verde*. Então, é assim que eles consideram a maioria, e a maioria dos brasileiros não é assim, não é assim. Então, enquanto o brasileiro comum rala, sai de madrugada ou vai atrás de emprego, os "ongueiros" ganham 80, 60, 100 mil, 40 mil de salário, mas eles buscam, na terceirização, na prestação de serviços, ficar ricos, e ficaram – e ficaram ricos. Se depender da gente, nessa caixa-preta, nós vamos até o final.

Só nos resta agradecer a todos aqueles que participam conosco, vocês que incentivam, aqueles que nos encontram na rua, incentivam, aqueles indígenas que foram 14, 10, 5 dias para encontrar o Marcio, eu e o Chico Rodrigues, e sempre nos incentivaram. Todas as vezes que a gente conversa e fala da dificuldade, Marcio e eu, a gente lembra da dificuldade de quem mais sofre, de quem está lá na ponta. Nós, Senadores, podemos ficar sensibilizados, vamos juntos, mas somos Senadores, a nossa vida é melhor do que a dessa gente, do que a do indígena que está sendo usado, tripudiado, manipulado, tutorado e a gente vai continuar falando em nome dele.

Se problemas vierem, quem na vida não tem problemas? Atravessar a rua é perigoso, assim como navegar também.

Um grande abraço, a sessão está encerrada, muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e treze minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Wilder Moraes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Paulo Paim, Marcos do Val e Esperidião Amin, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimento**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do André Guimarães, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), em atendimento ao requerimento 120/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/10/17>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a presença de todos para mais uma audiência, para mais uma reunião da nossa CPI, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. André Guimarães, Diretor-Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, conforme Requerimento nº 120, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Antes de pedir que os assessores tragam o nosso convidado, eu gostaria, saudando o nosso Senador Confúcio, que sempre abrilhanta com a sua presença aqui, sua presença amazônida sempre...

Obrigado pela presença, Confúcio, Senador Mecias.

O Senador Marcio, nosso Relator, está vindo.

Como sempre, eu queria chamar a atenção, Senador Confúcio, para a questão que está acontecendo no Pará, lá na Vila Renascer, no Município de São Félix do Xingu, onde produtores estão sendo expulsos de suas terras. Isso tudo é consequência e briga exatamente em função de demarcações de áreas indígenas, provocadas, em sua maioria, por algumas ONGs que entram no Ministério Público Federal, na Funai, pedindo demarcações, e vira essa confusão. Como essa gente não está tendo divulgação nem apoio, eu me sinto no dever, Confúcio, de, pelo menos, passar para a população brasileira o que está acontecendo.

Eu pediria que mostrassem o Vídeo nº 1, que tem só 50 segundos; e, em seguida, o Vídeo nº 2, que também tem 40 segundos – os Vídeos nºs 1 e 2.

É no Município de São Félix do Xingu, na Vila Renascer, da etnia Apyterewa.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Brasil precisa tomar conhecimento do que está acontecendo. Isso está comum na Amazônia. Vocês não vão ver isso na grande imprensa, nas televisões, de jeito nenhum. Isso aí, se não for guerra civil, eu não sei mais o que é guerra civil. Há até a denúncia de que um agricultor foi morto. Como a gente não tem firmeza nisso, eu não vou exibir essa denúncia de que um foi ...

Agora, vejam a Força Nacional impedindo que carne, que comida chegue aos que já não têm mais as casas, estão acampados. Eles foram expulsos, estão numa área lá isolada e, agora, nem a comida eles têm direito, porque a Força Nacional brasileira não permite. E não tem como, não tem como não fazer um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paralelo: a gente não vê esse tipo de operação em relação ao narcotráfico. São pessoas que estão desamparadas e pedindo socorro.

Olhem só... Eu peço paciência, mas esse vídeo aqui merece ser exibido. Ele tem 3 minutos e 40 segundos. É o vídeo de João Batista dos Santos, pedindo socorro às autoridades, com famílias sendo expulsas de suas terras, ficando sem destino. Ele tem uma frase em que ele diz: "Querem nos tirar daqui em um prazo muito insignificante".

Olhem só o que esse senhor de 72 anos relata.

((Procede-se à exibição de vídeo.))

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse cidadão aí e essas crianças são exatamente aquele pessoal a que a Força Nacional não está deixando chegar alimento. Não permite passar a carga.

Eu vou até mostrar aqui, Senador Beto – saudando a presença do Senador Beto – o vídeo nº 2. Tem 40 segundos. A gente está dando voz a essa gente, que não tem. A imprensa não está divulgando, e só está o outro lado. E o lado deles é esse, são os vídeos mostrados aqui. Só para o Senador Beto, que chegou agora, são 40 segundos. Repetindo, a Força Nacional não está deixando chegar alimento para aquele senhor lá.

((Procede-se à exibição de vídeo.))

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu me senti... Estou usando a prerrogativa de Presidente da CPI, mas eu me senti como cidadão, como Senador pra fazer isso, mostrar para o Brasil o que está acontecendo, porque não temos conhecimento desse lado aí.

É uma decisão do Judiciário, tem que expulsá-los... Vocês estão vendo aí. Isolam e vão deixar o pessoal sem... Fome, obrigar o pessoal a ir embora... Quando a Força Nacional do seu país é utilizada para amedrontar, para coibir, para afugentar... A gente entende que é uma decisão judicial, mas daí... O Senador Beto quer se pronunciar. Eu nem tenho comentário, é isso aí que vocês viram. É um vídeo, não é falso, não é *fake news*, não é ninguém... A Força Nacional postada com escudo e arma para não deixar carne entrar para alimentar o povo que foi expulso da sua terra.

O Senador Beto quer falar. Com a palavra, o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Essa operação, inclusive, foi suspensa, Presidente. Nós sabemos... Eu conheço bem a região, sou do estado. Nós temos três áreas que acho que eram emblemáticas, que é desobstrução dessas reservas indígenas, três áreas no Pará: uma era a do Alto Rio Guamá, dos índios tembés; essa da Apyterewa, em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Félix do Xingu; e tem uma outra, que ainda não se iniciou, que é a Cachoeira Seca ali, que envolve três, quatro municípios a partir de Uruará. A região em que foi feita a desobstrução da Reserva Indígena Alto Rio Guamá tem um programa combinado do Governo do estado e do Governo Federal para o auxílio às famílias nessa questão da área em que foi feita, a do Alto Rio Guamá, com programa de habitação, o Incra já reassentando famílias e em busca de novas áreas para poder fazer o reassentamento. Há toda uma preocupação, recursos do próprio Governo do estado sendo liberado para as famílias. Então, há todo um trabalho feito nisso.

Nós tínhamos alertado o nosso próprio Governo de que nessa região aqui a situação era bem mais complexa do que foi na região do Alto Rio Guamá. E de fato é. Nós temos aqui gente que está há muitos anos, pequenos e até não tão pequenos que moram nessa área. Então, nossa iniciativa, a iniciativa do Governo do estado, conversando com o Presidente e com os ministérios que são responsáveis pela desobstrução pós-decisão judicial... Nós estamos tratando dessa questão. É impossível fazer uma desobstrução dessa área se não pensar no reassentamento daqueles que são clientes de reforma agrária e se não pensar até numa indenização para aqueles que de boa-fé ocuparam, mesmo não sendo clientes da reforma agrária. Então, há um debate, todos os Prefeitos estão dialogando. Hoje, deve ter uma Comissão de Parlamentares da Assembleia Legislativa do estado lá, de todos os partidos, lá dentro da área, na Apyterewa. Eu não podia, eu estava aqui, mas eu fiz reunião, inclusive, na semana passada, com a Comissão da Assembleia que está hoje lá, com o Governo, todo mundo... Está todo mundo muito preocupado com essa situação, porque há uma decisão judicial, e como é que se cumpre a decisão judicial neste momento.

Acho que é importante trazer esse debate para cá, mas o senhor pode ter certeza de que nós estamos muito atentos e trabalhando para poder resolver isso, se é que é possível, da melhor forma possível, porque com as famílias... Agora, tem gente aí que não vai ter direito a nada, até porque tem gente que está querendo aproveitar a situação e entrar agora, cometeu crime e tudo.

Então, nesses aí, vamos separar o joio do trigo, acertar aqueles que efetivamente têm direito, independentemente do tamanho...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... independentemente do tamanho que ele tem, do tamanho da área que ele tem, para que a gente possa fazer.

Esse Município de São Félix do Xingu é um município que tem uma extensão grande – é um dos maiores municípios do país, tem uma extensão grande –, tem muita terra pública, mesmo nas terras públicas já tendo gente morando – não é terra vazia; é terra pública, porque não foi desalienada do poder



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público para passar para o privado. Tem gente lá, mas é uma possibilidade grande de a gente buscar alternativa.

E aqui está empenhado tanto o Governo Federal, que está dialogando – o Presidente Lula suspendeu a operação para evitar maiores problemas de conflito mesmo na área –, e a gente está tratando. Hoje mesmo vou ter reunião, ao todo tem muita gente articulando, o Zequinha também já tratou disso, todo mundo está... Com o Priante, que é um Deputado Federal que coordena a bancada junto comigo, estamos tratando desse aspecto com o Governo.

É só para informar isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que bom ouvir isso, Beto, porque a gente tem vontade de ir lá, não CPI, mas seria a área de vocês três Senadores, uma bancada federal, a gente não iria lá sem conversar com os senhores, o que parece...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Essa questão da ida, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, não, não é, não. Digo: como Senador do Amazonas, eu não queria ir sem conversar, porque dá vontade de ir lá, sim.

Essa cena da Força Nacional com escudo não deixando entrar comida... O que parece é que, mesmo ordem judicial, ela não foi acompanhada de um planejamento, porque a lei fala que tem que abrigar: que tire, mas coloque em algum lugar. Tem até uma lei, não sei se é do Ministro Barroso ou uma que ele defendeu – não é lei, não, porque ele defendeu –, quando a pessoa que está morando no local, e tem que sair, porque não paga aluguel, está inadimplente, mas tem que arrumar um lugar para ficar...

Então, essas distorções.

Eu cumpri o meu papel de mostrar para o Brasil o que está acontecendo no interior do Pará. Essa gente não tem voz. Se tem... Aí o Beto tem razão, tem de tudo metido em todo lugar, mas vocês devem ter ouvido quando aquele senhor falava o choro de uma criança.

Então, cumpri com o meu papel de levar adiante e fico satisfeito com o Beto e a Bancada federal do Pará por estarem acompanhando isso de perto.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. André Guimarães para compor a mesa. *(Pausa.)*

Sr. André Guimarães, nosso convidado, obrigado por ter concordado com o nosso convite para expor, e nós vamos fazer algumas perguntas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho dito, Senador Confúcio, e é um ritual nosso, já falei ao Sr. André Guimarães lá dentro e vou repetir aqui, para que todo o Brasil saiba: o Sr. André Guimarães aqui não é réu, isso aqui não é um tribunal do júri, isso aqui não é uma inquisição. Ele é nosso convidado, e nós vamos fazer perguntas. Algumas parecerão indiscretas, sim, mas jamais perguntas pessoais. Nada aqui é pessoal. Aqui tudo é coletivo e para o bem público. Portanto, Sr. André, sinta-se à vontade.

O senhor precisa de quantos minutos com que o senhor calcula que possa fazer?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – De 25 a 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – De 25. Eu vou, então, marcar 25 aqui, está bom? E quando aquela campainha tocar, aí o senhor tem um minuto para encerrar, está bom? Eu peço aí que marquem 25 minutos.

Com a palavra o Sr. André Guimarães, Diretor-Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Plínio Valério. Eu agradeço imensamente ao Senado – está baixo, está bom, está bom? –, agradeço imensamente ao Senado brasileiro pelo convite para o Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) estar contando um pouco da nossa história, trazendo um pouco da realidade com a qual a gente trabalha e mostrando, de fato, para a sociedade, a importância de termos organizações da sociedade civil engajadas em processos complexos, como são os processos de compatibilizar as atividades humanas com a conservação.

Eu já fico muito lisonjeado e aqui eu quero fazer referência ao meu querido Senador Confúcio, de Rondônia, que está aqui acompanhando. Eu agradeço a sua presença, Senador. Tivemos longas batalhas no passado para o consórcio dos Governadores da Amazônia, um sucesso, aliás, o consórcio hoje, graças à sua liderança, e eu tive o prazer de estar no início desse processo, muito obrigado pela presença. Senador Beto Faro também, que conhece razoavelmente bem o nosso trabalho, tem como base no Pará regiões onde a gente já trabalha com agricultura familiar também. Eu fico muito lisonjeado e agradeço a todos e todas que puderam vir aqui para acompanhar esse depoimento.

Sem muitas delongas, Senador Plínio, vamos em frente para a gente ter bastante tempo para o debate. Eu quero apresentar um pouco do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Nós estamos falando de uma instituição de... Senador, perdão, eu vi que o senhor chegou aí agora, prazer em vê-lo. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Ipam, como se convencionou chamar, ele tem aproximadamente 30 anos de história. O Ipam, ele nasceu – se eu conseguir apertar isso aqui, pronto –, ele nasceu de um desafio, de um conjunto de perguntas. Mas, antes de falar do Ipam, eu gostaria de brevemente me apresentar. Tenho certeza de que a maioria aqui não me conhece.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou André Guimarães, e hoje estou Diretor-Executivo do Ipam. Desde 2015, eu assumi essa posição, Senador, de Diretor-Executivo. Foi um processo competitivo no mercado, me selecionaram, então, para dirigir a organização. Eu sou engenheiro agrônomo, formado na Universidade de Brasília aqui e tenho mestrado em Economia Agrícola pela Universidade Cornell, nos Estados Unidos.

Tive várias posições na minha carreira. Trabalhei em outras organizações do terceiro setor. Eu fui consultor, eu fui empresário, eu trabalhei no setor financeiro, eu trabalhei no Banco Mundial em algumas posições diferentes. E esse caminhar todo da minha carreira teve um fio condutor, quase um objetivo filosófico que eu persegui ao longo da minha carreira, que é de que é possível, sim, os seres humanos, as suas riquezas, as suas ambições, serem compatíveis com a preservação da natureza. É esse que é o *motu* da minha vida profissional. E o Ipam não é diferente, não por outra razão hoje eu estou dirigindo essa instituição.

De forma muito resumida, o Ipam formalmente é uma organização de pessoas jurídicas, de direito privado, com fins não econômicos, sem vinculação político-partidária, nem distinção de gênero, credo, etnia, classe, orientação sexual e gênero. E eu quero ressaltar esse ponto da diversidade, porque o Ipam trabalha num ambiente de diversidade: a diversidade ecológica da Amazônia, a diversidade hídrica da Amazônia, a diversidade cultural da Amazônia. Então, nós temos que ter, dentro da nossa estrutura de pesquisadores, diversidade também para poder entender a diversidade e fazer boas propostas para que a justiça social aconteça e para que o desenvolvimento sustentável venha a chegar.

Nossa missão está na segunda frase. Também é uma missão muito clara e, no meu ver, muito objetiva. É promover ciência, educação e inovação para uma Amazônia e um Cerrado ambientalmente saudáveis, economicamente prósperos e socialmente justos. É isso que o Ipam faz há 30 anos, por meio da construção de informações, da geração de pesquisas e da tentativa, muitas vezes com sucesso, de levar essas pesquisas a tomadores de decisão, a políticas públicas para que a gente possa melhorar a qualidade da relação homem-natureza no nosso país, dado o enorme potencial, inclusive.

Aqui é uma distribuição geográfica do Ipam. Acho que é uma característica importante que a gente gosta de ressaltar. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia é um instituto de pesquisas – está no nome. Entretanto, a gente faz pesquisa de uma maneira um pouco diferente ou um pouco inusual. Nós fazemos a pesquisa, nós desenvolvemos a pergunta científica junto com os atores locais. Então, essa capilaridade que o Ipam... Cada pontinho daquele no mapa ali no Acre, no Pará, em Cuiabá e tudo mais são pontos, são escritórios avançados do Ipam, são escritórios de campo do Ipam, onde ficam pessoas, geralmente locais, que interagem no dia a dia com coletivos de agricultores, com coletivos de indígenas, com lideranças políticas locais, para entender realmente quais são as demandas que aquelas populações têm. E, ao entender essas demandas, nos ajudar a formular perguntas, e, ao formular as perguntas, a gente poder fazer a ciência necessária para poder respondê-las e, consequentemente, gerar resultados positivos por meio de políticas públicas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que eu queria ressaltar aqui mais um ponto, Senador, se o senhor me permite, nesse eslaide, que é o fato de que nós entendemos no Ipam que o Estado tem que ser forte. Muitos dos problemas que nós tivemos na Amazônia nos últimos 10, 15 anos foram por fragilidades da presença do Estado. Então, nós entendemos que a sociedade civil, fornecendo informações de boa qualidade, fortalecendo as boas políticas públicas, torna o Estado mais eficiente, consequentemente, beneficiando a todos. Essa é um pouco a lógica de funcionamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

A gente trabalha em dois biomas. Eu falei muito de Amazônia, mas o Cerrado também foi incorporado como mais um bioma que o Ipam tem estudado. A Amazônia a gente estuda desde sempre, há quase 30 anos que a gente tem base de dados e informações sobre a Amazônia. E o Cerrado é mais recente. O Cerrado é coisa de 18, 20 anos que a gente começou a entender o Cerrado também. E temos muitas pesquisas sobre o Cerrado, até por conta da interação Cerrado-Amazônia, que é notória.

Nós temos dois eixos estratégicos. Acho que isso aqui é importante de detalhar um pouco mais. A gente, no Ipam, escolheu trabalhar com as pessoas. O foco do nosso trabalho é o ribeirinho, é o agricultor familiar, é a população tradicional, é o indígena, é o fazendeiro, é o grande latifundiário. São os atores que estão lá na ponta, tomando decisões sobre desmatar, não desmatar, intensificar, não intensificar, usar insumo, não usar insumo, tomar um crédito subsidiado, não tomar um crédito subsidiado. Essas pessoas que estão lá na ponta são aquelas de fato que decidem o dia a dia da floresta. Então, nós entendemos, no eixo de uso da terra, que para nós é muito importante trabalharmos com essas pessoas, trabalharmos com as pessoas que estão lá na ponta. E eu logo mais vou citar um exemplo que para mim é muito emblemático com relação à agricultura familiar. O Senador Beto Faro certamente vai se lembrar, até foi em parceria com a FVPP, Senador, que nós fizemos alguns anos atrás – é a Fundação Viver, Produzir e Preservar –, que mostra um pouco essa lógica de a gente trabalhar com a pesquisa participativa e com o entendimento do que esses atores lá na ponta estão pensando.

E mais recentemente a gente criou um segundo eixo de trabalho – mais recentemente eu digo há menos de um ano –, que é o eixo que a gente chama de Cidades Integradas: 80% ou mais da população da Amazônia vive em cidades. Isso é um fato. As cidades da Amazônia interferem no meio ambiente, assim como o meio ambiente interfere nas cidades. Estou falando aqui de alimentos que saem do meio rural para a cidade, estou falando de conforto térmico, muitas vezes, que as florestas ao redor das cidades podem proporcionar ou não, caso elas não estejam lá. Então, há uma interdependência, uma interligação muito forte entre as cidades amazônicas – e aqui eu falo de todas elas, principalmente das médias e das grandes cidades, mas também das pequenas – e o meio natural. Então, a gente entender essas relações e fortalecê-las de forma positiva, do ponto de vista de pesquisa, do ponto de vista de ciência, é algo que para nós é caro, é importante. Portanto, decidimos abrir uma frente nova de trabalhar, para entender como é que a gente pode promover a resiliência das cidades. Mais uma vez, essas informações que serão geradas nesses programas são públicas e têm como endereço os tomadores de decisão – os Prefeitos, os Vereadores, eventualmente os Governadores –, que tomam decisão no dia a dia sobre o que fazer nas suas cidades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um outro aspecto e esse eu acho bastante relevante no trabalho do Ipam. Eu falei muito em ciência, em ciência, em ciência, em pesquisa aqui, mas o Ipam tem também uma característica que eu acho que é relevante colocar para vocês, para as senhoras e para os senhores, que é o fato de que a gente trabalha a ciência de maneira com que ela chegue às vias de fato. A ciência em si, pura, é um ambiente muito árido. Um artigo científico é muito difícil de ler. Eu tenho dificuldade de ler muitos artigos científicos. Eu tenho que passar horas e horas para ler duas ou três páginas, porque é de uma complexidade enorme.

Então, é muito difícil de você traduzir ou de você transformar automaticamente um documento árido, como é um documento científico, numa política pública. O que nós, então, tentamos fazer sempre é, num primeiro momento, a gente produz a ciência, a gente produz a informação, produz o artigo científico, a nota técnica ou o volume de informações. Num segundo momento, nós vamos a campo, lembrando daqueles vários escritórios que a gente tem na... Ao longo da Amazônia, nós vamos para esses escritórios e nos engajamos com as pessoas que ajudaram a formular a pesquisa, testamos se realmente a pesquisa está indo na direção certa, se está atendendo às demandas dessas populações, desses grupos sociais ou não. E, quando eu falo populações e grupos sociais, eu quero reforçar aqui o ponto de que estou falando de agricultura familiar, estou falando de agricultura tradicional, quilombola, indígena, fazendeiro, grande produtor. Todos os usuários da terra são para nós igualmente importantes e precisam ser igualmente trabalhados para que possam continuar prosperando. E o nosso trabalho é *lato sensu*.

Então, nós vamos a campo para testar essa viabilidade. Testada essa viabilidade – então, a ciência indicou que há uma solução. Fomos a campo. Essa solução está comprovada. A gente parte para uma terceira etapa, que é dar a escalabilidade a essa informação. Escalabilidade leia-se transformar conhecimento em política pública. É isto que o Ipam faz: o Ipam gera a ciência, experimenta a ciência e tenta transformar a ciência em políticas públicas para fortalecer o Estado brasileiro, fortalecer os entes da Federação, de maneira que eles tenham capacidade e condições de gerir os seus territórios, de gerir os seus interesses, de prover felicidade para as suas populações. Aqui um breve resumo, gente. Eu gosto desse número porque ele é emblemático. Nós estamos falando de uma instituição de 30 anos. Nós produzimos mais de 1,2 mil artigos científicos que foram publicados em quase todas as revistas importantes do mundo inteiro. Isso aqui é uma biblioteca de informações sobre a Amazônia. Tudo, absolutamente tudo que o Ipam produz é gratuito, é baixável pela internet, está na nossa página, está disponível para o público. São 1,2 mil publicações que indicam caminhos. Indicam riscos, indicam caminhos, indicam consequências. Eu não digo que todas as 1,2 mil publicações, mas uma grande parte dessas publicações se transformaram em políticas públicas. Eu vou, logo mais, dar um ou dois exemplos que ilustram o potencial que é ter e gerar a informação para promover mudanças.

Como eu disse, eu vou dar alguns exemplos. Então, eu trouxe três exemplos aqui. A gente é uma instituição de 30 anos, poderíamos ficar falando a tarde inteira. O Senador Plínio Valério vai ficar apitando aquele negócio ali umas cinco vezes se eu ficar falando aqui até...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, ainda tem 12 minutos.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Ah, é para trás o negócio. Eu estou pensando que é para frente. Tem 12 minutos, mas brincadeiras à parte, Senador, há três áreas que eu acho que são emblemáticas em que o instituto trabalha, e eu gostaria de trazer aqui três exemplos para vocês.

O primeiro é o projeto Assentamentos Sustentáveis. Esse foi um projeto que teve início em 2013, ele foi financiado pelo Fundo Amazônia, foi uma concorrência, foi uma disputa de projetos, nós tivemos a sorte de sermos escolhidos para executar o projeto. Esse projeto, como eu disse, envolveu o investimento do BNDES, Governo da Noruega, de R\$25 milhões, e nós tínhamos uma hipótese nesse projeto. Nós tínhamos a seguinte hipótese, Srs. e Sras. Senadoras, caros amigos: se a assistência técnica for fornecida regularmente para o agricultor familiar, com qualidade para o agricultor familiar, há uma enorme probabilidade de esta unidade familiar ganhar mais renda e reduzir o desmatamento.

Bom dia, Senador Styvenson! Acabei de vê-lo aí. É um prazer revê-lo.

Então, nós, na realidade queríamos mostrar que existe um paradigma novo, que existe uma demanda. Senador Beto Faro, o senhor conhece muito bem isso lá no chão, a falta de assistência técnica que a agricultura familiar tem. No levantamento que nós fizemos, Senador, lá em 2015, 2014, nós chegamos à conclusão de que 72% dos lotes de agricultura familiar na Amazônia nunca receberam a visita de nenhum técnico, nenhum agrônomo, nenhum veterinário, ninguém para orientar. Então, o caboclo está lá com uma enxada na mão, um pedaço de terra – não, de floresta – que ele vai ter que derrubar para fazer alguma coisa, e ali ele é o que ele tem para começar a vida dele, e aí vai levando a vida. E a gente então fez um estudo que mostrou que isso é absolutamente equivocados, é um erro social, é um erro econômico, é um erro político, é um erro sobre todas as dimensões. É um erro.

Então, a gente desenhou esse projeto com esse princípio de testar a hipótese: olha, se nós fornecermos assistência técnica de qualidade e continuada para os agricultores, isso significa que eles vão melhorar de vida e vão diminuir a pressão sobre a floresta. Resumo da obra: cinco anos de projeto, Senador Confúcio, foram 42 técnicos do Ipam envolvidos diretamente nesse projeto, foram três assentamentos de reforma agrária no oeste do Pará. O Senador Beto Faro sempre puxa a minha orelha, porque deveria ter tido um outro assentamento lá no leste do Pará, mas eu estou em dívida com o senhor sobre isso, eu não vou esquecer, está gravado nos autos aqui que eu estou, de público, dizendo que estou em dívida com o senhor. Mas brincadeiras à parte, Senador, o resultado concreto desse projeto, depois de cinco anos, são 135% de aumento de renda média nas famílias e 70% de redução no desmatamento, ou seja, aquela lógica de que você tem qualidade de produção significa que você demanda menos a natureza, demanda menos o sistema natural. Portanto, você consegue produzir mais numa área menor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma equação que funcionou para 2 mil famílias, mas nós temos um universo, na Amazônia, que é de aproximadamente 700 mil famílias, entre assentamentos e colônias. São 700 mil famílias de agricultura familiar que, em maior ou menor grau, estão com as mesmas dificuldades. Então, o que nós preconizamos aqui... Esse trabalho tem sido levado a vários organismos públicos de fomento – de extensão rural, melhor dizendo –, inclusive o Incra e as Emateres locais, já tiveram acesso a essa informação. A gente divulga muito esse material.

E houve um caso muito interessante, alguns anos atrás. O Estado do Mato Grosso, o Governo do Mato Grosso... O Mato Grosso é o maior produtor do agronegócio do Brasil. Eu li outro dia, num artigo, Senador Plínio, que, se o Mato Grosso fosse um país, ele seria talvez o quarto ou o quinto maior produtor de *commodity* agrícola do mundo, dada a potência que é o Mato Grosso. Mas o Mato Grosso não tem só grandes fazendas. O Mato Grosso tem, para ser exato com vocês, 104 mil famílias de agricultura familiar esparramadas por todo o Estado. E essas pessoas estão nas mesmas condições daquelas que eu descrevi antes, ou seja, não têm acesso a mercado, não têm acesso à assistência técnica.

O Governo do Estado do Mato Grosso decidiu então criar uma secretaria especial de agricultura familiar no Mato Grosso. Eu acho que é um caso inédito. Talvez seja um dos primeiros casos em que tenha uma secretaria. No Pará tem também, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Sim, eles criaram a secretaria, mas, mais do que a secretaria, eles absorveram muito desse conhecimento para construir um Plano da Agricultura Familiar, no Estado do Mato Grosso, que é uma lógica muito cristalina. Você tem gente, tem 104 mil famílias e tem um potencial mercado, porque o mercado do Mato Grosso é grande, e esse mercado do Mato Grosso está comprando tomate de São Paulo, cebola da Argentina, pimentão de Brasília e por aí vai, quer dizer, o próprio Governador, à época, disse: "Isso é um absurdo, esse negócio tem que parar. Nós temos que estimular a produção doméstica de alimentos". E aí começou todo um processo.

Isso aqui, eu demorei um pouquinho mais, Senador, para explicar apenas o fato de que a nossa ciência, que começou tentando entender os assentamentos e o desafio da agricultura familiar, culminou com um plano de desenvolvimento da agricultura familiar para o estado do Mato Grosso. E queremos fazer mais. Estamos em diálogo com outras agências de extensão rural e a gente quer poder emprestar mais esse conhecimento para que outras famílias, outros estados e outras regiões possam se beneficiar dessa mesma lógica.

O segundo exemplo que eu queria trazer para vocês aqui – agora eu quero pular um pouco do pequeno produtor, do agricultor familiar, para o grande produtor –, nós mapeamos, mais uma vez, a nossa ciência mapeou, na Amazônia Legal, lembrando que a Amazônia Legal pega parte do Cerrado, ou seja, tem o Mato Grosso todo, tem o Tocantins, etc., nós mapeamos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Roraima, sem dúvida. Nós mapeamos 11 milhões de hectares de terras, de florestas, na realidade, que podem ser legalmente desmatadas.

O que eu estou dizendo, Senador Confúcio? Eu estou dizendo o seguinte. O Código Florestal exige a preservação de 80% da área, pronto. Tem gente que tem 90% protegido, ou determinada região, porque é região consolidada podia chegar a 50%, essa pessoa chegou até 70%. Ela tem um delta, tem um pedacinho de floresta ali, em que ela pode, pela lei, exercer o seu direito e desmatar. E ninguém vai contra a lei aqui. Como eu falei no início, a ideia de todo o nosso trabalho é precisamente o contrário, é fortalecer a legislação; sendo a legislação forte, é a maior alavanca para a sustentabilidade e para garantir direitos no futuro.

Nós, nesse contexto de identificação do que a gente chamou de excedente de reserva legal, ou seja, áreas que podem legalmente ser desmatadas, fizemos a seguinte pergunta interna: mas o que é que nós vamos fazer com isso? O que é que a gente pode fazer para tentar criar uma alternativa a esse desmatamento? Seria, talvez, pagar um produtor para ele não fazer? Alugar aquela terra? Fazer um compromisso de compra do produto dele por um valor maior? Nós estudamos vários modelos econômicos e chegamos à conclusão de que o ideal era pagar por hectare conservado. Passamos dois a três anos estudando em detalhe, propriedade a propriedade, realidade a realidade. Entrevistamos mais de 500 fazendeiros entre Mato Grosso e Pará para tentar entender.

E, exatamente três anos atrás, quase quatro anos atrás, nós lançamos esse projeto Conserv. O projeto Conserv hoje já está no seu fim, já está fechando o seu ciclo. Ele se encerra no ano que vem. Ele contratou até hoje algo em torno de 21 mil hectares de florestas dentro de propriedades rurais. Eu estou falando aqui de grandes fazendas que têm o direito de desmatar, e nós dissemos para ele: "Olha, nós temos uma alternativa para o senhor não desmatar. Nós podemos pagar para o senhor não desmatar". Obviamente, o Ipam não vai se arvorar, virar um banco e resolver todo o problema. Nós queremos mostrar que existe a possibilidade e mostrar que é aqui, eventualmente, nesta Casa das Leis, que se promovem legislações que levam a essa direção.

As florestas tropicais brasileiras prestam serviço para a nossa agricultura? Prestam, mas elas prestam serviço para a estabilidade climática do planeta, e isso deve ser remunerado de alguma forma. Uma maneira de fazer essa remuneração justa é exatamente premiar aquelas pessoas, aquelas fazendas, aqueles proprietários de terra que foram além das exigências legais.

Então, o Conserv nasceu e está funcionando a pleno vapor com essas características. Pessoalmente, como engenheiro agrônomo de formação, é um dos projetos que eu mais cuido de perto. Realmente, é um projeto que me interessa muito, porque eu acho que tem um potencial de mudar a cabeça. É o que eu gosto de falar para os produtores com os quais a gente tem parceria: "Olha, seu Redi...", que é um dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores lá de Sapezal, um querido amigo, Sapezal no Mato Grosso. Eu disse: "Redi, hoje você produz milho, soja, algodão e boi. Amanhã você vai produzir milho, soja, algodão, boi e floresta". Floresta passa a ser uma parte da equação econômica daquela propriedade. E ele disse: "É verdade, André, isso está funcionando assim já". Então, a gente tem depoimentos realmente muito emblemáticos desses agricultores.

Para não me alongar muito, porque eu gosto desse projeto, vamos aqui para o terceiro legado. A gente teve também a... Vamos dizer assim, fomos agraciados com a possibilidade de termos um laboratório a céu aberto. O Ipam tem uma parceria com uma empresa do agronegócio brasileiro, do Mato Grosso. Eu posso citar o nome dela: a empresa Amaggi. A empresa Amaggi tem várias fazendas no Mato Grosso, entre elas a Fazenda Tanguro. É uma fazenda grande que fica na Região Norte, Nordeste do Mato Grosso; e a empresa abriu uma parte dessa fazenda para a gente instalar esses experimentos científicos. Então, a gente está ali já há 18 anos coletando uma série de informações científicas para entender como é que é a dinâmica de funcionamento de uma fazenda; como é que a floresta preservada pode ajudar a lavoura; com que tipo de desenho de paisagem dentro de uma fazenda eu consigo maximizar a conservação e maximizar a proteção, reduzindo o volume e a demanda de insumos, por exemplo, consequentemente aumentando o lucro do produtor.

Então, tem várias análises que a gente tem feito na Fazenda Tanguro, e é triste dizer, meus amigos e minhas amigas, que algumas dessas análises já começaram a apontar, em função das mudanças climáticas globais e em função – mais importante ainda – do impacto das mudanças climáticas globais localmente, a gente fala muito da mudança climática local, 1 grau, 1,5 grau, isso é muito intangível para a gente aqui, agora, quando a gente fala que a chuva tinha que cair em outubro e só caiu em novembro...

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – ... aí, sim, o agricultor entende. A gente começa a perceber que já está havendo perda de produtividade da soja, algo em torno de três vezes mais perdas, na soja, quando há El Niño, que é o caso deste ano, e há uma perda 60 vezes maior, durante os El Niños, no caso do milho. Então, a nossa agricultura – é importante dizer que 90% dela não é irrigada – já está sofrendo com os efeitos da mudança climática global. Há possibilidade de adaptação? Há. Boa parte dessas adaptações passa por você fazer um desenho de paisagem em que a floresta natural ajude a proteger, um pouco, a área da lavoura.

Só para deixar um último exemplo aqui, eu sei que já tocou a minha campanha, mas acho que eu tenho mais dois minutos. Para deixar um último exemplo aqui sobre como isso é importante, nós fizemos também um estudo na região do Xingu. Alguns aqui, certamente, conhecem a região do Xingu. Nós fizemos uma medição constante de temperatura dentro do Parque do Xingu e 100km fora do Parque do Xingu em uma área de lavoura. Durante um ano, nós deixamos um termômetro ligado. A diferença de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temperatura média chegou a 6°C. Do lado de fora, é 6°C mais quente do que dentro da floresta, então, a floresta, na realidade, presta um serviço de ar-condicionado.

Quem já trabalhou com boi – eu já tive a oportunidade de trabalhar com boi – sabe que o boi é extremamente sensível à temperatura. Às vezes, a gente não sente 0,5 grau ou 1 grau na nossa pele, mas isso é o suficiente para a vaca não dar leite, é o suficiente para o animal não se movimentar no pasto e não ganhar peso. Então, a questão da temperatura aumentando – isso é um fato – pode ter implicações severas para o futuro da nossa agricultura, mas, mais uma vez, a gente tem a capacidade e a inteligência. A Embrapa está aí para isso, outras organizações, universidades brasileiras, o próprio Ipam, com o conhecimento que tem...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – ... para oferecer para a sociedade e para os governos a possibilidade de mitigar, um pouco, esse potencial estrago.

É nesse sentido que a gente tem essa pesquisa, de longa data continuada, nessa Fazenda Tanguru, com centenas de artigos publicados, nesse processo. Está aqui um pouco a imagem da Fazenda Tanguru, de uma área florestada da fazenda. A gente faz experimentos com fogo também, para entender a dinâmica do fogo controlado. A gente queima algumas áreas, de forma controlada, para ver o que vai rebrotar, o que vai surgir, etc.

A última menção que eu quero fazer aqui, para fechar a apresentação, é sobre o REDD+. Muita gente já ouviu falar nisso, que significa, simplesmente, o seguinte: remuneração por desmatamento evitado. É você pagar para alguém não desmatar. Esse é um conceito que, hoje, é aceito, inclusive, pelas Nações Unidas como parte da equação da solução climática.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – As bases científicas deste conceito foram desenvolvidas por cientistas do Ipam há cerca de 20 anos. Se esses cientistas não tivessem se debruçado sobre a lógica de funcionamento de uma floresta, sobre como é a lógica de crescimento e os ciclos de carbono, nós, talvez, poderíamos não ter visto a possibilidade de as transações de carbono globais envolverem florestas. Então, essa possibilidade, em alguma dimensão, existe – olá, Senador, prazer em vê-lo –, essa possibilidade de negociação de florestas e de remuneração de florestas em pé existe, porque houve um grupo de cientistas, vários deles do Ipam, que decidiu criar as bases desse conhecimento, conhecimento este que levou a um processo chamado REDD, que hoje é aceito pelas Nações Unidas como parte da solução para o clima do planeta.

Então, eu vou... Eu acho que meu tempo já se estourou bastante, Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Passou quase dez minutos.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Eu vou agradecer, então.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – ...para responder, a cada pergunta vai poder...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A cada pergunta vai poder acrescentar.

Eu quero dizer a quem está no YouTube, a quem está aqui: nós estamos com o Diretor-Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Só para colocar alguma coisa no debate, eu estou aqui com o balanço de 2022. Chama atenção que mais da metade da receita vai para salário. Se juntar com consultoria, viagens e parcerias, chegamos a quase R\$29 milhões dos R\$35 milhões, o que dá mais de 80% – e sem falar nas consultorias e parcerias.

A pergunta que eu faço ao Sr. André é: o Ipam tem 15 anos...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – São 30.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Trinta. São uma média esses R\$39 milhões por ano?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não, a gente vem num crescente, Senador. Nós fizemos um levantamento e o Ipam teve um orçamento médio, nos últimos dez anos, de aproximadamente R\$23 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque eu tinha multiplicado aqui, pensei que, se fossem R\$39 milhões, considerando 15, daria quase R\$0,5 bilhão, daria R\$585 milhões. Então, vou fazer a conta aqui e nós vamos tratar com uma ONG que já passou de R\$600... quase R\$500 milhões na sua existência. Só para colocar aqui, para que a gente saiba.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – São R\$26 milhões por ano, em média.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Em média. Vinte e seis vezes... Alguém multiplica aí: 26 vezes...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Os últimos dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é, mas, então, vamos... Para saber, porque, quando eu sou Senador, tem um custo: "O que é que você fez de projeto? Você vai? Você não vai?". Quero ver o trabalho. Ele está apresentando um trabalho bonito, mas estamos falando aí de R\$0,5 bilhão. É só para que vocês participem do todo, do conjunto todo. Quando organiza, vê, está bonito, está bom, mas vamos ver lá o que foi arrecadado nessa função toda. Repito: o balanço de 2022 me chama atenção. De R\$35 milhões, R\$29 milhões foram gastos com consultorias, viagens e parcerias, sem contar consultorias. Isso me chama muita atenção, por isso que a gente convidou o Ipam aqui. De R\$24 milhões do Fundo Amazônia que receberam, eles gastaram, no projeto que foram executar, R\$6,122 milhões. Então, esses números me chamam atenção. Só para colocar para o debate.

Vamos seguir a ordem agora das perguntas. O Relator, hoje é o nosso Relator... o Senador Marcio, que se atrasou, passou para o Senador Jaime as perguntas. Nós temos aqui o Jaime, Confúcio, Mecias, Beto e o Styvenson. Está bom? Porque foi pela ordem de chegada, eu fui colocando aqui. Jaime, agora; Confúcio; Mecias; Beto; e o Styvenson; e, claro, o nosso Marcio depois vai fazer o fechamento.

Com a palavra, o nosso hoje Relator, o substituto do Marcio, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu cheguei primeiro do que o Beto, embora V. Exa. não tenha visto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não, ele disse, ele falou, pôs na frente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Está antes. Está antes do Beto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Ah, é?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Falou. É primeiro aqui e depois você.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Senador Plínio Valério; o André Guimarães, que é o Diretor-Executivo do Ipam, do instituto aí; cumprimentar o Senador Confúcio, Beto, Marcio Bittar e demais Senadores.

Eu acho assim, Sr. André, plausível quando o senhor fala que nós temos 111 milhões de hectares, eu ouvi o senhor falando, e que, desses 111 milhões de hectares, os proprietários têm direito de abrir os 20%. Aí o senhor também faz um comentário dizendo o seguinte: existe a possibilidade de se pagar esses



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

20% para que esses proprietários de terra não derrubem esses 20%. Isso é coisa, como diz o ditado no linguajar, para inglês ver. Isso nunca funcionou. Eu mesmo já fiz em áreas de 2 mil hectares, já fiz e tentei, isso aí é só conversa fiada, isso nunca seguiu, nunca foi adiante e não vai adiante isso aí. Eu não vejo nenhuma sinalização de que as pessoas de fora querem realmente pagar por essa preservação.

O que o Ipam deveria estar fazendo, nós temos muitas propriedades no norte, Marcio, muitas propriedades no Acre, Rondônia, no Mato Grosso, em que realmente já foram desmatados 50%, só que essas propriedades poderiam chegar a 80% de desmatamento sem haver impacto ambiental, porque são terras extremamente produtivas. Só que a lei ambiental não nos permite comprar essas áreas. Aí, sim, aí nós vamos fazer aquilo que realmente era para fazer no campo, porque nós temos muitas áreas nesses 11 milhões de hectares que o senhor fala aqui...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – São onze.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São 11 milhões de hectares em que daria para você abrir em torno de 2,2 milhões de hectares, você poderia comprar essas áreas e fazer um estudo ambiental em outras áreas que estão extremamente produtivas – está aqui o nosso Senador Confúcio Moura, que conhece uma região igual ao Chupinguaia, que são terras extremamente produtivas, que não iriam causar impacto ambiental, onde já tinha escola, já tinha cidade, já tinha infraestrutura, tinha estrada sem haver isso aqui –, essas pessoas têm interesse em comprar essas áreas e ninguém quer desmatar mais de 50% sem fazer um estudo se aquelas áreas vão ter impacto ambiental ou não. Por quê? Porque os estudos falam que você não vai conseguir... Veja bem, quando foram feitos os loteamentos de reforma agrária da década de 70 até meados da década de 80, aqueles lotes que foram dados, de 100ha, que foram cortados pelo Incra, pela agricultura familiar, porque eu vejo o senhor falar que não fluiu, e fluiu, sim, e muito, e muito fluíram aqueles lotes que foram cortados na década de 70, aquilo é preservado, como é que você iria fazer uma preservação de 20 alqueires num lote, 20 no outro, 20 no outro? Isso não funciona, isso não dá certo, nós sabemos que isso não dá certo.

Agora, essas reservas em bloco, essas reservas dariam certo. Então, eu queria fazer uma pergunta para o senhor sobre se há possibilidade de o Ipam fazer um estudo para que os produtores rurais, realmente... Fazer estudos de áreas que já estão consolidadas e estão já com uma abertura de 50%. Essas áreas têm condição de chegar a 75% ou a 85%, já com infraestrutura. Comprar, sim, o direito dessas propriedades para se formar reservas em bloco.

E a outra pergunta que eu queria fazer ao senhor é a seguinte: como são escolhidos os membros do conselho do Ipam?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Vamos lá, Senador.

Acho que tem várias questões aqui para eu tratar com o senhor. Em primeiro lugar, esse projeto, só para deixar bem claro... Aliás, eu não avisei, Senador Valério, que eu estou máscara por conta de uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de saúde. Então, peço desculpas pela indelicadeza, mas são recomendações médicas, me pediram para fazer isso.

Mas voltando aqui, Senador, esse experimento Conserv... Eu chamo de experimento porque nós somos uma instituição de pesquisa. Esse experimento Conserv tem como objetivo principal mostrar para o agricultor, mostrar para o proprietário de terra que a floresta que existe dentro da propriedade dele tem valor. Esse é o objetivo do projeto.

Esse projeto tem um potencial de expansão enorme, como eu comentei. Nós temos hoje aproximadamente 20 mil hectares contratados e o potencial de 11 milhões de hectares a serem contratados. Então, existe uma enorme quantidade de oportunidades de negócios a serem feitos, dependendo – e eu concordo totalmente com o senhor – do apetite do investidor. Nós temos que ter, talvez, estrangeiros, talvez bancos, talvez outros grupos da economia interessados em fazer esse tipo de compensação.

Por enquanto, já começa a aparecer – é uma coisa muito discreta –, com o carbono, por exemplo. A indústria petrolífera tem buscado projetos de carbono, carbono fixado em árvores, mas ainda é muito pontual. Nós carecemos ainda – e felizmente a gente está tramitando, inclusive, nesta Casa – de um PL sobre o mercado de carbono, que eu acho que pode destravar muitos desses investimentos que estão querendo vir para o Brasil. Mas essa é uma outra conversa.

Eu acho que é importante dizer, também, que nós temos um dispositivo, no Código Florestal... O nosso Código Florestal foi aprovado por esta Casa, inclusive, em 2011, se eu não estou enganado, ou seja, 12 anos atrás. Até hoje, Senador, nós não regulamentamos o art. 41 e o art. 48 do Código Florestal. O art. 41 diz basicamente o seguinte: serviços ambientais na propriedade privada têm valor, mas não está regulamentado como é que é. E o art. 48 diz exatamente o que o senhor falou, que é possível fazer trocas entre quem tem excedente e quem tem déficit de reserva legal para uma fazenda compensar a outra. Esse também não está regulamentado. Então, eu acho que a gente precisa de... O Estado brasileiro tem que, a partir da ciência, a partir das informações que são disponibilizadas aqui – eu não falo só do Ipam, mas de tantas outras instituições, da Embrapa principalmente – nortear e priorizar a organização da legislação brasileira. Ter um Código Florestal de 13 anos quase, de 12 anos, em que os dois artigos que são incentivos para o produtor preservar não estão regulamentados, para mim é um contrassenso.

A última pergunta que o senhor fez foi sobre? Ah, o conselho, como é que é formado o meu conselho? O conselho do instituto é um conselho semelhante ao conselho de qualquer outra organização do terceiro setor. São pessoas que conhecem a área em que a gente trabalha. No nosso caso, o nosso conselho é majoritariamente acadêmico. Então, são professores universitários, um ex-reitor da USP, enfim, cientistas renomados, publicados no mundo inteiro, pessoas com quem eu tenho, pessoalmente, um privilégio de conviver.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pena que é só uma vez por ano; nós temos uma reunião ordinária por ano, que dura ali umas duas, três horas, e aí dá uma convivência...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A Ministra Marina Silva é do conselho?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não, a Ministra Marina Silva...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nunca foi?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Nunca foi, nunca foi. Ela é homenageada pelo Ipam como Conselheira Honorária.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, mas é Conselheira.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se tem o nome "Conselheira", é Conselheira.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Mas ela não tem nenhuma função deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas o nome... a terminologia é "Conselheira"?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – O título que nós demos a ela é "Conselheira Honorária".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, eu digo que a Marina é Conselheira Honorária do Ipam, e hoje é Ministra do Meio Ambiente.

Não, só para a gente clarear isso...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Eu preciso deixar isso claro, Senador, desculpe. No nosso estatuto, não existe o cargo... Como é que é...?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas, André, me desculpa. Conselheira...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Conselheiro Honorário. Conselheiro Honorário foi um reconhecimento, uma premiação que nós demos a ela.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, então ela é Conselheira. Ou eu que estou errado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Ela não participa do dia a dia do instituto, é diferente dos outros Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, o Sr. André diz que a Marina Silva não é Conselheira e eu digo que ela é, porque ela carrega o título de Conselheira.

Jaime vai passar para o nosso Relator oficial... Obrigado, Jaime, pelas perguntas, irmão.

Continua então o nosso Senador, o nosso Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Peço que siga a ordem já estabelecida inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, porque o Marcio é o Relator, aí ele...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Sim, mas ele tinha ficado... O senhor tinha substituído...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas o Jaime acaba de ceder o lugar de Relator, Mecias.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu vou ser o mais breve possível para...

Sr. André, bom dia. Eu quero pedir perdão ao Senador Confúcio, Beto, Jaime, Mecias, Plínio, aos convidados. Chegou uma... A gente aqui sabe como é que é isso. É a primeira vez que eu chego atrasado, foi porque chegou uma comissão dentro do gabinete, do Acre, todas as... Enfim, eu tive que... A reunião que começa como sendo rápida e acaba demorando um pouco mais.

Sr. André, muito obrigado pela presença. Tenho certeza de que o Senador Plínio já lhe fez as primeiras apresentações. Eu queria começar por essa última afirmação. Mesmo que seja honorária, que não tenha uma função específica, que seja mais como uma madrinha, mas desde quando que a hoje Ministra, ex-Senadora, hoje Deputada Federal, ocupa esse lugar?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Desde 2005.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Desde 2005.

Em 2002, teve a eleição, primeira eleição do Presidente Lula. Em 2002, não foi isso?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Em 2002. Ele tomou posse em 2003.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Tomou em 2003, eu sei.

O senhor não acha que há uma relação um tanto promíscua? O senhor acha que é correto que uma pessoa que ocupou o ministério por mais de sete anos tenha uma relação de madrinha – que seja madrinha, que não seja remunerada, mas tem uma relação – e, ao mesmo tempo, ela era titular da pasta que elaborava política pública para essa área em que o Ipam atua?

É sim ou não. O senhor acha que isso não é uma relação promíscua?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não, eu não acho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não acha? É interessante que, quando é das ONGs, nenhuma dessas relações é promíscua, mas, quando se trata de qualquer outra relação com o Parlamento brasileiro, como exemplo, toda relação é pública e, em qualquer momento, uma relação que possa ser considerada promíscua é amplamente divulgada.

Eu quero aqui deixar minha opinião para o Ipam. Não há uma relação estranha, não há uma relação promíscua em você ter uma ministra por sete anos, que é madrinha, é membro honorário, é uma premiação, é um reconhecimento, e uma entidade que, ao mesmo tempo, recebe dinheiro, fruto das políticas públicas que ela ajudou a estabelecer, como é o caso do Fundo Amazônia.

Eu acho promíscua a relação, é extremamente promíscua a relação.

Para dar oportunidade a todos que estão aqui para prestigiar, dito isso, eu escuto, como escutei agora há pouco, primeiro, que você tem quem presta e quem não presta em todas as áreas. Então, quando assentam nessa mesa ONGs e começam a dizer que estão rodeadas de cientistas, Hitler também tinha cientista. A eugenia tinha cientistas, aliás, alguns dos eugenistas mais famosos foram fundadores das maiores ONGs que tem no planeta, o senhor deve saber disso, a base da criação de algumas delas, como a WWF, por exemplo. Eram pessoas, cientistas da eugenia.

Portanto, tem cientista de todo lado, tem cientista que serviu o Hitler, repito, Mussolini, Stalin, então tem outros cientistas que têm outra visão que não a de vocês, mas vocês mantêm na mídia, nas universidades, o monopólio da informação.

Eu queria fazer uma pergunta. O senhor, pelo que eu estudei, pelo que estou lendo, o senhor pode, de repente eu vou lhe dar a oportunidade, o senhor faz parte de um pensamento, conheço um pouco, daqueles que entendem que o homem, a partir da Revolução Industrial, e basicamente, não exclusivamente, mas que basicamente, a partir da Revolução Industrial e da produção de CO₂ em demasia ou acima do que deveria... Isso compõe um elemento dos mais importantes para o aquecimento global, correto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Se o homem é responsável pelo aquecimento global?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, não, se ele é responsável e se é a produção industrial, a queima de combustíveis fósseis a matriz mais responsável, concorda com isso?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Sim, sim, é o combustível fóssil, sem dúvida.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então vou lhe fazer uma pergunta que já fiz para os outros: o senhor não acha uma contradição, e o senhor não é o primeiro, as ONGs que entendem que é o homem que tem o controle sobre a mudança climática ou o aquecimento global e que considera que a produção de CO₂, como queima de combustíveis fósseis, seria o elemento, repito, não excludente, mas o principal elemento do aquecimento global, que pode chegar ao ponto de inviabilizar a vida do homem na terra, o senhor não acha uma contradição, ao mesmo tempo, receber dinheiro da Alemanha? Receber dinheiro da Noruega? Como é que vocês recebem dinheiro desses países e se calam? Eu perguntei para as outras entidades que estavam aqui. Por exemplo, vai ter a COP agora. Vocês estão com documentos preparados para criticar, por exemplo, inclusive quem vai sediar a COP, porque vive de petróleo e gás?

Recentemente eu tive a oportunidade, pela primeira vez, e confesso, sem nenhum constrangimento, que fui porque a minha esposa já ia e ela fala inglês. Eu me dei o desafio, Beto, de aprender inglês e não consegui, então, isso sempre me inibiu. Então, como a minha esposa fala, é tradutora, é bióloga, ia, eu fui, inclusive já prestei contas dessa viagem. Eu vi e constatei a hipocrisia descarada dos países ricos. Eu vi uma alemã – estou repetindo para ele, que não ouviu –, eu vi uma alemã falar da questão ambiental do planeta e não tocar no assunto dela, da própria Alemanha.

Eu perguntei para um colega de atividade, de ONG que estava aqui – se eu não me engano a FAS, não é isso? – que tem, parece-me, 78 milhões para receber da Alemanha. Eu perguntei se ele tinha alguma crítica pública, um documento, um artigo que fosse, um vídeo, pelo fato de a Alemanha, sozinha, jogar mais CO₂ no planeta do que o Brasil inteiro. E, agora, que queima carvão, porque a Rússia cortou o fornecimento de gás, está jogando mais ainda. Não tem. Parece-me que não há como criticar aquele que te paga, aquele que te alimenta. O senhor não acha uma contradição? Nessa semana, eu vi a representante da Alemanha falar do mundo inteiro, dar palpite sobre todo o mundo, menos dizer dela, que ela sozinha queima mais CO₂ do que o Brasil inteiro. Nem culpam a Amazônia. Então, estou falando do Brasil inteiro, do Sul, Sudeste.

Eu vi um canadense, exatamente do epicentro do fogo que atingiu mais de 100 milhões de pessoas – a cidade de Nova York, a fumaça atravessou o oceano – falar de toda a preocupação ambiental, mas não ter a coragem de falar do Canadá. E ninguém perguntando. Eu não vi uma ONG lá para questionar o Canadá, para questionar a Alemanha, se eles não iam, pelo menos, mentir um pouco, e dizer: "Não, o ano



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vem nós vamos tentar controlar, vamos gastar mais dinheiro para isso e tal". Não, não tocam no assunto, a preocupação é com a Amazônia. Então, o Canadá foi ao evento, falou, e ninguém questionou.

Na mesma semana eu assisto – o Brasil, o mundo – à Inglaterra, que no novo governo já emitiu mais de cem, de uma centena de novas autorizações para extrair petróleo... E eu não vi ninguém criticando. Ela não perguntou para ninguém, não quis saber de ONG, não quis saber de conselho nenhum. Aliás, ela já anunciou que não vai cumprir as metas que ela própria ajudou a estabelecer nas COPs, como fez a França quando não cumpriu aquilo que ajudou a estabelecer na COP de Paris. O país que sediou o evento do Joe Biden, o Presidente, fez a mesma coisa, já autorizou agora novas estações de petróleo no Alasca, como fez o Barack Obama.

A Noruega, que financia o Fundo Amazônia, e as ONGs têm um papel importante, lá dentro, para decidir o que fazer com aquele recurso... E o senhor sabe disso. O Ministério do Meio Ambiente tem um papel importante para decidir o que é que vai fazer com aquele dinheiro. Por isso é que eu acho que é uma relação promíscua, porque vocês decidem o que vão fazer com o dinheiro que vem da Noruega, que é o Fundo Amazônia, e, ao mesmo tempo, estão no Governo e estão na ONGs que vão receber o dinheiro do fundo. Se isso não é uma relação promíscua, nada é, nada é mais.

E a Noruega, que financia o Fundo Amazônia, também fez a mesma coisa agora mandando extrair mais petróleo no mar do Norte. Então, a pergunta é: o senhor não acha que é uma contradição? O senhor acha correto receber recursos desses países milionários que acenam com compensações para o Brasil que nunca chegaram? O que chega aqui é esmola. Eu, olhando para os seus olhos, vou lhe fazer uma pergunta: o senhor não fica envergonhado? A própria Ministra Marina... Quem é que tem um bilhete da Mega-Sena premiado no bolso, sozinho, um ganhador sozinho, e abre mão disso por R\$200 por mês? Esse mundo rico que financia as ONGs, que praticamente impede a Amazônia de explorar os recursos naturais que ela tem, o subsolo, por exemplo, é o mesmo que assiste a uma promessa de que, em compensação, algumas famílias da Amazônia poderão receber até R\$200 por mês? Isso não o envergonha?

Então, são duas perguntas. Quer dizer, não há uma contradição em se dizer preocupado com o aquecimento global tendo o entendimento de que o homem tem responsabilidade sobre isso, de que os países industrializados que queimam energia fóssil – petróleo, carvão – são os grandes responsáveis por isso... É claro que o senhor sabe que esses países jogam muito mais CO₂ no planeta do que o Brasil.

Então, não há uma contradição em saber disso, acreditar nisso e ter relação econômica com esses países? E, segundo, se o senhor não acha que é uma vergonha uma possível compensação – tem ONG que veio aqui dizendo – de R\$50, que agora passaria para R\$100 e a Ministra acena com a hipótese de R\$200?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas duas perguntas. Não acha estranho vocês acreditarem nisso, que o CO₂ aquece o planeta, que o homem é responsável por isso, que isso pode inviabilizar a vida do homem na Terra e receber dinheiro exatamente de quem mais joga CO₂ no planeta?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Vamos lá, Senador.

Antes de mais nada, obrigado pela complexidade que o senhor traz aqui, porque eu acho que é importante...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pela ordem, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – É porque eu tenho um almoço marcado com o Governador do meu estado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu acho que, se o senhor me permitir e, logicamente, o Senador Confúcio, em um minuto, eu faria uma pergunta e o Sr. André poderia respondê-la no mesmo bloco em que ele fará a resposta do Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Confúcio. (*Pausa.*)

Ótimo.

Então, por favor, faça-as que ele responde.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Sr. André, a quais as regiões ribeirinhas no Estado de Roraima o senhor dá apoio? E que tipo de apoio o senhor faz a elas?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – A gente não trabalha no campo em Roraima, Senador, infelizmente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, não é da Amazônia mais o seu instituto de pesquisa e de apoio?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não entendi.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor falou que é instituto de pesquisa da Amazônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então... E Roraima não está incluído na Amazônia?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Não, Roraima... Nós trabalhamos em Roraima. Nós só não trabalhamos com populações ribeirinhas. A gente trabalha com o Estado de Roraima, sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, eu gostaria que o senhor relatasse, depois eu vou assistir, quais os tipos de apoio que o senhor dá em Roraima e a quem. E que tipo de apoio.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Se o senhor diz que a seca excessiva ou a chuva excessiva... Porque nós temos, em Roraima, nós temos um problema sério. Quando a seca é excessiva no Amazonas, nós sofremos em Roraima a mesma seca. Quando a chuva é em excesso no Amazonas, nós sofremos a mesma seca, embora o nosso período de chuva e o de seca sejam diferentes.

Nós sofremos a influência do inverno do Amazonas, de Roraima e do Pará. De quem é a culpa disso? É do homem? De nós sofrermos, nós termos diferentes... Mas eu quero saber se a culpa é do homem da Amazônia, especificamente do homem de Roraima, do produtor roraimense.

Se a culpa é do homem, de quem foi a culpa da maior seca que existiu no início do Brasil? E eu poderia buscar muitos anos lá... Em 1615, houve uma grande seca no Brasil. De quem foi a culpa? Foi dos brasileiros? Foi do agronegócio brasileiro? Depois, vem 1723, 1727, 1776, 1778, 1877, 1879, 1919, 1921, 1934, 1936, 1963 e 1964. De quem foi a culpa? Do homem da Amazônia? A culpa é do agronegócio brasileiro?

Entre as pesquisas que o senhor fez, o senhor chegou a... Qual a mais importante pesquisa que o senhor fez, que o seu instituto fez? Quais as mais importantes relacionadas ao clima? O senhor poderia mandar cópia para nós dessa pesquisa?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Com certeza – com certeza. Tenho várias delas.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E o senhor chega a um denominador comum de quem é a culpa disso? É nossa, dos ribeirinhos? É nossa, do trabalhador rural brasileiro?

E, só para reforçar a pergunta do Senador Marcio Bittar, os senhores reclamam que os homens brasileiros são culpados por isso. E por que recebem recursos dos maiores devastadores do planeta?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É vergonhoso isso. E eu gostaria de ter uma pergunta, senhor...

Presidente, eu agradeço a V. Exa., ao Relator e aos nobres Senadores que aqui se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela presença, Mecias.

Eu sei que hoje, terça-feira, é CAS, é CAE... Só não tem a CCJ.

Fique à vontade.

Eu agradeço sua presença aqui. Sempre, como amazônida, abrilhanta.

Com a palavra, o Sr. André.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Obrigado, Senador.

É pena que o senhor está se ausentando, mas vou tentar cobrir aqui algum terreno, a começar pela observação e comentário do Senador Bittar.

É importante colocar um pouco de cronologia aqui, Senador. Estou falando especificamente da Ministra Marina, homenageada pelo Ipam. Ela foi homenageada em 2005, saiu do Governo, se eu não me engano, em 2008 ou 2009, alguma coisa assim, e nós recebemos, nós começamos o Fundo Amazônia em 2013, ou seja, cinco anos depois de ela ter saído do Governo.

Então, eu acho que só esse distanciamento de tempo, já indica que não houve, enfim, um favorecimento. Ela não estava com a caneta, ela não estava pilotando o Fundo da Amazônia nem nada disso. Então, só para deixar claro os tempos.

E, acho que o mais importante de tudo, esse processo de seleção do projeto que a gente acabou desenvolvendo com a agricultura familiar, no Pará, foi um processo competitivo. Nós competimos com dezenas de outras organizações e tivemos a sorte de ganhar essa competição. Então foi um processo competitivo, feito pelo BNDES.

Bom, deixando esse ponto claro, eu acho que tem uma mesma pergunta, Senador Bittar, que o outro colega também fez, que diz respeito à incoerência sobre receber dinheiro de países que vivem de petróleo, etc.

Senador, sendo muito franco, eu adoraria desligar o plugue do petróleo amanhã. Adoraria! Se eu tivesse esse poder, eu desligaria o petróleo, desapareceria o petróleo, o carvão, tudo, tudo, tudo, tudo. Ia colapsar a economia do mundo.

Vou dar só um exemplo para o senhor. A aviação civil, aviões, correspondem a, aproximadamente, 4% das emissões globais do planeta, 100% combustível fóssil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um experimento aqui com bioquerozene; tem um outro experimento ali com avião solar... Isso vai levar 20, 30, 40 anos até estar no dia a dia das pessoas. Ainda tem um custo de aprendizado muito grande. Só que o planeta não aguenta esse setor tão importante, crescente, que emite 4% das emissões, não fazer nada e continuar emitindo até que o avião elétrico esteja pronto para zerar suas emissões.

Esse tempo é muito precioso e é nesse tempo que entram as florestas. As florestas podem reter um determinado volume de carbono para que alguns setores da economia tenham tempo para poder se adaptar a uma nova realidade de baixo carbono.

Então, acabar com combustível fóssil é, sem dúvida nenhuma, o objetivo de todos nós, de todo mundo que trabalha com mudança climática. A gente sabe que 3/4 das emissões globais estão ligadas, direta ou indiretamente, a combustível fóssil. É transporte, construção civil, enfim, energia, e por aí vai. Mas não dá para fazer de uma hora para outra.

Então, acho que é importante ressaltar isso.

Sobre a contradição em si, eu vejo da seguinte forma, Senador, nós estamos vivendo num mundo, num momento do mundo, agora, em que a gente está convivendo com setores, empresas, governos e até pessoas que têm um pensamento mais conservador.

Eu escuto muito isto: "Ah, mas meu pai fazia assim, meu avô fazia assim, eu vou fazer do mesmo jeito". Quer dizer, tem ainda uma certa inércia cultural, e eu não estou falando só do Brasil, eu estou falando do mundo inteiro. Eu não estou falando só de determinando setor econômico, estou falando dos vários setores econômicos.

Esse sentido mais tradicional e mais conservador está convivendo, no mesmo espaço e tempo, com uma visão mais moderna de mundo, com uma visão mais sustentável de mundo, com uma visão de justiça social. Como é que a gente consegue encaixar esses dois mundos? Aí está o desafio.

Então, eu acredito, Senador, que, por um bom tempo, nós vamos ter que conviver com incoerências, nós vamos ter que conviver com o petróleo queimando, tendo que fazer um esforço enorme para preservar a floresta, até que acabe a queima do petróleo e as florestas permaneçam, porque elas vão ficar. O petróleo vai acabar, mas as florestas vão ficar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, eu agradeço a resposta.

Essa vai ser a minha última participação, enquanto a gente espera, isso já tem 50 anos – talvez mais 50, mais mais cem –, enquanto isso, nós vamos continuar vivendo, tendo, na Amazônia brasileira, depois de tudo o que fizeram, a região mais pobre do país e tudo aquilo que isso significa: falta de esgoto, falta de água, falta de emprego.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos aqui um levantamento, e o estado do Senador Confúcio Moura, que já foi Governador, é o único estado em que o Bolsa Família não representa mais da metade da força de trabalho – Rondônia –, mas, na Amazônia, de uma forma geral, mais da metade das famílias, cerca de 16 milhões de pessoas, dependem do Bolsa Família, muito mais do que metade da população da Amazônia.

Bom, existe uma questão que eu respeito – o senhor acredita –, eu não penso assim... As pessoas alegam: "Eu li um cientista..." Eu também leio cientistas. Como eu falei, todas as grandes e maiores mazelas que a humanidade passou tinha cientista do lado. Eu citei que Hitler tinha cientistas do lado dele; Mussolini tinha cientistas do lado dele; Stalin tinha cientistas do lado dele; Fidel Castro, etc. Então, existe uma outra corrente a qual eu me perfilo, mas é uma questão de... Ninguém tem que obrigar ninguém, aqui, nós ainda vivemos uma democracia e cada um professa e diz aquilo em que acredita. Não compreendo que o homem tenha o poder global da mudança climática, mas, por isso é que eu perguntei: vocês que acham isso, que acham que é o homem... Eu entendo que o homem tem um poder imenso na mudança climática do seu lugar de trabalho e aí eu não vejo vocês preocupados com isso. É sempre um nicho. "Eu ajudei a recuperar..." É sempre um pedacinho, é um nicho, para dar de exemplo, mas você pega os rios da Amazônia, onde é que eles são poluídos, fundamentalmente? Quando eles passam na cidade. Aí você não vê as pessoas que financiam vocês preocupados, fundamentalmente, com a recuperação dos danos ambientais urbanos, é sempre onde tem recursos naturais, é sempre onde tem minério, é sempre onde tem petróleo, é sempre onde se descobre mais uma jazida de potássio, onde estão querendo criar outra reserva, lá dentro, para proibir.

Agora, o que me espanta na sua afirmação... Você acha mesmo, André? O senhor acha mesmo que dá para pedir para milhões de amazônidas que estão passando fome que esperem pelos ricos? Quando eu acabei de falar que a Alemanha está queimando carvão e não pediu licença para ninguém! A Noruega, que financia o fundo pelo qual vocês são beneficiados, aumentou a extração de petróleo, agora, neste ano! A Inglaterra aumentou só, em uma cacetada, cem, uma centena de novas licenças!

E aí nós vamos dizer para o sujeito que está entregue às facções criminosas para esperar mais dez anos? Mais 20, mais 30, até que o mundo rico possa, não sei de que maneira, se adequar?

Irmão, eu vou colocar como um cristão. Eu vou admitir que o senhor seja bem-intencionado, mas a boa intenção não significa que está correto. O mundo rico tem as demandas deles. Essa ida, que eu fui a Nova York, me permitiu ver um outro lado, que eu não tinha visto. Eu vi, todos os dias que eu saí na rua, todas as vezes que eu peguei metrô, eu vi excluídos. Muita droga, muita doença mental. É você entrar no metrô – repito, a minha esposa, que é tradutora... Eram pessoas completamente... Eu não sei que doença é, porque não era... não falava inglês, era... Gente de rua. Então, eles têm as demandas deles. Acreditar que eles vão chegar num patamar e vão se considerar satisfeitos e, a partir daí, vão compensar verdadeiramente a Amazônia...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu repito, Sr. André, eu acho uma vergonha e uma humilhação esse discurso que, na verdade, dá base argumentativa para perdoar os países ricos, para tolerar o que os países ricos fazem, ao tempo em que a gente pede para a população da Amazônia, para o índio, que, quando recebe a Bolsa Família, vai pegar, vai retirar às vezes com três meses, porque, se ele for retirar todo mês, ele vai gastar o dinheiro do Bolsa Família no transporte... Eu vou pedir para as crianças da Amazônia que andam uma hora, duas horas, três horas descalças para chegar numa escola que esperem o país rico tomar consciência, adequar-se.

Para eles valem, como o senhor acabou de falar, para eles vale argumento econômico, o senhor disse aqui. "Se eles hoje cortarem...", mas eles não estão cortando nem diminuindo; eles estão aumentando, Sr. André. E aí, para eles, tem a compreensão, a paciência. "Não, eles precisam, porque senão vai dar uma quebra na economia...". É o que o Ministro da Inglaterra disse agora há pouco; ele disse: "Eu não posso tentar salvar o planeta à custa da miséria do inglês". A palavra não foi essa, mas, enfim, teria que tomar atitudes para reter a economia e não aceita fazer isso.

Mas, enfim, são opiniões. Então, há uma tolerância com os ricos, que aumentam a sua produção de petróleo e gás sem pedir licença a ninguém, e aí há um pedido para que a Amazônia espere chegar sua vez.

Eu vou terminar por uma coisa que não tem como sair da minha cabeça. No Acre, Sr. André, terra natal da Marina, há 30 anos eles disseram tudo isso que o senhor falou aqui agora. Eu escuto isso há 50 anos. E como um pai poderia separar dois filhos e dar a eles dois, às condições de cada um, à sua moda, à sua convicção – oposta uma da outra – a sua oportunidade? Como foi a Alemanha quando teve o Muro de Berlim – Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental. Mais ou menos desse jeito, na época, falando dessas alternativas etc., o povo acreano deu ao grupo da Senadora, Deputada, Ministra Marina Silva e a toda a sua turma todo o poder. Todo o poder. É como se tivesse acreditado: "Olha, eu vou testar, então, as suas ideias, o mundo está preparado para isso, o mundo vai ajudar", e eles tiveram comandando a política no Acre ao longo de quase 30 anos, porque, mesmo antes de chegar oficialmente ao poder, as ideias já permeavam o Governo e tal.

Sr. André, com todo apoio do Fernando Henrique Cardoso, da ONU, do BID, do Banco Mundial, dos globalistas todos, quando eles entregaram o Acre, o Acre estava mais pobre. O Acre que eles entregaram era um Acre mais pobre, com mais violência, Rio Branco chegou a ser a capital mais violenta do Brasil para se viver. Então fica, como diz sempre o Senador Plínio, ninguém está aqui para ser mal-educado, para ser grosseiro com ninguém, mas, no debate, deixar que as pessoas que estão nos assistindo possam fazer suas conclusões.

Eu disse aqui agora: eu acho que é imoral, acho que é uma relação perigosa você ter uma Ministra que tem uma relação com o Ipam, isso é que importa, desde o começo, volta a ser Ministra agora, essas relações não são interrompidas porque alguém vai para um cargo ou não, as relações de amizade, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confluência de ideias. Então as ONGs vão para o Governo, hoje o Ministério é composto por pessoas que criaram ONGs, que têm relação com ONGs, que não vão terminar suas relações, na hora em que saírem do Governo voltam para suas ONGs, elaboram os planos que determinam onde, por exemplo, o BNDES vai fazer os investimentos e, ao mesmo tempo, suas ONGs, as ONGs do seu círculo são as beneficiadas com isso.

Acho uma imoralidade também as pessoas, as pessoas pagam o preço pelo seu ideal. Eu, por exemplo, entendia que o projeto de esquerda, entendo que é um projeto autoritário e paguei o preço por enfrentar o PT do Acre em 20 anos, preço pessoal, familiar, porque eu acreditava naquilo. E acho incrível como vocês não pagam o preço. Vocês acreditam que é o homem, acreditam que é o CO₂, sabem que eles são os maiores poluidores do planeta, só perdem para a China, que sozinha joga um terço do CO₂ no planeta, mas com eles há complacência, com eles há o entendimento de que eles não podem fazer um corte brusco. Repito, eles não estão fazendo corte, eles não estão nem mantendo, eles estão aumentando. E essa paciência se exige do índio pobre, do jovem que está na mão da facção criminosa, sem opção de vida, de prosperidade na Amazônia brasileira.

Então, no fim das contas, Sr. André, quem vai julgar é a população brasileira e cabe à CPI trazer os depoimentos, as falas, as contradições, os argumentos de um lado e de outro, para que, ao final, a gente produza o relatório, que eu espero que se crie nele alguma convergência.

Eu dou por encerrada, Sr. Presidente, a minha participação. A minha última fala não é bem uma pergunta, é mais um resumo daquilo que eu considero, que me chama muito a atenção, mais uma vez agradecendo a todos que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pergunto se o Sr. André quer responder ou se posso passar para o Senador Confúcio.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Uma complementação, Senador Marcio Bittar. Em primeiro lugar, eu acho que o senhor está absolutamente correto no sentido de dizer que os ricos não estão ajudando os pobres. Isso é uma verdade cristalina. E ainda digo mais, Senador: na reunião do clima de Copenhague, meu Deus, lá se vão 15 anos para trás ou coisa que o valha, foi feito um compromisso dos países ricos de aportarem US\$100 bilhões por ano para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos se adaptarem às mudanças climáticas. Sabe quanto, até hoje, surgiu desse dinheiro? Menos de US\$10. Era para ser US\$100 por ano. Nós já devíamos estar em, sei lá, uma centena de bilhões de dólares, e isso nunca aconteceu.

Então, eu quero fazer eco à sua observação de que os países desenvolvidos, muitas vezes, usam aquela estratégia da avestruz: colocam a cabeça num buraco e acham que não é com eles. E o mundo está queimando, o mundo está sendo destruído. Então, eu acho que há, sim, um papel muito importante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é um país respeitado suficientemente nessa agenda do clima para, talvez, levar esse tipo de pleito à frente. A discussão sobre repartição de benefícios, em outras palavras, transferências de recursos para países da África, para países da América Latina e até mesmo para o Brasil, para algumas regiões da Amazônia, prometida por escrito, comprometida nos autos da Convenção do Clima, não está sendo cumprida. Nós precisamos cobrar, Senador. Então, eu quero me solidarizar com a sua preocupação.

Eu acho um absurdo, realmente, a gente ter que conviver num clima que está se aquecendo a olhos vistos. Nós estamos vendo aí todo mundo sentindo a temperatura aumentando, os incômodos. Eu tenho acompanhado grupos de agrônomos que estão falando na questão de perdas de bovinos por conta do aumento da temperatura, eles não estão aguentando. Os animais não estão nascendo bem, os bezerros estão tendo muito problema de alimentação e estão com dificuldades. Então, a gente tem que, realmente, lutar.

O Brasil e, eu imagino, esta Casa têm um papel. O Senado brasileiro talvez tenha um papel na reivindicação a esses entes internacionais para que cumpram a sua palavra e que honrem os seus compromissos de apoiar o desenvolvimento de projetos e ações nos países em desenvolvimento que não foram cumpridos até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que é bom do debate, do diálogo e da democracia é que a gente discorda. Quando o Sr. André diz assim: "O Brasil é respeitado", eu digo: o Brasil é usado. O bom é essa diferença que a gente tem de opinião. Para mim, o Brasil é totalmente usado. É aquele complexo do colonizado de que tudo de fora é bonito.

É como disse, Marcio, é o que você estava falando aí e o Senador Esperidião Amin: os países ricos dão dinheiro, eles têm culpa, têm remorsos, porque destruíram tudo e continuam destruindo, mas terceirizaram o remorso para os brasileiros. "Nós damos dinheiro, ficamos livres do remorso e vocês aí, colonizados, arquem com a culpa toda."

Com a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, Dr. André Guimarães, ouvi com atenção a sua exposição, ouvi as respostas. Por exemplo, o Ipam, pelo que o senhor narrou, tem 30 anos de existência.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É um instituto de pesquisa. A pesquisa científica deve ser feita pelo Governo, pelas instituições, as universidades, deve ser propiciada pela iniciativa privada, as organizações, e pelas organizações não governamentais. Então, a pesquisa, de todo lado, é boa, é importante. E o que o senhor apresentou aqui, na apresentação inicial, foi o papel do pesquisador, de um pesquisador que coloca em comparação áreas de floresta em pé com a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proximidade de áreas desmatadas de pastagem, onde, por exemplo, a temperatura da floresta é sete graus maior do que a temperatura no meio do pasto.

Querendo ou não, o Brasil, os produtores rurais brasileiros, principalmente os do agronegócio, vão cumprir uma política ambiental, o Código Florestal e todas as exigências ambientais por uma circunstância comercial.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Hã-hã.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Os países compradores vão, cada vez mais, arrochar os países que vendem matéria-prima bruta, as *commodities*, e, com isso, eles vão... Além da rastreabilidade, da exigência de certificação de origem, principalmente do boi, ou mesmo da soja, ou mesmo do milho, então, isso vai ser uma questão, uma circunstância comercial, não vai ser nenhuma demanda diplomática, vai ser do comércio, de quem compra e de quem vende...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Do mercado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... porque as exigências serão grandes.

Na sua exposição, o senhor estuda também os dois biomas, o Cerrado e a Amazônia. Eu sou originário do Cerrado. Nasci no Cerrado e, depois, fui para a Amazônia. Conheço os dois biomas muito bem. Eu sou ainda do tempo em que essa região de Brasília, Planaltina, Formosa, até a região próxima de Barreiras, aí para baixo, era só Cerrado virgem...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Hã-hã. Eu me lembro.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... puro, arenoso. E a pesquisa científica da Embrapa propiciou que se plantasse na areia...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... corrigida. E foi um sucesso o Cerrado na produção. Está até extrapolando os limites, porque estão ocupando os parques, como a Chapada dos Veadeiros e, provavelmente, a Chapada dos Guimarães, lá na frente.

Outro ponto elevado aqui citado é o gasto de pessoal com a organização, com o Ipam, em torno de mais de 60%. Mas eu pergunto: qual é o gasto de pessoal, do Governo Federal com o pessoal? Qual é o gasto das Prefeituras com o pessoal? O maior gasto é o previdenciário e o gasto de pessoal.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Hã-hã.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Logicamente, esse gasto de pessoal é para a produção de serviços...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... produção de pesquisas, o que é justificado.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente justificado.

Aí, no avançar das pesquisas apresentadas por V. Sa., o senhor mostra o comparativo, o contraponto entre a agricultura familiar na Amazônia e a grande produção, em que 70% da agricultura familiar não tem assistência técnica. Isso é gravíssimo! E é antigo. E parece que não tem solução, porque, cada vez mais, as EMATERs estão sucateadas nos estados.

Eu conheço o seu instituto e me lembro muito bem da sua participação na composição, na feitura dos consórcios de Governadores. Primeiro, foi o do Brasil Central e, depois, o consórcio da Amazônia, o do Nordeste e o do Sudeste brasileiro. Esses consórcios, essas orientações, principalmente o consórcio da Amazônia, em que os Governadores passaram a discutir a política ambiental, foram muito importantes; prova disso é que o Pará chamou para si a próxima COP, justamente com essa concepção dos consórcios da Amazônia de levarem em conta o componente ambiental como importante.

E o Ipam nada mais é... O instituto, além de tantas outras feitura, faz as mediações e as reflexões importantes, produzindo documentos, orientações, notas técnicas, termos de referência para a absorção de financiamentos, o que é muito importante. O Ipam, por exemplo...

Aqui, comparando a questão da Marina Silva e do Governo passado, nós tivemos dois padrões de ministros, o Ricardo Salles e a Marina Silva, e quem decidiu por Marina ou por Ricardo Salles foi o povo brasileiro; foi o povo brasileiro que votou contra o Ricardo Salles e votou pela volta da Marina. Então, logicamente, é uma opção política importantíssima, que realmente deu esta opção ao povo de escolher: queriam que, realmente, a boiada passasse continuamente ou que se restringisse a passagem da boiada? E a população brasileira optou por fechar a porteira.

Então, os meus comentários aqui não têm... Foram comentários gerais. Eu faço parte desta Comissão justamente para fazer a defesa das ONGs. Eu estou aqui... É lógico, o Plínio tem muitos argumentos, tem apresentado muitos vídeos importantes de ONGs que, realmente, praticam falcaturas, é mais do que justo que ele investigue, mas, grosso modo, em todo lado, na vida, tem gente boa e tem gente ruim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, aqui, o seu trabalho científico é justificado, é plausível, é aceito.

Então, eu encerro aqui os meus comentários dizendo, querido Plínio, Marcio Bittar e demais amigos, que eu não estou – já falei na passada – me contrapondo a eles. Eu me reservo o direito de apoiar as ONGs como entidades importantíssimas para o Brasil.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quer falar alguma coisa, André, em relação...

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Só quero agradecer, Senador, pelas palavras e pela consideração.

Realmente, o que o senhor narrou aí foi, em poucas palavras... O senhor narrou toda uma trajetória.

Eu quero aqui só fazer mais uma menção ao consórcio dos Governadores da Amazônia, que hoje é um ente extremamente importante, é um ente que negocia em bloco na Convenção do Clima. Nós falamos aqui, agora há pouco, de o Brasil fazer pressão nas Convenções do Clima. E foi criado, eu tenho que dizer, pela sua liderança... Foi pela liderança do então Governador Confúcio Moura, de Rondônia, que inspirou os demais Governadores a transformarem o fórum num consórcio. E aí, a gente, então, hoje, tem uma estrutura jurídica que congrega todos os governos estaduais da Amazônia para poder defender interesses que são comuns.

Então, eu quero aplaudir essa iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Confúcio. A sua presença aqui é a garantia de que nós não vamos exagerar. Se nós quiséssemos, o senhor certamente, com sua calma, com sua sabedoria e conhecimento, faria... Desde o começo, a gente diz que não vai demonizar ONGs, de forma alguma. Agora, existem ONGs que são demônios, então, a gente tem que falar delas.

Sr. André, a gente fica tão... O Prof. Carlos Nobre trabalha no Ipam?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque... Não? Ele nunca trabalhou?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Nunca trabalhou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele defende uma tese, aí eu vou perguntar o que o senhor acha, então. O Carlos Nobre fala da savanização e o ponto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de não retorno devido ao desmatamento na Amazônia. A Mata Atlântica foi desmatada em 95%, transformada em savana, e hoje está retornando aos poucos. E muita gente diz aí: a Amazônia tem 15% dela desmatada, já se fala em savanização. O senhor concorda com isso?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Eu concordo com o fato de que nós vamos chegar a um ponto de não retorno.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Qual seria o percentual? Nós estamos em 15%.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Eu não tenho esse número. Se alguém entrar aqui e disser que o ponto de não retorno é 21%, é 23%, é 25%, é 30%, está mentindo. Porque essa informação não existe.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente concorda plenamente com isso.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – O que precisa ser feito, Senador, é entender o que significa esse ponto de não retorno, porque a gente não quer chegar nele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E não vai, não é?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Se a gente chegar nele, a gente colapsa o sistema. Então, nós temos que estudar para entender e antecipar a chegada desse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu acho exagerado isso. Quando eu vejo uma pessoa falar isso, eu vejo logo que se trata de um imbecil.

O Ipam considera correto uma ONG ficar responsável pelos estudos técnicos, científicos, para a criação de uma unidade de conservação?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Ficar responsável?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, responsável por aquilo. Nós temos... Lá no Novo Airão, no Baixo Rio Negro, tem ONG tomando conta. Já são 12, que eles chamam de mosaico não sei das quantas. É correto uma ONG tomar conta de uma área que deveria ser pública?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Eu não conheço esse caso específico, Senador. O que eu posso lhe dizer é o seguinte: uma unidade de conservação pressupõe um plano de manejo. Ou seja, ela é criada e, ato contínuo, é estabelecido, geralmente, um conselho daquela unidade de conservação, que é presidido pelo chefe ou pela chefe da unidade de conservação. E eles contratam a produção de um documento teórico, que é o plano de manejo da área. Essa contratação, em geral, é feita pela Lei 8.666. É feita uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licitação para contratar e, algumas vezes, ONGs participam dessas licitações e ganham. Eu não conheço o caso específico lá de Novo Airão, mas eu já vi planos de manejo de unidade de conservação serem feitos por ONGs, sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por ONGs que fazem.

O nosso Relator Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só algumas breves reflexões, não é bem pergunta. Eu acho interessante... Eu fui da esquerda quando era jovem e eu costumo dizer que a estratégia da esquerda não mudou, eu conheço todas; não mudou. Então, por exemplo, uma maneira de não discutir um ponto concreto é você colocar naquela discussão 50 novos elementos. Aí você não discute nada. Se você prioriza 50 coisas, você não prioriza nada e tal. A outra é quando você, sabendo que a sua argumentação é falha, concorda com o seu adversário, *en passant*, para apenas dar um viés de que você escuta, leva em conta a opinião daquele que está levantando um dado.

Concordar com o fato de que os países ricos nos enganam ano após ano é a estratégia. Eu conheço isso. Dizer: "Não, eu até concordo". Inclusive, a frase sempre vem muito com o até: "Não, eu até concordo", mas não fazem nada.

A indignação está em vídeo? Ela está em artigo? Ela está numa ação coordenada das ONGs que já sentaram aqui, que somadas à sua já movimentaram bilhões de reais? Existe algo público? Vídeo? Como tem na Amazônia?

Eu acabava de ler agora uma informação que chegou: na lista dos dez maiores poluidores do planeta, dos dez, não tem um latino-americano e o senhor sabe disso.

Então, essa concordância *en passant* a Ministra Marina disse na mesma semana. Quando a Semana do Clima, em Nova York, estava acabando, num artigo, numa postagem dela, ela mencionou os R\$100 bilhões.

Mas a vassalagem continua. A Inglaterra aumenta... O Canadá agora passou em CO₂ o Japão por causa das queimadas, mas deles eu posso receber dinheiro, eles eu posso esperar que aguentem mais algumas décadas, porque não podem ter um baque econômico. É a mesma coisa o que a Inglaterra está dizendo. E o que é impressionante é que, na sequência desse raciocínio, vem aquele outro que, para mim, é um dos exemplos de vassalagem, de cara de pau terrível, que é assim: "O mundo exige que os produtos que saiam do Brasil tenham certificado verde". Como é, rapaz? Quer dizer, que o camarada que polui o planeta, que não produz a comida que come, que não tem a energia que consome, ele é que manda no Brasil?!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a política externa, em primeiro lugar, teria que levar em conta o interesse nacional e, nesse aspecto, eu faria uma aliança com a China, com a Rússia, com a Índia e colocava a Europa Ocidental no lugar dela.

Eu acho impressionante a vassalagem advinda desse raciocínio que diz para o sujeito que está na Amazônia matando cachorro a grito, pobre, faminto, doente, sem esgoto, sem água... A mídia nacional e internacional diz para ele o seguinte: "Olha, mas, se você não seguir o que nós estamos dizendo, o mundo vai parar de comprar". Isso é uma falta de vergonha de um país que deveria ter um pouco mais de compostura. Como é que uma região que não produz a comida que come manda no país que produz excedente? Como é que uma região que não produz a energia... Eu estive em Nova York e, mais uma vez, vou dizer: a energia que o Estado de Nova York consome é maior do que a Amazônia toda.

E toda política compensatória, Sr. André, tirando aqueles iludidos bem-intencionados, é uma mentira descarada, porque eles têm os problemas deles. A Alemanha, vou repetir outra vez – outra vez é redundante –, vou repetir: a Angela Merkel abriu a Alemanha. É só um exemplo de como eles têm preocupação com os deles, não é com os nossos, não. Está pensando que algum europeu perdeu a noite de sono imaginando como é que vivem os índios na Amazônia? Conversa mole para boi dormir. País que não tem vergonha, onde o Rei da Inglaterra vira para o Presidente eleito do Brasil e diz: "Cuide da Amazônia". Cuide você do teu país, rapaz. Vocês não sabem o que é APP, nem APP eles não sabem o que é, quanto mais área permanente, como nós temos aqui no Brasil.

A Angela Merkel, para fazer bonito para o mundo, na crise, quando explodiu a crise na Síria, o que que ela faz? Abre as fronteiras. Na primeira eleição que teve na Alemanha, o que ela fez? Recuou, porque o alemão que a elegia, a quem ela deve a obediência, disse a ela nas eleições do meio do mandato dela o quê? Disse que não aceitava aquela invasão – considerada pelos alemães. O que faz a Angela Merkel? Ela continua sendo politicamente correta para o mundo? Não! Ela estabelece lá critérios para entrada que praticamente excluam todo mundo. Só podia entrar lá aquele que tivesse diploma ou se estivesse a Alemanha precisando.

Então, isso me causa uma profunda indignação.

Com relação ao que as ONGs que vêm aqui dizem sobre a concorrência – e, como o senhor falou, o senhor participou de uma concorrência com várias outras –, eu poderia dizer para o senhor, Sr. André, o seguinte: é concorrência dos iguais. A concorrência é entre vocês.

Eu disse aqui, numa audiência passada, que essa dinheirama toda que vocês recebem é para uma agenda estabelecida e que tem duas formas de você se submeter: direta, em que alguém vai te dar o dinheiro e exige: "Ó, eu vou te dar o dinheiro, mas você vai ter que fazer assim, assim e assim", e existe outra mais inteligente, mais sutil, mas que tem o mesmo resultado. Vocês sabem que só tem recurso para aquela agenda, porque os países que pagam exigem que seja assim. Não tem recurso – esse recurso todo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós estamos vendo jorrar nas ONGs que financiam e que mantêm pessoas vivendo disso – para outra agenda, tem para essa. Então, a concorrência é entre os iguais. E é isso.

Eu vejo colegas nossos e fico impressionado. Quer dizer: nós estamos lá com 28 milhões de pessoas, mais de 16 milhões vivem de Bolsa Família, índio pobre, e a gente tem que ouvir dizer, e ainda ameaçam: "Se vocês mexerem no subsolo, nós não vamos comprar o produto de vocês". É, assim, de uma vassalagem impressionante! E é isso.

Quando eu vejo pessoas concordando, como a Ministra, que concorda *en passant* para dizer que não falou daquilo, mas não faz nada de concreto, de real, para dizer: "Vocês nos devem; paguem primeiro antes de exigirem mais", como exigem agora mais ainda de nós, sem pagar a sua conta.

Mais uma vez vou encerrar dizendo: eles sequer estacionaram, muito menos diminuíram. Eles estão, na cara dura, aumentando as suas emissões e, para o aumento da emissão dos países ricos, há um silêncio, que eu considero criminoso, daqueles que dizem que devotam a vida a cuidar do tal do aquecimento global provocado pelo homem.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

Antes de liberá-los, tenho duas perguntas.

O senhor falou do pagamento a quem mantém a floresta intocável. O senhor tem conhecimento, mais ou menos, de quantas pessoas recebem e qual é esse valor?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Vamos aos números: são 21 mil hectares, no total, contratados. Tem propriedades que têm 300 hectares contratados; outras 500; outras mil. É por hectare. Então, são 21 mil hectares, no total, contratados. Se eu não estou enganado, Senador, são 25 contratos individuais, com fazendas individuais. De cada contrato, o valor – vou dar uma margem para o senhor, porque o valor é com base numa série de características daquela fazenda, então, se ela é uma fazenda produtiva, se ela tem um cerrado alto ou um cerrado baixo, se tem muita nascente, se tem pouca nascente, a gente coloca uma série de variáveis para definir um valor –, esse valor, nos contratos que nós temos, tem variado entre R\$250 e R\$350 por hectare, por ano.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quem paga?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – O Ipam.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É o Ipam que paga, que paga esse dinheiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – O contrato é feito com o Ipam.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá.

No que o Marcio estava falando, a gente não pode passar batido. Vocês viram agora fumaça em Manaus, fumaça no Amazonas. "É o fim do mundo, o mundo vai acabar." Todos os anos nós temos fumaça, todos os anos. Este ano foi mais. Pode ser mais no próximo ou pode ser... Mas vai ter.

Agora, daqui a quatro meses, vocês todos verão a cheia. Aí vão falar que tem muita água, que encheu demais; ou seja, é previsível. O que falta é antecipar. Mas quem quer antecipar para acabar com o problema, com licitações, dinheiros fartos que virão? Então, para o ano, daqui a quatro meses, se preparem: o Amazonas vai estar com problema de cheia; as famílias, desabrigadas, porque tem a cheia. As palafitas, não mais.

Mas o dado significativo, Márcio, é que ninguém ajudou em termos de equipamento. O Governador de Goiás, que é... O Governador do Mato Grosso do Sul, que é do nosso PSDB, mandou um helicóptero – tem esse tipo de ajuda –, mas nós não temos lá... Ou nos cederam aviões para jogar água na queimada. A queimada é no capim, no entorno da estrada. Depois aquele capim queima e entra no campo de pastagem. Tem alguém que tocou fogo? Eventualmente tem, mas onde eu vi – eu estive duas vezes em Autazes -, é no campo, é na grama, é no capim. Para o ano, vai ter de novo. Se, ao invés de dar tanto dinheiro para as ONGs, dessem equipamentos, helicópteros, aviões que jogam água, carros-pipa, porque o nosso Corpo de Bombeiros é totalmente desaparelhado... Então, isso é uma demonstração de hipocrisia. A natureza é perfeita. Choveu duas vezes, três vezes, a fumaça está pouquinha.

Eu sei que, dizendo isso, eu contraria até muitos amazonenses, que ficaram querendo que a gente tomasse atitude. A minha atitude foi procurar, Marcio, os locais atingidos e prometer – e cumprir – poços artesianos. Quer dizer... Eu falo, porque as quatro ONGs que aqui estiveram, juntas, arrecadaram 1,4 bilhões. Se a gente pegar agora e calcular – e aqui é grosso modo –, a gente pegou 20 milhões por ano, a gente vai chegar a 780 milhões que o Ipam já arrecadou durante a vida dele. Não estou dizendo que é desonesto, que estão gastando... Eu só estou falando de volume. E nós não tivemos um avião que joga água. Começou o fogo, não tem nada disso.

Então, é pura hipocrisia, é falácia, sempre. Quando se fala de Amazonas – e não venha ninguém me contrariar, não... Até contraria, mas eu vou provar que eu estou certo, porque eu estou lá. Eu vi essa queimada. Foi ruim. É ruim, é péssimo – claro que é –, mas não teve um avião para jogar água. E não vá me dizer que Noruega, Alemanha, França e o escambau não têm esse tipo de equipamento. Não vá me dizer que, com esse dinheiro de ONG, não dava para comprar equipamento. Então, não querem. De fato, não querem. As ONGs enxergam a floresta. As ONGs enxergam o verde da floresta. As ONGs não enxergam o povo que nela habita.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esta CPI foi para isto: para escancarar, abrir a caixa preta. A caixa preta está aberta. Nós estamos pedindo uma prorrogação – hoje vai ser lido, com certeza, a gente tem que ler isso... E vamos continuar nisso.

Como eu disse, Sr. André, não é nada pessoal, mas, quando eu vejo um relatório do Fundo Amazônia dizendo o seguinte: que o Ipam teve, do Fundo Amazônia, R\$24.939.200 e tal, gastou com o seu projeto, que foi executar, 6 milhões e alguma coisa, que corresponde a cerca de 24% do valor total do projeto, que é muito superior ao dobro, ao valor dos recursos que eram repassados para o pagamento por serviços ambientais, ou seja, entre si, muito mais... Na ponta, não chega; na ponta. O que chegou na ponta foram R\$2,81 milhões do Fundo Amazônia, relatório do TCU.

É isso o que a gente quer que o brasileiro saiba, porque, como o Márcio diz, apresentam sempre nichos. O trabalho de vocês é bonito, perfeito, lindo, maravilhoso, só que, se eu fizer custo-benefício, vai ser uma comparação desigual.

Sr. André, a gente agradece muito. Ah, sim, o Marcio falou, para você ter uma ideia, agora, que o Governo alemão vai repassar, para a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) – que esteve aqui e arrecadou, no Transparência, 400 milhões, em 15 anos –, vai repassar 78 milhões em placas solares, sei lá o quê. Na crise, passou para o Amazonas – o Governo alemão, que é bonzinho – 3,5 milhões, para ajudar a combater a fumaça e a seca, mas, para uma ONG, vão ser R\$78 milhões.

Essa desigualdade, essa falácia e nos usar... Quando o Marcio fala em tom de revolta – indignação, não é nem revolta –, é a mesma que nos domina. É muito difícil a gente ser de um estado, Sr. André, que tem 97% da floresta preservada, o Amazonas, e que tem uma população de 54 milhões vivendo abaixo da linha da pobreza. Então, 51% dos amazonenses estão endividados, mas a floresta está de pé. Cadê a compensação? Cadê a assistência para esse guardião que está lá? Quer queira, quer não, é o ribeirinho, é o caboclo que guarda! O pagamento que ele está tendo é o que vocês viram nos vídeos: expulsos, os índios, usados, favelados, necessitados, revoltados.

A CPI veio para isso. A caixa-preta está aberta e, no final, tenho plena certeza, Marcio, de que o seu relatório vai apontar soluções, eu não tenho a menor dúvida quanto a isso, para clarear, para jogar luz nessa escuridão.

Sr. André, muito obrigado pela presença. Repito, para quem vê agora: o Sr. André não é réu, ele não está no Tribunal do Júri, ele não está na Inquisição, ele veio como convidado nosso, para responder algumas perguntas e dizer o que quiser, o que ele achar que tem que dizer aqui, perante a CPI que investiga ONGs, para depois tentar – quem sabe a gente consiga – separar o joio do trio.

O senhor pode se despedir se quiser.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, o Marcio se despede aí do nosso convidado, tá?

Senador Styvenson, nós estamos encerrando, está bom? *(Pausa.)*

Não, mas tudo bem. As suas perguntas foram feitas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com absoluta... *(Pausa.)*

Senador Styvenson, você quer fazer alguma observação antes que eu encerre? Quer falar alguma coisa? É bom que fale. O senhor esteve aqui o tempo todo... *(Pausa.)*

Não? Posso encerrar, então? *(Pausa.)*

Posso encerrar então.

Mas está pronto para a nossa diligência no Acre, em Xapuri, amanhã, não é? *(Pausa.)* É a terra natal. *(Pausa.)*

Coloco em votação a Ata da 18ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não temos nada mais a não ser reiterar sempre e agradecer a vocês pela presença, agradecer a vocês pela divulgação. Aqueles que divulgam na rede social que continuem fazendo, que não se importem com a grande imprensa, que não se importem com quem está feliz. Esta CPI nasceu para defender e falar em nome dos infelizes.

Obrigado e que Deus nos proteja a todos.

Paz de Cristo!

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)